



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

---

ANO LXI - Nº 121 - TERÇA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**(Biênio 2005/2006)**

PRESIDENTE	ALDO REBELO - PCdoB - SP
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS - PL - AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER - PDT - MG

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## SEÇÃO I

### SUMÁRIO

#### **1 – ATA DA 119ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 10 DE JULHO DE 2006**

**\* Inexistência de quorum regimental para abertura da sessão**

**I – Abertura da sessão**

**II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior**

**III – Leitura do expediente**

#### **MENSAGEM**

Nº 500/2006 – Do Poder Executivo – Comunica o Excelentíssimo Senhor Presidente da República que se ausentará do País nos dias 4 e 5 de julho de 2006, a fim de realizar visita oficial à Venezuela. ... 34644

#### **OFÍCIOS**

Nº 273/06 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que o Senhor Presidente da República adotou e publicou as Medidas Provisórias nºs 300 a 308, de 2006 e, ficam constituídas as Comissões Mistas e estabelecido o calendário para tramitação das matérias. .... 34644

Nº 1.396/06 – Do Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando em devolução ao Deputado Moroni Torgan o PL nº 7.275/06, de autoria deste, pela razão que aduz. .... 34658

Nº 1.397/06 – Do Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando em devolução ao Deputado Nelson Pellegrino o PL nº 7.286/06, de autoria deste, pela razão que aduz. .... 34658

Nº 1.398/06 – Do Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando em devolução ao Deputado Moroni Torgan o PL nº 7.276/06, de autoria deste, pela razão que aduz. .... 34660

Nº 1.400/06 – Do Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando em devolução ao Deputado Alexandre Cardoso o PLP nº 368/06, de autoria deste, pela razão que aduz. .... 34661

Nº 214/06 – Do Senhor Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL, indicando o Deputado Dr. Pinotti para integrar a Comissão Especial destinada a ouvir

os diversos posicionamentos a respeito do tema e propor medidas visando a Reforma Universitária.. 34662

Nº 751/06 – Do Senhor Deputado Jutahy Junior, Líder do PSDB, indicando o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4.679/01..... 34662

Nº 579/06 – Do Senhor Deputado Mário Negromonte, Líder do PP, indicando os Deputados do referido Partido que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional. .... 34662

Nº 522/06 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando os Deputados Arnaldo Farias de Sá e José Militão para integrem a Comissão Representativa do Congresso Nacional. .... 34662

Nº 259/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 4.591-B/04, apreciado pela referida Comissão. .... 34662

Nº 260/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 4.610-B/04, apreciado pela referida Comissão. .... 34662

Nº 263/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.732-A/04. .... 34663

Nº 269/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando as Propostas de Emenda à Constituição nºs 495/06 e 339/04, apensadas, apreciadas pela referida Comissão. .... 34663

Nº 270/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PL nº 5.471/05, apreciado pela referida Comissão. .... 34663

Nº 271/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 5.828-B/01, apreciado pela referida Comissão. .... 34663

Nº 71/06 – Do Senhor Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributa-

ção, encaminhando o PL nº 2.548-A/03, apreciado pela referida Comissão. .... 34663

Nº 180/06 – Do Senhor Deputado José Militão, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, comunicando a rejeição do PL nº 6.133/05. .... 34663

#### COMUNICAÇÃO

– Do Senhor Deputado José Roberto Arruda, comunicando sua reassunção ao mandato de Deputado Federal. .... 34664

#### PROJETOS DE LEI

Nº 7.263/2006 – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Dispõe sobre o monitoramento dos efeitos da radiação ionizante sobre a saúde de populações localizadas em regiões em que ocorram atividades nucleares. .... 34664

Nº 7.268/2006 – Do Poder Executivo – Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. .... 34665

Nº 7.269/2006 – Do Sr. Jair Bolsonaro – Altera a redação do § 1º do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. .... 34669

Nº 7.274/2006 – Do Sr. Luiz Alberto – Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, para incluir o ministro de confissão religiosa de matriz africana como segurado individual. .... 34670

Nº 7.277/2006 – da Srª. Socorro Gomes – Altera e dá nova redação ao Artigo 3º, Inciso III, parágrafo 3º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2.003, e dá outras providências. .... 34671

Nº 7.281/2006 – Do Sr. Sarney Filho – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal na Baixada Maranhense. .... 34671

Nº 7.282/2006 – Do Sr. Leandro Vilela – Inscreve o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no livro dos Heróis da Pátria. .... 34672

#### MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 298/2006 – Do Poder Executivo – Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 34673

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 307/2006 – Do Sr. João Alfredo – Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários e Justiça no Campo na Câmara dos Deputados. .... 34676

#### INDICAÇÕES

Nº 9.328/2006 – Do Sr. Jaime Martins – Sugere ao Executivo o envio de Medida Provisória ao Congresso Nacional referente à reorganização do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF. .... 34677

Nº 9.329/2006 – Do Sr. Zé Geraldo – Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, que sejam tomadas medidas urgentes para atender a necessidade de implantação de uma agência bancária com caixa eletrônico, no município de Cumaru do Norte, Estado do Pará. .... 34679

Nº 9.330/2006 – Do Sr. Zé Geraldo – Sugere ao Ministro das Comunicações, através da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, implantação da cobertura de telefonia celular no município de Cumaru do Norte, Estado do Pará. .... 34680

Nº 9.331/2006 – Do Sr. João Grandão – Sugere ao Ministro da Fazenda o pagamento de seguro agrícola a agricultores do Mato Grosso do Sul. .... 34680

Nº 9.332/2006 – da Srª. Telma de Souza – Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a inclusão do estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Sistema Braille como matérias extracurriculares no ensino fundamental e no ensino médio. .... 34680

#### REQUERIMENTOS

Nº 4.162/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, requerendo a apensação do PL nº 907/03 ao PL Nº 5.314/05. .... 34681

Nº 4.182/06 – Do Senhor Deputado Anivaldo Vale, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, requerendo a revisão do despacho inicial ao PL nº 3.421/04. .... 34681

Nº 4.192/06 – Do Senhor Deputado Átila Lins, Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 358-A/05 (Reforma do Judiciário) requerendo a prorrogação do prazo da referida Comissão. .... 34681

Nº 4.022/06 – Do Senhor Deputado Gonzaga Patriota, requerendo a desapensação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 151/95 e 156/95 da de nº 534/02. .... 34682

Nº 4.161/06 – Do Senhor Deputado Marcelino Fraga, requerendo a retirada da PFC nº 103/05 ... 34682

Nº 4.175/06 – Do Senhor Deputado Cabo Júlio, requerendo a desapensação das PECs nºs 534/02 e 151/95. .... 34683

PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aviso ao Plenário sobre a não-contabilização da sessão para efeitos de contagem de prazos regimentais. .... 34683

#### IV – Pequeno Expediente

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Inadiável apreciação, pela Casa, do projeto de lei complementar acerca de criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e das propostas de emendas

à Constituição sobre a minirreforma tributária, a composição numérica das Câmaras Municipais brasileiras e a lotação funcional de servidores públicos requisitados. .... 34683

ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Urgente adoção, pela direção da Casa, de providências acerca do atraso no pagamento dos salários de funcionários da empresa terceirizada PARCERIA – Conservação e Serviços Técnicos Ltda. Apelo ao Presidente Aldo Rebelo de determinação do pagamento de anuênios dos servidores da Câmara dos Deputados. .... 34684

ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE) – Falecimento do Prof. Joaquim Matos Neto. Participação do Deputado Betinho Rosado e do orador no programa *Expressão Nacional*, da TV Câmara, para debate de programa de biodiesel. Inauguração de miniusina de biodiesel no Município de Tauá, Estado do Ceará. .... 34684

SELMA SCHONS (PT – PR) – Acerto dos decretos governamentais sobre a realização dos tratamentos de acupuntura, fitoterapia, homeopatia e termalismo pelo Sistema Único de Saúde – SUS e sobre a regulamentação de medicamentos fitoterápicos. Tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania de projeto de lei acerca de criação da profissão de agente comunitário de saúde. Importância dos trabalhos realizados pela Frente Parlamentar pela Regulamentação dos Produtos de Origem Natural para a Promoção da Saúde. .... 34685

PRESIDENTE (Luiz Couto) – Leitura de Ato da Presidência sobre a criação de Comissão Especial destinada ao exame do Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento de normas gerais da educação superior. ... 34686

ÁTILA LINS (PMDB – AM) – Ampliação do número de Municípios do Estado do Amazonas incluídos no Programa Calha Norte. Autorização, pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, do funcionamento de rádio comunitária do Município de Anori. Apreciação pelo Senado Federal da proposta de adoção do orçamento impositivo. .... 34687

PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB – RR) – Dificuldades enfrentadas pela população roraimense para deslocamento do Estado por via aérea. Solicitação à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC de providências acerca da situação de usuários da Viação Aérea Rio-Grandense S/A – VARIG. Pedido à ANAC de intervenção junto à TAM – Linhas Aéreas S/A com vistas à redução dos preços de vôos para Boa Vista, Estado de Roraima. .... 34687

PRESIDENTE (Luiz Couto) – Manifestação de boas-vindas aos professores em visita à Casa. 34688

FEU ROSA (PP – ES. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Conveniência de revisão, pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, de portaria proibitiva do comércio de aves de descarte destinadas ao consumo. .... 34688

BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem.) – Anúncio de reunião do Colégio de Líderes para debate a respeito da desobstrução da pauta de votações da Casa. .... 34688

JOSÉ CARLOS MACHADO (PFL – SE) – Transcurso do 68º aniversário de fundação da Associação Olímpica de Itabaiana, conhecida como Tremendão da Serra. Conquista da Copa Governador do Estado de Sergipe pela equipe futebolística. .. 34689

LUIZ COUTO (PT – PB) – Solidariedade ao Padre José Martins, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Município de Sapé, Estado da Paraíba, diante de injúrias contra o religioso. Improcedência de informações sobre a desativação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Município de Salgado de São Félix. Posicionamento da EMATER/PB contrário à liberação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para aquisição de animais por agricultores. .... 34689

JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Encaminhamento pelo Poder Executivo da proposta de reforma universitária ao Congresso Nacional. Defesa de reformulação do ensino superior brasileiro. .... 34690

CARLOS NADER (PL – RJ) – Elevado número de acidentes de trânsito no País. Êxito de campanha em prol da segurança no trânsito realizada em Salvador, Estado da Bahia. Importância da intensificação de campanhas de educação no trânsito para redução dos índices de acidentes automobilísticos no País. .... 34691

#### V – Grande Expediente

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem.) – Inconformismo com o veto presidencial da proposta concessiva do reajuste de 16,67% às aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social. .... 34691

FEU ROSA (PP – ES. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Associação ao pronunciamento do Deputado Mauro Benevides sobre o veto presidencial à proposta concessiva do reajuste salarial de 16,67% aos aposentados e pensionistas. Inconveniência econômica da realização de eleições de dois em dois anos. Defesa de aprovação da reforma política na próxima legislatura. .... 34692

FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR. Como Líder.) – Apresentação de projeto de lei sobre a regulamentação da exploração de recursos minerais em terras indígenas. Necessidade de fiscalização das obras de recuperação emergencial de rodovias, a chamada operação tapa-buracos, no Estado de Roraima. .... 34692

EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem.) – Transcurso do aniversário de criação da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC. Relevância dos trabalhos desenvolvidos pela entidade. .... 34693



CORONEL ALVES (PL – AP) – Apoio às reivindicações dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Rondônia, de Roraima e do Acre. Descaso do Governo Federal com a situação de servidores. Defesa de ampliação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios. Protesto contra a não-concessão de gratificação aos militares dos ex-Territórios. Apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cumprimento de compromisso assumido junto aos servidores do Estado do Amapá. ....	34694	para ampliação dos direitos trabalhistas de empregadas domésticas. Anúncio de realização, pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de audiência pública para discussão da crise da empresa Volkswagen do Brasil. ....	34709
ALCESTE ALMEIDA (PTB – RR) – Ingerência de órgãos do Governo Federal na questão fundiária do Estado de Roraima, particularmente quanto a concessão de terras no Município de Rorainópolis. Repúdio à atuação de organizações não governamentais no Estado. ....	34698	PRESIDENTE (Adelcor Vieira) – Aviso ao Plenário sobre realização de sessão extraordinária hoje, às 18h. ....	34709
JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pela ordem.) – Inauguração do Pronto-Socorro Cardiológico de Pernambuco – PROCAPE, em Recife, Estado de Pernambuco. ....	34700	EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem.) – Visita da Presidenta do Grupo Hércules de Apoio a Portadores de Hepatite C em Santa Catarina, Anna Schmitt, ao gabinete do orador. Apoio às ações do Grupo e da Frente Parlamentar das Hepatites e Transplantes. ....	34709
HAMILTON CASARA (PSDB – RO. Pela ordem.) – Celebração, pelo PSDB e outros partidos políticos, de aliança no Estado de Rondônia com vista às eleições de 2006. ....	34701	<b>Apresentação de proposições:</b> BETO ALBUQUERQUE, ONYX LORENZONI, FRANCISCO RODRIGUES, SENADO FEDERAL, DRA. CLAIR, ANA ALENCAR. ....	34710
PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB – RR – Como Líder) – Expectativa de êxito do Programa Turismo Sustentável e Infância desenvolvido pelo Ministério do Turismo, no combate à exploração sexual no Brasil. ....	34701	<b>VI – Comunicações Parlamentares</b> (Não houve oradores.) ....	34710
MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Como Líder.) – Apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sanção de projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 285, de 2006, sobre a repactuação de dívidas de produtores rurais brasileiros. ....	34702	<b>VII – Encerramento</b> DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 97, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Constatação, pelo Tribunal de Contas da União, da destinação de recursos do Ministério da Saúde para o Programa Bolsa-Família. Fragilidade econômica do País em face da política de captação de recursos externos a curto prazo. ....	34743
LUIZ COUTO (PT – PB) – Repercussão dos programas sociais do Governo Lula na melhoria da renda das classes mais pobres. Abrangência dos Investimentos do Governo Federal em Municípios do Estado da Paraíba. Ênfase das atividades desenvolvidas pelo orador no fortalecimento do segmento universitário e no fomento da agricultura familiar paraibanos. ....	34703	DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO (PDT – MA. Pela ordem.) NO PERÍODO DESTINADO A COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 106, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Moção aprovada pela Convenção Nacional do PDT em favor dos trabalhadores brasileiros, dos aposentados e pensionistas. Transcurso do 2º ano de falecimento do ex-Governador Leonel de Moura Brizola. ....	34744
NILSON MOURÃO (PT – AC. Como Líder.) – Reconhecimento pela imprensa brasileira do êxito da política econômica do Governo petista. Resultados positivos dos programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal. ....	34706	DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM (PTB – PI) NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 110, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Lançamento do Plano de Desenvolvimento Integrado pela Bacia do Parnaíba, em Teresina, Estado do Piauí. Desempenho do Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF Luiz Carlos Everton de Farias. Expectativa quanto à instalação de unidade de piscicultura no Estado do Piauí. ....	34744
ANA ALENCAR (PSDB – TO. Pela ordem.) – Encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento de realização de sessão solene em homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Dante de Oliveira. Incorporação ao combate à violência contra crianças e adolescente ao conjunto das ações permanentes do Estado e das instituições da sociedade civil. ...	34708		
DRA. CLAIR (PT – PR. Pela ordem.) – Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio à emenda apresentada à Medida Provisória nº 284, de 2006,			

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM (PTB – PI. Pela ordem.) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 116, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Elogio ao ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues..... 34745

## 2 – ATO DA PRESIDÊNCIA

– Decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL Nº 7.200/06..... 34746

**3 – PARECERES** – Proposta de Emenda à Constituição nº 495-A/05; Projetos de Lei nºs 4.610-D/01, 5.828-D/01, 2.548-B/03, 4.591-D/04, 4.732-B/04, 5.471-A/05 e 6.133-A/05..... 34748

## COMISSÕES

### 4 – ATAS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 22ª Reunião (Audiência Pública) em 11-8-05. Comissão de Minas e Energia, Reunião (Ordinária) em 23-2-05, 1ª Reunião (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente, em 2-3-05, \* Reunião (Ordinária) em 9-3-05, Reunião (Ordinária) em 16-3-05, \* Reunião (Ordinária) em 30-3-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 30-3-05, Reunião (Ordinária) em 6-4-05, Reunião (Ordinária) em 13-4-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 26-4-05, Reunião (Ordinária) em 27-4-05, Reunião (Ordinária) em 4-5-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 5-5-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 18-5-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 1º-6-05, Reunião (Ordinária) em 8-6-05, Reunião (Ordinária) em 15-6-05, Reunião (Ordinária) em 22-6-05, Termo de Reunião, em 29-6-05, Reunião (Ordinária) em 3-8-05, \* Reunião (Audiência Pública com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de

Defesa Nacional) em 10-8-05, Reunião (Ordinária) em 17-8-05, Reunião (Ordinária) em 24-8-05, Reunião (Ordinária) em 31-8-05, Reunião (Ordinária) em 14-9-05, Reunião (Ordinária) em 21-9-05, Termo de Reunião, em 28-9-05, Reunião (Ordinária) em 5-10-05, Reunião (Ordinária) em 19-10-05, \* Reunião (Audiência Pública) em 26-10-05, Reunião (Ordinária) em 9-11-05, Termo de Reunião, em 16-11-05, Reunião (Ordinária) em 23-11-05, Reunião (Ordinária) em 30-11-05, Reunião (Ordinária) em 7-12-05 e Reunião (Ordinária) em 14-12-05. .... 34768

\* Atas com notas taquigráficas

## 5 – ATOS DO PRESIDENTE

**a) Dispensar:** Zaid da Cunha Torres..... 34769

**b) Designar:** Élvia Sardinha Medeiros..... 34769

**c) Tornar sem Efeito Nomeação:** Paulo de Souza..... 34769

**d) Exonerar:** Ana Carla Fontes Moreira, Cairo Alberto de Freitas, Ivanilson Gomes dos Santos, Joyce Rapassi, Sandra dos Anjos Silva, Valeschka Omena Domingos..... 34770

**e) Nomear:** Ana Maria Fernandes de Souza, Grace Keli da Silva Fernandes, Joyce Rapassi, Renan Vinícius Motta Aquino, Ricardo Rodrigues Soares, Valdir Pereira Roque, Valmir Prascidelli, Wanessa Matos Moreira de Sá Peixoto..... 34770

## 6 – RESENHA

– **Da Primeira Secretaria** – Correspondência Expedida e Recebida relativa a Requerimento de Informação e Indicação, referente ao mês de maio, de 2006..... 34771

## 7 – MESA

## 8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

## 9 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

## 10 – COMISSÕES

## Ata da 119ª Sessão, em 10 de julho de 2006

*Presidência dos Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário; Mauro Benevides, Luiz Couto, Pastor Frankembergen, Almir Sá, Alceste Almeida, Adelor Vieira, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Não havendo **quorum** regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

*O Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

### **I – ABERTURA DA SESSÃO** (Às 14 horas e 18 minutos)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### **II – LEITURA DA ATA**

**O SR. ALBERTO FRAGA**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MAURO BENEVIDES**, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

### **III – EXPEDIENTE**

#### **MENSAGEM Nº 500, DE 2006**

(Do Poder Executivo)

#### **AVISO Nº 711/2006**

**Comunica o Excelentíssimo Senhor Presidente da República que se ausen-**

**tará do País nos dias 4 e 5 de julho de 2006, a fim de realizar visita oficial à Venezuela.**

**Despacho:** Publique-se.

Senhores Menbros da Câmara dos Deputados,  
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 4 e 5 de julho de 2006, a fim de realizar visita oficial à Venezuela.

Brasília, 30 de junho de 2006. – **Luiz Inácio da Silva.**

OF. nº 273/2006-CN

Brasília, 4 de julho de 2006

Exmº Sr.

Deputado Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, as Medidas Provisórias nºs 300 a 308, de 2006.

Nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, ficam constituídas as Comissões Mistas e estabelecido o calendário para a tramitação das matérias, conforme relações anexas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

**Publique-se.** Arquive-se.

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.



SF – 4-7-2006

12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006 e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 300, de 2006, que “Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores****Titulares**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**Álvaro Dias (PSDB)****Juvêncio da Fonseca(PSDB)****Tasso Jereissati (PSDB)****César Borges (PFL)****Eduardo Azeredo (PSDB)**PMDB**Ney Suassuna****Luiz Otávio****Valdir Raupp**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)**Ideli Salvatti (PT)****Sibá Machado (PT)****Antônio Carlos Valadares (PSB)**PTB**Mozarildo Cavalcanti**\*PCdoB**Leomar Quintanilha****Suplentes****1.Rodolpho Tourinho (PFL)****2.Demóstenes Torres (PFL)****3.vago****4.vago****5.vago****1.José Maranhão****2.Alberto Silva****3.Wellington Salgado de Oliveira****1.vago****2.vago****3.vago****1.Sérgio Zambiasi****1.vago**

“Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados****Titulares**PT**Henrique Fontana****Fernando Ferro**PMDB**Wilson Santiago****Mendes Ribeiro Filho**PFL**Rodrigo Maia****Kátia Abreu**PSDB**Jutahy Junior**PP**Mário Negromonte**PTB**José Múcio Monteiro**PL**Luciano Castro**PSB**Alexandre Cardoso**PDT**Miro Teixeira**\*PCdoB**Inácio Arruda****Suplentes****1.Ângela Guadagnin****2.Anselmo****1.Benjamin Maranhão****2.Asdrúbal Bentes****1.Luiz Carlos Santos****2.José Rocha****1.Bismarck Maia****1.Benedito de Lira****1.Fleury****1.José Carlos Araújo****1.Dr. Ribamar Alves****1.Álvaro Dias****1.Jamil Murad**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
  - Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
  - Instalação da Comissão: **5-6-2006**
  - Emendas: **até 5-7-2006** (7º dia da publicação)
  - Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006**(14º dia)
  - Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
  - Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
  - Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
  - Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
  - Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
  - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
  - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
  - Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)
- \*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

SF – 4-7-2006  
12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 301, de 2006, que "Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO e do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do IPI; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar e da Carreira de Apoio Operacional à Tecnologia Militar, a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar - GDATM e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### Senadores

##### Titulares

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Álvaro Dias (PSDB)

Juvêncio da Fonseca(PSDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

César Borges (PFL)

Eduardo Azeredo (PSDB)

##### Suplentes

1.Rodolpho Tourinho (PFL)

2.Demóstenes Torres (PFL)

3.vago

4.vago

5.vago

PMDB

Ney Suassuna

Luiz Otávio

Valdir Raupp

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)

Sibá Machado (PT)

Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

Mozarildo Cavalcanti

\*PRB

Marcelo Crivella

1. José Maranhão

2. Alberto Silva

3. Wellington Salgado de Oliveira

1. vago

2. vago

3. vago

1. Sérgio Zambiasi

1. vago

**Deputados****Titulares**PT

Henrique Fontana

Fernando Ferro

PMDB

Wilson Santiago

Mendes Ribeiro Filho

PFL

Rodrigo Maia

Kátia Abreu

PSDB

Jutahy Junior

PP

Mário Negromonte

PTB

José Múcio Monteiro

PL

Luciano Castro

PSB

Alexandre Cardoso

PDT

Miro Teixeira

\*PV

Jovino Cândido

**Suplentes**

1. Ângela Guadagnin

2. Anselmo

1. Benjamin Maranhão

2. Asdrúbal Bentes

1. Luiz Carlos Santos

2. José Rocha

1. Bismarck Maia

1. Benedito de Lira

1. Fleury

1. José Carlos Araújo

1. Dr. Ribamar Alves

1. Álvaro Dias

1. Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
- Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **5-7-2006**
- Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
- Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
- Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

SF – 4-7-2006  
12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006 e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 302, de 2006, que "Dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida

Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e dá outras providências\*.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
<b>Álvaro Dias (PSDB)</b>	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
<b>Juvêncio da Fonseca (PSDB)</b>	2. Demóstenes Torres (PFL)
<b>Tasso Jereissati (PSDB)</b>	3. vago
<b>César Borges (PFL)</b>	4. vago
<b>Eduardo Azeredo (PSDB)</b>	5. vago
<u>PMDB</u>	
<b>Ney Suassuna</b>	1. José Maranhão
<b>Luiz Otávio</b>	2. Alberto Silva
<b>Valdir Raupp</b>	3. Wellington Salgado de Oliveira
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)</u>	
<b>Ideli Salvatti (PT)</b>	1. vago
<b>Sibá Machado (PT)</b>	2. vago
<b>Antônio Carlos Valadares (PSB)</b>	3. vago
<u>PTB</u>	
<b>Mozarildo Cavalcanti</b>	1. Sérgio Zambiasi
<u>*PDT</u>	
<b>Jefferson Péres</b>	1. vago

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>PT</u>	
<b>Henrique Fontana</b>	1. Ângela Guadagnin
<b>Fernando Ferro</b>	2. Anselmo
<u>PMDB</u>	
<b>Wilson Santiago</b>	1. Benjamin Maranhão
<b>Mendes Ribeiro Filho</b>	2. Asdrúbal Bentes
<u>PFL</u>	
<b>Rodrigo Maia</b>	1. Luiz Carlos Santos
<b>Kátia Abreu</b>	2. José Rocha
<u>PSDB</u>	
<b>Jutahy Junior</b>	1. Bismarck Maia
<u>PP</u>	
<b>Mário Negromonte</b>	1. Benedito de Lira
<u>PTB</u>	
<b>Jovair Arantes</b>	1. Fleury
<u>PL</u>	
<b>Luciano Castro</b>	1. José Carlos Araújo
<u>PSB</u>	
<b>Alexandre Cardoso</b>	1. Dr. Ribamar Alves
<u>PDT</u>	
<b>Miro Teixeira</b>	1. Álvaro Dias
<u>*P-SOL</u>	
<b>Oriando Fantazzini</b>	1. Maninha

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
- Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **5-7-2006**

- Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
- Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
- Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**SF – 4-7-2006**  
12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 303, de 2006, que “Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### Senadores

Titulares	Suplentes
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
<b>Álvaro Dias (PSDB)</b>	1. <b>Rodolpho Tourinho (PFL)</b>
<b>Juvêncio da Fonseca (PSDB)</b>	2. <b>Demóstenes Torres (PFL)</b>
<b>Tasso Jereissati (PSDB)</b>	3. <b>vago</b>
<b>César Borges (PFL)</b>	4. <b>vago</b>
<b>Eduardo Azeredo (PSDB)</b>	5. <b>vago</b>
<u>PMDB</u>	
<b>Ney Suassuna</b>	1. <b>José Maranhão</b>
<b>Luiz Otávio</b>	2. <b>Alberto Silva</b>
<b>Valdir Raupp</b>	3. <b>Wellington Salgado de Oliveira</b>
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)</u>	
<b>Ideli Salvatti (PT)</b>	1. <b>vago</b>
<b>Sibá Machado (PT)</b>	2. <b>vago</b>
<b>Antônio Carlos Valadares (PSB)</b>	3. <b>vago</b>
<u>PTB</u>	
<b>Mozarildo Cavalcanti</b>	1. <b>Sérgio Zambiasi</b>
<u>*P-So</u>	
<b>Heloísa Helena</b>	1. <b>vago</b>

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

#### Deputados

Titulares	Suplentes
<u>PT</u>	
<b>Henrique Fontana</b>	1. <b>Ângela Guadagnin</b>
<b>Fernando Ferro</b>	2. <b>Anselmo</b>
<u>PMDB</u>	
<b>Wilson Santiago</b>	1. <b>Benjamin Maranhão</b>
<b>Mendes Ribeiro Filho</b>	2. <b>Asdrúbal Bentes</b>
<u>PFL</u>	
<b>Rodrigo Maia</b>	1. <b>Luiz Carlos Santos</b>
<b>Kátia Abreu</b>	2. <b>José Rocha</b>



PSDB**Jutahy Junior****1.Bismarck Maia**PP**Mário Negromonte****1.Benedito de Lira**PTB**Luiz Antonio Fleury****1.vago**PL**Luciano Castro****1.José Carlos Araújo**PSB**Alexandre Cardoso****1.Dr. Ribamar Alves**PDT**Miro Teixeira****1.Álvaro Dias**\*PSC**Pastor Amarildo****1.Zequinha Marinho**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: **30-6-2006**

-Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**

-Instalação da Comissão: **5-7-2006**

-Emendas: **até 6-7-2006 (7º dia da publicação)**

-Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006(14º dia)**

-Remessa do processo à CD: **13-7-2006**

-Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006 (15º ao 28º dia)**

-Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**

-Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006 (42º dia)**

-Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006 (43º ao 45º dia)**

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006 (46º dia)**

-Prazo final no Congresso: **11-9-2006 (60 dias)**

Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**SF – 4-7-2006**

**12 horas**

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006 e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 304, de 2006, que "Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima - GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

<b>Senadores</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
Álvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago
<u>PMDB</u>	
Ney Suassuna	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Alberto Silva
Valdir Raupp	3. Wellington Salgado de Oliveira
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)</u>	
Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3. vago
<u>PTB</u>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
<u>*PC do B</u>	
Leomar Quintanilha	1. vago

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<b>Deputados</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>PT</u>	
Henrique Fontana	1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	2. Anselmo
<u>PMDB</u>	
Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes
<u>PFL</u>	
Rodrigo Maia	1. Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	2. José Rocha
<u>PSDB</u>	
Jutahy Junior	1. Bismarck Maia
<u>PP</u>	
Mário Negromonte	1. Benedito de Lira
<u>PTB</u>	
José Múcio Monteiro	1. Fleury
<u>PL</u>	
Luciano Castro	1. José Carlos Araújo
<u>PSB</u>	
Alexandre Cardoso	1. Dr. Ribamar Alves
<u>PDT</u>	
Miro Teixeira	1. Álvaro Dias
<u>*PRB</u>	
José Divino	1. vago

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
- Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **5-7-2006**
- Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
- Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
- Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

SF – 4-7-2006

12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006 e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 305, de 2006, que “Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores****Titulares**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Romeu Tuma (PFL)

Juvêncio da Fonseca(PSDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

César Borges (PFL)

Eduardo Azeredo (PSDB)

PMDB

Ney Suassuna

Luiz Otávio

Valdir Raupp

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)

Sibá Machado (PT)

Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

Mozarildo Cavalcanti

\*PRB

Marcelo Crivella

**Suplentes**

1.Rodolpho Tourinho (PFL)

2.Demóstenes Torres (PFL)

3.vago

4.vago

5.vago

1.José Maranhão

2.Alberto Silva

3.Wellington Salgado de Oliveira

1.vago

2.vago

3.vago

1.Sérgio Zambiasi

1.vago

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados****Titulares**PT

Henrique Fontana

Fernando Ferro

PMDB

Wilson Santiago

Mendes Ribeiro Filho

PFL

Rodrigo Maia

Kátia Abreu

PSDB

Jutahy Junior

PP

Mário Negromonte

PTB

José Múcio Monteiro

**Suplentes**

1.Ângela Guadagnin

2.Anselmo

1.Benjamin Maranhão

2.Asdrúbal Bentes

1.Luiz Carlos Santos

2.José Rocha

1.Bismarck Maia

1.Benedito de Lira

1.Fleury

PL**Luciano Castro****1. José Carlos Araújo**PSB**Alexandre Cardoso****1. Dr. Ribamar Alves**PDT**Miro Teixeira****1. Álvaro Dias**\*PTC**Carlos Willian****1. vago**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
- Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **5-7-2006**
- Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
- Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
- Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

SF – 4-7-2006

12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 306, de 2006, que "Fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**Senadores****Titulares****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)****Álvaro Dias (PSDB)****Juvêncio da Fonseca (PSDB)****Tasso Jereissati (PSDB)****César Borges (PFL)****Eduardo Azeredo (PSDB)****PMDB****Ney Suassuna****Luiz Otávio****Valdir Raupp****Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)****Ideli Salvatti (PT)****Sibá Machado (PT)****Antônio Carlos Valadares (PSB)****PTB****Mozarildo Cavalcanti****\*PDT****Jefferson Péres****Suplentes****1. Rodolpho Tourinho (PFL)****2. Demóstenes Torres (PFL)****3. vago****4. vago****5. vago****1. José Maranhão****2. Alberto Silva****3. Wellington Salgado de Oliveira****1. vago****2. vago****3. vago****1. Sérgio Zambiasi****1. vago**

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados****Titulares**PT**Henrique Fontana****Fernando Ferro**PMDB**Wilson Santiago****Mendes Ribeiro Filho**PFL**Rodrigo Maia****Kátia Abreu**PSDB**Jutahy Junior**PP**Mário Negromonte**PTB**José Múcio Monteiro**PL**Luciano Castro**PSB**Alexandre Cardoso**PDT**Miro Teixeira**\*PPS**Fernando Coruja****Suplentes****1. Ângela Guadagnin****2. Anselmo****1. Benjamin Maranhão****2. Asdrúbal Bentes****1. Luiz Carlos Santos****2. José Rocha****1. Bismarck Maia****1. Benedito de Lira****1. Fleury****1. José Carlos Araújo****1. Dr. Ribamar Alves****1. Álvaro Dias****1. Cezar Silvestri**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: **30-6-2006**

-Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**

-Instalação da Comissão: **5-7 -2006**

-Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)

-Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006**(14º dia)

-Remessa do processo à CD: **13-7-2006**

-Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**

-Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)

-Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**SF – 4-7-2006**

**12 horas**

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 307, de 2006, que "Altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:



**Senadores****Titulares**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**Álvaro Dias (PSDB)**

Juvêncio da Fonseca(PSDB)

**Tasso Jereissati (PSDB)****César Borges (PFL)****Eduardo Azeredo (PSDB)**PMDB**Ney Suassuna****Luiz Otávio****Valdir Raupp**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)**Ideli Salvatti (PT)****Sibá Machado (PT)**

Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB**Mozarildo Cavalcanti**\*P-SOL**Heloísa Helena****Suplentes****1.Rodolpho Tourinho (PFL)****2.Demóstenes Torres (PFL)****3.vago****4.vago****5.vago****1.José Maranhão****2.Alberto Silva****3.Wellington Salgado de Oliveira****1.vago****2.vago****3.vago****1.Sérgio Zambiasi****1.vago**

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados****Titulares**PT**Henrique Fontana****Fernando Ferro**PMDB**Wilson Santiago****Mendes Ribeiro Filho**PFL**Rodrigo Maia****Kátia Abreu**PSDB**Jutahy Junior**PP**Mário Negromonte**PTB**José Múcio Monteiro**PL**Luciano Castro**PSB**Alexandre Cardoso**PDT**Miro Teixeira**\*PCdoB**Inácio Arruda****Suplentes****1.Ângela Guadagnin****2.Anselmo****1.Benjamin Maranhão****2.Asdrúbal Bentes****1.Luiz Carlos Santos****2.José Rocha****1.Bismarck Maia****1.Benedito de Lira****1.Fleury****1.José Carlos Araújo****1.Dr. Ribamar Alves****1.Álvaro Dias****1.Jamil Murad**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: **30-6-2006**-Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**-Instalação da Comissão: **5-7-2006**-Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)-Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006**(14º dia)

- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
  - Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
  - Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
  - Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
  - Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
  - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
  - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
  - Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)
- \_\_\_\_\_  
Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

SF – 4-7-2006  
12 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de junho de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 308, de 2006, que “Fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
<b>Álvaro Dias (PSDB)</b>	1.Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	2.Demóstenes Torres (PFL)
<b>Tasso Jereissati (PSDB)</b>	3.vago
<b>César Borges (PFL)</b>	4.vago
<b>Eduardo Azeredo (PSDB)</b>	5.vago
<u>PMDB</u>	
<b>Ney Suassuna</b>	1.José Maranhão
<b>Luiz Otávio</b>	2.Alberto Silva
<b>Valdir Raupp</b>	3.Wellington Salgado de Oliveira
<u>Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)</u>	
<b>Ideli Salvatti (PT)</b>	1.vago
<b>Sibá Machado (PT)</b>	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago
<u>PTB</u>	
<b>Mozarildo Cavalcanti</b>	1.Sérgio Zambiasi
<u>*PCdoB</u>	
<b>Leomar Quintanilha</b>	1.vago

\_\_\_\_\_  
Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

#### Deputados

Titulares	Suplentes
<u>PT</u>	
<b>Henrique Fontana</b>	1.Ângela Guadagnin
<b>Fernando Ferro</b>	2.Anselmo
<u>PMDB</u>	
<b>Wilson Santiago</b>	1.Benjamin Maranhão
<b>Mendes Ribeiro Filho</b>	2.Asdrúbal Bentes
<u>PFL</u>	
<b>Rodrigo Maia</b>	1.Luiz Carlos Santos
<b>Kátia Abreu</b>	2.José Rocha
<u>PSDB</u>	
<b>Jutahy Junior</b>	1.Bismarck Maia

PP

**Mário Negromonte**

**1.Benedito de Lira**

PTB

**José Múcio Monteiro**

**1.Fleury**

PL

**Luciano Castro**

**1.José Carlos Araújo**

PSB

**Alexandre Cardoso**

**1.Dr. Ribamar Alves**

PDT

**Miro Teixeira**

**1.Álvaro Dias**

\*PV

**Jovino Cândido**

**1.Fernando Gabeira**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **30-6-2006**
- Designação da Comissão: **4-7-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **5-7-2006**
- Emendas: **até 6-7-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-6-2006 a 13-7-2006**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **13-7-2006**
- Prazo na CD: **de 14-7-2006 a 10-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **10-8-2006**
- Prazo no SF: **de 11-8-2006 a 24-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **24-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-8-2006 a 27-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-9-2006** (60 dias)

---

Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Of. 1.396/2006/SGM/P

Brasília, 7 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Moroni Torgan  
Anexo IV – Gabinete n.º 445  
Nesta

**Assunto:** Devolução de Proposição.

Senhor Deputado,  
Reporto-me ao Projeto de Lei nº 7.275, de 2006 de sua autoria, que “Tipifica o crime de evasão”.  
Encaminho em devolução o projeto em apreço, em virtude de já se encontrar em tramitação na Casa proposição de sua autoria de idêntico teor (Projeto de Lei n.º 7.139/06).

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

### **PROJETO DE LEI Nº 7.275, DE 2006**

(Do Sr. Moroni Torgan)

#### **Tipifica o crime de Evasão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tipifica o crime de evasão.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 passa a vigorar acrescido do seguinte art. 351-A:

#### **“EVASÃO**

Art. 351-A. Evadir-se ou tentar evadir-se o preso:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.”

Art. 3º O art. 352 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **“EVASÃO MEDIANTE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA**

Art. 352. Evadir-se ou tentar evadir-se o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra pessoa:

Pena – detenção de seis meses a dois anos e multa, além da pena correspondente à violência. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

Os recentes e gravíssimos acontecimentos capitaneados pela facção criminosa PCC em São Paulo fizeram com que nossa sociedade clamasse por soluções que aperfeiçoem o sistema carcerário e a segurança pública.

É notório que a fuga das prisões tem sido fonte de poder e crescimento desse tipo de facção criminosa. Nosso direito tem o costume de não apenar a fuga da prisão, considerando-a um direito do preso e somente criminalizando a conduta daquele que age com violência contra a pessoa durante a evasão.

O atual estado de coisas recomenda fortemente que se revise essa disposição de nosso sistema penal. Nada há a impossibilitar a criminalização dessa conduta: evadir-se precisa ser crime e precisa ter pena pesada e intimidatória.

O atual crime de evasão mediante violência contra a pessoa passa a ser somente daquele submetido a medida de segurança, ou seja, o inimputável, que merece realmente tratamento diferenciado daquele do preso.

Aprovar este Projeto equivale a tornar o sistema carcerário mais eficiente, contribuindo para que criminosos não mais usufruam de regalias concedidas pela lei para continuar facilitando o crime organizado.

É preciso por cobro à ineficiência do Estado em manter um sistema penal seguro e garantidor da paz social.

Pelo exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Moroni Torgan**.

#### **Despacho**

Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em: 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. N° 1.397/2006/SGM/P

Brasília, 7 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Nelson Pellegrino  
Anexo III – Gabinete nº 671  
Nesta

**Assunto:** Devolução de Proposição.

Senhor Deputado,  
Reporto-me ao Projeto de Lei nº 7.286, de 2006, de sua autoria, que “Dispõe sobre a formação compulsória de provisão, pelas empresas prestadoras de serviços, para o pagamento de obrigações trabalhistas”.  
Encaminho em devolução o projeto em apreço, em virtude de já se encontrar em tramitação na Casa proposição de sua autoria de idêntico teor (Projeto de Lei nº 6.975/06).

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**PROJETO DE LEI Nº 7.286 DE 2006**

(Do Sr. Nelson Pellegrino)

**Dispõe sobre a formação compulsória de provisão, pelas empresas prestadoras de serviços, para o pagamento de obrigações trabalhistas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, são obrigadas a manter conta bancária vinculada a cada contrato de prestação de serviços, com o fim específico de provisionar o pagamento das seguintes obrigações trabalhistas, relativas a seus empregados:

I – a gratificação instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962;

II – a remuneração das férias, mencionada no art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

III – a remuneração adicional de férias, nos termos do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;

IV – a indenização por despedida arbitrária, nos moldes do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

V – o aviso prévio indenizado, de que trata o § 1º do art. 487 da CLT.

Art. 2º Os depósitos relativos à provisão de que trata o art. 1º serão efetuados na conta bancária vinculada, até o dia 7 (sete) de cada mês.

§ 1º As empresas prestadoras de serviços são obrigadas a encaminhar ao tomador, mensalmente, cópia do comprovante do depósito mencionado no **caput**, bem como formulário específico, a ser definido em Regulamento, discriminando os valores correspondentes à provisão efetuada para cada trabalhador.

§ 2º Os documentos mencionados no parágrafo anterior serão colocados, pela prestadora de serviços, à disposição dos sindicatos das categorias profissionais de seus empregados, mediante solicitação.

Art. 3º O saldo da conta bancária vinculada poderá ser movimentado nas seguintes situações:

I – pagamento das obrigações trabalhistas, enumeradas nos incisos I a V do art. 1º;

II – saque de eventuais rendimentos financeiros, na forma e nas condições previstas no Regulamento;

III – na hipótese de transferência para nova conta vinculada, aberta em outra instituição bancária, na forma e nas condições previstas no Regulamento;

Art. 4º Constituem infrações, para efeito desta lei:

I – não depositar mensalmente a importância de que trata o art. 2º;

II – movimentar o saldo da conta vinculada em situações diversas das previstas no art. 3º;

III – omitir ou não encaminhar informações, documentos, extratos ou comprovantes relativos à manutenção da conta vinculada;

IV – a insuficiência de fundos para atender o previsto no inciso I do art. 3º.

§ 1º O infrator estará sujeito às seguintes multas:

I – de 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) UFIR, nas hipóteses previstas nos incisos I a III do **caput**;

II – de 2.000 (duas mil) a 5.000 (cinco mil) UFLR, por trabalhador prejudicado, na hipótese do inciso IV do **caput**;

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será dobrada, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 5º A comprovação do cumprimento do disposto nesta lei, na forma prevista no Regulamento, será requisito essencial para a participação da prestadora de serviços em procedimento licitatório, ou para a celebração e execução de contrato com órgão ou entidade da administração pública.

Art. 6º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 15-A:

“Art 15-A O contratante de quaisquer serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com o executor pelas obrigações decorrentes desta lei, em relação aos serviços prestados”.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

**Justificação**

Uma das principais mudanças no mercado de trabalho brasileiro, ao longo da década de noventa, tem sido o avanço da terceirização, que tem sido usada exaustivamente pelas empresas, como instrumento para a redução dos custos. Com a justificativa do aumento da eficiência e da produtividade de suas atividades-fim, as empresas têm optado pela contratação de prestadoras de serviços de mão-de-obra, principalmente nas áreas de vigilância, conservação e limpeza, mas também, e crescentemente, na administração de recursos humanos, implantação e manutenção de sistemas e redes informatizadas, etc.



A face negativa desse movimento de reorganização dos mercados é a crescente precariedade das relações de trabalho. Em muitos casos, as empresas prestadoras de serviços deliberadamente deixam de cumprir suas obrigações trabalhistas, sonegando, mormente no ato da dispensa, o pagamento de direitos constitucionalmente assegurados ao trabalhador, como o décimo terceiro salário, as férias, o adicional de férias, o aviso prévio indenizado e a indenização por dispensa sem justa causa, correspondente a 40% dos depósitos no FGTS. Em outros casos, ainda mais graves, os trabalhadores são assalariados informalmente, sem direito a qualquer proteção trabalhista e previdenciária.

Para corrigir parcialmente essa situação, o presente projeto de lei institui a obrigação de as empresas prestadoras de serviços formarem provisão para o pagamento desses encargos trabalhistas, por intermédio da abertura e manutenção de conta bancária vinculada ao contrato de prestação de serviços, especialmente para esse fim.

A proposição estipula, ainda, data específica para a realização do depósito relativo à provisão para o pagamento dessas obrigações trabalhistas e previdenciárias, que coincide com o prazo limite para o recolhimento do depósito do FGTS. Determina, ademais, que a movimentação do saldo dessa conta é restrito aos pagamentos dessas obrigações, à eventual retirada de rendimentos financeiros e, se for o caso, quando a empresa decidir transferi-la para outra instituição bancária.

Para tornar efetivo o cumprimento desses dispositivos, o projeto de lei prevê infrações e multas, a serem aplicadas em dobro em caso de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência. Torna obrigatória, finalmente, a comprovação da abertura e correta manutenção da conta bancária vinculada, para fins de participação da empresa prestadora de serviços em licitações públicas, e prevê o controle dos recolhimentos pela tomadora de serviços e pelo sindicato da categoria.

Face ao elevado senso de justiça social da proposta, temos a certeza do apoio dos ilustres deputadas e deputados à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. — **Nelson Pellegrino**, Deputado Federal PT/BA.

Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 7-7-06. — **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 1.398/2006/SGM/P

Brasília, 7 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Moroni Torgan  
Anexo IV – Gabinete nº 445  
Nesta

Assunto: Devolução de Proposição.

Senhor Deputado,

Reporto-me ao Projeto de Lei nº 7.276, de 2006, de sua autoria, que “Determina o atendimento de preso perigoso somente por defensor público”.

Encaminho em devolução o projeto em apreço, em virtude de já se encontrar em tramitação na Casa proposição de sua autoria de idêntico teor (Projeto de Lei nº 7.136/06).

Atenciosamente, — **Aldo Rebelo**, Presidente.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.276, DE 2006**

(Do Sr. Moroni Torgan)

#### **Determina o atendimento de preso perigoso somente por defensor público.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei determina o atendimento de preso perigoso exclusivamente por defensor público.

Art. 2º O Art. 15 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 15. ....

Parágrafo único. O preso perigoso, conforme determinação do juiz da execução penal, somente poderá receber assistência jurídica de defensor público (NR)”

Art. 3º O Art. 66 da Lei 7.210, de 11 de junho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 66 ..... XI — nomear defensor público para presos perigosos. (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O crescimento apavorante das facções criminosas criadas e controladas por presidiários exige, sem demora, que o legislador adote medidas que impeçam esse descalabro.

O estudo dos acontecimentos tem mostrado que indubitavelmente a questão da comunicação dos presos com seus asseclas que estão a solta é o principal pilar que sustenta esse tipo de organização. Para que

essa comunicação aconteça têm sido imprescindíveis dois tipos de ação: o uso de telefones celulares clandestinos e as informações passadas por pessoas que visitam os presos. Dentre estes, infelizmente, avultam os advogados que denigrem a classe profissional a que pertencem e que na verdade não são legítimos advogados, mas somente membros da facção criminosa com carteira da OAB.

Para evitar que o PCC e organizações análogas continuem patrocinando pessoas em cursos de direito, somente para que obtenham advogados em seu quadro de assalariados, é preciso que se impeça criminosos que estejam cumprindo pena, que sejam declarados pelo Juiz da Execução Penal membros de facções criminosas, de serem atendidos por esses falsos e corrompidos advogados.

O Estado pode atender os direitos constitucionais desses presos dando a eles atendimento judiciário obrigatório pela defensoria pública. Essa simples medida contribuirá sobremodo para o combate à ação das organizações criminosas e será medida de proteção e valorização da classe dos advogados, que também é ofendida pelo atual estado calamitoso de coisas.

Por todo o exposto, conclamamos nossos Nobres pares a aprovarem este projeto.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Moroni Torgan**.

Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 1.400/2006/SGM/P

Brasília, 10 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **Alexandre Cardoso**  
Anexo IV – Gabinete nº 205  
Nesta

Assunto: Devolução de Proposição.

Senhor Deputado,

Reporto-me ao Projeto de Lei Complementar nº 368, de 2006, de sua autoria, que “Dispõe sobre a aplicação dos depósitos de poupança.

Encaminho em devolução o projeto em apreço, em virtude de já se encontrar em tramitação na Casa proposição de sua autoria de idêntico teor (Projeto de Lei Complementar nº 167/04).

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**Nº 368, DE 2006**

(Do Sr. Alexandre Cardoso)

### **Dispõe sobre a aplicação dos depósitos de poupança.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A aplicação dos depósitos de poupança, pelas instituições financeiras, obedecerá ao disposto na lei.

Art. 2º As instituições financeiras ficam obrigadas a aplicar, na própria praça de captação, trinta por cento dos depósitos de poupança captados em cada município.

Parágrafo único. Das aplicações previstas por esta lei, cinquenta por cento deverão destinar-se ao financiamento do setor produtivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

A caderneta de poupança constitui-se tradicionalmente no instrumento mais eficiente de captação de recursos, especialmente no interior do País. Por outro lado, informações obtidas junto ao Banco Central demonstram que os depósitos de poupança têm sido aplicados, quase que exclusivamente, nas grandes metrópoles, no financiamento do consumo, à elevadas taxas de juros.

Ao nosso ver, esta é uma distorção que precisa ser corrigida, uma vez que os depósitos de poupança, por apresentarem baixo custo de captação, precisam ser aplicados no financiamento ao setor produtivo, gerando emprego e renda nos locais onde são gerados. Nossa posição está em consonância com a Constituição da República, cujo art. 192 atribui ao Sistema Financeiro Nacional o papel de “promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade”.

Para corrigir esta distorção, nosso projeto de lei complementar determina que, pelo menos 30% dos depósitos de poupança efetuados em cada município sejam ali mesmo aplicados. Deste volume de recursos, pretendemos que a metade seja aplicada no financiamento ao setor produtivo, o que contribuirá para a geração de empregos.

Pelos motivos acima expostos contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2006. – Deputado **Alexandre Cardoso**, PSB/RJ.

Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício nº 214-L-PFL/06

Brasília, 4 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Dr. Pinotti para integrar, como membro titular, a Comissão Especial destinada a ouvir os diversos posicionamentos a respeito do tema e propor medidas visando a Reforma Universitária, em substituição ao Deputado Clóvis Fecury.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**,  
Líder do PFL.

Defiro. **Publique-se.**Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. PSDB Nº 751/2006

Brasília, 5 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, para integrar, como membro titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.679/01, que trata sobre a obrigatoriedade de adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo, em substituição ao Deputado Bosco Costa.

Respeitosamente, Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

Defiro. **Publique-se.**Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 579

Brasília, 10 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico os Deputados Feu Rosa – PP/ES e Sandes Júnior – PP/GO, como Titulares, e Herculano Anghinetti – PP-MG e Ildeu Araujo – PP/SP, como Suplentes, para integrarem a Comissão Representativa do Congresso Nacional (julho-2006) prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte**, Líder do PP.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício nº 522/2006

Brasília, 5 de julho de 2006

Exmo. Sr.  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, os Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), na qualidade de Titular e o Senhor Deputado José Militão (PTB-MG), na qualidade de Suplente, para integrar a Comissão Representativa do Congresso Nacional, a que se refere o art. 58, § 4º, da Constituição Federal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 259-PP/2006 – CCJC

Brasília, 28 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.591-B/04, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 260-PP/2006 – CCJC

Brasília, 28 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.610-B/01, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 263-PP/2006 – CCJC

Brasília, 28 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.732-A/2004.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente, Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 269-PP/2006 – CCJC

Brasília, 4 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 495/2006 e 339/04, apensada, apreciadas por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 270 – PP/2006 – CCJC

Brasília, 4 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 5.471/2005, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 271 – PP/2006 – CCJC

Brasília, 4 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.828-B/2001, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of.P – nº 71/2006

Brasília, 28 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.548-A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, Deputado **Moreira Franco**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício nº 180/06 – Pres.

Brasília, 28 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Aldo Rebelo  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada em 21-6-2006, proferiu parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.133/05, nos termos do parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Respeitosamente, – Deputado **José Militão**, Presidente.

**Publique-se.**Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.



Brasília, 7 de julho de 2006

Ex<sup>mo</sup> Sr.

Deputado Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

No mês de março pedi licença da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos de interesse particular.

Comunico a Vossa Excelência que no dia 8 de julho do corrente mês minha licença se encerrará. Por conseguinte, reassumo o meu mandato de Deputado Federal a partir do dia 9 deste mês.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência expressões de estima e consideração.

Atenciosamente, – **José Roberto Arruda**, Deputado Federal.

**Publique-se.** Ao senhor Diretor-Geral.

Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.263, DE 2006**

(Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

**Dispõe sobre o monitoramento dos efeitos da radiação ionizante sobre a saúde de populações localizadas em regiões em que ocorram atividades nucleares.**

**Despacho:** Às Comissões de: Minas e Energia; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a obrigatoriedade do monitoramento dos efeitos das radiações ionizantes sobre a saúde humana em regiões onde ocorram atividades nucleares.

§ 1º. Para os efeitos desta lei, monitoramento é o conjunto de ações que visam o acompanhamento e a avaliação dos efeitos das radiações ionizantes na saúde humana, ao longo de determinado tempo.

§ 2º. Para os efeitos desta lei, considera-se atividade nuclear:

a mineração, o processamento e o beneficiamento de minerais e minérios que contenham elementos nucleares;

a industrialização e/ou beneficiamento de materiais e/ou concentrados com radionuclídeos naturais associados, exceto as atividades de interesse nuclear descritas na Lei 4.118 de 27 de agosto de 1962, alte-

rada pelas leis 6.189 de 16 de dezembro de 1974 e 7.781 de 27 de junho de 1989;

o enriquecimento de urânio e a produção de combustíveis nucleares e de radioisótopos;

os reatores nucleares de geração de energia ou destinados à pesquisa;

os depósitos de rejeitos radiativos iniciais, intermediários ou finais;

as áreas descomissionadas, onde no passado havia qualquer das atividades relacionadas nos itens acima.

Art. 2º O Poder Público, por meio de seus órgãos de controle, registro e fiscalização da área de saúde, encaminhará ao responsável pela atividade nuclear, órgãos ou autarquias, empresas públicas ou privadas, os planos de monitoramento específicos estabelecidos para cada atividade.

§ 1º Os planos de monitoramento específicos deverão ser apresentados e discutidos em audiência pública, convocada pelo respectivo órgão de saúde, de controle, registro e fiscalização, antes de serem encaminhados aos responsáveis pela atividade nuclear, órgãos ou autarquias, empresas públicas ou privadas.

§ 2º Os planos de monitoramento adotarão critérios específicos para cada atividade.

§ 3º Os planos de monitoramento específicos deverão ser implementados por entidades públicas ou particulares cadastradas e autorizadas pelo respectivo órgão de saúde, de controle, registro e fiscalização.

§ 4º Os custos de execução dos planos de monitoramento específicos serão de responsabilidade do órgão ou empresa que promova a atividade nuclear.

§ 5º Cabe ao Poder Público fiscalizar a implementação dos Planos de monitoramento de saúde da população instalada em torno de cada atividade nuclear.

§ 6º O monitoramento de saúde deve ser feito sobre a população moradora de um raio mínimo de 15 Km em torno da atividade nuclear.

Art. 3º O Poder Público, através dos órgãos de saúde, controle e fiscalização das atividades nucleares, deverá acompanhar a implementação dos planos de monitoramento de saúde.

§ 1º Cabe ao Poder Público a difusão de relatórios anuais com os resultados intermediários e conclusivos do monitoramento específico.

§ 2º O Poder Público, através do seu órgão competente, dará ampla divulgação à população local e nacional dos resultados conclusivos apresentados nos relatórios de monitoramento específico.

§ 3º O Poder Público providenciará a imediata paralisação da atividade quando se constatar que a população corre riscos ou que ela foi contaminada devido à atividade.



Art. 4º Com base nos relatórios de monitoramento, caberá ao Poder Público decidir sobre a manutenção ou a cassação do registro da atividade nuclear.

Parágrafo único. Caberá recurso, por parte do órgão ou empresa interessada, da decisão do respectivo órgão de saúde, controle, registro e fiscalização, o qual terá noventa dias para confirmar a decisão ou para requisitar novos estudos.

Art. 5º Os órgãos de saúde, controle, registro e fiscalização poderão indeferir pedido de registro ou suspender registro de atividade nuclear no caso em que resultados de monitoramento realizados em outros países indicarem efeitos indesejáveis à saúde humana.

Parágrafo único. No ato administrativo que determinar o indeferimento do pedido ou a suspensão do registro da atividade com base no previsto no *caput* será estabelecido prazo adequado para que o órgão ou empresa interessada apresente novas informações ou estudos em contraposição ao apresentado pelo Poder Público.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em noventa dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Em que pese as manifestações contrárias à atividade nuclear feitas por especialistas, cientistas, estudiosos, ambientalistas, é o cidadão comum o maior refratário à tais atividades. Isto porque, ao longo de sua turbulenta e misteriosa história, o Programa Nuclear Brasileiro nunca quis (ou soube como) responder a este cidadão ou cidadã duas questões básicas: qual o risco que corre a comunidade, qual o nível de segurança. Optou-se pelo silêncio, pelo segredo. E isto, naturalmente, gerou o medo na população.

Hoje, quem reside ou transita por áreas próximas onde há atividade nuclear não sabe se está contaminado. Desconhece o essencial. E, ao invés de atender a demanda legítima da sociedade, informando-a sobre o seu estado de saúde, os dirigentes da empresa optam pela apresentação do marketing institucional, que revela um falso estado de paz e tranqüilidade, ocultando a realidade. Como a população não acredita nestas campanhas, muita naturalmente mantém sua desconfiança quanto à atividade.

Em contrapartida, nossa proposta pretende fazer com que a comunidade tenha uma avaliação real do quadro de saúde local, identificando se há ou não contaminação, e, enfim, se estão ocorrendo danos à saúde. Desfaz-se a lenda, o mito, e se tem um dado real.

Nossa proposta ataca uma questão presente hoje no Programa Nuclear Brasileiro, a falta de transparência em suas ações. Ela atribui ao Poder Público

a oportunidade de abrir à comunidade local informações que lhe dizem respeito de imediato, no caso, a saúde. Por ela, cabe ao Poder Público, elaborar planos de monitoramento que serão avaliados em audiência pública, e não mais em recintos fechados. Estabelece ainda planos específicos de monitoramento, porque uma atividade de mineração é distinta de uma atividade de processamento de combustível.

Os planos de monitoramento, depois de debatidos em audiência, serão supervisionados pelos órgãos competentes, e seus resultados difundidos amplamente. Trata-se aqui de resgatar o direito de todo cidadão de estar informado sobre os riscos à saúde por residir nas vizinhanças de atividade potencialmente causadora de danos. Estamos, portanto, propondo o óbvio, corrigindo uma falha lamentável do Estado brasileiro. Monitorar a população residente nas proximidades de atividades nucleares é urgente e fundamental, porque é um direito cidadão que hoje não é respeitado.

Esta proposta ainda considera o fato de que, constatados danos à saúde da população, será imediatamente paralisada a atividade nuclear causadora, cabendo ao Poder Público adotar as demais medidas saneadoras.

Em virtude da importância da matéria, solicitamos aos nobres colegas o apoio à esta iniciativa.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Deputado **Luciano Castro**, Presidente.

### PROJETO DE LEI Nº 7.268, DE 2006

(Do Poder Executivo)

**MSC Nº 454/2006**

**AVISO Nº 633/2006 – C.Civil**

**Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.**

**Despacho:** Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 Ricd); Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Ficam criadas as Escolas Técnicas Federais do Acre, com sede na cidade de Rio Branco; do Amapá, com sede na cidade de Macapá; do Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande e de Canoas, no Rio Grande do Sul, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 2º Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de Brasília – DF, de Marabá – PA, de Nova Andradina – MS e de São Raimundo das Mangabeiras – MA como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Art. 3º A Escola Técnica Federal de Porto Velho – RO, criada nos termos do art. 3º da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, constituindo-se em entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 4º Ficam criados, na forma dos Anexos I, II, III e IV, 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos de professor de 1º e 2º graus; 360 (trezentos e sessenta) cargos de técnico-administrativo em educação de nível intermediário (níveis C e D); 225 (duzentos e vinte e cinco) cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior (nível E), bem como 09 (nove) cargos de direção – código CD-2; 27 (vinte e sete) cargos de direção – código CD-3; 54 (cinquenta e quatro) cargos

de direção – código CD-4; 45 (quarenta e cinco) funções gratificadas – código FG-1 e 90 (noventa) funções gratificadas – código FG-2.

Parágrafo único. O provimento dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de que tratam o **caput** fica condicionado à prévia verificação e declaração do ordenador de despesa quanto à existência de disponibilidade orçamentária e ao cumprimento do disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 5º As instituições de educação profissional e tecnológica de que trata esta Lei serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao respectivo funcionamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Educação.

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**ANEXO I**  
**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E**  
**ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS**

INSTITUIÇÃO	DOCENTES	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	
		NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS – RS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA – DF	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ – PA	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA – MS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS – MA	50	40	25
<b>TOTAIS</b>	<b>450</b>	<b>360</b>	<b>225</b>

**ANEXO II**  
**QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA AS NOVAS**  
**ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS**

INSTITUIÇÃO	CD - 2	CD - 3	CD - 4	FG - 1	FG - 2	Total
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS – RS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA – DF	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ – PA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA – MS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS – MA	01	03	06	05	10	25
<b>TOTAIS</b>	<b>09</b>	<b>27</b>	<b>54</b>	<b>45</b>	<b>90</b>	<b>225</b>

**ANEXO III**  
**DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**  
**PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS**  
**QUADRO I**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	03	15
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	15
ASSISTENTE SOCIAL	01	05
BIBLIOTECÁRIO - DOCUMENTALISTA	03	15
CONTADOR	01	05

ENGENHEIRO / ÁREA	02	10
JORNALISTA	01	05
MÉDICO / ÁREA	02	10
PEDAGOGO / ÁREA	03	15
PROGRAMADOR VISUAL	01	05
PSICÓLOGO / ÁREA	01	05
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	04	20
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>125</b>

**QUADRO II**

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	28	140
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	10
TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ÁREA	07	35
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	15
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>200</b>

**ANEXO IV**  
**DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**  
**PARA AS NOVAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS**  
**QUADRO III**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	02	08
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	08
ASSISTENTE SOCIAL	01	04
BIBLIOTECÁRIO - DOCUMENTALISTA	03	12
CONTADOR	01	04
ENGENHEIRO / ÁREA	02	08
JORNALISTA	01	04
MÉDICO / ÁREA	02	08
MÉDICO-VETERINÁRIO	01	04
NUTRICIONISTA / HABILITAÇÃO	01	04
ODONTÓLOGO	01	04
PEDAGOGO / ÁREA	03	12
PSICÓLOGO / ÁREA	01	04
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	03	12
ZOOTECNISTA	01	04
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

**QUADRO IV**

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	22	88
ASSISTENTE DE ALUNOS	03	12
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	06	24
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	02	08
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	01	04
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	01	04
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	04

TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ÁREA	02	08
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	08
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>160</b>

E.M.I. Nº 29

Brasília, 29 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que cria as Escolas Técnicas Federais do Amapá, do Acre e do Mato Grosso do Sul, sediadas nas capitais dos respectivos estados; a Escola Técnica Federal de Canoas/RS, na região metropolitana de Porto Alegre; e as Escolas Agrotécnicas Federais de Brasília/DF, Marabá/PA, Nova Andradina/MS e São Raimundo das Mangabeiras/MA, bem como altera a denominação da Escola Técnica Federal de Porto Velho, criada nos termos da Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, além de promover a constituição dos quadros efetivos e de cargos em comissão necessários ao funcionamento das instituições ora mencionadas.

A apresentação da proposta em comento encontra-se alinhada à preocupação deste governo em resgatar o protagonismo da União Federal no que concerne à expansão da oferta de educação profissional pública e gratuita. Essa posição de protagonista estava, até bem pouco tempo atrás, inviabilizada por força da redação do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 1994, cujo texto então vigente exprimia uma explícita vedação à União Federal de promover a criação de novas unidades de ensino técnico e/ou agrotécnico, a não ser mediante o estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações do setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Tal conformação somente veio a ser modificada com a sanção da Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005, após dezoito meses de tramitação no Congresso Nacional.

Já na exposição de motivos que acompanhava o projeto de lei que deu origem à Lei n.º 11.195, chamávamos a atenção à problemática das Unidades da Federação que não contam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, seja de ensino técnico-industrial seja de ensino agrotécnico, situação ainda hoje verificada nos estados do Acre, do Amapá, do Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Em absoluto contraste, em outras 19 Unidades da Federação, as primeiras escolas de formação profissional estão prestes a completar 100 anos de existência, atuando há mais tempo que as próprias Universidades Federais.

Convém destacar que foi justamente a obrigatoriedade de estabelecimento de parcerias para a implantação de unidades de ensino técnico – marca central do modelo anterior – a principal razão que impediu o Governo Federal de dispor as condições ne-

cessárias para que estados reconhecidamente menos desenvolvidos em termos industriais – caso típico de Acre e Amapá, por exemplo – pudessem se unir as demais 23 UF que já contam com os relevantes serviços prestados pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, pelas Escolas Agrotécnicas Federais e pelas Escolas Técnicas Federais, algumas dessas instituições atuando desde 1909 na formação profissional em todos os níveis de ensino, no aprimoramento tecnológico dos processos de produção e no fortalecimento das estratégias de impulso ao desenvolvimento local e regional. Analogamente, algumas regiões mais interioranas permanecem carentes de investimentos públicos em educação profissional, em cuja situação se encontram o sudeste do Pará, o sul do Maranhão e o leste do Mato Grosso do Sul.

A proposta de criação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA ancora-se na necessidade de oferecimento de formação profissional para a região que possui a maior concentração de assentamentos rurais em todo o país. A região, marcada nos noticiários pelos conflitos e mortes no campo, possui, em contrapartida, uma forte característica de coesão entre os movimentos sociais rurais e as instituições federais que atuam na implementação de uma agricultura familiar sustentável e tipicamente amazônica. A criação da primeira Escola Agrotécnica Federal de pedagogia da alternância para formação de jovens agricultores(as) assentados(as) na Amazônia é, indubitavelmente, um dos grandes desafios deste Governo.

No caso da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras/MA, a região a ser considerada abrange todo o sul do estado do Maranhão, privilegiada em termos de condições climáticas, propulsoras da atividade agrícola na região, mas notoriamente atrasada em termos de indicadores educacionais. Propõe-se uma ação formadora com ênfase na elevação de escolaridade, particularmente no que diz respeito ao ensino médio profissionalizante, haja vista que, nessa área de atuação, a instituição mais próxima está localizada a 450 Km de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

No Mato Grosso do Sul, a população da Região do Vale do Invinhema já deveria estar usufruindo os serviços da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina desde o ano de 1992, época em que as obras deveriam ter sido concluídas. Hoje, a referida unidade permanece como obra inacabada, tendo em torno de 8.000 m² de edificações já concluídas e pouco mais de 6.000 m² de obras a serem complementadas. Os órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União têm se posicionado recorrentemente no sentido de que cabe à União ofe-



recer solução definitiva para o caso da EAF de Nova Andradina, evitando que todo o investimento de recursos públicos já realizado venha a se perder pela deterioração da obra apenas parcialmente realizada.

Em Canoas/RS, região metropolitana de Porto Alegre, concentra-se a principal atividade industrial da capital gaúcha. Uma vez implantadas as Escolas Técnicas Federais do Acre, em Rio Branco; do Amapá, em Macapá; do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande; e de Rondônia, em Porto Velho, o Rio Grande do Sul passaria a ser o único estado brasileiro desprovido de uma Escola Técnica Federal em sua capital, situação que propomos seja resolvida pela implantação da Escola Técnica Federal de Canoas, à medida que a posição de destaque desse município na atividade industrial gaúcha e a sua localização geográfica na região da Grande Porto Alegre justificam a escolha como conciliadora de dois critérios fundamentais: sintonia com os arranjos produtivos locais e capacidade de atendimento às regiões com a maior concentração populacional.

Essas considerações, Sr. Presidente, objetivam demonstrar que a presente proposta, se aceita por Vossa Excelência e levada a cabo pelos parlamentares, cuidaria de oferecer ao país uma distribuição geográfica adequada das instituições federais de educação profissional e tecnológica, na qual todas as 27 Unidades da Federação contariam com pelo menos uma unidade de ensino técnico ou agrotécnico, ao mesmo tempo que todas as suas capitais estariam sendo atendidas por, pelo menos, uma Escola Técnica Federal ou Escola Agrotécnica Federal.

Para a implantação das nove unidades mencionadas no presente Projeto de Lei serão necessários recursos da ordem de R\$ 23,8 milhões para os investimentos em infra-estrutura e aquisição de mobiliários e equipamentos para laboratórios.

Em relação aos quadros de pessoal, projeta-se uma composição padrão de 50 docentes, 40 técnicos-administrativos em educação de nível intermediário e 25 de nível superior. O quadro de funções comissionadas para as autarquias congrega, por escola, 1 cargo de direção – código CD-2, 3 cargos de direção – código CD-3, 6 cargos de direção – código CD-4, cinco funções gratificadas – código FG-1 e 10 funções gratificadas – código FG-2.

Em números totais, a proposta em questão implica na criação de 450 cargos de professor de 1ª e 2ª graus; 360 cargos de técnico-administrativo em educação de nível intermediário (nível D), 225 cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior (nível E), 9 cargos de direção CD-2, 27 cargos de di-

reção CD-3, 54 cargos de direção CD-4, 45 funções gratificadas FG-1 e 90 funções gratificadas FG-2.

No cenário de provimento integral dos cargos ora referidos – o que certamente seria realizado apenas a partir de 2008 para todas as instituições, à exceção da EAF de Nova Andradina/MS, a repercussão financeira com gastos de pessoal seria da ordem de R\$ 27,1 milhões, já projetados para a anualização da despesa.

Por fim, defendemos que todos os cargos a que se refere esta proposta sejam criados na estrutura do Quadro Permanente do Ministério da Educação, a quem competirá regular a sua redistribuição às novas unidades, à medida que esteja assegurada a existência de instalações físicas adequadas e de recursos financeiros destinados ao respectivo funcionamento.

Respeitosamente, – **Fernando Haddad, Paulo Bernardo Silva**

#### PROJETO DE LEI Nº 7.269, DE 2006

(Do Sr. Jair Bolsonaro)

**Altera a redação do § 1º do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.**

**Despacho:** Às Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e VII deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

O Estatuto do Desarmamento deixou grave lacuna ao não contemplar determinadas categorias profissio-

nais que, efetivamente, necessitam do armamento para o desempenho de suas funções e para a preservação de sua própria vida, mesmo no horário de folga.

Infelizmente, com a ocorrência de nefastos acontecimentos, constata-se a incoerência desta nova lei que impede a utilização, pelos guardas e agentes prisionais, de armas de fogo fornecidas pela instituição a que pertencem, para utilização fora de serviço.

Neste sentido, procuramos evidenciar a necessidade desses profissionais de terem a garantia do porte de armas em razão do desempenho de suas funções, dado à peculiaridade de sua profissão e pela impossibilidade de adquirirem esse armamento pela evidente e absurda baixa remuneração.

Certo de contar com o urgente apoio dos nobres pares, oferecemos esta contribuição para a adequação de nosso ordenamento jurídico.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2006. – Deputado **Jair Bolsonaro**.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.274, DE 2006**

(Do Sr. Luiz Alberto)

**Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, para incluir o ministro de confissão religiosa de matriz africana como segurado individual.**

**Despacho:** Às Comissões de: Seguridade Social e Família; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12, inciso V, alínea c, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 .....

.....

V – .....

c) o ministro de confissão religiosa, inclusive o de matriz africana, e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 11, inciso V, alínea c, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 .....

.....

V – .....

c) o ministro de confissão religiosa, inclusive o de matriz africana, e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A Constituição republicana de 1891 consolidou o Estado laico no Brasil, ao estabelecer os princípios básicos de liberdade religiosa. A Carta Política de 1988, por sua vez, reafirmou o caráter laico do Estado, assegurou as liberdades de crença, de culto e de organização religiosa, declarou *inviolável a liberdade de consciência e de crença* em seu art. 5º, inciso VI, assim como garantiu, no inciso VIII, que *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa*.

Ocorre que a atual legislação previdenciária considera como contribuintes individuais o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, porém não faz qualquer remissão ao sacerdote ou sacerdotisa das religiões de matriz africana, acarretando a possível exclusão dos mesmos dos dispositivos referentes ao enquadramento como segurado individual do Regime Geral de Previdência Social. Trata-se da manifestação de uma discriminação com raízes históricas, ligadas à perseguição e marginalização de que foram vítimas os adeptos das religiões de origem africanas, que foram intensamente reprimidas pelo Estado ao longo da nossa história, mas que, como visto, não encontra abrigo em nossa Lei Maior.

De fato, ministros religiosos desfrutam de uma dupla condição. Por um lado, são líderes espirituais de suas comunidades com uma série de implicações difusas, referentes a tal condição. Por outro lado, são profissionais que tem sua condição reconhecida para diversos efeitos, inclusive formais tais como classificação profissional e acesso a aposentadoria e outros benefícios.

Como outra profissão qualquer, ministros religiosos observam padrões de conduta que devem seguir no serviço ou fora do serviço. Ministros religiosa funcionam essencialmente como administradores eclesiásticos profissionais. São suas muitas as responsabilidades de ministros religiosos. Entre tais responsabilidades poderíamos destacar: fazer pronunciamentos como parte de funções rituais ou atividades correlatas; visitar os doentes, ministrar funerais, casamentos; supervisionar eventos sociais e de doutrinação religiosa; aconselhar os que têm problemas; participar de atividades colegiadas com outros membros de sua denominação ou



de caráter ecumênico; reunir e supervisionar o quadro de funcionários, ministros auxiliares, líderes da mocidade, pessoal administrativo e equipes de evangelização ligados aos lugares de culto; supervisionar a administração do local de culto.

Essas funções são amplamente reconhecidas para aqueles que exercem o ministério religioso de diversas denominações. Entretanto, o mesmo não acontece com os sacerdotes e sacerdotisas de religiões de matriz africana. Dessa forma, consideramos fundamental inserir a previsão expressa de que o ministro de confissão religiosa de matriz africana deva ser incluído na mesma categoria dos ministros de outras religiões, para efeitos previdenciários.

Ante o exposto, e pela relevância social da matéria, contamos desde já com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Luiz Alberto** – PT/BA.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.277, DE 2006**

(Da Sra. Socorro Gomes)

**Altera e dá nova redação ao Artigo 3º, Inciso III, parágrafo 3º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2.003, e dá outras providências.**

**Despacho:** Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Art. 1º O parágrafo 3º, Inciso III, do Artigo 3º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2.003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....  
Inciso III ...

§ 3º Cabe ao empregador informar, no demonstrativo mensal de rendimentos do empregado, discriminando individualmente cada operação contratada, fazendo constar o valor e o número da parcela que está sendo paga naquele mês, o número total de parcelas contratadas, bem como os custos operacionais referidos no § 2º deste artigo;”

Art. 2º Esta Lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

#### **Justificação**

A proposta aqui apresentada objetiva tornar mais claras e acessíveis, ao empregado, as informações relacionadas com os empréstimos, financiamentos

ou arrendamentos eventualmente contratados por ele em conformidade com a Lei n.º 10.820/2003, possibilitando-lhe um controle efetivo do seu orçamento e os meios necessários para o exercício da fiscalização e do acompanhamento mensal da referida transação.

Esta proposta de modificação do texto, foi motivada por saber que o principal público alvo beneficiário das medidas por ela preconizadas é formado pelos trabalhadores, aposentados e os pensionistas. Clientela esta, que em sua maioria, é formada por pessoas com um baixo nível de escolaridade, que por sua condição sócio-econômica-cultural não dominam com facilidade os dados de controle financeiro, enfim, são pessoas que devem ter fácil acesso às informações aqui tratadas.

Especificamente propõe-se informar ao trabalhador, aposentado ou pensionista, de uma forma clara, quanto ele está pagando pelos serviços contratados, quantas parcelas já foram pagas, quantas parcelas ainda faltam pagar e o valor das referidas parcelas. Todas estas informações deverão constar do contracheque do empregado e deverão ser prestadas individualmente para cada uma das operações eventualmente contratadas.

Sala de Sessões, 4 de julho de 2006. – **Socorro Gomes**, Deputada Federal, PcdB-PA.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.281, DE 2006**

(Do Sr. Sarney Filho)

**Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal na Baixada Maranhense.**

**Despacho:** Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal da Baixada Maranhense, no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A Universidade Federal da Baixada Maranhense, terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, em áreas que caracterizem sua inserção regional.

Art. 2º A Universidade Federal da Baixada Maranhense terá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas

jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

Parágrafo único. Inicialmente, a Universidade Federal da Baixada Maranhense poderá ser instituída como campus da Universidade Federal do Maranhão, por tempo determinado, com vistas à criação das condições para seu pleno estabelecimento.

Art. 3º A implantação da Universidade Federal da Baixada Maranhense fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei n.º 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação.

### Justificação

A Microrregião da Baixada Maranhense é composta pelos municípios de Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferear, Viana e Vitória do Mearim. As estimativas do IBGE indicam, que em 2005, a população alcançada cerca de 512 mil habitantes.

A demanda por educação superior é latente nestes municípios. Poucos habitantes têm nível superior de educação; no entanto, em muitos municípios a porcentagem de jovens entre 15 a 17 anos que freqüentam escolas de nível médio é superior a 50 por cento. É muito importante não frustrar a potencialidade destes para o desenvolvimento econômico e social da região.

O Estado do Maranhão dispõe de uma pequena rede de instituições de educação superior, constituída da Universidade Federal do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão e de 18 pequenas instituições privadas. A grande maioria é situada na capital do Estado, São Luiz, onde estão concentrados cerca de dois terços dos alunos.

É portanto, patente a necessidade de expandir a oferta de educação superior pública, em nosso Estado.

A criação de uma universidade federal voltada para o desenvolvimento de ensino e de pesquisa será, certamente, de grande benefício à população, especialmente aos jovens, e aos setores econômicos e sociais responsáveis pelo desenvolvimento de toda a região do grande pólo da Baixada Maranhense.

Por estas razões, conto com o apoio dos senhores e senhoras parlamentares desta Casa para a aprovação desta proposta de criação de uma universidade federal na região da Baixada Maranhense.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Sarney Filho**.

## PROJETO DE LEI Nº 7.282, DE 2006

(Do Sr. Leandro Vilela)

**Inscribe o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no livro dos Heróis da Pátria.**

**Despacho:** Às Comissões de: Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscribe-se o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositando no Panteão da Liberdade e democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O propósito deste projeto é promover a justa e oportuna inscrição do nome do Brigadeiro Sampaio no *Livro dos Heróis da Pátria*, permanentemente depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Nascido em Tamboril, no Ceará, em 1810, cedo demonstrou seu pendor pela carreira militar, galgando postos por merecimento graças a inúmeras demonstrações de bravura, tenacidade e inteligência. Foi alferes em 1836; primeiro-tenente em 1839; capitão em 1843; major em 1852; tenente-coronel em 1855; coronel em 1861; general em 1864 e brigadeiro em 1865.

Sampaio teve atuação destacada na maioria das campanhas de manutenção da integridade territorial brasileira e das que revidaram as agressões externas na fase do Império: Icó (CE), 1832; Cabanagem (PA), 1836; Balaida (MA), 1838; Guerra dos Farrapos (RS), 1844-45; Praieira (PE), 1849-50, Combate à Oribe (Uruguai), 1851; Combate à Monte Caseros (Argentina), 1852; Tomada do Paissandu (Uruguai), 1864; e Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai), 1866. Foi condecorado por seis vezes, no período de 1852 a 1865, por Dom Pedro II, então imperador do Brasil.

Recebeu três ferimentos na data do seu aniversário, 24 de maio, na batalha de Tuiuti, em 1866. O primeiro, por granada, gangrenou-lhe a coxa direita; os outros dois foram nas costas. Faleceu a bordo do navio-hospital Eponina, em 6 de julho de 1866.

Homem puro e patriota, Sampaio destacava-se por ser capacitado e corajoso, inteiramente dedicado à vida militar. Exemplo de exponencial bravura, Sampaio foi consagrado Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro, em 1940, pelo então presidente da República Getúlio Vargas.

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									1.000.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
29 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)							1.000.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000.000
			F	3	1	90	0	360	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

EM Nº 66/2006/MP

Brasília, 12 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2. Os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

3. A urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra, pois a postergação da execução dessas despesas se dará sob risco de inviabilizar a compra e escoamento de safras, o que implicaria prejuízos social e econômico para as regiões com excedente de produção.

4. Desse modo, a imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada por esse crédito extraordinário, as quais demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências, constituíram as circunstâncias que levaram à proposição da presente Medida Provisória.

5. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

6. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo.**

Ofício nº 274 (CN)

Brasília, 4 de julho de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 298, de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

Informo, por oportuno, que à Medida foi oferecida 1 (uma) emenda e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.

Atenciosamente, – Senador **Renan Calheiros**,  
Presidente.

# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, ADOTADA EM 20 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO, NO VALOR DE R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS), PARA O FIM QUE ESPECIFICA”.**

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
FERNANDO DINIZ	1

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00001**

Mensagem 052/2006-CN

MPV 298/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO**

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, para a região da ADENE, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas entre 2001 a 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I - de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

\* O alongamento ou renegociação destes débitos atingirão até o ano de 2000 nas mesmas condições da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, para a região da ADENE.

§ 2º A formalização das operações de que trata o caput deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 3º A medida de que trata o caput aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 4º Fica autorizada a repactuação de dívidas, nas condições acima, oriundas de operações de crédito rural, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, inclusive as operações originalmente contratadas ao amparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

**JUSTIFICAÇÃO**

Neste período de 1998 a 2000 a atividade rural foi afetada por secas reconhecidas pelo Governo Federal e, a partir do ano de 2001, os juros se tornaram fixos para a região da ADENE e, ainda, várias linhas de financiamento a exemplo do BNDES vigoram juros indexados pela TJLP, mesmo para setores prioritários, destacando a fruticultura, etc. Esta é a oportunidade de corrigir estas graves distorções que ainda existem no crédito rural desta região diferenciada constitucionalmente

CÓDIGO

FERNANDO DINIZ

NOME DO PARLAMENTAR

UF

MG

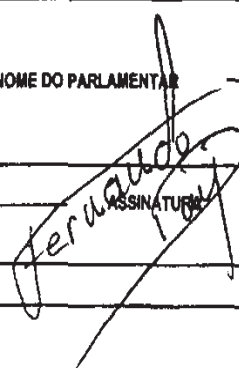
PARTIDO

PMDB

DATA

26/06/06

ASSINATURA





**PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD)****Nº 307, DE 2006**

(Do Sr. João Alfredo)

**Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários e Justiça no Campo na Câmara dos Deputados.**

**Despacho:** Decorrido o Prazo Regimental Previsto no Artigo 216, § 1º do RICD, Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 .....

.....

XIX – Comissão de Assuntos Fundiários e Justiça no Campo:

política e questões fundiárias;

reforma agrária;

justiça agrária;

direito agrário, destacadamente:

1 – uso ou posse temporária da terra;

2 – contratos agrários;

3 – colonização oficial e particular;

4 – regularização fundiária;

5 – aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira;

6 – alienação e concessão de terras públicas;

e) conflitos coletivos pela posse da terra.

Art. 2º Revoga-se a alínea “b”, do inciso I, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A chamada “questão agrária brasileira” é marcada pela concentração fundiária e violência contra as populações que vivem diretamente da terra ou que lutam para ter acesso a ela.

Dados oficiais revelam que 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo Incra no País. Por outro lado, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais procuram um pedaço de chão para trabalhar e

centenas de nações indígenas lutam pela efetivação do direito, constitucionalmente assegurado, à demarcação de suas terras.

A alta concentração da propriedade da terra dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em uma estrutura agrária inibidora do desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e extensão da cidadania democrática à população do campo.

A concentração da terra é a principal responsável pelos conflitos fundiários ocorridos em todas as regiões do Brasil e pelos altíssimos índices de violência existentes no meio rural. Levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão ligado à Igreja Católica, revela que, em 2003, ocorreram 1.690 conflitos no campo, envolvendo 1,19 milhão de pessoas, resultando na morte de 73 trabalhadores rurais. Em 2004, foram registrados 1.801 conflitos, envolvendo cerca de 1,08 milhão pessoas, com 39 assassinatos.

A impunidade dos assassinos estimula a prática da violência. Dados da CPT, referentes a 2003, informam que, nas duas últimas décadas, 1.349 lavradores foram assassinados em decorrência da luta por terra, em 1003 ocorrências registradas. Apenas 75 dessas ocorrências resultaram em julgamentos; 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. No caso dos mandantes, apenas 15 foram condenados.

A ação ou omissão dos três poderes que integram a República Federativa do Brasil contribui para manter inalterados, senão para agravar, os conflitos fundiários. A participação do Poder Executivo é evidente, na medida em que historicamente não consegue se antecipar ao conflito, realizando a reforma agrária e demarcando as terras indígenas. Desde a promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), o poder público está expressamente autorizado a realizá-la. Concretamente, porém, essa política pública é implementada pontualmente somente quando o conflito social já está instalado.

A responsabilidade do Poder Legislativo decorre das dificuldades existentes para remoção dos entraves legais existentes nos processos de desapropriação e arrecadação de terras para a reforma agrária, bem como pela não aprovação de leis que coibam a ação dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos do povo do campo. Um dos exemplos mais emblemáticos da omissão do Congresso Nacional é a não aprovação definitiva da PEC 438/2001, que prevê a expropriação de áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo.



O Poder Judiciário é co-responsável, porquanto setores desse poder, afinados com a visão civilista da propriedade, têm se utilizado de dois pesos e duas medidas para tratar as questões da terra: são morosos para decidir sobre as ações de desapropriação e de arrecadação de imóveis destinados à reforma agrária, bem como as de demarcação das terras indígenas; e extremamente céleres na proteção possessória de grandes proprietários ou mesmo pretensos proprietários. Ou seja, são lentos quando os beneficiados são trabalhadores e indígenas, e rápidos quando estão em jogo os interesses dos grandes proprietários e grileiros. Além disso, esses setores conservadores do Judiciário são coniventes com a impunidade de executores e mandantes de assassinatos de sem-terra.

Os conflitos fundiários resultam em gravíssimas violações dos direitos humanos das populações envolvidas. Basta lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás que, a par de resultar na morte de 19 trabalhadores rurais, deixou dezenas de homens, mulheres, idosos e crianças feridas e atormentadas pela tragédia. O triste episódio completou 10 anos em 2006 sem que ninguém fosse responsabilizado pelo crime em decisão transitada em julgado.

Dada a complexidade do tema, entendemos que a Câmara dos Deputados deve constituir uma Comissão Permanente de Assuntos

Fundiários e Justiça no Campo, com competência específica para conhecer as proposições e demais questões relacionadas à política fundiária, à reforma agrária, à justiça agrária, ao direito agrário e aos conflitos coletivos pela posse da terra. A Comissão poderá receber, avaliar e investigar denúncias relativas aos conflitos coletivos pelo uso e posse da terra, bem como fiscalizar e monitorar os programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos dos trabalhadores rurais sem terra, assalariados, pequenos agricultores, assentados em projetos de reforma agrária, pessoas atingidas pelas barragens e comunidades indígenas, entre outras populações.

Esta proposição consta do relatório vencido da CPMI da Terra, apresentado pelo Relator da Comissão Deputado João Alfredo. Tendo em vista os relevantes objetivos sociais de que se reveste nosso projeto, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos ilustres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Deputado **João Alfredo**, (PSol/CE), Deputado **Adão Pretto**, (PT/RS), Deputado **Anselmo**, (PT/RO), Deputado **Jamil Murad**, (PCdoB/SP), Deputado **Luci Choinacki**, (PT/SC), Deputado **Zé Geraldo**, (PT/PA).

## **INDICAÇÃO Nº 9.328, DE 2006**

(Do Sr. Jaime Martins)

**Sugere ao Executivo o envio de medida provisória ao Congresso Nacional referente à reorganização do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário, e em nome dos Parlamentes que dela fazem parte, bem como dos demais Deputados, Senadores e entidades da sociedade civil que se preocupam com o desenvolvimento do País e com a qualidade e eficiência do setor de transportes brasileiro, nos dirigimos a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte.

A liquidação da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, tem exigido diversas medidas com vistas ao saneamento das pendências advindas da reestruturação do setor. O Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF, autarquia eminentemente assistencial, tem, neste momento, oportunidade ímpar de ter sua situação definida na forma solicitada, resolvendo-se, ao mesmo tempo, parte dos embaraços que ainda permeiam a liquidação da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA.

Com a criação da Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, o Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF resgata sua fonte originária, possibilitando a formação do arcabouço legal necessário para o cumprimento de suas funções institucionais alcançando, não só a sofrida classe dos ferroviários como as dos demais modais de transportes. Dessa forma, gera também a efetiva condição de estender esses benefícios não só aos trabalhadores da ativa, mas especialmente àqueles que, aposentados, estão carentes de uma assistência eficaz que lhes proporcionem a vida digna que fizeram por merecer.

Para tanto, enviamos a V. Ex<sup>a</sup>., anexos a esta indicação, documento da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário, onde apresentamos os motivos que demonstram a importância e a urgência com que devem ser tomadas e que entendemos ser essenciais não apenas para se atingir a excelência no setor social do trabalhador do transporte, especialmente ferroviário, mas para a obtenção de um desenvolvimento sócio-econômico pleno e sustentável, desta categoria que com seu suor, suas lágrimas e as vezes com sua própria vida levou o progresso aonde somente a ferrovia podia levar.

Neste momento Senhor Presidente, temos a condição de contribuir para a inclusão social da categoria dos trabalhadores do transporte, de maneira até simples, que é a revitalização do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF, substituindo a sua atual instituição mantenedora – Rede Ferroviária Federal S/A em liquidação – RFFSA pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT

Sala das Sessões, 29 de junho de 2006. – Deputado **Jaime Martins**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República  
Submetemos a superior deliberação de V.Exa. a anexa minuta de Medida Provisória que altera a Lei 10.233 de 05 de junho de 2001 que dispõe da Reestruturação do Setor de Transportes, a Lei nº 3.891 de 26 de abril de 1961 que dispõe da criação do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF e a Lei nº 6.171 de 09 de dezembro de 1974 que trata da extinção do DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO – DNEF;

A presente proposta trata da reorganização do SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO – SESEF, jurisdicionado à Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, exclusivamente em função da extinção do DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

O SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO – SESEF embrionariamente foi idealizado em 1949, no então, Ministério da Viação e Obras Públicas, em proposta do Departamento Nacional de Estradas de Ferro – DNEF, através da Portaria nº 162 de 15 de fevereiro de 1949, inicialmente denominado SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO EDUCACIONAL À FAMÍLIA DOS FERROVIÁRIOS – S.A.C.E.F.F.;

Decorridos treze anos de sua idealização, a Lei nº 3.891, de 26 de abril de 1961, instituiu o SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO – SESEF, nos moldes atuais, constituído dentro do Departamento Nacional de Estradas de Ferro – DNEF, autarquia federal, com atribuições voltadas para as ferrovias;

Em 9 de dezembro de 1974, a Lei nº 6.171 extinguiu o Departamento Nacional de Estradas de Ferro – DNEF. Registre-se que sua extinção abriu uma lacuna que, somente agora, veio a ser preenchida através da criação da Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária no DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DOS TRANSPORTES – DNIT. A estrutura e atividades do DNEF, foram, então, dispersadas para o GEIPOT e para próprio o Ministério dos Transportes ficando, entretanto, a maior parte delas concentradas na RFFSA;

A RFFSA, criada em 30 de setembro de 1957, através da Lei n. 3.115, somente, neste momento –

1974 -, é que passou a ser a Instituição mantenedora do SESEF por força da extinção do DNEF;

Com o processo de liquidação da RFFSA, através do Decreto nº 3.277 de 07 dezembro de 1.999 alterado pelo Decretos n. 4.109 de 30 de janeiro de 2002 e pelo Decreto n. 5.103 de 11 de junho de 2004, o SESEF perdeu o referencial de sua Instituição mantenedora.;

A Lei nº 10.233 de 05 de junho de 2001 criou o Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre – DNIT, autarquia, tendo sofrido alteração recente pela MPV 283/2006 que incluiu em sua composição a Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária;

O SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO – SESEF possui quadro de pessoal próprio com trezentos empregados, patrimônio imobiliário próprio nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Maranhão, uma receita de quatro milhões proveniente de contribuições dos beneficiados do PLANO DE SAÚDE DOS FERROVIÁRIOS – PLANSEF, entidade de autogestão regulada pela Lei nº 9.656/98 junto à Agência Nacional de Saúde – ANS, distribuídos em dezoito estados mais o Distrito Federal em aproximadamente seiscentos municípios.

Em 2003, atual administração do SESEF, acompanhando as diretrizes do Presidente da República no que diz respeito as políticas sociais, implementou o Projeto SESEF TOTAL, que é composto de:

SESEF Social – Prestar assistência social aos nossos clientes estratégicos e a comunidade. Ex: Assistência médico – odontológica preventiva, fornecimento de carteira de identidade, carteira profissional e cartão cidadão, palestras informativas, serviços básicos de higiene e asseio, corte de cabelos, tratamento de mãos e unhas;

SESEF Plantar – Incentivo a cooperativas de horticultura, inclusive com fins terapêuticas e medicinais. Ex: hortas de leguminosas, verduras e raízes medicinais;

SESEF Cooperativar – Implantar cooperativas de mão de obra e serviços. Ex: Cooperativas de Reciclagem de lixo, de fabricação de tijolos e telhas, de fraldas infantis e geriátricas, de vassouras e materiais de limpeza, de produtos manufaturados e de energia fotovoltaica.

SESEF Educar – Incentivo a educação e cultura. Ex: criação de salas de telecursos 1º grau e 2º grau, expansão do ensino profissionalizante técnico e criação de bibliotecas fixas e itinerantes e palestras e cursos para edificação da cidadania;

SESEF Lazer – Realização da implantação de Colônias de Férias e unidades de repouso. Ex: colônia de Vitória – ES, colônia de São Luiz – MA, colônia de Curitiba – PR e Convênios

SESEF Cuidar – Prestar serviços de assistência médica, odontológica, farmacológica, funeral e complementação previdenciária;

SESEF Legal – Prestar serviço de assistência jurídica as empresas do ramo de transportes e seus empregados, aos sindicatos, as federações e associações;

SESEF Criar – Incentivo a criação de animais em pequena e média escala, Ex: aves de pequeno porte (canários, curiós e etc), aves de grande porte (Avestruz).

Face a criação da Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária do DNIT, que em muito se assemelha com a estrutura e atribuição do DNEF, considerando as distintas épocas de cada um, o SESEF encontra oportunidade única de resgatar sua origem, voltando para uma instituição mantenedora nos moldes de quando da sua criação. Ou seja, procedendo-se a substituição da RFFSA pelo DNIT;

Com a liquidação da RFFSA, diversas medidas têm sido necessárias, e efetivamente tomadas, com vistas ao saneamento das pendências advindas da reestruturação do setor. E sendo o SESEF uma entidade de natureza eminentemente social, este momento é oportunidade ímpar de ter sua situação encaminhada na forma solicitada, resolvendo-se, ao mesmo tempo, parte dos embaraços que ainda permeiam a liquidação da RFFSA.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº**

**Altera a Lei 10.233 de 05 de junho de 2001 que dispõe da Reestruturação do Setor de Transportes, a Lei nº 3.891 de 26 de abril de 1961 que dispõe da criação do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF e a Lei nº 6.171 de 09 de dezembro de 1974 que trata da extinção do DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS FERRO – DNEF**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art 1º O artigo 105 da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001 passa a ter a seguinte redação:

Art. 105 – O Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF, criado pela Lei 3.891 de 26 de abril de 1961, no antigo Departamento Nacional de Estradas de Ferro – DNEF, jurisdicionado à Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, passa para o Departamento Nacional

de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT, mantidas suas finalidades.

Parágrafo Primeiro:: Mediante ato do Poder Executivo, o Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF será ajustado às disposições deste artigo.

Parágrafo Segundo: As Estradas de Ferro Nacionais, sob a administração de autarquias, sociedades mistas federais ou estaduais, concessionárias e concedentes ficam obrigados a cobrar, sobre as tarifas vigorantes, uma taxa adicional de 2% (dois por cento), cujo produto constituirá o Fundo Social Ferroviário, destinado ao cumprimento dos objetivos desta lei.

Art. 2º Ficam transferidos para o Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF, os imóveis por ele ocupados de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A – Em Liquidação;

Art. 3º Fica revogado o art. 3. e parágrafo único da Lei 6.171 de 09 de dezembro de 1974

Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

#### **INDICAÇÃO Nº 9.329, DE 2006**

(Do Sr. Zé Geraldo)

**Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, que sejam tomadas medidas urgentes para atender a necessidade de implantação de uma agência bancária com caixa eletrônico, no município de Cumaru do Norte, Estado do Pará.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda:

O deputado Zé Geraldo se dirige ao Excelentíssimo Senhor para apresentar a seguinte indicação:

Atendendo a solicitação da população do município de Cumaru do Norte, Estado do Pará, que passa por dificuldades resultantes dos serviços bancários prestados no local.

O município conta com apenas da agência “Banco Postal Bradesco Correios” não atendendo as demandas.

Solicito ao Excelentíssimo Senhor providências imediatas no sentido da implantação de uma agência bancária com caixa eletrônico no município de Cumaru do Norte, para que se possa resolver esse entrave, pois o referido município está em pleno processo de desenvolvimento e esse tipo de incentivo é fundamental para a prestação de serviços à população.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Zé Geraldo** PT/PA.

**INDICAÇÃO Nº 9.330, DE 2006**

(Do Sr. Zé Geraldo)

**Sugere ao Ministro das Comunicações, através da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, implantação da cobertura de telefonia celular no município de Cumaru do Norte, Estado do Pará.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações:

Considerando o isolamento dos habitantes desse município;

Considerando a necessidade de inclusão dessa região aos meios ágeis de comunicação e de tecnologia avançada; e

Atendendo a uma legítima e estratégica reivindicação da população do município, dirijo-me ao Excelentíssimo Senhor para solicitar a urgência no encaminhamento desta proposição, sugerindo a cobertura de telefonia celular no município de Cumaru do Norte, Estado do Pará.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006.

**INDICAÇÃO Nº 9.331, DE 2006**

(Do Sr. João Grandão)

**Sugere ao Ministro da Fazenda o pagamento de seguro agrícola a agricultores do Mato Grosso do Sul.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda:

Quando do financiamento da última safra agrícola, inúmeros produtores do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, adquiriram apólices da seguradora do Banco do Brasil contra fenômenos climáticos adversos. O procedimento teve como motivação o afastamento da possibilidade de perdas que poderiam comprometer o equilíbrio financeiro da atividade.

A precaução mostrou-se justificável. Nos meses que se seguiram ao plantio, muitas localidades do Estado foram acometidas por longos períodos de estiagem, o que reduziu, em alguns casos de forma drástica, a produção das lavouras. Diante do iminente prejuízo, coube aos produtores o requerimento dos benefícios garantidos pelas apólices anteriormente contratadas. Segundo informações que nos chegam, alguns dos segurados obtiveram sucesso no trâmite de seus processos na seguradora; outros, entretanto, vêm enfrentando morosidade na obtenção da justa indenização.

Como é de conhecimento de V. Sr<sup>a</sup>, nos últimos anos a agricultura vem enfrentando dificuldades como a moeda nacional mais valorizada na colheita do que no plantio, preços em queda das principais *commodities* do setor e adversidades climáticas seguidas. Diante de tantas restrições, as indenizações de que se trata têm papel significativo para a recuperação do dinamismo econômico dos produtores afetados, assim como para a implantação da safra 2006/2007.

É por isso, Sr. Ministro, que sugiro que esse Ministério oriente o Banco do Brasil S.A. a agilizar as providências necessárias à efetivação das indenizações garantidas pelas apólices contratadas junto à seguradora da instituição.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **João Grandão** – PT/MS.

**INDICAÇÃO Nº 9.332, DE 2006**

(Da Sra. Telma de Souza)

**Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a inclusão do estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Sistema Braille como matérias extracurriculares no ensino fundamental e no ensino médio.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Considerando que a promoção da inclusão social das pessoas portadoras de deficiência, mediante a remoção de preconceitos, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, o estabelecimento de condições de autonomia e de meios para o exercício efetivo da cidadania é objetivo central das políticas públicas atuais e de toda a legislação referente a essas pessoas;

Considerando a necessidade de se cumprir a garantia constitucional de educação para todos, assegurando às pessoas portadoras surdas e às cegas o direito de aprender, por meio da oferta de diferentes linguagens e instrumentos que permitam a sua inclusão efetiva nas instituições de ensino públicas e privadas;

Considerando que a definição de diretrizes curriculares nacionais é competência do Ministério da Educação (MEC), ouvido o Conselho Nacional de Educação (CNE), como órgão consultivo dessa instância ministerial, nos termos da Lei n.º 9.131/95, que “*altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências*”;



Considerando, ainda, que a Resolução Nº 2, de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que “*institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*”, estabelece em seu art. 12 o dever de assegurar a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o Sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

Vimos propor a oferta obrigatória da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Sistema Braille como disciplinas extracurriculares do ensino fundamental e do ensino médio, disponíveis para quaisquer interessados – alunos e professores, portadores de necessidades especiais ou não –, para que se efetive a possibilidade de inclusão integral das pessoas cegas e surdas no ambiente escolar.

Aguardamos o acolhimento de nossa sugestão, com a certeza de que a medida que ora propomos torna real a possibilidade do convívio mais rico entre diferentes e do acesso pleno aos conteúdos e às oportunidades educacionais pelos portadores de necessidades especiais.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputada **Telma de Souza**, Deputado **Federal Zé Geraldo** PT/PA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

##### **REQUERIMENTO Nº 4.162, DE 2006**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a apensação do Projeto de Lei nº 907/2003, que “modifica a redação da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil” ao Projeto de Lei nº 5.314/2005, que “altera o art. 2.038 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a cobrança de laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bens aforados”, nos termos do art. 142 do Regimento Interno desta Casa.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipadamente agradeço renovando protestos de estima e consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

**Defiro.** Apense-se o PL nº 907/03 ao PL nº 5.314/05. Oficie-se e, após, publique-se.

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

#### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### **REQUERIMENTO Nº 4.182, DE 2006**

(Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

**Requer a revisão do despacho inicial do Projeto de Lei nº 3.421/2004, do Sr. Antonio Carlos Biscaia, que “Dispõe sobre a efetivação de pagamentos da remuneração do trabalho por cooperativas de crédito e sobre o tratamento fiscal às aplicações financeiras efetuados naquelas entidades”, no sentido de que seja incluída a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 41, XX, combinado com os artigos 141 e 32, VI, do Regimento Interno da Casa, solicito a Vossa Excelência proceder à revisão do despacho inicial concedido ao Projeto de Lei nº 3.421/04, do Sr. Antonio Carlos Biscaia, que “Dispõe sobre a efetivação de pagamentos da remuneração do trabalho por cooperativas de crédito e sobre o tratamento fiscal às aplicações financeiras efetuados naquelas entidades”, no sentido de que seja incluída a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, renovo protestos de estima e consideração.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006. – Deputado **Anivaldo Vale**.

**Indefiro**, pois a Proposição foi distribuída nos termos regimentais. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

##### **REQUERIMENTO Nº 4.192, DE 2006**

**Solicita prorrogação do prazo de Comissão Especial – Reforma do Judiciário.**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, seja prorrogado o prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 358-A, de 2005, do Senado Federal, que “altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134, da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências”, por vinte sessões.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2006. – Deputado **Átila Lins**, Presidente.

**Defiro, ad referendum** do Plenário.

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**REQUERIMENTO Nº 4.022, DE 2006**

Ofício nº 802/2006-GP

Brasília (DF), 24 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor

Deputado Aldo Rebelo

DD Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de solicitar a Vossa Excelência autorizar a desapensação das PEC de minha autoria nºs 151/1995 e 156/1995, respectivamente, às PEC nºs 534/2002 e 151/1995, possibilitando a entrada de ambas na pauta de votação.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência quanto ao assunto, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente, – Deputado **Gonzaga Patriota**, PSB – PE.

Indefiro a solicitação de desapensação, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, do art. 142, do RICD (matéria análoga ou conexa). Oficie-se. **Publique-se.**

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**REQUERIMENTO Nº 4.161, DE 2006**

(Do Sr. Marcelino Fraga)

**Requer a retirada da Proposta de Fiscalização Financeira e Controle nº 103, de 2005.**

Encaminhei Proposta de Fiscalização e Controle, a fim de obter a regular tramitação nesta Casa, e serem adotadas medidas necessárias para realização de ato de fiscalização e controle, por meio de órgãos competentes, tais como Secretaria de Receita Federal, por meio de suas delegacias, Secretarias de Fazenda de cada Estado e Banco do Brasil, acerca dos atos praticados pelas redes de venda de eletrodomésticos, que são acusadas de prática de juros abusivos.

Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assuntos envolvendo empresas que vendem eletrodomésticos e consumidores constituem-se como relação de consumo, determinada no âmbito do direito privado.

“Constituem-se atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões: 1 – os passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial referida no art. 70 da Constituição Federal; II – os atos de

gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado; III – os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade; IV – os de que trata o art. 253 (art. 60 RICD).”

A proposta não se enquadra aos incisos II, III e IV do art. 60 do RICD. Com relação ao inciso I, é necessário análise de viabilidade constitucional.

**Constituição Federal**

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Trata-se de pessoa jurídica privada, porém que não utiliza, arrecada, guarda, gerencia ou administra dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Ademais, como já fora demonstrado acima, a proposta se refere à relação de consumo, não envolvendo dinheiro público, e sim mera transação de compra e venda.

Deste modo, tendo em vista a proposição não se adequar aos preceitos regimentais e constitucionais, cumpre salientar que não satisfaz aos pressupostos processuais de admissibilidade, conseqüentemente não é cabível análise de mérito

Sendo assim, requiro a retirada da PFC nº 103, de 2005.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2006. – Deputado **Marcelino Fraga**.

Defiro, nos termos do art. 104, c/c art. 114, VII, do RICD. Oficie-se. **Publique-se.**

Em 7-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.



**REQUERIMENTO Nº 4.175, DE 2006**

(Do Sr. Deputado Cabo Júlio)

**Solicita tramitação em separado das Propostas de Emenda à Constituição nº 534/2002 e nº 151/1995.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação em separado das Propostas de Emenda à Constituição nº 534, de 2002 e nº 151, de 1995.

Em Requerimento anterior, de nº 3.391/2005, foi solicitada a tramitação em conjunto sob a expectativa de que a apensação da PEC nº 534/2005 a PEC nº 151/1995, empreenderia melhor fluxo de tramitação da proposição, contudo, observou-se que a conjunção provocou uma desaceleração no processo.

Por isso, rogamos a aprovação do presente Requerimento, com vistas a resguardar às guardas municipais, aparelho de importância auxiliadora da Polícia Militar, a agilização no trâmite da PEC nº 534/2005.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2006. – Deputado **Cabo Júlio**, PMDB/RJ.

Indefiro a solicitação de desapensação, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, c/c art. 142, do RICD (matéria análoga ou conexa). Oficie-se. **Publique-se.**

Em 10-7-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – A Presidência esclarece ao Plenário que esta sessão não servirá para contagem dos prazos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Passa-se ao

**IV – PEQUENO EXPEDIENTE**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara*, a proximidade do término dos trabalhos desta Casa, com o recesso a ocorrer a partir do dia 17, torna imperiosa a apreciação, pelo Plenário, de algumas matérias de inquestionável relevância, para as quais se voltam as atenções de ponderáveis segmentos da opinião pública brasileira, que não mais entendem a protelação que se há registrado em torno de questões de indiscutível preeminência, como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a proposta de emenda constitucional relativa à minirreforma tributária e a que altera a composição numérica das Câmaras Municipais, além

da que se reporta à situação dos funcionários requisitados, a PEC nº 2, de 2003.

No que tange à primeira das citadas iniciativas, há uma tendência consensual, tantas e seguidas vezes referenciadas, como exigência de nossa realidade empresarial, na forma ressaltada, recentemente, desta tribuna, pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, em meio à manifestação solidária dos eminentes colegas de quase todas as bancadas que aqui se representam.

Em relação à minirreforma, vale destacar que o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já expressou o seu endosso ao acréscimo de 1% na redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios, tema que justificou a presença em Brasília de caravanas de Prefeitos, como forma de legítima pressão sobre o Executivo e o Legislativo, com vistas a alcançar aquela finalidade, capaz de favorecer as comunas do nosso País.

Por sua vez, a PEC nº 333, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, nos termos do parecer emitido pelo Relator Luiz Eduardo Greenhalgh, passou a expressar o sentimento das Câmaras Municipais, desejosas de contar com maior contingente de edis, sem que isso implique qualquer acréscimo na despesa pública.

Agora mesmo, ao visitar algumas cidades do interior cearense, recebi solicitação dos Vereadores suplentes para que voltasse a insistir no acolhimento daquela iniciativa do Parlamentar gaúcho, o que faço agora, com redobrado empenho, na expectativa de que haja concordância das várias bancadas que congregam representantes da Maioria e da Minoria.

Com isso, poderíamos voltar às nossas bases, após o dever cumprido, a exemplo do que fez o Senado na semana anterior, quando numerosas medidas provisórias e outros itens polêmicos foram submetidos a discussão e votação, sem qualquer obstrução que impedisse o respectivo trâmite.

Chegou a hora de a Câmara dos Deputados também seguir o posicionamento da outra Casa, dando lugar a que cumpramos o elevado encargo, legislando, como é o nosso dever institucional. Se assim não o fizermos, ampliaremos a faixa de desgaste em que estamos enquadrados, o que longe está de fortalecer o arcabouço democrático.

Acredito, pois, que o Presidente Aldo Rebelo e as Lideranças partidárias, numa conjugada postura, superarão dificuldades conjunturais e imporão ritmo mais célere à nossa ação nas próximas horas. Do contrário, seremos inexoravelmente julgados, de forma desprimorosa, pela sociedade civil organizada, com cobertura da vigilante mídia, por meio de todos os veículos de comunicação social do País.

Que não nos defrontemos mais com falta de *quorum* nesta fase derradeira que antecede o término das atuais atividades, no dia 17 deste mês!

A convocação que recebemos foi a uma fase de ingente afã, tendo por base todas essas iniciativas, listadas no curso deste pronunciamento, cuja inspiração maior é o sentido de cabal cumprimento das nossas obrigações para com milhões de compatriotas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes neste plenário.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (PFL – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre as empresas que prestam serviços a esta Casa. Não sei como é feita a licitação desses serviços terceirizados pela Câmara, mas o fato é que constantemente as empresas têm causado sérios problemas na hora de efetuar o pagamento dos seus servidores, em particular dos da limpeza. Já houve casos de proprietários dessas empresas sumirem e deixarem os servidores terceirizados em dolorosas situações.

Fico a me perguntar, então, que cuidados a Câmara dos Deputados deveria ter em relação às empresas que prestam serviços.

Ora, os trabalhadores da limpeza são pessoas humildes, simples e ganham um miserável salário. E felizmente, graças a Deus, Ministro do TCU abortou a decisão de reduzir os salários dos nossos terceirizados.

Agora, a empresa Parceria – que, aliás, não é parceria de ninguém; pode até ter feito parceria com alguém, mas esse alguém está escondido – já atrasou o pagamento dos servidores da limpeza em 10 dias. Quem pagará as contas desse pessoal? E o que me impressiona é esse fato acontecer na Câmara dos Deputados. Como é possível nossos servidores mais humildes ficarem sem receber seu salário? E, o pior: até agora não foi tomada nenhuma atitude, nem foi aplicada multa alguma contra a empresa.

Espero que nos próximos dias a referida empresa dê um jeito de pagar os seus trabalhadores da limpeza. Se é culpa da Câmara, não consigo entender o porquê. Como recursos existem, é injustificável a direção da Casa não interferir na empresa para que o pagamento seja efetuado.

Aproveito ainda oportunidade, Sr. Presidente, para cobrar do Presidente Aldo Rebelo providências – e que tenho absoluta certeza de que S.Exa. irá fazê-lo – no sentido de pagar os 21 anuênios atrasados dos nossos funcionários. Também não consigo entender a razão dessa demora. É o caso de se aplicar o velho ditado: casa de ferreiro, espeto de pau.

O plano de carreira dos servidores da Casa foi outro parto difícil, aprovado finalmente pelo Senado Federal. E só o foi porque o Deputado Inocêncio Oliveira foi até lá e pressionou o Presidente daquela Casa, o Senador Renan Calheiros. O inverso, porém, não ocorreu: o plano de cargos e salários do Senado chegou a esta Casa e foi rapidamente votado e aprovado.

Sr. Presidente, peço mais empenho da direção da Câmara dos Deputados e até mesmo dos Parlamentares, que têm a obrigação proteger e defender os menos favorecidos. Não será atrasando o salário de um coitado que ganha de R\$350,00 a R\$500,00 que haverá qualquer tipo de economia. Se o pagamento está atrasado é porque está faltando pulso de alguém que deve chegar àquela empresa e dar um ultimato: ou paga ou perde o polpudo contrato de prestação de serviços com a instituição. E, se isso ocorresse, não causaria nenhum problema, pois empresas para participar de licitações não faltam. Mas as empresas picaretas precisam ser banidas dos processos de licitação da Câmara dos Deputados. Não é possível que isso continue acontecendo entre nós.

Há pouco tempo, uma empresa prestadora de serviços da Câmara dos Deputados, se não me engano a PLANER, deu cano em todo mundo. Seus diretores sumiram e os funcionários ficaram a ver navios. A Câmara dos Deputados sequer exigiu da empresa substituta o aproveitamento dos empregados da PLANER.

Peço mais uma vez empenho da direção da Casa. Amanhã, se os funcionários não tiverem recebido seus salários, voltarei a esta tribuna e começarei a citar nomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARIOSTO HOLANDA** (PSB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para registrar minhas condolências à família do Prof. Joaquim Matos Neto, falecido no último dia 6, em Brasília.

Guardo recordação de carinho e de gratidão desse mestre que, no Ginásio Diocesano Padre Anchieta, em Limoeiro do Norte, no Ceará, nas décadas de 50, 60 e 70, ensinava-nos Matemática, História e Educação Física. Falo em nome de muitos limoeirenses reconhecidos a esse educador que soube não só nos ensinar, mas, sobretudo, orientar-nos para a escola da vida.

Abraço sua esposa, filhos e família.

Feito esse registro de pesar, comunico à Casa que amanhã, dia 11 de julho, às 22h, o Deputado Betinho Rosado e eu participaremos do programa *Expressão Nacional*, da *TV Câmara*, para debater o programa do biodiesel com os Ministros Pedro Brito, da Integração Nacional, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tenho certeza de que será uma

rica discussão, na qual serão ressaltadas, sobretudo, as ações voltadas para a inclusão social.

Devo destacar que o Ministério da Integração Nacional, por meio do DNOCS, em ação exemplar, inaugurou dia 30 de junho uma miniusina de biodiesel no Município de Tauá, no Ceará, com a presença do Ministro Pedro Brito, do Diretor-Geral do DNOCS, Eudoro Santana, do Diretor Francisco Quintino e do Sr. Fernando Portela, assessor do Ministro Patrus Ananias.

Em Tauá, mais de 200 famílias inscritas no Programa Bolsa Família cultivaram, numa área de 300 hectares, mamona destinada à produção de biodiesel. Foi uma demonstração efetiva de que, a partir do pequeno agricultor, poderemos produzir esse combustível que representará uma grande revolução no País, eis que se trata de combustível ecológico, que não agride o meio ambiente.

Preocupa-me agora, Sr. Presidente, o caminho que se está tomando, fazendo o biodiesel derivar somente para ações voltadas para a grande empresa, a exemplo do que aconteceu com o PROÁLCOOL, um programa de exclusão social.

Com a exemplar ação do DNOCS e do Ministério da Integração, que pretendem implantar, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social, miniusinas nos diferentes Estados do Nordeste, certamente demonstraremos à PETROBRAS e à ANP que a produção do biodiesel só agrega valor para o pequeno se for integrada – plantação, cultivo, extração do óleo e processamento –, a fim que ele tenha acesso a todos os recursos envolvidos na produção. Ficar a ação governamental restrita à compra da semente do pequeno produtor não agregará valor. Defendemos, sobretudo, que o pequeno produtor não só plante mamona, mas cultive, extraia o óleo, obtenha a torta, processe o óleo através da usina de transesterificação e obtenha o biodiesel e a glicerina. Só assim distribuiremos renda no sertão nordestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. SELMA SCHONS** (PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos a alegria de dizer que várias iniciativas dão sinais de que o Governo está começando a dar nova direção à política da saúde, com a introdução de concepções alternativas. O decreto que incluiu a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia e o termalismo como tratamentos possíveis de serem feitos pelo SUS representa claro indicativo de que a saúde está começando a ter novo tratamento, nova concepção, ou seja, está-se começando a trabalhar mais a prevenção e não só o tratamento da doença.

Nesse sentido, tramita na CCJ desta Casa projeto de lei, de nossa autoria, que cria a profissão de agente comunitário de saúde, visando fortalecer aqueles servidores que vão às casas da população acompanhar os idosos e quantos precisam de atendimento especial da saúde. Queremos fortalecer esse profissional, que já está sendo reconhecido como tal. Com a aprovação da proposta, deixarão de ocorrer as contratações precárias, por um ano apenas, e o agente de saúde passará, sim, a fazer parte do quadro do funcionalismo público municipal.

Preconizamos igualmente ampliar as atribuições desse profissional. Por isso, queremos que, mais do que agente de saúde, ele seja agente comunitário de saúde e do meio ambiente. Hoje, ele já exerce essas funções, mas no seu cadastro funcional não é anotado o seu desempenho no que diz respeito à questão ambiental e ao saneamento, tão importantes para o tratamento da saúde das pessoas.

Parabenizamos o Governo por incluído a acupuntura, o termalismo, a homeopatia e a fitoterapia entre os tratamentos reconhecidos pelo SUS.

Estivemos presente no Palácio do Planalto, no dia 22 de junho, por ocasião da assinatura de outro importante decreto que regulamentou o uso dos fitoterápicos, ou seja, o uso de importantes e ricas ervas medicinais presentes na flora brasileira no tratamento de várias doenças. Essa regulamentação é importante para dar força aos pesquisadores brasileiros, a fim de que, por exemplo, a marcelinha possa continuar brasileira, assim como o guaco e tantas outras espécies vegetais. Temos de registrar e patentear os princípios ativos presentes em muitas espécies da nossa flora que ainda são pouco pesquisadas.

Já tivemos a alegria de apresentar nesta Casa um pesquisador paranaense, o Sr. Elzo Ferreira, que faz interessante pesquisa sobre o xaxim, planta conhecida na mata brasileira. As pesquisas indicam que princípio ativo dessa planta poderá representar a cura para os asmáticos, além de ser também recomendado para outras doenças do sistema respiratório.

Com muita alegria, portanto, vemos que o Governo está dando efetivos sinais de que a saúde pode ser tratada de maneira mais ampla e alternativa, que mais categorias de profissionais são reconhecidas e aceitas para cuidar da saúde do brasileiro.

Registramos a importância do trabalho realizado nesta Casa pela Frente Parlamentar dos fitoterápicos para que esse método de tratamento seja regulamentado por lei. Reconhecemos o enorme esforço que tem sido feito pela Presidenta da ABIFITO – Associação Brasileira da Indústria Fitoterápica, a empresária paranaense Magrid Teske. E igualmente reconhecemos

o trabalho da Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar de regulamentação dos fitoterápicos, e sua importante contribuição como profissional de saúde – S.Exa. é assistente social – para que se dê maior atenção à saúde do povo brasileiro, não apenas em caso de doença, como tem ocorrido nos últimos anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*Nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, do Poder Executivo, que “estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências”, e*

*Resolve*

*I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;*

*II – convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 11 de julho, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 4 do Anexo II.*

*Brasília, 10 de julho de 2006. – Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados.*

*Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, do Poder Executivo, que “estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.*

**PT**

**TITULARES**

Carlos Abicalil  
Maria do Rosário  
Mariângela Duarte  
Paulo Delgado  
Paulo Rubem Santiago.

**SUPLENTES**

Iara Bernardi  
Neyde Aparecida  
Paulo Pimenta  
Reginaldo Lopes  
Walter Pinheiro

**PMDB**

**TITULARES**

Gastão Vieira  
João Matos  
Mauro Benevides  
Osmar Serraglio  
Osvaldo Biolchi

**SUPLENTES**

Almerinda de Carvalho  
4 vagas

**Bloco do PFL/PRONA**

**TITULARES**

Dr. Pinotti  
Onyx Lorenzoni  
2 vagas

**SUPLENTES**

4 vagas

**PSDB**

**TITULARES**

Átila Lira  
Nilson Pinto  
Professora Raquel Teixeira

**SUPLENTES**

Bonifácio de Andrada  
Gonzaga Mota  
Lobbe Neto

**PP**

**TITULARES**

Feu Rosa  
Francisco Dornelles  
José Linhares.

**SUPLENTES**

3 vagas.

**PTB**

**TITULARES**

Eduardo Seabra  
Fleury  
Jonival Lucas Junior

**SUPLENTES**

Neuton Lima  
Paes Landim  
1 vaga

**PL**

**TITULARES**

Jorge Pinheiro  
Milton Monti

**SUPLENTES**

Humberto Michiles  
1 vaga

**PSB**

**TITULARES**

Luiza Erundina  
1 vaga.

**SUPLENTES**

2 vagas

**PDT**

**TITULAR**

Maurício Quintella Lessa

**SUPLENTE**

Severiano Alves.

**PPS**

**TITULAR**

Rogério Teófilo

**SUPLENTE**

Airton Roveda.



**PCdoB****TITULAR**

Alice Portugal

**SUPLENTE**

Vanessa Grazziotin

**PV****TITULAR**

Marcelo Ortiz

**SUPLENTE**

1 vaga

**PSOL****TITULAR**

1 vaga

**SUPLENTE**

1 vaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Continuando o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lins.

**O SR. ÁTILA LINS** (PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer 3 registros que considero da maior importância.

Em primeiro lugar, desejo consignar que, no dia 7 do mês de junho passado, o *Diário Oficial* da União publicou ato do Presidente Lula que incluiu todos os Municípios do Estado do Amazonas no Programa Calha Norte.

Antes dessa decisão presidencial, 17 Municípios amazonenses não estavam inseridos no programa. E essa circunstância representava grande dificuldade, porque os recursos do Programa Calha Norte, não apenas os ordinários, mas também os provenientes de emendas individuais, de bancada ou coletivas, não tinham poder de ajudar os Municípios do Estado, como era o interesse e a intenção de todos nós.

Com a inclusão desses 17 Municípios, Sr. Presidente, o Amazonas por inteiro está no Programa Calha Norte. Aliás, já conseguimos o empenho de 14 milhões de reais de emenda de bancada de minha autoria, inclusive com o aval do Governador Eduardo Braga, porque os recursos são destinados ao Estado, que os repassará aos Municípios – isso se dá por meio do Código 30. Conseguimos, com isso, aquinhoar mais ou menos 35 Municípios com recursos do Programa Calha Norte, sem falar das emendas individuais. No meu caso, por exemplo, direcionei mais de 2,5 milhões de reais para o Programa Calha Norte, atendendo a outros tantos Municípios.

Quero agradecer ao Presidente Lula, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires, e ao Coordenador do Programa Calha Norte, Coronel Roberto Avelino, que foram sensíveis a esse pleito do Estado do Amazonas e fizeram com que fossem inseridos nesse programa todos os Municípios amazonenses. Agora, eles poderão ser aquinhoados com recursos do Governo Federal para

atender a uma série de obras e investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

Alguns convênios já foram firmados, mas os recursos financeiros, bloqueados em face da legislação eleitoral, só serão repassados ao Estado e, posteriormente, aos Municípios depois das eleições. Mas fica a certeza de que os recursos estão comprometidos com obras destinadas a atender às necessidades dos Municípios, como a construção de ginásios poliesportivos, estádios de futebol, casas de idosos, além de infra-estrutura urbana, como pavimentação de ruas, execução de meios-fios etc. E os recursos direcionados para uma série de obras em outros Municípios, os quais também já foram empenhados, serão, sem dúvida, liberados depois de outubro.

Passo agora, Sr. Presidente, ao segundo assunto. O Ministro das Comunicações, Hélio Costa, encaminhou expediente ao meu gabinete para informar que assinou portaria que autoriza o funcionamento de rádio comunitária no Município de Anori, Estado do Amazonas.

O Município de Anori não tem nenhuma rádio. Há muito tempo, não apenas o Prefeito Ernesto e o Vice-Prefeito Arquilau, mas os Vereadores e o povo daquela cidade esperavam por essa concessão.

Felizmente, o Ministro Hélio Costa acaba de assinar a portaria; o projeto competente já está nesta Casa, e todos esperam que nos próximos 90 dias possa essa rádio entrar em funcionamento para atender a tantos reclamos da população do Município de Anori.

Outros Municípios amazonenses, Sr. Presidente, a exemplo de Beruri, Atalaia do Norte, Barreirinha, Envira, também necessitam de rádios comunitárias.

Por último, quero registrar que hoje, possivelmente, o Senado Federal vai deliberar sobre a PEC, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que trata do orçamento impositivo. No momento em que o Congresso Nacional – aprovada pelo Plenário do Senado, a proposta em seguida será enviada a esta Casa – determinar que o Orçamento da União passa a ser impositivo, e não autorizativo como atualmente, o Poder Executivo estará obrigado a aplicar os recursos aprovados. No caso do orçamento autorizativo, o Governo inicialmente verifica se dispõe de recursos para, em seguida, aplicá-los.

O tema é polêmico, haverá muita discussão a respeito, mas o debate é positivo para podermos em muito breve ter um orçamento real e não uma peça de ficção como a que está hoje em vigor.

Muito obrigado.

**O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN** (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um assunto tem afligido a população de

Roraima, principalmente as pessoas que necessitam viajar de avião. Estamos no extremo norte do País e há muitas dificuldades para se sair de lá. Só podemos fazê-lo de barco ou de avião. Toda a sociedade está preocupada e sofre com a situação da VARIG.

Ontem, ao chegar ao aeroporto, várias pessoas enfermas que compraram passagens estão sem viajar, porque a VARIG cancelou o único voo diário (de madrugada) e deixou à mercê da sorte aqueles passageiros. Muitos, inclusive, fazem tratamento de saúde em outros Estados.

Como representante daquele povo, espero que a ANAC possa tomar alguma providência. O Governo Lula até mesmo se comprometeu a enviar aeronaves da Força Aérea Brasileira, se necessário, para trazer de volta passageiros que estão no exterior. Dentro do País não pode ser diferente. Hoje há apenas 1 voo da Gol, que sai de madrugada, da Capital, Boa Vista. Isso tem causado transtorno para os que vivem naquela sofrida região.

Estamos no período de chuvas, os rios estão cheios, pessoas estão desabrigadas, o que aumenta as epidemias. Também a grande dificuldade de locomoção, por via terrestre ou fluvial, retarda o atendimento das vítimas.

A partir do dia 17, a TAM disponibilizará um voo para Boa Vista.

Queremos chamar a atenção da ANAC para o elevado preço das tarifas, principalmente agora com a possível falência da VARIG. Outras empresas têm mantido o preço das passagens e não fazem promoções. A Gol faz algumas promoções, mas a TAM se tem aproveitado da situação. Com a ida da TAM para o nosso Estado, isso poderá gerar um transtorno financeiro ainda maior, porque as pessoas terão dificuldades de se deslocar, devido ao elevado preço das tarifas.

Chamamos a atenção da ANAC para que possa intervir junto a essas empresas aéreas, a fim de melhor atender aos passageiros daquela região, que são os que mais sofrem quando acontece qualquer tipo de problema no País.

O Norte sempre é esquecido, está sempre à mercê da sorte não somente em situações como essa, como também no que diz respeito ao desenvolvimento. Muitas vezes o Governo Federal impede o desenvolvimento tão esperado pela população. Refiro-me ao Governo Lula, mas também a administrações passadas que sempre se esqueceram da Região Norte. Estamos acima da Linha do Equador, na fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Queremos que o Governo Federal, ainda neste final de administração, olhe com mais carinho para aquele tão sofrido povo que defende a fronteira brasileira com muita dificuldade, mas com

muita honra, por se considerar brasileiro nato. Aquele povo foi para aquela região defender a fronteira brasileira, e hoje esses brasileiros são esquecidos pelas autoridades.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. esta oportunidade e reitero que continuaremos lutando em prol do desenvolvimento daquela região, mais especialmente em prol do povo de Roraima, tanto dos indígenas, que sempre viveram naquela região, quanto daqueles que foram para lá a fim de defender nossa fronteira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – A Presidência dá as boas-vindas aos professores que visitam Brasília e esta Casa. Sejam bem-vindos e sintam-se bem em nosso Parlamento.

Muito obrigado pela visita.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Feu Rosa, do PP do Espírito Santo. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

Solicito, antes, ao Deputado Pastor Frankembergen que assuma a Presidência da Casa, já que me pronunciarei após o Deputado Feu Rosa.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

*Durante o discurso do Sr. Feu Rosa, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Frankembergen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro nossa intenção e a do Presidente Aldo Rebelo de realizar logo mais, às 16h, uma reunião de todo o Colégio de Líderes, do Governo e da Oposição a fim de, quem sabe, firmar-se um propósito, ao final do semestre, nos últimos 3 dias antes do recesso – a exemplo do Senado, semana passada –, de limpar a pauta, desobstruí-la e substituir os entraves, nossas diferenças, inclusive, no mérito de muitas matérias.

O propósito é votar um conjunto de medidas provisórias que estão trancando a pauta e, ao mesmo tempo, alcançar matérias bastante nobres aos interesses dos cidadãos brasileiros, como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei de Incentivo ao Esporte, e encerrar a votação da Timemania, enfim, uma série de outras matérias.



Esperamos que todos os Líderes da base do Governo compareçam à sala do Presidente logo mais, às 16h. Igualmente é nossa esperança de que os Líderes de Oposição também estejam lá, a fim de que possamos, num diálogo franco, tranqüilo, aberto e transparente, estabelecer uma lógica de votação que comece hoje e se estenda até quarta-feira com objetividade e produtividade.

É o registro que faço e agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen)

– Está feito o registro, nobre Líder Beto Albuquerque. Esperamos que os demais Parlamentares se façam presentes para que possamos realmente limpar a pauta. No período em que estivermos em campanha, deveremos também acompanhar as demais convocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Machado, do PFL de Sergipe.

**O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO** (PFL – SE.

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta data, dia 10 de julho, é muito importante para o deporto de meu Estado e principalmente para minha cidade, Itabaiana. Venho à tribuna prestar uma homenagem, em nome do meu povo, à Associação Olímpica de Itabaiana, que trouxe e traz sempre grandes alegrias para nossa gente.

Há exatos 68 anos surgia em definitivo aquela que viria a se constituir numa das mais gloriosas agremiações esportivas do Nordeste e, em particular, de Sergipe: a Associação Olímpica de Itabaiana, que recebeu inicialmente os nomes de Santa Cruz, Brasil, Botafogo e, finalmente, ficando com o escudo e o nome de A. O. Itabaiana, que muitas alegrias viria a proporcionar aos seus inumeráveis torcedores, que se autodenominam de nação tricolor.

Seu 1º título foi conquistado em 1953. Após passar do amadorismo para a condição de clube profissional, já se consagrou como campeão sergipano por nove vezes, sendo cinco consecutivas (isso na 1ª divisão) e uma vez na 2ª divisão, além do título de Campeão do Nordeste e Vice-Campeão do Norte e Nordeste em 1971.

O Tremendão da Serra, como é também conhecido, representou o Estado de Sergipe em diversas versões da antiga Taça Brasil, Taça de Prata, Taça de Ouro, Copa Brasil, Campeonato Brasileiro de Futebol e Copa do Brasil.

Este ano, nosso querido tricolor deu à sua torcida um grande presente de aniversário: a conquista do título de Campeão da Copa Governador João Alves, o que lhe assegura o direito de representar, mais uma vez, Sergipe na Copa do Brasil do ano vindouro.

Queremos, nessa data, parabenizar a Associação Olímpica, mas queremos sobretudo parabenizar ao plantel de jogadores que muito se dedicam e se esforçam. Parabenizamos também os torcedores, que, com muito amor ao futebol, ajudam a construir a história gloriosa dessa instituição.

Atualmente, a Associação Olímpica de Itabaiana é presidida pelo desportista Alberto Nogueira e tem ainda em sua diretoria, como Vice-Presidente de Futebol, o também bel e desportista Amilton Gomes, Diretor Financeiro Luís Carlos Santana e Diretor Social Olivério Chagas.

Parabéns, torcedor de itabaiana! Este dia é seu!

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifesto minha solidariedade ao Padre José Martins, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Sapé, na Paraíba, que está sendo vítima de injúrias e difamações. Afirmo, com convicção, sua forma correta de atuação, sua postura honesta de pessoa voltada para as causas do povo, a serviço de todos os que habitam aquele Município. Registro minha solidariedade e apoio incondicional ao Padre José Martins.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem estive em Salgado de São Félix, na Paraíba, onde conversei com diversas pessoas, que estão preocupadas, porque lá apareceu uma dupla, Chico Paiva e Cláudia, afirmando que são técnicos da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social e que o Governo Lula havia determinado que o benefício relativo ao PETI fosse retirado dos que a ele tinham direito. Com isso tudo, quem ganharia a eleição seria o Sr. Alckmin. Isso é terrorismo!

Conversei com o Ministro Patrus Ananias, que me disse que essa informação é falsa. O povo de Salgado de São Félix pode ficar sossegado. Isso é terrorismo! É simplesmente uma jogada do Governo Estadual, do PSDB, do PFL, para ganhar votos com a mentira, o que não podemos aceitar. Não é verdade, repito. Conversei com o Ministro Patrus Ananias, que me afirmou que nada disso é verdade e que emitirá nota para ser divulgada em todos os Municípios, porque, segundo a tal dupla, essa prática seria ampliada para todo o Estado. Isso é algo que não podemos aceitar. O povo de Salgado, que ontem estava triste, desesperado, agoniado, pode ter certeza de que a suspensão não acontecerá. O Ministro Patrus Ananias me assegurou isso hoje de manhã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi reclamação de agricultores que foram ao Banco do Brasil pedir empréstimo relativo ao PRONAF B, programa

que disponibiliza recursos para a compra de animais. Eles conseguiram o documento do INCRA, o aval do banco, mas representante da EMATER, Sr. Roberto Pina, está barrando os processos, impedindo que o dinheiro seja liberado. Hoje conversei com representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que prometeu tomar providências com relação ao assunto. Se os agricultores têm esse direito e se o dinheiro está ali para empréstimo, não será um técnico da EMATER que vai barrar ou obstaculizar sua liberação para compra de animais.

Sr. Presidente, o povo de Salgado, que ontem estava triste, com a notícia que eu trouxe pode retomar sua alegria. Aqueles que espalham o terrorismo, que querem prejudicar o nosso Governo, o Governo Lula, não terão êxito, porque a população brasileira está consciente e vai reelegê-lo, para que governe por mais 4 anos este País.

Muito obrigado.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, decorridas quase 4 décadas da última reforma da educação superior no Brasil, o Ministério da Educação acaba de encaminhar a esta Casa a tão esperada proposta de reforma universitária.

A discussão a esse respeito já dura quase 2 anos, Sr. Presidente, envolveu cerca de 200 instituições, entidades da comunidade acadêmica, organizações empresariais e de trabalhadores e movimentos sociais da cidade e do campo.

O debate abrangeu questões prementes e visíveis, como, por exemplo, o financiamento das instituições de ensino superior públicas, o acesso e as questões emergentes associadas à inclusão e às ações afirmativas, e também a natureza da autonomia e da governança universitária. Essas questões, em linhas gerais, estão consolidadas no projeto de lei encaminhado recentemente a esta Casa.

Entretanto, nobres colegas, há outros assuntos de relevância extrema que ficaram à margem da proposta e que não podemos deixar escapar à discussão no âmbito desta Casa.

A respeito dessas questões, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Edson Antunes, em matéria publicada na revista *Custo Brasil*, faz considerações valiosas, que trago para nossa reflexão.

Na matéria, denominada *A reforma universitária no quadro-negro*, o autor considera a realidade do ensino fundamental e médio no Brasil e, a partir daí, esboça recomendações no sentido de que se faça não somente uma reforma, mas também e urgentemente um projeto de mudança da realidade universitária. São essas as questões que trago para nossa reflexão, no-

bres pares, para que sirvam de ancoradouro para as decisões que em breve seremos chamados a tomar.

Para a construção de um verdadeiro projeto de mudança da realidade universitária no Brasil, é preciso repensar: os conteúdos curriculares; a carga de trabalho discente; a opção privatista feita; a urgência de um marco regulatório da educação superior privatizada; a necessidade de um padrão de referência compatível com os altos níveis internacionais; e o desafio da expansão da educação superior.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que, se queremos alterar de fato a realidade vergonhosa existente no Brasil, temos de atentar também, senão fundamentalmente, para essas questões.

Primeiro, é preciso romper com o modelo atual, de educação superior voltada para a profissionalização. Sem uma reformulação dos conteúdos acadêmicos dos cursos de graduação e sem uma reavaliação de sua relevância, vamos continuar vendo os nossos jovens se candidatarem a uma profissão antes de se candidatarem ao saber. Desde o início do ensino médio, aos 15, 16 anos, quando muito, o jovem brasileiro já se vê obrigado a escolher uma profissão, a se preparar para o vestibular, a distanciar-se dos grandes temas nacionais e internacionais, a alhear-se do passado histórico e a isentar-se da responsabilidade histórica.

O resultado são bacharéis que mal sabem escrever, desconhecem História, Literatura, Ciências e, em grande parte, Matemática. Salvo poucas exceções, formam-se em nossas universidades profissionais pí-fios, incapazes de atender às exigências de um mercado globalizado e voraz, que exige conhecimentos complexos, que possibilitem mudanças de emprego e ocupações, tão comuns nos tempos atuais.

Outra questão que carece de urgente reavaliação, Sr. Presidente, é o volume de estudos exigidos nos cursos superiores e a dedicação dos estudantes aos trabalhos discentes, a chamada insuficiência acadêmica. Dados do Provão 2003 indicam que os alunos de graduação estudam pouco, têm poucas aulas, estão majoritariamente matriculados em cursos noturnos e acham que os cursos de graduação exigem pouco deles.

Naquela ocasião, apurou-se que 60% dos estudantes freqüentaram cursos noturnos, com diminuta carga de trabalho discente; outros dois terços trabalhavam enquanto estudavam, e cerca de 55% dos avaliados disseram que os cursos de graduação deveriam ter exigido mais deles.

Via de regra, os cursos noturnos têm carga horária de 20 horas/aula semanais. Se considerarmos que a hora/aula noturna dura em média 45 minutos, concluímos que os estudantes desses cursos têm apenas 15

horas efetivas de escolaridade por semana e apenas 600 horas de aulas por ano de curso. Enquanto isso, um estudante americano ou europeu, por exemplo, estuda cerca de 1.700 horas por ano. Vista só por esse ângulo quantitativo, nobres colegas, já se pode avaliar a dimensão e a gravidade do problema, embora haja outros aspectos a serem considerados.

O terceiro ponto que merece nossa reflexão, ao lado dos conteúdos curriculares e da carga de trabalho discente, é a opção privatista que se fez no Brasil. Em 2004, havia 1.842 instituições dessa natureza e apenas 200 públicas. Isso coloca o Brasil em confronto com a tendência internacional, que aponta para realidade diametralmente oposta, com cerca de 80% dos alunos matriculados em instituições públicas. Considerando-se que o mercado é mau alocador de prioridades e valores imateriais e intangíveis, movendo-se em função de custos e oportunidades de ganho, como esperar que a iniciativa privada promova a estruturação de um sistema de ensino e pesquisa de qualidade?

Isso nos leva a refletir sobre uma quarta questão: é premente o estabelecimento de um marco regulatório para a educação superior, que estabeleça limites e exigências mínimas, que atente para o fato de que referência acadêmica é matéria de Estado, e não de mercado, pois é uma questão acima de tudo social.

Revistas estas e as outras questões contempladas na proposta do Executivo, será possível construir um padrão de referência compatível com os altos níveis internacionais e será possível, também, enfrentar com arrojo e competência o desafio crucial de expandir o ensino superior para um número cada vez maior de brasileiros. Será possível reduzir, via universidade, ao menos uma parte da abissal desigualdade que separa ricos e pobres neste País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS NADER** (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por diversas vezes já manifestei desta tribuna a minha preocupação com as consequências do trânsito no País, que todos os anos deixa milhares de brasileiros mortos, outros milhares feridos, muitos incapacitados de voltar às suas atividades normais. O trânsito no Brasil é um trânsito assassino, pode-se dizer sem medo de errar. Agora mesmo, jornalistas brasileiros que estavam na Alemanha salientaram as condições do trânsito no país que foi sede da Copa do Mundo. Lá, nas principais estradas, nem há limites de velocidade, mas o número de acidentes e de vítimas é pequeno.

No Brasil temos 2 situações. Apesar de todo o rigor do Código de Trânsito Brasileiro, tanto nas es-

tradas quanto nas cidades o número de acidentes é elevadíssimo, um número inaceitável. Nosso trânsito urbano é um dos mais violentos do mundo, conforme comprovam todas as estatísticas.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de felicitar a cidade de Salvador, Capital da Bahia, que pela segunda vez foi premiada pelos esforços que vem fazendo no sentido de aumentar a segurança no trânsito. Desde 2001 a cidade vem planejando e executando ações para tornar o trânsito mais seguro, e o prêmio é a indiscutível confirmação de que os resultados estão sendo alcançados. Tanto que, segundo dados da Secretaria de Engenharia de Trânsito de Salvador, em 2005 a Capital registrou o menor número de mortos em acidentes de trânsito dos últimos anos.

Quero parabenizar os responsáveis por essa conquista que tomo como exemplo para conclamar todos os administradores dos Municípios a refletir que é possível, às vezes com medidas muito simples, reduzir o número de acidentes de trânsito e, conseqüentemente, de mortos e feridos.

Não é difícil, desde que exista disposição, inclusive política, de criar condições para um trânsito mais seguro. Eu penso, particularmente, que fazer dos motoristas brasileiros condutores menos agressivos é uma questão de educação, de insistir na consciência das novas gerações, dos futuros motoristas. Mas, por outro lado, o Poder Público deve também fazer a sua parte, criando condições, por meio de soluções de engenharia, para o trânsito mais seguro. Salvador está demonstrando que é isso possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Passa-se ao

## V – GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão do Congresso Nacional de conceder reajuste de cerca de 16% aos aposentados da Previdência Social significou antiga aspiração dos beneficiários, sempre protelada à falta de recursos disponíveis para a cobertura das despesas conseqüentes, de impacto no déficit histórico do INSS.

Agora mesmo, em alguns Municípios que visitei no meu Estado, o Ceará, não foram poucas as interpelações que me chegaram por parte dos que sonham com a efetivação da expressiva melhoria salarial.

Os interessados, aliás, surpreenderam-se com o veto anunciado, ao meio-dia de hoje, pelo Palácio do Planalto, nulificando o esforço despendido no âmbito do Congresso para concretização do aumento que se considerava justo e legítimo, embora o déficit previdenciário fosse sempre objeto de reflexão por parte de setores do Ministério respectivo e das entidades representativas da categoria.

A decisão presidencial, conquanto admitida, gerou estupefação entre aqueles que seriam aquinhoados com a majoração num patamar que lhes propiciaria melhores condições de sobrevivência.

É uma pena que Lula da Silva se haja recusado a referendar uma deliberação congressional que tinha recebido a chancela de importantes figuras, as quais, das tribunas das 2 Casas, defenderam a medida, no aguardo de que fosse encontrada uma cobertura financeira que viabilizasse o aumento.

Desde a recentíssima deliberação, um sentimento de frustração dominou a massa previdenciária, que se dispõe, nos próximos dias, a reivindicar do Congresso a derrubada do veto pela maioria absoluta de uma das Casas do nosso Parlamento.

Bem que poderia ser a Câmara dos Deputados, onde o tema fora exaustivamente debatido, como também ocorreu no Senado, numa perfeita sintonia para tornar realidade uma medida de enorme repercussão social.

Aliás, na última quarta-feira, o Senador Paulo Paim, na tribuna do Senado, fez um veemente apelo ao Primeiro Dignitário do País, conclamando-o a recusar a aposição do veto, sugerida por sua assessoria direta.

O Ministro Tarso Genro, além do mais, antecipou-se ao veicular a versão de que a recusa seria inevitável, já que o desembolso comprometeria ainda mais o déficit inquietador que atinge as contas previdenciárias do nosso País.

Mesmo em meio a essa previsão, empenham-se os aposentados para que se lhes assegurem as vantagens ora mencionadas, o que somente poderia ocorrer com a rejeição do veto ora mencionado.

Que sobre isso meditem Senadores e Deputados, inclinados a buscar postura afirmativa diante da população brasileira!

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Feu Rosa, primeiro orador do Grande Expediente. S.Exa. disporá de 25 minutos na tribuna.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Rodrigues, para uma Comunicação de Liderança, pelo PFL.

**O SR. FRANCISCO RODRIGUES** (PFL – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, hoje tomamos a iniciativa de apresentar mais um projeto que se refere à exploração de recursos minerais em terras indígenas.

Por que apresentamos esse projeto? Segundo levantamentos do Projeto RADAM, que vem da década de 60, e de acordo com dados de que dispomos hoje de agências nacionais e internacionais, como a NASA, a região amazônica – só para tratar dessa região e pontualmente do meu Estado – detém as maiores reservas do mundo de alguns minerais estratégicos.

As maiores reservas conhecidas no planeta de nióbio, que é um mineral importantíssimo para os países desenvolvidos, estão localizadas no Estado de Roraima. Mesmo assim, a Constituição de 1988, no seu art. 231, estabelece uma relação perigosa entre o que pertence aos índios para o seu usufruto e o que pertence à comunhão nacional.

Ora, dificuldades têm havido em todos os Estados do País. Nas reservas indígenas, exploração ordenada, responsável e controlada pelo Estado brasileiro não tem sido possível, menos pela resistência de brasileiros e mais pela de organizações não governamentais internacionais. Não podemos permitir tal situação.

Espero que a tramitação do referido projeto de lei que apresento à Câmara dos Deputados seja a mais rápida possível, para que possamos explorar de forma ordenada o ouro, o nióbio, a cassiterita, o diamante e outras riquezas minerais que eventualmente, para não dizer propositadamente, estão localizadas em terras indígenas.

Esse projeto regulamenta a exploração de recursos minerais em terras indígenas, de que trata o art. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal. De acordo com o § 1º do art. 176 da Carta Magna do nosso País, as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas serão regulamentadas por lei, que estabelecerá as condições específicas. No entanto, a matéria ainda depende da aprovação e regulamentação do Congresso Nacional, onde já tramitam várias proposições.

O objetivo, ao apresentar esse projeto de lei, é oferecer aos ilustres pares novos conceitos sobre tema tão complexo, que envolve as comunidades indígenas, tão carentes de recursos para sua sobrevivência – até para sua sobrevivência, porque a FUNAI não lhes assegura esse direito. A principal característica do projeto é a introdução do contrato de parceria a ser



celebrado entre a pessoa física ou jurídica detentora da concessão de pesquisa e lavra e uma entidade jurídica indígena, que deve ser constituída exclusivamente por indígenas.

Outra novidade é permitir-se que a entidade indígena possa decidir a melhor forma de destinar os recursos arrecadados, mantida, no entanto, a assistência do Ministério Público. Assim teremos a garantia de que esse recurso será explorado de maneira responsável. Ficam a cargo da FUNAI apenas 30%, que serão obrigatoriamente destinados às comunidades indígenas não beneficiadas pelo contrato de parceria.

Portanto, o contrato de parceria que estamos propondo neste momento mostra nitidamente a necessidade de fugirmos ao controle, à pressão e, acima de tudo, à resistência da Fundação Nacional do Índio, que tem provocado distúrbios enormes, interna e externamente, entre as comunidades indígenas e as demais comunidades com que fazem limite, principalmente com a comunidade branca.

Registro este projeto hoje no plenário da Casa, nesta segunda-feira tão importante, que, oxalá, marcará definitivamente a solução para esse problema, com a anuência dos índios e, acima de tudo, com o controle e a observação permanentes do Ministério Público.

Sr. Presidente, outro assunto que gostaria de trazer à tona diz respeito ao DNIT. Entendo que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, do âmbito do Ministério dos Transportes, deveria agir com mais responsabilidade, deveria perceber, de forma mais clara, que os recursos que estão sendo gastos com a operação tapa-buracos do Governo do Presidente Lula deveriam ser empregados com responsabilidade. É preciso que a sociedade brasileira, usuária das vias de trânsito em todo o País, seja a verdadeira beneficiária desses recursos.

Em meu Estado, principalmente, há problemas seriíssimos de acidentes, inclusive fatais, em decorrência da má conservação das estradas; pior que isso, em virtude da má aplicação dos recursos da famigerada operação tapa-buracos. Mesmo discordando dela, se os recursos fossem aplicados por empresas idôneas, de forma responsável, muitas vidas seriam mantidas, mas vemos vidas ceifadas quase diariamente nas rodovias brasileiras em consequência do mau uso desses recursos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a assessoria do Ministério dos Transportes e do DNIT, que deve estar ouvindo meu pronunciamento, permanentemente alerta para a má aplicação dos recursos, deveria, sim, mandar verificar urgentemente no Estado de Roraima como esses recursos estão sendo mal aplicados, porque as estradas estão literalmente esburacadas, uma crate-

ra só. Na medida em que se faz um serviço malfeito, utilizando verbas públicas, amplia-se a preocupação, em virtude da necessidade de oferecer melhores vias de transporte para a sociedade brasileira.

Estamos encaminhando documento à assessoria do DNIT e do Ministério dos Transportes, mas gostaríamos que os órgãos se antecipassem e enviassem representantes até Roraima, especificamente à BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, Capital de meu Estado, e à fronteira com a Venezuela; e à BR-210, ambas totalmente esburacadas. Esses recursos têm de ser fiscalizados, para que nossa população não viva momentos de perigo.

Muito obrigado.

**O SR. EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de setembro de 1979, surgiu a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC. Até então, os 9 Municípios da região pertenciam à Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina – AMSESC, que contemplava os Municípios da região carbonífera e do Vale do Araranguá. Conquistada pela vontade política de um grupo de Prefeitos, seu primeiro Presidente foi o então Prefeito Municipal de Araranguá, Salmi Paladini (em memória).

Criada para fortalecer a estrutura técnica e administrativa dos Municípios filiados, a associação atuava meramente no caráter reivindicatório. Com o tempo, passou a exercer atividades no setor de prestação de serviços e hoje atua no planejamento regional.

A AMESC se fez presente em todas as batalhas travadas pela região, demonstrando seu vigor na defesa dos interesses de seus cidadãos e conseguindo, desde o início da sua existência, resultados positivos.

A Associação oferece cursos de capacitação para os agentes políticos e servidores públicos, com o intuito de orientá-los para o bom manuseio dos recursos. Também são inúmeros as palestras e seminários realizados com o mesmo objetivo. Responsável pela coordenação do movimento econômico que define o índice de participação dos Municípios na distribuição do ICMS arrecadado, também coordena o Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul de Santa Catarina – FDESC.

Não obstante isso, destaca-se em nível estadual pelos sistemas de informática desenvolvidos, que controlam o movimento econômico das empresas e a produção agrícola, além de atuar como entidade-membro



e incentivadora dos Movimentos Pró-Comitês da Bacia do Rio Mampituba e do Comitê do Rio Araranguá.

Dentre todas essas ações, merece ainda destaque especial pelas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, que são realizadas de forma itinerante, com a presença dos Prefeitos, secretários e autoridades convidadas.

Na área da comunicação elabora a Revista AMESC, que há 2 anos divulga, periodicamente, para todo o Estado, as atividades desenvolvidas pela entidade, bem como as ações dos Prefeitos, os quais se unem em prol do crescimento sustentável.

Para se adequar a composição atual dos Municípios – atualmente são 15 associados –, seis deles encontravam-se fora da imagem da Associação e mereciam estar em todos os materiais de divulgação AMESC, foi apresentada aos Prefeitos, na última Assembléia Geral em Santa Rosa do Sul, onde tive o prazer de estar presente, uma nova logomarca para a Associação.

É nesse propósito que a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense caminha, tendo como marca principal sua trajetória de eficiência, que a posiciona como uma das melhores associações de Municípios de Santa Catarina, servindo de modelo às associações co-irmãs. Esse trabalho incansável se deve aos seus funcionários, Presidentes e Prefeitos associados, dotados de uma visão de futuro e dignos do cargo que ocupam.

Por todo o exposto, parabeno a Presidente da AMESC, Prefeita Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande, a primeira mulher da região a assumir a presidência de um Legislativo, a ser Vice-Prefeita, Prefeita e Presidente da AMESC, aliando com toda sapiência a isso sua vida de esposa, mãe e avó.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Coronel Alves.

**O SR. CORONEL ALVES** (PL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pastor Frankembergen, Sras. e Srs. Deputados, parece mais uma vez a ação de Deus em nossas vidas – a todo momento Ele está presente em nossas vidas. Mas o tema que escolhi para tratar hoje no período do Grande Expediente também é afeto aos valerosos servidores civis e militares do Estado que V.Exa. representa muito bem, Roraima. Juntos aqui estamos, trabalhando e enfrentando o Governo que não quer nos ouvir, principalmente nas questões dos servidores públicos.

Todos sabemos que, se o Estado ou a Nação de-seja ser forte, é necessário valorizar, acima de tudo, suas riquezas, em especial os recursos humanos.

Ora, se queremos ter um Estado atuante, forte, e uma educação presente em todos os segmentos e rincões do País, é necessário termos servidores da educação valorizados e respeitados. Se quisermos conseguir o combate efetivo dessa onda de criminalidade que hoje ataca especialmente os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo – e que se alastra por todo o Brasil –, precisamos ter políticas públicas voltadas principalmente para a valorização daqueles homens e mulheres que diuturnamente defendem a vida do cidadão comum, proporcionando a defesa social em todos os rincões do nosso imenso e belo País. Para isso, é necessário ter políticas sérias, adequadas.

Pois bem. Nesse grande contexto em que se fala sobre os servidores públicos, pensamos agora nos servidores públicos dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre – e aqui estou vendo um representante do Acre, o Deputado Nilson Mourão, também grande batalhador por essa questão – e ainda do antigo Distrito Federal na Guanabara.

Pasme, Nação brasileira que agora assiste a este nosso pronunciamento pela *TV Câmara*, especialmente o pessoal do Amapá, a política desenvolvida desde o Governo Fernando Henrique Cardoso e continuada no Governo Lula é a de um verdadeiro grupo de extermínio.

Por que digo isso? Porque a Constituição estabelece que somos um grupo de servidores da administração, não há mais como ser inclusos outros servidores, estamos em número suficiente, que está em extinção.

Faço aqui um trocadilho. O pessoal, principalmente do Ministério do Planejamento, entende que não é “em extinção”, é “em extermínio”, porque não é possível dar aos servidores o mesmo tratamento que receberam ao longo dos anos. E temos um Presidente operário, que determinou a seus Ministros que nenhum servidor público ficasse, repito, sem reposição salarial referente à inflação do Governo Lula, cerca de 29%.

Parece-me que no Ministério do Planejamento há segmentos que fazem ouvido de mercador; não são todos, lá existem pessoas sérias, que tratam corretamente do caso.

O Presidente da República foi ao Estado do Amapá, reuniu-se com a bancada de Senadores, Deputados Federais, com os servidores públicos e anunciou, em novembro do ano passado, que apresentará soluções para os problemas, que são de simples resolução e execução. S.Exa. fez esse anúncio e o povo acreditou, tem esperança, venceu o medo. Não sei, não, alguns acreditam que essa frase não vale nada.

Mas não foi só isso. O Presidente da República enviou, em visita oficial, ao Estado do Amapá o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, nosso colega, Deputado Federal, que nos tem atendido com presteza e que encaminha, com sua equipe, as reivindicações dos ex-Territórios. S.Exa. foi até o Amapá ministrar palestra e apresentar as ações do Governo Lula em todo o País. Mas até agora nada. Parece peixe. Acho que o signo deles é o de peixes: vivem nadando.

Não respondem aos questionamentos que são de conhecimento, sim, dos técnicos, diga-se de passagem, capacitados do Ministério do Planejamento, que até agora não deram solução aos problemas apontados. Para não dizer que nada foi feito e, assim, buscando a verdade absoluta – se é que existe –, é importante dizer que foram editadas algumas medidas provisórias agora, no último dia 29, que encaminharam algumas temas que discutimos com os membros do Ministério do Planejamento.

A situação dos professores de 1º e 2º graus, por exemplo, está praticamente solucionada – grande trabalho da nossa bancada. Cito os Deputados que estão envolvidos com essa grande categoria, no caso o Deputado Eduardo Sciarra, o Deputado Coronel Alves, que vos fala neste momento.

Foi dado encaminhamento a esse projeto, já é alguma coisa, mas para isso ocorreu uma briga tremenda, apesar das decisões do Superior Tribunal de Justiça, e nada de o Governo cumprir. Tivemos de discutir exaustivamente para atender àquilo que a Justiça afirmou ser direito dos professores. Dessa forma, os problemas dos professores de 1º e 2º graus foram praticamente solucionados.

Vamos agora para outro grupo, o dos bombeiros e policiais militares do ex-Território Federal do Amapá. Tudo que discutimos parece que foi em vão. As conversas que tivemos nesses três anos e meio no Ministério da Fazenda, na Casa Civil, no Ministério do Planejamento parece que foram em vão.

A Medida Provisória nº 302/2006 só pode ter vindo da cabeça de quem nunca teve experiência militar, só pode ser criação de quem nunca teve oportunidade de tirar o serviço – como dizemos no jargão militar –, para definir como será nosso serviço voluntário. É um absurdo! Homens e mulheres com escalas de serviço de 12 por 36, 24 por 24, 24 por 48, ainda têm de cumprir 40 horas a mais. Quarenta horas!

Meus amigos, preciso que me orientem. Estou perdido nessa conta de vocês. Estamos criando precedentes por meio da assessoria parlamentar do Ministro Paulo Bernardo. Quero que os técnicos me expliquem como chegaram a isso. É inadmissível. Não consigo

entender como chegaram à criação dessa gratificação de serviço voluntário.

As instituições Polícia Militar e Corpo de Bombeiros nos ex-Territórios têm efetivo reduzido. Em todo e qualquer evento já estamos com escala extra – no carnaval, no Natal, na micareta, no futebol. Qualquer coisa, escala extra. A brincadeira é a seguinte: agora, quando estamos em escala de serviço, a folga é um banho. Só dá tempo de o policial ou de a policial militar tomar um banho e trocar o uniforme. Por sinal, não pagaram o auxílio-uniforme. Nunca vi isso. Ô governozinho duro. Parece que há um monte de pão-duro nesse Governo, que não entendem o que deve ser realizado para enfrentar o grande problema que a Nação enfrenta, a segurança pública, ou melhor insegurança pública.

Agora, em São Paulo, novamente, dois policiais militares foram abatidos. Não há outro termo. Abatidos! Um com 16 tiros, outro com 12. É isso que vocês querem que aconteça no Estado do Amapá? Falo isso para o Governo como um todo. É absurdo! Isso tudo por quê? Isso tem de ser dito, tem de ser trabalhado. Talvez eu peque por tentar dizer a verdade. Repito. Verdade absoluta só a que Deus existe. Todas as outras são de homens e mulheres.

É bom que se diga quando essa maldade começou, Deputado Alceste Almeida, V.Exa. que é do ex-Território de Roraima, grande batalhador pelas causas dos servidores, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Não foi agora, não. Foi no Governo Fernando Henrique Cardoso que começou o massacre dos servidores dos ex-Territórios. Foram 8 anos pauleira, sopa de tamanco, pau puro em cima da gente. Agora, o Governo Lula, a grande esperança que ia vencer o medo, continua na mesma trajetória. Temos de resguardar algumas coisas.

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso havia uma lei da época do Presidente José Sarney – hoje Senador pelo Estado do Amapá – que garantia a isonomia entre os militares do Distrito Federal e dos ex-Territórios com os militares da União, mas o Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso quebrou essa isonomia.

Perguntamos se não poderíamos ficar com a isonomia da União. Ficamos com a isonomia do Distrito Federal. Muito bem. Trabalhamos e elaboramos a Lei nº 10.486/2002, da qual a Deputada Laura Carneiro foi Relatora. Achávamos que tudo estava resolvido, mas agora vem o saco de maldades do Governo Lula em cima dos militares dos ex-Territórios.

Para fugir da lei, que estabelece que todo aumento, realinhamento, gratificação deverá ser estendida aos militares dos ex-Territórios e da antiga Guanabara, co-

meçam a dar interpretação diferente, ao se afirmar que não é assim, que é somente desta lei. Quer dizer, no que diz respeito às novas leis não teríamos direito.

Aí começam a cavar um grande fosso salarial entre os militares do Distrito Federal, que, com muita justiça, estão recebendo o que lhes é de direito, poderão vir a receber mais, e contarão com nosso apoio, como conto com o apoio do nobre Deputado Alberto Fraga, um grande lutador dessa causa. Agora, cria-se essa idéia e abre-se um tremendo desfiladeiro, um fosso entre as remunerações: cria-se gratificações exclusivas para o Distrito Federal, que não são levadas aos ex-Territórios.

Isso é um absurdo! Vejam, estamos há três anos e meio, Sr. Presidente, discutindo com o Governo, mostrando que está errado, mas parece que lá só há surdo ou realmente estão treinando a maldade e pegando os servidores dos ex-Territórios, nesse caso, os militares, para bode expiatório, para boi de piranha.

Não façam isso. Temos gente que, ainda hoje, diuturnamente, dedica-se ao combate à criminalidade. Hoje temos os Bombeiros e a Polícia Militar, soldados do Estado, que trabalham com o pessoal da União. São mais de 40 anos de dedicação exclusiva. Àquela época, ninguém queria ir para lá. E muitos foram para o interior sob várias adversidades, entraram nas florestas, subiram montanhas, tiveram contato com índios, pegaram doenças! Esse é o tratamento que essas pessoas merecem? Essa é a valorização que o Governo Lula oferece aos servidores pioneiros e desbravadores?

Presidente Lula, V.Exa., homem que veio do Nordeste e conhece as agruras daquele povo que até hoje sofre, que tem trabalhado bastante para diminuir esse grande fosso social, não pode deixar fazerem tanta maldade com os servidores civis e militares dos ex-Territórios.

Ouçó, com prazer, o Deputado Alceste Almeida.

**O Sr. Alceste Almeida** – Deputado Coronel Alves, congratulo-me com V.Exa., grande batalhador da causa dos servidores públicos dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, hoje Estados que estão prejudicados pela falta de atenção do Governo Federal, e como bem disse V.Exa., desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. Estamos vendo a aparente vontade de transformar esses Estados, que conseguiram sua emancipação da União. Realmente há perversidade sobre o funcionalismo público dessas unidades federativas. Inúmeras vezes V.Exa. capitaneou neste mandato comitivas ao Ministério do Planejamento e a outras instituições da União, que fizeram evasivas promessas e não trouxeram qualquer perspectiva de

solidez de que esse problema possa ser solucionado. Deixo, portanto, registrada minha solidariedade ao apelo que ora faz V.Exa. ao Governo no sentido de que veja como povo heróico aqueles servidores civis e militares dos ex-Territórios, que trabalham em regiões distantes, estão sujeitos a diversas doenças, tais como a malária, que acometeu incontáveis vezes aqueles que adentraram na mata. Que sobretudo o militar tenha o respaldo da União a fim de que seu salário seja equiparado com aqueles que servem no Sudoeste do País e no Distrito Federal.

**O SR. CORONEL ALVES** – Agradeço ao Deputado Alceste Almeida o aparte.

Estou falando um pouquinho dos militares e aproveito ainda para falar do que acontece com a Polícia Civil, Sr. Presidente, Deputado Pastor Frankembergen, que foi delegado daquela instituição. Há sentença transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça a respeito da equiparação salarial entre os servidores da Polícia Civil e da Polícia Federal. Não há mais o que se discutir, mas o Governo insiste em procurar chifre em cabeça de cavalo, como diz a expressão popular. Estou aqui falando para o povo. Se alguém botar chifre na cabeça de outro, problema dele.

Estou fazendo um desabafo, sob domínio emocional, mas para que as senhoras e os senhores entendam. Recebemos um *fax* do Ministério do Planejamento, na sexta-feira, que dizia estar solucionada a questão dos policiais civis, dos professores, dos militares e dos servidores no que diz respeito ao Plano de Cargos e Salários dos ex-Territórios. Graças a Deus, como já conheço a forma de agir do Governo, fiquei quieto. No entanto, outros Parlamentares, sérios, deram conhecimento do fato à mídia. Quando veio a resposta, por meio de medida provisória, de que o pessoal da Polícia Civil e do PCC não havia sido contemplado, a expressão desses Parlamentares mudou. Olhem só a confusão que arrumaram! E isso foi encaminhado aos Parlamentares, sob forma de documento oficial, pelo Ministério do Planejamento. No entanto, sou como São Tomé e só acredito vendo, não fui nessa onda. Os que foram um pouco mais desprendidos da cautela agora querem se justificar.

Agora há pouco, em contato com a assessoria do Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, agendamos uma data para discutir com o Dr. Sérgio Mendonça, da Secretaria de Planejamento, a questão da Polícia Civil. Parece-me que apareceu uma luz no fim do túnel e, em breve, levaremos a solução para esse problema. Já há sentença transitada em julgado, já existe jurisprudência, eles já vêm recebendo ao longo dos anos. Não havia motivo para mais essa maldade. E não me venham dizer que foi por esquecimento. Pelo amor de



Deus! Não se pode esquecer um assunto como esse; o País é gigante, os problemas também, mas esse assunto, no qual insistimos tanto há 3 anos, não pode ser esquecido.

Diz um provérbio que somente rio não volta atrás porque morre afogado no mar. Ainda há tempo e condições legais para o pessoal técnico dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento consertar o erro.

Ficaria feliz se findasse esse problema. E vão me perguntar: *“Ainda existe mais maldade, Deputado Coronel Alves?”* Sim, Sr. Presidente. O pessoal que trabalha na atividade-meio, o servidor mais humilde, o auxiliar de motorista, o auxiliar de enfermagem, o motorista, o agente de portaria, o agente administrativo e, subindo um pouco, o médico, o advogado, o psicólogo, ficaram de fora. São os nossos servidores do PCC. Sabem V.Exas. há quantos anos não recebem um centavo? Há 13 anos, número do Presidente Lula. Tenho certeza de que na eleição que ora se aproxima, dia 1º de outubro, eles se lembrarão do número 13. Peço ao Presidente Lula que nos dê oportunidade de defender mais uma vez sua bandeira.

Apesar de os Estados do Amapá, Rondônia e Roraima serem pequenos em extensão territorial e tamanho do colégio eleitoral, os servidores públicos que lá trabalham têm grande vontade de gritar: *“Também somos servidores da União. Precisamos, de uma vez por todas, que a União reconheça nossa ‘paternidade’ ou ‘maternidade’.”* Será que teremos de recorrer ao Supremo, para que diga que a paternidade ou maternidade desses servidores é da União?

Não podemos dar tratamento diferenciado àquilo que já está consagrado, que já foi realizado. Aquilo que foi dado para o servidor do IBAMA também deve ser dado para o servidor do INCRA, e assim sucessivamente.

Precisamos urgentemente resolver a questão dos servidores do País como um todo. Refiro-me hoje, em especial, aos policiais civis, aos militares – bombeiros e policiais – dos ex-Territórios, aos professores de 1º e 2º graus, que, graças a Deus, tiveram reconhecida a grande batalha travada ao longo dos anos e receberam gratificações iguais a dos docentes de 1º e 2º graus do instituto de ensino superior federal.

Temos de ficar alertas. Como diz o Senador Mão Santa: *“Atentai bem.”* Atentai bem, povo do Amapá, porque não se pode dormir. Se dormir, vem outra maldade, ou do Governo passado ou deste Governo. Parece que fomos atingidos por uma praga e ninguém quer se aproximar para resolver a situação dos servidores dos ex-Territórios. O Amapá possui apenas 14 anos, e toda sua força e experiência no trato do serviço público que presta à população daquele Estado origi-

nou-se quando ainda era Território. Mas o Ministério do Planejamento está na gerência, está encaminhando esses novos servidores. Ainda assim, o Governo insiste em tratar duro, com descaso, com separação clara o que é dado para o Distrito Federal e para os ex-Territórios.

Em Roraima e no Amapá, no momento da transformação e instalação do Estado, havia vários servidores que trabalhavam nas Prefeituras dos Municípios existentes à época, mas até hoje, 14 anos depois, não têm seu vínculo reconhecido pela União. Já fizemos audiências com a Casa Civil, com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, mostrando os cadastros e todos os dados desses servidores. Foram inúmeras e cansativas reuniões que não levaram a nada.

Há também servidores municipais que estavam no Município do Oiapoque, na fronteira com a Guiana, e nos Municípios de Calçoene, Amapá, e Marzagão que estão aguardando uma solução, pois recebem um salário mínimo para sobreviver, manter sua família. Isso é um descaso! São servidores que já estão se aposentando, muitos morreram e já existem até pensionistas, e o Governo não reconhece a grande utilidade desses servidores para a manutenção, a transformação e a instalação do hoje Estado do Amapá.

Ao finalizar este meu desabafo, meus irmãos, minhas irmãs, meus amigos e amigas do Amapá, especialmente, estamos às vésperas de uma reeleição. Independentemente disso, quero aqui reiterar nosso trabalho diuturno, com toda a força e vigor, na busca de solução para os problemas dos servidores civis e militares, do pessoal do ex-Território, do pessoal das Prefeituras, enfim de todos os senhores e as senhoras que trabalham em nosso Estado visando seu desenvolvimento.

Não me cansarei! Esta voz não ficará calada! Enquanto dispuser de saúde e força para produzir e, de uma vez por todas, resolver esse problema, poderão contar com o Deputado Coronel Alves.

Deixo aqui meu apelo ao Governo, ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. V.Exa, que é um operário, veio do Nordeste, passou agruras na sua vida. Lembre-se de que no Amapá tem muita água, de onde V.Exa. veio não tem. Mas no Amapá também há muito sofrimento, tanto quanto na região de V.Exa. Por isso, chame para si a responsabilidade de Chefe de Estado, de Presidente da República, e determine que seja cumprido o que V.Exa. se comprometeu no glorioso Estado do Amapá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen)  
– Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. Solidarizo-

me com V.Exa. pelo seu pronunciamento com relação aos policiais civis dos ex-Territórios e aos militares.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceste Almeida.

**O SR. ALCESTE ALMEIDA** (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por inúmeras vezes ocupei esta tribuna para falar sobre a questão fundiária no meu Estado. Gostaria que já houvesse soluções para que eu não estivesse reincidindo na mesma temática. Quando penso em tratar de outros assuntos, lá acontecem mais fatos que me acabam levando a fazer o mesmo clamor.

Essa questão tem sido asfíxiante para o Estado de Roraima, a mais setentrional unidade federativa do Brasil, e para o desenvolvimento dessa região, que sobretudo é amazônica, merece e precisa de cuidado, por conta da soberania nacional, já que somos região de fronteira – boa parte desse território está acima da Linha do Equador.

Não são poucas as investidas de organizações internacionais diversas, várias do outro lado do Oceano Atlântico, muitas do Hemisfério Norte, transvestidas muitas vezes de entidades ambientais, a favor do ecossistema, ou de missões religiosas. Na realidade, pouco têm feito em favor do nosso povo amazônida e roraimense que habita essas longínquas plagas deste nosso Brasil, que tem suas características, peculiaridades regionais diferenciadas, dado que nossa Nação é uma das maiores do mundo em termos territoriais. Roraima tem 22 mil quilômetros quadrados, o que equivale mais ou menos ao território do Rio Grande do Sul ou ao do Paraná.

As medidas que o Governo Federal tem adotado ao longo dos anos têm engessado a nossa economia, o nosso desenvolvimento e têm feito com que a Amazônia fique sujeita à cobiça internacional e, mais do que isso, seja entregue pouco a pouco, por descaso ou até por intenção desculpada, a minorias, que dizem ter interesses ambientalistas. Na realidade, isso não vem ocorrendo de forma ética e lógica, como gostaríamos.

A Superintendência do IBAMA programou para o dia 17 de junho uma audiência pública em Itaqueira, vilarejo no Baixo Rio Branco, no sul do Estado de Roraima, dentro do Município de Rorainópolis. A respeito dessa pretensa audiência pública, oficiou-se ao Governo do Estado. O próprio IBAMA se comprometia a levar moradores de 6 localidades para dar densidade a sugestões ali apresentadas. Qual o principal objetivo, expresso inclusive nesse ofício do IBAMA dirigido ao Governo do Estado? A criação de uma reserva ex-

trativista no sul do Estado, que seria uma vontade da maioria da população.

O Governo do Estado, desconfiado – tantas e tantas vezes o Governo Federal tem aprontado arapucas contra o desenvolvimento de Roraima, sua população e economia –, programou uma ida ao mesmo evento a que, representando o Governador, o Secretário de Agricultura, Dr. Alvaro Callegari, bastante entendido e estudioso da temática, se fez presente juntamente com outras autoridades relacionadas à questão fundiária: o Presidente do ITERAIMA, alguns militares do Estado de Roraima e outras autoridades.

Chegaram à reunião programada apenas 20 moradores daquela região, que foram levados pelo IBAMA, em um barco da ONG Nova Amazônia, capitaneada pelo escocês Paul Clark, residente naquelas plagas. Ele pretende fazer um verdadeiro império naquela região ribeirinha, cuja população faz artesanato e vive dele. Esse senhor tem levado esses produtos para a Itália, mas o lucro obtido da sua venda não tem sido revertido em favor da comunidade que vive miseravelmente, sofre com malária, com pouco poder aquisitivo, precisando de assistência social. Procuram, no entanto, dar à ONG Nova Amazônia a conotação de que ela seria a solução assistencialista para a população local.

Senhores, o Governo do Estado levou para essa mesma reunião mais de 200 moradores da região, para que a vontade deles, da maioria, sobrepujasse as intenções perniciosas da citada ONG e do IBAMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Amazônia é uma região rica, onde existem mais de 20 milhões de pés de açaí, produto da mais alta aceitação internacional, capaz de trazer divisas para o Brasil, por meio de bem feito trabalho de exportação; existem também mais de 10 mil pés de castanha-do-pará – na realidade, é castanha-da-amazônia, cuja árvore produz fartos ouriços com castanhas da melhor qualidade. A Amazônia também é rica em piscicultura, produz muito cupuaçu, cuja polpa tem excelente sabor e é apreciada por brasileiros e estrangeiros.

Pois bem, o INCRA baixou portaria em que estabelece para os brasileiros da região a concessão, por 10 anos, relativa a 500 hectares de terra. Ou seja, para o brasileiro nativo, o caboclo que vive naquela região, que está acostumado à vida hostil da mata, ou para qualquer outro brasileiro que ali queira instalar-se, é dada essa concessão. Friso que concessão não é propriedade, como consta no Ofício nº 32 do INCRA, deste ano. Enquanto isso, o estrangeiro é contemplado, ou pretende o Governo Federal contemplá-los, com concessão de áreas de até 40 mil hectares na Amazônia, durante 30 anos.



Trata-se de discrepância das mais absurdas! Na minha ótica, não vejo sentido de que concessão possa ajudar a desenvolver a terra amazônica ou fazer com que ela seja preservada, porque, se a terra não é propriedade do ocupante, que interesse ele teria em fazer benfeitorias no local. Seria melhor que a política fundiária brasileira desse a propriedade da terra ou uma concessão mais prolongada, porque, aí sim, o morador teria interesse em fazer benfeitorias no local, em produzir, aproveitando a nossa riqueza e a transformando em fonte de renda em favor do nosso próprio povo, do amazônica, afastado da assistência médica, da assistência odontológica, dos bancos escolares, ou seja, condenado a uma vida miserável pela falta de assistência do Governo Federal.

Sr. Presidente, vejam como é a distribuição dessas terras, dos poucos mais de 20 mil hectares que fazem a área de Roraima. A FUNAI detém mais de 50%, como área de reservas indígenas; o INCRA, mais de 10%; o Exército, de 6% a 8%; o IBAMA, com as reservas ambientais, em torno de 20%. Mas a voracidade não pára por aí. Tanto a FUNAI quanto o IBAMA e o INCRA estão cada vez mais sedentos e vorazes para abocanhar o máximo possível. Isso tem permitido ao Estado ficar com apenas 10% de sua área.

Ouçó, com prazer, o Deputado Pastor Frankembergen.

**O Sr. Pastor Frankembergen** – Deputado Alceste Almeida, parabênizo V.Exa. por abordar este assunto que tanto nos preocupa no Estado de Roraima: a questão fundiária. Eu gostaria de me referir especialmente a tema que V.Exa. trouxe à tona, relativo à reserva extrativista na região do Baixo Rio Branco, quase fronteira com o Amazonas. É um fato interessante. O Governo do Estado já havia assinado um decreto em que consta como reserva estadual aquela área. No entanto, o Governo Federal, sobrepondo, ferindo o pacto federativo, quer criar ali uma reserva federal. É preocupante a intervenção do Governo Federal na questão fundiária do nosso Estado. Em vez de nos ajudar para que nos possamos desenvolver, ele tem sido um entrave para o crescimento do Estado. V.Exa. está de parabéns ao abordar esse assunto. Tenho certeza de que toda a esfera política e a população brasileira – principalmente aqueles que vivem naquela região – têm interesse de debater, de conversar, de dialogar para chegarmos a um denominador comum, para que no futuro possamos vislumbrar o real desenvolvimento do Estado tão sofrido e que passa por muitas dificuldades, principalmente no que se refere à questão fundiária. Parabéns a V.Exa. pelo discurso. Continue sendo defensor e porta-voz do nosso sofrido povo.

**O SR. ALCESTE ALMEIDA** – Agradeço suas palavras, nobre Deputado Pastor Frankembergen, e as insiro em meu discurso. Foi importante que V.Exa. tenha abordado a questão do princípio federativo quebrado. No tocante a esse assunto, 2 fatos absurdos ocorreram no dia 17 de junho. Os ribeirinhos levados pelo IBAMA foram no barco de um escocês que preside a ONG Nova Amazônia no Estado de Roraima, Amazônia. O Sr. Paul Clark, seu presidente, tem lá seu latifúndio, a sua propriedade. Ele chegou a fazer um ofício proibindo a presença dos seus vizinhos, da população que lhe é adjacente, em seu – entre aspas – “reduto ambiental”, como se ele fosse o dono da razão. Mais ainda: nessa investida da referida ONG, escudada pelo IBAMA, constatou-se a presença de policiais militares fardados e armados do Amazonas, como se tivessem autoridade para entrar em Roraima.

Sabemos que o Governador do Amazonas desconhece tal fato. O escudo da política pública nacional na questão fundiária, em Brasília, para ações desse tipo deu margem a que a Superintendência Regional do IBAMA em Roraima fizesse todo esse circo em cima de uma intenção que logicamente não pôde ser aprovada naquele momento, até porque o número de pessoas levadas por essa ONG foi 10 vezes menor do que o da população ribeirinha – ali levada pelo Governo do Estado –, que expôs seus verdadeiros anseios, necessidades e objetivos, que merecem ter o reconhecimento da Administração Pública Federal e Estadual. É triste vermos nossa Amazônia dilapidada, engessada, comida pelas beiras.

Roraima está na parte mais distal em relação aos nossos centros desenvolvidos. Estamos ao limite norte do território ocupado pela Nação, fácil de ser extirpada pouco a pouco pelas ONGs que exercem influência sobre a FUNAI, sobre o INCRA, sobre o IBAMA, deixando cada vez mais a população nativa desassistida. Estão lá os ianomâmis, assistidos pela FUNAI, morrendo de tuberculose. Estão lá os colonos assentados pelo INCRA, sem assistência do Governo Federal. As vicinais foram pavimentadas pelo Governo Estadual, as quais favorecem o escoamento da produção. Os postos de saúde, as escolas públicas, também de responsabilidade do Governo do Estado.

Então, adianta apenas demarcar e assentar, como faz a FUNAI ou o INCRA, e não assistir? Agora o IBAMA parece fazer parte desse leque de instituições que parecem atender à batuta da maestria internacional em favor do engessamento da Amazônia, para que seja, daqui a 10, 15, 20 anos, reivindicada pela ONU em favor das minorias e percamos importante e rico pedaço deste nosso Brasil, que é Roraima, que são as lindes da nossa Amazônia.

Sua preservação e sua inserção na administração pública são, na verdade, questão positiva de soberania nacional, como quer fazer o Governo do Estado, que lá pretende instalar fábrica de polpa de frutas, para exportar, por exemplo, o cupuaçu, já beneficiado para consumo nacional e internacional. Mesmo fenômeno acontece com o açaí. As comunidades ribeirinhas solicitaram fábrica de gelo para conservar tudo isso, mas as ONGs não pensam assim.

Na verdade, essas ONGs não pensam nem querem esse desenvolvimento. Ainda que não haja prejuízo para o ecossistema, ninguém vai cortar um pé de açaí se rentável. Retira-se a fruta, faz-se o suco, mas preserva-se a árvore. O mesmo acontece com a castanha, com o cupuaçu.

Por esses motivos o Governo do Estado estabeleceu a Área de Proteção Ambiental – APA para o extrativismo, o que, além de gerar divisas para o Brasil, poderá melhorar, e muito, a vida do nosso caboclo ribeirinho, dos artesãos que trabalham com a palha, pessoas que têm conhecimento de que não podem destruir as árvores nem as matas, porque sabem com elas conviver de forma entrosada, com proveito recíproco, a bem do meio ambiente e de sua família.

Repudiamos a presença dessa ONG e do Sr. Paul Clark, escocês que se arvora de gerente ou, quiçá, de dono de Itaquera, importante pedaço de Roraima. O Sr. Paul impede os seus vizinhos de pescar, porque a ele talvez interesse a exploração da pesca pelo estrangeiro a fim de cobrar, quem sabe, hospedagem em seu assim chamado hotel. Daí poderá obter lucros em dólares e euros, como se estivesse preservando a Amazônia, mas maltratando e tornando mais miserável e explorado o nosso caboclo ribeirinho.

Sr. Presidente, Deputado Pastor Frankembergen, V.Exa. há pouco me aparteu de forma brilhante e enriqueceu o meu modesto pronunciamento.

Em que pese o Governo do Estado ter apresentado ao Ministério Público tais denúncias, ter registrado ações, espero que esse órgão trabalhe em favor do Brasil.

Vemos o Ministério Público preso a fatos bem menos importantes, enquanto nossa Pátria é surrupiada aos pedaços, no que se refere a suas matas, sua biodiversidade, sua área territorial, onde impedem até a instalação de pelotões de fronteira do Exército nacional.

Querem deixar o País cada vez mais aberto aos interesses de organismos internacionais transvestidos de ONGs que aqui se instalam como se fossem donas da razão, como se fossem propiciar o desenvolvimento de que tanto necessita e merece a população. Somente o Governo do Estado pode promover esse

desenvolvimento, porque tem conhecimento real do seu dia-a-dia.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por ter-me concedido mais alguns segundos e peço a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Alceste Almeida, assumem sucessivamente a presidência os Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, Almir Sá e Pastor Frankembergen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar importante acontecimento em meu Estado: a inauguração do Pronto-Socorro Cardiológico de Pernambuco – PROCAPE.

Obra sonhada há quase 3 décadas, mas realizada graças ao espírito empreendedor e à visão humanista do Dr. Enio Cantarelli, médico cardiologista que vislumbrou a possibilidade de instalação de unidade extremamente importante para atender à população carente do Estado.

O PROCAPE é mais do que um pronto-socorro cardiológico, é uma unidade hospitalar, com recursos humanos para a área do tratamento de doenças cardiológicas. É também um centro de referência para pesquisa e ensino na área da cardiologia.

Nós Parlamentares de Pernambuco tivemos o privilégio de participar desse empreendimento, por meio da liberação de verbas de emendas parlamentares. Ainda era Senador quando, pela primeira vez, o PROCAPE foi incluído entre os projetos a receberem recursos do Governo Federal por intermédio de emendas parlamentares. Aprovamos 8,5 milhões em recursos. Posteriormente, esses recursos foram liberados por meio da atuação do então Vice-Presidente Marco Maciel, que depois, como Senador, também alocou verbas para o PROCAPE.

Portanto, ficamos muito felizes em ver realizado esse sonho. Durante 30 anos, a classe médica de Pernambuco sonhou com o PROCAPE, e ele foi finalmente concluído e inaugurado. Agora beneficiará não somente a população carente de Pernambuco, mas toda a população do Nordeste, que disporá de especialistas em cardiologia e de modernos equipamentos.

Portanto, quero congratular-me com o Dr. Enio Cantarelli, com toda a classe médica de Pernambuco,

com o Governador Mendonça Filho, que prestigiou a inauguração e adotou todas as providências para o PROCAPE entrar em funcionamento, assim como o Senador Marco Maciel e toda a bancada de Pernambuco, que alocaram recursos do Governo Federal a fim de viabilizar o financiamento do PROCAPE.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Pastor Frankem Bergen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alceste Almeida, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. HAMILTON CASARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alceste Almeida) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HAMILTON CASARA** (PSDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo apenas comunicar, principalmente ao meu Estado, Rondônia, a todos os nossos correligionários, que o PSDB, o PMDB, o PHS, o PCdoB e o PRP promoveram importante aliança, que, com certeza, trará resultados positivos para o nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alceste Almeida) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pastor Frankem Bergen, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

**O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN** (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste pela *TV Câmara*, gostaria de enaltecer o Programa Turismo Sustentável e Infância, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, que tem como objetivo erradicar o turismo sexual por meio da sensibilização da sociedade brasileira para o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes e de políticas que previnam tal prática.

A exploração sexual no Brasil é um problema crônico que necessita ser definitivamente eliminado. O turismo sexual é um dos maiores problemas enfrentados em cidades turísticas e praianas, e as maiores vítimas são crianças e adolescentes que, para ganhar um dinheirinho para suas necessidades básicas, vendem seu corpo, sua infância, sua auto-estima e sua dignidade.

Não há leis que protejam essas crianças, desde cedo expostas às mazelas de nosso País, filhas de mães exploradas, sem pai, sem futuro. O comércio do sexo fecha os olhos para a exploração, desacatando leis, colaborando para a infelicidade de milhares de crianças, adolescentes e mulheres.

Pesquisas apontam que, no nosso País, confimadamente, 937 cidades brasileiras ou 17% do total dos Municípios brasileiros são pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Dessas, 32% ficam no Nordeste, sendo Pernambuco o maior concentrador de Municípios exploradores da infância para o sexo e 26% estão no Sudeste. É triste saber que em nosso País a maior parte da população está desamparada.

Mas tenho fé que esta situação vai mudar. A campanha do Ministério do Turismo já conta com a ajuda e colaboração de diversos segmentos da sociedade: cidadãos, políticos e empresários que se preocupam em oferecer às crianças, adolescente e mulheres uma vida mais digna.

A luta contra a exploração sexual já começou.

Propagandas contra a exploração já estão sendo veiculadas, principalmente nas cidades mais propensas ao problema. Material publicitário, com o slogan *Brasil, quem ama protege*, também já foi distribuído em praias do Nordeste. Companhias aéreas – TAM, Gol e VARIG – também aderiram ao movimento e divulgaram, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2005, gratuitamente mensagens durante os vôos.

Foi criada também uma Câmara Temática sobre Turismo Sustentável & Infância, que tem como objetivo garantir a incorporação dos princípios que norteiam o programa do Ministério nas práticas e ações do setor turístico. Representantes do Governo, iniciativa privada e ONGs também integram a Câmara.

O programa, além de realizar campanhas e políticas nacionais contra a exploração sexual, pretende desenvolver e fazer com que outros países também combatam esse tipo de turismo. No ano passado, por exemplo, o Rio de Janeiro sediou um encontro de Ministros de Turismo da América do Sul, durante o II Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil já assinou acordos com diversos países, inclusive com o maior sindicato de trabalhadores da Itália, e pretende assinar acordos com outros vários países europeus.

Este ano, uma das ações principais será a de qualificação da cadeia produtiva do turismo nos Estados, onde várias pessoas serão treinadas para aprender a agir ao se confrontar com situações de exploração sexual.

Gostaria de enfatizar que, para que essa campanha do Ministério vença a exploração sexual, é preciso a ajuda de todos – donos e trabalhadores de hotéis, bares, restaurantes e boates. De todos nós, brasileiros, seja por meio de denúncias, campanhas, trabalhos voluntários, toda a ajuda contra esse tipo de exploração será bem-vinda. Precisamos mudar o conceito que di-



versos países têm sobre o Brasil: País de mulher fácil, da prostituição, bordel de belas praias.

Acredito no trabalho do Ministério do Turismo. Por isso, concedi recursos de emenda individual para o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes, a serem executados em nosso Estado de Roraima.

Tenho fé que a Campanha do Ministério do Turismo contra o turismo sexual colherá bons frutos. Já existem diversas ONGs e várias pessoas envolvidas nessa campanha. Exploradores precisam ser punidos para servir de exemplo a quem pretende vir ao Brasil em busca de aventuras.

Lutemos contra essa cruel exploração! Vamos denunciar! Vamos cobrar que exploradores sejam punidos e que nossas crianças tenham direito à infância; nossas adolescentes, à esperança; e nossas mulheres sejam respeitadas e não vítimas da prostituição.

Para denunciar, basta ligar para o Disque-Denúncia, cujo número é o 100. Todos nós podemos colaborar com a erradicação da exploração sexual.

Convido todos os brasileiros, autoridades e pessoas que presidem alguma organização ou mesmo tenham o poder para incentivar aqueles que trabalham no setor, para que combatam definitivamente a exploração de crianças e adolescentes em relação ao turismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alceste Almeida) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores da *TV Câmara*, não se tem notícia ainda da sanção, pelo Presidente da República, do projeto de conversão à Medida Provisória nº 295, que aprovou nova repactuação para as dívidas dos produtores rurais, matéria que suscitou amplos debates neste plenário, especialmente após a leitura do parecer do Deputado Eunício Oliveira, que amparou número mais expressivo de interessados na rumorosa pendência.

Os bancos oficiais – que haviam iniciado ações de execução contra os inadimplentes – sobrestaram o procedimento que vinham adotando, à espera de que houvesse uma decisão legislativa, com chancela do Primeiro Mandatário do País, igualmente sensível à delongada postulação.

Recentemente, durante minha estada no Ceará com o objetivo de participar da convenção regional do meu partido, foram muitos os que me interpelaram sobre o desfecho da tramitação do referenciado projeto, particularmente no que tange à manifestação do Poder Executivo, a fim de que os estabelecimentos de crédito

to pudessem sustar o encaminhamento que estavam processando contra os devedores dos empréstimos contraídos em período anterior.

Se ainda não o fez, espera-se que Lula da Silva adote a medida de sua alçada, oferecendo eficácia a uma proposição para a qual convergem as atenções de agricultores, cujas safras sofreram perdas irreparáveis, em razão de calamidades em suas respectivas regiões.

Até a última sexta-feira, não se conhecia, ainda, o deslinde da momentosa questão, o que justifica a ansiedade daqueles que aguardam a regularização de seus compromissos financeiros perante o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, este que comprometeu recursos do FNE para atender a uma demanda efetuada na época do plantio, dizimado, total e parcialmente, por intempéries climáticas.

Diante disso, entendi de meu dever solicitar ao Planalto que diligencie a devolução dos autógrafos ao Congresso Nacional, já com a demonstração de explícito assentimento do Chefe da Nação.

Qualquer protelação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ampliará a angústia em que mergulharam os produtores rurais do nosso País, sequiosos pelo final de uma novela em que o Governo não pode aparecer como autêntico vilão.

Eis, Sr. Presidente, o apelo que entendi de meu dever transmitir ao Primeiro Dignitário do País, a fim de que ainda hoje, se possível, chancela com sua assinatura o autógrafo que esta Casa submeteu à sua apreciação, por meio de projeto de conversão que alterou dispositivos na Medida Provisória nº 295, de 2006.

É fundamental. Sras. e Srs. Deputados, que o Presidente da República lance seu autógrafo nessa matéria, viabilizando sua concretização. Se assim não o fizer, perdurará a frustração daqueles que, inadimplentes com os bancos oficiais, reclamam solução pronta e eficaz que não permita a execução que tem sido posta em prática pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste.

Falando neste momento em nome da Liderança do PMDB, transmito vívido apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que, sem mais qualquer procrastinação, sancione esse projeto e permita que os bancos promovam a repactuação aprovada por esta Casa e pelo Senado Federal, ensejando que os produtores rurais tenham alternativa mais favorável para a recomposição de suas dívidas.

Trata-se de apelo reiterado, patético e veemente, que entendi de meu dever, em nome da Liderança do meu partido, dirigir a S.Exa., o Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

*Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Alceste Almeida, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Frankembergen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pastor Frankembergen) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, por até 25 minutos.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Folha de S.Paulo*, tradicional e, não raro, injusto crítico do PT e do Presidente Lula, em sua edição de ontem, veio com a seguinte manchete de capa: *Aumento de renda tira 6 milhões da classe D/E*. Isso mesmo. Seis milhões de pessoas deixaram as classes D e E, migrando para a classe C.

A pesquisa do *Datafolha*, que ouviu 2.828 pessoas, entre 28 e 29 de julho, identificou baixo índice percentual dos que reclamam do seu baixo poder aquisitivo. Segundo a pesquisa, *“hoje apenas 28% acham muito pouco o que ganham. Eram 45%, antes da posse de Lula”*.

Ao expressar sua opinião econômica, 49% disseram que sua vida vai melhorar, 37% disseram que vai ficar como está, 6% afirmaram que vai piorar e 8% não responderam. Dado emblemático salta dos números da pesquisa: 37% responderam que estão consumindo mais alimentos. Esse índice está, ainda segundo a pesquisa, intrinsecamente ligado aos membros da classe C que participam de algum programa social ou que têm alguém da família ali incluído.

A renda dos mais pobres subiu 19%. O investimento público foi que puxou a renda dos mais pobres para cima e permitiu a migração dessas 6 milhões de pessoas para a classe C. Isso foi possível graças a um rol articulado de programas e ações sociais que tem incrementado a economia de várias regiões.

A revista *Exame*, do ultraconservador Grupo Abril, também abriu manchete na edição de julho: *Norte e Nordeste: Onde o Brasil Cresce como a China* – fruto dos recursos oriundos dos programas sociais e também do programa de microcrédito, associado à inclusão bancária que permitiu a milhares de pessoas de baixa renda ter sua conta bancária a custo quase zero.

**O Sr. Mauro Benevides** – Desejo congratular-me com V.Exa. pela divulgação desse levantamento estatístico que nos permite fazer avaliação mais abalizada sobre a realidade brasileira. Quando V.Exa. alude o destaque que vem tendo o Nordeste com a elevação

do percentual de renda dos seus habitantes, não há dúvida de que é notícia auspiciosa que merece ser estimulada, para que o Governo não interrompa esse processo de gradual apoio aos carentes de uma região que sofre secularmente disparidades que alcançam as áreas mais pobres do chamado Polígono das Secas. Portanto, cumprimento V.Exa. por esse levantamento precioso que traz a este plenário na tarde de hoje.

**O SR. LUIZ COUTO** – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Diz ainda a pesquisa que o comércio da Região Nordeste deu um salto estratosférico. O crescimento do comércio foi de 16%. Metade dos 10 bilhões previstos para o Bolsa Família estão indo para a população nordestina.

Outro dado relevante é que 50% dos brasileiros que recebem o salário mínimo estão no Nordeste. Esses foram diretamente beneficiados pelo recente aumento do salário mínimo, dinheiro que, ao lado dos recursos do Bolsa Família e de outros programas sociais, está desaguando direto no consumo. Daí não ser propriamente surpresa o aumento de consumo nesses segmentos sociais.

A oposição ao Governo Lula e parte da mídia insistem em colar nos programas sociais o carimbo de assistencialista. Não sabem o que é assistência social e nunca puseram os pés em regiões pobres. Nunca passaram fome para sentir na pele essa tragédia humana. Mas o Presidente Lula veio das camadas mais pobres e sabe o que quer com o Bolsa Família. O Governo Lula está, aos poucos, mas de forma consistente, construindo as chamadas “portas de saídas”.

E uma dessas “portas de saída” é o abrangente Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que no meu Estado já atingiu, por intermédio de edital – portanto, sem nenhum tipo de ingerência política –, cerca de 50 Municípios. Todos Municípios pobres e carentes. Para quem ainda não sabe, o Compra Direta destina recursos para que as Prefeituras possam comprar de agricultores cadastrados no PRONAF até 2.500 reais de produtos agrícolas ou derivados, para serem distribuídos com a merenda escolar, com as creches, com os abrigos de idosos ou com setores populacionais em risco de segurança alimentar.

Os recursos do Compra Direta variam de acordo com a população do Município. O menor recebe 56 mil reais e o maior, 600 mil.

Esse programa tem mão dupla, porque permite incrementar a cadeia produtiva do pequeno agricultor ao indicar o caminho para o desenvolvimento sustentável, reforçando áreas populacionais em risco de segurança alimentar. A Paraíba foi um dos Estados brasileiros que mais recursos receberam para esse



programa entre 2005 e 2006. Por isto, faço questão de divulgar aqui a relação de Municípios que receberam esses recursos, o que possibilitará maior fiscalização e controle dos gastos.

Eis a relação dos que receberam recursos, no dia 30 de junho: Areias Baraúnas, Bernardino Batista, Cacimba de Areia, Cacimbas, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Campina Grande, Condado, Curral de Cima, Desterro, Emas, Mãe D'Água, Manaíra, Maturéia, Monteiro, Passagem, Patos, Pedro Régis, Pedra Lavrada, Queimadas, Remígio, Santa Cruz, Santa Luzia, São Francisco, São José de Caiana, São José do Sabugy, São Mamede, Souza, Sumé, Várzea, Vista Serrana, São João do Tigre.

Além desses, mais outros 18 Municípios do Estado da Paraíba receberam, ano passado, recursos do Compra Direta. Eis a relação: Araçagi, Arara, Areia, Areal, Brejo dos Santos, Capim, Cubati, Cuité, Damião, Frei Martinho, Livramento, Mari, Poço Dantas, Pombal, Santa Helena, Santarém, Serra Branca, Uiraúna.

Ao todo, 50 Municípios receberam recursos. Quase 30 outros Municípios foram habilitados, mas deixaram de receber os recursos por não terem mandado a documentação correta. Os 50 Municípios que receberam os recursos têm até um ano, contado a partir da data do recebimento, para utilizá-los.

O Ministério do Desenvolvimento Social está fiscalizando a entrega dos produtos, exigindo nota de compra e venda expedida pelo Fisco estadual entre outros documentos que possam comprovar a correta execução do programa.

Outro programa estruturante e de enorme capilaridade é o Programa do Leite, que, ao contrário do que faz crer o Governo do Estado da Paraíba, é bancado 80% pelo Governo Federal, com 20% de participação do Estado.

O Programa do Leite existe em todos os Estados do semi-árido. Na Paraíba, é mais abrangente. Atinge quase todos os Municípios, comprando e distribuindo 120 mil litros de leite por dia. O programa é essencial e estruturante porque beneficia ao mesmo tempo 3 setores: a família que recebe o leite, os pequenos e médios produtores que o vendem e as pequenas e médias empresas que são pagas para pasteurizar o leite.

A lista de programas destinados aos mais pobres não pára por aqui. O Programa Luz Para Todos, criado pela então Ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, está oferecendo energia a quase 12 milhões de casas que não a tinham. O Luz Para Todos prevê investimentos da ordem de mais de 7 bilhões. Desse total, o Governo Federal entrará com 5 bilhões, sen-

do o restante partilhado entre Governos Estaduais e concessionárias de energia.

Na Paraíba, até hoje foram executados pelo Luz Para Todos 17.319 ligações. Desse total, o Governo Estadual executou, com recursos próprios, apenas 3.400 ligações. O restante foi executado diretamente pelo Governo Federal. É bom lembrar: a energia é instalada sem nenhum custo para a família, que assina documento em que afirma não ter pago um centavo para a execução da obra.

Mais um programa de extrema capilaridade e de importância social inquestionável do Governo do Presidente Lula é o de construção de milhares de cisternas de placas em comunidades rurais. Esse programa tem por objetivo abastecer de água potável para consumo, para matar a sede. São cisternas de placa construídas em parceria com centenas de entidades associativas. O programa pretende construir, pelo menos, uma cisterna de placa em cada casa carente da zona rural do Nordeste.

Este ano, somente no mês de maio, o Ministério do Desenvolvimento Social construiu 2.451 cisternas de placas na Paraíba. Para reforçar o programa, apresentei emenda parlamentar no valor de 625 mil reais para a construção de 500 cisternas de placas espalhadas por toda a Paraíba. Esse é um programa criado para trazer dignidade. Quem nunca passou sede ou ficou a noite inteira esperando água ou o carro-pipa passar é que pode colocar dúvidas ou questionar o programa da construção de cisternas de placa. Lá, a população terá a água da chuva que virá como bênção de Deus e será armazenada para que no tempo da seca a família obtenha água potável para matar a sede, cozinhar e cuidar da casa.

Sr. Presidente, dessas 500 cisternas que eu mencionei, 200 serão executadas pelo CODECAP – Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano, que tem como Presidente o Prefeito de Serra Branca, Luiz José Mamede, conhecido por Zizo, do Partido dos Trabalhadores. As demais cisternas de placas foram distribuídas em dezenas de Municípios do semi-árido paraibano, entre os quais está o de Pombal, que terá 50 cisternas para as comunidades carentes da zona rural.

Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Seguro Safra, Inclusão Produtiva e Digital, Escola de Fábrica, telecentros e uma série de outros programas destinados a dezenas de Municípios da Paraíba, quase todos com a mesma marca: destinados aos mais pobres, aos que precisam, apontando para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Além do berço religioso, tenho também os pés fincados na universidade, para a qual, desde o início do meu mandato, tenho destinado parte de minhas emendas parlamentares para fortalecer a UFPB, a UFCG e a UEFB. A construção do auditório do *campus* de Patos da Universidade Federal de Campina Grande encontra-se em fase final, objeto de 2 emendas de minha autoria no valor total de 100 mil reais. Foram empenhados na construção da Biblioteca Pública do *campus* de Catolé do Rocha recursos da ordem de 100 mil reais. A compra de computadores para o Centro de Inclusão Digital do *campus* da UEPB de Guarabira encontra-se em fase de elaboração do projeto para a emenda ser liberada. Por fim, 300 mil reais para a construção do *campus* da UFCG de Cuité e mais 400 mil para as construções do Centro de Ciências Jurídicas e também da sede do DECOM, ambos da UFPB em João Pessoa. Os recursos para a construção do *campus* de Cuité e para as 2 construções dos Centros de João Pessoa já se encontram na conta das respectivas instituições.

Além dessas intervenções, procurei acompanhar a expansão das universidades que têm sido implementada pelo Governo do Presidente Lula. Expansão da UFCG com o *campus* de Cuité e o *campus* de Pombal e a expansão da UFPB com a criação do *campus* do Vale do Mamanguape, além de outros em estudo que apontam para uma interiorização ainda ampla do ensino superior no Estado da Paraíba.

Outra linha em que me procurei pautar foi a do fortalecimento dos hospitais universitários e dos hospitais filantrópicos. Uma de minhas emendas de bancada foi para o Hospital Universitário da UFPB e emendas individuais foram para o Hospital Sinhá Carneiro em Pombal; Hospital do Câncer Napoleão Laureano e Hospital Padre Zé, em João Pessoa.

Ainda no campo de medidas preventivas para a área da saúde, dirigi parte de minhas emendas individuais na FUNASA para beneficiar pequenos Municípios com melhorias sanitárias domésticas. E, prosseguindo nos benefícios para pequenos Municípios, aloquei emendas para obras de infra-estrutura no valor de 1 milhão e 100 mil reais. Essa emenda foi repartida para que dezenas de Municípios possam executar obras de calçamento.

Para pequenos Municípios, destinei ainda emenda individual para fomento da agricultura familiar, diversificação de produção e obras em territórios rurais. Os projetos objetos dessas emendas são destinados à construção de poços artesianos, de mandalas, à capacitação de agricultores do Compra Direto da agri-

cultura familiar, à construção da Casa do Mel e a um projeto para os alunos da Escola Agrotécnica Federal de Souza. Foram beneficiados os Municípios de Conrado, Patos, Sousa, Santa Rita, Cuité, Santa Terezinha, Remígio, Pombal, São Miguel do Taipu, Serra Branca, Pirpirituba, entre outros.

Na área da habitação popular, liberei emendas para a construção de casas em Santa Rita, casas que já foram construídas, e também agora em São Miguel de Itaipu, recursos que já estão disponíveis.

Concluo, Sr. Presidente. Para João Pessoa, além de diversas emendas parlamentares – recursos já repassados para a Universidade Federal da Paraíba que, somados à emenda de bancada, atingem quase 2 milhões de reais – apresentei emenda parlamentar para a construção de 2 Centros de Inclusão Digital, fundamentais para que a juventude possa ter acesso à informática.

Hoje, não basta o jovem ter concluído o curso de nível médio; se não tiver um curso de informática, não consegue emprego. Os Centros de Inclusão Digital são importante para capacitar a juventude que, em vez de ficar ociosa, terá espaço para aprender, capacitar-se, desenvolver-se.

Os jovens do Sul são recrutados por organizações criminosas, mas, se freqüentassem cursos de capacitação, teriam condições de obter bons empregos e viver com dignidade.

Ouçó, com prazer, a amiga Deputada Juíza Denise Frossard, que com certeza vai abrilhantar meu pronunciamento.

**A Sra. Juíza Denise Frossard** – Deputado Luiz Couto, V.Exa. toca num ponto da maior importância. Temos 2 modalidades de crime: o do ir e vir. O primeiro emprego na criminalidade, que decorre da falta de oportunidades de trabalho e renda, como V.Exa. tão bem enfocou, e o crime organizado. Vamos abordar esse. Com muita acuidade, Deputado Luiz Couto, V.Exa. toca no risco de não capacitar e educar os jovens. Estamos perdendo a juventude. E, o que é pior, estamos incentivando a formação de criminosos no ir e vir, em busca do primeiro emprego, da facilidade com que se consegue dinheiro. Temos de conter a evasão do campo para as cidades, já tão inchadas. Fico muito feliz com o pronunciamento de V.Exa., que ouvia atentamente, pela consistência e riqueza. Espero que todos ouçam o que V.Exa. disse e reflitam a respeito do problema, pois não há idéias mirabolantes. Neste momento de eleições, os palpites de plantão apresentarão fórmulas mágicas. Mas nós precisamos, sim, parar de dar palpites, firmar na recapacitação das

forças policiais e resgatar a educação, a fim de recuperar a juventude. Deputado Luiz Couto, agradeço a V.Exa. a concessão do aparte. Congratulo V.Exa. pela sensibilidade do tema.

**O SR. LUIZ COUTO** – Agradeço à Deputada Juíza Denise Frossard o aparte. Tenha certeza de que, assim como V.Exa., estamos realizando o que ensina aquela bela história sobre o beija-flor: estamos pondo nossa gotinha para apagar o fogo.

Outros não de se juntar a nós, para que nossa juventude não seja recrutada pelo crime organizado, para que nossa juventude seja capacitada para ter um emprego de qualidade, para que nossa juventude possa colocar toda sua energia a serviço da construção de um Brasil justo, fraterno e solidário e não a serviço do crime organizado.

Com certeza, V.Exa. também é um desses passarinhos que está colocando sua gotinha d'água para apagar esse incêndio que o crime organizado vem fazendo em nosso País.

Sr. Presidente, em relação aos Centros de Inclusão Digital para a população carente de João Pessoa, um será em Mandacarú, bairro onde tive oportunidade, durante 3 anos, de trabalhar como sacerdote. Espero que esse Centro seja implantado pela Prefeitura e que a juventude possa ter ali um espaço de capacitação. O outro será no Bairro Mangabeira, hoje verdadeira cidade em João Pessoa, pois sua população ultrapassa a de quase todos os Municípios do Estado – perde apenas para Campina Grande e João Pessoa. Ambos os Centros estão em processo de elaboração de projetos para a conseqüente liberação de recursos.

**A Sra. Dra. Clair** – Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. LUIZ COUTO** – Ouço, com prazer, seu aparte.

**A Sra. Dra. Clair** – Nobre Deputado, quero parabenizá-lo por sua atuação parlamentar em favor dos direitos humanos e também pela construção de um projeto de desenvolvimento econômico-social para o País. Já demos alguns passos na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais democrática. Sua atuação e seu trabalho, com certeza, muito contribuíram para a efetivação desse projeto. Vamos continuar lutando para que no próximo mandato do Presidente Lula possamos dar passos ainda mais decisivos no sentido de ajudar a população mais pobre a ter acesso à alimentação, à habitação, à saúde e à educação.

**O SR. LUIZ COUTO** – Agradeço o aparte à nobre Deputada Clair.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Luiz Couto, o Sr. Pastor Frankembergen, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelor Vieira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Mourão, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

**O SR. NILSON MOURÃO** (PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de domingo, particularmente *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nos cadernos de economia, publicaram matérias que considero da maior importância para o povo brasileiro. As matérias mostram o êxito da política econômica do Governo do Presidente Lula – política econômica destinada a elevar o padrão de vida do povo, a distribuir renda e a criar uma sociedade mais justa e fraterna em nosso País.

E até a **Folha de S. Paulo** reconhece, Sr. Presidente. Digo até a **Folha de S. Paulo** porque ela vem fazendo uma sistemática campanha de oposição ao Governo do Presidente Lula, uma campanha doutrinária e fundamentalista daqueles que se recusam a aceitar o que de bom está sendo produzido pelo Governo Federal.

A **Folha de S. Paulo**, a revista *Veja* e outros grandes meios de comunicação deixaram há muito de ser veículos de informação do povo brasileiro para se transformarem em panfletos de partidos políticos, com matérias que 90% são de cunho ideológico e 10% informativo.

Pois bem. Até **Folha de S. Paulo** foi obrigada a reconhecer o êxito da política econômica governamental. Ela abriu seu jornal de domingo com essa manchete: *Lula promove 6 milhões de eleitores para a classe C*.

Já **O Globo** abre a página do seu caderno de economia com a seguinte manchete: *Mais gente no meio da pirâmide*.

Contra fatos não há argumentos. A política econômica do Governo do Presidente Lula distribuiu renda, reduziu a pobreza e elevou setores que há mais de 10 anos não tinham condições de ascensão social. As pessoas afirmam firmemente: *“Estamos comendo mais.*

*Estamos comprando mais. Estamos tendo acesso a bens de consumo como não tínhamos há 10 anos”.*

Essa é uma política de geração de riqueza, de distribuição de renda, de geração de empregos.

Enquanto o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso passou 8 anos sem dar sequer 1% de aumento ao servidor público, o do Presidente Lula concedeu vários reajustes. Enquanto o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso levou 8 anos para gerar 700 mil empregos, o do Presidente Lula gerou quase 5 milhões de empregos.

E isso, Sr. Presidente, se reflete na economia. Empresas são criadas, as exportações crescem, as pessoas passam a ter emprego, a receber salário e, conseqüentemente, a consumir mais bens.

As pesquisas do IBGE estão aí para comprovar isso, como, aliás, o próprio instituto de pesquisas da *Folha de S. Paulo*, o *Datafolha*, acaba de reconhecer.

E reconhece num momento muito oportuno. Estamos num processo eleitoral em que se procura satanizar o Presidente Lula. A Oposição alardeia que a política econômica do Presidente Lula é a mesma do Governo Fernando Henrique. Ora, se é a mesma, não entendo por que o PSDB faz oposição ao Governo Lula. O que essas pessoas não têm é discurso, Sr. Presidente.

A grande verdade é que a política econômica do Presidente Lula nada tem a ver com a do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nossa política econômica é de crescimento, de geração de emprego, de distribuição de renda, de redução da pobreza. Nossa política econômica colocou um ponto final naquele irresponsável e abusivo processo de venda de venda do patrimônio público como jamais se viu em nosso País. Esse processo foi estancado, Sr. Presidente.

Renda para a agricultura, crédito para a agricultura familiar, microcrédito, acesso ao crédito consignado, todas essas iniciativas do Governo do Presidente Lula repercutiram na vida da população brasileira. E como se mede a redução das desigualdades? Como se mede a possibilidade de ascensão social? Como se mede quem está ganhando e quem está perdendo? A partir da constatação se as pessoas estão consumindo mais ou menos, se estão tendo mais ou menos oportunidade de emprego, se a renda delas aumentou ou não.

Os 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso foram de concentração de renda, de arrocho salarial, de aumento da pobreza.

Todas as críticas que se fizeram ao Governo do Presidente Lula hoje se desvanecem, caem no vazio diante das pesquisas e do que as pessoas dizem.

Há poucos dias, Sr. Presidente, em conversa com um servidor que trabalha na garagem do prédio onde moro, na Superquadra 302 Norte, eu lhe perguntei: “*E aí, João, como é que estão as coisas?*” Ele foi objetivo: “*Deputado, estou com o Presidente Lula, porque estou comendo melhor*”. Só não vê isso quem não quer, quem quer fazer política rasteira, quem quer baixar o nível do debate.

O fato é que muitos nesta Casa e fora dela se transformaram nos arautos da pobreza, nos defensores dos pobres. Tiveram tanto tempo para fazer, porém nada fizeram. O Presidente Lula, em 3 anos e meio, fez: aumentou o salário mínimo, aumentou a renda em geral e reduziu as desigualdades. E isso para o desespero daqueles que queriam que o Governo do Presidente Lula fosse um fracasso ou daqueles que desejavam que, ao final do Governo do Presidente Lula, a pobreza tivesse aumentado.

Existem determinados setores que não conseguem entender as transformações sociais que estão se processando no Brasil, que as pessoas estão tendo possibilidade de ascensão social e que a pobreza está se reduzindo em nosso País. Há também os que menosprezam as políticas sociais implementadas pelo Presidente Lula. Mas existem 11 milhões de famílias beneficiadas que podem falar da importância dos programas sociais que o Governo do Presidente Lula pôs em prática no País. Quando S.Exa. tomou posse, apenas 3 milhões de famílias eram atendidas por determinados programas; hoje, repito, 11 milhões de famílias estão sendo beneficiadas com as políticas sociais adotadas pelo Governo Federal.

Queremos que essas pessoas não só recebam essa renda mínima, mas também possam ser inseridas no mercado formal de trabalho, possam crescer economicamente. E isso está acontecendo, ninguém pode negar. Os fundamentalistas querem fazer politicagem e nada vão reconhecer, mas o povo está ciente da verdade.

Creio que o jornal *Folha de S. Paulo*, tão resistente em entender os avanços efetivados no Governo do Presidente Lula, por suas próprias pesquisas, começa a reconhecer o que é fato concreto, inegável: a atual administração gerou empregos, distribuiu renda e conseguiu uma sociedade mais solidária, mais justa, reduzindo as desigualdades sociais no País.



Merecem elogios a política econômica do Presidente Lula e os avanços conquistados até agora, e a sociedade brasileira deve reconhecer as mudanças.

Era o que tinha a dizer.

**A SRA. ANA ALENCAR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. ANA ALENCAR** (PSDB –TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa requerimento de sessão solene a realizar-se nesta Casa, dia 13 de julho de 2006, para prestar homenagem ao ex-Governador e ex-Deputado Federal Dante de Oliveira, falecido no último dia 6.

Dante de Oliveira ocupou papel de destaque na redemocratização do País. Quando Deputado Federal, apresentou proposta de emenda à Constituição para restabelecer eleições diretas para Presidente da República, fundamental na deflagração do movimento Diretas-Já, em 1984.

Fica aqui também meu abraço à Deputada Thelma de Oliveira. Deus sempre nos dá força nos momentos mais difíceis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a abordar o tema principal de meu discurso.

Preocupa-nos a violência doméstica contra crianças e adolescentes, cuja dimensão é ignorada, em razão do silêncio da própria vítima, dos familiares, dos vizinhos e, inclusive, dos profissionais de saúde e de educação, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente obrigar estes últimos a comunicarem aos conselhos tutelares os maus-tratos sofridos por crianças e adolescentes de que tenham conhecimento.

Dados registrados em delegacias, hospitais e conselhos tutelares permitem identificar algumas situações especiais de vulnerabilidade.

Essa violência se manifesta de várias formas, que a doutrina, no entanto, tem agrupado, geralmente, em 4 grupos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

A violência física, às vezes a pretexto de disciplinar a conduta do filho, é a mais freqüente. Varia de uma palmada a homicídios. Os casos moderados, envolvendo a palmada, são polêmicos, mas encontram respaldo no Código Civil Brasileiro, nas regras que tratam do poder familiar. O art. 1.634 do Código Civil autoriza os pais a exigir dos filhos que lhe prestem obediência, respeito e os serviços próprios da idade e condição, enquanto o art. 1.638 sanciona com a per-

da do pátrio poder, por ato judicial, o pai ou mãe que castigar imoderadamente o filho. Diante do princípio de Direito Privado de que é permitido tudo o que não é proibido, conclui-se que aos pais é autorizado castigar moderadamente o filho. Os excessos, pelo contrário, estão sujeitos à sanções penais e cíveis.

A violência sexual é outra que varia bastante de intensidade, desde olhares perturbadores à morte.

A violência psicológica consiste em toda a ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança.

Por fim, a negligência que consiste em falta dos pais em prover as necessidades das crianças, apesar de poder fazê-los.

A violência doméstica contra criança e adolescente pode ter efeitos permanentes sobre a vítima, impedindo-a de alcançar o pleno desenvolvimento e aumentando as chances de cometer o mesmo tipo de violência com seus filhos.

Os motivos da violência contra criança e adolescentes não estão bem definidos. Geralmente estão associados ao estresse ambiental: pobreza, alcoolismo e drogas. Ante a complexidade desses motivos, de combate continuo por parte da sociedade mundial, há de se reforçar essa luta por meio de medidas de saúde preventiva e curativa e medidas educativas, ao alcance das instituições governamentais e da sociedade civil.

Nesse sentido estão orientadas as medidas legislativas, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, deve-se lutar pela quebra do pacto de silêncio. O cidadão deve ser incentivado a participar dessa luta informando aos conselhos tutelares os casos de que tenha conhecimento.

Deve também ser incentivada a mudança de atitude dos pais diante dos problemas inerentes à conduta infantil. Os pais devem ser orientados a tratar as crianças como pessoas em desenvolvimento e não como propriedades, como coisas. Essa orientação pode vir dos meios de comunicação de massa, que podem ser usadas com o objetivo de mudar ou reforçar comportamentos.

Enfim, Sras. e Srs. Deputados, o combate à violência contra criança e adolescente deve ser incorporado ao conjunto de ações permanentes do Estado e das instituições da sociedade civil, de forma e reduzir gradativamente esse mal. Ao final, essas medidas se refletirão em benefício de todos, na construção de uma sociedade justa e solidária. Por isso, conclamo todos a combater diariamente esse mal.



Obrigada.

**A SRA. DRA. CLAIR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DRA. CLAIR** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, população que assiste à *TV Câmara*, queremos mais uma vez agradecer aos Deputados e aos Senadores o apoio conferido à emenda que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, como férias de 30 dias com um terço do salário, seguro-desemprego, Fundo de Garantia e estabilidade da gestante até 5 meses após o parto.

Esses direitos, inseridos na Medida Provisória nº 284 graças a emenda de nossa autoria e a destaque apresentado pelo PSOL, beneficiarão 6,5 milhões de empregadas domésticas e acabarão com odiosa discriminação que se faz a elas.

Aliás, Sr. Presidente, aproveito o ensejo para destacar a importância do trabalho das empregadas domésticas. Se nós e muitos outros estamos neste momento trabalhando, isso se deve à retaguarda que elas dão a todos nós em nossas respectivas casas.

Aguardamos a sanção presidencial a essa emenda que beneficiará, repito, 6,5 milhões de empregadas domésticas.

Por outro lado, convidamos as Sras. e Srs. Deputados e os trabalhadores a participarem da audiência pública que será realizada pelas Comissões de Trabalho e de Desenvolvimento Econômico para tratar especificamente da demissão de 5.700 empregados da Volkswagen e do fechamento de uma das unidades da empresa.

A referida audiência, decorrente de requerimento de nossa autoria e do Deputado Ivan Valente, ocorrerá no dia 13, às 14h, no Plenário 8.

Contamos com a presença de todos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Informo aos Srs. Deputados que teremos sessão extraordinária às 18h.

Esta Presidência dará seqüência à ordem de inscrição dos Srs. Deputados efetuada nesta sessão.

**O SR. EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus cole-

gas Parlamentares, tive a honra de receber em meu gabinete a Presidente do Grupo Hércules de Apoio a Portadores de Hepatites em Santa Catarina, Sra. Anna Schmitt, que está reivindicando providências aqui em Brasília quanto à liberação de recursos para que possa haver continuidade no desenvolvimento de ações em prol não só dos contaminados pelos vírus das hepatites, como também de seus familiares, no Estado de Santa Catarina.

A hepatite C é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS como epidemia silenciosa, haja vista que existem 200 milhões de casos no mundo e, possivelmente, 4 milhões no Brasil. Apesar de existir vacina, a hepatite B vem crescendo de maneira alarmante, proporcionalmente, em Santa Catarina.

Outro dado importante é que essa pandemia possui número de contaminados 7 vezes maior que o dos portadores do HIV, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Santa Catarina é o Estado com maior número de casos no Brasil, conforme dados que recentemente recebi em meu gabinete.

Quero hipotecar meu apoio ao Grupo Hércules e à Frente Parlamentar das Hepatites e Transplantes, que tem como Coordenador o ilustre Deputado Geraldo Thadeu, para que possamos cumprir as metas da *Carta de Brasília*, apresentada no V Encontro Nacional das ONGs de Apoio a Portadores de Hepatites e Transplantados Hepáticos, endereçada ao Ministro da Saúde.

Ainda nesta semana, estarei com S.Exa. e levarei ao seu conhecimento essas informações, que considero importantes para que tomemos as devidas providências.

Tal documento contempla reivindicações que merecem ser atendidas prioritariamente, para que consigamos minimizar o sofrimento dos pacientes portadores dessa patologia.

Por isso, levarei o documento ao conhecimento do Ministro da Saúde, a fim de que proporcione uma salvaguarda à saúde dos usuários e garanta o bem-estar de suas famílias, baseado nos dados citados nas correspondências que recebi.

Discutimos a situação por um bom período. Uso a tribuna da Câmara dos Deputados para levar ao conhecimento de todo o Brasil a importância de estarmos atentos e trabalharmos com a prevenção. Saúde é assunto muito sério.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – **Apresentação de proposições.**

**APRESENTAM PROPOSIÇÕES:**

Autor	Proposição	Ementa
Beto Albuquerque	PL 7299/2006	Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.
Onyx Lorenzoni	PL 7300/2006	Altera o art. 7º da Lei nº 9.537, de 11 de Dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.
Francisco Rodrigues	PL 7301/2006	Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas.
Senado Federal	PL 7302/2006	Prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.
Dra. Clair	PL 7303/2006	Dispõe sobre a aplicação do art. 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
Dra, Clair	PL 7304/2006	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estabelecer limites aos descontos efetuados em folhas de pagamento.
Ana Alencar	REQ 4197/2006	Requer a convocação de sessão solene para o dia 13 de julho, a fim de prestar homenagem ao ex-Governador e ex-Deputado Federal Dante de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Vai-se passar ao horário de

**VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**

Não há oradores inscritos.

**VII – ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, terça-feira, dia 11 de julho, às 10h, haverá sessão solene em homenagem aos 60 anos da CNC-SESC-SENAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelor Vieira) – Encerro a sessão, designando para terça-feira, dia 11, às 14h, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS QUE COMPORÃO  
A COMISSÃO REPRESENTATIVA  
DO CONGRESSO NACIONAL**  
(Art. 58, § 4º da Constituição Federal)

**URGÊNCIA**

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

**Votação**

**1**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 291-A, DE 2006**  
(Do Poder Executivo)

**Continuação da votação, em turno único,  
da Medida Provisória nº 291-A, de 2006,**

que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006; tendo parecer do Relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 1 a 13; pela adequação financeira e orçamentária desta; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 13; e, no mérito, pela aprovação desta e rejeição das Emendas de nºs 1 a 13 (Relator: Dep. Nilson Mourão).

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 26-4-06

**PRAZO NA CÂMARA:** 10-5-06

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 28-5-06 (46º

DIA)

#### Discussão

#### 2

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 292, DE 2006**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 292, de 2006, que altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 10-5-06

**PRAZO NA CÂMARA:** 24-5-06

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 11-6-06 (46º

DIA)

#### 3

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 293, DE 2006**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 293, de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 22-5-06

**PRAZO NA CÂMARA:** 5-6-06

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 23-6-06 (46º

DIA)

#### 4

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 294, DE 2006**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 294, de 2006, cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho – CNRT e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 22-05-06

**PRAZO NA CÂMARA:** 5-6-06

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 23-6-06 (46º DIA)

#### URGÊNCIA

(Artigo 64, § 2º da Constituição Federal, c/c art. 204, I, do Regimento Interno)

#### Discussão

#### 5

### **PROJETO DE LEI Nº 5.055-B, DE 2001**

(Do Sr. Gilberto Kassab)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.055-B, de 2001, que institui a tarifa social de telefonia para consumidores residenciais de baixa renda; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática pela aprovação deste e dos de nºs 5.058/01, 2.342/03 e 6.677/06, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 4.338/04, apensado, e das Emendas de Plenário de nºs 1 a 6, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6.677/06, apensado (Relator: Dep. José Rocha); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos de nºs do 5.058/01, 2.342/03, 4.338/04 e 6.677/06, apensados, e das Emendas de Plenário de nºs 1 a 6 oferecidas ao PL 6.677/06, apensado (Relator: Dep. Luciano Zica). Pendente de pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributação.**

Tendo apensados os PLs nºs 5.058/01, 2.342/03, 4.338/04 e 6.677/06.

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º DIA): 22-4-06**

OBS.: Ao PL nº 6.677/06, apensado, foi atribuída urgência constitucional.

6

**PROJETO DE LEI Nº 1.154-B, DE 1995**

(Do Sr. Edinho Araújo)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.154-B, de 1995, que dispõe sobre a comprovação do exercício de atividade rural pelos trabalhadores que especifica para fins de concessão de benefícios previdenciários. Pendente de pareceres das Comissões: de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.**

Tendo apensados os PLs nºs 2.938/97, 3.790/97 (829/99), 4.034/97 (4.106/98, 417/99, 921/99), 1.148/99, 3.447/00, 3.788/00, 5.869/01, 6.548/02 (6.967/02 (4.359/04, 5.171/05, 6.008/05, 6.245/05), 1.401/03, 1.424/03), 105/03 (2.590/03), 2.589/03, 6.537/06 e 6.852/06.

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º DIA):**

21-5-06

OBS.: Ao PL nº 6.852/06, apensado, foi atribuída urgência constitucional.

7

**PROJETO DE LEI Nº 1.367-B, DE 2003**

(Do Sr. Bismarck Maia)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.367-B, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Turismo e Desporto, pela aprovação deste, dos PLs nºs 1.663/03, 2.331/03, 4.207/04 e 4.306/04, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Josué Bengtson). Pendente de pareceres das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.**

Tendo apensados os Projetos de Lei nºs: 1.663/03, 2.331/03, 4.207/04, 4.306/04 e 6.999/06.

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º dia): 23-6-06**

OBS.: Ao PL nº 6.999/06, apensado, foi atribuída urgência constitucional.

8

**PROJETO DE LEI Nº 4.622-A, DE 2004**

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.622-A, de 2004, que altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para a fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho. Pendente de pareceres das Comissões: de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.**

Tendo apensados os Projetos de Lei nºs: 6.449/05 e 7.009/06.

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º dia): 25-6-06**

OBS.: Ao PL nº 7.009/06, apensado, foi atribuída urgência constitucional.

**MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

(Art. 202 c/c Art. 191, I, do Regimento Interno)

**Discussão**

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 285, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC 255/04, contendo os arts. 22, VIII, 34, V, c, 36, V, 61, § 3º; 100, § 1º, 105, III, d, 149-A, parágrafo único, 150, § 6º; 152-A, 153, § 3º, V; 155, § 2º, II, c, IV, a, b, V, a, b, c, d, e, VI, a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, I, VII, a, b, c, d, VIII, IX, a, c, X, e, XI, XII, a, b, f, g, h, i, j, I, m, n, o, XIII, a, b, c, d, e, § 7º, I, II, 158, III, 17 constantes do art. 1º, os arts. 95, 96, parágrafo único I, II, III e 97 constantes do art. 2º, que trata do Ato das Disposições Transitórias, a integra dos arts. 3º, 8º e 9º); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade quando da apreciação da PEC 228/04, com emendas (Relator: Dep. Osmar Serraglio); da Comissão Especial, pelo desmembramento da de nº 255/04 nesta e na de nº 293/04, acompanhadas das respectivas emendas referentes aos dispositivos nelas contidos;**



pela aprovação desta e pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação das emendas de nºs 21, 24, 31, 34, 40, 54, 67 e 68, com substitutivo; e pela rejeição, na parte em que versem sobre os dispositivos apreciados, das emendas de nºs 2, 3, 5, 6, 8, 11, 15, 20, 26, 28, 38, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 88, 89 e 94 (Relator: Dep. Virgílio Guimarães).

## AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

#### I – EMENDAS

##### 2. PROJETOS DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

**Nº 308/06 (ALEXANDRE CARDOSO)** – Altera redação de dispositivos constantes dos arts. 2º, 185 e 192 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 12-7-06

**Nº 310/06 (CARLOS MOTA)** – Altera redação de dispositivos constantes do art. 215 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 12-7-06

**Nº 307/06 (JOÃO ALFREDO)** – Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários e Justiça no Campo na Câmara dos Deputados.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-7-06

#### II – RECURSOS

##### 1. CONTRA APRECIACÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD. Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º, do RICD).

#### COM PARECERES FAVORÁVEIS

##### PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO:

**Nº 1.600-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.102-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.153-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.154-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.159-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.161-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.162-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado Rio Grande do Sul.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.163-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada, na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.166-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.167-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.172-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.179-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.181-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.182-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.183-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.190-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney / MA – APROMA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.195-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.199-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.200-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade Jacobina, Estado da Bahia.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.203-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.208-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.209-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.230-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.241-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.267-A/06 (Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à HP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.268-A/06 (Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguaçu – AP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.148-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.158-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América / FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.176-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.180-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado do Mato Grosso do Sul.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.185-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Ipiatã Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ipiatã, Estado da Bahia.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.202-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.206-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.207-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.226-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que



autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.231-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.233-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.236-A/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.251/06 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO JOVEM DE IGUATU – FAJI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**No. 273/2003 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-7-06

#### PROJETOS DE LEI:

**Nº 591-B/03 (ANTONIO CARLOS MENDES THAMME)** – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Ecólogo.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 1.106-B/03 (GIVALDO CARIMBÃO)** – Institui o “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 2.416-B/03 (PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA)** – Altera o inciso I do art.44, da Lei Nº 9.434, de 20 de Dezembro de 1996.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 3.671-A/04 (ALMIR MOURA)** – Altera o artigo 820 da LEI Nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por hipoteca.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 923-C/03 (MÁRIO ASSAD JÚNIOR)** – Estabelece a obrigatoriedade de avaliação da conformidade para aparelhos que emitam radiação eletromagnética.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 855/03 (Carlos Sampaio)** – Acrescenta o inciso IV ao artigo 40 do Código de Processo Civil. Outorga aos advogados direito de carga dos autos nos prazos comuns para extração de cópias.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

#### COM PARECERES CONTRÁRIOS

##### PROJETOS DE LEI:

**Nº 1.899/03 (PASTOR FRANKEMBERGEN)** – Estabelece política tarifária para o setor elétrico nacional visando incentivar a indústria rural e dá outras providências.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 3.200/04 (TADEU FILIPPELLI)** – Dispõe sobre o acervo de obras de arte pertencente a União Federal, sobre o Museu Nacional e dá outras providências.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 5.467/05 (CARLOS NADER)** – Cria o Programa de Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula, como atividade extracurricular, e fixa outras providências.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 5.598/05 (CARLOS NADER)** – “Dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação e Segurança Alimentar nos Currículos do Sistema de Ensino.”

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 6.421/05 (SENADO FEDERAL)** – Acrescenta § 7º ao art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo que o fornecedor disponibilizará ao consumidor, enquanto não for sanado o vício, produto idêntico ou similar ao produto viciado.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06



**Nº 763/03 (FERNANDO DE FABINHO)** – Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando idêntica tarifa para serviços similares prestados por meio de telefonia fixa e telefonia móvel.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 2.453/03 (ROGÉRIO SILVA)** – Altera o art. 369 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943), permitindo maior percentual de tripulação estrangeira em embarcações nacionais, quando oriunda de países integrantes do Mercosul.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 6.043/05 (CARLOS NADER)** – Dispõe sobre ações de prevenção à gravidez precoce e de atendimento à adolescente grávida.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-7-06

**Nº 3.785/00 (LINCOLN PORTELA)** – Dispõe sobre o sistema de fusos horários no território brasileiro.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**Nº 3.888/04 (ALMIR MOURA)** – Obriga as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado a instalar telefones públicos em instituições públicas de ensino.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**Nº 4.860/05 (JOÃO CALDAS)** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa autorizatória do serviço móvel pessoal de instalar nos municípios com população igual ou superior a três mil habitantes estações rádio base ou repetidoras para a prestação adequada e contínua do serviço móvel pessoal.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**Nº 4.908/05 (NEUTON LIMA)** – Acrescenta parágrafo ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, determinando o porte obrigatório do certificado de aprovação em curso especializado, para os condutores que especifica.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**Nº 5.316/05 (ZELINDA NOVAES)** – Dispõe sobre o uso de detetores de metais nos acessos dos estabelecimentos públicos de ensino.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

**Nº 6.594/06 (CARLOS NADER)** – Dispõe sobre a proibição de afixação de propagandas ou publicidades em postes de iluminação pública, de telefones públicos, praças, pontos de ônibus e passarelas de pedestres.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-7-06

## **2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD**

(Matérias sujeitas a deliberação do Plenário em apreciação preliminar, nos termos do art. 144 do RICD)

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – PEC:** art. 202, § 1º do RICD.

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES:** art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º, do RICD).

## **2.2 – PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA**

### **PROJETO DE LEI:**

**Nº 2.380/03 (ALMEIDA DE JESUS)** – Concede isenção de imposto de renda às pessoas físicas que tenham dependentes portadores da doença de Alzheimer.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

## **3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 1º, DO RICD**

(Sujeitos a deliberação do Plenário, após ouvida a CCJC, nos termos do art. 164, §§ 2º e 3º do RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 164, § 2º, do RICD).

### **PROJETO DE LEI:**

**Nº 237/99 (RICARDO BERZOINI)** – Estabelece sanções administrativas às instituições financeiras que pratiquem abusos ou infrações no atendimento ao usuário de serviços bancários. **(E seus apensados:** PL's nºs 3592/00, do Dep. Paulo Paim; 4558/01, do Dep. Lincoln Portela e 882/03, do Dep. Eduardo Cunha).

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

## **4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)**

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP:** art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES:** art. 137, § 1º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões.

### **PROJETOS DE LEI:**

**Nº 7.121/06 (CARLOS NADER)** – Dispõe sobre desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Au-

tomotores – IPVA para contribuintes que não tenham incorrido em infrações de trânsito no âmbito de todo o Território Nacional.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 7.154/06 (MORONI TORGAN)** – Acrescenta o § 3º ao art. 75 do Decreto-Lei n.º 2848/40, para estabelecer a pena de caráter perpétuo aos reincidentes em crimes dolosos contra a vida.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-7-06

**Nº 7262/2006 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)** – Autoriza a União a conceder indenização por danos nucleares aos ex-trabalhadores da Usina Santo Amaro da antiga Nuclemon, contaminados por urânio e tório e dá outras providências.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-7-06

**Nº 7264/2006 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)** – Autoriza a União a proceder o reconhecimento e conceder indenização às vítimas do acidente radiológico de Goiânia e dá outras providências.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-7-06

**Nº 7265/2006 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)** – Dispõe sobre a organização do Sistema Federal de Fiscalização Nuclear, cria a Carreira de Auditoria-Fiscal de Radioproteção e Segurança Nuclear e dá outras providências.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-7-06

*ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE JULHO DE 2006*

#### **Dia 11, 3ª-feira**

15:00 SARNEY FILHO (PV – MA)  
15:25 PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO)

#### **Dia 12, 4ª-feira**

15:00 RICARDO BARROS (PP – PR)  
15:25 OSVALDO REIS (PMDB – TO)

#### **Dia 13, 5ª-feira**

15:00 CARLITO MERSS (PT – SC)  
15:25 JORGE ALBERTO (PMDB – SE)

#### **Dia 14, 6ª-feira**

10:00 LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)  
10:25 JULIO SEMEGHINI (PSDB – SP)  
10:50 TELMA DE SOUZA (PT – SP)

11:15 CÉSAR MEDEIROS (PT – MG)

11:40 NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP)

#### **Dia 17, 2ª-feira**

15:00 RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)  
15:25 BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)  
15:50 RONALDO CAIADO (PFL – GO)  
16:15 DR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR)  
16:40 RUBENS OTONI (PT – GO)

### **ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**

#### **I – COMISSÕES PERMANENTES**

#### **COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

#### **AVISOS**

#### **PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 1 7-07-06

#### **Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 5.761/05 – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do zoneamento ecológico-econômico na demarcação de terras indígenas, na criação de unidades de conservação e na implantação de assentamentos rurais, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado DR. RODOLFO PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.100/06 – do Senado Federal-Sérgio Zambiasi – (PLS 341/2005) – que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas”.

RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.113/06 – do Sr. João Alfredo e outros – que “altera e acresce dispositivos à Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RONALDO CAIADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.116/06 – do Sr. João Alfredo e outros – que “altera dispositivo da Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RONALDO CAIADO.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****LOCAL: Plenário 13 do Anexo II****HORÁRIO: 14h30min****REUNIÃO****SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR MUDANÇAS NAS NORMAS DE APRECIÇÃO DOS ATOS DE OUTORGA E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS****A – Outros Eventos:****REUNIÃO DE TRABALHO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO: 1ª SESSÃO****ÚLTIMA SESSÃO: 17-07-06****Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 815/95 – SILVIO ABREU – que “dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências”. (Apensados: PL 981/1999 (Apensado: PL 1561/2003 (Apensado: PL 1746/2003)), PL 2194/1996, PL 6639/2002, PL 6640/2002 e PL 1947/2003)

RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****LOCAL: Plenário 01 do Anexo II****HORÁRIO: 15h****REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 226/06 Do Sr. Sérgio Miranda – (PL 5057/2005) – que “solicita sejam convidados o Sr. Sérgio Sérulo da Cunha, jurista, a Sra. Maria Aparecida da Rocha Cortiz, advogada, o Sr. Amílcar Brunazo Filho, engenheiro, e um representante indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral para debate, perante esta Comissão, acerca do PL 5057 de 2005, do Sr. Severiano

Alves, que altera a Lei 4.737/65, Código Eleitoral, para estabelecer a competência sobre a regulamentação da automação do voto e da sua fiscalização”.

**B – Redação Final:**

PROJETO DE LEI Nº 70/03 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que “dispõe sobre a adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 1.244/03 – do Sr. João Alfredo – que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.142/04 – da Sra. Laura Carneiro – que “assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.136/05 – da Sra. Selma Schons – que “acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.630/05 – do Poder Executivo – que “revoga o Decreto-lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 6.248/05 – da Sra. Sandra Rosado – que “acrescenta novo parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências””.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

**C – Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:****ESPECIAL**

PROJETO DE LEI Nº 6.636/06 – do Senado Federal – Comissão Mista Especial – Reforma Judiciário – (PLS 13/2006) – que “regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.

**PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI Nº 2.558/92 – do Senado Federal – Francisco Rollemberg – (PLS 66/1991) – que “dispõe sobre a necropsia como método de diagnóstico

médico e de investigação médico-legal e dá outras providências”

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e das emendas da Comissão de Seguridade Social e Família.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Fernando Coruja, em 05/04/2006.

PROJETO DE LEI Nº 6.216/02 – da Sra. Luiza Erundina – que “acrescenta incisos aos artigos 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995”. (Apensados: PL 719/2003 e PL 286/2003)

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 286/2003, e do PL 719/2003, apensados, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Inaldo Leitão e Mendes Ribeiro Filho, em 31/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 6.600/02 – TST – que “dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região”.

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 1.710/03 – do Senado Federal – Aloizio Mercadante – que “altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas na rede mundial de computadores”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Vista conjunta aos Deputados Inaldo Leitão e Mendes Ribeiro Filho, em 04/07/2006.

Discussão iniciada, em 04/07/2006.

PROJETO DE LEI Nº 2.314/03 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 80/2002) – que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 26/10/2004.

Discussão iniciada, em 26/10/2004.

PROJETO DE LEI Nº 3.380/04 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 52/2003) – que “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001”.

RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 4.308/04 – do Senado Federal – Comissão Especial – “Rio São Francisco” – (PLS 240/2002) – que “altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. (Apensado: PL 4288/2004)

RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL 4288/2004, apensado, este com substitutivo.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 11/05/2006.

Concedido prazo ao relator nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 31/05/2006.

Iniciada a discussão, em 31/05/2006.

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 279/06 – do Sr. Paulo Magalhães – (PRC 63/2000) – que “dispõe sobre o desarquivamento de proposições da Câmara dos Deputados, no início da legislatura”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Luiz Couto, em 04/07/2006.

### ESPECIAL

SUBSTITUTIVO DO SENADO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 536/97 – que “mo-



difica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

PARECER: a proferir.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488/02 – da Sra. Miriam Reid – que “acrescenta alínea “d” ao inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal”. (Apensado: PEC 269/2004)

RELATOR: Deputado JOSÉ MENTOR.

PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 269/2004, apensada.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 252/04 – do Sr. Almir Moura e outros – que “cria a Suprema Corte Constitucional”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PARECER: pela inadmissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Francisco Escórcio, Inaldo Leitão e Marcelo Ortiz, em 20/06/2006.

Discussão iniciada, em 20/06/2006.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 395/05 – do Sr. Vander Loubet e outros – que “dispõe sobre a contribuição de melhoria, acrescentando § 3º ao art. 145 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Mendes Ribeiro Filho, em 24/11/2005.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 481/05 – da Sra. Neyde Aparecida e outros – que “dispõe sobre requisitos para a aposentadoria de professores da rede pública de educação infantil e de ensino fundamental e médio”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488/05 – da Sra. Maria Helena e outros – que “dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 20/06/2006.

Discussão iniciada, em 20/06/2006.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 496/06 – do Sr. Roberto Gouveia e outros – que “dá nova redação ao art. 149 da Constituição Federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 509/06 – do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PEC 59/2004) – que “dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 517/06 – do Sr. Marcondes Gadelha e outros – que “concede imunidade tributária à produção e comercialização de programas de computador”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 521/06 – do Sr. Ciro Nogueira e outros – que “dá nova redação ao art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal”. (Apensado: PEC 525/2006)

RELATOR: Deputado ROBSON TUMA.

PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 525/2006, apensada.

Vista conjunta aos Deputados Fernando Coruja e Luiz Couto, em 13/06/2006.

### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 513/99 – do Sr. Cunha Bueno – que “institui o ressarcimento obrigatório aos estabelecimentos públicos de saúde, pelas indústrias de cigarros e derivados do tabaco, das despesas com o tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas pelo fumo e seus derivados”. (Apensados: PL 708/1999, PL 798/1999 e PL 3129/2000)

RELATOR: Deputado INALDO LEITÃO.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, do PL 708/1999, do PL 798/1999 e do PL 3129/2000, apensados.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 28/03/2006.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 06/04/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.855/00 – do Sr. Paulo José Gouvêa – que “acresce parágrafo ao art. 92 do Código Penal”.

RELATOR: Deputado CEZAR SCHIRMER.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho, Fernando Coruja, Inaldo Leitão, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Moroni Torgan e Vicente Arruda, em 31/03/2005.

Suspensa a discussão em virtude da ausência do relator, em 18/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 4.765/01 – da Sra. Yeda Crusius – que “altera os arts.11 e 103 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo de candidatos e filiados nos dados fornecidos à justiça eleitoral”. (Apensado: PL 931/2003)

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 931/2003, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 6.686/02 – do Sr. Paulo Rocha – que “altera o art. 35 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 31/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 150/03 – do Sr. Alberto Fraga – que “altera a Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995 e dá outras providências”. (Apensado: PL 5549/2005)

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 5549/2005, apensado, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Fernando Coruja e Inaldo Leitão, em 23/05/2006.

O Deputado Fernando Coruja apresentou voto em separado em 07/06/2006.

Suspensa a discussão, em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 14/06/2006.

PROJETO DE LEI Nº 302/03 – do Sr. Chico da Princesa – que “altera o Decreto – lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990”.

RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Nelson Pellegrino, em 22/02/2006.

Adiada a discussão, por 5 sessões, a requerimento do Deputado Luciano Zica, em 17/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 944/03 – do Sr. Carlos Souza – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 6.368, de 21 de

outubro de 1976, a fim de prevenir o tráfico de substâncias entorpecentes dentro ou nas imediações de escolas de qualquer nível, no Território Nacional”.

RELATOR: Deputado LUIZ PIAUHYLINO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 26/04/2006.

Discussão iniciada, em 26/04/2006.

PROJETO DE LEI Nº 986/03 – da Sra. Maria do Rosário – que “acrescenta o art. 237 – A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. (Apensado: PL 2689/2003)

RELATORA: Deputada ZULAIÊ COBRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 2689/2003, apensado, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

PROJETO DE LEI Nº 1.048/03 – do Sr. Fernando Ferro – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações””.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 1.920/03 – do Sr. Wilson Santos – que “torna crime hediondo a utilização de menor em delitos”.

RELATOR: Deputado INALDO LEITÃO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 23/05/2006.

Suspensa a discussão em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 01/06/2006.

Encerrada a discussão. Concedido prazo ao relator, nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 04/07/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.160/04 – do Sr. Zarattini – que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei, cria o Conselho de Con-

trole de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 3.502/04 – do Sr. Carlos Nader – que “acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 – Código Penal, de forma a tornar absoluta a presunção de violência nos crimes contra os costumes nos casos que especifica”.

RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

Vista ao Deputado Almir Moura, em 09/05/2006.

Discussão iniciada, em 09/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.747/04 – do Sr. Coronel Alves – que “dá nova redação ao art. 10 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado FLEURY.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.585/04 – do Sr. Julio Lopes – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, para exigir a apresentação de atestado de qualificação nas operações de crédito realizadas com recursos do FGTS”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 5.140/05 – do Sr. Marcelo Barbieri – que “modifica a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da descon sideração da personalidade jurídica”. (Apensado: PL 5328/2005)

RELATOR: Deputado VICENTE CASCIONE.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 5328/2005, apensado, do Substitutivo e da Emenda apresentados na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e da Emenda apresentada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

PROJETO DE LEI Nº 6.735/06 – do Sr. Carlos Mota – que “tipifica o crime de malversação de recursos públicos”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Fernando Coruja, em 28/06/2006.

### **D – Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR):**

#### **PRAZO CONSTITUCIONAL**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.120/06 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 709/2005) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Saudades a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina”.

RELATOR: Deputado ALMEIDA DE JESUS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.188/06 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 815/2006) – que “aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.235/06 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 856/2006) – que “aprova o ato que outorga permissão à Laudano Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pojuca, Estado da Bahia”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.259/06 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 907/2006) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Entre Amigos de Reserva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reserva, Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.294/06 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 960/2006) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Assis – SP a executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assis, Estado de São Paulo”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

**E – Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:**

**PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI Nº 3.778/97 – do Senado Federal – Jefferson Peres – (PLS 233/1996) – que “altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União – para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso”.

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

Vista conjunta aos Deputados Bosco Costa, Darci Coelho e Paulo Afonso, em 17/08/2005.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 07/03/2006.

PROJETO DE LEI Nº 7.316/02 – do Poder Executivo – (MSC 962/2002) – que “disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Maurício Rands (PT-PE), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemendas; e das Emendas apresentadas nesta Comissão de nºs 1, com subemenda; 2, com subemenda; e 3 a 12.

Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 15/09/2005.

O Deputado Marcelo Ortiz apresentou voto em separado em 15/09/2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.049/03 – do Senado Federal – Vasco Furlan – que “institui o Dia Nacional de Combate à Dengue”.

RELATOR: Deputado JOSÉ DIVINO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.

PROJETO DE LEI Nº 2.276/03 – do Senado Federal – Flávio Arns – que “institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 4.701/04 – do Senado Federal – Almeida Lima – (PLS 170/2003) – que “dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual das faturas pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos”. (Apensado: PL 4106/2001)

RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e do PL 4106/2001, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 4.731/04 – do Poder Executivo – (MSC 873/2004) – que “dá nova redação aos arts. 880 e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga o seu art. 882”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e anti-regimentalidade das emendas apresentadas nesta Comissão.

PROJETO DE LEI Nº 5.350/05 – do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS 526/2003) – que “altera os arts. 136, 137, 138, 139, 141 e 143 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para substituir a expressão “seqüestro” por “arresto”, com os devidos ajustes redacionais”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 5.505/05 – do Senado Federal – Delcídio Amaral – (PLS 282/2004) – que “institui o “Dia Nacional de Combate à Psoríase””.

RELATOR: Deputado ROBSON TUMA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 5.890/05 – do Senado Federal – César Borges – (PLS 458/2003) – que “altera o caput do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha”. (Apensados: PL 3373/1997 (Apensado: PL 2881/2000) e PL 6061/2005)

RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.



PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 2881/2000, do PL 3373/1997 e do PL 6061/2005, apensados, com substitutivo.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, em 24/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 5.973/05 – do Senado Federal – Magno Malta – (PLS 401/2003) – que “altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 18/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 6.025/05 – do Senado Federal – César Borges – (PLS 37/2004) – que “altera o art. 666 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor acerca da penhora sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas”. (Apensado: PL 4386/2004)

RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 4386/2004, apensado.

Vista ao Deputado Coriolano Sales, em 24/05/2006.

### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 3.124/97 – do Sr. Barbosa Neto – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, com subemenda, e 6 da Comissão de Educação e Cultura.

O Deputado José Eduardo Cardozo apresentou voto em separado em 15/09/2004.

PROJETO DE LEI Nº 1.694/99 – da Sra. Luiza Erundina – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes”.

RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 1.820/99 – do Sr. Alberto Fraga – que “dispõe sobre promoções de praças, por tempo de serviço, na Polícia Militar do Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda.

Suspensa a discussão, em virtude da ausência do relator, em 13/06/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.688/00 – do Sr. José Carlos Elias – que “dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola”. (Apensados: PL 1031/2003 (Apensado: PL 4738/2004) e PL 837/2003 (Apensados: PL 1497/2003, PL 1674/2003, PL 2513/2003, PL 2855/2004, PL 3154/2004 e PL 3613/2004))

RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, do PL 837/2003, com emenda, do PL 1031/2003, com emendas, do PL 1497/2003, do PL 1674/2003, com emendas, do PL 2513/2003, do PL 2855/2004, do PL 3154/2004, com emendas, do PL 3613/2004, com emenda, e do PL 4738/2004, apensados.

Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 26/04/2006.

Discussão iniciada. Estão inscritos para debater a matéria os Deputados Vicente Arruda e Jamil Murad, em 26/04/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.992/00 – da Sra. Luiza Erundina – que “acrescenta parágrafo ao artigo 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (parecer alterado).

PROJETO DE LEI Nº 5.150/01 – do Sr. Salvador Zimbaldi – que “institui o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos””.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 5.155/01 – do Sr. Jorge Alberto – que “dispõe sobre a equalização de juros pelo Tesouro Nacional nos empréstimos feitos a microempresas e

empresas de pequeno porte com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SANTOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.

PROJETO DE LEI Nº 5.696/01 – do Sr. Pedro Fernandes – que “altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, faculta a aplicação do rito sumaríssimo da referida Lei às causas que especifica e dá outras providências”. (Apensados: PL 599/2003 e PL 1415/2003)

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 599/2003 e do PL 1415/2003, apensados, com substitutivo.

Adiada a discussão, por 10 sessões, a requerimento do Deputado José Eduardo Cardozo, em 15/09/2004.

Adiada a votação por falta de quorum, em 26/10/2004.

PROJETO DE LEI Nº 6.090/02 – do Sr. Orlando Fantazzini – que “veda a exposição de mulheres nuas ou em trajes sumários em material de divulgação turística”.

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Vista conjunta aos Deputados Inaldo Leitão e José Eduardo Cardozo, em 18/05/2006.

Discussão iniciada, em 18/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 6.243/02 – do Sr. Max Rosenmann – que “introduz a hipoteca abrangente como modalidade de garantia real e altera a redação dos artigos 761 do Código Civil, – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 –; 20, 30 e 59 do Decreto-Lei nº 167, de 14.02.1967; 178 da Lei nº 6.015, de 31.12.1973; e 6º e 12 da Lei nº 8.929, de 22.08.1994”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PARECER: pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 7.153/02 – do Sr. Roberto Pessoa – que “altera dispositivo da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 91/03 – do Sr. João Alfredo – que “considera efeito prejudicial sobre o meio ambiente socioeconômico o deslocamento de populações imposto pela construção de barragens, rodovias e outras obras, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 206/03 – do Sr. Roberto Magalhães – que “acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo”. (Apensado: PL 4518/2004)

RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 4518/2004, apensado, com substitutivo, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, com submenda.

Vista ao Deputado Inaldo Leitão, em 18/05/2006.

Concedido prazo ao relator, nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 31/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 557/03 – do Sr. João Herrmann Neto – que “determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7347, de 1985”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 595/03 – da Sra. Perpétua Almeida – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”. (Apensados: PL 4250/2004 e PL 5123/2005)

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, do PL 4250/2004, com emenda, e do PL 5123/2005, com emenda, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 747/03 – da Sra. Terezinha Fernandes – que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado WAGNER LAGO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e do Subs-

titutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda substitutiva.

PROJETO DE LEI Nº 1.140/03 – do Sr. Rubens Otoni – que “regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Higiene Dental e de Atendente de Consultório Dentário”. (Apensado: PL 1537/2003 (Apensado: PL 2489/2003))

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste; do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; do PL 1537/2003 e do PL 2489/2003, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 1.526/03 – do Sr. Vicentinho – que “proíbe a aquisição de veículos de procedência estrangeira pelos órgãos públicos governamentais das esferas federal, estadual e municipal”.

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 2.831/03 – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre o cadastramento dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS e dá outras providências”. (Apensado: PL 3007/2004)

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

PARECER: pela inconstitucionalidade deste e do PL 3007/2004, apensado.

Vista ao Deputado Vicente Arruda, em 09/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.044/04 – do Sr. Jefferson Campos – que “permite pequenas empresas prestadoras de serviços e profissionais autônomos a manter como sede de sua empresa sua própria residência”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PARECER: pela inconstitucionalidade deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Vista conjunta aos Deputados Leonardo Picciani e Luiz Eduardo Greenhalgh, em 26/04/2006.

A Deputada Edna Macedo apresentou voto em separado em 19/04/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.260/04 – do Sr. Sergio Caiado – que “dispõe sobre o prazo da liberação da alienação fiduciária de bens financiados”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Paes Landim (PTB-PI), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Colbert Martins, Fernando Coruja, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin e Roberto Magalhães, em 30/05/2006.

Suspensa a discussão, em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 21/06/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.762/04 – do Sr. Carlos Abicalil – que “define o acórdão de Tribunal de Contas como título executivo extrajudicial”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PARECER: pela constitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

Vista ao Deputado Almir Moura, em 04/07/2006.

Lido o parecer. Suspensa a discussão em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 28/06/2006.

Discussão iniciada, em 04/07/2006.

PROJETO DE LEI Nº 3.889/04 – do Sr. Almir Moura – que “proíbe a concessão de fiança, por parte de pessoas físicas, nos contratos de locação, e dá outras providências”. (Apensado: PL 4296/2004)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 4296/2004, apensado, com substitutivo.

Vista ao Deputado Marcelo Ortiz, em 20/06/2006.

Adiada a discussão, por 5 sessões, a requerimento do Deputado Luiz Couto, contra o voto do Deputado Almir Moura, em 04/07/2006.

PROJETO DE LEI Nº 4.134/04 – do Sr. Julio Lopes – que “dispõe sobre custas e emolumentos referentes a registro de imóveis, concede isenção tributária na alienação de bem imóvel, prevê a atualização monetária dos bens e direitos das pessoas físicas, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado WAGNER LAGO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das Emendas da Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.218/04 – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, em 31/05/2006.

Discussão iniciada, em 31/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 4.446/04 – do Sr. Zé Geraldo – que “acrescenta dispositivo ao art. 116, do Código Penal Brasileiro – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – dispondo sobre o impedimento da prescrição”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Almir Moura, em 28/06/2006.

PROJETO DE LEI Nº 4.502/04 – da Sra. Perpétua Almeida – que “acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, para caracterizar como ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Colbert Martins, em 03/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 4.796/05 – da Sra. Jandira Feghali – que “regula o exercício profissional de Geofísico”.

RELATOR: Deputado CEZAR SCHIRMER.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 4.976/05 – do Sr. Mário Heringer – que “determina a regionalização do livro didático e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado IVAN RANZOLIN.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda apresentada na Comissão de Educação e Cultura e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda.

Vista ao Deputado Inaldo Leitão, em 23/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 5.284/05 – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que “altera o art. 100 da Lei nº 6.015, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda apresentada nesta Comissão.

PROJETO DE LEI Nº 5.602/05 – do Sr. Celso Russomanno – que “acresce o inciso XV ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994”.

RELATOR: Deputado FLEURY.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Inaldo Leitão, em 17/05/2006.

O Deputado Inaldo Leitão apresentou voto em separado em 24/05/2006.

Concedido prazo ao relator, nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara, em 24/05/2006.

PROJETO DE LEI Nº 6.862/06 – da Sra. Sandra Rosado – que “acrescenta § 3º ao art. 184 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que “Institui o Código de Processo Civil””.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Inaldo Leitão, em 20/06/2006.

Discussão iniciada, em 20/06/2006.

## AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 17-07-06

#### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

#### A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 5.456/01 – do Senado Federal – JOEL HOLLANDA – (PLS 146/1996) – que “dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PROJETO DE LEI Nº 2.548/03 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.192/04 – do Sr. Edson Duarte – que “transforma os zoológicos e similares existentes em centros de proteção à vida animal”.

RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.472/05 – do Sr. Capitão Wayne – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE CARDOSO.

PROJETO DE LEI Nº 6.469/05 – do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – que “dispõe sobre a carreira dos



Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências”.  
RELATOR: Deputado FLEURY.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 1.547/91 – VICTOR FACCIONI – que “acrescenta ao Código de Defesa do Consumidor, dispositivo relativo à prescrição de débito”. (Apensados: PL 370/1999, PL 584/1999, PL 664/1999 (Apensado: PL 6719/2002), PL 2551/2000, PL 2760/2000, PL 2986/1997, PL 3056/2000, PL 3216/1997, PL 3240/2000, PL 3241/2000, PL 3443/1997, PL 3646/1997 (Apensado: PL 5271/2005), PL 3919/1997, PL 4401/1998, PL 4457/1998, PL 4892/1999, PL 7004/2002, PL 7245/2002, PL 1363/2003, PL 2008/2003, PL 2291/2003, PL 2435/2003 (Apensado: PL 3591/2004), PL 2731/2003, PL 3048/2004, PL 4866/2005, PL 5029/2005, PL 5242/2005, PL 5379/2005, PL 5407/2005, PL 5513/2005 e PL 5896/2005)

RELATOR: Deputado INALDO LEITÃO.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 3.421/04 – do Sr. Antonio Carlos Biscaia – que “dispõe sobre a efetivação de pagamentos da remuneração do trabalho por Cooperativas de Crédito e sobre o tratamento fiscal às aplicações financeiras efetuados naquelas entidades”.

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PROJETO DE LEI Nº 5.238/05 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – (OF 183/2005) – que “cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

**A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 6.645/06 – do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que “altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de

janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, declarando feriado forense os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive”.

RELATOR: Deputado PAULO AFONSO.

**DECURSO:** 5ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 1.385/03 – do Sr. Gastão Vieira – que “institui o Dia da Imigração Portuguesa no Brasil”.

RELATOR: Deputado CEZAR SCHIRMER.

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 5ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 1.761/03 – do Sr. Coronel Alves – que “estabelece a obrigatoriedade das farmácias, drogarias e congêneres a venderem comprimidos e pílulas por unidade e dá outras providências”. (Apensados: PL 2073/2003, PL 2728/2003, PL 2935/2004 e PL 3323/2004)

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.123/06 – do Sr. Marcos Abramo – que “estabelece o direito do usuário de serviços de telefonia de ter seus pedidos de novos serviços confirmados por meio de correspondência, e de ter sua solicitação, quando feita pela via telefônica, gravada pela operadora”.

RELATORA: Deputada SELMA SCHONS.

PROJETO DE LEI Nº 2.598/03 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “dispõe sobre o atendimento ao cidadão no serviço público federal e dá outras providências”. (Apensados: PL 5051/2005, PL 5419/2005 (Apensado: PL 5932/2005) e PL 6004/2005)

RELATOR: Deputado FLEURY.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.751/06 – do Poder Executivo – que “autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”.

RELATOR: Deputado JOEL DE HOLLANDA.

**DECURSO:** 5ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 6.658/06 – do Sr. Chico Sardelli – que “altera a Lei nº 6.938, de 1981, a Lei nº 8.666, de 1993, e a Lei nº 9.605, de 1998, para instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro de receberem financiamentos e incentivos governamentais e de contratar com o Poder Público”.

RELATOR: Deputado RONALDO DIMAS.

PROJETO DE LEI Nº 7.058/06 – do Sr. Ary Kara – que “cria restrições para a produção, importação e uso de dispersantes químicos”.

RELATOR: Deputado RONALDO DIMAS.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.378/05 – do Sr. Nilson Mourão – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão pelas fábricas e montadoras de motocicletas, de antena de proteção contra fios cortantes como equipamento de segurança”.

RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.800/06 – da Sra. Telma de Souza – que “altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais – FCVS – e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ADEMIR CAMILO.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 6.528/06 – do Sr. Wellington Fagundes – que “dispõe sobre a criação do termo Agricultura Indígena”.

RELATORA: Deputada IRINY LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.057/06 – do Sr. Ary Kara – que “destina à Fundação Nacional do Índio – FUNAI a renda líquida de um teste das loterias de números, bilhetes e prognósticos”.

RELATOR: Deputado PASTOR REINALDO.

PROJETO DE LEI Nº 7.072/06 – do Senado Federal-Paulo Paim – que “institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas”.

RELATOR: Deputado JOÃO ALFREDO.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 4.667/04 – do Sr. José Eduardo Cardozo – que “dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ORLANDO FANTAZZINI.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**LOCAL:** Nereu Ramos – Anexo II

**HORÁRIO:** 09h

**SEMINÁRIO****A – Seminário:**

Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e o Instituto de Artes da Universidade de Brasília apresentam:

**SEMINÁRIO:** MÚSICA, ARTES E CIDADANIA

11 de julho de 2006 – das 9 às 18h

Auditório Nereu Ramos – anexo II – Câmara dos Deputados

**PROGRAMAÇÃO:**

9 horas Apresentação da Banda Lyra Tatuí no Hall da Câmara dos Deputados

Promoção e Realização: Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

10 horas

Cerimônia de Abertura: parlamentares, representantes do MinC, MEC, UnB e GDF

Mesa de Debates: Educação e Perspectivas do Fomento às Artes como Instrumento de Cidadania

Representantes do Ministério da Educação, Universidade de Brasília, Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal

As Artes na Educação à Distância

Sheila Campello – Coordenadora do Arteduca

O Ensino da Música nas Escolas

Maria Isabel Montandom – Coordenadora do Grupo de Educação Musical do Departamento de Música da UnB e Cristina Grossi – Vice-presidente da Associação Brasileira de Educação Musical

Comunidade Ativa – Relatos de experiências:

Educar Dançando – Projeto de música e dança com as crianças das localidades de Samambaia, Estrutural e Varjão.

Intervalo para almoço

14h30

Mesa de Debates: Culturalizar a Educação – ações e perspectivas

Representantes do Ministério da Cultura, Universidade de Brasília e Ministério da Educação

Musicativa Comunidade: Uma proposta de inclusão social através da Educação e da Cultura

Beatriz Salles – Diretora Artística do Festival Internacional de Inverno de Brasília

Comunidade Ativa

Relatos: Representante do Projeto da Marambaia – RJ  
20 horas Concerto de Abertura do Festival Internacional de Inverno de Brasília

Sala Martins Pena do Teatro nacional – Spanish Brass – Quinteto de Metais

**LOCAL: Plenário 12 do Anexo II**

**HORÁRIO: 14h**

**SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**A – Seminário:**

**SEMINÁRIO**

“EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA”

PROGRAMAÇÃO

Dia: 11/07/2006 – Terça-feira

Local: Plenário 12 – Anexo II

Câmara dos Deputados

**OBJETIVO:** Demonstrar comparativamente as demandas educacionais e o atendimento dado à população adulta no Brasil, como também aprofundar a discussão sobre a relação existente entre capacitação da população adulta, o seu desempenho econômico e o fortalecimento da identidade nacional, bem como as políticas educacionais sugeridas pelo FMI e OMC.

14h30 – SOLENIDADE DE ABERTURA

DEPUTADA NEYDE APARECIDA

Presidente da Comissão de Educação e Cultura (CEC)

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS/MG)

Presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP)

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT/MT)

Autor do Requerimento

15h – CONVIDADOS

Dr. CÉLIO CUNHA – Assessor na área de Educação no Brasil – UNESCO

Dr. RICARDO MANUEL DOS SANTOS HENRIQUES – Representante da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade

Dr. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC

REPRESENTANTE – Ação Educativa

Profª ROSÂNGELA GÓES – Representante da Universidade Popular – Cuiabá

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 5.735/05 – do Sr. Hélio Esteves – que “dá às carteiras de identidade estudantil equivalência em relação à carteira de identidade nacional”.  
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 6.533/06 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas das unidades escolares públicas em todo o território nacional”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

**DECURSO:** 5ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.661/04 – do Sr. Simão Sessim – que “dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Nilópolis em Universidade Tecnológica do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado DR. HELENO.

PROJETO DE LEI Nº 6.608/06 – do Sr. Bernardo Aris-ton – que “cria a Comenda do Mérito Ambiental”.

RELATOR: Deputado JOÃO MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 7.026/06 – do Sr. André Figuei-redo – que “altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, para determinar o repasse à Biblioteca Nacio-nal Leonel de Moura Brizola de um exemplar de cada publicação depositada na Biblioteca Nacional”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 7.052/06 – da Sra. Iara Bernardi – que “institui o Dia Nacional de Combate a Homofobia”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 7.059/06 – do Sr. Ary Kara – que “institui o Dia Nacional do Sindicalista”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 7.089/06 – do Senado Federal-Marco Maciel – que “institui o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis””.

RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEI-XEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.103/06 – do Senado Federal – Aloizio Mercadante – (PLS 382/2006) – que “institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado COSTA FERREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.109/06 – do Sr. Bonifácio de Andrada – que “disciplina as atividades profissionais relacionadas com a Informática, Computação e Siste-mas de Informação e outras correlatas”. (Apensado: PL 7236/2006)

RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 1.145/03 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “altera a Lei nº 5.700, de 1 de setem-bro de 1971, que “Dispõe sobre a forma e a apre-sentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras pro-vi-dências””.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 5.313/05 – do Sr. Hélio Esteves – que “dispõe sobre descontos para profissionais do magistério em exercício na educação básica para aqi-sição de material didático e de ingressos para eventos científicos, artísticos e culturais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 12-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)****A – Da Análise da Adequação Financeira e Orça-mentária e do Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 4.517/04 – do Sr. Alexandre Car-doso – que “altera os arts. 98 e 99 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 10 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997”.

RELATOR: Deputado REINHOLD STEPHANES.

PROJETO DE LEI Nº 7.153/06 – do Sr. Cezar Silvestri – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 9.250, de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pes-soas físicas e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.

PROJETO DE LEI Nº 7.173/06 – do Sr. João Herrmann Neto – que “acrescenta a alínea “h” ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata sobre o imposto de renda pessoa física”.

RELATOR: Deputado MUSSA DEMES.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

**A – Da Análise da Adequação Financeira e Orça-mentária e do Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 5.395/05 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a Lei nº 8.989, de 1995, modificada pelas Leis nº 9.317, de 1996, nº 10.182, de 2001, nº 10.690, de 2003, com a redação dada pela Lei nº 10.754, de 2003, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis para utilização no transpor-te autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, nas condições que especifica”.

RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO.



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA****LOCAL: Plenário 12 do Anexo II****HORÁRIO: 14h****SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****A – Seminário:****SEMINÁRIO****“EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA”****PROGRAMAÇÃO**

Dia: 11/07/2006 – Terça-feira

Local: Plenário 12 – Anexo II

Câmara dos Deputados

OBJETIVO: Demonstrar comparativamente as demandas educacionais e o atendimento dado à população adulta no Brasil, como também aprofundar a discussão sobre a relação existente entre capacitação da população adulta, o seu desempenho econômico e o fortalecimento da identidade nacional, bem como as políticas educacionais sugeridas pelo FMI e OMC.

14h30 – SOLENIDADE DE ABERTURA

DEPUTADA NEYDE APARECIDA

Presidente da Comissão de Educação e Cultura (CEC)

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS/MG)

Presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP)

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT/MT)

Autor do Requerimento

15h – CONVIDADOS

Dr. CÉLIO CUNHA – Assessor na área de Educação no Brasil – UNESCO

Dr. RICARDO MANUEL DOS SANTOS HENRIQUES – Representante da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade

Dr. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC

REPRESENTANTE – Ação Educativa

Profª ROSÂNGELA GÓES – Representante da Universidade Popular – Cuiabá

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE  
EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ  
(DIA 12/07/2006)****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 7.166/06 – do Sr. Henrique Afonso – que “altera a Lei nº 9.985, de 2000, que “regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências””.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME.

PROJETO DE LEI Nº 7.186/06 – do Sr. Ary Kara – que “institui normas para instalação de empreendimentos destinados à comercialização de combustíveis”.

RELATOR: Deputado GIVALDO CARIMBÃO.

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)****AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO**

PROJETO DE LEI Nº 3.503/97 – do Senado Federal – Julio Campos – (PLS 80/1996) – que “regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense”. (Apensado: PL 1714/1999)

RELATOR: Deputado NEUTON LIMA.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO: 3ª SESSÃO****ÚLTIMA SESSÃO: 17-07-06****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 28/99 – do Sr. Paulo Rocha – que “veda a instalação de depósitos, com estrutura metálica, em postos de serviços automotivos e suas correspondentes tubulações, sem proteção contra a corrosão”. (Apensados: PL 217/1999, PL 1479/1999, PL 1662/1999 e PL 2019/1999)

RELATOR: Deputado RONALDO CEZAR COELHO.

**DECURSO: 5ª SESSÃO****ÚLTIMA SESSÃO: 13-07-06****Substitutivo (Art. 119, II e §1º)****AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO**

PROJETO DE LEI Nº 2.751/03 – do Sr. Salvador Zimbaldi – que “estabelece convênios entre o Poder Público Federal (Conselho Nacional de Energia Nuclear) e Municípios”. (Apensados: PL 6221/2005 e PL 7067/2006)

RELATOR: Deputado DELEY.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-07-06**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 7.049/06 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar no Município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado FRANCISCO RODRIGUES.

PROJETO DE LEI Nº 7.050/06 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar no Bairro de Realengo, Município do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO GOMES DA SILVA.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO****LOCAL:** Plenário 6, Anexo II**HORÁRIO:** 14h30**REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:****PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI Nº 6.793/06 – do Poder Executivo – (AV 270/06) – que “Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado FLEURY.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 21/06/06.

**B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA****VOTAÇÃO**

PROJETO DE LEI Nº 5.000/05 – do Sr. Cabo Júlio – que “Dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.

PARECER: a proferir.

O parecer da Deputada Zulaiê Cobra passou a constituir voto em separado em 21/06/06.

**DISCUSSÃO**

PROJETO DE LEI Nº 6.404/05 – do Sr. Nelson Pellegrino – que “Altera o inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MORONI TORGAN.

PARECER: a proferir.

PROJETO DE LEI Nº 2.298/03 – do Sr. Durval Orlato – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de caminhões nacionais e as importadoras de caminhões instalarem como item de fábrica um Sistema de Localização e Rastreamento via Satélite, hoje conhecido como Global Positioning System – GPS em todos os caminhões de sua linha de produção ou importação”.

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 2.580/03 – do Sr. Carlos Nader – que adiciona dispositivos a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. (Apensado: PL 4.202/04 (Apensado: PL 4.451/04))

RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.

PARECER: pela aprovação deste e rejeição dos PLs 4.202/04 e 4.451/04, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 4.063/04 – do Sr. Carlos Nader – que “Cria o Cadastro Nacional de Presos e Foragidos e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CORONEL ALVES.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 4.489/04 – do Sr. Alberto Fraga – que “Acrescenta o parágrafo único ao art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”.

RELATOR: Deputado MORONI TORGAN.

PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Luiz Antonio Fleury, em 23/05/06.

PROJETO DE LEI Nº 4.795/05 – do Sr. Vieira Reis – que “Dispõe sobre os procedimentos para preservação do local do crime em ocorrências criminais com vítimas fatais e envolvendo policiais civis e militares”.

RELATOR: Deputado CABO JÚLIO.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 4.970/05 – do Sr. Takayama – que “Dispõe sobre o registro das ações dos órgãos policiais no controle de manifestações coletivas”.

RELATOR: Deputado CABO JÚLIO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Capitão Wayne, em 14/09/05.

Adiada a discussão por 10 sessões, a requerimento do autor, em 24/08/05.

PROJETO DE LEI Nº 6.326/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Concede incentivo fiscal às empresas de todo o território nacional que firmarem convênios com os presídios para o emprego de mão-de-obra carcerária”. (Apensado: PL 6.629/06)

RELATOR: Deputado PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA.

PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 6.629/06, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 6.713/06 – do Sr. Renato Casa-grande – que “Dispõe sobre o sistema de segurança eletrônico, estabelecendo normas para as atividades desenvolvidas por empresas especializadas prestadoras de serviços e estabelecimentos privados, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.

PARECER: pela aprovação.

#### AVISOS

##### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 17-07-06

##### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.147/06 – do Sr. Orlando Fantazzini – que “Estabelece a obrigatoriedade de realização do Exame de Corpo de Delito em qualquer pessoa antes do seu recolhimento à prisão e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ADEMIR CAMILO.

PROJETO DE LEI Nº 7.251/06 – do Poder Executivo – que “Altera o art. 63 e parágrafo único da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-07-06

##### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.222/06 – do Senado Federal – Demostenes Torres – (PLS 140/05) – que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal”.

RELATOR: Deputado FLEURY.

PROJETO DE LEI Nº 7.226/06 – do Senado Federal – Antônio Carlos Magalhães – (PLS 138/06) – que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade

de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

##### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.325/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os veículos de comunicação de massa em todo o território nacional, tais como: jornais, revistas, rádio, televisão e outros, só poderão divulgar casos de seqüestro, quando autorizado pela família da vítima”.

RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-07-06

##### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.111/06 – do Sr. Carlos Nader – que “Torna obrigatória a instalação de sistema de blindagem em postos policiais comunitários de segurança, em todo o território nacional, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

PROJETO DE LEI Nº 7.136/06 – do Sr. Moroni Torgan – que “Determina o atendimento de preso perigoso somente por defensor público”.

RELATOR: Deputado FLEURY.

##### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.790/06 – do Sr. Celso Russomanno – que “Dispõe sobre a prescrição nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores”.

RELATOR: Deputado CABO JÚLIO.

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

#### AVISOS

##### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-07-06

##### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 632/03 – da Sra. Maria do Rosário – que “dispõe sobre a redução da jornada de trabalho para os trabalhadores pais ou detentores de guarda judicial de filho portador de deficiência física ou mental grave”. (Apensados: PL 949/2003, PL 1377/2003, PL 1611/2003 e PL 2322/2003)

RELATORA: Deputada SELMA SCHONS.

PROJETO DE LEI Nº 6.437/05 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “revoga o artigo 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”.

RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

**DECURSO:** 5ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 404/03 – do Sr. Mário Heringer – que “dá nova redação ao § 5º, do art. 47, da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, ampliando, de 60 para 180 dias, o prazo de validade da Certidão Negativa de Débito – CND”.

RELATOR: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 5.917/05 – do Sr. Gilberto Nascimento – que “altera a redação do art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “Institui a Lei de Execução Penal””.

RELATOR: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.259/05 – dos Srs. Inácio Arruda e Daniel Almeida – que “dispõe sobre a isonomia salarial, benefícios e vantagens dos empregados do Banco do Brasil S/A, da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste S/A e Banco da Amazônia S/A, ingressos a partir da Resolução nº 9, de 30 de maio de 1995, e nº

10, de 08 de outubro de 1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais – CCE /DEST”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 1.630/03 – da Sra. Sandra Rosado – que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Apicultor”.

RELATORA: Deputada MARIA HELENA.

**COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-07-06

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 626/03 – do Sr. Bismarck Maia – que “altera o Capítulo II – Da Educação Básica, da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. (Apensado: PL 4188/2004)

RELATOR: Deputado VADINHO BAIÃO.

PROJETO DE LEI Nº 4.750/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a criação de programa de atividades desportivas no âmbito dos estabelecimentos de ensino, no período de férias escolares.”

RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.

PROJETO DE LEI Nº 7.054/06 – do Sr. Moreira Franco – que “regulamenta as atividades dos profissionais de artes marciais, capoeira, dança, surf, bodyboard, skate, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado DELEY.

PROJETO DE LEI Nº 7.091/06 – do Senado Federal – (PLS 218/2004) – que “altera a redação do art. 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica”.

RELATOR: Deputado DELEY.

PROJETO DE LEI Nº 7.124/06 – do Sr. Marcos Abramo – que “estabelece incentivos para o acesso ao ensino superior de estudantes que tenham se destacado como atletas no ensino médio”.

RELATOR: Deputado DELEY.



**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 1ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-07-06**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 6.962/06 – do Sr. Fernando Coruja – (PL 749/2003) – que “altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que “Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências””.

PROJETO DE LEI Nº 6.202/05 – do Sr. Geraldo Resende – que “denomina Rodovia Federal Deputado Ivo Cersósimo a BR-463 – trecho Dourados – Ponta Porã”.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

**II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, QUE “MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL”.**

**LOCAL:** Plenário 9 do Anexo II**HORÁRIO:** 14h30min**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Discussão e votação do Parecer da Relatora, Deputada Neyde Aparecida.

**A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:**

**ESPECIAL**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115/95 – do Sr. GERVASIO OLIVEIRA – que “modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na relação dos biomas considerados patrimônio nacional”. (Apensados: PEC 60/1999, PEC 131/1999, PEC 150/1995 (Apensados: PEC 131/2003 e PEC 100/2003) e PEC 188/2003)

RELATORA: Deputada NEYDE APARECIDA.

O Deputado Hamilton Casara apresentou voto em separado em 28/04/2006.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 2.671, DE 1989, QUE “DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL – AEHC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” (PL 2316/03 – CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS – APENSADO).**

**LOCAL:** Plenário 10 do Anexo II**HORÁRIO:** 14h30min**REUNIÃO ORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA****A – Audiência Pública:**

Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte;

Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; e

George Ermakoff, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SR. BISPO WANDERVAL, QUE “INCLUI § 2º NO ART. 41 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO” (ESTABELECEndo QUE, PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR, IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO)**

**AVISO****PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 5ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-07-06**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 3.057/00 – do Sr. Bispo Wanderval – que “inclui § 2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo

1º o atual parágrafo único”. (Apensados: PL 6180/2002 (Apensados: PL 7363/2002 e PL 3403/2004 (Apensados: PL 5760/2005 e PL 6020/2005)), PL 6220/2002, PL 5894/2001, PL 5499/2001, PL 550/2003, PL 754/2003, PL 1001/2003, PL 2454/2003 e PL 2699/2003)

RELATOR: Deputado BARBOSA NETO.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA  
A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA  
DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA  
A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE,  
QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVEN-  
TUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**LOCAL:** Plenário 3 do Anexo II

**HORÁRIO:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Discussão e Votação do Parecer do Relator, Deputado Reginaldo Lopes

**A – Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:**

**PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI Nº 4.530/04 – da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude. e Benjamin Maranhão – que “aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado REGINALDO LOPES.

PARECER: a proferir.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA  
A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 4.679, DE 2001, QUE “DISPÕE SOBRE  
A OBRIGATORIEDADE DE ADIÇÃO  
DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA,  
DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE  
FÉCULA DE MANDIOCA À FARINHA DE TRIGO”**

**AVISO**

**PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-07-06

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 4.679/01 – do Sr. Aldo Rebelo – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo”. (Apensados: PL 6449/2002 e PL 1270/2003)

RELATOR: Deputado NILSON MOURÃO.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA  
A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 7.200, DE 2006, DO PODER EXECUTIVO, QUE “ESTABELECE NORMAS GERAIS  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, REGULA  
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA  
FEDERAL DE ENSINO, ALTERA AS LEIS  
NºS 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996; 8.958,  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994; 9.504,  
DE 30 DE SETEMBRO DE 1997; 9.532,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997; 9.870,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999; E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**LOCAL:** Plenário 4 do Anexo II

**HORÁRIO:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**A – Instalação e Eleição:**

Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES  
CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.**

**LOCAL:** Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados

**HORÁRIO:** 14h

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**A – Audiência Pública:**

Audiência Pública com a presença da advogada, ADRIANA TELINI PEDRO.

Deliberação de Requerimentos

**III – COMISSÕES MISTAS**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**LOCAL:** Plenário 2, Anexo II

**HORÁRIO:** 10h

**PAUTA****A – Relatório**

MENSAGEM Nº 189/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, e no § 4º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a essa Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas”.

**Mensagem nº 190/2004-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000, e no § 6º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 4º bimestre de 2004, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional”.

**Mensagem nº 263/2004-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, e no § 6º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2004”.

RELATOR: Senador GILVAM BORGES.

VOTO: Pelo arquivamento da Matéria.

OFÍCIO Nº 21/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional o Balancete Patrimonial e a demonstração do resultado daquele Banco Central, referente ao 3º trimestre de 2003, conforme determina o artigo 95 da Lei 10524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003)”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

OFÍCIO Nº 04/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, o Balancete Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre de 2003, conforme determina o artigo 95 da Lei nº 10524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003).”

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

AVISO Nº 15/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras, referentes ao 1º trimestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei 10.934, de 11.08.2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005)”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

AVISO Nº 35/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei 10.934, de 11.08.2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005)”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

OFÍCIO Nº 22/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2003, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.”

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

OFÍCIO Nº 05/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao ano de 2004, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27.09.89”.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

MENSAGEM Nº 48/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos artigos 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003”. **Ofício 05/2004-CN**, que “O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminha ao Congresso Nacional o Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2003, daquele Tribunal.” **Ofício 06/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, para efeitos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e, em cumprimento ao artigo 95 da Lei nº 10707, de 2003, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2003.” **Ofício 07/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao estabelecido no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas da Secretaria do Conselho da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – exercício de 2003.” **Ofício 09/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal do Exercício Financeiro de 2003, para que, juntamente com as contas da Câmara dos Deputados, sejam encaminhadas à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas da União”. **Ofício 10/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Prestação de

Contas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao exercício de 2003, para os fins previstos no artigo 71 inciso I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).” **Ofício 11/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2003.” **Ofício nº 12/2004-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relatório da Prestação de contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2003, conforme disposto no caput do artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).” **Ofício nº 13/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional a prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2003, que compreende o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.” **Ofício nº 14/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional relatório de prestação de contas da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2003, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).” e **Ofício nº 15/2004-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao exercício financeiro de 2003, conforme determina o artigo 56 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 04 de maio de 2000.”

RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Favorável pela aprovação das contas apresentadas pelo Presidente da República e pelos titulares da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Distrito Federal e territórios e Ministério Público da União, referentes ao exercício financeiro de 2003, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

AVISO Nº 36/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre de 2005”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 55/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre de 2005”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 04/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre de 2005”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 06/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 02/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 138, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente análise dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2003 – TC 001.842/2004-1”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 16/2005-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 523, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, contendo análise de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2004, encaminhados à Corte de Contas pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal. (TC nº 001.741/2005-7)”. Ofício nº 02/2005-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao § 5º do art. 64 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 (LDO-2004), relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2004.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 28/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1.143, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram referente ao Acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos na Lei Complementar 101/2000, relativos ao 1º quadrimestre de 2005, dos poderes e órgãos federais a que se refere o art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal – (TC 008.546/2005-4)”. **Mensagem nº 50/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004,



o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a abril de 2005”. **Ofício nº 17/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005”.

**Ofício nº 18/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao 1º quadrimestre de 2005”.

**Ofício nº 19/2005-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005”. **Ofício nº 20/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e acordo com o art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2005”.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 05/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 259, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2005 – dos Poderes e Órgãos Federais previstos na Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC 7.522/2005-1)”.

**Mensagem nº 147/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2005.

**Ofício nº 21/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e de acordo com o art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2005”. **Ofício nº 22/2005-CN** que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 116 da Lei nº 10.934, de 2004, o Relatório de Gestão fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2004 a agosto de 2005”.

**Ofício nº 23/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso

Nacional, de acordo com o art. 116 da Lei nº 10.934, de 2004, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de setembro de 2004 a agosto de 2005”. **Ofício nº 24/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 116 da Lei nº 10.934, de 2004, em consonância com o art. 5º, I da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao período de setembro de 2004 a agosto de 2005.”

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria

MENSAGEM Nº 113/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2005”. (apensada a esta a Mensagem nº 156/2005-CN, referente ao 5º bimestre de 2005).

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

MENSAGEM Nº 23/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do artigo 67 da Lei nº 10524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2003. (apensadas a esta as Mensagens nºs 51, 91, 113 e 159/2003-CN, relativas respectivamente ao segundo, terceiro, quarto e quinto bimestre de 2003)”.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

MENSAGEM Nº 51/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras”.

**Mensagem nº 115/2005-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financiadas, no 2º quadrimestre de 2005”.

**Mensagem nº 14/2006-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade

Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria

OFÍCIO Nº 09/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, as Demonstrações Contábeis de 31.12.2005, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria

MENSAGEM Nº 246/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional relatório a respeito das medidas adotadas relativas ao desenvolvimento do sistema de custos para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

VOTO: Pelo Arquivamento da matéria.

AVISO Nº 12/2006-CN que, “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do inteiro teor do Pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto Nardes, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2006, atinentes às informações relativas à Construção de Trechos Rodoviários na BR-470, no Estado do Rio Grande do Sul, Trecho Barracão – Lagoa Vermelha – Nova Prata, (TC 012.849/2005-9)”.

RELATOR: Deputado BISMARCK MAIA.

Não foram apresentadas emendas.

VOTO: Pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.306/2006 (LOA/2006) do subtítulo 26.782.0233.10MU.0056 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul Trecho Barracão – Lagoa Vermelha – Nova Prata), na forma do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

AVISO Nº 03/2006-CN que, “encaminha ao Congresso Nacional, conforme determina o art. 108 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre de 2005”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP.

VOTO: pelo arquivamento da matéria, bem como recomenda que cópias sejam encaminhadas à Presidência daquela Instituição e aos Ministros do Planejamento e da Fazenda.

PROJETO DE LEI Nº 04/2006-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito

to suplementar no valor global de R\$ 641.598.335,00 (seiscentos e quarenta e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO.

Foram apresentadas 38 emendas.

VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

AVISO Nº 13/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 608, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente à auditoria realizada nas obras de reestruturação de rodovias federais no Estado de Rondônia. (TC 006.095/2004-4).

RELATOR: Deputado CLÁUDIO CAJADO.

VOTO: Pela solicitação ao TCU de esclarecimentos sobre a necessidade de inclusão de algum contrato do Anexo VI da Lei nº 11.306/2006, executado com recursos consignados no subtítulo 26.782.0220.2834.0011 (restauração de rodovias federais no Estado de Rondônia), levando em conta a existência de restos a pagar inscritos, tendo em vista o disposto nos acordãos nºs 608 e 609/2006, considerando que:

1) no relatório e voto que fundamentam o Acórdão nº 609/2006 consta que os Contratos PG 133/1999-00 e UT-22/0002/2002-00 não estão em vigor;

2) os autos, nos quais está inserido o Acórdão nº 608/2006 foi convertido em tomada de contas especial, medida pertinente para reparar o dano sofrido pelo erário.

AVISO Nº 19/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 976, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam relativos à Auditoria realizada no extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina – DER/SC em face da ocorrência da irregularidades na execução das obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR 282-SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina – (TC 003.719/2001-2)”.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Não foram apresentadas emendas.

VOTO: Pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.306/2006 (LOA/2006) o subtítulo 26.782.0233.7192.0042 relacionadas aos contratos nº PJ-090/2001, nº PJ-091/2001 e nº PJ-078/2000, referente à Construção de Trechos Rodoviários – São José Cerrito – Campos Novos – na BR-282 no Estado de Santa Catarina – SC, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo. Outrossim, sugere que a Comissão colha manifestação do

TCU com o fito de esclarecer se ainda há óbices que impliquem suspender a execução física, orçamentária ou financeira de contrato, convênio, etapa, parcela ou subtrecho associado ao citado subtítulo.

## **B – Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 20/2006-CMO, do Sr. Gilmar Machado, que “requer a criação de Comitê Permanente para avaliar as informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União”.

## **AVISOS**

### **PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (15 DIAS)**

**DECURSO:** 5º dia

**ÚLTIMO DIA:** 04/08/2006

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO referente ao Ofício nº 03/2001-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, composto pelo relatório de gestão fiscal, relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2000”.  
RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO referente ao Aviso nº 04/2002-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional de acordo com o que dispõe o artigo 56, caput, da Lei Complementar nº 101, de 2000, – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União – TCU, composta pelo relatório de gestão, bem como pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2001”.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

NOTA:

FORMULÁRIO PARA EMENDAS DISPONÍVEL NA INTRANET:

<http://intranet/Diretoria/Decom/Formulario/Form-EMENDAS.doc>

*(Encerra-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 097, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

## **O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**

(PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal de Contas da União detectou que 1 bilhão e 600 milhões de reais saíram do Ministério da Saúde e foram para o Programa Bolsa-Família.

O jornalista Janio de Freitas, no sábado passado, dissecou com propriedade essa mudança de recursos. Vejam: recursos do Ministério da Saúde vão para o Bolsa-Família. Na primeira impressão, ele defende o Governo, um Governo pobre: “*Somos um País de poucos recursos, o cobertor é curto. Para dar mais bolsas-famílias, o Governo precisa desatender o Ministério da Saúde*”.

Pois bem, 1 bilhão e 600 milhões correspondem a menos de 1% do que se pagou em juros no ano passado. Menos de 1% do que pagamos de juros, repito. Mas por que pagamos esses juros? Porque há uma grande dívida acumulada, que não é só deste Governo, mas de Governos anteriores. E essa grande dívida vence em curto prazo. Daí a necessidade de captar recursos, inclusive externos, para pagar a dívida.

Quando se captam recursos externos de curto prazo, a situação não é boa, está embutida uma volatilidade do capital, o que é negativo para a economia. Quando entram recursos externos em dólares, são transformados em reais; apreciam a cotação do real. Aumenta-se a liquidez e o dinheiro em circulação na economia, obrigando o Banco Central a emitir títulos para enxugar o excesso de dinheiro. Ou seja, há um impacto na dívida pública. O dólar entra no bolso de quem vende o seu ativo e rebate direto na dívida pública. Na hora em que os recursos relativos a esses investimentos estrangeiros de curto prazo saem, dependendo do valor da operação, há um impacto novamente no dólar, com desvalorização do real.

Como se vê, recorrer ao capital externo de curto prazo é muito perigoso para o País, é negativo, embute uma dose de volatilidade e tem um custo fiscal. Por isso, é uma decisão unânime a de tentarmos atrair capitais de longo prazo. É muito melhor.

Quando votamos nesta Casa a matéria sobre isenção para investidores estrangeiros, não diferenciamos investimentos de curto e de longo prazo. Trazer dinheiro de fora está custando caro ao País. Quando se trata de capital de longo prazo, mais caro ainda, porque as comissões cobradas para vender os títulos de longo prazo chegam a 2%. Não dá para entender o que está acontecendo, se há um esforço de todos para esticar a dívida.

Fomos surpreendidos por recentes leilões que recompraram dívidas de longo prazo. Dívidas que venciam até o ano de 2045 foram recompradas pelo Brasil



por 11,7 bilhões, incluindo os 6,6 bilhões em *bradies*. Recomprou papéis de longo prazo, pagou altas comissões na venda e de novo comissões na recompra. No mesmo dia, comprou e vendeu títulos de longo prazo – a diferença das taxas, em alguns casos, chegou a 0,06%. Ora, não dá para entender: paga 2% de comissão para ganhar 0,06%/ano ao ano – ao ano! Não dá para entender. É uma situação muito nebulosa.

Quem são os beneficiários? Estão comprando títulos de quem? É uma operação semelhante àquela em que se deu prioridade ao BMG, o único banco que teve direito ao crédito consignado, numa falcatura sem precedentes na história deste País? Essa recompra de títulos é mais uma falcatura? Não sabemos.

O Deputado Luiz Carlos Hauly e eu apresentamos requerimento de informações. Perguntamos quem são os beneficiários, quem são os investidores que se valeram dessa verdadeira benesse que encurtou o prazo da dívida, em vez de alongá-lo. É algo surrealista, inexplicável. Quais os prejuízos, aí incluídas as taxas e comissões pagas pelo Banco Central? São necessárias essas informações. Precisamos saber quais são as motivações, quem é a autoridade responsável pelo resgate e, acima de tudo, se o interesse público foi preservado nessa operação.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO NO PERÍODO DESTINADO A COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 106, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. WAGNER LAGO** (PDT-MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, registro a moção da Convenção Nacional do PDT, que elenca as condições para que os candidatos a Presidente, Governador, Senador e Deputados respeitem, em todos os programas, os compromissos de garantia dos direitos dos trabalhadores contidos na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho, a indexação do piso dos benefícios da Previdência Social ao salário mínimo, a paridade permanente para os trabalhadores, aposentados e pensionistas do setor público, até o limite do teto legal.

Sr. Presidente, ao tempo em que faço este registro, destaco que o País continua pobre politicamente, pois há 2 anos Leonel Brizola desapareceu do mundo político brasileiro.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 110, REALIZADA EM 28 DE**

**JUNHO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. PAES LANDIM** (PTB-PI.) – Sr. Presidente, o dinâmico e jovem Presidente da CODEVASF, Luiz Carlos Everton de Farias, lançou, em meados do mês passado, em Teresina, na sede do SEBRAE, o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Bacia do Parnaíba – PLANAP, que teve também o financiamento da OEA, convênio celebrado há cerca de 4 anos.

O PLANAP está sintetizado em 16 volumes com todas as informações referentes ao estudo realizado durante o ano de 2005. Os territórios em análise são o da Planície Litorânea, dos Cocais, dos Carnaubais, Entre Rios; do vale do Sambito, do Rio Guaribas, do Rio Canindé, dos Rios Piauí e Itaueiras; da Serra da Capivara; Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. Há ainda publicação sobre o uso da terra e do cerrado, um plano de ação de curto prazo com indicadores de aproveitamento das infra-estruturas hídricas da Bacia do Parnaíba e o Relatório Final com o Plano de Ações Estratégicas da Bacia.

O planejamento abrange 222 Municípios do Piauí, 36 do Maranhão e 20 do Ceará, que estão na Bacia do Rio Parnaíba.

O Presidente da CODEVASF, Luiz Carlos Everton de Farias, apontou no seu discurso a importância do PLANAP com as seguintes palavras oportunas: “*Dentro do plano apontamos índices do que cada localidade pode aproveitar para desenvolver, o que cada região oferece, isso facilitará para que os recursos sejam maximizados e direcionados*”.

Sr. Presidente, é uma publicação excelente, um primor. Nunca a CODEVASF se interessou tanto pela Bacia do Parnaíba como agora, na administração de Luiz Carlos. É um estudo sério, estratégico, científico. Apenas lamento que no elenco das barragens do Piauí não conste a barragem que entendo a mais importante para o futuro do semi-árido, que é a Barragem do Jenipapo – embora fale sobre Jenipapo mais adiante, e São João do Piauí, que é uma cidade do porte de Petrolina, com potencialidade para a fruticultura, não está nem na Bacia do Piauí nem na Bacia do Alto Canindé.

Portanto, parece que houve aí algum equívoco, mas isso não tira o brilho do trabalho, o trabalho mais sério que uma empresa com visão estratégica de futuro como a CODEVASF já fez sobre uma bacia hidrográfica.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, parabeno Luiz Carlos, a quem eu disse, na presença do Ministro da Integração Nacional, Dr. Pedro Brito, em Parnaíba, no dia 19 de junho, que é realmente um dos maiores quadros do Governo brasileiro, um técnico de futuro, que veio do Banco do Nordeste.



Em Parnaíba, na presença do Sr. Ministro da Integração, do Secretário Especial de Piscicultura da Presidência da República, do Governador do Estado do Piauí, do Prefeito José Hamilton Castelo Branco de Parnaíba, eu tive o privilégio de estar presente quando da inauguração da Unidade de Piscicultura de Parnaíba, considerado um grande evento para a comunidade. O objetivo dela é fomentar o cultivo de peixe em cativeiro no litoral do Piauí.

Segundo o técnico da CODEVASF que ali desenvolveu o projeto, o Sr. Albert Bartolomeu Rosa, a Unidade de Piscicultura é apenas uma das ações envolvidas pelo Governo Federal na região. Estão trabalhando com uma série de ações na área de piscicultura, e em breve o Piauí, em especial Parnaíba, será referência com a implantação do centro de aquicultura, com o entreposto pesqueiro, medidas que irão permitir a sustentabilidade da atividade.

Sr. Presidente, Luiz Carlos é, realmente, repito, a grande revelação da administração pública do Governo Lula. Isso honra muito o Governador Wellington Dias, que teve a excelente idéia de sugerir o seu nome ao Presidente da República.

Na oportunidade, o Prefeito de Parnaíba, José Hamilton Castelo Branco, num breve improviso, disse com muita propriedade:

“A unidade será um marco divisório; dará tranquilidade a quem quer investir, a quem tem os recursos, além de gerar emprego. Aqui próximo temos a Ilha Grande de Santa Izabel, que fica no centro da cidade. A ilha não é aproveitada e poderá se transformar em grande área de produção de pescados, com entreposto pesqueiro para que o produto seja exportado para qualquer lugar do Brasil.”

Eu diria que também para qualquer parte do mundo, no futuro.

Sr. Presidente, os trabalhos que a CODEVASF vem desenvolvendo em Parnaíba, sendo que este é um deles, retrata a personalidade de Luiz Carlos, aliás, filho daquela cidade. Tenho a certeza de que vai sacudir Parnaíba com sua visão. O Ministro Pedro Brito, que lá esteve presente, autorizou, de plano, uma reivindicação do Prefeito municipal via CODEVASF, que é exatamente a construção da contenção, do dique que cerca a cidade de Parnaíba em relação ao rio de mesmo nome.

Portanto, está de parabéns a CODEVASF, seu Presidente e o Governo Federal por ter um homem dessa estirpe à frente dessa empresa fundamental para os vales do São Francisco e do Parnaíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.  
DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO  
DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO  
ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Nº 116, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE  
2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA  
REVISÃO:**

**O SR. PAES LANDIM (PTB-PI. Pela ordem.)**

– Sr. Presidente, ontem, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, empossou o novo Ministro da Agricultura, Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, ex-Secretário-Executivo daquela Pasta.

Ao ensejo da solenidade, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, prelecionando sobre a importância da agricultura na economia de qualquer país, destacou:

“Não há calça jeans sem plantador de algodão, não há sapato e bolsa sem pecuarista, não há etanol sem cana, não há pão sem trigo, óleo sem soja, manteiga sem leite, não há vida sem a agricultura e sem o agricultor”.

Roberto Rodrigues é o maior ícone da agricultura brasileira, pela sua postura de homem competente e sereno. Desde os tenros anos de sua mocidade tem-se dedicado ao campo e nele labutado, por isso que conhece de perto suas dificuldades, suas agruras e suas reivindicações

Sua saída do Ministério da Agricultura foi uma grande perda para o Brasil, até porque o País precisava, à frente daquela Pasta, de um homem da força, da competência, da personalidade e da grandeza de Roberto Rodrigues. Aliás, ao escolhê-lo para comandar aquela Pasta, o Presidente Lula praticou realmente um ato de maturidade, mostrou seu comprometimento com a racionalidade e com a produtividade do setor agrícola.

Lamento a saída de Roberto Rodrigues do Ministério da Agricultura. Não sou ligado à bancada ruralista – sou membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e suplente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às quais tenho mais me dedicado –, mas, ao longo dos meus 20 anos de mandato parlamentar, mesmo acompanhando superficialmente as ações do Ministério da Agricultura, não conheci nenhum homem público tão capacitado aos **afazeres** da agricultura quanto Roberto Rodrigues.

Deixo, desta tribuna, meus aplausos a essa grande figura humana que engrandeceu o Governo do Presidente Lula à frente do Ministério da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, do Poder Executivo, que "estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências", e

**RESOLVE**

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 11 de julho, terça-feira, às 14:30h, no Plenário 4 do Anexo II.

Brasília, 10 de julho de 2006.



**ALDO REBELO**

Presidente da Câmara dos Deputados

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, do Poder Executivo, que "estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências".

**TITULARES****SUPLENTES****PT**

CARLOS ABICALIL  
MARIA DO ROSÁRIO  
MARIÂNGELA DUARTE  
PAULO DELGADO  
PAULO RUBEM SANTIAGO

IARA BERNARDI  
NEYDE APARECIDA  
PAULO PIMENTA  
REGINALDO LOPES  
WALTER PINHEIRO

**PMDB**

GASTÃO VIEIRA  
JOÃO MATOS  
MAURO BENEVIDES  
OSMAR SERRAGLIO  
OSVALDO BIOLCHI

ALMERINDA DE CARVALHO  
4 vaga(s)

**Bloco PFL, PRONA**

DR. PINOTTI  
ONYX LORENZONI  
2 vaga(s)

4 vaga(s)

**PSDB**

ÁTILA LIRA  
NILSON PINTO  
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

BONIFÁCIO DE ANDRADA  
GONZAGA MOTA  
LOBBE NETO

**PP**

FEU ROSA  
FRANCISCO DORNELLES  
JOSÉ LINHARES

3 vaga(s)

**PTB**

EDUARDO SEABRA  
FLEURY  
JONIVAL LUCAS JUNIOR

NEUTON LIMA  
PAES LANDIM  
1 vaga(s)

**PL**

JORGE PINHEIRO  
MILTON MONTI

HUMBERTO MICHILES  
1 vaga(s)

**PSB**

LUÍZA ERUNDINA  
1 vaga(s)

2 vaga(s)

**PDT**

MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

SEVERIANO ALVES

**PPS**

ROGÉRIO TEÓFILO

AIRTON ROVEDA

**PC do B**

ALICE PORTUGAL

VANESSA GRAZZIOTIN

**PV**

MARCELO ORTIZ

1 vaga(s)

**PSOL**

1 vaga(s)

1 vaga(s)

**PARECERES****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 495-A, DE 2006**

(Do Senado Federal)

**PEC-SF nº 12/2004****Ofício (SF) 29/2006**

**Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e da de nº 339/2004, apensada (relator: DEP. MAURO BENEVIDES).**

**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apense a Esta a Pec-339/2004.

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania****I – Relatório**

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição que pretende acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com o escopo de estabelecer que o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não se aplica aos Municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000.

Aprovada no Senado Federal, a Proposta em tela vem à Câmara dos Deputados, por força do disposto no § 2º do art. 60 da Constituição Federal.

Apensada à Proposta do Senado Federal, a PEC nº 339, de 2004, cujo primeiro signatário é o Deputado PEDRO HENRY, pretende convalidar a criação de vinte e sete Municípios, que enumera, instituídos após a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre a admissibilidade das Propostas ora relatadas, segundo o disposto nos arts. 201 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

**II – Voto do Relator**

Quanto às limitações formais ao Poder Constituinte Derivado, verifico, quanto à PEC nº 339, de

2004, que o número de assinaturas é suficiente para a iniciativa de Proposta de Emenda à Constituição, conforme informação da Secretaria-Geral da Mesa constante dos autos.

Não há, outrossim, nenhum impedimento circunstancial à apreciação das Propostas em exame: não vigora intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Analisando as Propostas sob o aspecto das limitações materiais ao poder de emendamento constitucional, não vislumbro ofensa às cláusulas invioláveis do texto constitucional, à luz do disposto no art. 60 da Lei Maior e da sistemática constitucional.

A Emenda Constitucional nº 15, de 1996, alterou o processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, inclusive no que tange à consulta plebiscitária, e o efeito de sua aprovação pelo Congresso Nacional foi a interrupção imediata de todos os processos emancipatórios em curso, independentemente do ponto em que se encontravam.

Ocorre que não foi editada a lei complementar federal para regulamentar os processos de emancipação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido da inconstitucionalidade de criação de Municípios enquanto não editada tal lei a que se refere o art. 18, § 4º, da Constituição Federal.

Segundo o entendimento do Eg. STF, o referido dispositivo constitucional, alterado pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, é norma de eficácia limitada, dependente de complementação infraconstitucional, eis que demanda a edição de lei complementar federal para determinar o período de tempo no qual será admitida a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e disciplinar a elaboração dos Estudos de Viabilidade Municipal.

No caso da emancipação do Município de Pinto Bandeira, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o Supremo Tribunal Federal decidiu, unanimemente, pela concessão de medida cautelar, por entender extremamente provável o julgamento final pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.381 MC/RS (DJU de 14.12.2001). Nesse passo, suspendeu a eficácia da Lei estadual nº 11.375, de 28.9.99, e determinou o retorno do Município à situação anterior à sua instalação, eis que o curso do tempo faria “ainda mais traumática a decisão prenunciada”.

Verifica-se, portanto, que houve enorme prejuízo para os Municípios que estavam em processo de emancipação quando da aprovação da Emenda Constitucional citada, como é o caso do Município de Pinto Bandeira/RS, situação esta que se mantém pela carência de solução satisfatória até o momento, inclusive no âmbito do Poder Judiciário. Entendo que



modificar a Constituição Federal nos moldes alvitados, por meio de introdução de dispositivo de caráter transitório, permitirá a resolução célere dessa situação esdrúxula em que se encontram aproximadamente cinquenta Municípios brasileiros.

Por todo o exposto, voto no sentido da admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nº 495, de 2006, do Senado Federal, e 339, de 2004, apensada.

Sala da Comissão, 10 de maio de 2006. – Deputado **Mauro Benevides**, Relator

### III – Parecer Da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 495/2006 e da de nº 339/2004, apensada, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Mauro Benevides.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Magalhães Neto, Bosco Costa, Colbert Martins, Inaldo Leitão, João Almeida, Luiz Couto, Luiz Piauhylo, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Almir Moura, André Zacharow, Ann Pontes, Carlos Abicalil, Celso Russomanno, Custódio Mattos, Fernando Coruja, Francisco Escórcio, Herculano Anghinetti, João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, José Pimentel, Léo Alcântara, Luciano Zica, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso e Pedro Irujo.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

### PROJETO DE LEI Nº 4.610-D, DE 2001 (Da Sra. Iara Bernardi)

**Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.610-B, de 2001, que “dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais”; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (relatora: DEP. IRINY LOPES)**

**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54)

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

#### I – Relatório

Trata-se de Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei de autoria da nobre Deputada **Iara Bernardi**, que propunha que as leis e atos normativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios passassem a usar a linguagem inclusiva em seus textos, mediante a utilização de vocábulos de gênero masculino apenas para referência ao homem e utilização expressa do gênero feminino em toda referência à mulher.

Na Justificação, a ilustre Parlamentar lembra o repúdio constitucional a toda forma de discriminação e defende o processo de reconstrução da linguagem como forma de geração de “*uma nova consciência e práticas sociais baseadas na real aplicação dos direitos entre homens e mulheres*”, envolvendo uma mudança de mentalidade e o descondicionamento de profundos hábitos culturais.

Aprovado na Câmara, o Projeto foi ao Senado Federal, onde recebeu importantes ponderações da Senadora Serys Slhessarenko. Fez notar a Parlamentar que, conquanto inequivocamente meritório, acaso aprovado como proposto, diante da complexidade da nossa língua, o projeto faria ser rescrita praticamente toda a nossa legislação, podendo ser tomado como exemplo o artigo 12, I, a, da Constituição Federal:

“Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

*os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;*”

Seria rescrito:

“Art. 12. São brasileiros **e brasileiras**:

I – natos **e natas**:

a) os nascidos **e as nascidas** na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros **e mães estrangeiras**, desde que estes **e estas** não estejam a serviço de seu país;”

Além disso, fez notar a Senadora, nem sempre masculino e feminino são noções relacionadas com a idéia de sexo.

Assim, foi apresentado Substitutivo transferindo a obrigatoriedade de referência à mulher a todas as vezes em que o substantivo “homem” estiver sendo empregado para designar ambos os sexos, mediante alteração da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “*dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis (...)*”, devendo,

realmente, qualquer iniciativa tocante a essas matérias constituir alteração nessa lei complementar.

Nos termos do artigo 32, IV, *a e e* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade, da regimentalidade, da técnica legislativa, bem como sobre o mérito da proposição.

É o relatório.

## II – Voto da Relatora

Nada há a obstar ao Substitutivo, no tocante à sua constitucionalidade.

No que se refere à juridicidade, entendemos que o Substitutivo do Senado Federal do Projeto de Lei n.º 4.610-B, de 2001, não diverge de princípios jurídicos que possam barrar a sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, adequadamente inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio.

Quanto à técnica legislativa, cumpre notar que o Substitutivo aperfeiçoou juridicidade e técnica do projeto original, tendo em vista que era criada uma nova norma para dispor sobre a redação das leis e atos normativos, quando o inciso IV do artigo 7.º da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis (...)”, estabelece expressamente que “o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa”.

No que concerne, por fim, ao mérito, entendemos que a proposta consubstancia ação afirmativa na construção de uma sociedade que respeite o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres, desnaturalizando fraseologias, expressões e palavras capazes de transmitir valores negativos em relação às mulheres.

Feitas essas considerações, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei n.º 4.610-C, de 2001.**

Sala da Comissão, 27 de abril de 2005. – Deputada **Iriny Lopes**, Relatora.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 4.610-

B/2001, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada **Iriny Lopes**.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Bosco Costa, Colbert Martins, Edna Macedo, Humberto Michiles, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, Jefferson Campos, João Paulo Cunha, José Divino, Luiz Carlos Santos, Luiz Couto, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Nelson Pellegrino, Ney Lopes, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Professor Irapuan Teixeira, Renato Casagrande, Robson Tuma, Sandra Rosado, Sérgio Miranda, Vilmar Rocha, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Almir Moura, Celso Russomanno, Coriolano Sales, Fernando Coruja, Herculano Anghinetti, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Pimentel, Mauro Benevides, Moroni Torgan e Paulo Afonso.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

## PROJETO DE LEI Nº 5.828-D, DE 2001

(Da Comissão de Legislação Participativa)

### OFÍCIO Nº 2.934/05 (SF)

**Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com subemendas (relator: DEP. JOSÉ EDUARDO CARDOZO).**

**Despacho:** À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

## Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

### I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei nº 5.828, de 2001, de autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.

A proposição regulamenta a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais por meios eletrônicos nos processos da esfera civil, trabalhista e penal. O projeto também prevê que os órgãos públicos adotem mecanismos que facilitem a comunicação de atos processuais e de informações referentes aos processos judiciais.

O projeto foi aprovado nesta Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado Federal, que o aprovou nos termos do substitutivo ora apresentado a exame.

*É o relatório.*

## II – Voto

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das matérias que lhe forem submetidas, bem assim quanto ao mérito, sobre direito processual.

A matéria analisada não apresenta vício de iniciativa ou outros vícios de constitucionalidade, de vez que é competência privativa da União legislar sobre direito processual, conforme o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Quanto à juridicidade, também não vislumbramos quaisquer óbices à sua plena admissibilidade.

No que concerne ao mérito, o projeto é extremamente importante para a informatização do Poder Judiciário brasileiro, o que implicará a elevação da qualidade e da celeridade da prestação jurisdicional.

No contexto histórico atual, marcado pelo notável progresso da ciência da informação, é imprescindível que os serviços públicos adotem novas tecnologias para processamento e transmissão de informações, de modo a possibilitar o aumento da eficiência e da capacidade de atendimento à sociedade.

Ao longo dos anos, o Poder Judiciário desenvolveu diversas experiências de informatização dos procedimentos judiciais, as quais contribuíram para o aumento da celeridade e da transparência dos atos judiciais praticados nos respectivos juízos em que essas experiências foram desenvolvidas.

Nesse contexto, o projeto em discussão reveste-se de grande relevância, uma vez que criará suporte jurídico para a expansão e a uniformização da informatização dos atos processuais, baseando-se nas experiências desenvolvidas em todo o território nacional.

Além disso, a proposta faz parte do “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”, documento assinado pelos representantes dos três Poderes e que contém as principais propostas e diretrizes para a modernização do nosso sistema de prestação jurisdicional.

A proposta substitutiva aprovada pelo Senado Federal adequou o projeto original, datado de 2001, às necessidades atuais, corrigindo a defasagem resultante da demora do trâmite legislativo e tornando o projeto compatível com as novas tecnologias disponíveis desenvolvidas desde a elaboração da versão original.

Além da atualização do projeto original, o substitutivo trouxe novidades como o Diário da Justiça *on-line* e o processo Judicial totalmente virtual, inovações inspiradas em experiências recentemente desenvolvidas pelo Poder Judiciário.

O diário *on-line* é de fácil implementação nos dias atuais, uma vez que a maioria dos tribunais dispõe de portais eletrônicos para divulgação de informações de forma rápida e segura. Da mesma forma, o processo virtual tem sido desenvolvido com grande êxito pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais do Trabalho e também por vários Tribunais de Justiça.

Além dessas modificações, o projeto traz alterações na forma de citação e intimação, aumentando a segurança das publicações e a certeza de que as informações emitidas pelo Poder Judiciário chegarão ao seu destinatário.

Por fim, a proposta altera o Código de Processo Civil para adaptá-lo ao uso de meios eletrônicos, afastando do ordenamento os obstáculos que possam dar ensejo a questionamentos judiciais sobre o uso de novas tecnologias na prática de atos processuais e na transmissão de informações.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa, algumas observações devem ser feitas *in casu*. Em que pesem as inquestionáveis contribuições trazidas pelo substitutivo aprovado pelo Senado Federal, alguns dispositivos da proposta precisam ter sua redação aprimorada, de modo a se conformarem com a boa técnica legislativa. Para tanto, apresentamos as emendas de redação que acompanham o presente parecer.

A primeira emenda propõe a alteração da redação do art. 5º do projeto, com renumeração dos seus parágrafos. O parágrafo 1º, com pequena adaptação redacional, foi colocado como sendo o último do artigo (parágrafo 6º), com o objetivo de expressar de modo indubitoso que a sua abrangência se dá em relação a todas as hipóteses tratadas anteriormente nesse artigo. O parágrafo 2º foi desdobrado em dois parágrafos (parágrafo 1º e parágrafo 2º), para melhor acomodação redacional. O parágrafo 3º recebeu pequena alteração para adequação ao desmembramento feito nos parágrafos anteriores. Já no parágrafo 5º, introduziu-se a expressão “*ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema*”, com o objetivo de melhor aclarar a redação anterior. Embora a idéia de burla ao sistema já estivesse implicitamente incluída na expressão “*prejuízo a quaisquer das partes*” (uma vez que a burla ao sistema terá sempre como consequência o prejuízo a uma das partes do processo), optamos por explicitá-la para melhor definição redacional da abrangência do comando normativo *sub examine*.

A segunda emenda propõe a alteração redacional do texto original do artigo 11, por razões de técnica legislativa, bem como a inclusão de novo parágrafo (parágrafo 4º), com o objetivo de deixar claro que a regra que estabelece que os originais dos documentos digitalizados *“deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para a interposição de ação rescisória”* não se aplica aos processos criminais. Embora esta seja uma realidade normativa que se encontra implícita no texto aprovado pelo Senado da República, entendemos ser de boa técnica redacional explicitá-la. Com isso, naturalmente, se evitará a possibilidade de interpretação analógica equivocada aplicável aos processos penais e infracionais.

A terceira emenda propõe a alteração redacional do texto original do artigo 12, por razões de técnica legislativa, e ainda a supressão do texto inserido no seu atual parágrafo 4º, tendo em vista que o mesmo é decorrência lógica do artigo 11, cujo texto dispõe sobre a digitalização e devolução dos documentos que instruirão o processo virtual. Assim, por razões de técnica legislativa, a regra inserida no parágrafo 2º do texto original foi desmembrada em três parágrafos sucessivos.

A quarta emenda propõe a simplificação da redação proposta para o artigo 13, de modo a esclarecer que os poderes instrutórios do magistrado não serão alterados pelo projeto. Este apenas criará o permissivo para que a requisição de dados e documentos seja feita por meio eletrônico.

A quinta emenda substitui a expressão *“Fazenda Pública, incluídas autarquias, fundações e empresas públicas”* pela *“Os órgãos e pessoas da Administração Pública direta e indireta”*. O objetivo da modificação proposta é dar maior rigor técnico-jurídico ao texto, evitando interpretações literais que eventualmente pudessem pretender a não aplicação a todos os entes que integram a Administração Pública do comando normativo em tela.

Finalmente, a sexta emenda proposta corrige o dispositivo inserido no artigo 21, de modo a esclarecer seu caráter genérico e sua aplicação a todos os entes da federação, nos termos do artigo 22, I, da Constituição Federal.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.828, de 2001, na forma aprovada pelo Senado e com as emendas de redação que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

## EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se ao **art. 5º** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos parágrafos anteriores deverá ser feita em até dez dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do parágrafo anterior, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

## EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2

Dê-se ao **art. 11** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pela autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados, têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e funda-



mentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

§ 3º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no parágrafo anterior, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos criminais e infracionais.

§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegitimidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 6º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso através da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

#### EMENDA DE REDAÇÃO Nº 3

Dê-se ao **art. 12** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 12. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos através de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2º Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponham de sistema compatível deverão ser impressos em papel, autuados na forma dos artigos 166 a 168 do Código de Processo Civil, ainda que de natureza criminal ou trabalhista, ou pertinentes a juizado especial.

§ 3º No caso do parágrafo antecedente o escrivão ou o chefe de secretaria certificará os autores ou a origem dos documentos produzidos nos autos, acrescentando, ressalvada a hipótese de existir segredo de justiça, a forma pela qual o banco de dados poderá ser acessado para aferir a autenticidade das peças e das respectivas assinaturas digitais.

§ 4º Feita a autuação na forma estabelecida no § 2º deste artigo, o processo seguirá a tramitação legalmente estabelecida para os processos físicos.

§ 5º A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

#### EMENDA DE REDAÇÃO Nº 4

Dê-se ao “*caput*” do **art. 13** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 13. O magistrado poderá determinar que seja realizada por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

#### EMENDA DE REDAÇÃO Nº 5

Dê-se ao “*caput*” do **art. 17** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 17. Os órgãos e entes da Administração Pública direta e indireta, bem como suas respectivas representações judiciais, deverão cadastrar-se, na forma prevista no art. 2º desta lei, em até cento e oitenta dias após sua publicação, para acesso ao serviço de recebimento e envio de comunicações de atos judiciais e administrativos por meio eletrônico.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

#### EMENDA DE REDAÇÃO Nº 6

Dê-se ao **art. 21** do presente projeto a seguinte redação:

Art. 21. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios editarão normas para o cumprimento do disposto nesta lei, com o objetivo de possibilitar o acesso ao serviço de recebimento e envio de comunicações de atos judiciais por meio eletrônico.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com 6 subemendas (apresentadas pelo Relator), do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 5.828-B/2001, nos

termos do Parecer do Relator, Deputado José Eduardo Cardozo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Magalhães Neto, Bosco Costa, Colbert Martins, Inaldo Leitão, João Almeida, Luiz Couto, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Almir Moura, André Zacharow, Ann Pontes, Carlos Abicalil, Celso Russomanno, Custódio Mattos, Fernando Coruja, Francisco Escórcio, Herculano Anghinetti, João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, José Pimentel, Léo Alcântara, Luciano Zica, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso e Pedro Irujo.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.548-B, DE 2003**

(Do Tribunal Superior do Trabalho)

**Cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. TARCÍSIO ZIMMERMANN) e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda (relator: DEP. LUIZ CARLOS HAULY).**

**Despacho:** Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação (Art. 54 Ricd) e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD)

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

#### **Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação**

##### **I – Relatório**

O projeto de lei em exame, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, pretende a criação de 754 (setecentos e cinquenta e quatro) cargos de provimento efetivo e de 650 (seiscentos e cinquenta) cargos em comissão e funções comissionadas. Pretende ainda a transformação, para níveis superiores, de 317 (trezentos e dezessete) funções comissionadas.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião de 8 de dezembro de 2004, aprovou o projeto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão Técnica.

É o nosso relatório.

##### **II – Voto do Relator**

Cabe a este órgão técnico exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. IX, letra h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A lei do Plano Plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004) prevê, no Programa nº 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, ação na qual o projeto poderia ser enquadrado: 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

No que concerne à adequação do projeto à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é importante ressaltar que, no exame de proposição sobre concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração e sobre criação de cargos, empregos e funções deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no Art. 169 da Carta Magna, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

“ Art. 169... ..

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções (grifo nosso) ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias (grifo nosso), ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2006 (art. 89 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005) estabelece que as concessões de quaisquer vantagens e as alterações de

estrutura de carreiras deverão constar de anexo específico da lei orçamentária.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2006 traz ainda as seguintes exigências: “Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais (grifo nosso) deverão ser acompanhados de :

I – declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa; e

III – manifestação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro.”

.....  
“Art. 123, Os projetos de lei e medidas provisórias que importem diminuição da receita ou **aumento das despesa da União** (grifo nosso) no exercício de 2006 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 a 2008, detalhando a memória de cálculo respectiva e a correspondente compensação.”

A proposta de lei orçamentária para o exercício de 2006 (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), no seu “Anexo V– AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – II – Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal, a qualquer título: 2) Poder Judiciário – 2.7. Justiça do Trabalho – Limite de R\$ 44.535.975,00, destinado ao provimento de até 2.086 cargos e funções vagos, criados ou transformados.”

Assim, verificamos não ter sido consignada na lei orçamentária a autorização específica prevista na Constituição, faltando a discriminação a quais Tribunais Regionais deve ser atribuída a autorização global. O Tribunal Superior do Trabalho, ao ser questionado, remeteu ofício (APO.CSJT.GP nº 001/2006), que consta do processado, informando constar autorização para o gasto do TRT da 4ª Região criado por este PL

na autorização genérica presente no item 2.7 acima mencionado.

Quanto à existência de prévia dotação orçamentária, os dados disponíveis demonstram que não há previsão suficiente, na lei orçamentária para 2006, de dotações para realização integral das despesas decorrentes do projeto em apreço, portanto apresentamos emenda de adequação parcelando a implantação do PL em dois exercícios. Assim, metade dos cargos serão implantados no exercício em que entrar em vigor a Lei e a metade restante no exercício subsequente, desde que haja a devida autorização e dotação suficientes, nos estritos termos do art. 169, § 1º, da Constituição.

Há que se analisar a proposição também à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Os gastos que adviriam com a implementação do projeto de lei enquadrar-se-iam na condição de *despesa obrigatória de caráter continuado* (despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios). Todavia, a sistemática de compensação dos gastos com pessoal não segue o art. 17 da LRF, mas sim o art. 169 da Constituição.

Satisfeitas as exigências constitucionais, consideram-se atendidas as determinações da LRF, no tocante às compensações, remanescendo as exigências quanto à estimativa do impacto da medida. Em ofício do TST (TST.GDGCA.GP nº 536, de 11.11.2005) é informado ser o impacto orçamentário-financeiro do PL de R\$ 62,4 milhões. Assim, diante das limitadas dotações orçamentárias do órgão, como já mencionado, optamos pela emenda de adequação em anexo.

Em face do exposto, opinamos pela ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 2.548, de 2003, nos termos de emenda de adequação apresentada.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, Relator-Substituto.

#### EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 4º, renumerando-se o subsequente:

“Art. 4º. A implementação dos cargos e funções previstas nos Anexos I, II e III desta Lei será realizada em parcelas sucessivas, observada a seguinte razão:

I – até 50% (cinquenta por cento), a partir da data de entrada em vigor desta Lei; e

II – integralmente, a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente à entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único – As alterações nos gastos com pessoal decorrentes desta Lei estão condicionados à existência da respectiva autorização e dotação orçamentária, em consonância com o disposto no art. 169, §1º, da Constituição Federal e nas normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, Relator-Substituto.

#### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

A proposição em epígrafe foi objeto de voto de nossa parte pela adequação financeira e orçamentária, nos termos de emenda de adequação apresentada.

Todavia, durante a discussão da matéria, foram apresentadas considerações sobre o Projeto, que acolho como oportunas e convenientes.

A partir da preocupação do Deputado Carlito Merss em evitar um impacto excessivo no orçamento público, propomos a implantação do Projeto, em vez de em dois exercícios, em quatro. Assim, retificamos a emenda de adequação apresentada de modo que a implementação dos cargos e funções será realizada da seguinte forma:

20% a partir da data de entrada em vigor desta Lei;

40% a partir de janeiro de 2007;

60% a partir de janeiro de 2008; e

100% a partir de janeiro de 2009.

Diante do exposto, ratificamos nosso voto pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.548, de 2003, nos termos da nova emenda de adequação a seguir apresentada.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, Relator-Substituto.

#### EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 4º, renumerando-se o subsequente:

“Art. 4º. A implementação dos cargos e funções previstas nos Anexos I, II e III desta Lei será realizada em parcelas sucessivas, observada a seguinte razão:

I – 20% (vinte por cento), a partir da data de entrada em vigor desta Lei;

II – 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2007;

III – 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2008; e

IV – 100% (cem por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009;

Parágrafo Único – As alterações nos gastos com pessoal decorrentes desta Lei estão condicionados à existência da respectiva autorização e dotação orçamentária, em consonância com o disposto no art. 169, §1º, da Constituição Federal e nas normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, Relator-Substituto.

#### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.548-A/03, com emenda, nos termos do parecer e da complementação de voto do relator-substituto, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Moreira Franco, Presidente; Vignatti e Luiz Carlos Hauly, Vice-Presidentes; Albérico Filho, Antonio Cambraia, Arnaldo Madeira, Carlito Merss, Carlos Willian, Coriolano Sales, Eduardo Cunha, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Gonzaga Mota, José Pimentel, Max Rosenmann, Milton Barbosa, Mussa Demes, Vittorio Mediolli, Yeda Crusius, Jorge Khoury, José Militão, Júlio Cesar e Zonta.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Moreira Franco**, Presidente.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.591-D, DE 2004

(Do Sr. Eduardo Cunha)

**SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.591-B, DE 2004, que “altera a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências”; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste e pela rejeição parcial do art. 1º, com supressão da expressão “a partir da data da publicação desta Lei”, constante do caput, com a supressão da expressão “a partir da vigência desta Lei”, constante do § 2º (relator: DEP. JOÃO MAGALHÃES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade,**



**juridicidade e técnica legislativa deste (relator: Dep. José Pimentel).**

**Despacho:** Às Comissões de: Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

## **Publicação dos Pareceres das Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei nº 4.591-B/04, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 1º, 3º, 4º, 5º e 6º, acrescentando o art. 5º-A e revogando o art. 2º e o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 10.482, de 03 de julho de 2002.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal. A Casa revisora o aprovou na forma do Substitutivo ora apreciado no âmbito desta Comissão.

O Substitutivo do Senado Federal mantém a alegação de que os depósitos judiciais de cada Estado-membro e do Distrito Federal são receitas próprias e originárias de cada um destes entes federativos, de modo a não constituírem receitas da União Federal.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão de Finanças e Tributação em regime de urgência para o exame de adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 54 do Regimento Interno desta Casa, e de mérito.

É o relatório.

#### **II – Voto do Relator**

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a compatibilidade e adequação da proposta com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos dos arts. 32, inciso X, letra h, e 53 inciso II, do Regimento Interno, e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que determina critérios para tal exame.

Com relação ao mérito, a proposição vem aperfeiçoar procedimentos adotados de apropriação como receita pública, em verdade ingressos públicos do seu caráter temporário, dos depósitos judiciais e extrajudiciais que tenham parte Estados ou o Distrito Federal.

Identificamos no PL a intenção de aprimorar a norma anterior além de serem evitadas dificuldades operacionais para os Estados e o Distrito Federal. Existem três leis federais regulamentando os depósitos judiciais

e extrajudiciais de lides em que seja parte pessoa jurídica de direito público. Dentre elas a Lei 9.703/1998, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais, a Lei 10.482/2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei 10.819/2003, que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos municípios.

O PL em questão altera apenas a Lei 10.482/2002, de modo que seu alcance está restrito aos Estados e ao Distrito Federal. Logo, conforme parecer da CFT na Câmara dos Deputados, não há impacto sobre as finanças federais.

É importante salientar que diferentemente do que ocorre com os depósitos relativos a tributos federais, em que a União pode dispor integralmente dos recursos sem qualquer formalidade, Estados e Municípios somente podem fazê-lo em parte após a constituição de fundo de reserva. É o que é feito no § 1º do artigo 1º da Lei 10.819/2003.

O PLC 73/2005 (PL 4.591/2004 na Casa de origem) aprovado na forma do Substitutivo pela Câmara dos Deputados pretende alterar a Lei 10.482/2002, especialmente aos limites e formas de composição do fundo de reserva.

O Substitutivo apresentado pelo Senado Federal não trouxe maiores mudanças no que diz respeito ao mérito da proposição principal, portanto apresentamos as considerações acima relativas ao projeto na Casa de origem.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, pelo caráter essencialmente normativo, e por se referir às finanças estaduais, sem reflexos diretos nas finanças federais, entendemos que o referido projeto de lei não conflita com as normas de finanças públicas atualmente vigentes, não tendo impacto quantitativo financeiro ou orçamentário públicos federais.

Ante o exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.591-C/04 (Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.591-B/04), com as emendas supressivas.

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 2006.  
– Deputado **João Magalhães**, Relator.

#### **EMENDA SUPRESSIVA Nº 1**

Suprima-se a *expressão* “a partir da data da publicação desta Lei” no art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.591-B/2004 (na Casa de origem).

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 2006.  
– Deputado **João Magalhães**, Relator.

**EMENDA SUPRESSIVA Nº 2**

Suprima-se a expressão “a partir da vigência desta Lei” do § 2º no art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº. 4591-B/2004 (na Casa de origem).

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 2006.  
– Deputado **João Magalhães**, Relator.

**III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.591-B/04 e pela rejeição parcial do art. 1º, com a supressão da expressão “a partir da data da publicação desta Lei” constante do caput, com a supressão da expressão “a partir da vigência desta Lei” constante do § 2º, conforme parecer do relator, Deputado João Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Coriolano Sales, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, Gonzaga Mota, João Magalhães, José Carlos Machado, José Pimentel, Luiz Carreira, Max Rosenmann, Moreira Franco, Nazareno Fonteles, Silvio Torres, Vignatti, Yeda Crusius, Ademir Camilo, André Figueiredo e Júlio Cesar.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
E DE CIDADANIA****I – Relatório**

Está em pauta nesta Comissão o exame do Substitutivo aprovado no Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, aprovado na Câmara dos Deputados.

A título de recapitulação, a proposição, em sua forma original, mantida basicamente no Substitutivo aprovado no Senado Federal, trata do emprego dos recursos dos depósitos judiciais, em dinheiro, referentes a tributos e seus acessórios, de competência dos Estados e do Distrito Federal, inclusive para os débitos inscritos em dívida ativa. Esses depósitos seriam efetuados, a partir da data da publicação desta Lei, em instituição financeira oficial da União ou do Estado, mediante a utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

O Substitutivo mantém a mesma destinação dos recursos definida na proposição de origem, ressalvados os destinados ao fundo de reserva para garantia dos direitos dos depositantes, nos termos de que trata o projeto de lei, e serão aplicados, exclusivamente, no pagamento:

I – de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – da dívida fundada do Estado ou do Distrito Federal.

Na hipótese de previsão na lei orçamentária estadual ou distrital de dotações suficientes para o pagamento da totalidade das despesas referidas anteriormente, o valor excedente poderá ser utilizado para a realização de despesas de capital.

**II – Voto do Relator**

De plano, devemos observar que o Substitutivo do Senado Federal ao texto do Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, anteriormente aprovado na Câmara dos Deputados, não introduziu modificação de monta no texto original.

Na verdade, o Substitutivo em comento cuidou principalmente de aperfeiçoar a redação dos dispositivos aqui aprovados. Entre as poucas modificações de mérito feitas destaca-se, já a partir da ementa da proposição, a retirada, entre os depósitos a que se refere a proposição, dos de natureza extrajudicial, medida que parece ter sido acordada com as autoridades da área econômica do Ministério da Fazenda, o que, de resto, não traz maiores implicações práticas para os Estados, uma vez que tais depósitos são inexpressivos no contexto dos litígios entre o Fisco e os contribuintes. Tal mudança também não tem maiores implicações do ponto de vista de sua constitucionalidade e nem compromete a proposição sob o ângulo da juridicidade, na forma do Substitutivo aprovado no Senado Federal.

Não há dúvidas de que o Projeto de Lei nº 4.591/04, já em seu formato originalmente aprovado nesta Casa, aperfeiçoa o texto da Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, que pretende substituir. Com as mudanças propostas, os Estados e o Distrito Federal passam a aplicar nas condições ali definidas a parcela correspondente a 70%, e não mais 50%, como estabelecia aquela norma legal, do valor dos depósitos judiciais de natureza tributária acima identificados, desde, naturalmente, que instituam o fundo de reserva de que trata o Projeto de Lei nº 4.591/04, destinado a garantir a restituição pelo ente público da parcela dos depósitos referidos acima que lhes seja repassada nos termos da norma em comento.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, aprovado pelo Senado Federal, como adiantamos, não alterou significativamente o teor do texto

aprovado na Câmara dos Deputados, cuidando apenas de aperfeiçoar a sua redação, na expectativa de torná-la mais facilmente compreendida. Optou-se por oferecer ao texto original uma redação dos dispositivos mais direta, sem fazer as menções freqüentes à Lei n.º 10.482/02, que está sendo alterada, como posto no texto aprovado nesta Casa. Com isto, o texto ganhou no que diz respeito à técnica legislativa, o que culmina na revogação explícita da retrocitada lei por meio de um dispositivo que não constava no texto originalmente aprovado na Câmara dos Deputados.

No que tange, inicialmente, à constitucionalidade do Substitutivo, não nos parece haver objeção à sua aprovação nesta Comissão, uma vez que a proposição pouco inova em relação ao que já tinha sido aprovado nesta Casa. As modificações feitas estão na mesma linha, não impedindo que a proposição, na forma do Substitutivo do Senado Federal, seja aprovada.

Como na situação aqui examinada, quando do exame do Projeto de Lei n.º 4.591, de 2004, nesta Comissão, o Substitutivo do Senado Federal àquela proposição atém-se rigorosamente à competência legislativa da União, no que se refere ao disposto no art. 22, I, combinado com o art. 24, I e XI, da Constituição Federal, cuja iniciativa é facultada a qualquer pessoa indicada no *caput* do art. 61 da Constituição, conforme bem assinalou o ilustre Senador Rodolpho Tourinho, ao emitir parecer sobre a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, cujo entendimento foi devidamente referendado pelo Eminentíssimo Senador Romeu Tuma, ao oferecer parecer de Plenário à matéria em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa.

Feitos os aperfeiçoamentos do texto no Senado Federal, aprimorando-lhe inclusive a técnica legislativa, não vemos igualmente maiores objeções quanto à juridicidade ou regimentalidade do teor do Substitutivo do Senado Federal, aprovado, ao Projeto de Lei n.º 4.591, de 2004.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2006. – Deputado **José Pimentel, Relator**.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 4.591-B/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Pimentel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Bosco Costa,

Colbert Martins, Edna Macedo, Humberto Michiles, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, Jefferson Campos, João Paulo Cunha, José Divino, Luiz Carlos Santos, Luiz Couto, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Nelson Pellegrino, Ney Lopes, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Professor Irapuan Teixeira, Renato Casagrande, Robson Tuma, Sandra Rosado, Sérgio Miranda, Vilmar Rocha, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Almir Moura, Celso Russomanno, Coriolano Sales, Fernando Coruja, Herculanio Anghinetti, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Pimentel, Mauro Benevides, Moroni Torgan e Paulo Afonso.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

### PROJETO DE LEI Nº 4.732-B, DE 2004 (Do Poder Executivo)

**Dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. VICENTINHO) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. COLBERT MARTINS).**

**Despacho:** Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

### Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

#### I – Relatório

A proposta altera a redação ao 896 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo racionalizar o sistema recursal na Justiça do Trabalho.

Em sua justificativa, o Autor afirma que a proposta busca restringir as hipóteses de propositura do recurso de revista, de modo a impedir sua propositura nas causas inferiores a sessenta salários mínimos.

O projeto foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e encaminhado a esta Comissão e, transcorrido o prazo regimental, não recebeu emendas.

É o breve relatório, passamos a opinar.

## II – Voto do Relator

Compete a esta Comissão apreciar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do presente projeto.

A proposta em comento faz parte do “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário Mais Rápido e Republicano”, documento assinado pelos representantes dos três poderes e que abriga os principais projetos e diretrizes da chamada “Reforma do Judiciário”.

A redação proposta para o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho não afronta qualquer dispositivo constitucional, tampouco possui vícios de juridicidade ou de técnica legislativa.

O texto proposto tem como objetivo a racionalização do sistema recursal na Justiça do Trabalho, reduzindo as hipóteses de cabimento do recurso de revista para as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho.

O projeto altera o §6º do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, para aumentar, de quarenta para sessenta salários, o limite das causas que não poderão ser atacadas por meio de recurso de revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Por sua vez, a alteração proposta para a alínea *b* impedirá a interposição do recurso de revista nas hipóteses em que o mesmo tenha como fundamento divergência na interpretação de Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo ou regulamento empresarial.

Ao mesmo tempo, o §7º acrescido ao art. 896 permite que a parte interessada suscite o incidente de uniformização de jurisprudência junto à Seção de Dissídios Individuais, em caso de divergência entre tribunais regionais do trabalho na interpretação de regulamento de empresa, de sentença normativa ou de convenção ou acordo coletivo.

Dessa forma, a proposta racionaliza o sistema de recursos na esfera trabalhista, sem colidir com os direitos e garantias assegurados pelo ordenamento aos litigantes.

Assim, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4732, 2004.

Sala da Comissão, 22 de de 2006. – Deputado **Colbert Martins**, Relator.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.732-A/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Bosco Costa, Colbert Martins, Edna Macedo, Humberto Michiles, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, Jefferson Campos, João Paulo Cunha, José Divino, Luiz Carlos Santos, Luiz Couto, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Nelson Pellegrino, Ney Lopes, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Professor Irapuan Teixeira, Renato Casagrande, Robson Tuma, Sandra Rosado, Sérgio Miranda, Vilmar Rocha, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Almir Moura, Celso Russomanno, Coriolano Sales, Fernando Coruja, Herculano Anghinetti, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Pimentel, Mauro Benevides, Moroni Torgan e Paulo Afonso.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

## PROJETO DE LEI Nº 5.471-A, DE 2005

(Do Tribunal Superior do Trabalho)

**OF. GDGCA.GP.Nº 251/05**

**Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. JOVAIR ARANTES); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (relator: DEP. JOÃO PAULO CUNHA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. JOSÉ EDUARDO CARDOZO).**

**Despacho:** Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, Ricd)

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**Publicação dos Pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania**

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## I – Relatório

A proposta sob exame postula a criação de 141 cargos de Juiz do Trabalho Substituto no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Re-



gião. Na justificativa que juntou à proposta, a colenda Corte proponente alega que a aprovação do projeto possibilitará uma necessária adequação no número de magistrados em relação à enorme demanda processual existente no âmbito da região metropolitana de São Paulo, maior que a quantidade total de processos recebidos conjuntamente em doze Estados da Federação. A medida proporcionaria maior arrecadação aos cofres públicos (superior ao próprio custo de sua implantação), uma racionalidade no exercício jurisdicional e permitiria um atendimento mais eficaz aos trabalhadores do maior centro urbano do País.

Esgotado o Prazo, não foram apresentadas emendas.

## II – Voto do Relator

A relatoria manteve contato com a Presidência da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-SP), que foi a autora da iniciativa desta proposta legislativa no âmbito local. O Juiz José Lucio Munhoz, Presidente da AMATRA-SP, informou a este relator a situação extremamente difícil na qual se encontram os juízes do trabalho de São Paulo, diante da enorme carência de pessoal para fazer frente ao volume de trabalho naquela região metropolitana. O ilustre magistrado, prestando inestimável colaboração ao trabalho do relator, forneceu elementos, justificativas e os subsídios que concretamente demonstram o estado angustiante da estrutura do Judiciário Trabalhista de São Paulo. Tais elementos serão, por sua importância, aproveitados neste parecer.

A Justiça do Trabalho de São Paulo recebe cerca de 300 mil novas ações de conhecimento a cada ano (não computadas as ações de execução e as cartas precatórias), sendo este o maior volume processual do País. Em contrapartida, existem apenas 142 Varas do Trabalho em toda a Região, ocasionando um déficit na quantidade de unidades jurisdicionais. Esta situação, ademais, tende a se agravar, diante da aprovação da EC nº 45, que ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho.

Para o atendimento adequado da demanda jurisdicional trabalhista da 2ª Região, pela sua dimensão populacional e econômica, seria necessário dobrar a estrutura da Justiça do Trabalho, o que não é medida plenamente possível no momento atual, diante do elevado valor orçamentário necessário em uma empreitada desta natureza (o dobro de prédios, funcionários, materiais, veículos, etc.).

Reconhecendo esta dificuldade, a própria AMATRA-SP acabou por apresentar esta proposta alternativa que possibilitará, quando finalmente implantada, um aumento na atividade jurisdicional, conforme cálculos

atuais, na ordem de 60% (sessenta por cento) a um custo de cerca de apenas 04% (quatro por cento) do orçamento do TRT da 2ª Região.

Implementando-se um juiz auxiliar em cada uma das Varas do Trabalho da 2ª Região, com a criação dos cargos ora propostos, será possível ao mesmo tempo propiciar uma melhoria nas condições de trabalho dos juízes e o importante aumento na produção jurisdicional, o que significará um atendimento mais rápido às partes e advogados.

Com dois juízes atuando de modo fixo em cada Vara do Trabalho, será possível aumentar significativamente a arrecadação dos tributos em favor dos cofres públicos, com as custas, Imposto de Renda, Contribuições Previdenciárias, etc. Embora a atividade jurisdicional vise exclusivamente o atendimento do cidadão, é fato que neste caso ela ainda trará benefícios significativos aos cofres públicos.

Cumprе ressaltar que embora já contando com previsão orçamentária inclusive para este ano de 2005, a ocupação dos cargos depende de concurso público de provas e títulos, de reconhecido grau de dificuldade, que demanda diversos meses na sua conclusão e, ao final, traz apenas um pequeno número de aprovados. Deste modo, mesmo criados tais cargos agora, eles somente serão totalmente ocupados, com uma projeção altamente otimista, ao longo de quatro ou cinco anos.

A aplicação desta medida – instituição de um juiz auxiliar para cada Vara do Trabalho da 2ª Região – foi recomendada pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, em análise técnica, quando da elaboração do Plano de Reforma Institucional do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Ao longo do tempo, ainda, este projeto de autoria da AMATRA-SP recebeu o apoio oficial da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), OAB/SP (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo), ABRAT (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas), AAT/SP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo), entre outras entidades, o que demonstra a seriedade e justiça da propositura.

Estando a medida ora proposta amplamente justificada do ponto de vista técnico e diante do grande alcance social que ela representa (em especial para o atendimento jurisdicional dos trabalhadores na maior região metropolitana do País), este relator tem o dever de se posicionar favoravelmente.

Assim, vota-se pela aprovação do projeto.

Sala da Comissão, 29 de setembro de 2005.

– Deputado **Jovair Arantes**, Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.471/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves – Presidente, Osvaldo Reis, Enio Tatito e Marco Maia – Vice-Presidentes, Carlos Alberto Leréia, Dra. Clair, Érico Ribeiro, Isaías Silvestre, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Medeiros, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Walter Barelli, Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Eduardo Barbosa, Homero Barreto e Leonardo Monteiro.

Sala da Comissão, 4 de outubro de 2005. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### I – Relatório

O projeto de lei em exame, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, visa criar 141 cargos de Juiz do Trabalho Substituto junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sediado em São Paulo.

A proposta foi originalmente encaminhada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-SP), aprovada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que o encaminhou a esta Casa Legislativa em forma de projeto de lei. Em razão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o PL teve sua tramitação suspensa, para que seu mérito fosse submetido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em sessão de 07 de março de 2006 aprovou por unanimidade a proposta, recomendando ao Congresso Nacional a sua aprovação.

Na justificativa, o Egrégio TST alega que a aprovação do projeto possibilitará uma necessária proporcionalidade no número de magistrados em relação à enorme demanda processual na 2ª Região da Justiça do Trabalho, cuja grandeza em volume de processos judiciais recebidos é maior que doze Estados da Federação.

Informa, ainda, que a medida proporcionaria maior arrecadação aos cofres públicos (superior ao próprio custo de sua implantação), uma racionalidade no exercício jurisdicional e permitiria um atendimento mais eficaz aos trabalhadores da maior região metropolitana do País.

Submetido, anteriormente, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Projeto de Lei foi aprovado unanimemente na forma do Parecer do Relator, Dep. Jovair Arantes.

Cabe à Comissão de Finanças e Tributação o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, letra h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

#### II – Voto do Relator

Este relator conhece de perto a situação de carência de estrutura vivida no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que concentra mais de 20% de todo o volume de ações trabalhistas do País. O gigantismo dos números impressiona e nos impulsiona na busca de soluções capazes de dar vazão ao problema, que atinge magistrados, advogados, empresários e, essencialmente, toda a classe trabalhadora, principal destinatária dos serviços jurisdicionais. Neste sentido, devemos saudar esta iniciativa da própria Associação dos Magistrados, que atua de modo inovador na tentativa de amenizar o problema.

Em consulta aos dados estatísticos, verificamos que na 2ª Região são ajuizados mais de 300.000 processos trabalhistas a cada ano, para apenas cerca de 150 Varas do Trabalho.

Este relator manteve contato com os juízes da 2ª Região, em especial com o Presidente e o Diretor Cultural da AMATRA-SP, Doutores José Lucio Munhoz e Gabriel Lopes Coutinho Filho, que relataram a complicada situação existente naquela região metropolitana, onde há excesso de processos judiciais e carência de estrutura humana para o atendimento da demanda.

Deve-se enaltecer a atuação pró-ativa da própria AMATRA-SP, a apresentar esta proposta alternativa que possibilitará, quando finalmente implantada, um aumento na atividade jurisdicional, conforme cálculos atuais, na ordem de 60% (sessenta por cento) a um custo de cerca de apenas 05% (cinco por cento) do orçamento do TRT da 2ª Região.

O relatório na Comissão de Trabalho bem analisou a questão da necessidade da medida, para o melhor atendimento do cidadão. Vamos nos fixar, portanto, para evitar repetições, na adequação temática da proposta para apreciação desta específica Comissão de Finanças e Tributação.

O TRT/SP informou da existência de dotação orçamentária suficiente para o implemento desta medida. No mesmo sentido foi o Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao recomendar a aprovação deste projeto de lei e atestar, pela Comissão Técnica do Supremo Tribunal Federal (STF), a existência de

previsão orçamentária e a submissão da matéria à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Mesmo aprovado o projeto, a ocupação dos cargos depende de concurso público de provas e títulos, de reconhecido grau de dificuldade, que demanda diversos meses na sua conclusão e, ao final, traz apenas um pequeno número de aprovados. Deste modo, mesmo criados tais cargos agora, eles somente serão totalmente ocupados, com uma projeção altamente otimista, ao longo de quatro ou cinco anos. Também por conta disso, cumpre observar que o maior número de magistrados permitirá uma maior arrecadação para os cofres da União, situação que permite a sua aprovação sem comprometimento da disponibilidade financeira e orçamentária.

Cabe a este órgão técnico o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, letra h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No que concerne à adequação do projeto à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é importante ressaltar que, no exame de proposição sobre

concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração e alteração de estrutura de carreiras deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no Art. 169 da Carta Magna, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

“ Art. 169. ....

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista” (grifo nosso).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2006 (art. 89 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005) estabelece que as con-

cessões de quaisquer vantagens e as alterações de estrutura de carreiras deverão constar de anexo específico da lei orçamentária.

A proposta de lei orçamentária para o exercício de 2006 (Projeto de Lei nº 40, de 2005 – CN), no seu “Anexo V– AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS” não contém a autorização específica prevista na Constituição, voltada aos cargos objeto do presente Projeto de Lei, mas há indicação no item II.2.7, sob o título Justiça do Trabalho, a qual o TRT 2ª Região estaria inserido, de autorização para criação de cargos no limite de R\$ 44.535.975,00, que se destina ao provimento de até 2.086 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2006 traz ainda as seguintes exigências:

“Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais (grifo nosso) deverão ser acompanhados de :

I – declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa; e

III – manifestação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro.”

“Art. 123. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem diminuição da receita ou aumento das despesa da União (grifo nosso) no exercício de 2006 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 a 2008, detalhando a memória de cálculo respectiva e a correspondente compensação.”

Quanto à existência de prévia dotação orçamentária, os dados disponíveis mostram, em comparação com a despesa liquidada no exercício de 2005, que não

há previsão suficiente, no projeto de lei orçamentária para 2006, ora em trâmite no Congresso Nacional, de dotações para realização das despesas decorrentes do projeto.

Todavia há que considerar, conforme informação prestada pelo Inf. SCOF nº 20/2005, encaminhada pela Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que para que o exercício financeiro de 2005 haveria disponibilidade para a admissão de 25% dos cargos ora pretendidos.

Importa dizer, também, em relação ao exercício de 2005, considerando-se os valores liquidados, conforme SIAFI, totalizados em R\$ 577.191.771,00, que os valores previstos para 2006, da ordem de R\$ 626.841.824,00, conforme PL 040/2005, apresentam crescimento de R\$ 49.650.053,00.

Em relação ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), os gastos decorrentes do presente projeto de lei enquadrar-se-iam na condição de *despesa obrigatória de caráter continuado* (despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios).

Nesse sentido, a proposição fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF. Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subseqüentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Para tais exigências, o Of. GDGCA.GP. Nº 251/05, item 3., aponta para o impacto anual de R\$ 24.632.090,82. Em relação ao total das despesas de pessoal do TRT para o presente exercício, tal montante representará cerca de 3,93% desse total, caso seja aprovado o Projeto de Lei nº 40/2005, ora em trâmite no Congresso Nacional.

Em face do exposto, opinamos pela ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 5.471, de 2005.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2006. – Deputado **João Paulo Cunha**, Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.471/05, nos termos do parecer do relator, Deputado João Paulo Cunha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Moreira Franco, Presidente; Vignatti e Luiz Carlos Haully, Vice-Presidentes; Albérico Filho, Antonio Cambraia, Arnaldo Madeira, Carlos Willian, Coriolano Sales, Eduardo Cunha, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, Geddel Vieira Lima, Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Pimentel, Milton Barbosa, Mussa Demes, Renato Casagrande, Roberto Brant, Virgílio Guimarães, Yeda Crusius, Delfim Netto, Dra. Clair, Eduardo Seabra, João Paulo Cunha, José Militão, Luiz Carreira e Sérgio Miranda.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2006. – Deputado **Moreira Franco**, Presidente.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

#### I – Relatório

Trata-se de proposição que cria cento e quarenta e um cargos de juiz do trabalho substituto na 2ª Região da Justiça do Trabalho, com sede em São Paulo. O projeto dispõe que as despesas dele decorrentes correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e sua implementação observará o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Na justificativa, o Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ressalta o crescimento do volume de ações ajuizadas na 2ª Região e registra a sobrecarga de trabalho já existente para seus juízes. Destaca ainda a baixa relação de juízes por habitantes naquela Região, aduzindo que a criação de novas varas do trabalho permitirá incrementar a eficiência, a celeridade e a capacidade de arrecadação de custas e emolumentos da Justiça do Trabalho, em benefício dos jurisdicionados.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público manifestou-se pela aprovação do projeto. A Comissão de Finanças e Tributação, por sua vez, opinou pela sua adequação financeira e orçamentária.

O projeto conta ainda com uma recomendação de aprovação proveniente do Conselho Nacional de Justiça, conforme certidão juntada aos autos.

É o relatório.



## II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, *a*, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, bem como quanto ao seu mérito.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União, sendo que a esta compete organizar seus serviços e sobre estes legislar. É atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*). Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988.

No plano da técnica legislativa, registramos que o projeto adota cláusula genérica de revogação, vedada pelo art. 9º Lei Complementar n.º 95, de 1998. Apresentamos então emenda supressiva para adequar o texto aos ditames da boa técnica legislativa.

No mérito, registramos que o projeto em exame dá consequência à determinação constitucional de que o número de juízes em uma determinada unidade jurisdicional seja proporcional à demanda judicial e à população (CF, art. 93, XIII). Como mostra a justificativa, o movimento processual da Justiça do Trabalho em São Paulo é maior que todo o movimento judiciário de doze Estados da Federação somados (SC, PB, RO, AC, MA, ES, GO, AL, SE, RN, PI, MT, MS), tendo recebido, apenas no ano de 2002, 293.182 processos na primeira instância, e 76.563 em seu Tribunal Regional do Trabalho. Como resultado, cada juiz da 2ª Região recebe 2.250 processos por ano, enquanto no Japão a média seria de 150 e em Portugal, cerca de 500. Dessa forma, os dados apontam claramente para uma inadequada relação de juízes por habitante.

Outrossim, a manifestação de apoio do Conselho Nacional de Justiça – órgão a que incumbe o controle de desempenho do Poder Judiciário em todo o País – registra que a 2ª Região tem a maior demanda processual em todo o Judiciário trabalhista. Possui, ainda, a pior taxa de congestionamento, evidenciando um quadro de uma evidente sobrecarga para os órgãos jurisdicionais no Estado de São Paulo.

Vê-se, portanto, que essa situação reclama a mais pronta atuação do Congresso Nacional, no papel que lhe toca de aprovar medidas necessárias à melhoria dos serviços prestados pelo Judiciário trabalhista na 2ª Região.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade,

juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 5.471, de 2005, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

## EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 5º do projeto.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2006. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Relator.

## III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei nº 5.471/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Eduardo Cardozo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sigmaringa Seixas – Presidente, José Eduardo Cardozo e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Almeida de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Magalhães Neto, Bosco Costa, Colbert Martins, Inaldo Leitão, João Almeida, Luiz Couto, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Mendes Ribeiro Filho, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Odair Cunha, Paulo Magalhães, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Almir Moura, André Zacharow, Ann Pontes, Carlos Abicalil, Celso Russomanno, Custódio Mattos, Fernando Coruja, Francisco Escórcio, Herculano Anghinetti, João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, José Pimentel, Léo Alcântara, Luciano Zica, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso e Pedro Irujo.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

## PROJETO DE LEI Nº 6.133-A, DE 2005

(Do Sr. Vicentinho)

**Dispõe sobre a reparação civil aos Policiais e Bombeiros Militares absolvidos em processo judicial ou administrativo; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela rejeição (relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia).**

**Despacho:** Às Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

## **Publicação do Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

### **I – Relatório**

O projeto de lei em epígrafe garante, aos policiais e bombeiros militares absolvidos em processo judicial ou administrativo, a reparação civil por dano material, moral ou à sua imagem; além disso, atribui a quem “deu causa a instauração do processo, imputando-lhes fato de que os sabe inocentes”, a responsabilidade pela reparação; por fim, a proposição institui, para a Administração Pública, responsabilidade subsidiária “na proporção em que contribuiu para a injusta acusação, não se revestiu de razoável cautela antes da instauração do processo ou não assegurou aos acusados o contraditório e a ampla defesa”.

O relator da matéria, Deputado Cabo Júlio, votou pela aprovação do PL n.º 6.133/05 na forma de um substitutivo, que estende o direito à indenização aos policiais civis dos estados e do Distrito Federal, aos policiais federais e aos policiais rodoviários federais. Nos termos do substitutivo, a indenização seria devida nos casos de processo judicial ou administrativo “que resem infundados (...) por negativa do fato ou de autoria”.

### **II – Voto do Relator**

O projeto reflete a justa preocupação do autor, Deputado Vicentinho, no sentido de coibir atos persecutórios contra integrantes das forças policiais. Não obstante, no caso concreto outros aspectos se impõem, conforme cabalmente demonstrado no voto do relator, Deputado Cabo Júlio; ressalta, em especial, a inversão das espécies de responsabilidade que a proposição promove, imputando ao particular e aos servidores o dever objetivo de indenização, e condicionando a responsabilidade do Estado à existência de culpa.

Conquanto seja louvável o esforço do relator em adequar o Projeto Lei aos parâmetros constitucionais e legais vigentes, por meio de um substitutivo, evidencia-se a inocuidade da solução encontrada, que restringe-se a enunciar um direito já deferido pela Lei à generalidade dos cidadãos, na qual naturalmente se incluem os integrantes das forças policiais.

Porém, se por um lado o projeto não inova em relação ao direito desses servidores à indenização por danos materiais, morais ou à imagem, por outro ele pode constituir um desestímulo a iniciativas que se insurgem contra efetivos desvios das forças de segurança do Estado, que no contexto brasileiro, lamentavelmen-

te, ainda hoje são responsáveis por sérias agressões aos direitos dos cidadãos.

Pelo exposto, voto pela rejeição do PL n.º 6.133/2005 e do substitutivo a ele apresentado.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2006. – **Antonio Carlos Biscaia**, Relator.

### **III – Parecer da Comissão**

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 6.133/05, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O parecer do Deputado Cabo Júlio passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Militão – Presidente; Arnaldo Faria de Sá e Ademir Camilo – Vice-Presidentes; Alberto Fraga, Antonio Carlos Biscaia, Cabo Júlio, Coronel Alves, João Campos, Josias Quintal, Lincoln Portela e Professor Irapuan Teixeira – Titulares; Gilberto Nascimento – Suplente.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2006. – Deputado **José Militão**, Presidente.

### **VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CABO JÚLIO**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei nº 6.133, de 2005, de autoria do Senhor Deputado Vicentinho, dispõe sobre a reparação civil aos militares que forem absolvidos em processo judicial ou administrativo.

Em sua justificação, o nobre Autor argumenta sobre a relevância da proposta, uma vez que nas corporações militares estaduais ocorre a instauração de processos judiciais ou administrativos que apenas resultam na mácula à imagem dos seus membros.

Aduz, ainda, que um diploma legal com o conteúdo proposto desempenhará função dúplice: preventiva, “ao preconizar medidas que farão acusadores e a própria Administração ponderar, detidamente, sobre seus procedimentos antes de efetuar a acusação ou de instaurar o processo; e reparatória, ao determinar a reparação civil ao policial ou bombeiro militar absolvido das acusações que lhe foram injustamente imputadas”.

Conclui a sua justificação afirmando que os militares estaduais sentem-se desamparados na ausência de uma norma jurídica que lhes dê a devida proteção legal, como a pretendida a partir desta proposição.

O Projeto de Lei foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de

Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta Comissão, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II – Voto

O Projeto de Lei nº 6.133, de 2005, foi distribuído a esta Comissão Permanente por tratar de assunto atinente ao seu campo temático, nos termos da alínea “d” do inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Louvamos a iniciativa do nobre Deputado Vicentinho em apresentar a relevante proposta para a reparação civil para os casos em um militar estadual vier a ser injustamente implicado em um processo, administrativo ou civil, que traga danos materiais, morais ou à sua imagem, sendo, ao final, absolvido.

A pretensão é pertinente, posto que a injusta figuração em processos administrativos ou judiciais pode trazer graves prejuízos ao militar, tanto no âmbito profissional quanto privado. Dessa forma, a proposição acerta na idéia da proteção aos eventuais abusos que possam ser cometidos. Sobre esta proposição cabem, todavia, algumas considerações:

A matéria sobre danos já esta regulada pelo Código Civil (arts. 944 a 954), todavia, é louvável a existência de uma lei especial para os militares estaduais, vítimas costumeiras de denúncias infundadas. Há necessidade de se substituir a palavra “reparação” por “indenização”.

A esta Comissão não cabe a análise de constitucionalidade, mas, em razão do mérito, é necessário verificar que o art. 2º está em dissonância com o disposto no § 6º, do art. 37, da Constituição Federal quando a denúncia for feita por servidor público, nessa qualidade. Esse dispositivo constitucional estabelece a denominada “responsabilidade objetiva do Estado” em virtude da atuação de seus agentes, sendo-lhe (ao Estado) garantido o direito de regresso. O art. 2º e seu parágrafo invertem essa responsabilidade objetiva, remetendo-a ao servidor público, e deixa para a Administração a responsabilidade subjetiva (decorrente de culpa, em sentido lato: dolo e culpa).

O militar ou servidor público, nessa qualidade, não podem ser responsabilizados objetivamente, mas somente subjetivamente; a responsabilização objetiva é restrita à Administração, sendo garantida a esta o direito de regresso, como se disse acima, no caso de dolo ou culpa do militar, ou servidor público, que deu origem ao dano. Quanto ao particular, o caso é típico da lei civil, de responsabilidade subjetiva.

A responsabilização objetiva dos servidores provocaria um caos na Administração, pois, além de contrariar a Constituição, impediria a atuação dos superiores hierárquicos nas denúncias, pelos cidadãos, de crimes e faltas administrativas cometidos por militares. Este profissionais, quando instauram procedimentos administrativos, o fazem de ofício, não cabendo contra eles inversão de responsabilidade no caso de a denúncia ser infundada.

No dia-a-dia, não se é possível, na maioria das vezes, ter-se certeza de que determinado militar, em virtude de uma ação ou omissão, cometeu um crime ou uma infração disciplinar; na dúvida, o militar que teve conhecimento do fato faz um relato que dá origem a um processo administrativo. No caso de denúncia pelo particular, inicia-se, igualmente, um processo administrativo.

Esse processo é que irá apurar o cometimento de uma falta disciplinar ou de um delito penal. Se tratar-se de punição disciplinar, o resultado, após as garantias de ampla defesa e do contraditório, pode ser a punição, a justificação do ato ou inexistência de infração disciplinar. Não se fala, no meio militar, de absolvição administrativa, como se refere o texto do PL.

Não se é possível responsabilizar-se objetivamente qualquer pessoa pelo relato de um fato que, em tese, possa se constituir infração disciplinar ou administrativa, é exatamente para se estabelecer esses contornos que existe o processo. Não se é possível, igualmente, de antemão, saber se tal fato constitui ou não infração disciplinar; se a denúncia, por outro lado, for infundada, a matéria já está suficientemente regulada pela legislação, penal e civil, ainda que seja louvável a existência de uma legislação especial, como já se afirmou.

Quanto ao processo judicial civil, pela sua natureza dialética, os questionamentos de eventuais abusos, inclusive os de natureza indenizatória, já são feitos diretamente no contraditório, nos termos da lei processual. O processo judicial criminal, por seu turno, em que reste provado a infundada acusação já garante ao lesado título executivo civil, para fins de reparação de danos.

Por fim, a ainda que sejam nobres e legítimas as pretensões do autor, a proposta, da forma como está, que pretende a garantia da indenização de danos aos militares estaduais, poderá funcionar exatamente ao contrário, por dois motivos.

Primeiro, quando a denúncia infundada for feita por servidor público no exercício de função: as indenizações a serem pagas por pessoas físicas são,

comumente, mais baixas que as exigidas da Administração, além disso, em que pese a dificuldade de recebimento dos denominados precatórios, esses são garantias melhores que as das pessoas físicas, especialmente servidores públicos. Também o processo é muito menos custoso, é mais simples e não há necessidade de se provar dolo ou culpa, mas somente o nexo causal.

Segundo, quando a denúncia infundada for feita por particular. Ainda nesse efeito reverso não pretendido pelo autor, no caso do particular, há que se considerar que o final do art. 2º, caput, restringe a responsabilidade ao dolo (“imputando-lhe fato de que os sabe inocentes”), sendo preferível a legislação civil, que abarca, além do dolo, a culpa. Nesse sentido, há que se fazer o necessário reparo para garantir os direitos dos militares estaduais.

Feitas essas considerações, sob a estrita competência desta Comissão, a fim de preservarmos a oportuna proposição para a defesa dos direitos dos militares estaduais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.133, de 2005, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, 27 de abril de 2006. – Deputado Federal **Cabo Júlio**, PMDB/MG.

### **SUBSTITUTIVO**

(Projeto de Lei nº 6.133, DE 2005)

**Dispõe sobre a indenização civil aos policiais militares e bombeiros militares, policiais civis dos estados e do Distrito Federal; policiais federais e policiais rodoviários federais, nos casos que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a indenização civil aos policiais militares e bombeiros militares, policiais civis dos estados e do Distrito Federal; policiais federais e policiais rodoviários federais, nos casos que especifica.

Art. 2º Às categorias mencionadas no art. 1º, será devida indenização por dano material, moral ou à sua imagem nos casos em que sejam denunciados por crime ou falta administrativa que restem infundados em processo judicial ou administrativo, por negativa do fato ou de autoria.

Parágrafo único. Aquele que deu causa ao procedimento infundado responderá nos termos da lei penal e civil se agiu com dolo ou culpa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de abril de 2006. – Deputado Federal **Cabo Júlio**, PMDB/MG.

## **COMISSÕES**

### **ATAS**

#### **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

#### **Ata da 22ª Reunião Ordinária Audiência Pública realizada em 11 de agosto de 2005**

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia onze de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se, no Plenário nº 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob a Presidência alternada dos Deputados Luciano Castro (Presidente) e Babá, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 3.960/2004, dos Srs. Enéas e Elimar Máximo Damasceno, que “Dispõe sobre a substituição, em todo o território nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa, e dá outras providências”, objeto de requerimento apresentado pelos Deputados Babá e Enéas. Tomaram assento à mesa dos trabalhos os expositores: José Walter Bautista Vidal, Presidente do Instituto do Sol, idealizador do Programa do Álcool, de 1975 a 1985; Milton Nogueira da Silva, Consultor Internacional, Especialista em Energias Renováveis e Clima; Antonio René Iturra, Analista Sênior do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Adriano Benayon, Especialista em Economia Mundial. Registraram presença os Senhores Deputados Luciano Castro, Presidente; Antonio Carlos Mendes Thame, Babá, Carlos Willian e Fernando Gabeira; Titulares; Mauro Passos e Wellington Fagundes; Suplentes. Compareceram também os Deputados Elimar Máximo Damasceno e Enéas, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados César Medeiros, Edson Duarte, João Alfredo, Jorge Pinheiro, Kelly Moraes, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Oliveira Filho, Paulo Baltazar, Paulo Marinho, Sandro Matos e Sarney Filho. Abertos os trabalhos, o Presidente cientificou os presentes acerca dos procedimentos regimentais e franqueou a palavra aos expositores. Concluídas as exposições, o Presidente concedeu a palavra aos Deputados Enéas e Babá, autores dos requerimentos para a realização do evento, e Elimar Máximo Damasceno, autor do projeto, que interpelaram os expositores. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos expositores para que apresentassem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, Secretário, lavrei a presente Ata, cujo conjunto do arquivo de áudio passa



a integrá-la, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Luciano Castro**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 23 de fevereiro de 2005

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 16, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados João Pizzolatti – Presidente; Eduardo Sciarra – Vice-Presidente; Aroldo Cedraz, Dr. Heleno, José Janene, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira e Paulo Feijó – Titulares; Alceste Almeida, Antônio Cambraia, Jurandir Bóia, Lobbe Neto, Nelson Meurer, Ricardo Barros e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Betinho Rosado, Fernando Ferro, Gervásio Silva, José Santana de Vasconcellos, Moreira Franco, Nícias Ribeiro, Rose de Freitas, Salvador Zimbaldi e Vadão Gomes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Deputado Eduardo Sciarra, Terceiro Vice-Presidente, comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinárias Deliberativa e de Audiência Pública, realizadas nos dias oito e quinze de dezembro de dois mil e quatro, respectivamente. O Deputado Nelson Meurer solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foram aprovadas unanimemente as Atas. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente informou que, no dia quinze de dezembro de dois mil e quatro, haviam sido designados o Deputado dr. Heleno Relator do Projeto de lei nº 4.546/2004 e o Deputado Marcello Siqueira Relator do projeto de lei nº 43/2004; e que, no último dia vinte e dois, haviam sido designados o Deputado Marcello Siqueira Relator do projeto de lei nº 4.100/2004 e o Deputado Marcus Vicente Relator do Projeto de Lei nº 4.587/2004. O Senhor Presidente anunciou, em seguida, que, nos termos do art. 163, Inciso I, do Regimento Interno desta Casa, declarava prejudicados O Projeto de Lei nº 6.983/2002, que “Institui o Programa do Biodiesel” e os Projetos de Lei nºs 2.578/2003, 3.368/2004, 3.373/2004 e 526/2003, apensados, em virtude da aprovação da Medida Provisória nº 214/2004, que dera origem à Lei nº 11.097/2005, publicada em treze de janeiro de dois mil e cinco, que “Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira”. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que

encontrava-se na Secretaria da Comissão cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.966/2003-6, examinados pelo plenário do Tribunal de Contas da União na sessão ordinária DE quinze de dezembro de dois mil e quatro. O Senhor Presidente explicou que o documento referia-se ao relatório de monitoramento de deliberações relativas à indústria do petróleo decorrentes de auditorias e acompanhamentos efetuados por aquela corte de contas, e que os membros interessados poderiam examinar o material ou solicitar cópia dele na secretaria da Comissão. Nesse momento, reassumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado João Pizzolatti, que informou haver encaminhado ofício ao Diretor-Geral desta Casa, para que fosse assentado, nos registros funcionais das servidoras Damaci Pires de Miranda, ponto 4.479; Clemar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes, ponto 5.567; Alvinia Rodrigues de Sousa, ponto 5.312; Suely Afonso Ferreira, ponto 4.342; Ivanete Souto Botelho Luz, ponto 2.717; Sílvia Fernanda Araújo dos Santos, ponto 5.412 e Sandra Regina Furtado Ávila, ponto 4.483 e do servidor Jadir Maia de Almeida, ponto 111.047, elogio formal pelo profissionalismo, pela competência, pelo zelo e pelo alto comprometimento com todas as atividades desenvolvidas nesta Comissão. O Senhor Presidente agradeceu aos servidores desta Comissão, aos da Consultoria Legislativa e aos assessores parlamentares ali presentes pela valiosa contribuição prestada às atividades legislativas, no decurso da última Sessão Legislativa. O Senhor Presidente agradeceu, ainda, ao Partido Progressista pela oportunidade a ele concedida de presidir este Órgão Técnico, período em que julgou-se privilegiado por contribuir para o encaminhamento de matérias de relevante interesse nacional, tais como o desenvolvimento tecnológico nuclear e a regulamentação e produção de petróleo, entre outras. Em seguida, os Deputados Luiz Bassuma, Nelson Meurer e Marcus Vicente parabenizaram o Senhor Presidente, Deputado João Pizzolatti, e endossaram os elogios feitos ao corpo técnico da secretaria deste Órgão, pelo sucesso e proficiência com que conduziram os trabalhos desta Comissão, no período. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 250/04** – do Sr. Fernando Ferro – que “SOLICITA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CEMAR”. A Proposição não foi deliberada, em razão da ausência do Autor. **2 – REQUERIMENTO Nº 251/04** – do Sr. Marcus Vicente – que “requer nos termos regimentais a realização de uma PFC – proposta de fiscalização e controle, para apurar denúncias sobre a formação da empresa CEXT e sua relação com a CVRD”. A Proposição não foi deliberada, em razão da ausência do Autor. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIA-**

**ÇÃO DO PLENÁRIO. PRIORIDADE. 3 – PROJETO DE LEI Nº 2.503/03** – da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis, relacionadas com a sonegação dos tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares – que “ALTERA PARCIALMENTE A Lei Nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”. Relator: Deputado José Janene. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Antônio Cambraia, que procedeu à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. **4 – PROJETO DE LEI Nº 4.308/04** – do Senado Federal – Comissão Especial – “Rio São Francisco” – (PLS Nº 240/2002) – que “altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. (Apensado: Projeto de Lei nº 4.288/2004). Relator: Deputado José Janene. Parecer: pela aprovação deste, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.288/2004, apensado. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Antônio Cambraia, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA. 5 – PROJETO DE LEI Nº 787/03** – do Sr. Júlio Lopes – que “Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela rejeição deste. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Aroldo Cedraz, Hamilton Casara, Luiz Sérgio e Moreira Franco, em vinte de agosto de dois mil e três. O Deputado Antônio Cambraia apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **6 – PROJETO DE LEI Nº 1.018/03** – do Sr. José Divino – que “altera dispositivo da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo”. Relator: Deputado José Janene. Parecer: pela rejeição deste. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Antônio Cambraia, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **7 – PROJE-**

**TO DE LEI Nº 1.598/03** – do Sr. André Luiz – que “dispõe sobre a proteção dos direitos dos consumidores de combustíveis e dá outras providências”. (Apensados: Projetos de Lei nºs 2.365/2003, 3.862/2004 e 4.301/2004). Relator: Deputado Aroldo Cedraz. Parecer: pela rejeição deste e dos Projetos de Lei nºs 2.365/2003, 3.862/2004 e 4.301/2004, apensados. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Nelson Meurer, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado unanimemente o Parecer. **8 – PROJETO DE LEI Nº 3.029/04** – do Antônio Carlos Mendes Thame – que “altera dispositivos da lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: Pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Nelson Meurer, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado unanimemente o Parecer. **9 – PROJETO DE LEI Nº 4.030/04** – do Sr. Júlio Lopes – que “ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE ADIÇÃO DE CORANTES À GASOLINA E AO ÓLEO DIESEL VENDIDOS PARA EMPRESAS DETENTORAS DE LIMINARES PARA NÃO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela rejeição. O Deputado Antônio Cambraia apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **10 – PROJETO DE LEI Nº 4.241/04** – do Sr. Pompeo de Mattos – QUE “TORNA OBRIGATÓRIO A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS SENSORIAIS NAS BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS, PARA EFEITOS DE FISCALIZAÇÃO”. Relator: Deputado Fernando Ferro. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Bassuma, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado unanimemente o Parecer. Em seguida, o Deputado Nelson Meurer apresentou requerimento, nos termos do art. 52, § 5º, RICD, de inclusão na Ordem do Dia para apreciação imediata do Projeto de Lei nº 4.373/2001, de autoria do Deputado Félix Mendonça, que “faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços”, tendo a maioria absoluta do colegiado anuído à solicitação. **11 – PROJETO DE LEI Nº 4.373/01** – do Sr. Felix Mendonça – que “faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços”. Relator: Deputado Nelson Meurer. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao

Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado unanimemente o Parecer. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião por cinco minutos, para que se procedesse à finalização desta Ata. Às doze horas e seis minutos, o Senhor Presidente reiniciou os trabalhos e, em seguida, submeteu à apreciação a Ata desta Reunião Ordinária Deliberativa. O Deputado Nelson Meurer solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente esta Ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e seis minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **João Pizzolatti**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

##### **52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

##### **Ata da Primeira Reunião Ordinária – Instalação e Eleição de Presidente E Vice-presidentes – realizada em 2 de março de 2005.**

Às dezesseis horas e doze minutos de dois de março de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente desta Casa Legislativa, na forma regimental, para a eleição do Presidente e Vice-Presidentes deste Órgão Técnico, na presente Sessão Legislativa. Assumiu a presidência dos trabalhos, em conformidade ao art. 39, §4º, do Regimento Interno, o Deputado João Pizzolatti. A Lista de Presença registrou o comparecimento dos Senhores Membros Titulares, Deputados Nicias Ribeiro, Paulo Feijó, Rose de Freitas, Nelson Meurer, Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Robério Nunes, Pedro Canedo, Romel Anízio; e dos Senhores Membros Suplentes, Deputados Alexandre Santos, Dilceu Sperafico, Edna Macedo, Francisco Appio, Hélio Esteves, João Almeida, João Magno, Jurandir Bóia, Maurício Rabelo, Reginaldo Germano, Simão Sessim. Deixaram de registrar suas presenças os Senhores Membros Titulares Fernando Ferro, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, José Carlos Aleluia, Airton Roveda, Marcus Vicente, Salvador Zimbaldi, José Santana Vasconcellos e Tatico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e anunciou, em

conformidade ao acordo firmado entre Lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, Partido da Social Democracia Brasileira/Pará; e de Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes, Deputados Paulo Feijó, Partido da Social Democracia Brasileira/Rio de Janeiro; Rose de Freitas, Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Espírito Santo; e Nelson Meurer, Partido Progressista/Paraná; respectivamente. O Senhor Presidente informou, ainda, que, de acordo com o Ato da Mesa nº 55, de primeiro de março de dois mil e cinco, coubera à Comissão de Minas e Energia trinta Deputados Titulares em sua composição. O Senhor Presidente esclareceu que a eleição far-se-ia por escrutínio secreto, e exigida maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados membros da Comissão, nos termos do art. 7º do Regimento Interno. O Senhor Presidente informou que a chamada para votação seria nominal e que os Membros Suplentes somente seriam chamados em caso de ausência dos Titulares dos respectivos partidos, observada a ordem das assinaturas na lista de presença. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Deputado Simão Sessim para, na qualidade de Secretário, proceder à chamada nominal dos votantes. Realizada a chamada, votaram os Senhores Deputados Eduardo Valverde, Dr. Heleno, Marcello Siqueira, Pastor Amarildo, Rose de Freitas, Gervásio Silva, Robério Nunes, Helenildo Ribeiro, Nicias Ribeiro, Paulo Feijó, João Pizzolatti, Nelson Meurer, Omânio Pereira, Aracely de Paula, B. Sá, Romel Anízio e Betinho Rosado, titulares; e os Senhores Hélio Esteves, Reginaldo Germano, Edna Macedo, Simão Sessim e Maurício Rabelo, Suplentes. Finda a votação, o Senhor Secretário procedeu à escrutinação, verificando a coincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas, tendo sido apurados vinte e dois votos. O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para agradecer aos nobres pares, aos Consultores Legislativos e, especialmente, aos servidores desta Secretaria pelo sucesso dos trabalhos desenvolvidos nesta Comissão, no decurso da última Sessão Legislativa Ordinária. O Senhor Presidente anunciou, ainda, a publicação e a distribuição do Relatório Anual de Atividades de 2004/2005, desta Comissão. Em seguida, o Senhor Presidente proclamou o resultado: para Presidente, o Deputado Nicias Ribeiro; para Primeiro Vice-Presidente, o Deputado Paulo Feijó; para Segunda Vice-Presidente, a Deputada Rose de Freitas; e para Terceiro Vice-Presidente, o Deputado Nelson Meurer, com vinte e um votos favoráveis, e um em branco, respectivamente. O Senhor Presidente convidou, em seguida, o Deputado Nicias



Ribeiro, para assumir a Presidência da Comissão, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Nicias Ribeiro, assumiu a Presidência e declarou empossados os Deputados Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer. O Senhor Presidente agradeceu ao Deputado João Pizzolatti e aos demais Membros da Mesa anterior, Deputados Eduardo Gomes, Rose de Freitas e Eduardo Sciarra, que muito haviam contribuído para o sucesso dos trabalhos realizados nesta Comissão. O Senhor Presidente acrescentou que se sentia honrado, naquela oportunidade, face à afinidade de sua formação acadêmica em Engenharia Elétrica e Física com o campo temático deste Órgão Técnico, e, sobretudo, pela importância da Comissão no desenvolvimento sócio-econômico do País, no que se referia às discussões de matérias como geração de energia e exploração de minérios, em especial no Estado do Pará. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos demais membros da Mesa recém-empossados, que endossaram as manifestações de esmero feitos ao Deputado João Pizzolatti e à Secretaria da Comissão, pelos trabalhos realizados na última gestão, e manifestaram apoio ao Presidente eleito, Nicias Ribeiro.

**ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e um minuto e convocou reunião para quarta-feira, dia nove março de dois mil e cinco, às dez horas, neste mesmo Plenário. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 9 de março de 2005

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Edinho Montemor, Francisco Appio, Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Bóia, Marinha Raupp, Ronaldo Dimas e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Ailton

Roveda, Eduardo Valverde, Mauro Passos, Robério Nunes, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada no dia dois de março do corrente. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente a Ata.

**ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 244/04** – do Sr. Fernando Ferro – que “Solicita audiência pública na Comissão de Minas e Energia para debater situação econômico-financeira da CEB”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, Autor do Requerimento, que solicitou a retirada de pauta da Proposição nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **2 – REQUERIMENTO Nº 250/04** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita Audiência Pública sobre a CEMAR”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, Deputado Fernando Ferro, que enfatizou a necessidade de se discutir a situação crítica em que se encontrava a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, a fim de se esclarecerem os fatos e de se definirem os rumos de ação dessa distribuidora. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que se manifestou contrariamente ao Requerimento, sob a alegação de insuficiência de informações sobre a atual situação da referida empresa. O Deputado José Carlos Aleluia asseverou que seria oportuno analisar o Setor Elétrico de forma ampla, em especial, o grave acidente ocorrido no âmbito da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. O Senhor Presidente concedeu a palavra, ainda, ao Deputado Luiz Bassuma, que se manifestou favoravelmente ao Requerimento em discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado, contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia e Paulo Feijó. O Deputado José Carlos Aleluia, Líder da Minoria, solicitou verificação de quórum para votação do Requerimento apresentado, nos termos dos artigos 10, inciso III, e 185, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Realizada a chamada nominal, restou evidenciada a insuficiência de quórum mínimo para deliberação, razão pela qual o Senhor Presidente encerrou a Reunião incontinenti. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e onze minutos, antes convocando reunião ordinária para quarta-feira, dia dezesseis de março do corrente, às dez horas, no Plenário 14 do Anexo II da Casa. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de



aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito à Secretária que faça a leitura da ata da reunião ordinária de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, realizada no último dia 2 de março.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– O Deputado Dr. Heleno solicitou a dispensa da leitura da ata.

Em votação o requerimento de dispensa.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Requerimento nº 244, de 2004, do Sr. Deputado Fernando Ferro, que solicita audiência pública na Comissão de Minas e Energia para debater a situação econômico-financeira das Centrais Elétricas de Brasília.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, fui procurado pelo Deputado Eduardo Gomes, que me consultou sobre a possibilidade de adiamento, por uma semana, da apreciação deste requerimento, por conta de algumas tratativas que faria com as partes interessadas. Em atenção à solicitação do nobre colega, peço que o requerimento seja retirado de pauta para inclusão na próxima reunião.

Solicito a retirada de pauta deste requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Em votação o requerimento do autor, Deputado Fernando Ferro, pela retirada de pauta do Requerimento nº 244, de 2004.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Retirado de pauta, portanto, o Requerimento nº 244/2004.

Requerimento nº 250, de 2004, do Sr. Deputado Fernando Ferro, que solicita audiência pública sobre as Centrais Elétricas do Maranhão.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr.

Presidente, este requerimento busca discutir a situação de uma empresa privatizada, na qual, posteriormente, não foram cumpridas todas as responsabilidades do comprador. A empresa se encontra em situação operacional crítica, e gostaríamos de saber mais a respeito.

Este requerimento busca colher informações sobre a situação dessa companhia energética. Eu pediria o apoio dos pares desta Casa para que possamos contribuir na discussão dos rumos dessa importante distribuidora, que atende ao Estado do Maranhão, e que está a merecer ajustes. Nossa iniciativa busca exatamente esclarecer os fatos que estão ocorrendo com o desempenho dessa empresa.

Peço apoio aos pares da Comissão para a aprovação deste requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Em discussão o requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Sr. Presidente, conheço a preocupação do Deputado Fernando Ferro com as empresas do setor elétrico, mas não posso apoiar uma audiência pública, isoladamente, sobre a CEMAR. Se quisermos analisar o setor elétrico de forma mais ampla, eu começaria querendo analisar o acidente que houve na Usina de Boa Esperança, onde 2 técnicos foram colocados como num liquidificador, por um erro de operação não explicado e abafado pelo próprio setor.

Então, quero dizer a V.Exa. que não apóio o requerimento neste momento. Posso até depois conversar com o Deputado Fernando Ferro e mudar de opinião. Essa empresa de fato foi privatizada. É uma das poucas distribuidoras que não tiveram sucesso no processo de privatização, o que é natural – o atual Governo voltou a privatizar. Tenho de colher mais informações junto à ANEEL e ao próprio Deputado Fernando Ferro para poder me posicionar a favor desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Tem a palavra o Deputado Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Pre-

sidente, com todo respeito ao ilustre Parlamentar José Carlos Aleluia, mantenho o meu requerimento e vamos votá-lo. Lamento que S.Exa. não esteja informado, e poderei posteriormente fornecer maiores detalhes. O caso a que S.Exa. se refere, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, é um acidente ocorrido na Usina de Boa Esperança. Temos um relatório da empresa demonstrando os fatos, que já são de conhecimento público, e o farei chegar às mãos do Deputado José Carlos Aleluia, para que não traga informações irreais sobre irresponsabilidade na operação. Se há uma empresa que tem tido desempenho impressionante no

setor elétrico é a CHESF, com lucros sucessivos, além de estar sendo dirigida com muita responsabilidade. Refuto essas declarações e vou passar ao Deputado José Carlos Aleluia o relatório que recebi recentemente e que, inclusive, foi encaminhado aos Senadores.

Se for o caso, posteriormente teremos a oportunidade de discutir esse assunto. Não há nenhuma reação a debatê-lo. No entanto, o tema do nosso requerimento é outro, porque se trata de uma empresa específica. Poderemos até discutir todas as empresas federalizadas e a situação delas, até porque isso faz parte de uma herança que recebemos no setor elétrico e que estamos recompondo.

O Deputado José Carlos Aleluia conhece muito bem essa área e seria um excelente momento para debatermos a situação dessas empresas. Solicito dos demais membros da Comissão apoio ao meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Tem a palavra o Deputado Marcello Siqueira.

**O SR. DEPUTADO MARCELLO SIQUEIRA** – Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar aos Deputados José Carlos Aleluia e Fernando Ferro que relatassem qual foi o acidente na CHESF, quando e como ocorreu. Estou tomando conhecimento dele neste minuto e gostaria de obter esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Foi a partir de uma citação do Deputado José Carlos Aleluia. O acidente ocorreu durante o processo de manutenção para remonitorar os geradores de Boa Esperança. Houve uma ação indevida, os operadores estavam nas proximidades do gerador e 2 pessoas foram vitimadas nesse acidente. Quanto ao fato, poderei passar o relatório técnico à Comissão e poderemos inclusive obter maiores informações, até requerendo uma audiência pública, se for o caso, mas passarei as informações ao Deputado. O acidente ocorreu durante a manutenção de uma das máquinas geradoras da Hidrelétrica de Boa Esperança, do sistema CHESF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Sr. Presidente, o acidente ocorreu no mês de dezembro e houve uma tentativa de abafar o caso. O que de fato houve foi um erro de operação monumental, o que mostra uma descoordenação da operação decorrente do aparelhamento da empresa. Há pessoas que não fizeram carreira técnica e estão conduzindo essa área. Os técnicos chegaram para executar um trabalho que serviria para ampliar a potência da máquina, e uma das turbinas estava sem condições de funcionamento. Os operadores, após se certificarem de que a turbina não estava em condições de ser acelerada, entraram nela.

Quem conhece a turbina sabe que o funcionamento é exatamente igual ao de um liquidificador. Começaram a trabalhar em cima da turbina com pequenos giros, para fazer medidas, e as turbinas aceleraram.

Li o relatório resumido sobre o acidente, e a única conclusão a que se chega é de que as máquinas são assassinas. Ninguém foi responsabilizado, como se tivesse ocorrido uma autocombustão. Trata-se de um assunto grave. Vou respeitar a proposta do Deputado Fernando Ferro de me mandar cópia dos relatórios, mas acho que esse é um assunto que a Comissão de Minas e Energia deve examinar. Não se trata de uma falha isolada, mas fruto do aparelhamento da empresa. Conheço razoavelmente a empresa e sei que tem tradição de ser dirigida por pessoas que fazem carreira na área técnica, e não na área sindical. Este é um fato grave, que precisa ser investigado.

Quanto ao requerimento do Deputado Fernando Ferro, continuo contra e penso que precisamos conversar para estabelecer critérios. Não podemos fazer convocações aleatórias. Hoje se convoca a CEMAR, amanhã, a CELPE, depois, a ELETROPAULO, e preciso saber exatamente o porquê. Não tenho informações do que está ocorrendo hoje na CEMAR. Por isso não posso posicionar-me favoravelmente, mas me comprometo a examinar o assunto. E, se o Deputado Fernando Ferro assim desejar, podemos discutir na próxima semana. Hoje, não votarei a favor e serei obrigado a pedir verificação do *quorum*.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o Deputado José Carlos Aleluia.

Aproveito a oportunidade para dizer que, em diversos momentos, o Deputado José Carlos Aleluia tem feito ataques à direção da CHESF. Compreendo até o sentimento que toma conta de S.Exa., uma vez que faz parte do grupo político que por anos conduziu essa empresa. É natural o ressentimento, porque perdeu a eleição e na certa gostaria que os diretores fossem do grupo ligado a ele. Mas não pode acusar os diretores da CHESF. Pelo menos os que conheço foram funcionários, engenheiros de carreira e têm inclusive propiciado à empresa desempenho que não teve em outros momentos. A empresa tem tido lucros sucessivos e excelente desempenho no setor. Além disso, é considerada muito bem administrada.

Dizer que se trata de uma questão política ou sindical é reduzir a discussão. São companheiros que têm afinidade política, sim, com o nosso partido, mas são engenheiros de carreira com mais de 25 anos de empresa e com militância política, assim como o Deputado José Carlos Aleluia. Afinal, foi Presidente da CHESF por indicação do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Também foi indicação política. Não pode usar esse argumento, porque nos desqualifica, é desrespeitoso e talvez seja rancor, ressentimento.

Deputado José Carlos Aleluia, com todo o respeito que tenho por V.Exa., vamos levar em conta que devemos buscar argumentos para questionar a nomeação desses dirigentes, mas já estou cansado de ouvir dizer que foi por motivação política, ou porque são integrantes de quadros sindicais. Cansei de ver no Governo Fernando Henrique, do qual V.Exa. fez parte, a nomeação de empresários de bancos multinacionais para comandar empresas estatais, como a PETROBRAS. V.Exa. nunca se insurgiu contra isso. Foram nomeados executivos de multinacionais para comandar essas empresas. Nós nomeamos brasileiros que tiveram militância sindical e são técnicos. Brasileiros que têm toda a competência política, técnica e direito para fazer isso. Vejo essa insurreição e esse descontrole.

Busquemos argumentos que digam o porquê de não estarem cumprindo suas funções. E se não estiverem, prezado Deputado, serão afastados como outros o foram, porque não tinham condições para continuar. Ninguém está lá por apadrinhamento político, mas por critérios de competência, capacidade e confiança, sim, porque é um cargo de confiança. Eles têm história nessas empresas. Então, essas afirmações que V.Exa. traz parecem-me sem propósito. V.Exa. sabe muito bem que, quando ocupou a Presidência da empresa, foi nomeado, como outros também o foram. V.Exa. era da COELBA e foi nomeado Presidente da CHESF. Além disso, outros nomeados que nem eram do setor, mas empresários, foram chamados, ou militares da época da ditadura. Arranjavam emprego de diretor para eles nas empresas estatais, depois que se aposentavam. Esses critérios mudaram. Técnicos da empresa a estão conduzindo.

Então, a manifestação de V.Exa. me parece merecer um pouco mais de cuidado. Acato e respeito as pessoas que estão na empresa também neste momento. Afinal, ela não é minha e nem sua, mas um patrimônio do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – A Presidência acredita que, embora a discussão seja sobre a CEMAR, acabamos discutindo a CHESF. Esse assunto deve ser abordado em outra oportunidade.

Continua em discussão o Requerimento nº 250, de 2004, da CEMAR.

Tem a palavra o Deputado Luiz Bassuma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e demais presentes, primeiro quero registrar – e vou entrar na discussão do requerimento do Deputado Fernando Ferro – meu protesto contra a maneira indelicada, e

até certo ponto preconceituosa, do Deputado José Carlos Aleluia, ao desviar o assunto debatido para um correlato, mas na clara intenção de transformar a discussão desse requerimento num debate muito mais amplo e complexo. Acredito que foi uma indelicadeza do Deputado José Carlos Aleluia estabelecer um critério de preconceito.

Conheço também boa parte da direção da CHESF, não acompanho de perto, por não ser minha área específica, mas posso atestar que são pessoas que, além do compromisso político, têm uma visão de transformação, de respeito à nacionalidade e aos interesses do Brasil, principalmente, em respeito à continuidade do sistema elétrico. Não queremos que ocorra mais no Brasil a experiência terrível e danosa do apagão, como no Governo Fernando Henrique, até hoje de triste memória.

Entre outros temas a serem discutidos, um será abordado hoje, mas é de amplo debate na sociedade e está causando muitos transtornos para PETROBRAS e para o Brasil. Refiro-me a contratos completamente irresponsáveis, de bilhões de reais, feitos com termelétricas, a fundo praticamente perdido, numa tentativa desesperada de suprir a falta de planejamento no setor elétrico, o que gerou o processo que ficamos conhecendo como apagão.

Acho que o Deputado José Carlos Aleluia tem o direito de falar, uma vez que é conhecedor do assunto. Ninguém discorda do seu mérito de Parlamentar, da sua capacidade e conhecimento do assunto, mas neste momento acredito que teve uma visão preconceituosa. Os diretores da CHESF têm de ser avaliados como qualquer diretor de qualquer estatal, pela competência e capacidade gerencial, administrativa e técnica. Não é o que está em debate hoje, e nem é o que sinto. Não existe a visão a que o Deputado José Carlos Aleluia se referiu de maneira preconceituosa.

Quanto ao requerimento do Deputado Fernando Ferro, se existem dúvidas em relação à CEMAR, que desconheço, penso que esta Comissão existe para debatê-los. É neste ambiente em que as pessoas interessadas no assunto devem ter oportunidade de discutir, apresentar o que está errado e o que está certo, propor soluções e melhorias. Esta Comissão tem esse papel. O debate sempre tende a evitar que uma crise prospere, cresça e se torne insolúvel, como ocorreu no passado, com o que conhecemos tristemente como apagão.

Sou a favor do requerimento do Deputado Fernando Ferro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Continua em discussão o Requerimento 150, de 2004.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Solicito verificação da votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Vamos proceder à verificação, atendendo à solicitação do ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

Vamos realizar a chamada dos membros da Comissão, começando pelos titulares. Os que forem a favor do requerimento dirão “sim” e, obviamente, os que forem contrários dirão “não”.

Vamos começar pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Eduardo Valverde, de Roraima. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Ferro. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Bassuma. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Sérgio, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Mauro Passos, de Santa Catarina. *(Pausa.)* Ausente.

Deputados do PMDB.

Deputado Dr. Heleno, do Rio de Janeiro. “Sim”.

Deputado Marcello Siqueira, de Minas Gerais. “Sim”.

Deputado Pastor Amarildo, do Tocantins. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Rose de Freitas, do Espírito Santo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputados do Bloco PFL/PRONA.

Deputado Gervásio Silva, de Santa Catarina. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Carlos Aleluia, da Bahia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputado Robério Nunes, da Bahia. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Airton Roveda, do PTB do Paraná. *(Pausa.)* Ausente.

Deputados do PSDB.

Deputado Helenildo Ribeiro, de Alagoas. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Nicias Ribeiro, do Pará. “Não”.

Deputado Paulo Feijó, do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Deputados do PP.

Deputado João Pizzolatti, de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Meurer, do Paraná.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputado Marcus Vicente, do PTB do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputado Osmânio Pereira, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Salvador Zimbaldi, de São Paulo. *(Pausa.)*

Deputados do PL.

Deputado Aracely de Paula, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado José Santana de Vasconcellos, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Tatiko, do Distrito Federal. *(Pausa.)*

Deputados do PPS.

Deputado B. Sá, do Piauí. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Romel Anizio, PP-MG, na vaga do PDT. *(Pausa.)*

Deputado Betinho Rosado, PFL/PRONA-RN, na vaga do PCdoB. *(Pausa.)*

Deputados Suplentes do PT.

Deputado André Costa, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputado Hélio Esteves, do Amapá. *(Pausa.)*

Deputado Ivo José, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado João Magno, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Vander Loubet, de Mato Grosso do Sul. *(Pausa.)*

Deputados Suplentes do PMDB.

Deputado Alexandre Santos, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputado Josias Quintal, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputada Marinha Raupp, de Rondônia. *(Pausa.)*

Deputado Moreira Franco, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputados Suplentes do PFL/PRONA.

Deputado Aroldo Cedraz, da Bahia. *(Pausa.)*

Deputado Gerson Gabrielli, da Bahia. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Santos, de São Paulo. *(Pausa.)*

Deputado Pauderney Avelino, do Amazonas. *(Pausa.)* Ausente.



Deputados Suplentes do PSDB.

Deputado Capitão Wayne, de Goiás. (*Pausa.*)

Deputado João Almeida, da Bahia. (*Pausa.*)

Deputado Ronaldo Dimas, do Tocantins.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputados Suplentes do PP.

Deputado Francisco Appio, do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

Deputado Reginaldo Germano, da Bahia. (*Pausa.*)

Deputado Vadão Gomes, de São Paulo. (*Pausa.*)

Deputados Suplentes do PTB.

Deputada Edna Macedo, de São Paulo. (*Pausa.*)

Deputado Dilceu Sperafico, do Paraná. (*Pausa.*)

Deputado Simão Sessim, do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Deputados Suplentes do PL.

Deputado Edinho Montemor, de São Paulo. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Rabelo, do Tocantins. (*Pausa.*)

Deputado Suplente do PDT.

Jurandir Boia, de Alagoas. (*Pausa.*)

Foram registrados 10 Deputados votantes. Portanto, não há *quorum*, e declaro encerrada a presente reunião.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 16 de março de 2005

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia dezesseis de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aracely de Paula, B. Sá, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Robério Nunes, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatício – Titulares; Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Bóia, Marinha Raupp, Pauderney Avelino, Ronaldo Dimas e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aírton Roveda,

Betinho Rosado, Eduardo Valverde e Rose de Freitas.

**ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia nove de março do corrente. O Deputado Paulo Feijó solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente a Ata. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou QUE, NO ÚLTIMO DIA quinze, haviam sido designados OS DEPUTADOS José Carlos Aleluia Relator do Projeto de Lei nº 1.899/2003; B. Sá Relator do Projeto de Lei nº 3.893/2004; Luiz Bassuma Relator do Projeto de Lei nº 1.292/2003; Pastor Amarildo Relator do Projeto de Lei nº 4.147/2004; Eduardo Valverde Relator do Projeto de Lei nº 4.709/2004; e Simão Sessim Relator do Projeto de Lei nº 4.767/2005. O Senhor Presidente COMUNICOU, também, QUE se ENCONTRAVA NA SECRETARIA DA COMISSÃO CÓPIA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº TC 003.069/2003-2, EXAMINADO PELO PLENÁRIO DAQUELA CORTE DE CONTAS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE nove de março de dois mil e cinco. O Senhor Presidente informou, ainda, que o Documento tratava da operação de financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à Empresa Light Gás Ltda., no valor histórico de um bilhão e treze milhões de reais, destinado à aquisição do controle acionário da Empresa AES Eletropaulo, no âmbito do Programa de Estímulo à Privatização Estadual – PEPE. Em seguida, o Senhor Presidente informou que o Deputado Fernando Ferro havia encaminhado cópia do relatório referente ao acidente ocorrido em dezesseis de dezembro de dois mil e quatro, na Usina Boa Esperança, unidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Informou, ainda, o Senhor Presidente que os documentos supra mencionados encontravam-se disponíveis na secretaria da Comissão para exame. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que havia nomeado, para assumirem os Cargos de Natureza Especial – CNE 14, os Senhores: Anete Soares de Araújo, Luís Sebastião do Nascimento, Camila Silva Sanches, Fabíola Sinimmbú Lima, Kelly Guimarães Torres, Raimundo Nonato da Silva, Edilson Dias Botelho e Márcia Roberta Fontel de Oliveira, tendo o Plenário da Comissão anuído à referida nomeação. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 250/04** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita Audiência Pública sobre a CEMAR”. O Senhor Presidente informou que a votação deste Requerimento havia sido interrompida, ao final da Reunião Ordinária Deliberativa realizada na última quarta-feira, em razão da

evidente insuficiência de quórum verificada durante a votação nominal deste Requerimento. Por essa razão e em obediência ao art. 181 do Regimento Interno da Casa, o Senhor Presidente, comunicou que o Requerimento estava em processo de votação, já tendo sido encerrada, na reunião anterior, a fase de discussão. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento em votação, Deputado Fernando Ferro, que solicitou a retirada de tramitação daquele Requerimento, nos termos do art. 114, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo o Senhor Presidente anuído à solicitação. O Autor do Requerimento comunicou que, oportunamente, transformaria a referida Proposição em requerimento de informação. **2 – REQUERIMENTO Nº 251/04** – do Sr. Marcus Vicente – que “requer nos termos regimentais a realização de uma PFC – Proposta de Fiscalização e Controle, para apurar denúncias sobre a formação da empresa CEXT e sua relação com a CVRD”. O Requerimento não foi deliberado, em razão da ausência do Autor. **3 – REQUERIMENTO Nº 255/05** – do Sr. Fernando Ferro – que “requer a realização de audiência pública para discutir o reajuste tarifário de energia elétrica das distribuidoras”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que justificou sua iniciativa, no intento de analisar os processos de revisão tarifária de energia elétrica concernente às Empresas Distribuidoras do Setor. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que se manifestou favoravelmente à Proposição e sugeriu fosse acrescentada ao debate a análise da composição da carga tributária do Setor Elétrico. Em seguida, o Deputado Dr. Heleno corroborou apoio ao Requerimento. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, que apresentou Requerimento para que se incluísse na Ordem do Dia o Requerimento nº 256/2005, de sua autoria, que “requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação de endividamento das seguintes empresas do Setor Elétrico: CESP, LIGHT e ELETROPAULO”, nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Senhor Presidente comunicou que o referido Requerimento continha dezesseis assinaturas representativas da maioria absoluta do Colegiado, conforme a exigência regimental, e concedeu a palavra ao Autor do Requerimento para discussão. Em seguida, o Deputado José Carlos Aleluia apresentou questão de ordem, no sentido de que fosse integralmente observado o preceito do § 5º do art. 52 supra mencionado, segundo o qual exige-se um terço dos membros

do colegiado para a apresentação do Requerimento e posterior aprovação pela maioria absoluta. O Senhor Presidente respondeu à questão de ordem, ponderando, que, habitualmente, esta Comissão procedia à inclusão imediata na Ordem do Dia, por meio de requerimento apresentado com as assinaturas correspondentes à maioria absoluta. O Senhor Presidente, contudo, decidiu atender à questão formulada, a fim de ter literalmente observado o preceito regimental suscitado. Assim, o Senhor Presidente determinou que fosse procedida à votação nominal, de forma que se apurasse a maioria absoluta exigida para aprovação do Requerimento de inclusão na Ordem do Dia, para apreciação imediata, do Requerimento nº 256/2005. O Senhor Presidente solicitou ao Deputado Paulo Feijó que procedesse à chamada nominal e orientou os Membros no sentido de que aqueles que votassem “sim”, seriam favoráveis à inclusão do Requerimento nº 256/2005 na Ordem do Dia, e que aqueles que votassem “não” seriam contrários à referida inclusão. Realizada a chamada nominal, restou evidenciada a insuficiência de quórum mínimo para deliberação, razão pela qual o Senhor Presidente encerrou a Reunião incontinenti. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. E, para constar, eu **Damaci Pires de Miranda**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada em 30 de março de 2005

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aírton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Robério Nunes, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatiko – Titulares; Francisco Appio, Hélio Esteves, João Almeida, João Magno, Josias Quintal, Jurandir Bóia e Reginaldo Germano – Suplentes. Deixou de comparecer o Deputado Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo

número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia dezesseis de março do corrente. O Deputado Marcello Siqueira solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente a Ata. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou QUE havia nomeado, para assumir Cargo de Natureza Especial – CNE 14, a Senhora Luciana Almeida Mendonça Canelas, em substituição à Senhora Fabíola Sinimnbú Lima, tendo o Plenário da Comissão anuído à referida nomeação. **ORDEN DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 251/04** – do Sr. Marcus Vicente – que “requer nos termos regimentais a realização de uma PFC – Proposta de Fiscalização e Controle, para apurar denúncias sobre a formação da empresa CEXT e sua relação com a CVRD”. O Deputado Robério Nunes apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **2 – REQUERIMENTO Nº 256/05** – do sr. fernando ferro – que “solicita audiência pública junto à CME para discutir a situação de endividamento das seguintes empresas do setor elétrico: cesp, light e eletropaulo”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor naquele momento. **3 – REQUERIMENTO Nº 258/05** – do Sr. Marcus Vicente – que “requer a realização de audiência pública, para que seja ouvido o Sr. Ronaro Machado Corrêa da siderúrgica oriente fundão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da empresa siderúrgica oriente em fundão/ES”. O Deputado Robério Nunes apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **4 – REQUERIMENTO Nº 259/05** – do Sr. Paulo Feijó – que “requer a realização de audiência pública para discutir a situação de falha constante e irregularidades nos serviços prestados pela Ampla”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor, naquele momento. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Deputado Marcello Siqueira para assumir a Presidência da Reunião, em razão do que dispõem os arts. 43 e 40 do Regimento Interno da Casa. **5 – REQUERIMENTO Nº 261/05** – do Sr. Nicias Ribeiro – que “requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater a Medida Provisória nº 239/2005 e o Decreto S/N de 18 de fevereiro de 2005”. O Autor do Requerimento avaliou a necessidade de analisar os

efeitos da Medida Provisória nº 239, de vinte e um de fevereiro de 2005, “que autoriza o Poder Público a decretar limitação administrativa provisória ao exercício de atividades causadoras de degradação ambiental em área de criação de unidade de conservação; proibindo a exploração ou corte raso de floresta e vegetação nativa”, o que, no seu entender, indisponibilizaria o uso racional das terras do Pará. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que prestou apoio à iniciativa do Autor, ao argumentar que a matéria não poderia ter sido tratada por medida provisória, face à necessidade de uma análise mais acurada por parte do Congresso Nacional e da sociedade em geral. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Nicias Ribeiro reassumiu a Presidência da Reunião. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 6 – PROJETO DE LEI Nº 3.680/04** – do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a utilização de energia solar na construção de habitações populares.” Relator: Deputado eduardo valverde. parecer: pela rejeição. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Marcello Siqueira, para que procedesse à leitura do Parecer em substituição ao Relator. Em discussão o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Romel Anísio, que afirmou discordar do Parecer por acreditar que, em caso de aprovação da Proposição discutida, obter-se-ia considerável economia de energia para o País. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado, contra os votos dos Deputados Marcello Siqueira e Romel Anísio. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública realizada em 30 de março de 2005

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presi-



dentes; Airton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Robério Nunes, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Francisco Appio, Hélio Esteves, João Almeida, João Magno, Josias Quintal, Jurandir Bóia e Reginaldo Germano – Suplentes. Deixou de comparecer o Deputado Renato Casagrande. O Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e, após cumprimentar os presentes, esclareceu que haviam sido convidados os Senhores João Batista Fernandes Lopes, presidente do Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, e Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para debater sobre possíveis conflitos entre proprietários de terras e concessionários de pesquisa e lavra de jazidas localizadas no Município de Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao Requerimento nº 247/2004, de autoria do Deputado Josias Quintal, aprovado em vinte e cinco de novembro de dois mil e quatro. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Concedida a palavra ao Senhor João Batista Fernandes Lopes, este esclareceu que a situação sócio-econômica da região refletia o nível de pobreza da população local e que, por essa razão, considerava a extração mineral a solução descoberta como forma de se viver honestamente no noroeste daquele Estado. O Senhor João Batista Fernandes Lopes frisou, então, que sua disposição para atuar junto ao Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro prendia-se à constatação da necessidade de se prestar apoio àqueles cidadãos ora envolvidos nessa atividade. O Sindicalista ressaltou, a seguir, que a região possuía mais de duas mil e duzentas propriedades com potencial de extração artesanal, sendo, portanto, a segunda maior produtora do Brasil, com cento e dezessete zonas de extração de gnaisses, rochas ornamentais de revestimento, popularmente chamadas

de granito. O Senhor João Batista Fernandes Lopes observou, ao final, que sua preocupação dizia respeito a especuladores que vinham fazendo registros de pedras sem a justa compensação financeira relativa ao dono da propriedade respectiva, o que ocasionava o empobrecimento dos proprietários de terras da região. Contudo, o expositor afirmou temer que, em caso de regularização da atividade, as empresas de pesquisa e lavra existentes na região não viessem a possuir recursos financeiros suficientes para fazer face aos impostos devidos. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra ao Senhor Walter Lins Arcoverde, que afirmou pretender com sua apresentação esclarecer o trabalho que o DNPM vinha desenvolvendo no processo de legalização das áreas de extração mineral, consoante à política de âmbito nacional para a formalização da atividade de pequenas propriedades em todo o Brasil. O Diretor de Fiscalização do DNPM afirmou que, no Município de Santo Antônio de Pádua, o Departamento objetivava uma ação mais intensa, por ser uma região de grande produção de pedras decorativas, cuja base minerária exigia firme regularização, de forma a se obter maior acesso ao crédito público para tal atividade. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra ao Autor do Requerimento que dera origem à presente Audiência, Deputado Josias Quintal. Asseverou o Deputado que o Código de Mineração em vigor não protegia legitimamente os pequenos proprietários da região Noroeste do Rio de Janeiro e que pretendia apresentar proposição no sentido da devida alteração no referido Código. O Deputado denunciou que, conforme especuladores profissionais registravam áreas de mineração junto ao DNPM, legítimos proprietários perdiam o direito à exploração que vinham fazendo tradicionalmente. O Deputado elogiou a ação do DNPM na região, considerando que o Departamento soube, no seu entender, visualizar o problema social na região, enquanto vinha agindo na legalização de todas as áreas de extração. Contudo, o Deputado asseverou que se fazia necessário defender a extração artesanal, pois entendia que a legislação atual oferecia mais vantagens para quem possuía conhecimento sobre as jazidas do que para o proprietário de terra onde estas estavam localizadas. O Deputado explicou que, como a posse permitida ao dono da terra referia-se apenas ao solo, e não ao subsolo, segundo versa o Texto Constitucional, a empresa que descobrisse a existência de jazidas no subsolo poderia obter, antes do proprietário do terreno, a autorização junto ao DNPM para exploração da área respectiva, razão pela qual o proprietário via-se obrigado a aceitar a exploração e,



por conseqüência, a oferecer, também, condições para que a empresa interessada se instalasse e atuasse em seu terreno. O Deputado ressaltou que, dessa forma, em razão de o proprietário do solo ser beneficiário da exploração apenas na fase de comercialização do produto, pretendia apresentar um projeto que visasse à precedência daquele na concessão da autorização pelo DNPM para a pesquisa e lavra respectivas. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Paulo Feijó, que manifestou apoio ao segmento da mineração do Município de Santo Antônio de Pádua e asseverou que a Comissão de Minas e Energia deveria oferecer proteção àqueles que vivem honestamente dessa atividade. Falaram, ainda, os Deputados Dr. Heleno e Aírton Roveda. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Expositores para fazerem suas últimas considerações, elogiou a iniciativa do Deputado Josias Quintal por haver provocado o presente debate e agradeceu a grande colaboração de todos para a compreensão da importante matéria. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. E, para constar, eu, **Damaci Pires de Miranda**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Minas e Energia.109

Solicito à Secretária que faça a leitura da ata da reunião ordinária deliberativa realizada no último dia 16. (Pausa.)

O Deputado Marcello Siqueira solicita a dispensa da leitura da ata.

Em votação o requerimento de dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico à Comissão que indiquei para exercer o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, nesta Comissão a Sra. Luciana Almeida Mendonça Canelas, em substituição à Sra. Fabíola Sinimbu Lima, para o que solicito a anuência deste colegiado.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a indicação.

Ordem do Dia.

Requerimentos.

Requerimento nº 251, de 2004, de autoria do Deputado Marcus Vicente, do PTB do Espírito Santo, para, nos termos regimentais, realização de proposta de fiscalização e controle para apurar denúncias sobre a formação da empresa CEXT e sua relação com a Companhia Vale do Rio Doce.

**O SR. DEPUTADO ROBÉRIO NUNES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBÉRIO NUNES** – Sr. Presidente, está chegando às mãos de V.Exa. requerimento para retirada de pauta dos Requerimentos nº 251 e nº 258.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Correto, nobre Deputado. Há requerimento para retirada de pauta do Requerimento nº 251, de autoria do Deputado Marcus Vicente, e do Requerimento nº 258, também do Deputado Marcus Vicente.

Esses requerimentos correspondem aos itens 1 e 3 da pauta.

Em votação o requerimento de retirada de pauta do Requerimento nº 251, de 2004, de autoria do Deputado Marcus Vicente

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento de retirada de pauta do Requerimento nº 258, de 2005, também de autoria do Deputado Marcus Vicente

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Estão retirados de pauta, portanto, o Requerimento nº 251, de 2004, e o Requerimento nº 258, de 2005, ambos de ilustre Deputado Marcus Vicente.

Na seqüência, item 2.

Requerimento nº 256, de 2005, de autoria do Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, para audiência pública junto à Comissão de Minas e Energia para discutir a situação de endividamento das seguintes empresas do setor elétrico: CESP, Light e ELETROPAULO.

O Deputado Fernando Ferro não se encontra em plenário. Por conseguinte, seu requerimento fica para ser discutido na próxima reunião plenária.

Requerimento nº 259, de 2005, de autoria do Deputado Paulo Feijó, do PSDB do Rio de Janeiro, para realização de audiência pública para discutir a situação de falha constante e irregularidades no serviço prestado pela AMPLA.

O Deputado Paulo Feijó também não se encontra presente. Por conseguinte, o requerimento ficará sobrestado, para ser discutido e votado na próxima sessão plenária desta Comissão.

Requerimento nº 261, de 2005, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro, para realização de audiência pública conjunta com as Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a Medida Provisória nº 239, de 2005, e o decreto s/n de 18 de fevereiro de 2005.

Neste momento, convido o Deputado Marcello Siqueira para assumir a Presidência desta reunião, em razão dos arts. 40 e 43 do Regimento Interno desta Casa, por ser este Presidente autor da proposição a ser apreciada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcello Siqueira) – Item 5 da pauta.

Requerimento nº 261, de 2005, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro, para realização de audiência pública conjunta com as Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a Medida Provisória nº 239, de 2005, e o decreto s/n de 18 de fevereiro de 2005.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, membros desta Comissão, o requerimento em pauta, em que busco audiência pública para discutir os efeitos da Medida Provisória nº 239, de 2005, deve-se ao fato de essa medida provisória dar ao Presidente da República o poder de decretar intervenção em todas as áreas, principalmente na Amazônia, impedindo o corte raso da floresta e de qualquer vegetal nativo na região.

Em razão dessa medida provisória, baixou-se no dia 18 de fevereiro de 2005 decreto que indisponibiliza todas as terras do oeste do Pará, onde se encontram as áreas tradicionais de garimpo de ouro – lá há garimpos de mais de 100 anos.

Entendo necessária audiência pública para que possamos discutir os efeitos dessa medida provisória, para o que peço o endosso e a aprovação dos ilustres membros da Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcello Siqueira) – Com a palavra o Deputado Gervásio Silva.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** – Sr. Presidente, considero oportuno o requerimento do Presidente desta Comissão, Deputado Nicias Ribeiro.

Entendo essa medida como uma arbitrariedade, que lembra os famosos decretos da ditadura. O tema exige ampla discussão. É preciso reconhecer que ul-

timamente tem havido diálogo entre o Congresso e as autoridades ambientais do Governo, mas o Congresso precisa estar atento, precisa opinar e ser ouvido, porque representa a sociedade brasileira. Portanto, considero oportuna a realização desta audiência pública, para que o assunto seja debatido.

Evidentemente, nada tenho contra a preservação da região. Sabemos que a medida decorre de fatos ocorridos no Pará recentemente, mas entendo que não é o procedimento correto. É preciso haver debate.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MARCELLO SIQUEIRA** – Não mais havendo quem queira discutir o requerimento, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o nobre Deputado Nicias Ribeiro a reassumir a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Proposições sujeitas a apreciação conclusiva pelas Comissões.

Projeto de Lei nº 3.680/04, de autoria do Deputado Carlos Nader, do PL do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a utilização de energia solar na construção de habitações populares. O Relator é o Deputado Eduardo Valverde, do PT de Roraima. O parecer é pela rejeição.

O Deputado Eduardo Valverde não se encontra na reunião. Contudo, como já houve parecer, pela rejeição, peço ao Deputado Marcello Siqueira que, por gentileza, proceda à leitura do parecer do ilustre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO MARCELLO SIQUEIRA** – Voto do Relator.

“Preliminarmente, cumpre louvar o interesse do insigne autor do projeto em promover o uso de uma fonte de energia limpa, bem como o desejo de encontrar alternativa que permita a redução do custo de aquecimento de água em residências.

É forçoso reconhecer, contudo, que o projeto não oferece solução ao problema representado pelo alto custo da instalação solar em relação a outras alternativas de aquecimento de água (chuveiro elétrico e aquecedor a gás liquefeito de petróleo – GLP), que é, sem sombra de dúvida, o maior óbice ao aproveitamento de energia solar em residências populares.

Sem atacar esse problema, a exigência de instalação solar em todas as residências financiadas por Programas de Habitação Federal ensejaria aumento significativo do custo

dessas moradias por conta da aquisição de coletores solares e da instalação de tubulação de água quente, o que dificultaria a eliminação do enorme déficit habitacional em nosso País.

Pelas razões expendidas anteriormente, este Relator vê-se compelido a manifestar-se pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.680, de 2004, e a sugerir a seus nobres pares desta Comissão que o sigam em seu voto”.

Este é o voto do Relator, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Em discussão o parecer.

Com a palavra o Deputado Romel Anizio.

**O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO** – Sr. Presidente, nobres colegas, discordo do parecer do ilustre Deputado Eduardo Valverde por entender que, se pudermos empregar a energia solar nessas unidades habitacionais, ainda que não rigorosamente em todas, mas naquelas em que for possível, faremos uma grande economia de energia.

Conhecemos bem essa área e sabemos o quanto é importante a energia solar e o quanto deve ser aproveitada.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Continua em discussão o parecer do Relator. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Marcello Siqueira e Romel Anizio.

Aprovado o parecer, está rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos na reunião deliberativa.

Agora, vamos dar continuidade aos trabalhos com audiência pública para debater possíveis conflitos entre proprietários de terra e concessionários de pesquisa e lavra de jazidas localizadas no Município de Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, em atendimento ao Requerimento nº 247/04, de autoria do ilustre Deputado Josias Quintal, do PMDB do Rio de Janeiro, aprovado em 25 de novembro de 2004.

Inicialmente, quero cumprimentar todos os presentes, em especial o Sr. João Batista Fernandes Lopes, Presidente do Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, e o Sr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Solicito à Secretaria que conduza até à mesa os expositores, para tomarem assento. *(Pausa.)*

Informo que a lista de inscrição se encontra sobre a mesa e que o Deputado que desejar interpelar o expositor deverá primeiramente dirigir-se à Mesa para se inscrever.

Informo, ainda, que o convidado não poderá ser aparteado no decorrer da sua exposição. Somente após encerradas as exposições, os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado, igual tempo, para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. João Batista Fernandes Lopes, Presidente do Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES LOPES**

– Exmo. Sr. Presidente; Exmos. Srs. e Sras. Deputados; Sr. Diretor de Fiscalização do DNPM, Dr. Walter Lins Arcoverde, queremos, inicialmente, historiar a nossa região para aqueles que não a conhecem.

Estamos por demais preocupados, porque num passado não tão distante a região noroeste do Estado do Rio de Janeiro, da qual o Município de Santo Antônio de Pádua faz parte – são 13 Municípios –, vivia essencialmente da agricultura e da pecuária leiteira. Hoje, infelizmente, aquela região é como o semi-árido do Nordeste, uma das mais pobres do Estado, quicá do Brasil.

Quero informar que não sou sindicalista profissional. Estamos na Presidência atendendo a solicitação dos empresários. Militamos durante algum tempo no setor e hoje estamos participando com 5% de uma empresa apenas para ser o Presidente, mas não somos proprietário dessa empresa.

Com as dificuldades e as estiagens ocorridas na região, pessoas do Município de Pádua que trabalhavam com a pedra apenas para tirar meio-fio e paralelo descobriram nela – pessoas de baixo nível de cultura que trabalhavam na lavoura e precisavam sustentar a família – uma forma de viver decente e honestamente.

O noroeste do Estado é composto por Municípios com uma reforma agrária natural. Nos 13 Municípios, temos 6.038 propriedades de zero a 20 hectares, das quais 1.240 só no Município de Santo Antônio de Pádua. São 2 mil propriedades com cabeças de gado e 2.200 propriedades no total, onde essas pessoas passaram a ter na pedra uma forma de trabalhar. Logicamente, não temos 2.200 pedreiras.

Preocupados com isso, vendo pela imprensa o trabalho desenvolvido e por ser amigo particular do Deputado Josias Quintal, levamos a nossa preocupação relativa a esses proprietários. Pelo fato de serem praticamente analfabetos, eles desconhecem a lei,

assim como eu também não tenho grande conhecimento da lei. Por ser o SINDGNAISSES um sindicato pobre, não tenho condição de assinar o *Diário Oficial* do Estado nem o *Diário Oficial* da União e conhecer todas as leis. Mas me orientei e me aconselhei com o Deputado Josias Quintal, que realiza um brilhante trabalho nesta Casa, e ele procurou me aconselhar até a hora em que achou interessante que eu fosse convidado para participar desta reunião.

Santo Antônio de Pádua é um Município com 660 quilômetros quadrados de área, com 2.200 propriedades minifundiárias. Temos aqui mais alguns dados em relação a Porciúncula, Natividade, Varre-sai, Bom Jesus, Municípios com menos extensão territorial. Essa região é rica em pedra, e estamos preocupados porque estamos vendo lá especuladores fazendo registro de pesquisa de pedras sem cumprir a lei, sem conceder ao proprietário da terra a compensação financeira a que tem direito pelo registro de pesquisa, sem a compensação financeira do uso da terra para estradas, etc.

Nessas pedreiras, às vezes eles esperam os 24 meses da lei, pedem uma prorrogação por 12 meses e, dentro desse período de 36 meses, procuram negociar a pedra com o próprio proprietário da terra, procuram vender a pedra para a mesma pessoa que está ali dentro.

Temos hoje 220, 230 empresas em Pádua. Dentro da legalidade, 162. As demais são ilegais. A pedra gera 6.500 empregos diretos, além dos indiretos. Pádua é o segundo maior produtor de pedras decorativas brutas do Brasil, com 350 mil metros quadrados/mês, vendidas para todo o País e também para o exterior.

Estamos preocupados e conversamos com o coronel porque recebemos no sindicato pessoas que têm uma baixa cultura e dizem: "*Olha, se entrar na minha terra, eu mato, eu atiro, eu faço, eu aconteço*". Então, temos uma preocupação porque é um cidadão que não tem condições de conhecer a lei, de ter acesso a ela, e, se tiver, não tem condições também de ler e interpretar.

Por essa razão estamos aqui. Nesses 3 anos em que estamos na Presidência do Sindicato e desde 1988 na pedra, nunca vimos nenhum proprietário receber pelo direito de pesquisa aquilo que lhe é devido. E os proprietários que são legais ou mesmo aqueles que estão na ilegalidade pagam ao proprietário da terra entre 20% e 30% da produção bruta em laje ou em valores. É um valor muito acima do previsto pela lei, porque o Código de Mineração determina que ele tem de pagar 2% para o CEFEM, que é distribuído entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, e 50% para o proprietário da terra.

E esse cidadão, quando chega à propriedade, simplesmente adentra sem autorização, e, honesta e sinceramente, peço desculpas ao Dr. Walter Arcoverde, eu não conheço em Pádua ninguém que tenha feito registro de pesquisa e a tenha realizado da forma que determina a lei, que tenha visto o tamanho da pedreira, a viabilidade ou inviabilidade. Esse registro de pesquisa que eles fazem, no meu entendimento, é totalmente desnecessário, porque, se forem ao DRM, eles terão condições de saber que produto tem ali.

O noroeste do Estado é uma região que não é pobre, está pobre momentaneamente. Não que tenhamos nada contra quem faz registro de pedra, a partir do momento em que plante uma empresa na região, pague os impostos ao Estado, ao Município, pague ao proprietário da terra o que deve, o que tem que pagar, e não da forma que está acontecendo.

Entendo que é uma violação da propriedade alheia o que está acontecendo. Temos 2 casos interessantes em Pádua: o do Eliomar Chaves e o de José Marques, que tira paralelo há mais de 25 anos. Por um azar, o Eliomar não percebeu que se passaram 4 dias do prazo para ele pedir a renovação da sua licença, e, da noite para o dia, esse cartel já sabe que essa área caiu, já tem um geólogo, já está dentro do DNPM no Rio de Janeiro e chega lá e faz o registro dessa pedra. E nós temos hoje 2 pessoas, o Eliomar e o José Marques, totalmente dentro da ilegalidade, não tiveram como entrar no TAC – Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, que teve início em junho do ano passado, no dia 15 para as pedreiras e no dia 30 para as serrarias. O da pedreira já terminou a primeira parte. Agora, foi encaminhado à 4ª Câmara Técnica de Brasília pelo Procurador da República e já está em fase de estudo, para que eles passem ao proprietário o que ele deverá fazer para que a sua empresa se adapte às leis. Para as serrarias, vai até o final do ano, dia 15 de dezembro, quando também acontecerá a mesma coisa para que haja a assinatura do TAC individual.

Quero até dizer aos senhores que tememos por essas empresas porque acredito que muitas delas não terão condição financeira para atender aos objetivos da lei. Nós ouvimos com clareza do Procurador da República, Dr. Cláudio Chequer, em Itaperuna, que mineração não foi feita para pobre, mas para rico.

Eu entendo que o pobre também deveria ter os seus direitos. Vi muitos dos cidadãos que têm uma propriedade lá até 100 hectares, que são 22 alqueires de terra, na fila da Prefeitura apanhando bolsa de alimento, porque têm uma vaquinha, vendem 600 litros de leite e, no final do mês, recebem 260 reais, 240 reais, depende do valor do litro do leite naquele período, porque tem o período da safra e o da entressafra. Eles não



têm condições de sobreviver ali. Eles não têm condições de plantar nada, justamente pelas estiagens, que são imensas lá na região. Felizmente, nos últimos 3 anos, tivemos uma melhoria em relação às chuvas na região, mas que não foram suficientes para que eles retornassem às suas atividades rurais.

Essas pessoas já estão acostumadas a trabalhar na pedra. Dificilmente sairão de lá. Mesmo tendo a sua pedreira interdita, eles vão procurar trabalhar, porque é o pão da sua família. E mais uma vez volto a afirmar que o noroeste do Estado tem 11.480 minifúndios de até 100 hectares.

Vejam os senhores que essa é a razão pela qual estamos aqui. Estamos preocupados em que amanhã um cidadão desses, um chefe de família, com 60, 70, 80 anos até, possa vir a cometer um crime desnecessário por causa das leis. O Dr. Walter Arcoverde tem muito mais condições que eu para informar se realmente esses proprietários têm direito ou não. Pelo menos, aqui no Código de Mineração que eu tenho, embora não saibamos se há outras leis, porque, como disse, não assinamos o *Diário Oficial* do Estado e da União, por falta de condição financeira do Sindicato. O Dr. Walter poderá nos informar.

Sr. Presidente, era o que tínhamos a dizer. Agradeço ao coronel Josias Quintal pelo trabalho desenvolvido nesta Casa e junto aos empresários da pedra e pela preocupação que demonstra com esses 6.500 empregos apenas em Santo Antônio de Pádua. Lá, empregamos mais do que a indústria automobilística do Estado do Rio de Janeiro. Se outras empresas forem instaladas no noroeste, teremos mais de 15 mil empregos. Vejam os senhores, apenas em Porciúncula, que tem 301,98 quilômetros quadrados, 80 rochas foram registradas por pessoas provenientes do Estado do Espírito Santo. Podemos citar o Sr. Pardal, que não conheço, sei apenas que é de Cachoeiro; a Autogiro, Granitos e Mármore Ltda. Esta última tem um termo de adesão assinado dentro do Sindicato, para entrar no TAC, mas não permitimos que ela se associasse ao Sindicato porque infringiu as leis. O art. 7º do nosso Estatuto e o 540 da CLT não permitem que sejam sócias do Sindicato pessoas que não têm idoneidade moral. São 9 processos na Polícia Federal, 2 deles por falsidade ideológica. Tenho em mãos outro documento que mostra problemas na Secretaria da Receita Federal também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Agradeço as informações e os esclarecimentos prestados pelo Sr. João Batista Fernandes Lopes.

Tem a palavra o Sr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** – Sr. Presidente, quero saber de V.Exa. se devemos fazer as intervenções agora ou se deixamos para depois da fala do Dr. Walter. Como V.Exa. conduzirá os trabalhos? Haverá um tempo agora para fazermos perguntas ao primeiro expositor ou deixamos para fazê-las ao término da fala do Dr. Walter?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Pela norma das Comissões técnicas em exposições dessa natureza, os 2 expositores falam e após a conclusão do segundo haverá as intervenções dos Srs. Deputados.

Tem a palavra Sr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral.

**O SR. WALTER LINS ARCOVERDE** – Inicialmente, agradeço o convite para participar deste debate. Saúdo o Presidente do Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, João Batista Fernandes Lopes, o nosso querido Deputado Nicias Ribeiro, Presidente da Comissão de Minas e Energia, e os demais Deputados presentes.

A nossa vinda a esta Comissão visa informar a esta Casa sobre o trabalho desenvolvido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral em busca da regularização da extração mineral no noroeste do Estado do Rio de Janeiro, especificamente no Município de Santo Antônio de Pádua.

Inicialmente, quero dizer que tem sido uma política do Governo, do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Produção Mineral a busca pela formalização da atividade de extração mineral irregular no País. Temos procurado abordar regiões de distritos mineiros, ou seja, aquelas regiões onde existem pequena produção, atividade da pequena mineração, de tal maneira que transformemos esses distritos mineiros, muitas vezes incipientes, em arranjos produtivos que se desenvolvam através de parcerias com diversas entidades.

Temos atuado na região de Pádua, na de Seropédica, no Grande Rio, na extração de areia; no cinturão verde de São Paulo, também na extração de areia; na região de microprodutores de calcário em Pains, Minas Gerais, perto de Arcos; na de Canelinha, Santa Catarina, na extração de argila para fabricação de telhas e tijolos; na de Ametista do Sul, Rio Grande do Sul, na extração de ametista; e na extração de ametista de Alto Bonito, em Marabá, num garimpo de 4 mil pessoas. Temos procurado levar o estado brasileiro a regiões

em que ele não estava presente, visando à formalização dessa atividade e ao aporte de outras instituições, estaduais e de pesquisa, além do DNPM, objetivando o desenvolvimento da região, da mineração e da pequena mineração.

Para desenvolver essas regiões, é preciso que a base esteja regularizada. O que é a base? O Direito Minerário, ou seja, nenhum pequeno minerador, amanhã, poderá acessar uma linha de crédito, de microcrédito ou de crédito para pequena mineração junto a uma instituição de fomento se não tiver sua própria regularização no Departamento Nacional de Produção Mineral. A base de desenvolvimento de uma região de distrito mineiro é a titularidade da área. Junto, temos a questão da segurança do trabalhador naquela atividade, que temos focado, e a do controle ambiental da atividade.

Fazemos o diagnóstico socioeconômico da área. Cruzamos com o mapa de direitos minerários existentes no País, coordenado pelo Departamento, de maneira que, depois, possamos convocar os agentes econômicos para orientá-los sobre a regularização. Realizamos reuniões com os sindicatos e com os próprios agentes mineradores de maneira a orientar a forma de regularização das atividades.

O caso de Pádua não é um caso isolado. Está dentro de um contexto e de uma ação do Governo que visa à regularização de diversas regiões de pequena mineração informal, irregular, e a fornecer o aporte tecnológico e financeiro para que essas regiões se desenvolvam.

Com essa filosofia, foi implementada a primeira ação na região de Pádua. Inicialmente, cadastramos 117 frentes de lavras de pequenas minas e cruzamos as informações com a legalidade do Direito Minerário. Reunimo-nos com instituições. Foram feitas, Sr. João Batista, diversas reuniões com os produtores locais. Foi realizada uma exposição sobre a legislação. Houve todo um procedimento de orientação para regularização antes de uma ação repressiva sobre a atividade clandestina.

Ao abordar a regularização e a irregularidade na lavra, temos de falar de legislação. Inicialmente, temos de mostrar a V.Exas. que o recurso mineral é um bem da União. O art. 20 da Constituição Federal, como V.Exas. sabem, define como bens da União os recursos minerais, inclusive do subsolo. Ela administra seus recursos minerais através do Departamento Nacional de Recursos Minerais, uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Na legislação mineral, há alguns regimes de exploração. O clássico, a que a maioria das substâncias estão subordinadas, é o Regime de Autorização

e Concessão. É concedido um alvará de pesquisa para quem estiver interessado e, se cumpridas todas as etapas de conhecimento da jazida, é finalmente concedida uma portaria de lavra, para a extração propriamente dita.

Existe uma pedra basilar do Código de Mineração que se chama direito de prioridade. Nesse regime de autorização e concessão, a pessoa recebe um alvará de pesquisa se a área que requereu estiver livre – existem as áreas já oneradas e as áreas livres. Esse alvará é por tempo determinado, até 3 anos, podendo ser renovado por igual período.

Esse regime pega a maior parte das atividades. Hoje no Brasil há cerca de 15 mil requerimentos de pesquisa. O DNPM tem outorgado cerca de 12 mil alvarás de pesquisa por ano. Esse funil gera, no final, cerca de 350 minas que o DNPM tem outorgado por ano, são portarias de lavra.

Existe outro regime, mais célere, voltado para materiais de construção, que é o regime de licenciamento. Nesse regime, além de ser necessário que a área esteja livre, não esteja requerida, é necessário que o proprietário do solo e o Prefeito autorizem. Então, existe um regime em que o proprietário do solo é ouvido para dar a sua anuência à atividade de extração mineral, que é o regime de licenciamento para extração de areia, argila, saibro, brita, calcário corretivo de solo e basalto. Para essas substâncias, esse regime se aplica e tem que ter a licença da Prefeitura para a atividade, a anuência do proprietário do solo, se ele não for o próprio proprietário, e tem que ter o registro no Departamento Nacional de Produção Mineral.

Quando chegamos a Pádua, em 2003, dessas 117 frentes de lavra, a maior parte não estava regularizada. Havia, se não me engano, apenas uma atividade regularizada.

Gostaria de fazer uma apresentação sobre a atuação específica em Pádua.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Metodologia adotada na região. Primeiramente, foi feito um levantamento quantitativo das ocorrências, um diagnóstico da legalidade das áreas, um diagnóstico dos impactos ambientais, uma orientação para a legislação da legalização com reuniões com os agentes produtivos e campanhas periódicas de fiscalização. Foram também dados prazos para procedimentos.

Depois de todo esse levantamento, junto com o Ministério Público Federal local, foi feito um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, citado pelo Sr. João Batista. O TAC visou permitir a continuidade de atividade enquanto se dá o procedimento de regularização no Departamento. A maior parte dos agentes assinaram

esse Termo de Ajuste de Conduta – TAC e continuaram atuando enquanto buscavam a regularização.

Houve também um apoio do SEBRAE e da FIRJAN na elaboração de um estudo de impacto ambiental na área e também na orientação para a regularização das atividades desses pequenos produtores. De certa forma, houve um trabalho bastante harmônico, mas houve conflitos. Nesse caso específico citado pelo Sr. João Batista, tivemos problemas: um senhor requereu áreas no regime de autorização para pesquisa e não promoveu cessões de direito para esses pequenos produtores, que foi o que nós, do Departamento, orientamos.

Temos atuado, por exemplo, em Coromandel, Minas Gerais, no sentido de cooperativas de produtores obterem janelas, cessões parciais de títulos maiores existentes no regime de alvará ou no regime de concessão de lavra. Temos tido sucesso na região de Coromandel e de Juína, no Mato Grosso, em regiões de produção de diamantes. Especificamente esse senhor a que me referi criou problemas para a regularização dessa atividade, mas do ponto de vista da legalidade, ele estava coberto.

Na nossa ação fiscalizatória, paralisamos esse senhor, porque ele estava numa situação como se só estivesse pesquisando, mas iniciou a atividade. A nossa ação paralisou e lacrou todas as atividades dele. Fizemos uma atuação completamente impessoal, dentro da legalidade e dentro da técnica. Foram dados prazo de meses e até anos para um procedimento de regularização. Vou mostrar aqui algumas fotos da região em que mostramos o resultado disso.

O Deputado Nicias Ribeiro perguntou-me o que seria o gnaise da região. Estamos tratando de um material para pedra de revestimento. São granitos em bloco que Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia produzem muito; o Rio também já produziu muito, hoje caiu a sua atividade. São blocos grandes para desdobramento em chapas e depois em ladrilhos para revestimentos. Aqui na Câmara dos Deputados e no Senado temos muitos revestimentos de granito e mármore.

Essa é uma atividade que chamamos de rochas ornamentais, em que o Brasil cresceu demais nos últimos anos, é um país pujante, um dos maiores produtores de granito do mundo. É uma indústria mais automatizada e mais desenvolvida do ponto de vista da indústria extrativa da mineração.

Temos também diversas regiões de produção de pedras de revestimento rústicas. Podemos citar o exemplo de Pirenópolis, aqui perto, de quartzito; São Tomé das Letras, Minas Gerais, de quartzito; a região de Paraopeba, em Minas Gerais, de ardósia; a região

de Trombudo Central, em Santa Catarina, também de ardósias.

A pedra de Pádua destaca-se dentro desse contexto como uma pedra de revestimento, um gnaise de beneficiamento rústico. Algumas são serradas, mas sem beneficiamento de face, diferentemente dessa outra indústria que temos no Espírito Santo, mais forte, onde temos as feiras que exportam com valor agregado. Pádua hoje também já exporta. É uma pedra com boa aceitação no mercado nacional e internacional, está-se desenvolvendo e queremos apoiar esse desenvolvimento. Há projetos do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM no que diz respeito a aproveitamento de rejeitos de serrarias, porque lá também há muitas serrarias.

Então, estamos falando sobre este produto: uma pedra de revestimento com beneficiamento rústico simplificado, a maior parte das vezes com extração manual, mas com algumas frentes de lavras, já com fio adiamantado, com equipamentos, com marteletes.

Aqui são algumas fotos da região. Há problemas sérios de segurança operacional.

Abaixo da foto, são as placas maiores, que depois são recortadas nas serrarias em tamanhos menores para revestimento de fachadas, pisos e calçadas.

Esta foi a realidade encontrada quando se chegou à região. Já havia 23 registros de licença, 25 requerimentos de pesquisa mineral, 36 alvarás de pesquisa, 2 requerimentos de lavra, apenas 1 portaria, como citei, 3 áreas em disponibilidade e 27 áreas sem nenhum registro.

Aqui cito a realização do Termo de Ajustamento de Conduta.

Todas as áreas foram vistoriadas. Hoje chegamos ao seguinte quadro de regularização: 24% das áreas não conseguiram a legalização, 17% foram legalizadas e 59% estão em processo de regularização, ou seja, seus processos estão tramitando junto ao DNPM, visando ao título definitivo de lavra. Cerca de 76% vão caminhar para a regularização das áreas. É um índice bastante alvissareiro. Gostaríamos que fossem 100%, essa é a nossa linha.

Enfrentamos o problema desse titular que lançou mão do regime de autorização e concessão para obter o alvará de pesquisa e que realmente gerou problemas. O DNPM tem atuado na fiscalização de maneira que ele tenha que apresentar os seus relatórios de pesquisa, porque no momento da apresentação do relatório de pesquisa ele tem de reduzir essa área. Então, ao reduzir essa área, o resto da área fica livre para a regularização desses produtores, já que não foi possível a regularização, tendo em vista ele ter bloqueado as áreas e não ter feito acordos para cessão de direitos.



Outro caminho que o chefe do DNPM do Rio de Janeiro, Dr. Walter Hildebrand, até orientou o sindicato foi o de que, como a legislação mineral não deu a cobertura para a regularização, se entre na Justiça Comum; quanto a essas atividades que comprovadamente estão sendo realizadas há alguns anos, que se entre na Justiça Comum e se solicite uma decisão judicial. Esse também é um caminho.

Era isso que gostaríamos de apresentar aos senhores inicialmente.

Aqui é um quadro mostrando os números, ou seja, estamos em um processo bastante alvissareiro de regularização da atividade. Todos ali passaram a ter títulos, uns em regime de licenciamento, em que a licença do Prefeito tem de ser renovada, outros com portaria de lavra definitiva do DNPM. E todos eles têm de ter também o licenciamento ambiental junto ao órgão estadual, no caso, a FEEMA.

Nessas 28 áreas, infelizmente, não se conseguiu o acordo com esse titular de alvará de pesquisa.

No cumprimento do termo de ajustamento de conduta, foi necessária a ação fiscalizatória. Não se consegue o avanço de certas situações sem a ação do Estado. Foi necessária, após os prazos dados no termo de ajustamento de conduta, a ação de campo, em que tivemos de lacrar áreas, a contragosto, mas é função do Estado manter a legalidade da área.

Esperamos que o sindicato faça o coro da regularização da atividade do minerador, que acha isso bom, porque se regularizando praticamente 80% da atividade, se está fortalecendo a atividade de mineração. E os conflitos eventuais com o proprietário de terra têm de ser resolvido entre as partes, por meio de acordo.

Normalmente, toda atividade mineral no País é assim: o minerador, o investidor corre o risco de fazer a pesquisa mineral de diversas outras substâncias, uma realidade da região. Ele entra em acordo com os proprietários de terra, tanto na fase da pesquisa, para ingresso na área, quanto na fase de lavra, quando ele tem direito a um percentual nos resultados da lavra, por lei, como o senhor mesmo disse, e por acordo; além das indenizações em áreas de servidão que a mineração venha eventualmente a ter de ocupar naquela propriedade.

Então, existem regras de proteção da terra quando da atividade mineral.

Vejo o conflito maior entre o regime de autorização e o próprio minerador, o pequeno minerador, mais do que o proprietário de terra com a atividade que está ali. Tanto é que houve toda essa regularização.

Aqui são algumas fotos das ações que tivemos que fazer, os lacres de algumas atividades.

Seria isso o que gostaríamos de apresentar inicialmente. Estamos abertos a responder perguntas.

No fundo, acho que tivemos uma ação que caminha para regularizar uma atividade que inicialmente estava a descoberto na legislação. Com isso, conseguimos aportar outras instituições fomentadoras para a região. Gostaríamos muito que os Governos Estaduais nos ajudassem, no âmbito do Governo Federal, nas atividades de extensão mineral. Esse é um trabalho de conscientização que vimos travando. Assim como existem órgãos estaduais de extensão agrícola, é preciso criar, nessas regiões de pequena mineração, instituições no âmbito dos Governos Estaduais, porque o Governo Federal está muito distante dessas localidades, de maneira que se faça um trabalho de extensão, de orientação, de desenvolvimento, de fomento dessas regiões.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Agradeço os esclarecimentos ao Dr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Passo a palavra ao Sr. João Batista Fernandes Lopes, que a solicitou para fazer um esclarecimento adicional.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES LOPES**

– Quero apenas explicar o que o Dr. Arcoverde disse em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Ele foi claro e correto na sua fala. Apenas volto a informar que o TAC das pedreiras ainda não terminou, só chegará à parte final no dia 15 de dezembro, quando, então, acontecerá o TAC individual. O TAC individual nos causa preocupação, porque sabemos que acarretará elevado custo para determinados empresários, principalmente os que desconhecem a lei, pois houve grande degradação, como ele bem disse. Então, isso nos preocupa. O Governo Federal, o Governo Estadual e o próprio Município... No caso do TAC, por exemplo, conseguimos quase 1 milhão de reais com o SEBRAE-TEC, a FIRJAN, a Confederação Nacional das Indústrias e a Prefeitura Municipal. Conseguimos chegar a esse TAC, mas ele ainda não terminou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Muito obrigado.

Encerradas as exposições, passo a palavra ao autor do requerimento de realização desta audiência pública, Deputado Josias Quintal, do PMDB do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente parabeno os Srs. Walter Arcoverde e João Batista Fernandes pela maneira clara com que fizeram suas explicações.



Quero dar um testemunho pessoal e vivo dessa questão. Sou oriundo dessa região. Lá nasci e fui criado. Estudei no antigo e tradicional Colégio de Pádua. Os pais de muitos colegas de escola eram pequenos proprietários. Essa é uma região de minifúndios. A reforma agrária já aconteceu há muito tempo na região. Conheci jovens em regime de internato cujos pais custeavam seus estudos com a pequena propriedade. Assisti a isso durante toda a minha infância e juventude. Depois, com o tempo, com as mudanças na economia, o crescimento do País, essa coisa toda, fui percebendo que acontecia grande injustiça com essas pessoas. Elas foram empobrecendo. O preço do leite e do arroz foi-se aviltando e os pequenos proprietários foram transformando-se em pés-de-chinelo. Não uso este termo de forma pejorativa, mas para caracterizar o estado de empobrecimento a que foram submetidos por conta do modelo econômico adotado neste País ao longo dos anos.

Vi a mudança na região da atividade do café, lá atrás, para cana-de-açúcar; posteriormente, para plantação de arroz e agropecuária; depois, para plantação de tomates e hortaliças, com seus agrotóxicos; em seguida, veio a descoberta das pedras de revestimento. A região tem muitas dessas pedras. Vi as famílias migrando para esse campo. Essa passou a ser a grande alternativa econômica e de trabalho da população. As pessoas trabalhavam a vida inteira na roça e na velhice acabavam pedindo esmolas na cidade. Então, apesar de exigirem grande e violento trabalho artesanal e não terem grande valor, a exploração dessas pedras foi a alternativa que se criou. Hoje o Município de Pádua e outros da região dependem absolutamente disso.

Ao mesmo tempo, pude observar a apreensão das pessoas. Há desinformação, total falta de recursos, ignorância completa e uma legislação antiga, que pode ser eficiente para o Brasil, mas no tocante ao que acontece na região, precisa ser revista em alguns pontos. Essa legislação, o Código de Mineração – consulte alguns consultores entendidos, eles acham isso perfeito –, não protege devidamente esses pequenos proprietários.

O sujeito tem lá uma pequena propriedade, uma pedrinha, vem alguém de fora, um especulador profissional, com antecedente criminal, vai ao DNPM e registra aquilo, faz a lavra, faz ou não a pesquisa, mas de modo algum o pequeno proprietário é ressarcido no direito que o próprio Código estabelece, e ninguém cobra, ninguém fiscaliza.

Então, o propósito deste encontro é trazer a questão para a Comissão de Minas e Energia, foro adequado para esta discussão, para conhecermos a posição do DNPM. Aliás, os senhores têm sido bastante compla-

centes e responsáveis. Pelo poder que detêm, pelo rigor que a lei impõe, os senhores poderiam ter fechado tudo aquilo, mas os senhores têm também – e isso é importante – a visão social de que o Estado não pode ser complicador social. Há uma atividade econômica e uma questão social grave na região. É preciso que o Estado entre também com a mão amiga. Não podemos atuar como nossos antepassados portugueses no tempo dos quintos, explorando o País, cobrando impostos e não trazendo tecnologia. Os ingleses fizeram diferente na África do Sul: exploraram as jazidas de ouro e diamantes, mas levaram tecnologias, ou seja, enriqueceram por conta daquilo, mas também deixaram o país em boa situação. Infelizmente, aqui no Brasil, o Estado entra para cobrar o cumprimento da legislação e não apóia absolutamente nada.

O Presidente do Sindicato falou de uma verba de 1 milhão de reais, destinada à Pedreira Escola, que ainda não saiu. Destinei da minha emenda pessoal 300 mil reais para ajudar a fazer essa escolinha, a fim de que aqueles profissionais fiquem precavidos quanto às mutilações que sofrem com frequência e tenham uma visão melhor da comercialização do produto, mas, na verdade nua e crua, o abandono é completo. O Governo do Estado não investe absolutamente nada. É uma região pobre. Há enorme desequilíbrio entre o norte, o noroeste e o sul do Estado. Não há nenhum investimento na região. Assim, vamos caminhando na direção do conflito.

Este País já tem problemas sérios. Já existem os sem-terra, que se organizaram, dispõem de financiamento, impõem suas condições, são ouvidos e contam com assistência e têm recursos, tirados do Estado, da União, de algum modo, para alocá-los nas terras. Mas esse pessoal da pedra, essas populações que crescem cada vez mais, não conta com qualquer tipo de assistência. Não existe um órgão técnico, seja da União ou do Estado, capaz de assistir aquelas pessoas. Não existe nenhum organismo capaz de orientar essa turma a respeito de como exportar a pedra, de como criar um organismo que os aglutine e facilite a comercialização, de como levar máquinas, de como financiar máquinas a custo compatível com a condição de cada um.

O sindicalista João Batista é um batalhador. Ele está aqui bem apresentado, de terno, mas Deus sabe da sua dificuldade para chegar até aqui, como foi bancado para se deslocar e para se hospedar. Ele não tem recursos próprios, que dirá recursos para dar o suporte, a atenção que aquele pessoal precisa.

Dr. Walter, pretendo apresentar um projeto de lei que altera o Código de Mineração, para que, pelo menos, o pequeno latifúndio, o pequeno proprietário seja

notificado de que há uma jazida em sua propriedade, que fulano de tal quer registrar e se ele tem interesse nesse registro. Isso é o mínimo que o Estado tem de fazer, porém, o Código não prevê isso. A visão do Código é maior, mas o pequeno proprietário está prejudicado. É aí que proliferam os especuladores.

Tenho um exemplo claro disso. Tenho aqui um auto de um cidadão que melhorou um pouquinho de vida e conseguiu comprar uma máquina. Estava dentro do TAC, mas em um certo momento a Polícia Federal e o DNPM lacraram sua máquina. Da noite para o dia, ele se viu perdido. Está lá seu material lacrado. Isso ocorreu por conta de uma denúncia de um especulador, de uma empresa do Espírito Santo que também registrou essa região, mas não a explora, não faz lavra, não faz pesquisa, não faz absolutamente nada.

Reitero que não preciso rasgar seda, mas também não tenho de me dobrar. Estou bem impressionado com o senhor, Dr. Walter. O DNPM precisa, por meio de um mecanismo interno, de uma portaria interna, se a lei é falha nesse sentido, cientificar a esses proprietários da ocorrência de pedra. O órgão também precisa ver a ficha desses especuladores. Por conta de uma legislação que pode ser falha, não podemos garantir a atuação desses grupos marginais que exploram aqueles que nada têm, aqueles desvalidos.

Sr. Presidente, esta audiência, no mínimo, serve para noticiar que esse problema existe e para tentar criar nos Deputados a consciência de que precisamos mudar alguma coisa.

Reconheço a boa vontade do DNPM, do Dr. Walter, que tem um poder enorme nas mãos, mas é necessário saber utilizá-lo no sentido de acharmos um caminho.

Precisamos envolver outros organismos da União ou do Estado que têm recursos para apoiarem esse povo, que quer e precisa de trabalho. Famílias inteiras – homens, mulheres, rapazes, moças e crianças – trabalham na pedreira. Constróem um barraquinho no fundo do quintal ou na beira da pedreira e exploram a pedra com marreta, com punção – às vezes, perdem o dedo ou a mão –, a fim de ganhar o sustento do dia-a-dia, criando até mesmo outra situação, que não foi abordada: a concorrência desigual. As empresas mais constituídas, em certo momento, se vêem ameaçadas por essas famílias, que vendem a pedra a qualquer preço. É mais um fator complicador.

Na verdade, precisamos de uma ação governamental, de um envolvimento de outros órgãos da União e do Estado, que não têm feito absolutamente nada na região, a fim de acharmos um caminho, diminuirmos o sofrimento e criarmos uma perspectiva melhor para

aquela população que quer trabalho, que dá o melhor de si; dá o suor e também a sua carne.

Sr. Presidente, essa é minha observação.

Agradeço à Comissão por ter aceito o meu requerimento e por ter trazido aqui o Sr. João para discutirmos essa questão.

Dr. Walter, muito obrigado pela paciência, pela compreensão e pela visão social que deve ter um homem público, a de que o Estado não deve ser um complicador. No mais, esperamos que o Brasil de hoje, o Brasil do Lula não aja como o do Império, do tempo de Tiradentes, em que havia apenas a preocupação de explorar, de tirar da terra em favor da Colônia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputado Josias Quintal, a sensibilidade de V.Exa. fez com que esta Comissão realizasse esta audiência pública e conhecesse um pouco mais a questão das pedras no seu Estado. Por sermos uma Federação, a legislação é única para o País, e seguramente temos problema nesse nível em todo o País. Graças a Deus, como temos um Congresso Nacional e como as leis são mutáveis, poderemos por meio desta Comissão e com a sensibilidade V.Exa., com apoio dos consultores técnicos da Casa ligados a esta Comissão que estão presentes a esta sessão, encontrar os caminhos para resolver esses problemas que ocorrem em seu rincão, o poderoso Estado do Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Paulo Feijó, do PSDB do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ** – Sr. Presidente, parabeno o Deputado Josias Quintal pelo requerimento de realização desta audiência pública. O Deputado Josias Quintal, como conhecedor profundo dos problemas daquela região, filho de Santo Antônio de Pádua, sabe muito bem que essa talvez seja a principal atividade econômica daquele Município, uma atividade que repercute não só em Santo Antônio de Pádua, mas também em todo o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. S.Exa. vive no dia-a-dia as dificuldades do setor. Em boa hora aquele Município elegeu um Deputado para representar não só o Estado, mas principalmente o Município e aquela região.

Quanto ao DNPM, por meio da explanação do Dr. Walter, sentimos boas intenções e conhecimento dessa questão. Mas sabemos também que hoje os órgãos do Governo, na sua maioria, estão desestruturados. Sabemos que no DNPM falta pessoal, falta fiscal, falta estrutura de apoio, e isso dificulta muito para a resolução dessas questões de uma maneira melhor. Pedimos uma compreensão nesse sentido, porque sabemos que esses especuladores se estru-

turaram e têm facilidade de infiltração nesses órgãos do Governo, e nos preocupamos com isso.

Hoje, por meio dessa bandeira levantada pelo Deputado Josias Quintal, com certeza muitos outros Deputados do Rio de Janeiro e da própria Comissão de Minas e Energia somaremos forças ao requerimento do Deputado, para que possamos oferecer mais proteção, melhores condições de trabalho àqueles que vivem dessa atividade no Município de Santo Antônio de Pádua. Para isso contaremos com o apoio do DNPM no sentido de que olhemos de uma maneira mais amiga esse setor que passa por dificuldades enormes.

Não ficamos satisfeitos de ver os especuladores de outros Estados se apoderarem de algumas brechas da lei para prejudicar todo um segmento que, ao longo de toda uma vida, se tem dedicado a sobreviver com dignidade.

Sr. Presidente, além de parabenizar o Deputado Josias Quintal, hipoteco também todo o meu apoio a esse segmento importantíssimo da economia do noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Vamo-nos aproximar do DNPM para que possamos oferecer a esse órgão importante e competente do Governo Federal mais apoio para que as suas atividades se desenvolvam com melhor produtividade, sempre procurando fazer justiça àqueles homens de bem que realmente, ao longo de toda uma vida, se têm dedicado ao engrandecimento do nosso País.

Parabenizo o Deputado Josias Quintal. Quero somar-me a sua luta, que é das mais justas e das mais procedentes em relação ao noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Parabenizo também o Dr. João Batista, incansável ao longo de muitos anos e que hoje consegue aglutinar pessoas de bem daquela região. Devemos juntar nossas forças a fim de que Santo Antônio de Pádua e o noroeste do Estado do Rio de Janeiro possam cada vez mais gerar empregos e oferecer uma melhor qualidade de vida àquela gente boa que lá vive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Dr. Heleno, do PMDB do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Muito obrigado. Sr. Presidente, pelo entusiasmo apresentado aqui pelo colega Josias Quintal por sua cidade, Santo Antônio de Pádua, S.Exa. deveria mudar o nome; não se chamar Josias Quintal, mas Josias Mineiro, porque S.Exa. demonstrou amor e sentimento. É muito gostoso quando vivemos numa terra, amamos seu chão e sabemos de fato a sua história. O quadro da história está quando começamos a nos reportar a como vivia aquele povo. Não eram índios, mas moradores, eles se fixavam na terra.

Estive recentemente em 4 Estados do Brasil vendo a plantação de fumo. Eu era contra o fumo, mas não sou contra a indústria de fumo. Vi 174 mil produtores plantando fumo em pequenas áreas. O fumo tinha um valor de venda 7 vezes maior do que o arroz e o feijão, mas mesmo assim, no interregno, eles plantavam esses produtos. E tinham sua casinha, seu animal, sua moto e seu carro, e seus filhos estavam na faculdade.

Aí eu vi um Brasil que deveria ser visto pelo colegas aqui da Câmara, como estou vendo Pádua agora entrando no cenário da Comissão de Minas e Energia. Isso já vai para o nosso currículo em defesa dessas pessoas, como o seu Eliomar, que mexeu como o meu sentimento ao dizer que fechou a casa, a bodega, sua sobrevivência. O sentimento bate mais forte quando fazemos comparações conosco, pois estamos tomando cafezinho numa xícara, mas lá se toma numa panela, num pedaço de garrafa ou em qualquer outra coisa.

Parabenizo todas as autoridades na pessoa do Dr. João Batista Fernandes, Presidente do Sindicato de Extração de Gnaisses, e do Dr. Walter Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

O que vemos de fora – e quem vê de fora vê melhor – é que tem de existir espírito de doação, porque se formos diretamente pela lei teremos grade em tudo quanto é lugar, sem condições de respirar e sobreviver. Graças a Deus ali não se criou um Vietnã, mas houve princípio disso com os invasores. E há ali até estrangeiros usando máscara de brasileiros para tirarem proveito da situação. Estamos aqui para fiscalizar e ajudar o Departamento.

Peço ao Dr. Walter que olhe sempre o homem e a atividade humana não apenas na frieza da lei, que tem apenas condutas; vivência é diferente. Olhe como o Deputado Josias Quintal, com aquele sentimento bairrista, procurando justiça e possibilitando a todos o direito de sobrevivência e cidadania.

Sei que houve muitos insultos à autoridade e não à obediência da lei, da legalização do feito, da propriedade ou mesmo da exploração. Já imaginaram se chegássemos, já que existe o domínio da autoridade, ao jardim de infância pedindo à criança que já falasse inglês, francês e alemão, porque constava do currículo? Seria muito difícil. É preciso ensinar paulatinamente, porque não são índios, são pessoas, e a sobrevivência deles e da família está naquela exploração, que é mal feita.

Até disse ao Deputado Paulo Feijó que ajudássemos o Deputado Josias Quintal com qualquer coisa no orçamento para essa Pedreira-Escola, porque esse é o início do comportamento de todos eles: o filho ensina ao pai e o pai aprende com o filho.

Deputado Josias Quintal, esse assunto demorou para chegar até nós, mas chegou a tempo de ter de todos os colegas, não só os Deputados da Comissão, essa ajuda em benefício de sua região, porque V.Exa. é responsável pelo local, como sou responsável por Duque de Caxias, como falo sempre. Pode contar conosco.

Com essa beleza de exploração, aprendemos cada vez mais. Lembro meus 18 anos, hoje estou com 65 anos (Já imaginou quantos tempos idos!), quando comecei namorar aquelas meninas bonitas, majestosas, da sua terra, Santo Antônio de Pádua, de pernas grossas, naquele rio de Paraoquena, cheio de pedras. V.Exa. ressuscitou minha vida em poucos momentos.

Peço ao Presidente que dê toda a atenção possível a este ato, porque tenho certeza de que se começarmos a cuidar daquela terra, em breve o pequeno minerador estará pronto para enfrentar qualquer italiano, que mantém a forma milenar de exploração, e a nossa é apenas secular. O que precisamos é apenas de tempo para aprender.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Com a palavra o Deputado Airtton Roveda, do PTB.

**O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA** – Presidente, também sou minerador e entendo muito bem a situação em que o Deputado Josias Quintal se encontra. Nessas horas, os pequenos querem, é claro, que alguém os proteja. O Deputado Josias Quintal está fazendo um grande trabalho no sentido dessa proteção.

Dirigindo-me ao nosso amigo Walter Arcoverde, vai diminuir essa área para quanto? Quem requereu a área desse tamanho, não sei quantos hectares...

**O SR. WALTER LINS ARCOVERDE** – Cinqüenta hectares.

**O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA** – Requereu 50 hectares?

**O SR. WALTER LINS ARCOVERDE** – Requereu mil e tem que reduzir para 50 hectares.

**O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA** – Tem de ser reduzido a 50 hectares. Com isso, os pequenos também poderão ficar com suas áreas protegidas pela lei. De vez em quando, o pequeno – dirijo-me agora ao nosso amigo João Batista –abusa; derruba e faz de tudo, e a autoridade fica numa situação difícil. Sei disso porque já vi. O maior é visado por todos os ângulos, por ONGs etc., mas o pequeno, não. Por isso, às vezes ele abusa da situação.

Tem de haver cooperativas, associações e sindicatos para proteger o pequeno. Em Curitiba foi feita a Associação dos Areeiros, que estão agora protegidos, também mostrando que eles têm de fazer o requeri-

mento da sua área e viver em paz com sua situação perante a lei e o Departamento de Minas e Energia.

O trabalho é interessante – está presente o João Batista – e problemas maiores devem ser levados à Justiça Comum, que olha a lei da maneira que deve ser vista, observando quantos anos o minerador está extraindo pedra nessa área. Isso é muito interessante porque a Justiça Comum vai dar a palavra final nessa situação.

Parabéns, Deputado Josias Quintal, que está vendo uma maneira de proteger os pequenos, mas os pequenos devem se legalizar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Encerrados os debates, os expositores poderão fazer suas considerações finais.

Com a palavra o Dr. João Batista Fernandes Lopes.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES LOPES**

– Quero apenas agradecer à Comissão de Minas e Energia por nos ter dado a oportunidade de estarmos aqui neste dia, preocupados que estamos com o nosso Município. Agradecemos aos Srs. Deputados, que demonstraram claramente seu apoio a nossa região.

Informo-lhes que temos o grupo Pedra Pádua Brasil, composto por 22 empresas,. Nós estamos tentando elevá-lo a 40, e os demais mineradores vamos colocá-los numa cooperativa para que possamos fortalecer esses empresários.

É necessário também que tenhamos os créditos necessários nos órgãos bancários para mudar a nossa tecnologia. A Ministra Dilma Rousseff esteve no Espírito Santo, fato que saiu na página de *O Globo* e ocupou 3 páginas da *Revista Rochas* – setor de rochas ornamentais – em que S.Exa. disse que até o ano X alocaria 15 milhões de dólares para aquele Estado, mas que de imediato seria seriam 300 milhões de reais.

Quando assumimos a Presidência, tivemos 82 mil dólares de exportação, em 2002; em 2003, quase 500 mil dólares e esperávamos chegar em 2004 a 1,5 milhão, mas infelizmente a estrutura do País impediu que isso acontecesse, apenas uma indústria de Pádua deixou de exportar 400 mil dólares. Não temos contêineres, que logicamente são para os produtos de maior valor agregado, e deixamos de colocar essa pedra no exterior.

Agora recebemos os japoneses e a nossa pedra é vendida no Japão: a lajinha de 11,5 por 23, a mais barata, é vendida por 76 dólares o metro. Então, vejam bem a importância disso.

Agradeço a oportunidade e estarei sempre à disposição dos senhores em Santo Antônio de Pádua. Volto a dizer que não sou sindicalista profissional, es-



tou no cargo por um período que se encerra dentro dos próximos 3 anos e não pretendo ficar mais, mas me vi na obrigação de ser o Presidente, porque tenho 3 filhos: 2 médicos e 1 dentista, que consegui educar na profissão por vontade própria, mas também pelo que ganhei na pedra.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Com a palavra o Sr. Walter Lins Arcoverde.

**O SR. WALTER LINS ARCOVERDE** – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer alguns pontos levantados pelos ilustres Deputados.

Sobre a questão dos especuladores, ressalto que o atual Governo tem trabalhado contra a especulação no setor mineral. Em dezembro de 2003, a Ministra Dilma baixou uma portaria para que pudéssemos cancelar os alvarás – inúmeros recursos que o arcabouço legal ainda dava a esses especuladores – pelo não pagamento da taxa por hectare. Existe uma taxa que todo detentor de alvará de pesquisa tem que pagar – 1,5 reais por hectare/ano. A Ministra Dilma e o Diretor-Geral do DNPM, Dr. Miguel Nery, atualizaram esses valores. Houve uma correção desses valores e isso já é um filtro maior para que haja menos requerimentos e que estes sejam efetivamente para aquela região onde efetivamente se faça pesquisa, e não somente a especulação.

Em Minas Gerais, havia problemas sérios com uma empresa que detinha muitos alvarás, mas não fazia pesquisa. Ela estava quase se transformando num DNPM paralelo. Com essa portaria, atacamos o problema, cancelamos inúmeros alvarás e estamos escrevendo em dívida ativa as empresas que não pagaram as taxas por hectare. A Procuradoria Jurídica do DNPM obteve uma importante vitória em primeira instância na Justiça Federal de Minas Gerais, quando a empresa recorreu ao Poder Judiciário para manter os seus alvarás. Foram ações contra a especulação de áreas na pesquisa mineral no País. Isso é fato já acontecido sob a liderança da Ministra Dilma.

No sul de Santa Catarina, também procedemos ao desmembramento de uma área de 26 mil hectares que estava caduca, paralisada, sem gerar nenhuma riqueza. Desmembramos em 450 áreas para material de construção, em 4 áreas para lavra de carvão e em 11 áreas para pesquisa de carvão. Há duas semanas foi outorgada a primeira portaria de lavra desse processo de desmembramento. Esses são alguns exemplos de combate à especulação.

No que diz respeito à estrutura do órgão, temos de concordar com o Deputado Paulo Feijó. Nossa instituição há mais de 30 anos não realiza concurso público e há mais de 20 não contrata. Essa situação

foi modificada no ano passado quando o Ministério de Minas e Energia propôs e o Ministério do Planejamento aquiesceu com a elaboração de plano de cargos e salários para o Departamento Nacional de Produção Mineral. Com o apoio desta Comissão, a quem agradecemos, aprovamos no ano passado o projeto.

Nesta semana, está sendo ultimado um ofício da Ministra Dilma dirigido ao Ministério do Planejamento solicitando 362 vagas novas para o Departamento, que serão preenchidas por meio de concurso até o final deste ano. Enquanto não há a reestruturação da autarquia, temos lançado mão de convênios e parcerias.

Quanto ao DNPM do Rio de Janeiro, o órgão tem tido uma ação bastante mais eficiente desde 2003. Como esse era um distrito bastante debilitado do ponto de vista de pessoal, Brasília chamou para si a responsabilidade de reestruturar o órgão por meio de parcerias e de convênios com fundações e universidades. Com isso, o Rio de Janeiro saltou dos piores para os melhores em termos de resultados de acordo com um *ranking* que fazemos das 25 unidades da Federação. Ele hoje está entre os distritos com melhor desempenho do Departamento.

Com a célere aprovação do plano de carreira pela Câmara e pelo Senado e a posterior sanção do Presidente, estamos numa nova etapa que esperamos alvissareira.

Quanto à mudança da legislação, Deputado Josias Quintal, V.Exa. poderia mandar um ofício ao Diretor-Geral do DNPM levantando essa problemática. Quando começamos a atuar na região, tentamos, por meio de uma portaria interna, evitar essa especulação, mas não conseguimos dentro do arcabouço legal. Atuamos, entretanto, no que tange à fiscalização, paralisando atividades como a desse senhor que mencionei.

Estamos modernizando o processo de outorga. Com o auxílio da consultoria da Fundação da USP, vencedora da licitação, pretendemos levar a cabo um processo de reengenharia da legislação. Sem que haja grandes mudanças, almejamos à modernização e ao aperfeiçoamento da outorga dos direitos minerários. Por isso, esta é a hora de recebermos sugestões e propostas da comunidade.

Com certeza, esses distritos mineiros de pequena mineração terão análise à parte neste momento. Trabalhamos para criar uma lavra simplificada, com o objetivo de diminuir as dificuldades existentes para regularização das áreas. Manteremos o regime de autorização e concessão nas demais substâncias, mas a idéia é criar condições para haver lavra simplificada para grande parte das substâncias de material de construção e pequena mineração. Faremos, entretanto, uma

análise mais apurada da questão da portaria interna para resolver essa problemática da região.

Quanto à infiltração no órgão, gostaria de dizer ao Deputado Paulo Feijó que o DNPM tem um *site* na Internet com um cadastro mineiro. Já há alguns anos ele tem zelado pela transparência na ação. Acessando [www.dnpm.gov.br](http://www.dnpm.gov.br), S.Exa. terá acesso a todas as informações do Departamento, tanto no que diz respeito aos atos do Diretor quanto aos títulos minerários e ao andamento de cada um deles no Brasil. São 150 mil títulos em vigor e todos estão no cadastro mineiro. Além disso, há um sistema de formações geográficas, por Estados, que propicia informações sobre a distribuição de títulos minerários no País e a evolução de cada processo. Então, procuramos sanar esses problemas tornando transparente todos os atos.

No que tange à ficha de titulares, a sugestão foi bastante importante. Isso está sendo analisado no trabalho de modernização da outorga. Vamos criar um cadastro de usuários do requerimento mineral que filtrará os que têm dívidas com a União, os que não têm a ficha de CNPJ regularizada.

Para que isso seja resolvido, teremos de mandar sugestões de alteração para o Congresso. Contamos com a parceria dos Srs. Deputados.

O Deputado Airton Roveda, do PTB do Paraná, falou sobre uma questão parecida com a que temos em Pádua. É uma região de produção de granitos, de pequenos paralelepípedos, na região da Grande Curitiba, em que os exploradores caminharam para o processo de associativismo. Esse é o caminho que sugerimos em todas as regiões da pequena mineração.

Agora, as ações repressivas acabam sendo necessárias para criar justamente o fato e a motivação para que haja o cooperativismo entre as pessoas. Essa é uma experiência de vida e não conseguimos avançar que os agentes se organizassem. Quando começa a doer no calo, há essa organização e é importante. Isso é uma etapa, um processo. Amanhã, vão dizer que criaram a cooperativa, que tal entidade está desenvolvendo o mercado na Itália, tudo é um processo.

**O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA** – Permita-me um aparte, Dr. Arcoverde.

A cooperativa é muito importante para fixação de um preço. Caso contrário, aparece um atravessador e leva todo o dinheiro de quem trabalha tirando pedra. Então, a cooperativa ou a própria associação é essencial no momento, para conseguir preços melhores, porque quem extrai de vez em quando fica ganhando o mínimo. Isso é muito ruim e a cooperativa corrige essas coisas. Estamos vendo que o cooperativismo no Brasil está muito forte e as associações também.

**O SR. WALTER LINS ARCOVERDE** – Concluindo, Deputado, eu só queria dizer que o Ministério de Minas e Energia hoje está com recurso da ordem de 3 milhões de reais para desenvolver um programa de formalização. Vamos atacar regiões de reserva garimpeira, regiões de agregados para construção civil perto das regiões metropolitanas e regiões de distrito mineiro como esses casos de Pádua. Se o contingenciamento não pegar esses recursos, realmente é um problema, porque houve um contingenciamento forte, poderemos desenvolver projetos ali na região que visem justamente a desenvolver mercados, melhorar condições de segurança técnico-operacional, de controle ambiental e de apoio ao associativismo.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço aos senhores a paciência. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Cumprimento o Deputado Josias Quintal pela iniciativa desta audiência. Entendo que esta Comissão tem que discutir com mais intimidade a questão mineral neste País. Muitas vezes, como vivemos de crise em crise de energia, a Comissão de Minas e Energia se atém muito mais à questão energética e quase que, especificamente, à questão elétrica. É importante que esta Comissão discuta realmente a questão mineral e fico feliz exatamente pela iniciativa de V.Exa. em propor esta audiência e alegre por esta Comissão ter aprovado seu requerimento e possibilitar que os membros desta Comissão possam se aconchegar na discussão dos problemas minerais neste País e que possa resolver atualizar, modernizar, melhorar a legislação mineral de tal forma que possamos, conforme pensou Rui Barbosa, tratar os desiguais com a devida desigualdade, de forma a se respeitar essa desigualdade e se tenha no arcabouço jurídico e socioeconômico o direito de serem iguais no crescimento e nas oportunidades.

Agradeço ao Dr. João Batista Fernandes Lopes, Presidente do Sindicato da Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, pela presença, exposição e informação que deu a esta Comissão, ao Dr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral pelas informações também que – não sei se enriqueceram a todos os membros –, a mim particularmente enriqueceu com novas informações e mais conhecimentos.

Agradeço ainda aos ilustres membros desta Comissão a presença e aos mais presentes que tanto contribuíram para o êxito deste evento.

Antes de encerrar esta reunião, aproveitando os Deputados que aqui se encontram, quero avisar que mantivemos entendimentos com o Presidente da PETROBRAS e deveremos ter no mês de abril uma

visita à base de Urucum, no Estado do Amazonas, para que possamos também conhecer o gasoduto que liga Urucum à cidade de Coari, naquele Estado, buscando dessa forma ganhar intimidade com a questão do gás natural para atender seguramente as nossas termelétricas, para atender à geração de energia elétrica neste País e evitar que se use óleo diesel e mais gás natural. Temos também mantido entendimentos com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce para uma visita de membros da Comissão ao Projeto Grande Carajás para conhecer o projeto de cobre no Estado do Pará, na região de Canãa dos Carajás; visita à região do Trombetas, de pesquisa e de lavra de bauxita e também uma visita ao Projeto ALBRAS-ALUNORTE, uma vez que no Pará o ciclo do alumínio está concluído, vem desde a extração da bauxita, passando pela fabricação da alumina e chegamos à fabricação do alumínio.

Estamos programando essa viagem para que os doutos membros desta Comissão possam também ganhar intimidade com essa questão. A Vale do Rio Doce nos propõe viagem também a regiões de Minas e Espírito Santo, e eu pedi a eles que primeiro fôssemos à região do Pará, exatamente por ser a mais desconhecida por muitos membros desta Comissão. Estou fazendo o registro e os ilustres colegas que queiram participar dessas viagens, por favor, entrem em contato com a nossa Secretária Damaci para que possamos, a partir daí, programar essa viagem com mais cuidado.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar os trabalhos antes agradecendo a todos a presença.

Está encerrada a presente reunião.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 6 de Abril de 2005

Às onze horas e cinco minutos do dia seis de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Nelson Meurer – Vice-Presidente; Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos, Luiz Sérgio, Marcus Vicente, Mauro Passos, Renato Casagrande, Robério Nunes, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Bóia e Simão Sessim – Suplentes. Compareceram também os Deputados Hamilton Casara e Walsny de Roure, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aírton Roveda, Fernando Ferro,

José Carlos Aleluia, Luiz Bassuma, Marcello Siqueira, Osmâncio Pereira, Pastor Amarildo, Paulo Feijó, Rose de Freitas e Tático. Os Deputados José Carlos Aleluia e Marcello Siqueira justificaram a ausência, em razão de missão oficial no exterior, nos períodos de trinta de março a onze de abril, e de trinta e um de março a nove de abril de 2005, respectivamente. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinária Deliberativa e de Audiência Pública, realizadas no dia trinta de março do corrente. O Deputado Eduardo Valverde solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foram aprovadas, unanimemente, as Atas. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou QUE, NO ÚLTIMO DIA vinte e nove, designara OS DEPUTADOS Aracely de Paula, Relator do Projeto de Lei nº 913/2003; José Carlos Aleluia, Relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 7/2003; José Santana de Vasconcelos, Relator do Projeto de Lei nº 4.871/2005; Marinha Raupp, Relatora do Projeto de Lei nº 2.275/2003; Romel Anísio, Relator do Projeto de Lei nº 2.425/2003 e que, no último dia 31, designara o Deputado Osmâncio Relator do Projeto de Lei nº 1.044/2003. Em seguida, o Senhor Presidente registrou a presença do Senhor Averaldo Pereira Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica do Pará; e dos Senhores Aparecido Silva, Ademar Baú, Edilson Cardoso, Odileida Sampaio e Roselito Soares, Prefeitos dos Municípios de: Rurópolis, Trairão, Porto de Moz, Altamira e Itaituba, do Estado do Pará, respectivamente. O Senhor Presidente registrou, outrossim, a presença do Senhor Ivan Barreto de Carvalho, ex-Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral e Presidente de Pesquisa de Recursos Minerais, entre outros títulos. O Deputado Marcus Vicente registrou, ainda, a presença da Senhora Norma Ayub, Prefeita do Município de Itapemirim, Espírito Santo. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 256/05** – do sr. fernando ferro – que “solicita audiência pública junto à CME para discutir a situação de endividamento das seguintes empresas do setor elétrico: cesp, light e eletropaulo”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que subscreveu o Requerimento e solicitou inclusão da Companhia de Energia de Brasília – CEB no rol das empresas convidadas para a referida audiência pública. O Deputado Eduardo Valverde assinalou que endossava a iniciativa devido à relevância da matéria. Em discussão, o Deputado Ivo José também subscreveu o Requerimento e manifestou apoio à Proposição. Em votação, o Requerimento foi aprovado,



acatadas as sugestões apresentadas, contra os votos dos Deputados Dr. Heleno e B. Sá. **2 – REQUERIMENTO Nº 259/05** – do Sr. Paulo Feijó – que “requer a realização de audiência pública para discutir a situação de falha constante e irregularidades nos serviços prestados pela Ampla”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **3 – REQUERIMENTO Nº 263/05** – da Sra. Rose de Freitas – que “requer a realização de Audiência Pública para obter esclarecimentos sobre declarações do Sr. Arthur Cassiano Bastos Filho, Diretor-Superintendente da Refinaria de Manguinhos, em matéria publicada pela *Globo Online* em 28/03/2005, sobre a possibilidade de se fecharem definitivamente as portas da Instituição”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que subscreveu o Requerimento e exaltou a eficiência da referida Refinaria, ao tempo em que asseverou sobre a necessidade de se averiguar a veracidade das declarações publicadas. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **4 – REQUERIMENTO Nº 266/05** – do Sr. Eduardo Valverde – que “requer seja realizado por esta Comissão de Minas e Energia seminário sobre a política governamental de fomento ao uso de Fontes Alternativas e Complementares de Energia”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que enfatizou a necessidade de se discutirem Programas de Governo que fomentem o uso de fontes alternativas e complementares de energia, a fim de fundamentar, após o debate, a eventual elaboração de projeto de lei nesse sentido. Em discussão, o Deputado B. Sá cumprimentou o Autor do Requerimento e solidarizou-se à iniciativa. Submetida à votação, a Proposição foi aprovada unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Deputado Dr. Heleno para assumir a Presidência da Reunião, em razão do que dispõem os arts. 43 e 40 do Regimento Interno da Casa. **5 – REQUERIMENTO Nº 268/05** – do Sr. Nicias Ribeiro – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a carga tributária no setor elétrico nacional, especialmente na distribuição de energia elétrica”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que discorreu sobre a inevitável necessidade de se discutir uma melhor distribuição da carga tributária no Setor Elétrico, uma vez que a alta incidência de tributos sobre a conta de energia elétrica do consumidor final, apresentava-se incompatível com a defesa do interesse público. Em discussão, o Deputado Gervásio Silva apoiou a iniciativa do Autor ao manifestar sua indignação quanto à premente necessidade de se estabelecerem limites ao excessivo aumento de carga tributária no Setor Elétrico. Em votação, o Requerimento foi aprovado unani-

memente. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Marcus Vicente, que contradisse a afirmação da Imprensa Nacional que, em matéria veiculada na semana anterior, afirmara que os Requerimentos de nºs 251/2004 e 258/2005 haviam sido retirados da pauta da Reunião Ordinária deliberativa, realizada no último dia trinta, em razão de pressões políticas por parte de determinadas lideranças partidárias da Casa. O Deputado Marcos Vicente afirmou que a retirada de pauta dos referidos requerimentos dera-se em razão de sua ausência no momento da deliberação, vez que, naquela oportunidade, encontrava-se em consulta médica. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 6 – PROJETO DE LEI Nº 2.832/03** – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências”. Relator: Deputado Vadão Gomes. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que solicitou a retirada de pauta da Proposição nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE: 7 – PROJETO DE LEI Nº 2.830/03** do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas que tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e dá outras providências”. (Apen-sado: Projeto de Lei nº 3519/2004). Relator: Deputado Gervásio Silva. Parecer: pela rejeição deste, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.519/2004, apensado. Os Deputados Dr. Heleno e Ivo José solicitaram vista da matéria, tendo esta sido concedida pelo Senhor Presidente. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 13 de abril de 2005

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Se-



nhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; B. Sá, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcus Vicente, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Robério Nunes, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Edinho Bez, Edna Macedo, Ivo José, João Magno, Jurandir Bóia e Marinha Raupp – Suplentes. Compareceu, também, o Deputado Hamilton Casara, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Aracely de Paula, Betinho Rosado, Eduardo Valverde, José Carlos Aleluia, José Santana de Vasconcellos, Marcello Siqueira, Osmânio Pereira, Renato Casagrande e Rose de Freitas. O Deputado Marcello Siqueira comunicou sua ausência nesta Reunião, em razão de missão oficial no exterior, no período de dez a quatorze de abril de dois mil e cinco. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia seis de março do corrente. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou QUE, NO ÚLTIMO DIA ONZE, O DEPUTADO NICIAS RIBEIRO DESIGNA O DEPUTADO PAULO FEIJÓ RELATOR DO PROJETO DE LEI Nº 4.556/2001. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou as indicações, feitas pelo Deputado Nicias Ribeiro, DO SENHOR LINDOLFO RODRIGUES DE ALMEIDA JÚNIOR, EM SUBSTITUIÇÃO À SENHORA ANETE SOARES DE ARAÚJO; E DO SENHOR AROLDO DANIEL DO VALLE, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENHOR LUÍS SEBASTIÃO DO NASCIMENTO, PARA EXERCEREM, RESPECTIVAMENTE, CARGO DE NATUREZA ESPECIAL – CNE 14, tendo o Plenário da Comissão anuído à referida indicação. Logo após, o Senhor Presidente apresentou proposta do Deputado Nicias Ribeiro de inclusão de representante da Associação dos Municípios da Transamazônica – AMUT no rol de convidados para a Audiência Pública conjunta com as Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater a Medida Provisória nº 239/2005 e o Decreto sem número, de 18 de fevereiro de dois mil e cinco, objeto do Requerimento nº 261/2005, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro. Submetida à votação, a proposta foi aprovada unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Deputado Dr. Heleno para assumir a Presidência da Reunião, em razão do que dispõem os arts.

43 e 40 do Regimento Interno da Casa. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 259/05** – do Sr. Paulo Feijó – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação de falha constante e irregularidades nos serviços prestados pela AMPLA”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que acentuou a necessidade de se esclarecerem as causas dos precários serviços prestados pela referida Empresa. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi aprovado unanimemente. Nesse momento, o Deputado Paulo Feijó reassumiu a Presidência da Reunião. **2 – REQUERIMENTO Nº 269/05** – do Sr. Romel Anízio – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **3 – REQUERIMENTO Nº 271/05** – do Sr. Nicias Ribeiro – que “requer a realização de Audiência Pública com representantes da Agência Nacional de Petróleo – ANP para obter esclarecimentos acerca das implicações decorrentes da redução dos recursos orçamentários da ANP”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que subscreveu o Requerimento. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À Apreciação conclusiva pelas Comissões: Prioridade: 4 – PROJETO DE LEI Nº 2.830/03** – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas que tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e dá outras providências”. (Apensado: Projeto de Lei nº 3.519/2004). Relator: Deputado Gervásio Silva. Parecer: pela rejeição deste, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.519/2004, apensado. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Dr. Heleno e Ivo José, em seis de abril de dois mil e cinco. O Deputado Robério Nunes apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE LEI Nº 787/03** do Sr. Júlio Lopes – que “institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela aprovação deste, com emenda. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Aroldo Cedraz, Hamilton Casara, Luiz Sérgio e Moreira Franco, em vinte de agosto de dois mil e três. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou requerimento de retirada de pauta desta

Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **6 – PROJETO DE LEI Nº 2.881/04** do Poder Executivo – (MSC nº 19/2004) – que “institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980”. RELATOR: Deputado Luiz Sérgio. Parecer: pela aprovação, com emenda. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, para que procedesse à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e oito minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 26 de abril de 2005

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 6, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Airton Roveda, B. Sá, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, José Carlos Aleluia, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Edinho Montemor, Edna Macedo, Josias Quintal, Reginaldo Germano, Ronaldo Dimas e Simão Sessim – Suplentes. Compareceram também os Deputados Joaquim Francisco, Jorge Gomes, Júlio Cesar, Maurício Rands e Paulo Rubem Santiago, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos, Marcello Siqueira, Marcus Vicente e Robério Nunes. **ABERTURA:** O Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e, após cumprimentar os presentes, esclareceu que haviam sido convidados a Senhora Dilma Vana Rousseff, Ministra de Minas e Energia; e o Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica –

ANEEL, para debater sobre os processos de revisão tarifária de energia elétrica das empresas distribuidoras, em razão do Requerimento nº 255/2005, de autoria do Deputado Fernando Ferro, aprovado em dezesseis de março de dois mil e cinco. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jerson Kelman, que expôs suas considerações sobre os aspectos regulatórios a respeito das tarifas de energia elétrica em geral e, em especial, sobre o provável reajuste apresentado pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra à Ministra de Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff, que afirmou terem sido observadas disparidades tarifárias entre as empresas distribuidoras de energia elétrica, motivadas por leis vigentes nos contratos de concessão de energia elétrica anterior à implantação do Novo Modelo do Setor Elétrico, e que tais acordos deveriam ser respeitados. A Ministra asseverou, no entanto, que os reajustes ainda poderiam ser negociados pela ANEEL. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, Autor do Requerimento, que agradeceu a presença de todos os participantes, lamentou a ausência dos demais convidados e enfatizou a necessidade de se averiguar os reajustes das tarifas de energia elétrica, bem como, as perdas anunciadas pelas empresas distribuidoras de energia, que considerava muito altas e irreais. O Deputado afirmou considerar que o Congresso Nacional, ao realizar audiências públicas, contribui para essa fiscalização, e que, por essa razão, a Comissão de Minas e Energia continuaria trabalhando no sentido de se apurarem as perdas supra mencionadas. Logo após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Inocêncio de Oliveira, Primeiro-Secretário, que manifestou sua indignação com o aumento de tarifas proposto pela CELPE, vez que, em sua opinião, tal iniciativa desestabilizaria economicamente o Estado de Pernambuco. Em seguida, o Deputado Eduardo Valverde enfatizou que fatos supervenientes aos contratos de concessão de energia elétrica deveriam ser revistos, sem ônus ao consumidor final. Falaram, ainda, os Deputados Dr. Heleno,

Romel Anísio, Júlio César e Maurício Rands, que concordaram com os seus antecessores, no que dizia respeito à impropriedade dos excessivos aumentos de tarifas. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra aos expositores, para responderem às perguntas a eles formuladas. A Senhora Ministra afirmou que as perdas concernentes às empresas distribuidoras consideradas inadmissíveis deveriam ser negociadas voluntariamente, para que os prejuízos não recaíssem duplamente sobre a população. A Ministra afirmou, ainda, ser sensível ao alto nível de tributos e encargos incidentes sobre as tarifas em questão, e que os aumentos recentes das tarifas de energia elétrica seriam decorrentes não apenas dos tributos, mas também de outros fatores, como o racionamento de energia elétrica, no ano de dois mil e dois. A Ministra disse, então, que se comprometeria a discutir junto ao Ministério da Fazenda uma possível redução de tributos de maneira responsável, a fim de se atingir precificação de tarifas mais realistas. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou que o Senhor Jerson Kelman, ausentar-se-ia, naquele momento, da Audiência Pública, para receber do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, em âmbito nacional, por suas contribuições prestadas à Ciência e Tecnologia do País. Em substituição ao Senhor Jerson Kelman, o Senhor Eduardo Henrique Ellery Filho, Diretor da ANEEL, em resposta aos questionamentos formulados pelos Deputados presentes, afirmou que a Agência tem negociado com a CELPE possível redução de reajuste de tarifas, e que, portanto, esperava-se, em reunião prevista, evolução da discussão, por meio de uma abordagem técnica ponderada. Logo após, o Deputado Mauro Passos ressaltou a importância de se abordar a questão dos repasses de preços controlados ao consumidor, que, a seu ver, encontrava-se no limite de absorção dos reajustes. O Deputado Paulo Rubem lamentou o excesso de tributação incidente sobre as tarifas de energia elétrica e, destarte, asseverou que os contratos de concessão que se revelassem lesivos ao interesse público deveriam ser revistos. Em seguida, o Deputado Jorge Gomes enfatizou a possibilidade de desobediência civil pelo Estado de Pernambuco, caso os contratos firmados com as empresas distribuidoras de energia elétrica não fossem revistos, no que tangeria ao repasse da tributação nos preços ao consumidor. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Maurício Rands, que sugeriu fossem ouvidos também, nesta Audiência, os Senhores José Mendonça Bezerra Filho, Vice-Governador do Estado de Pernambuco, e o Senhor Sérgio Leite, Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa des-

se Estado. O Senhor Presidente submeteu, então, a sugestão à apreciação do Plenário, que a aprovou unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vice-Governador, que considerou de extrema importância o debate sobre a matéria, devido ao impacto político-social da revisão tarifária prevista para aquele Estado. O Senhor Presidente passou a palavra, então, ao Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, que enfatizou as perdas sofridas pelo consumidor referentes à má qualidade dos serviços prestados pela CELPE, considerou abusivo o reajuste proposto, e, ainda, destacou a necessidade de se instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurasse irregularidades do Setor Elétrico Brasileiro. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Nelson Rubens, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, que, em substituição à Ministra, discorreu acerca dos altos índices de revisão nas tarifas de energia elétrica, e da necessidade de se adequar ao Novo Modelo do Setor Elétrico o modelo anterior, que havia gerado diferenças tarifárias devido às leis estabelecidas contratualmente. O Senhor Nelson Rubens informou, também, que a ANEEL tem envidado esforços no intento de reavaliar a metodologia de revisão tarifária, a fim de reduzir as mencionadas tarifas. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos expositores para fazerem suas últimas considerações, agradeceu a colaboração de todos para a compreensão da importante matéria e elogiou as bancadas dos Deputados federais e estaduais de Pernambuco por sua competência. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e treze minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, Primeiro Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Declaro aberta esta audiência pública para debater o reajuste tarifário de energia elétrica das distribuidoras, em atendimento ao Requerimento nº 255/05, de autoria do Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, aprovado em 16 de março de 2005.127

Inicialmente, cumprimento as senhoras e os senhores presentes, em especial a Sra. Dilma Rousseff, Ministra de Estado de Minas e Energia, e o Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Convido os expositores a tomarem assento à Mesa. *(Pausa.)*



Informo que a lista de inscrição para o debate encontra-se sobre a mesa.

O Deputado que desejar interpelar o expositor deverá, primeiramente, se dirigir à Mesa para registrar o seu nome. Informo ainda que o convidado não poderá ser aparteado no decorrer de sua exposição. Somente após encerradas as exposições os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de 3 minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por 10 minutos, para fazer sua exposição.

**O SR. JERSON KELMAN** – Exmo. Sr. Deputado Paulo Feijó, 1º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, Exma. Sra. Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, Sras. e Srs. Parlamentares, vou dividir minha exposição em três segmentos. No primeiro, irei tratar de algumas informações genéricas sobre questões regulatórias; no segundo, do caso específico da CELPE; e, no terceiro, da audiência pública da ANEEL realizada em Recife, quando tomamos conhecimento de alguns fatos que iremos relatar.

Solicito ao Sr. Presidente um pouco de condescendência porque vou utilizar o projetor de imagens. Enquanto isso, para não perdermos mais tempo, quero explicar a V.Exas. que a mudança de tarifas, tarefa da ANEEL, pode se dar de três maneiras. Todos os anos fazemos um reajuste anual de tarifas que, basicamente, no que diz respeito aos custos das distribuidoras, segue um índice de correção monetária, no caso o IGP-M. Outra parcela trata dos custos não gerenciáveis pelas distribuidoras, insumos, custos com energia e encargos. A conta é muito simples. Quase não há discussão, porque a aplicação se dá de forma paramétrica. De 4 em 4 anos, ou de 5 em 5, conforme o contrato, utilizamos um processo diferente chamado de revisão tarifária. Quando ocorre a revisão tarifária – e essa é a primeira vez que ela ocorre na maior parte das distribuidoras, em particular na CELPE –, o que se faz, em primeiro lugar, é uma verificação do nível tarifário de equilíbrio econômico e financeiro da empresa. Quer dizer, temos de saber quanto essa empresa precisará ter para prestar um serviço de qualidade, fazer os investimentos necessários e receber uma remuneração sobre esses investimentos. Na remuneração da empresa, como expliquei, existem duas parcelas. A primeira parcela, que chamamos de Parcela A, é a não-administrável, aquela que, na realidade, a empresa passa – encargos e custos – aos consumidores, por não ter liberdade de ação; e a Parcela B é onde estão os custos gerenciáveis.

Agora, com a projeção das imagens, posso mostrar a utilização da parcela B.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Todos os anos, como disse, utiliza-se, para efeito de correção, um índice de correção monetária, por exemplo o IGP-M, procurando-se o equilíbrio na revisão. Esse equilíbrio da Parcela B se dá de duas maneiras. Primeiro, temos de saber quais serão os custos de operação e manutenção que a empresa precisará ter, e qual será a base de remuneração, isto é, que ativos – por exemplo, quantos transformadores, quantas subestações etc. – ela precisará ter para prestar um serviço de qualidade.

É isso que se faz, ou melhor, será feito, de 4 em 4 anos. Hoje está em curso uma grande discussão com as distribuidoras a respeito disso.

Quanto à primeira revisão tarifária, e particularmente importante no caso da CELPE, é permitido ao regulador estabelecer receita de equilíbrio, ou seja, a remuneração que a empresa precisa ter, para mais ou para menos, tendo em vista o que ela tinha, baseado em custos eficientes e investimentos prudentes. Algumas revisões acabam revertendo em aumento tarifário; outras, em diminuição de tarifas. Depende da situação da empresa: se estava tendo lucros superiores ao razoável, há diminuição de tarifa; do contrário, se estava tendo lucros inferiores ao razoável, há aumento de tarifa.

Nesse gráfico podemos verificar a posição da tarifa residencial da CELPE antes da revisão. É uma das tarifas mais baixas entre as 64 distribuidoras no País. É a situação atual.

A situação que tínhamos até hoje pela manhã – e foi o que discutimos na audiência pública realizada em Recife – está traduzida nesse quadro que os senhores vêem. Vou tentar explicar o que ele mostra. Na parte de cima está a participação de vários custos pagos pelo consumidor. Por exemplo, ele paga 36% pela geração – produção de energia –, 5% pela transmissão, 23% pela distribuição e 35% em tributos e encargos. Essa tabela traduz a situação anterior que foi discutida na audiência pública realizada em Recife.

Se pegarmos apenas os valores absolutos, postos na coluna de 2005, poderemos verificar a participação percentual de cada um desses custos. Ao lado, vejam V.Exas., a Parcela A – energia, aquela compra e encargos setoriais. Em 2005, com essa tabela, energia, aquela compra seria de 36%; encargos setoriais, 6%; transporte de energia, 5%. E assim se vai compondo o custo.

Quando terminamos as Parcelas A e B, está fechada a parte relacionada a energia. O que a ANEEL vem continuamente discutindo com as distribuidoras é



o item relativo à Parcela B, porque é aí que está bem clara a sua participação. Depois, seguindo a tabela, podemos ver os tributos, como PIS, COFINS e ICMS. A última coluna, do lado direito, mostra a variação de cada uma dessas parcelas, como evoluímos de 2004 para 2005, levando em consideração, no jargão do setor, “as componentes econômicas e financeiras”. O que se verifica é que algumas das parcelas tiveram – ou teriam, se essa tabela tivesse sido aplicada – um incremento muito grande. O número que nós temos... Perdoem-me, mas os números que li são de outra tabela. Por isso, V.Exas. devem estar espantados. A tabela lá de cima é a seguinte: 36%, 5%, 23% e 35%.

Bom, o número circulado, 34,11%, seria o da revisão do reajuste médio das tarifas da CELPE, caso prevalecesse a situação que tínhamos, como foi posto na audiência pública em Recife.

A próxima imagem mostra para onde iria a tarifa residencial da CELPE, no espectro de tarifas residenciais do País. Naturalmente, ela se move de uma das últimas posições para uma das primeiras, em termos de valor.

A próxima tabela, parecida com a anterior, simula este efeito. Se a diretoria da ANEEL aceitar uma proposta feita pela CELPE, ela se reúne no dia seguinte para decidir sobre o reajuste. E há uma proposta, que deve ter chegado hoje, perto do meio-dia, pedindo o diferimento de parte dos pagamentos deste ano para os anos subseqüentes, o que resulta num aumento de 24%. Quer dizer, há um decaimento de 10 pontos percentuais. No restante da tabela permanece aquilo que expliquei anteriormente. O percentual da geração, nessa composição – trata-se de uma simulação –, será somente fato se a Diretoria da ANEEL, amanhã, oficialmente, assim decidir. Mas a geração seria de 36% do custo total: transmissão, 5%; distribuição, 23%; e tributos e encargos, 35% – das despesas de 2005/2006.

Verifiquem que a energia comprada subiria 60% e os encargos setoriais, 46%. Na verdade, a Parcela B decairia, porque a empresa estaria jogando para frente a sua remuneração. Ou seja, abriria mão da sua remuneração para frente.

Se houver necessidade, poderemos visitar essa tabela.

O próximo gráfico mostra, nessa simulação, para onde iria a tarifa residencial da CELPE, comparada com as demais. Ficaria mais ou menos no meio das demais tarifas hoje praticadas no País.

Ao terminar minha apresentação, quero mostrar a evolução de alguns preços públicos no período de julho de 1994 a dezembro de 2003. Por exemplo, a energia elétrica subiu 221%, crescimento maior que

o da inflação mas menor do que o de alguns outros preços públicos. Nos preços administrados, houve crescimento de 9,64% de energia elétrica, de janeiro a dezembro de 2004, enquanto outros preços administrados cresceram mais, outros menos.

Para o início do debate, e já me colocando à disposição de V.Exas., eram essas as informações básicas que eu tinha a expor. Parece haver uma situação alentadora, porque a ANEEL aprendeu naquela audiência pública qual seria o impacto de 34%. E apesar de a audiência ter sido um pouco conturbada por pequeno grupo que queria mais perturbar do que propriamente fazer-se ouvir ou ouvir, na parte da tarde tivemos participações valiosas de diversas entidades. Destacaria apenas uma delas, sem prejuízo das demais: o grupo Ilumina, formado por profissionais egressos do setor de energia elétrica, o qual fez várias observações que levamos em consideração. Ao final, fez ainda proposta mais abrangente: a utilização de recursos da RGR para que a ELETROBRÁS possa comprar essa térmica. Essa é uma questão complexa e não pode ser resolvida imediatamente, porque os recursos da RGR, por lei, não podem ser utilizados nessa direção. Apesar de administrar o Fundo da RGR, a ELETROBRÁS não é sua dona e não pode se apropriar dos fundos para comprar a geradora que queira.

Apesar das dificuldades, aponta-se na direção de que o Ministério, certamente, que está encarregado da formulação da política de grandes temas, vai poder se debruçar sobre o assunto e procurar alternativas à frente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sra. Ministra.

Estou à disposição de quem tenha qualquer dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradeço pelos esclarecimentos prestados e comunico que o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL, irá neste momento ao Palácio do Planalto receber do Sr. Presidente da República a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, por suas contribuições prestadas à área de ciência e tecnologia do País.

**O SR. JERSON KELMAN** – Sr. Presidente, acabei de ser informado que há um pequeno atraso da cerimônia a ser realizada no Palácio do Planalto. Então, posso esse tempo para ouvir a apresentação da Ministra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos por sua permanência.

Agora passamos a palavra à Sra. Ministra Dilma Rousseff, que fará sua exposição.

**A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF** – Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó, em nome de quem

cumprimento todos os Deputados aqui presentes; Sr. Diretor-Geral da ANEEL, Jerson Kelman; senhoras e senhores, minha apresentação tem por objetivo situar a questão das tarifas e, sobretudo, a seguinte pergunta: o que distingue a tarifação da CELPE de todas as demais empresas, se é que há algo que distingue? Em alguns momentos, sobre as empresas recaem tributos, encargos e custo de energia, e elas têm experimentado reajustes maiores ou menores.

Para situar essa questão, vou me permitir breve exposição a respeito de como o modelo anterior contemplava o repasse à tarifa dos custos de geração de energia elétrica e, isso posto, passo também a explicar as medidas que tomamos para evitar que certas distorções, do nosso ponto de vista, fossem atribuídas às tarifas. Nesse sentido, vou fazer breve retrospectiva de como funcionou a tarifação ao longo da década passada até 2002 e um pouco de 2003, até a vigência da nova lei (Lei nº 10.848). No modelo anterior, a legislação dava sustentação legal para os seguintes procedimentos. A Resolução nº 233, de 1999, da ANEEL, estabelecia o valor normativo. E, além desse, que chamamos de VN, ela permitia que se cobrasse 11,5% a mais. Pois bem. Em que consistia o valor normativo? Valor normativo é uma metodologia de regulação baseado em incentivos por teto máximo, por *price cap*. Ou seja, dá-se um valor mais alto para incentivar o gerador a fim de que possa repassar aquele valor teto para a tarifa e viabilizar investimentos. Além disso, atribuíam-se mais 11,5% de bônus, o que fazia com que um gerador pudesse vender uma energia ao distribuidor a um valor teto máximo chamado VN, somar a isso mais 11,5% e repassar esse custo ao consumidor. Esse mecanismo, chamado *price cap*, foi utilizado, em determinados momentos, em alguns países, sobretudo na Inglaterra. Tal metodologia vigorou até que nova lei definiu que todos os pagamentos de energia que o consumidor assumisse tinham que de ser baseados na menor tarifa, em leilão público e transparente.

Além dessa questão, prevista na Resolução ANEEL nº 233/99, a Resolução nº 278, de 2000, também da ANEEL, permitia o seguinte: estabelecia que o mesmo grupo econômico tinha o direito de contratar, diretamente, de empresas de sua propriedade, até 30% do seu mercado. Exemplo: uma empresa em determinada região do País podia comprar da geradora do seu grupo econômico, no limite de até 30% do seu mercado em geral. Essa mesma Resolução, em seu art. 7º, excetuava desse limite de 30% as térmicas do Programa Prioritário de Térmicas, que podiam repassar ao mercado de forma ilimitada. Ou seja, vamos supor que eu tivesse uma termelétrica de 500 megawatts e meu mercado fosse de 40%, e aí eu quisesse repassar totalmente para ele. O

art. 7º da Resolução nº 278 permitia isso. Já a Lei nº 9.648 obrigava as distribuidoras, em todos os anos, a partir de 2003, a descontratar 25% do seu mercado da energia velha que estava contratada. Essa lei, somada às duas resoluções acima, permitia, portanto, que, em havendo descontratação, uma empresa distribuidora pudesse comprar da empresa geradora do seu grupo econômico, por VN vezes 11,5%, e repassasse sem limite para seu mercado, tratando-se de geração térmica. No final de 2002, houve uma modificação na lei. A distribuidora, então, não mais podia livremente contratar qualquer geração que quisesse, de forma direta, sem antes passar por leilão. A partir de dezembro de 2002, a Lei nº 10.604 proíbe a compra sem leilão. No entanto, não tem o direito à autocontratação de 30%; ilimitada no caso de térmicas do Programa Prioritário de Térmicas. Na verdade, a Lei nº 10.604 não resolve o problema, que era permitir que duas empresas do mesmo grupo econômico transferissem ao consumidor um preço tarifário que não era obtido por intermédio de leilão nem por menor tarifa.

Resumindo esta parte, o que temos? Distribuidoras, contratos e energia elétrica de gerador do próprio grupo econômico diretamente. Isso era legal. Estava previsto nas normas que vigiam o País. Além disso, permitia-se que a energia fornecida por autocontratação, no caso de térmicas, substituísse 30% ou mais do mercado consumidor cativo. E limitava o repasse ao VN com o bônus de 11,5%. Por exemplo, se a minha tarifa fosse 100, e se eu desse um preço máximo de 100, eu conseguiria ainda um ganho de 11 reais e 50 centavos; portanto, eu repassaria para a tarifa 11 reais e 50 centavos, independentemente se esse era o menor preço ou não.

Some-se a isso que esse valor normativo era corrigido por meio de uma forma que previa a ação simultânea de 3 fatores: K1, K2 e K3. O que era o K1? O K1 era a correção pelo IGP-M. Somava-se a essa correção por IGP-M uma parcela de correção pela variação do preço do combustível. Somava-se a essa variação do preço do combustível uma correção pela variação cambial. E estava criado o cenário para reajustes bastante significativos na tarifa de energia. Isso com base no VN – Valor Normativo –, que era o valor de referência para repasses de energia nova ou descontratada para a tarifa do consumidor.

Vou mostrar rapidamente como isso funcionava. Dada uma *holding* com geração e transmissão, de um lado, e distribuição, do outro, o gerador podia vender sua energia a VN mais 11,5% e repassar isso para o distribuidor do mesmo grupo econômico até o limite de 30%, ou mais se fosse térmica do PPT – e essa

seria uma tarifa elevada. Portanto, o consumidor teria de arcar com isso.

Quando elaboramos o novo modelo do setor elétrico, por intermédio da Lei 10.848, de 2004, e do Decreto 5.163, de 2004, modificamos completa e inteiramente essa metodologia com a lei aprovada pelos senhores aqui no início de 2004 na Câmara dos Deputados. A lei aprovada pelos senhores proíbe o *self dealing*. Ou seja, acabou-se com o direito de, dentro de um mesmo grupo econômico, fazer uma contratação bilateral direta. Isso está claro no art. 2º e no art. 30 da Lei 10.848. Portanto, já a partir da data da publicação da lei, isso está proibido. Além disso, ela obrigou a compra de toda – sem exceção – de qualquer energia. Toda e qualquer energia tem de ser comercializada pelas distribuidoras para fornecer a energia para o consumidor cativo residencial, industrial, comercial ou do setor de serviços por intermédio de leilões feitos de forma pública e transparente. Isso foi o art. 2º da lei 10.848. O inciso VII, do art. 20, do Decreto 5.163, de 2004, definiu que a menor tarifa é o critério de compra. Não se compra por VN mais 11,5 ou por qualquer outra consideração. A menor tarifa possível é aquela que tem de valer para repasse para o consumidor brasileiro. O § 4º do art. 2º da Lei 10.848 acabou com o VN e os critérios de correção com base nos K1, K2 e K3, a partir da data de publicação da lei.

Então, nós não estamos discutindo o que vige hoje em termos de todos os contratos em vigor no País a partir de março do ano passado. Estamos discutindo contratos que ocorreram no momento anterior e que têm de ser respeitados porque o novo modelo prevê o respeito aos contratos passados. Ele não altera contratos passados. Mas ele estabelece várias coisas importantes para reforçar o fato de que daqui para frente isso não pode ocorrer. Cem por cento de toda a energia tem de ser contratada, não pode ficar descontratada, e tem de ser com garantia física. Ou seja, a energia contratada não pode ser energia apenas no papel; ela tem de ter lastro físico. Ou seja, tem de corresponder a algo físico. Isso tem de ser feito por leilão. Esse leilão é por menor tarifa. Só pode ter contrato bilateral e direto entre grandes geradores ou pequenos geradores e o consumidor livre quem tem poder de mercado e pode se defender. O consumidor cativo fica submetido a todas essas regras de proteção a sua capacidade de ter a menor tarifa possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Peço aos senhores que ocupem seus devidos lugares. Os Deputados estão chegando e precisam sentar-se.

**A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF** – Antes de encerrar, queria dar um rápido informe.

Já fizemos, a partir dessa definição de leilão por menor tarifa, dois conjuntos de leilões: um em 7 de dezembro, em que nós contratamos energia para 2005 a 2012; e outro, de 2007 a 2014, pelos valores estabelecidos. O primeiro a 57 reais e 51 centavos; no segundo a 67 reais e 33 centavos; e, no terceiro, a 75 reais e 46 centavos. No leilão de 2 abril, para entrega em 2008 a 215, a 83 reais e 13 centavos. Portanto, a energia existente foi contratada não por um valor qualquer, mas pelo menor valor ocorrido no leilão.

Resumindo: o novo modelo prevê um marco regulatório estável baseado no respeito ao contrato e na segurança quanto ao abastecimento – é obrigado a contratar 100% sempre; e é obrigado a ter lastro físico. E a modicidade tarifária vem do leilão, por menor tarifa.

Esses fatos vigem a partir de agora. Portanto, há vários reajustes que têm de ser efeitos relativamente a situações anteriores a esse modelo. Nós estamos tratando de um deles, que é o caso da CELP. Mas há vários outros em curso no País. Os efeitos do modelo anterior na CELP são os seguintes: A CELP descontratou – e todo o mundo era obrigado a fazer isso; não tinha escolha –, porque foi obrigada por lei. Portanto, ela descontratou por obrigação legal anterior e recontratou – porque a regulação federal assim o permitia – 34% do seu mercado. Por quê? Porque ela era uma térmica do PPT; portanto, não estava limitada a 30%. Ela podia chegar acima de 30%. E ela contratou quem? A CELP contratou da Termo Pernambuco, que era do mesmo grupo econômico. Isso então era absolutamente permitido e incentivado. Havia uma regulação específica para tal fim. Foi por isso que nós, ao fazermos o novo modelo do setor elétrico, colocamos estas questões: primeiro, a desverticalização obrigatória e necessária pela lei; segundo, a proibição de contratação dentro do mesmo grupo econômico sem processo público e sem transparência; terceiro, não se pode repassar para a tarifa o VN vezes 11,5%; tem de se repassar pelo menor custo possível atingido no leilão, mais impostos e encargos. É essa a regra a partir de hoje. Não era antes. Isso significa o seguinte: 34% do mercado da CELP teve o efeito do VN vezes 11,5%, mais K1, K2 e K3 agindo sobre o preço. É essa a razão disso. É legal? A resposta, do ponto de vista da lei vigente, do momento que saiu a Lei nº 10.848: é legal. Temos o compromisso de respeitar contratos e assegurar que o País tenha um marco regulatório estável.

É importante a sensibilidade em relação a novos ambientes. Por isso, considerando que é base, cláusula pétrea para o novo modelo do setor elétrico o respeito aos contratos, procuramos sempre que possível criar um ambiente de negociação, obviamente, em que to-

dos os agentes atuem respeitando a autonomia da Agência como órgão regulador e responsável pelas revisões e pelos reajustes tarifários. Assim sendo, houve todo um processo de discussão, que teve uma parte na audiência pública que ocorreu lá em Pernambuco e é fundamental para a criação dessa sensibilidade. Hoje, fomos informados pela ANEEL de que houve uma proposta de diferimento, que a CELPE apresenta à ANEEL como proposta, considerando a sensibilidade justamente a esse novo ambiente. Com isso eu pretendo ter dado mais ou menos o quadro geral de um lado, para evitar interpretações incorretas a respeito das razões que levaram a isso. Elas são legais, elas compunham, integravam o marco regulatório vigente no País. Por considerar que elas poderiam levar a desequilíbrios e a distorções foi que fizemos imenso esforço para apresentar o novo modelo. Tenho certeza de que os senhores foram parte fundamental nesse processo, na medida em que esse novo modelo recebeu um conjunto de emendas na Câmara dos Deputados, e parte substantiva dessas emendas foi incorporada à legislação. O Relator foi o Deputado Fernando Ferro, aqui presente. Esse processo resultou na incorporação de emendas aqui e no Senado. Eu acredito que hoje temos uma lei que tenta evitar essas distorções e esses desequilíbrios.

Agradeço a atenção dos senhores e coloco-me à inteira disposição para qualquer esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradecemos à Sra. Ministra a exposição.

Volto a palavra ao Dr. Jerson Kelman.

**O SR. JERSON KELMAN** – Peço desculpas ao Presidente da Mesa, à Sra. Ministra e a todos os presentes porque vou ter de me ausentar. A ANEEL, entretanto, permanecerá nesta audiência na figura do Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho, relator desse processo da CELP e que, portanto, conhece muito bem o assunto. Logo que terminar a solenidade no Palácio do Planalto, eu retornarei, se a reunião ainda estiver em andamento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Encerradas as exposições, passo a palavra ao autor do requerimento para a realização desta audiência pública, o Deputado Fernando Ferro. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Como autor do requerimento eu só tenho direito a 3 minutos?! De qualquer forma, vou tentar ser objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Nas audiências públicas o tempo é igual para todos os Parlamentares, mas V.Exa. tem o tempo que quiser, como autor.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Quero agradecer aos participantes a presença entre nós bem

como os elementos que trouxeram ao debate, que nos permitem tratar desse assunto que mobilizou a bancada de Pernambuco, provocou grande mobilização no Estado de Pernambuco e revelou o alto grau de insatisfação e de indignação da população pernambucana. Quero então agradecer ao Ministério de Minas e Energia e à ANEEL o respeito demonstrado ao comparecerem a esta audiência pública. Ao mesmo tempo, lamento que a CELP, a ABRADE, ENEL ou seja lá quem for, não tenham comparecido. Lamento muito. Temos de aprender que muitas atitudes, embora legais, são imorais. Esse reajuste é imoral. Ele só é praticado quando não se compreende a responsabilidade que tem uma empresa como essa, que é privada, mas de concessão de serviços públicos. Elas têm que prestar esclarecimentos à população. É importante registrar que na audiência que tivemos em Pernambuco houve denúncia de manipulação da audiência por parte da ENEL Energia. Houve, inclusive, inscrições descabidas de funcionários, na tentativa de impedir o debate sobre os procedimentos desse reajuste. Essa situação revela que esses empresários têm que aprender que estamos em plena democracia e o natural é que se dê explicações, que se dê transparência para não se criar clima de antagonismo ou de indignação. Ninguém aqui está condenando a CELPE ou a ENEL Energia, ou a Iberdrola, ou quem quer que seja. Esse é um serviço importante para a sociedade; energia é assunto importantíssimo para a sociedade.

Sabemos que as empresas têm que se remunerar para prestar um bom serviço. Portanto, não se trata de disputa com a CELPE. No entanto, elas têm de compreender que têm responsabilidade com a prestação de serviços e com a população. Imaginem que o reajuste médio de 34,11%, no caso de consumidores industriais, pode chegar a mais de 42%! São, pois, valores que podem inviabilizar ou provocar grande dano à área produtiva, ao setor comercial, hoteleiro, entre outros, e prejudicar o consumo residencial, que será penalizado em mais ou menos 30%. Essa situação merece esclarecimentos. Nós, portanto, queremos repudiar a atitude desrespeitosa da ENEL Energia.

Sr. Presidente, eu gostaria que a Comissão se manifestasse sobre esse desrespeito, inclusive porque queremos ouvir as ponderações das empresas. Quero pedir respeito à Comissão de Energia da Câmara dos Deputados que entrou nisso, como muito bem observou a Sra. Ministra, abrindo espaço para negociação. Ninguém aqui tem condição de impor qualquer reajuste, mas temos obrigação política de criar espaço de negociação. Isso foi feito, e até reconhecemos que a redução de 34% para 24% já é uma conquista, tanto do povo, como dos empresários e das diversas entidades



que fizeram muita pressão. A mobilização do Estado de Pernambuco foi, portanto, positiva. Quero deixar registrado o papel importante da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Quero até solicitar ao nosso Presidente que permita que um representante da Comissão preste alguns esclarecimentos para nos ajudar com a negociação. Estão presentes o Presidente e o Secretário da comissão que tratou da questão em Pernambuco. Solicito a V.Exa. que permita a manifestação de um deles para mais esclarecimentos.

Para concluir, quero dizer ainda que este é um importante avanço. A CELPE originalmente solicitou um reajuste de 56,78%. Vejam bem, isso é uma completa loucura a se praticar contra o interesse do Estado. Portanto, temos de reconhecer todo esse processo como positivo. Eu gostaria de finalizar, deixando aqui duas preocupações.

O Presidente da ANEEL, Dr. Jerson Kelman afirmou que o processo de revisão de tarifas, em alguns casos, possibilita baixar ou de elevar tarifas. Eu gostaria de saber se já houve algum caso de redução; em caso afirmativo, onde isso aconteceu.

Por último, temos de tratar agora com o Governo. Os indicadores mostram que temos margem de negociação no que se refere a tributos e perdas. É outro aspecto que pode ser tratado. A CELPE é a empresa que tem o maior índice de perdas, quase 27%, entre comerciais e técnicas. Então a ANEEL tem obrigação de exigir a melhora do desempenho. Não podemos ficar pagando pela ineficiência e pela incompetência dessas empresas. Quando se propuseram à privatizar o setor elétrico, diziam que haveria modicidade tarifária, concorrência, competição e maior eficiência porque a iniciativa privada iria propiciar tudo isso etc. Na prática não aconteceu exatamente o que foi anunciado. Portanto, a ANEEL tem que dar as justificativas. Gostaríamos de saber se é possível ao Governo renegociar alteração de tributos.

A CELPE fez publicar uma nota de duas páginas no jornal, afirmando que a culpa desse reajuste são os tributos, aproveitando a onda da MP 232 que, de repente, mobilizou e comoveu o País. Foi uma atitude oportunista dizer que o responsável pelo reajuste tarifário é a tributação. No entanto, vemos que a tributação contribui com 35 % do reajuste. É uma margem a ser discutida. Queremos saber se há, da parte do Governo, possibilidade de desoneração do PIS e da COFINS. Acho que o Governo do Estado sinalizou com a possibilidade de mexer no ICMS. Isso pode repicar e ajudar na redução de tarifas se houver espaço para negociação. Peço desculpas por haver ultrapassado o tempo.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que, dada a especificidade da matéria em discussão nesta audiência pública, em função da presença do Vice-Governador do Estado que representa o Governo do Estado de Pernambuco, Dr. Mendonça Filho, do Presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa, Deputado Sérgio Leite, do Secretário da Comissão, Deputado Alberto Mendonça, do Deputado Augusto Coutinho e do Diretor-Geral da Agência Reguladora no Estado, que V.Exa., excepcionalmente, permitisse que se pronunciassem o Vice-Governador do Estado e o Presidente da Comissão para que prestassem os esclarecimentos tão úteis, para que consigamos mais rapidamente atingir os nossos objetivos.

Eu gostaria ainda de requerer que fossem feitas várias concessões, e, em seguida, ouviríamos novamente a Sra. Ministra e o representante da ANEEL.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – A solicitação primeira de V.Exa. é anti-regimental, mas, em se tratando de audiência pública de tanta importância para o País, acredito que o Plenário possa soberanamente tomar esta decisão.

Coloco em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a manifestação dos senhores presentes permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Inicialmente, vamos dar a palavra a um bloco de 3 oradores; em seguida, a Sra. Ministra e o representante da ANEEL vão responder.

Esta Comissão, atendendo à solicitação do Deputado Fernando Ferro, tomará todas as medidas necessárias no sentido de que a empresa preste todos os esclarecimentos solicitados por S.Exa.

Seguindo a ordem de inscrições, passo a palavra ao Deputado Dr. Heleno por 3 minutos. Agora seremos mais rigorosos com o tempo, para poder oferecer oportunidade a todos, ainda mais depois da exceção que abrimos para atender ao pedido do nobre Deputado

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Vou ser muito rápido. Esta audiência pública, que conta com a Sra. Ministra Dilma Rousseff, já dá o seu recado. É muito fácil. Primeiro, pela beleza de S.Exa.; segundo, pela capacidade; e, terceiro, pela parte elétrica.

Esta Casa está cheia. Não está se vendendo sanduíche, tampouco carne seca, mas está se tratando dos que tiram a carne seca daqueles que moram nos chapadões descampados, onde antes só existiam carcaças de boi, mas que hoje está bem desenvolvido. O Deputado Inocêncio que o diga.

Nós podemos ver que matematicamente os números não negam; que mesmo dentro de um acordo ou de uma norma, a medida fere as pessoas que de

fato não são protegidas pela nossas palavras ou pela Justiça. O Deputado Fernando Ferro tem razão. Nós não estamos contra a Sra. Ministra, não estamos contra a ANEEL; nós apenas estamos pedindo a possibilidade de se fazer justiça para o bem-estar de todos. Nós estamos nesta Casa trabalhando, vigiando todas essas coisas, mas não estamos fazendo terrorismo.

Houve falhas com o novo modelo criado, e temos de tentar repará-lo agora. Não queremos fornecer meios para que haja lucros exorbitantes, para que o rico fique cada vez mais rico; ele pode ficar rico, mas não cada vez mais rico enquanto o pobre fica cada vez mais pobre. Gostei muito da exposição matemática. A exposição feita pela Sra. Ministra foi sensacional, e eu aproveitei muita coisa boa. Eu peço a todos os todos que cedam um pouco; que dêem 5 passos para a frente e, se for preciso, 3 para trás, para o bem da população. Os números não negam, mas ferem, como agora estão fazendo.

Por isso, Sra. Ministra, eu não vou fazer perguntas, mas somente um apelo as V.Exa. Se estivéssemos em Duque de Caxias, eu diria que confio no seu taco; mas agora digo que confio na sua ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Esta Presidência cometeu uma falha, pois, quando demos início à reunião, ainda não havia adentrado ao plenário o Vice-Governador Mendonça Filho, representante do Governo do Estado de Pernambuco. Então agora nós o convidamos para fazer parte da Mesa.

Vamos ouvir o ilustre Deputado Inocêncio Oliveira.

**O SR. DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA** – Caro Presidente, caríssima Ministra Dilma Rousseff, caro representante da ANEEL, em primeiro lugar, eu quero dizer que os 24,47% que estão sendo oferecidos pela CELPE não significam nenhum favor. Que não se encare isso como favor! E vamos também desmistificar que a CELPE, mesmo com esse aumento, vai proporcionar a energia mais barata do Brasil, porque não é verdade. Foi provado pela Sra. Ministra. Aliás, quero parabenizar S.Exa. pela belíssima e competente exposição, mostrando tudo detalhadamente, antes e depois.

Sra. Ministra, estivemos lá com o nosso querido amigo Fernando Ferro, o bom Presidente da Comissão Especial, e o nobre Deputado Estadual Sérgio Leite, e V.Exa. mostrou muita sensibilidade a esse assunto.

Quero também louvar o Diretor-Geral da ANEEL, Sr. Jerson Kelman, com quem também estivemos conversando por mais de duas horas sobre esse aumento.

Mas algumas coisas me trazem constrangimentos com relação a esse fato da CELPE. Em primeiro lugar,

como disse o Deputado Fernando Ferro, pedir 56,7% é uma falta de sensibilidade num país que luta para ter controle sobre a inflação, o que não é uma conquista do Governo do Presidente Lula, mas do povo brasileiro. Repito: é uma insensibilidade!

Em segundo lugar, a ENDESA, no Ceará, que tem a mesma térmica e cujo aumento também seria de 50%, teve a sensibilidade, ela mesma, de propor 20%, diluídos em vários anos. Por que a CELPE, depois de uma mobilização do Estado, depois de verificar a impossibilidade de chegar ao índice de aumento de 34%, desestabilizando não só o setor residencial, mas também o produtivo do Estado, através das empresas, das indústrias, do setor hoteleiro, vem agora agir assim?

A CELPE, de vez em quando, diz que isso é eficiência. Eficiência coisa nenhuma! Tenho em mão dados em que o Diretor-Geral Jerson Kelman mostra que a perda média das outras empresas concessionárias de energia do Brasil é de 12,5%, enquanto a CELPE acena com 26% de perdas técnicas, entre outras coisas. Isso precisa ser estudado.

O Diretor-Geral Jerson Kelman ficou de nos dar uma resposta sobre isso. E ainda vamos baixar o percentual de 24%, porque Pernambuco não está satisfeito com isso. Repito: não está satisfeito.

Quero louvar a classe política de Pernambuco, que despolitiçou, desde a primeira hora, Sra. Ministra, esse aumento de energia. O próprio Governador tem sido muito firme, agradecendo a Oposição pela maneira correta como tem se conduzido nesse episódio. O Governador já fez uma consulta ao CONFAZ para reduzir o ICMS, a fim de que a tarifa baixe ainda mais.

Mas tem mais, Sra. Ministra, e isso depende de V.Exa., que é forte, é a dama de ferro deste Governo. V.Exa. é forte não porque tem energia elétrica, mas porque tem energia física, porque fala com propriedade e conhecimento, tem visão pública e sabe que energia elétrica é bem de primeira necessidade.

As telecomunicações pagam, apenas de PIS e COFINS, 3,65%, enquanto o setor elétrico paga 7,65%. Por que não baixar isso e dar mais direitos ao consumidor? Não é baixar para que as concessionárias continuem com a praticar mesma tarifa, mas para beneficiar o povo, para que possamos, lutando, manter a inflação baixa e para que o País continue crescendo, gerando emprego e renda.

Eram estas as duas perguntas. A primeira sobre as perdas, que não podem ser contabilizadas em 27%. Tem que se dar um prazo determinado para que a CELPE revise e baixe essas perdas, para se equalizar os dados com os das demais empresas, quem apresentam 12,5%. E a segunda pergunta. O Ministro

Palocci diz que é forte, mas a força dele não é igual a de V.Exa., Sra. Ministra Dilma Rousseff!

O Ministro Palocci pode ser sensível, baixando o PIS/COFINS de 7,65% para 3,65%, igual ao que se paga no setor de telecomunicações. Mas não para as concessionárias ficarem com a mesma tarifa, mas para dar mais folga ao povo. Ora, 24% não são a favor da CELPE! Queremos menos ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Como último orador deste bloco – e depois virão as respostas –, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** –

Meus cumprimentos à Sra. Ministra Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, estamos assistindo ao resultado de um processo que felizmente findou-se em 2004, com o novo modelo de gestão do setor elétrico. Estamos ainda tirando dos armários alguns esqueletos que teimam em aparecer. Um deles diz respeito aos contratos, que, à época daquele modelo repensado e gestado, de passar o monopólio estatal para o monopólio privado, fizeram com que a não-estruturação do sistema de regulação permitisse a proteção ao consumidor. Já que a ANEEL foi constituída posteriormente às privatizações do setor elétrico, ao modelo que foi implementado, não é só a CELPE, mas outras empresas brasileiras também estão com a mesma sanha de repassar ao consumidor o modelo equivocadamente adotado, a saber, as perdas técnicas por falta de um gerenciamento melhor.

Mas creio que a reação ocorrida em Pernambuco, que talvez se repita em outras partes do Brasil, permita um repensar geral dos contratos passados. Há um paradigma, que é o respeito aos contratos, mas há também fatos posteriores que forçosamente revelam a necessidade de haver uma revisão desses contratos. É preciso chamar as partes para discutir, em função do novo contexto do modelo. Não é possível transpor para o momento atual um contexto que foi articulado, gestado e direcionado no passado. Esse modelo é radicalmente diferente.

Sem querer fazer apologia ao desrespeito aos contratos, quero dizer que no Direito Civil sempre é possível haver revisão de cláusulas contratuais sem que fatos supervenientes venham a ocorrer no futuro. Estamos dentro de um novo contexto: leilão por tarifa mais módica, com vistas ao atendimento ao consumidor, permitindo a inclusão elétrica – e, talvez, seja este o objetivo principal do modelo que está hoje curso.

Não vou fazer nenhuma pergunta, porque estou satisfeito com o que foi exposto pela Sra. Ministra. Hoje, o papel de regulação está a cargo da ANEEL, e creio que a atual Direção da ANEEL, sensível aos apelos

da sociedade, à manifestação do Parlamento brasileiro, que, em última instância, tem o papel de fiscalizar todos os atos do Poder Executivo, vai chegar a um consenso, a um bom termo.

Gostaria de manifestar nossa preocupação com a dívida das empresas do setor elétrico brasileiro. Se não forem revistas, poderão virar um bolo de neve que colocará em risco sistêmico o nosso setor. A dívida com o BNDES de mais de 20 concessionárias e 4 companhias de geração, sendo que 8 delas estão com enorme soma de dívida líquida, deve merecer desta Comissão uma análise mais acurada. As denúncias dos sindicatos merecem uma atenção especial por parte da ANEEL, por parte do Ministério das Minas e Energia e por parte do Parlamento brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Temos 12 Parlamentares inscritos. No início desta audiência pública, a Ministra nos avisou que a partir das 16h teria de sair para cumprir um compromisso. Então, vou solicitar aos nobres Deputados que sejam o mais breve possível em seus questionamentos. Em vez de 3 Deputados, vamos ouvir os 6 primeiros do bloco, para que depois possamos ouvir o nosso Governador e os Deputados Estaduais, o Presidente da Assembleia e o Presidente da Comissão Especial da Assembleia de Pernambuco. Dentro desse espírito, solicito ao nobre Parlamentar de Minas Gerais, Romel Anizio, que faça suas ponderações.

**O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO** – Sra. Ministra, agradeço a V.Exa. a presença e a esclarecedora exposição a respeito dos problemas do setor energético brasileiro.

A briga se localiza como algo muito paroquial: os Deputados de Pernambuco saíram em defesa da sua paróquia, fazendo uso da palavra com a maior veemência possível, a exemplo do grande Líder desta Casa, Inocêncio Oliveira.

Não posso deixar de cumprimentar nosso ex-colega e Vice-Governador de Pernambuco, José Mendonça Bezerra Filho, que, com a vontade dos pernambucanos, haverá de ser seu futuro Governador.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) –

Sra. Ministra, neste primeiro bloco, vamos devolver a palavra à V.Exa. para que responda às perguntas dos 6 primeiros Parlamentares.

**A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF** – Sr. Presidente, primeiramente vou tratar de duas questões básicas, ambas importantes: uma diz respeito a perdas; a outra, a impostos.

No que se refere a perdas, a ponderação dos Deputados é correta: existem perdas admissíveis e perdas inadmissíveis. Em alguns casos, há indícios até

de não ser possível sustentar a relação entre preços e renda da população, quando ocorrerem perdas excessivas. Asso, como existem até explicações culturais: em alguns locais onde a concentração de renda é alta, mesmo assim há perdas comerciais, numa demonstração de que não é o pessoal necessariamente de mais baixa renda o que não paga energia, afora o problema de “gatos” em atividades comerciais e de serviços.

Então, há que existir um tratamento para as perdas, que apresentam componentes de gestão, social e cultural. Não é correto que a parcela da população que arca com os custos da energia arque duplamente: porque está pagando a conta e porque tem um setor que não está, e, por isso, está sendo duplamente onerada com esse conceito de perdas.

Sem dúvida nenhuma, a ANEEL está atenta a isso. Inclusive fui informada pelo Dr. Jerson Kelman que tinha desencadeado – o Dr. Eduardo Ellery pode me corrigir, se estiver errada – uma série de iniciativas para tratar dessas questões de perdas relativas a várias Unidades da Federação, inclusive em parceria com os governos locais. É bastante pertinente essa questão, que deve ter tratamento da ANEEL, uma vez que ela mesma tomou essa iniciativa. Tenho compreensão particular sobre setor elétrico. Inexoravelmente, do ponto de vista desse segmento, sempre gostaria que houvesse um nível de tributação e de encargos menores, até porque poderia levar a preços mais realistas de energia elétrica. No entanto, também faço parte do Governo. Nessa medida, tenho clareza da importância, até de certa forma um tanto ou quanto distorcida, que os setores de energia, especificamente elétrica e de combustíveis, assumiram no que se refere a tributação, em todas as esferas de governo. Isso não começou hoje; esse processo vem de um tempo maior.

Comprometo-me a continuar discutindo a questão tarifária com a Fazenda. Mas sou sensível também ao fato de que essa tributação representa uma quantia significativa na arrecadação da União. Obviamente, não posso aqui defender a redução pura e simples disso, sem antes ter um horizonte ou um processo de negociação e de reposição.

Estamos também todos conscientes de que há de fato um efeito. Mas vou destacar um ponto. Não acho – e não é só esse caso da CELPE que me permite dizer isso – que os aumentos recentes tenham sua explicação na questão dos tributos, em que pese reconhecer que tenham peso. Tivemos um conjunto de fatores que nos levaram a isso, e destaco como principal o que já tínhamos detectado quando da elaboração do modelo, que é o repasse: a tarifa VN vezes 11,5%.

O setor elétrico também recebeu o fator da indexação K1, K2, K3. É um efeito. E o Dr. Jerson Kelman

tentou dizer, antes de sair, que existem dois componentes num aumento tarifário: o econômico, o efeito da atividade do setor elétrico pura e simplesmente, e o financeiro, fruto de todas as bolhas passadas. Ainda estamos pagando a bolha do racionamento – ainda há ônus do racionamento sobre a conta de luz. Temos a reposição tarifária extraordinária e o seguro-apagão. Isso tende a desaparecer no ano que vem.

Temos o efeito do IGP-M da virada de 2002/03. Como esse imposto no Brasil é sensível à variação cambial, em alguns momentos, esse índice sim, ficou em 46% ou algo assim. Tivemos efeitos sobre a tarifa concentrados no tempo, e muitos fortes. Naquele momento, foi feita até, como foi esclarecido para toda a população, uma defasagem, sobre a qual incide o ônus financeiro.

Mas esse não é, vou repetir, o fator principal desse impacto financeiro, porque, de certa forma, todas as distribuidoras sofreram efeitos dos tributos – ICMS, PIS/COFINS. Por exemplo, numa mesma região brasileira o aumento residencial foi de 1,96%, e, em outra, de 15%. O que explica a diferença é o valor da energia, que, num caso, foi repassado aos preços médios de energia existente, enquanto, no outro, chegou a tanto pela nova recontração. Então, os desequilíbrios principais que vivemos neste momento decorrem sobretudo do impacto da questão do *self-dealing* e do VN vezes 11,5%, sem negligenciar que existe um impacto decorrente do aumento do PIS/COFINS, do ICMS e também de variações financeiras passadas. Esse impacto, se não existisse, aí sim isso contribuiria para uma revisão tarifária, para uma tarifa bem menor.

Acredito que estamos no final de um período muito difícil no que se refere ao setor elétrico. Os senhores relembrem os reajustes residencial e industrial, no que se refere ao seguro-acionamento, ou seja, à recomposição por causa do racionamento, que oscilava entre 2,8% e 7,8%. O seguro-apagão era outro tanto.

Hoje estamos fazendo um imenso esforço também para reduzir a CCC, que cresce por dois motivos: porque cresce o preço do petróleo, 90% do diesel elétrico é consumido no Amazonas; e porque, ao crescer o consumo no sistema isolado, ele cresce aumentando a CCC, porque quanto mais se expande o sistema isolado, mais ela se expande.

Agora estamos, através de dois movimentos, tentando coibir esse aumento: De um lado o Gasoduto Urucu–Manaus e Urucu–Porto Velho; de outro as interligações de Jauru–Vilhena e a discussão sobre a interligação Tucuruí–Manaus, numa tentativa de tornar menos pesada a tarifa dos nossos contêrreos do Norte, prejudicados sob determinado ponto de vista, porque o sistema isolado é muito pior em qualidade



do que nosso sistema interligado. Temos de pagar a diferença pelo fato de a nossa hidrografia ser favorável para a produção de energia muito mais barata do que a usada no Norte, a diesel. Todos pagamos por essa diferença nas nossas contas de energia. Diminuí-la é bom para todo o Brasil. Por isso essa questão é fundamental.

Encerro, dizendo que acho fundamental, num país como o nosso, o respeito aos contratos, a atitude respeitosa diante dos agentes e dos contratos existentes. Isso nunca vai deixar de implicar que a sociedade e o Legislativo debatam o assunto, nem tampouco que os agentes sejam insensíveis a essas discussões. É possível chegarmos sempre a um consenso na área, em atitude de negociação, como a que estamos presenciando aqui.

Finalizo minhas palavras, cumprimentando o Vice-Governador de Pernambuco e os Srs. Deputados e agradecendo à Comissão o convite. Informo à Mesa que terei de sair já, porque já tinha compromisso agendado previamente. Mas, repito, fiz questão de participar desta importante reunião. Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sra. Ministra, foi muito importante a observação de V.Exa. Em conversa com a Comissão de Parlamentares da Assembléia Legislativa de Pernambuco, soube da intenção deles de manterem uma conversa com o Ministério de Minas e Energia. Pergunto a V.Exa. se há possibilidade de isso acontecer, para que se discutam algumas sugestões.

**A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF** – Perfeitamente. Mas hoje, só se for muito tarde da noite, às 22h ou 23h. Amanhã vou estar no Pará, tratando do assunto do biodiesel.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Obrigada, Sra. Ministra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Então está marcado para as 22h.

Registro a manifestação pacífica dos funcionários da Companhia Energética de Brasília nesta Casa.

Agradecemos à Sra. Ministra a presença. S.Exa. vai ter de se ausentar. É importante que seu Secretário-Executivo a represente até o final desta audiência pública.

**A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF** – Srs. Deputados, informo a V.Exas. que o Dr. Maurício Tolmasquim deixou a Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia para assumir a Presidência da Empresa de Pesquisa Energética, órgão muito importante para nós, que teve sua criação aprovada pelos senhores na Lei nº 10.847, de 2004. Tenho o prazer de lhes apresentar o novo Secretário-Executivo, Dr. Nelson Hubner.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – A partir deste momento, o Dr. Nelson Hubner representará o Ministério de Minas e Energia nesta audiência pública.

*(Manifestações na platéia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Aceitamos a manifestação democrática.

Em continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Eduardo Ellery, que vai oferecer respostas aos questionamentos dos 6 primeiros Deputados.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, aproveito a presença dos urbanitários, que representam a categoria dos eletricitários, e peço à Presidência que, assim como teve a compreensão de ouvir também nosso Vice-Governador, permita que faça parte da Mesa o Secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários, que se encontra presente e que também gostaria de se posicionar sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Com prazer. Convido S.Sa. a ocupar um lugar à Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho.

**O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO** – Sr. Presidente, vou abordar basicamente dois assuntos. O primeiro, levantado pelos Deputados Fernando Ferro e Inocêncio Oliveira, que se refere às perdas, tema também levantado em Recife pelo Presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa – diga-se, preocupação também do Governo do Estado. Nesse sentido, é importante notar que a ANEEL atua de forma descentralizada nos Estados, trabalhando em convênio com as Agências Reguladoras Estaduais. No caso de Pernambuco, a ARPE, presidida pelo Dr. Jayme Asfora Filho, aqui presente, muito colaborou conosco desde o início na análise do processo da CELPE, a quem solicitamos análise do pedido de perdas, que, convém salientar, foi de mais de 30%. Numa primeira aproximação, antes que tivéssemos posição técnica mais detalhada da própria ARPE, já reduzimos esse número para 26,96%. Ela nos apresentou um estudo, que chegou à nossa mão em 19 de abril próximo passado, sendo complementado por mais uma correspondência de 22 de abril. Amanhã, quando proferir meu voto, certamente agora tendo como base o estudo técnico, teremos uma forma de evoluir tecnicamente nessa posição das perdas. E é o que vou preparar no meu voto, como eu disse ao Vice-Governador Mendonça Filho. Afinal, as coisas acabaram de chegar. Certamente, agora temos

suporte técnico não só pelo o que a CELPE nos apresentou, mas também porque nossos fiscais – a ARPE é como se fosse a ANEEL no Estado de Pernambuco – já concluíram os levantamentos. Então, teremos uma posição mais ponderada, com relevante abordagem técnica. Isso vai nos ajudar muito.

A segunda questão do Deputado Fernando Ferro pergunta se já ocorreu algum caso de redução nas revisões tarifárias. É importante notar que essa é a primeira visita que nós, do setor elétrico, fazemos às tarifas de energia elétrica depois de 1993. Naquele ano, a Lei nº 8.631 acabou com a equalização tarifária no País. De fato, essa revisão tarifária, iniciada 10 anos depois, foi a primeira oportunidade em que tecnicamente fomos a fundo no que seria a tarifa ideal para cada concessão, abraçando alguns princípios que nos protegiam de aspectos como assimetria de informação. O concessionário sabe muito mais da concessão do que nós, meros fiscais, embora atuemos no Estado.

A assimetria de informações é muito grande; eles têm livros, material etc. Então adotamos uma empresa de referência. E conseguimos ir a fundo nisso. Há coisas interessantíssimas. Por exemplo, a CEB, em Brasília, como a Light, no Rio de Janeiro, concederam redução tarifária, como também algumas concessionárias menores, tipo Jaguaribe e Nacional, ambas atuantes no interior de São Paulo, e Caiuá, no oeste do Paraná. Esses são alguns casos.

Se não houve redução, a tarifa permaneceu praticamente igual. Mas isso depende muito da concessão. Houve outros casos em que o aumento percentual, não necessariamente o físico, foi muito grande; ou seja, o valor final foi muito grande. Esse é o exemplo de Mato Grosso do Sul, em que a tarifa era mais baixa do que a do Mato Grosso; e, ao final, as duas ficaram praticamente iguais, num processo em que tivemos de dar inúmeras satisfações à sociedade local, ao Ministério Público local. E hoje há compreensão do que se está fazendo.

Basicamente, com isso cubro as duas grandes questões levantadas até o instante. Espero que tenha satisfeito os Deputados que fizeram as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Mais uma vez, peço a compreensão dos Srs. Deputados com relação ao excessivo número de Parlamentares ainda inscritos. Vamos ouvir ainda o Governador e o Presidente da Comissão. Então, espero que os Deputados se limitem aos 3 minutos para facilitar nosso trabalho.

Com a palavra o Deputado Júlio César.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente, Sr. Governador Mendonça Filho, palestrantes, Sras. e Srs. Deputados, não sou de Pernambuco, mas

já estou com a barba de molho. Sou do Piauí. Quando vejo os dados do Nordeste, sua participação no PIB, renda *per capita*, contribuição de tributos, como ICMS, indicadores sociais –, metade dos pobres brasileiros estão na Região –, IDH etc., os piores também se encontram lá, fico preocupado. E estou preocupado porque a previsão de aumento, senhor representante da Ministra, Sr. Secretário Executivo do Governo do Piauí, é para o dia 28/08. Está muito próximo. Fiquei muito preocupado com o que aconteceu em Pernambuco e com esse desconto de 34% para 24%. Não sei como se pode conceder, do dia para a noite, um desconto de 30%. Que conta é essa que se faz neste País? De repente, pode-se reduzir 30%. Se os Deputados de Pernambuco não estão satisfeitos, muito pior está o povo daquele Estado. Se isso acontecer no Piauí, vai haver convulsão social. Sr. Presidente, faço alguns questionamentos. Disse o representante da ANEEL que a equalização acabou em 1993, quando havia o RENCOR, que ia para as empresas. Sugiro criar o CCC da equalização. Se existe para o Norte, por que não existe para o Nordeste, que é muito mais pobre? Em vez de subsidiar as empresas, subsidiem o consumidor, como já é subsidiado o de baixa renda, pela CDE.

Sr. Presidente, também quero saber por que o Ministério não editou manual de enquadramento para os projetos de instalação dos recursos da CDE para a construção de gasoduto. Até hoje todo mundo espera por esse enquadramento, quando sabemos que, em 2004, do total de quase 2 bilhões, há mais de 200 milhões para gasoduto, e esse dinheiro está parado.

A previsão para 2005 é de 300 milhões. Vai aumentando – 15, 17, 23 e 25 – e estabiliza em 30% para construção de gasoduto e até hoje não temos uma norma que discipline a aplicação desse recurso, principalmente para o Nordeste.

O Piauí está ansioso pelo gasoduto, assim como o Maranhão; o Ceará e o Rio Grande do Norte já têm. Precisamos desse enquadramento para que se construa o gasoduto do meu norte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Com a palavra o Deputado Mauro Passos, do PT de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, embora não seja de Pernambuco, sinto-me na obrigação de participar desta audiência pública. A questão em debate não se resume a Pernambuco, é nacional. Fico imaginando se fosse anunciado índice de reajuste semelhante ao aplicado em Pernambuco para o Brasil inteiro. Tenho dúvida se o Governo não cairia.

Todos os 3 índices – o solicitado pela empresa, 56%; o concedido, de 34%; e o agora negociado, de

24% – são escandalosos. Sabemos, e está sendo anunciado, que um dos principais problemas para conter a inflação são os preços controlados, que alimentam o processo inflacionário.

Estamos nesta audiência pública discutindo mais um preço controlado. Cumprimento o novo Secretário e lamento a ausência da Sra. Ministra, mas tenho certeza de que o Secretário levará essa posição a S.Exa. Não há como continuarmos a discussão sem a revisão dos contratos, o que é imperativo hoje no Brasil.

Os contratos foram assinados com o claro intuito de beneficiar os capitais externos que para cá vieram. No bojo do contrato está o benefício ao investidor. As agências controladoras também foram concebidas com o intuito de proteger o investidor e não o consumidor.

Cria-se novamente desequilíbrio, a ponto de estarmos discutindo a situação de um Estado que foi submetido a uma tarifa de 34% e, no setor industrial, de quase 50%, com inflação controlada em 6,7%. Não é possível convivermos com isso.

Sem tocar no pecado de origem que são os contratos, vamos continuar fazendo audiências públicas. O povo já está no limite, não há mais margem para repassar preço controlado para o consumidor, porque são setores oligopolizados. Não adianta dizer que vai deixar de comprar da CELPE e comprar da empresa do lado, porque não conseguirá. Energia não é igual a padaria, que tem uma em cada esquina, em cada bairro. Ela é única, portanto, seus preços precisam ser muito bem discutidos.

Recordo-me que foi iniciativa do Ministro Palocci abortar o reajuste tarifário de 7% ou 8% para a Light este ano, há 2 meses, fora, inclusive, do prazo de 12 meses. S.Exa. teve a percepção do impacto que iria causar aos milhares de consumidores do Rio de Janeiro e impediu que o aumento fosse praticado.

Sr. Presidente, cabe a esta Comissão trabalhar com o Ministério de Minas e Energia e a ANEEL e esforçar-se para que cumprimento de contrato vire dogma. Antes do dever do contrato, temos dever com a Nação. Em alguns países vizinhos os reajustes não foram aplicados. Na Argentina, por exemplo, ainda há contratos de 2001, ou seja, após 4 anos não sofreram qualquer reajuste de energia elétrica; somente agora irão discuti-los.

Considero extremamente oportuno esta Comissão criar um grupo para colher informações no Ministério da Fazenda e no Ministério de Minas e Energia a respeito dessa matéria. Não se trata de rebeldia, mas é uma preocupação. A sociedade brasileira está no limite de absorver esses reajustes, conforme estão sendo estabelecidos nos contratos.

Eram estas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradeço ao Deputado Mauro Passos a participação.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO**

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Governador de Pernambuco, prezados convidados, integro a Comissão de Finanças e Tributação e sou Deputado titular da Comissão Especial da Reforma Tributária. Desejo lamentar a apresentação aqui feita, em que mais uma vez se manipula a incidência de impostos e contribuições sociais sobre determinados preços. Refiro-me especialmente à incidência do ICMS, conhecido de todos, um imposto indireto, com diferente natureza do Imposto de Renda e do IPTU, cujo recolhimento cabe aos Municípios. Quem paga ICMS é o consumidor final, e todos aqueles que na cadeia produtiva das mercadorias ou da prestação de serviços são tributados por esse imposto registram na sua contabilidade o crédito tributário a ele pertinente.

É, portanto, vergonhoso para um grupo empresarial, que pretende fazer reajuste de 34%, colocar como um dos encargos da sua planilha de cálculo a incidência de ICMS.

Na condição de Deputado da Comissão de Finanças e Tributação, manifesto minha posição no sentido de que é necessário esta Casa fazer revisão geral sobre o assunto. Se na empresa concessionária incide de maneira indevida o encargo do ICMS como se fosse custo dela, quantas outras têm se dirigido à ANEEL com suas propostas tarifárias, considerando também no mesmo grupo o PIS e a COFINS, que possuem naturezas absolutamente diversas. A má-fé do grupo empresarial e de todos aqueles que calculam como se fosse dispêndio do faturamento da empresa o recolhimento de ICMS aos cofres das Secretarias Estaduais da Fazenda inicia-se a partir daí.

É necessário repudiarmos essa manobra que atenta contra a economia popular e o interesse público. Espero que a ANEEL não tome sua decisão hoje, mas sua rigorosa posição poderá implicar revisão a menor, mesmo na proposta de deferimento na cláusula de 24,5%. Outra dado fundamental: a Ministra de Minas e Energia fez referência ao novo marco regulatório e aos contratos. Parece-nos que é cláusula pétrea a defesa do marco regulatório, da estabilidade das relações de investimento, geração de energia, comercialização e consumo, para que haja perenidade no setor elétrico brasileiro.

Muitos dos contratos, em outros setores da economia, poucos anos após suas concretizações, revelam-se muitas vezes lesivos ao interesse público, já que nem

toda a área econômica atua de maneira isolada em relação ao conjunto de preços e variáveis na formação de preço de qualquer mercadoria e produto.

A Ministra ainda fez referência às variações cambiais ocorridas a partir de 1999 e o impacto delas no IGPM. Evidentemente, outro índice ou outra conjuntura não incorreria no mesmo impacto.

A utilização da energia oriunda das termoeletricas referiu-se a excepcional período da energia elétrica brasileira. Não vivemos mais esse momento. Ficou aqui bem demonstrado o abuso da regra imposta da desconstrução da energia, a 56 reais o megawatt/hora, impondo-se contratação acima de 130 reais. Na verdade, interesses muito fortes foram prestigiados nesse modelo. Não podemos admitir que a exceção permaneça no setor elétrico como se fosse regra.

É descabida a alusão da empresa à incidência de encargos fiscais, pondo o ICMS como se fosse um ônus para a empresa. Qualquer incidência de encargos tributários no âmbito do imposto estadual ICMS incide como crédito tributário e é deduzida do valor que o consumidor paga na conta.

Não vejo imediata possibilidade de se prosperar na redução do ICMS, via CONFAZ, porque implicaria para todos os Governos de Estado o mecanismo da compensação de receita prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Descobre-se o santo, descobre-se os pés e mais à frente terá de cobrir a cabeça com novo encargo. É importante termos consciência disso.

Reitero a necessidade de a ANEEL não tomar sua decisão hoje e revisar novamente a planilha apresentada, em que a incidência do imposto estadual representa ônus sobre o faturamento da empresa, e não é. É uma atitude claramente manipuladora que ofende a economia popular e o interesse público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradeço ao Deputado Paulo Rubem Santiago a participação.

Passo a palavra ao Deputado ao Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Gomes, do PSB de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO JORGE GOMES** – Sr. Presidente, Sr. Vice-Governador de Pernambuco, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, serei breve e não utilizarei os 3 minutos de que disponho, já que me sinto contemplado pelas diversas falas, principalmente de alguns Parlamentares.

Desejo ressaltar alguns aspectos do contrato, principalmente em relação às manifestações da Ministra Dilma Rousseff e dos Deputados Júlio Cesar e Mauro Passos, de Santa Catarina.

Na próxima terça-feira, deverá entrar em vigor o aumento tarifário. Advirto que, qualquer que seja o aumento, a população não irá suportá-lo.

O Deputado Júlio Cesar abordou os índices de pobreza e desemprego no Nordeste. Em Pernambuco, um dos Estados mais violentos do Brasil, se for feita uma pesquisa, verificaremos que há maior preocupação com o desemprego do que com a violência, que possui índices alarmantes.

Os contratos podem ser respeitados nos diversos níveis de Governo, mas precisamos encontrar uma solução, porque a população começa a mobilizar-se. Apagão hoje, em Recife; outros apagões aconteceram. Na próxima quinta-feira, haverá manifestação no agreste.

O Deputado Pedro Eurico comentava na audiência realizada na Assembléia Legislativa que haverá em Pernambuco, sem dúvida alguma, a desobediência civil. Se não houver outra saída que não o aumento de 24%, 18% ou 15%, a meu ver, a população será prejudicada duplamente, o consumidor pagará o aumento da energia e a incidência de tributos em face dos acréscimos na indústria e demais prestadoras de serviços. As manifestações hoje pacíficas poderão transformar-se em agressivas e não sei aonde vamos parar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradeço ao Deputado Jorge Gomes a participação.

Passo a palavra à Deputada Rose de Freitas. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, demais autoridades que prestigiam a Comissão de Minas e Energia e dão sua contribuição para chegarmos a uma solução com as empresas, a ANEEL, as entidades governamentais e o Ministério de Minas e Energia, faço minhas as palavras do meu amigo Deputado Jorge Gomes.

O reajuste de energia elétrica significa a inviabilização socioeconômica do Estado de Pernambuco. Não é à-toa que temos unidade, o que é raramente obtido em outros Estados.

O Governador de Pernambuco e Deputados de todos os partidos com representação na Assembléia e na Câmara dos Deputados, Secretários de Estado, entidades da sociedade civil, todos representam Pernambuco. Os Ministros pernambucanos Humberto Costa e Eduardo Campos também fazem parte dessa mobilização. O Prefeito de Recife, João Paulo, ficou de comparecer a esta audiência, mas teve de receber delegação do Banco Mundial. Enfim, todos os setores



pernambucanos estão unidos na luta contra o aumento da energia elétrica.

Estamos preocupados com o modelo energético, principalmente a partir da Lei nº 10.848, votada no ano passado neste Congresso. Esperamos que seja um modelo que possa evitar os apagões ocorridos no passado e que traga energia barata, sem solução de continuidade, à população para viabilizar nosso desenvolvimento.

Houve aperfeiçoamento desse modelo a partir da referida lei, pois até então, com a Lei nº 10.604, de 2002, havia possibilidade de autocontratação, do *self-dealing*, em 30%, com os impactos que ele representa para os preços. Com a lei aqui aprovada e enviada ao Governo Lula, temos hoje um modelo que nos previne contra os inconvenientes desse *self-dealing*, principal componente desse reajuste de energia elétrica que será insuportável para o povo pernambucano.

No leilão de energia realizado no dia 2 de abril, foram comprados 57, 67, 75 e 83,16 reais o megawatt/hora. Por conta do modelo anterior, do *self-dealing*, existe cláusula no contrato de concessão que obriga a concessionária energética de Pernambuco a comprar energia a 137 reais o megawatt/hora da Termopernambuco, porque possui ampla participação acionária do grupo que controla a CELPE e a Termopernambuco.

Chamo a atenção para a cláusula quarta do Contrato de Concessão quando estabelece ser obrigação da concessionária promover a instalação de usina termelétrica a gás. Na parte final, arrematando a referida cláusula, estabelece:

*“As obrigações constantes desta cláusula” – portanto, aquela de constituir a Termopernambuco e comprar dela energia mais cara – “e do presente contrato de compra e venda de ações, atribuídas ao adquirente e à CELPE, não poderão ser alegadas para reivindicar compensações tarifárias a pretexto de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão”...*

Qual a situação que temos aqui? Estamos diante de um reajuste que a sociedade não comporta. Dos 34% que estavam sendo cogitados originariamente, 17%, Deputado Jorge Gomes – que também participou da audiência da Comissão Especial –, eram atribuídos à compra a 137 reais da Termopernambuco, dentro daquela permissão legal do modelo anterior de 30% de autocontratação.

Evidentemente, ninguém aqui está querendo que tenhamos um modelo energético que não respeite os contratos, porque se este modelo fosse concebível, não haveria investimento e nós, os consumidores, a médio prazo, na segunda esquina da história, estaríamos pagando pelo efeito do apagão ou teríamos a energia mais cara.

Como disse a Ministra Dilma Rousseff, temos a preocupação de manter os contratos, mas isso implica manter o direito, respeitar a ordem jurídica.

Existe uma construção na doutrina do direito da civilização que vem desde o Direito Romano, do Direito Canônico, que é a teoria da imprevisão, a cláusula *rebus sic stantibus*, ou seja, uma cláusula contratual pode ser revista se as alterações de fato assim exigirem.

Queremos, assim, explorar a redução da revisão tarifária, que pode ser com a atenuação dos tributos. Vamos trabalhar, como disse o Deputado Fernando Ferro, e exigir da concessionária mais eficiência e diminuição das perdas, que implicam aumento dos custos. Vamos explorar de maneira negociada todas as possibilidades, com tolerância, respeito e boa intenção.

E existe uma possibilidade que também poderia ser explorada, que é a da revisão, ainda que parcial, do contrato da concessionária com a Termopernambuco, que vende a 137 reais o megawatt/hora, quando a hidrelétrica produz energia a 83 reais o megawatt/hora. Não há sequer necessidade de rever totalmente esse contrato, que é um investimento feito pela Termopernambuco, mas uma revisão, ainda que parcial, pode ser feita sem desrespeito ao Direito, utilizando a tradição milenar da construção jurídica, que é a cláusula *rebus sic stantibus*. E aí teríamos a possibilidade de rever junto com as outras medidas essa tarifa proposta.

Diferir revisão tarifária não significa a redução que a sociedade está exigindo e mostrando que tem de ser feita. Diferir significa adiar, e algum dia essa tarifa, entre os 24% que estão sendo propostos e os 34% que estavam sinalizados pela ANEEL, virá e pesará para a economia do povo de Pernambuco.

Queremos uma redução substancial, utilizando todos esses instrumentos, que não seja mero adiamento, mero diferimento da revisão tarifária.

Dessa maneira, Sr. Presidente, contribuiremos para que haja garantias também no investimento e sobretudo a possibilidade de a sociedade pernambucana continuar existindo, porque este reajuste é absolutamente impraticável.

Portanto, peço ao Diretor-Geral da ANEEL, aqui representado pelo Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, à Sra. Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, a todas as autoridades, a nossas bancadas e a entidades representativas que continuemos mobilizados. E para que a solução seja mais construtiva, mais profunda, que esse reajuste anunciado para quinta-feira seja adiado. Assim, ganharemos tempo e poderemos explorar melhor as soluções, para que sejam definitivas e não apenas tampões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradeço ao Deputado Maurício Rands a participação.

Vamos ouvir agora, representando o Governo de Pernambuco, o Vice-Governador Mendonça Filho.

**O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO** – Cumprimento o Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Paulo Feijó, meu colega Parlamentar no período em que aqui estive no Congresso Nacional, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, que neste ato representa a Ministra Dilma Rousseff, que teve de se ausentar, e também o Dr. Eduardo Ellery, que representa o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL. Uma saudação a todos os Srs. Parlamentares, principalmente da bancada pernambucana e da Comissão Especial designada para acompanhar o assunto que aqui se faz representar pelos Deputados Sérgio Leite, Roberto Leandro e Augusto Coutinho. Sr. Presidente, este é um assunto de extrema importância para nós, pernambucanos. Tanto é que o Governador Jarbas Vasconcelos fez questão de que aqui eu pudesse participar desta audiência pública ao lado de 2 Secretários de Estado, o Secretário de Infra-Estrutura, Fernando Dueire, e o Secretário de Planejamento, Raul Henry, para que pudéssemos trazer a posição do Governo de Pernambuco com relação à matéria em discussão, que é justamente a revisão tarifária da Companhia de Eletricidade de Pernambuco – CELPE.

De fato, o impacto político, social e econômico destes cerca de 34% já anunciados pela ANEEL produziu um efeito extremamente forte na sociedade pernambucana sob todos esses aspectos que acabei de relacionar. Evidentemente, tendo em vista a responsabilidade do Governador Jarbas Vasconcelos e de sua equipe, esse assunto tem merecido integral acompanhamento.

Foram várias as ocasiões em que tivemos oportunidade de dialogar com a ANEEL e principalmente com o Ministério de Minas e Energia, a partir de suas representações. O Governador Jarbas manteve contato permanente com a Ministra Dilma Rousseff em várias ocasiões, algumas delas pessoalmente. Eu pude representar o Governo do Estado em algumas reuniões de trabalho junto ao Ministério de Minas e Energia e devo aqui, de público, reconhecer o esforço da Ministra Dilma Rousseff no sentido de que esse assunto pudesse ter tratamento mais sério e responsável, tendo em vista o interesse público sempre presente. Dou aqui testemunho público da seriedade da Ministra na condução da revisão tarifária da CELPE.

A rigor, devo também manifestar o respeito com relação ao tratamento dado pela representação da

ANEEL, os Srs. Jerson Kelman e Eduardo Ellery, Relator da matéria.

Quero destacar 3 pontos importantes na discussão, já abordados por diversos Parlamentares e que, no meu modo de ver, representam, na prática, a visão do Governo de Pernambuco e podem possibilitar alternativas para que seja reduzido esse absurdo aumento anunciado. O primeiro ponto diz respeito à questão do índice de perdas da CELPE que está além das perdas médias de outras companhias concessionárias que têm igual tamanho. Mas não seria admissível para nós, que representamos o Governo do Estado, e para o povo pernambucano que uma empresa privada possa ter, em termos de índice de perdas, um índice superior aos que tinha na época em que era uma estatal. É razoável supor que uma empresa privada, que tem meios mais eficientes que uma empresa estatal, possibilite que esses índices sejam menores do que os que já foram detectados pela própria ANEEL. Esse é um ponto que destacamos como muito importante e que deve ser analisado pela ANEEL amanhã, no julgamento final da proposta de revisão tarifária.

Um segundo ponto a destacar diz respeito à Termopernambuco. Essa termelétrica, a rigor, tem provocado muita discussão, muito debate no que se refere ao impacto que representa na majoração das tarifas públicas para concessão de área da CELPE.

Devo dizer que a Termopernambuco não serve, em termos de segurança energética, tão-somente a Pernambuco. Apesar do nome e do volume de produção energética, de mais de 520 megawatts, ela está absolutamente integrada ao sistema elétrico nacional e, portanto, pode e deve ser utilizada como segurança energética para a Região Nordeste e o Brasil como um todo. Hoje, o sistema elétrico brasileiro, principalmente do Nordeste para o Sudeste, está absolutamente interligado. Porém, no meu modo de ver e na visão do Governo de Pernambuco, não é justo que a população pernambucana tenha o encargo de prover a segurança energética para todo o Brasil e sofra, na tarifa, o impacto dessa termelétrica.

Então, esse é um ponto a ser discutido, o que, naturalmente, depende de providências no âmbito do Ministério de Minas e Energia e diz respeito a como, se porventura houver espaço para isso, dividir o peso da compra da energia proveniente da Termopernambuco.

Um último item que citaria como muito importante é a questão tributária. A rigor, o Governo de Pernambuco já adotou providências nesse sentido. O Governador Jarbas Vasconcelos já tomou a iniciativa de solicitar, por meio de seu Secretário da Fazenda, autorização ao CONFAZ, que é o órgão que cuida das

tarifas de ICMS em todo o País, para reduzir a alíquota do ICMS praticada sobre energia elétrica dentro do território do Estado.

Só para esclarecer os presentes, a rigor, essa autorização solicitada pelo Governo de Pernambuco não impõe que outros Estados da Região Nordeste, muito menos do resto do País, tenham necessariamente que praticar uma redução da base de cálculo do ICMS. Essa redução é facultativa, o que significa dizer que, se porventura só o Estado de Pernambuco quiser utilizar-se desse convênio, por intermédio do CONFAZ, poderá fazê-lo. É justamente esse dispositivo que o Governo de Pernambuco aguarda para poder reduzir a base de cálculo do ICMS, o que provocará, naturalmente, uma redução do preço final da energia cobrado das empresas e consumidores em geral.

É evidente que ainda resta um último item no quesito tributário, o qual não é de responsabilidade direta do Governo do Estado, mas da União, do Governo Federal, que se refere às tarifas de PIS e CONFINS, o que já foi devidamente esclarecido na manifestação da Ministra Dilma Rousseff.

No mais, em nome do Governo do Estado e do próprio Governador Jarbas Vasconcelos, cumprimento o Congresso, especialmente a Câmara dos Deputados, pela oportunidade desta audiência pública, presidida pela Deputado Paulo Feijó. Está foi uma oportunidade importante para debatermos um assunto relevante política, econômica e socialmente para Pernambuco, e estamos discutindo o tema num clima elevado, onde os principais atores políticos do nosso Estado se fazem presentes. Cumprimento o Deputado Fernando Ferro por ter apresentado o requerimento à Comissão de Minas e Energia para que pudéssemos discutir este tema que, como já disse, é muito importante para a comunidade pernambucana. No mais, nossos agradecimentos em nome do Governador Jarbas Vasconcelos e de toda a sua equipe.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Nossos agradecimentos ao Vice-Governador José Mendonça Filho.

Como a luz indicativa do início da Ordem do Dia já está piscando, peço ao Presidente da Comissão Especial de Pernambuco e ao Presidente da Federação dos Urbanitários que façam suas intervenções com brevidade, a fim de que possamos finalizar esta importantíssima audiência pública.

Com a palavra, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, o Deputado Sérgio Leite.

**O SR. SÉRGIO LEITE** – Sr. Presidente, Vice-Governador Mendonça Filho, demais componentes

da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, diante não só do reajuste mas, desde a privatização, da péssima qualidade dos serviços prestados pela CELPE ao consumidor pernambucano, instalamos uma Comissão Especial, com a aprovação dos 49 Deputados Estaduais e a participação de todos os partidos políticos.

Ouvimos representantes da ANEEL, da agência reguladora estadual, da própria CELPE e de diversas entidades da sociedade civil pernambucana. Tivemos a oportunidade (*falha na gravação*) e estamos buscando alternativas, juntando todos os segmentos da sociedade.

Há muito tempo não se vê em Pernambuco os diversos setores da sociedade, independentemente de posição política, unirem-se como agora para enfrentar essa questão. Não é que um ou outro vá ter mais ou menos benefícios; todos serão prejudicados com o reajuste apresentado; por conta disso, todos estão mobilizados. Aqui estamos juntos Deputados Estaduais, Deputados Federais, Vice-Governador, Prefeito, independentemente de partido; lá, as centrais sindicais, os empresários, os trabalhadores, diversos segmentos da sociedade estão mobilizados, em passeatas, em apagões, pressionando, a fim de demonstrar nossa indignação diante desse fato.

Um reajuste nesse percentual pode quebrar a economia do Estado de Pernambuco, levá-la ao caos; pode aumentar o desemprego. Ele criaria um grande transtorno para a nossa sociedade, que vem tentando, com dificuldade, soerguer sua economia, buscar alternativas para o seu desenvolvimento. A possibilidade de um reajuste como esse afugenta qualquer possibilidade de investimento no Estado.

Diante disso, já entregamos, na audiência com a ANEEL em Pernambuco, um documento em que solicitamos, em primeiro lugar, o adiamento do reajuste, até porque os fatos que foram aqui expostos precisam ser avaliados com mais profundidade, os dados são muito complexos e precisam ser analisados com muita tranquilidade em uma negociação.

A ANEEL alega que depende de uma iniciativa da CELPE, que essa questão não pode ser decidida exclusivamente por aquela agência. A CELPE, desde que foi privatizada até agora, não fez um gesto de solidariedade com o povo pernambucano. Até agora, prestou péssimos serviços, praticou aumentos abusivos, não responde às reclamações de contas cobradas a mais, enfim, coisas absurdas acontecem na relação CELPE e consumidor.

Precisamos de um gesto da CELPE, com o qual, até agora, ela não sinalizou. Depois de toda essa mobilização, a CELPE sinaliza não com uma redução,



mas com um parcelamento, reduzindo para 24 agora e parcelando o resto nos próximos 3 anos. Isso não é redução. Nós queremos uma redução, porque tudo o que foi exposto aí é absurdo.

Queria agora entrar na questão dos contratos. Respeito a preservação dos contratos, mas acho que o contrato prioritário, que tem que ser respeitado, é aquele firmado com o povo. Quando houve a privatização, garantiu-se que a CELPE não poderia comprar energia pelo preço mais alto. Esse é o primeiro contrato que deveria ser respeitado. Apesar da lei, dos benefícios gerados com o apagão, o contrato da privatização garante isso, e garante também que o custo da energia comprada pela Termo vai incidir no reajuste da energia. Isso está no contrato de privatização.

Apesar de toda essa manobra, e acho uma manobra suja do setor elétrico esse contrato no sentido de a empresa comprar energia dela mesma na questão dos apagões, eu acredito que, se aceitarmos essa situação, privilegiaremos o mais esperto, o que tentou burlar a ANEEL e o povo pernambucano, aproveitando-se de uma oportunidade.

A empresa que não adotar esse tipo de procedimento não vai quebrar. Lá, no Rio Grande do Sul, uma empresa reajustou as tarifas em 1,96%, outra, em 15%. Eu garanto que a que reajustou em 1,96% não vai quebrar, porque não existe notícia de empresa do setor elétrico que tenha quebrado – todas as perdas vão para a conta do consumidor. Se ela mantiver reajuste zero, nem assim ela quebra, muito menos se fizer algum reajuste, ainda que abaixo do que está previsto.

É importante lembrar esse ponto do contrato, mas o contrato maior é aquele que respeita o direito do povo, a soberania e a qualidade de vida de uma população que já sofre com a violência e com diversas outras dificuldades sociais e econômicas.

Em primeiro lugar, queremos fazer apelo à ANEEL no sentido de que busque junto com o Ministério de Minas e Energia o adiamento desse prazo, previsto para o dia 29, porque assim ganhamos tempo para aguardar essa decisão sobre o ICMS. Como disse a Ministra, o PIS/COFINS é questão maior da política econômica e precisa de mais estudos, não pode ser resolvido do dia para a noite. Não podemos aceitar o aumento e depois ficar aguardando a decisão sobre o PIS/COFINS e sobre a Termopernambuco.

As perdas já foram apresentadas em planilhas. Elas são absurdas, assim como os argumentos utilizados pela CELPE para justificar que as perdas em Pernambuco sejam as maiores do Brasil. Pernambuco tem um alto índice de violência, mas não há registro de que algum funcionário da CELPE tenha sido violentado porque estava fiscalizando, cobrando a conta

de energia ou cortando fornecimento de energia. Se houve perdas, foi por incompetência, por falta de qualidade no serviço.

Outra coisa: quem vai indenizar o povo que pagou pelos investimentos que a CELPE deveria estar fazendo, desde a privatização até agora, para não ter perdas e poder oferecer um serviço de qualidade? A CELPE teve lucro. Não está sendo cumprido o contrato que deveria evitar essas perdas. A CELPE só cuida do lado dela, alegando que o contrato não pode ser quebrado e desrespeitando o consumidor.

Portanto, faço apelo em favor do adiamento do prazo e de que se encontrem alternativas para a Termopernambuco.

Temos um documento que não é só de uma Comissão da Assembléia, mas está assinado por diversas entidades da sociedade civil de Pernambuco, com apoio da bancada federal do Estado, do grupo Ilumina – um movimento especialista em energia –, de professores universitários, do Sindicato dos Urbanitários, enfim, de pessoas que querem contribuir para que não haja um caos em Pernambuco e para que tenhamos prazo para negociar a solução dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos a participação ao Deputado Estadual Sérgio Leite, que presidiu com brilhantismo a Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Vamos ouvir agora o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Dr. Franklin Gonçalves.

**O SR. FRANKLIN GONÇALVES** – Obrigado. Eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Dr. Nelson Hubner, aproveitando para cumprimentá-lo pela nova função de Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. Se o Dr. Nelson desempenhar essa nova tarefa da forma como desempenhou a de Chefe de Gabinete do Ministério, será mais uma pessoa aberta ao diálogo, pronta para ouvir o conjunto da sociedade.

Representamos o sindicato dos trabalhadores da CELPE. Aprendemos com o Presidente Lula que não temos de ser corporativos, temos de ser um sindicato cidadão. Não poderíamos deixar de fazer coro com esta luta, que tem implicações para o conjunto da sociedade não só de Pernambuco, mas de todos os Estados que têm sofrido com esse processo de revisões tarifárias e aumentos muito acima da correção de salários.

Queria manifestar nosso repúdio pela ausência nesta reunião da CELPE e da ABRADE, que representa as distribuidoras de energia elétrica. No ambiente de negociação, é fundamental a participação de todas as partes envolvidas. Alega-se que os contratos não podem ser quebrados, mas todo contrato tem de ter cláusulas razoáveis. Se não tem, o espaço da negociação é que é o foro adequado para



se fazer esse ajuste. Nosso repúdio é por negarem essa oportunidade de negociação. Aliás, acho até que essa atitude da CELPE e da ABRADE reforçam a necessidade de se apresentar um projeto de lei que altere o papel das agências reguladoras, a fim de que a intervenção do Congresso Nacional seja maior nesses casos que hoje são de responsabilidade da ANEEL, como revisão tarifária, qualidade de serviços prestados etc.

No projeto de lei há um dispositivo de metas de qualidade. A ANEEL tem de prestar contas ao Parlamento. É fundamental que a Agência declare, na próxima revisão tarifária, quais foram os investimentos feitos pela CELPE para reduzir essas perdas, tanto as comerciais quanto as técnicas.

A origem do problema está na desconstratação de energia. Por que a empresa desconstratou energia? Isso era fundamental, porque iriam privatizar as geradoras, e, ao desconstratar o capital privado, iriam vender, no mesmo modelo anterior, para qualquer distribuidor que quisesse. Havia, então, energia velha a 57 reais – preço da energia que a CHESF vendia para a CELPE –, que com certeza iria ser vendida a preço marginal. A desconstratação era peça fundamental para o processo de privatização no Brasil e iria culminar com a venda das geradoras.

O que estamos dizendo – a Ministra já explicou isso muito bem – é que, com os leilões de energia existentes, essa reserva de energia velha pode ser usada para fazer com que o preço não seja o do custo marginal. Se tivesse havido essa privatização, não estaríamos discutindo isto. Com certeza, de agora em diante a tendência seria aumentar as tarifas muito mais do que já estão aumentando.

Quanto ao reajuste de tarifas da CELPE, temos de observar muito bem a questão do lastro físico, porque hoje existe um descompasso entre o operador e a comercialização da energia. Quem determina se uma térmica vai ou não operar é o Operador Nacional do Sistema (ONS), mas quando existe água sobrando no reservatório, essa térmica não gera, e fica recebendo insumos de gás, previstos nos contratos, que também garantem a venda da energia para as distribuidoras a 136 reais. É preciso analisar todo esse contexto, se queremos de fato fazer uma negociação em que os contratos, que não podem ser quebrados, ao menos sejam razoáveis. Numa situação como essa, com um elemento social tão forte, que é o aumento de tarifa dessa ordem, todos os componentes têm de ser colocados na mesa, para avaliação dos custos e da margem em que se pode trabalhar para diminuir o reajuste. O elemento é justamente o descompasso entre operação e comercialização da energia.

Outra questão. Por que a correção ainda tem de estar amarrada ao IGP-M? Grande parte dos financiamentos para construção de hidrelétricas são nacionais, do BNDES. Por que o IGP-M? E quando se tenta mudar um contrato, há toda uma pressão feita principalmente por quem comprou as distribuidoras. Compraram primeiro as distribuidoras para ter uma reserva de mercado antes de investir na tecnologia que interessa a eles, que é a térmica a gás. Apenas um sexto do potencial hídrico do Brasil foi explorado. Por que construir térmica a gás aqui? Porque era essa a tecnologia dominada por quem comprou as distribuidoras, grupos espanhóis. O investimento é de 3 anos e depois o retorno é garantido.

Havia uma situação de completa desordem no setor elétrico brasileiro. O novo modelo tentou corrigi-lo ao adotar o planejamento, que é determinativo, mas o que está para trás precisa ser revisto. Trinta por cento do mercado de grande parte das distribuidoras, que foram privatizadas, aumentaram seus custos. Agora, no momento da revisão tarifária, os reajustes estão estourando, porque a base dos ativos toda sobe.

Deixo, portanto, nosso repúdio pela não-participação da CELPE e da ABRADE, que depois vão para a imprensa ameaçar que, se houver quebra de contrato, também não vai haver investimento. Ficam jogando para a platéia, fazendo terror com a sociedade, em vez de tentar encontrar uma saída para o problema num espaço importante como este.

É preciso, insisto, que haja alguma razoabilidade nesses contratos. Por isso achamos importante criar a CPI do setor elétrico brasileiro. Há muito mais coisa aí. Começamos a discutir o reajuste tarifário da CELPE e acabamos chegando na causa dos problemas. É fundamental instalar essa Comissão, para verificarmos não só a questão dos contratos, mas também o financiamento, que foi feito via BNDES e não está sendo pago. Vamos instaurar no setor elétrico, mais uma vez, o capitalismo sem risco? Quem acreditou no Gustavo Franco e apostou que a paridade do real com o dólar iria durar toda a vida tem de assumir o risco de ser capitalista quando for investir. Não dá para ter capitalismo sem risco, à custa do consumidor brasileiro. Fica a nossa solicitação. Essa é uma dívida que a Câmara tem com o Brasil, até para evitar novos erros num setor tão estratégico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos ao Franklin Gonçalves a participação.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Fernando Ferro, vamos ouvir rapidamente, até porque a Ordem do Dia já foi iniciada, o Dr. Nelson Hubner, Secretário-Executivo do Minis-

tério de Minas e Energia, que vai responder aos Srs. Parlamentares.

**O SR. NELSON HUBNER** – Senhoras e senhores, boa-tarde. Acredito que boa parte das questões levantadas já foi abordada. Ficou no ar apenas uma, relativa a um entendimento que tanto o Vice-Governador quanto o Deputado Paulo Rubem mencionaram, a utilização das térmicas não só na Região Nordeste, mas em todo o País.

Houve dois momentos na época do apagão. Foram construídas as térmicas emergenciais, que têm mesmo a característica ressaltada pelo Deputado. As térmicas a gás, não, apesar de terem papel também fundamental para o nosso sistema. Temos no Brasil um sistema basicamente hidrelétrico, que depende de ciclos hidrológicos. Essas térmicas a gás têm papel fundamental na estabilização desse modelo. No final de 2003, havia sobra de capacidade instalada de energia de 8 mil megawatts, no entanto registrou-se falta de energia no Nordeste, por absoluta falta de água. As térmicas têm o papel de suprir essa falta, devem ser contratadas para isso.

A forma como elas foram contratadas é que motivou todos esses questionamentos e a explicação da Sra. Ministra. Existia um marco regulatório que permitia a autocontratação e o repasse desse custo diretamente para os consumidores da empresa, como é o caso da CELPE. Apenas a concessionária, por vontade própria, poderia retirar parte da contratação que ela já tinha feito com o agente de geração, num acordo entre as partes, e vender parte dessa energia nos nossos leilões. Esta é a única forma: tirar parte da energia contratada por Pernambuco e jogá-la para o resto do Brasil. Não há outro caminho. E há necessidade dessas térmicas, para suprimento do País.

Respondendo ao Deputado Júlio Cesar, do Piauí, posso dizer que realmente não se espera que no Piauí não haja esse efeito nefasto de um reajusto mais desproporcional ainda, pelo fato de que nenhuma térmica implantada no Estado foi autocontratada pela empresa do Estado. Não vai haver esse reflexo. Lá, os reajustes serão bem mais brandos do que os de Pernambuco.

Quanto à CDE, o Ministério realmente está envolvido nessa regulamentação, para permitir o repasse das CDEs para a construção dos gasodutos. Mas estamos muito mais preocupados com a capacidade que o País tem de suprimento desse gás. Não adianta implantarmos gasodutos para tudo quanto é lado, se não temos o gás. No Nordeste, por exemplo, a capacidade térmica a gás instalada é bastante elevada,

mas, no momento em que necessitamos dessas térmicas, descobrimos que foram feitos contratos sem lastro físico, isto é, sem que existisse o gás. O que estamos procurando garantir é um equilíbrio entre a capacidade do País de ofertar o gás e a sua rede de gasodutos. Oportunamente iremos regulamentar todos esses dispositivos, para permitir a ampliação da rede e, ao mesmo tempo, a capacidade de produção de gás.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Tem a palavra o Dr. Ellery, representante da ANEEL.

**O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO** – Deputado Paulo Feijó, duas abordagens principais foram feitas aqui. Uma diz respeito ao adiamento, levantado por alguns, em especial pelo Deputado Federal Maurício Rands e pelo Deputado Estadual Sérgio Leite. O Deputado Paulo Rubem Santiago, além de ter-se referido também a essa questão, manifestou a preocupação pela qual vou começar minha análise: aplicação de ICMS e PIS/COFINS no cálculo tarifário.

A tabela que mostramos diz respeito ao impacto para o consumidor final. Mas nosso tratamento tarifário – principalmente devido a uma resolução da ANEEL que redundou num aditivo contratual em todos os contratos de concessão, nem o ICMS, nem o PIS/COFINS estão mais dentro da tarifa, são por fora e têm a compensação – que o senhor viu na tabela mostra o impacto para o consumidor final, porque na tarifa que praticávamos até o final de 2004 o PIS/COFINS estava inserido nele. A partir da assinatura desses contratos, a cada movimento tarifário, como vai acontecer na CELPE agora, o PIS/COFINS vai sair, até porque a alíquota tem direito a algo que o senhor explicou muito bem: compensações. Para dar fiel cumprimento a isso, fizemos esses aditivos contratuais. Uma audiência pública redundou nesse aditivo contratual.

Quanto ao adiamento da decisão, V.Exas. levantaram essa preocupação, é necessário um movimento da CELPE nesse sentido. O que recebemos até agora dela foi o que apresentamos aqui. Amanhã teremos reunião de diretoria, quando apresentaremos essa decisão, o pleito da Companhia e tomaremos a decisão final a partir do relatório e do voto que será apresentado, tendo em vista as manifestações da CELPE até o momento. Nada impede que outras ocorram até amanhã.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS** – Seria importante explicar o sentido do diferimento.

**O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO** – Sim. O diferimento, da forma proposta, que não será necessariamente a que vai constar do voto amanhã,

significa simplesmente o que já foi explicado com muita clareza pelo Deputado Sérgio Leite: um desconto agora para ser cobrado nos anos seguintes. Mas certamente teremos inovações nos votos apresentados amanhã, em função até dos estudos técnicos apresentados pela ARPE.

Mais uma vez enfatizo a importância das parcerias da ANEEL com as agências reguladoras estaduais, que nos dão melhores condições de atuar com sentimento do que acontece nos Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Concedo a palavra ao autor do requerimento de realização desta audiência pública, Deputado Fernando Ferro, para suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, serei breve.

Desejo registrar que o Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, Dr. Francisco Sales, não esteve presente à reunião porque foi avisado ontem, quando retornava de Brasília para Recife. Alguns Parlamentares também não puderam estar aqui por conta de problema de vôos disponíveis.

Sr. Presidente, considero extremamente importante esta audiência. Agradeço a todos a presença. Peço à ANEEL um contato com a Comissão de Minas e Energia, para que possamos também acompanhar o andamento dos trabalhos que se farão. O problema, evidentemente, não está resolvido, mas foi importante o debate e o esclarecimento. Lamentamos a ausência da empresa que poderia trazer suas razões, até para que fizéssemos melhor juízo da sua pretensão tarifária. Mas isso não vai impedir de no encontrarmos em outros momentos. A Comissão vai ficar vigilante. Poderemos inclusive realizar audiência na sequência desses assuntos, até porque aprovamos requerimento para discutir a situação financeira do setor. Isso naturalmente vai trazer o tema tarifa para cá.

Sr. Presidente, a Comissão cumpriu seu papel. Sem sombra de dúvida, devemos manter este espaço e ambiente de negociação para buscar solução para problema tão grave, com repercussões tão dramáticas, como aqui foi expresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – O Presidente titular da Comissão de Minas e Energia, Deputado Nicias Ribeiro, não se pôde fazer presente a esta audiência pública por problemas de viagem. Em nome de S.Exa., todos nós, membros da Comissão, agradecemos a todos a presença, saudando a competente bancada pernambucana de Deputados Federais, os Deputados Estaduais de Pernambuco e o Vice-Governador.

Está encerrada a presente reunião.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 27 de Abril de 2005

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aracely de Paula, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Robério Nunes, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Edinho Bez, Francisco Appio, Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Bóia e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aírton Roveda, B. Sá, Betinho Rosado, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, José Santana de Vasconcellos, Marcus Vicente, Osmânio Pereira, Renato Casagrande e Rose de Freitas. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinária Deliberativa e de Audiência Pública realizadas, respectivamente, nos dias treze e vinte e seis de abril do corrente. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente COMUNICOU QUE se ENCONTRAVA NA SECRETARIA DA COMISSÃO CÓPIA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº TC 011.266/2004-4, EXAMINADO PELO PLENÁRIO DAQUELA CORTE DE CONTAS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE vinte e três de fevereiro de dois mil e cinco. O Senhor Presidente informou, ainda, que o documento tratava da operação DE LICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO COLINAS – RIBEIRÃO GONÇALVES, SÃO JOÃO DO PIAUÍ – SOBRADINHO, IRAPÉ – ARAÇUAÍ e que os interessados poderiam consultar o material na secretaria da Comissão. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que se fizera acompanhar dos Deputados Dr. Heleno e Marinha Raupp e do Senador Valdir Raupp em visita à Base Petrolífera de Urucu, da Petrobrás S.A., no Estado do Amazonas, no dia dezoito de abril do corrente, oportunidade em que conheceram a construção do Poliduto Urucu-Porto Velho e o início das obras do Gasoduto Urucu-Porto Velho, empreendimentos estes que se responsabilizarão pela condução do gás natural de Urucu àquela região e ao restante do País. Em seguida, o Senhor



Presidente comunicou o recebimento de convite formulado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para participar, na qualidade de convidado especial, das Reuniões do Conselho Superior de Infraestrutura daquela Federação, coordenado pelo Instituto Roberto Simonsen. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente comunicou que expirava nesta data o prazo para o oferecimento, junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de emendas à Proposta de Alteração da Resolução nº 01/2001 do Congresso Nacional, que trata dos procedimentos para apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e da Lei do Plano Plurianual. Em seguida, o Senhor Presidente convidou a Deputada Rose de Freitas para assumir a Presidência dos trabalhos, face aos arts. 43 e 40 do Regimento Interno da Casa. A Senhora Presidente anunciou que apreciaria as sugestões de emendas em globo. **A – APRECIAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2001-CN: 1 – SUGESTÃO Nº 1/05 DE EMENDA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2001-CN** – do Sr. Nicias Ribeiro – “os incisos I e II, do parágrafo 1º, do artigo 52, passam a vigorar com a seguinte redação: “art. 52 – ...parágrafo 1º – ... I – até cinco emendas, para as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.” **2 – SUGESTÃO Nº 2/05 DE EMENDA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2001-CN** – do Sr. Nicias Ribeiro – “o parágrafo 2º, do artigo 52, passa a vigorar com a seguinte redação: “art. 52 – ... parágrafo 2º – as emendas das Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, deverão: I – ter caráter nacional ou estadual, dentro da temática da respectiva comissão permanente; II – apresentada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Deputado Nicias Ribeiro, Autor de ambas as Proposições, que esclareceu que as comissões permanentes deveriam obter o mesmo direito de emendamento dado aos parlamentares individualmente. Nesse ínterim, a Senhora Presidente formulou a seguinte Sugestão de Emenda. **3 – SUGESTÃO Nº 3/05 DE EMENDA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2001-CN** – da Sra. Rose de Freitas – que requer que “inclua-se onde couber: “as emendas discutidas e aprovadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deverão ter caráter prioritário de forma semelhante ao tratamento dado às ações e planos governamentais do Poder Executivo”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Deputado

Dr. Heleno, que subscreveu a Sugestão apresentada e afirmou que reivindicava, por ocasião da aprovação da respectiva emenda, a participação igualitária do Congresso Nacional no processo orçamentário, em relação às ações do Poder Executivo. Não tendo havido mais quem quisesse discutir as Sugestões de Emendas, estas foram votadas em globo, tendo sido aprovadas unanimemente. Em seguida, tendo em vista a notícia do falecimento do Deputado Paulo Kobayashi, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, do Estado de São Paulo, a Senhora Presidente anunciou que encerraria a presente Reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e treze minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 4 de Maio de 2005

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aracely de Paula, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Deley, Francisco Appio, Ivo José, João Magno, Jurandir Bóia e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, B. Sá, Helenildo Ribeiro, José Santana de Vasconcellos, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia vinte e sete de abril do corrente. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou QUE, NO ÚLTIMO DIA vinte e sete, designara OS DEPUTADOS B. Sá, RELATOR DO PROJETO DE LEI Nº 5.063/2005; o Deputado José Carlos Aleluia, relator da proposta



de fiscalização e controle Nº 64/2005; e o Deputado NELSON MEURER, RELATOR DO PROJETO de Lei nº 5.000/2005. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que recebera no último dia vinte e sete de abril delegação da República Tcheca, em visita à Comissão de Minas e Energia. O Senhor Presidente deixou registrado, outrossim, a visita do Senhor Seyed Jafar Hasitemi, Embaixador do Irã. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 269/05** – do Sr. Romel Anízio – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **2 – REQUERIMENTO Nº 272/05** – do sr. Mauro Passos – que “requer realização de Audiência Pública para discutir sobre o Projeto de Lei nº 2.830/2003”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Mauro Passos, que solicitou fosse incluído no rol dos convidados o Senhor Edmundo Paes de Barros Mercer, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM. O Autor considerou necessário o debate, vez que a gestão do espaço físico tem representado importante desafio para o Estado. Em discussão, o Deputado Simão Sessim manifestou apoio ao Requerimento. Submetida à votação, a Proposição foi aprovada unanimemente. **3 – REQUERIMENTO Nº 275/05** – do Sr. João Magno – que “solicita sejam convidados representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral e da Controladoria-Geral da União para discutir, em audiência pública, a atuação do Órgão Federal responsável pela gestão do patrimônio mineral brasileiro”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que enfatizou a necessidade de se esclarecer a política a ser adotada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, em relação ao Estado de Minas Gerais. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **4 – REQUERIMENTO Nº 277/05** – do Sr. Luiz Bassuma – que “requer realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia para debater o Projeto de Lei nº 1.292 de 2003”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado João Magno, que subscreveu o Requerimento. Não tendo havido quem quisesse discutir, a Proposição foi aprovada unanimemente. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE LEI Nº 3.104/04** – do Sr. Daniel Almeida – que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000”. Relator: Deputado

LUIZ BASSUMA. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou vista da matéria, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. **6 – PROJETO DE LEI Nº 3.893/04** – do Sr. Fernando Gabeira – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com emenda. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou a retirada de pauta do Requerimento, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa. Em discussão, o Deputado Marcus Vicente subscreveu o Requerimento apresentado pelo Deputado Dr. Heleno, que obteve a anuência do Plenário da Comissão. **7 – PROJETO DE LEI Nº 4.546/04** – do Sr. Eduardo Paes – que “institui que toda licitação voltada para operações de compra e venda de energia elétrica, inclusive na modalidade de leilão, terá a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas, altera dispositivo da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. HELENO. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Betinho Rosado, que solicitou vista da matéria, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. **9 – PROJETO DE LEI Nº 4.767/05** – do Sr. Eduardo Paes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição de Fundo de Garantia de Reserva de Royalties, para os Entes Federativos que se beneficiam da participação ou compensação financeira de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, e dá outras providências”. Relator: Deputado Simão Sessim. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que solicitou a retirada de pauta da Proposição nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa. Submetido à votação, o Requerimento obteve aprovação unânime do Plenário. Logo após, o Senhor Presidente comunicou a realização da Audiência Pública, amanhã, dia cinco de maio de dois mil e cinco, para tratar de questões referentes à Medida Provisória nº 239/2005. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e nove minutos. E, para constar, eu, **Damaci Pires de Miranda**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 5 de Maio de 2005**

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de maio de dois mil e cinco, reuniram-se as Comissões de Minas e Energia – CME e da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – CAINDR, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Betinho Rosado, Dr. Heleno, José Carlos Aleluia, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Pastor Amarildo e Renato Casagrande – Titulares da CME; Edinho Bez, Ivo José, Jurandir Bóia e Marinha Raupp – Suplentes da CME. Estiveram presentes, ainda, os Deputados Ann Pontes, Janete Capiberibe, Lupércio Ramos, Maria Helena, Natan Donadon, Perpétua Almeida e Zequinha Marinho – Titulares da CAINDR, e o Deputado Coronel Alves – Suplente da CAINDR. Deixaram de comparecer os Deputados Aírton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcus Vicente, Nelson Meurer, Osmânio Pereira, Paulo Feijó, Romel Anízio, Rose de Freitas, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares da CME; e os Deputados Agnaldo Muniz, Átila Lins, Carlos Abicalil, Carlos Souza, Davi Alcolumbre, Henrique Afonso, Júnior Betão, Miguel de Souza, Roberto Jefferson, Severiano Alves, Zé Geraldo, Zico Bronzeado – Titulares da CAINDR. Estiveram presentes, ainda, os Senadores da República Flexa Ribeiro e Luiz Otávio. Os Deputados Vadão Gomes e Nelson Meurer, Titulares da CME, apresentaram justificativa de falta a esta reunião, em virtude de compromissos político-partidários em seus estados respectivos. **ABERTURA:** O Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e, após cumprimentar os presentes, esclareceu que, em razão do Requerimento nº 261/2005 – CME, do Deputado Nicias Ribeiro, aprovado em trinta de março de dois mil e cinco, e do Requerimento nº 20/2005 – CAINDR, do Deputado Rodolfo Pereira, aprovado em vinte e três de março do mesmo ano, haviam sido convidados os Senhores Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Averaldo Pereira Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica e Santarém – AMUT; Ivo Lubrinna de Castro, Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT; Virgílio Viana, Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas;

Lívio William Reis de Carvalho, Secretário do Planejamento e do Meio Ambiente do Estado de Tocantins; e Wandenkolk Pasteur Gonçalves, Secretário Executivo de Agricultura do Estado do Pará, para, em audiência pública, discutirem a Medida Provisória nº 239/2005, que “acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”, e o Decreto S/N de dezoito de fevereiro de dois mil e cinco, que “estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região do entorno da BR-163, no Estado do Pará, nos termos do art. 22 – A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Miguel Antônio Cedraz Nery, que expôs suas considerações sobre a importância de se garantir, inexoravelmente, o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, cuja vocação mineral considerava grande. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra ao Senhor Lívio William Reis de Carvalho, que afirmou ter o Estado de Tocantins grande interesse na preservação ambiental, posto que a criação de reservas biológicas naquele Estado eram precedidas de estudos de análise da viabilidade ambiental, ao passo que o Governo Federal, a seu talante, editara a Medida Provisória objeto dessa discussão, que visava à interdição de áreas sem os respectivos estudos prévios de impacto ambiental e de sustentabilidade econômica. O Senhor Presidente concedeu, então, a palavra ao Senhor Ivo Lubrinna de Castro, que manifestou-se contrariamente à referida Medida Provisória. Em seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Sérgio Amaro Aquino, que traçou profícuo histórico da política de integração e povoamento da Região Amazônica e destacou o incentivo governamental à ocupação geográfica desta região. O expositor considerou, porém, contraditória a Medida Provisória em discussão, que, no seu entender, produziria grande vazio demográfico ao impedir seu desenvolvimento sustentável. O representante da AMOT sugeriu, então, como solução para o impasse criado, a aplicação da legislação em vigor,

concomitantemente à criação de meios para fiscalização das atividades na região, com o objetivo de se coibirem as arbitrariedades por ocasião da ocupação do espaço geográfico. O Senhor Sérgio Amaro Aquino sugeriu, ainda, alteração do art. 22-A da Proposição discutida, vez que considerava genérico o termo “Poder Público” para decretar limitações administrativas, e alegou, outrossim, ser prejudicial ao desenvolvimento da referida região o impedimento irrestrito ao exercício de atividades que importassem em exploração a corte raso de florestas e demais vegetações nativas. Logo após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Roselito Soares, Prefeito de Itaituba, que, falando em nome da AMUT, manifestou sua indignação com a edição da Medida Provisória em debate, face ao decorrente impedimento do uso racional do solo e, por conseguinte, sugeriu ao Governo Federal a revisão do respectivo texto. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu, em seguida, a palavra ao Professor Virgílio Vianna, Representante do Governo do Estado do Amazonas, que enfatizou a possibilidade do uso de técnica de manejo florestal para a construção da economia florestal, com base na contribuição das riquezas agrícolas e minerais da Região Norte. O Palestrante reconheceu a intenção louvável do Governo Federal de incentivar o estudo prévio do solo na região, mas afirmou haver alternativas para se promoverem melhoras na legislação em comento. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, com o assentimento do Plenário, concedeu a palavra ao Senhor Edilson Cardoso, Representante do Consórcio Belo Monte do Xingu, que concordou com as ponderações apresentadas por seus antecessores, no que dizia respeito às consequências da eventual aprovação da Proposição em discussão. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Wandenkolk Pasteur Gonçalves, que justificou a ausência do Governador do Pará e observou ser apropriado para o momento buscar-se entendimento com as instituições envolvidas na questão, para se promoverem as alterações pretendidas na Proposição discutida. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, após obter a anuência do Plenário, concedeu a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que se solidarizou aos prefeitos paraenses ali presentes, ao tempo em que considerou inconstitucional o uso de medida provisória para a abordagem do tema discutido, vez que este não continha atributos de relevância e urgência, pressupostos constitucionais para aquele tipo de proposição. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Lupércio Ramos, que asseverou a preocupação que compartilhava com os demais conterrâneos sobre o desenvol-

vimento econômico do Estado do Pará, que exporta madeira, carne e outros produtos por imposição legal da União, sem receber, em contrapartida, a devida compensação. O Senhor Presidente concedeu, em seguida, a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que enalteceu a defesa de todos os presentes a favor da região norte, que considerava símbolo e referência para o restante do País, e sugeriu que, por meio de discussão entre as instituições locais e a população do Estado, se evitasse a interdição do solo da Região. Em resposta às indagações formuladas, o Senhor Wandenkolk Pasteur Gonçalves afirmou que, levando-se em conta que a Proposição discutida tinha como Relator no Congresso Nacional o Deputado Nicias Ribeiro, concluía que, provavelmente, o respectivo relatório seria pela rejeição da matéria. Em seguida, o Senhor Presidente, no uso da palavra, enunciou acurado relato histórico sobre a evolução da economia da região amazônica, considerando a mineração o pilar do desenvolvimento sustentável da região norte do País, embora, a seu ver, esta devesse ser ocupada de forma orientada, no intento de se alterar sua base produtiva. Logo após, o Senhor Presidente, com a anuência do Plenário, concedeu a palavra à Senhora Odileida Sampaio, Prefeita de Altamira, Município do Estado do Pará, que considerou extremamente carente a situação do povo da região, em contraste, no seu entender, com a visão do Governo Federal, que procedia à tomada de decisões indiferentemente às necessidades básicas da população regional, haja vista o texto da Medida Provisória em debate. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos expositores para fazerem suas últimas considerações. O Senhor Miguel Antônio Cedraz Nery justificou a urgência da Medida Provisória em discussão, na pretensão que esta encerrava de coibir o desmatamento desordenado para se alcançar o desenvolvimento sustentável da região. O Senhor Presidente declarou sentir-se honrado em realizar audiência pública de tamanha amplitude, ao tempo em que vislumbrou a produção, pelo somatório dos esforços sintetizados naquela oportunidade, mudança de atitude do Presidente da República em relação à Medida Provisória em comento, de forma a se obterem impactos relevantes para a região norte e, em especial, para o Estado do Pará. O Senhor Presidente agradeceu aos Chefes do Executivo dos Municípios da Região Amazônica que estiveram presentes, os Senhores Luiz dos Reis Carvalho, Prefeito de Anapu – PA; Odileida Sampaio, Prefeita de Altamira – PA; Aparecido Florentino da Silva, Prefeito de Rurópolis – PA; Ademar Baú – Prefeito de Trairão – PA; Cleto José Alves da Silva, Prefeito de Senador José Porfírio – PA; Carlos Augusto Veiga, Prefeito de Jacareacanga – PA; e Averaldo Pe-



reira Lima, Prefeito de Vitória do Xingu – PA, vez que haviam conferido valor significativo à audiência realizada. Ao final, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração de todos para a compreensão do tema e o esforço empreendido para a consecução dos trabalhos necessários ao debate da importante matéria, que considerava ter sido de alto nível. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Deputada Maria Helena, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Declaro a aberta presente reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Minas e Energia e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Nacional, para debater a Medida Provisória nº 239, de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; e do Decreto S/N – sem número –, de 18 de fevereiro de 2005, que estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região do entorno da BR-163, no Estado do Pará, nos termos do art. 22-A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em atendimento ao Requerimento nº 261, de 2005, da Comissão de Minas e Energia, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro, e ao Requerimento nº 20, de 2005, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, de autoria do Deputado Rodolfo Pereira. 149

Inicialmente, gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Convido para compor a Mesa o Dr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves, Secretário-Executivo de Agricultura do Pará, que representa o Governador do Estado; o Dr. Virgílio Viana, Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, que representa o Governador do Estado; o Dr. Lívio William Reis de Carvalho, Secretário do Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins, que representa o Governador do Estado; o Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral; o Senador Fernando Flexa Ribeiro, que representa o Senado da República, a chamada Câmara Alta do nosso País.

Cumprimentamos o Prefeito Averaldo Pereira Lima, Presidente da Associação de Municípios da Transama-

zônica e Santarém–Cuiabá; o Sr. Ivo Lubrinna de Castro, Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT; o Sr. Carlos Magno Ramos, Presidente da Associação Rondoniense de Municípios – AROM.

Agradecemos pela presença aos Prefeitos dos Municípios de Senador José Porfírio, Anapu, Rurópolis, Jacareacanga, Altamira, Porto de Moz, no Rio Xingu, Trairão (Sr. Ademar Baú), Itaituba (Sr. Roselito Soares) e do ilustre representante do Município de Breves, Prof. Idejalma Rodrigues Paes.

Passo a ler ato do Presidente da República:

“A Medida Provisória nº 239, de 18 de fevereiro de 2005, acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

O Presidente da República, no uso da atribuição, que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 22. O Poder Público poderá decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental em área submetida a estudo para criação de unidade de conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes.

§ 1º. Poderá ser dada continuidade ao exercício de atividades em curso, na data de publicação do ato que decretar a limitação administração, que estejam de conformidade com a legislação em vigor, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º. Sem prejuízo da restrição constante do caput, na área submetida a limitações administrativas não serão permitidas atividades que importem em exploração a corte raso de floresta e demais formas de vegetação nativa.

§ 3º. A destinação final da área submetida ao disposto neste artigo será definida no prazo de seis meses, prorrogável por igual período, findo o qual fica extinta a limitação administrativa.

Art. 2º. Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**”



Para efeito de condução da discussão, no mesmo dia o Presidente Lula baixou decreto sem número, interditando na região oeste do Pará, ao longo da Rodovia Cuiabá–Santarém, 8 milhões e 200 mil hectares de terra.

Essa é a razão desta audiência pública.

Deve parecer estranho a algumas pessoas aqui presentes o fato de a Comissão de Minas e Energia ter-se envolvido em matéria que aparentemente está afeta à questão do meio ambiente. Contudo, o decreto presidencial que interdita a área na Rodovia Cuiabá–Santarém envolve áreas de garimpo; conseqüentemente, a Comissão de Minas e Energia da Casa.

Esse fato ocorre em função de existir na área do oeste do Pará a Reserva Garimpeira do Tapajós, criada por meio da Portaria Interministerial nº 882, de 25 de julho de 1983, publicada no *Diário Oficial da União* em 28 de julho do mesmo ano.

A Comissão de Minas e Energia, os Municípios envolvidos e o Estado do Pará, em particular, estão muito preocupados com essa questão da atividade garimpeira na região.

Chamo a atenção dos presentes para o fato de que a Medida Provisória nº 239 tem amplitude nacional, muito embora se tenha extraído dela, no seu primeiro momento, o Decreto Presidencial de 18 de fevereiro de 2005, que atinge diretamente a região do entorno da Rodovia BR-63 do Estado do Pará.

Com base nessa medida, o Sr. Presidente da República terá o poder de interditar áreas de terra em qualquer parte do Brasil, se o setor ambiental alegar agressão ao meio ambiente.

Essa é a razão da audiência pública.

Convido para participarem da Mesa o Sr. Everaldo Pereira Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica e da Rodovia Cuiabá–Santarém – AMUT; o Sr. Ivo Lubrinna de Castro, Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro Tapajós – AMOT; o Sr. Carlos Magno Ramos, Presidente da Associação Rondoniense de Municípios – AROM.

Com a palavra o Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral.

**O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY** – Sr. Presidente, demais Parlamentares, companheiros da Mesa, senhoras e senhores, antes de mais nada, gostaria de parabenizar as Comissões pela realização do debate de tema extremamente polêmico, que envolve boa parte do País, em particular a região amazônica.

Eu, na condição de dirigente de órgão gestor de recursos minerais, estou inquieto com a decisão tomada pelo Governo. Ela vai, certamente, repercutir na sociedade; e o conjunto dos agentes passará a se preocupar

com a execução da atividade econômica, com a própria garantia do desenvolvimento sustentável dessas regiões e com a sua própria sustentabilidade.

O País adotou, no passado, a política de desenvolvimento da região amazônica, cuja estratégia envolvia a interiorização com a ocupação do território amazônico. Para tal buscou incentivos fiscais, financeiros, cambiais, programas de pesquisa e revelação de recursos naturais; investiu em obras de infra-estrutura para a criação de economias externas; materializou vantagens comparativas, além de construir grandes eixos viários para ocupação e desenvolvimento da região. Construiu diversas BRs, como a Belém–Brasília, a Brasília–Acre, a Porto Velho–Manaus e a Transamazônica.

Esses fatos estimularam o crescimento desordenado da região e para ela atraíram aventureiros, especuladores, inclusive pessoas interessadas em dinheiro fácil.

O atual Governo herdou essa dificuldade de gerenciamento, sobretudo do avanço do desmatamento. Resolveu, por isso, adotar medida provisória que acrescentou artigo à Lei nº 9.985. Em seguida, aprovou um decreto como resposta à ocupação e ao desmatamento desordenados.

A medida provisória diz que o Poder Executivo poderá decretar limitações administrativas provisórias no exercício de atividades em empreendimentos efetivos ou potencialmente causadores de degradação ambiental em áreas submetidas a estudo para a criação de unidades de conservação quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais existentes.

No seu § 1º, admite atividades em curso na data da publicação da MP, ressalvado o disposto no § 2º. E o próprio § 2º também estabelece que não serão permitidas atividades que importem em exploração a corte raso de florestas e demais formas de vegetação nativa. O § 3º estabelece o prazo de 6 meses, prorrogáveis, para definir a destinação da área, após o que ficaria extinta a limitação administrativa.

A área ambiental buscou mostrar ao Presidente que as unidades de conservação ocupam papel decisivo na conservação da natureza e no ordenamento do uso dos recursos naturais. O desmatamento da Amazônia avança numa velocidade 12 vezes maior fora das unidades de conservação. Muitos desmatam terras públicas na expectativa de legalizá-las em nome próprio. A criação de unidades de conservação visa eliminar a expectativa de legalização dessas ocupações do jeito que vêm ocorrendo – ou seja, de forma desordenada.

O Governo tem programa de prevenção ao desmatamento na Amazônia Legal. São 16 milhões de

hectares previstos para implantação de unidades de conservação até 2006. Essas unidades de conservação possuem especial valor para conservação da biodiversidade e estão sob forte pressão antrópica, por ação do próprio homem. Serão criadas estações ecológicas, parques e florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável e extrativista, bem como área de proteção ambiental. Tudo isso está no programa do Governo Federal.

A criação de unidade de conservação demanda estudos técnicos, consultas públicas e tempo. Portanto, o Poder Público, segundo a própria exposição de motivos, precisava com urgência de dispor de instrumento legal para impedir de forma efetiva e imediata a ocupação e destruição dessas áreas e de outros biomas brasileiros.

O contexto em que se coloca o controle do desmatamento da região amazônica preocupa os brasileiros. Todos querem dar destinação sustentável à floresta e ao mesmo tempo preservá-la.

Do ponto de vista da atividade mineral – parte que nos toca especificamente –, entendemos que ela é uma atividade que corrobora na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, até porque o subsolo é patrimônio da União, e a mineração apenas ocorre no interesse nacional, conforme o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. Toda atividade de desmate ou de impacto da atividade mineradora – irei mostrar algumas imagens de satélite posteriormente – é de foco pontual dentro de grandes extensões territoriais.

A atividade de mineração, além de promover o desenvolvimento regional em rincões distantes, garante emprego e renda para as populações das regiões envolvidas, assegura que não haja ocupação desordenada da floresta e evita que ocorra desmatamento no seu entorno. Para ilustrar isso, vou mostrar-lhes uma transparência com imagens de satélite.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

De fato, a restrição dada pelo Governo para a área de mineração acarretará dificuldades para a mineração no cumprimento dos seus prazos para pesquisa e continuidade da exploração mineral, bem como na própria obtenção de licenças ambientais.

Queremos – e é com esse espírito que estamos nesta Comissão – mostrar a importância da decisão do Governo em buscar controlar o desmate, mas entendemos que é próprio desta Casa ter condição de aperfeiçoar a medida revertendo alguma restrição que eventualmente de fato se coloque para fins de desenvolvimento sustentável dos Municípios da região amazônica, seja do Estado do Pará, de Rondônia ou outro Estado. O foco que deve ser dado nesta Casa e

nas Comissões é a busca do aperfeiçoamento do ato do Governo no sentido de garantir a sustentabilidade das atividades econômicas no conjunto dos Municípios que envolvem, sobretudo, o decreto sem número de 18 de fevereiro de 2005.

Nesta transparência mostramos o conjunto das áreas de mineração existentes no País e também as unidades de conservação atualmente existentes. O Brasil hoje se configura, sem dúvida alguma, como um País de grande vocação mineral – hoje responde por quase 30% da nossa pauta de exportação.

Esta é uma imagem de satélite. No canto mediano esquerdo está uma mina de manganês na região central do Amapá. Comparativamente, mostramos o impacto pontual da atividade de mineração.

Esta é a atividade na região central. O impacto de 40 anos da atividade praticamente não permitiu nenhuma expansão do impacto e do desmatamento. O desmatamento ocorreu tão-somente ao longo da própria rodovia.

Esta outra imagem mostra áreas protegidas pela Vale do Rio Doce na região do Carajás em 1975. No canto superior direito percebemos o início da ocupação do território da Amazônia.

A imagem seguinte mostra o quanto esse desmatamento desordenado ocorreu. A área de mineração manteve-se preservada. Isso demonstra que atividade pontual, que serve ao País e o interessa, pode efetivamente dar sustentabilidade ao desenvolvimento econômico da região amazônica.

Aqui está uma outra imagem, em que temos o conjunto das minas na região amazônica. Vemos a região avermelhada, que é um *zoom* da área da anterior e que é a área de desmatamento no entorno da atividade de Carajás. A região esverdeada, que está demarcada, é a área preservada pela atividade de mineração.

Aqui está lançado o conjunto dos títulos de minerais na região amazônica, com destaque sobretudo aos Estados do Pará e de Rondônia. Aqui também mostramos o conjunto das atividades, sobretudo de garimpagem de ouro e diamante existentes no País. Observamos o quanto essa atividade ocorre sobretudo na região sudoeste do Estado do Pará.

O decreto sem número, de 18 de fevereiro de 2005, estabeleceu limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região do entorno da BR-163, no Estado do Pará. Assim ele criou 5 polígonos com limitação administrativa, não permitindo atividades e empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental ou atividades que importem exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação nativa.

Também admitiu que poderá ser dada continuidade ao exercício de atividades em curso na data da publicação do decreto que estejam em conformidade com a legislação em vigor, no nosso entendimento. Esse decreto tem validade de 6 meses, prorrogável por igual período.

Aí está o Estado do Pará, para contextualizar onde o decreto se situa, e o foco, no Estado do Pará, o conjunto dos Municípios que o compõem na região sudoeste do Estado.

Este é o conjunto das 5 áreas identificadas pelo decreto. Em preto, podemos ver o polígono delimitador da área da reserva garimpeira do Tapajós.

Aqui os senhores podem observar o conjunto de atividades existentes, devidamente legalizadas e controladas pelo DNPM.

Temos ali um conjunto de requerimentos de pesquisa, mas também já temos 128 autorizações de pesquisa, 55 concessões de lavra no conjunto dessa área. Apenas os requerimentos de lavra, incluindo a lavra garimpeira, são hoje 4.377 e 2 licenciamentos. Os requerimentos de lavra garimpeira dentro da reserva são 14.582. Há também 542 lavras garimpeiras e demais áreas atualmente em tramitação no DNPM.

Aqui os senhores vêem a primeira área, o Polígono 1, já com um conjunto de títulos existentes.

Aqui está o Polígono 2, que abarca mais outra porção.

Ali estão os Polígonos 3 e 4, no destaque, e o 5. São esses 5 polígonos que compõem as áreas envolvidas no decreto e que, portanto, afetariam efetivamente a atividade de mineração nessa região.

Este é um *zoom* na área da reserva garimpeira. A reserva existe há vários anos. Por causa da atividade garimpeira existente no passado, são identificadas cerca de 500 pistas de pouso, 2 mil pontos de garimpagem. Setenta mil pessoas vivem na região em função do próprio garimpo.

A seguir, vejam os senhores a reserva garimpeira, inclusive com o conjunto de áreas restritivas no seu entorno.

Tomei a liberdade de usar alguns eslaides da AMOT, das audiências públicas que ocorreram recentemente na região. Vários Municípios se concentraram nessas audiências: Itaituba, 150 mil pessoas; Trairão, 18 mil; Novo Progresso, 32 mil; Jacareacanga, 20 mil. E 60% da economia da região é baseada em mineração – algo extremamente expressivo. Por isso, precisamos encontrar efetiva solução para o problema.

A intenção do Governo com a edição da medida provisória não é, na nossa opinião, restringir o desenvolvimento da região, mas preventivamente garantir o

desenvolvimento sustentado, impedindo o desmatamento desordenado da floresta.

Entendemos ser necessário fazer ajustes na medida provisória. Nela devem ser feitas diferenciações entre atividade mineral, madeireiras e agropecuárias, por não haver acesso ao subsolo, caso efetivamente não se faça algum corte da floresta. Do jeito que está, ela termina sendo incompatível com a atividade. Precisamos fazer algum ajuste para que de fato o País consiga não apenas coibir o desmatamento desordenado da floresta, mas também dar sustentabilidade às populações da região.

Como disse, a atividade mineral é localizada e seu impacto é controlado. Temos certeza de que é possível garantir a preservação da floresta dando ao povo da região amazônica oportunidade de emprego, renda e dignas condições socioeconômicas.

Entendemos que devem ser promovidos pelo Governo, com caráter interministerial, estudos técnicos e dadas as garantias para todas as atividades legalizadas anteriormente.

As novas áreas com potencial mineral e energético efetivamente reconhecidas devem ter tratamento diferenciado na definição dessas unidades de conservação. Não se pode tratar o assunto de forma generalizada. A licenças ambientais são títulos numerários outorgados pela União, visam ao interesse nacional e dessa forma são submetidas a ela. Portanto, não podemos tratar atividades desordenadas da mesma forma que as ordenadas, que são criteriosas e contam com total controle dos entes governamentais, especificamente do Ministério de Minas e Energia. O DNPM tem buscado critérios que visam garantir a sustentabilidade socioambiental das atividades mineradoras nessas regiões.

As atividades econômicas desenvolvidas na região, dentro dos preceitos legais, devem ser preservadas, não devem sofrer descontinuidade. As pessoas não podem ficar prejudicadas nos seus empreendimentos. A atividade mineradora no País tem de ser garantida.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Registramos a presença do Sr. Joaquim Carlos Lima, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Itaituba e do Oeste do Pará, a quem convidamos para tomar assento ao lado do Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT, Sr. Ivo Lubrinna de Castro.

Convidamos o Sr. Lívio William Reis de Carvalho, Secretário do Planejamento e Meio Ambiente do Estado de Tocantins, para tecer os seus comentários.

**O SR. LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, tínhamos preparado uma exposição em PowerPoint, mas, infelizmente, ela foi extraviada. Amanhã ela estará nas mãos do Sr. Presidente, a quem entrego agora uma nota técnica que havíamos preparado e um CD que traz considerações a respeito do assunto.

O Estado do Tocantins – como todos sabem – foi criado pela Constituição de 1988 e sempre se preocupou com a preservação do meio ambiente. Temos hoje 3 parques estaduais, um monumento estadual e 7 APAs, correspondentes a aproximadamente 2 milhões, 747 mil hectares, 9,9% do território do Estado. Estamos em processo de identificação de mais um parque, uma reserva biológica e 9 APAs – Áreas de Proteção Ambiental, que correspondem a aproximadamente 976 mil hectares.

A criação de todas essas unidades é precedida de estudos. Tentamos criar uma Área de Proteção Ambiental – APA com a finalidade de servir de escudo ao Parque do Cantão, área contígua à Ilha do Bananal. Como não tínhamos ainda os estudos, criamos uma área que de certa forma foi superdimensionada por precaução. Isso tem um pouco a ver com os breves comentários que farei com relação à Medida Provisória nº 239.

O Estado do Tocantins não vê absolutamente nada na MP nº 239 que eventualmente possa trazer problemas, em razão da sua provisoriedade e também pelo fato de que ela permite, como está claro em um dos seus artigos, que as atividades em curso poderão continuar, ou seja, sem prejuízo, poderá ser dada continuidade ao exercício de atividades em curso etc. E a provisoriedade é garantida em razão de que os estudos serão feitos em 6 meses, prorrogáveis por mais 6 meses.

Essa medida está em consonância com as diretrizes do Governo do Estado para a criação de unidades de conservação: dota o Poder Público de um poderoso instrumento legal que garante a inviolabilidade da área potencial, assegura a normalidade e a continuidade das atividades – facilitando, portanto, o trabalho dos órgãos ambientais – e permite uma definição mais criteriosa em relação aos limites.

No entanto, no caso específico do Pará, no dia em que se editou a medida provisória, ao mesmo tempo se editou um decreto criando uma área – nesse caso, competiria aos líderes, às pessoas que estão aqui do Estado do Pará fazerem comentários sobre isso.

Gostaria de fazer um comentário com relação não à medida provisória em si, mas com relação à própria lei que acresce o art. 22. Aí, sim, há coisas que são

verdadeiros absurdos, porque o capítulo V e o próprio art. 22 explicitam que, para o Poder Público, na criação de estação ou reserva biológica, não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º do mesmo artigo, segundo o qual a criação dessas unidades deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública.

No Tocantins, tivemos a experiência da criação de uma reserva biológica de aproximadamente 37 mil quilômetros quadrados, sem nenhuma consulta ao público ou às autoridades do Governo.

Mais séria do que a questão da MP nº 239, que acresceu esse artigo, é a existência de outros graves elementos na lei, uma vez que ela tem grau de provisoriedade e permite a continuidade das atividades em curso.

Em outro caso, também constante do art. 22, não há nada disso, não há provisoriedade. Diz-se simplesmente que ela pode ser criada sem que se ouça ninguém e, inclusive, sem que os estudos sejam feitos.

Sr. Presidente, era essa a breve intervenção que gostaria de fazer quanto ao tema em discussão. Deixo com V.Exa. esta nota técnica que encaminharia a breve exposição que seria feita amanhã e que, infelizmente, não foi possível recuperar no computador.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Quero chamar a atenção dos senhores para a medida provisória, que dá poder ao Presidente de interditar qualquer área para realizar estudos pelo prazo de 6 meses, prorrogável por mais 6 meses. A pergunta é: que empresário ficará esperando 1 ano para saber se sua atividade empresarial terá condições de continuidade? Faço este registro para esclarecer a Comissão.

Com muita satisfação e alegria, registro a presença nesta reunião da ilustre e queridíssima Deputada Maria Helena, Presidenta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Peço desculpas ao Plenário, porque, como começamos atrasados, cometi uma falha ao me esquecer de dizer que, ao lado da Mesa Diretora, há duas lindas jovens com a lista de inscrições para debate do tema em tela. Portanto, os Srs. Deputados e Prefeitos que assim o desejarem podem se inscrever para falar.

Concedo a palavra ao Sr. Ivo Lubrinna de Castro, Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro de Tapajós, a quem, a exemplo do que ocorreu na audiência pública em Itaituba, peço seja o mais objetivo possível.

**O SR. IVO LUBRINNA DE CASTRO** – Sr. Presidente desta Comissão, Sra. Presidenta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Sras. e Srs. Deputados, Srs. Prefeitos e Secretários, dizem que toda unanimidade é burra.



O Diretor-Geral do DNPM, Miguel Cedraz, já adiantou que nossa participação será quase a cópia do que ele e o Prof. Lívio expuseram. Há preocupação geral em relação ao absurdo da Medida Provisória nº 239.

Não somos, porém, totalmente contrários a essa MP, porque era necessário haver ordenamento, principalmente na região do Tapajós. No entanto, o remédio que nos deram está nos matando. Com certeza, os Srs. Deputados vão analisar o assunto e concordar conosco.

Gostaria de convidar o geólogo Sérgio Aquino, Diretor da AMOT, para apresentar nossas propostas à Comissão.

**O SR. SÉRGIO AQUINO** – Sr. Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, autoridades presentes nesta Comissão, inicialmente, vou passar aos senhores o pensamento da AMOT a respeito da atual situação. Para tanto, farei uma retrospectiva da situação que nos levou à atual conjuntura.

Tivemos na Amazônia campanhas como *Terra sem Gente* para *Gente sem Terra* do Nordeste e, em 1970, na época do Presidente Médici, *Integrar para não Entregar*. É preciso lembrar que a Amazônia é 60% ou 59,7% do território nacional, ou seja, mais da metade do País é Amazônia. Em 1979, quando houve essa preocupação do Governo, a população da Amazônia era de 3 milhões e 600 mil pessoas. Em 1991, já havia saltado para 9,2 milhões de habitantes e atualmente está ao redor de 19 milhões de pessoas.

Na Amazônia, temos 1.643 quilômetros de fronteira com a Colômbia; 2.199 quilômetros de fronteira com a Venezuela; 1.606 quilômetros com a Guiana; 593 quilômetros com o Suriname, e 730 quilômetros com Guiana Francesa. E, nesses países, há movimentos como o M-19, na Colômbia; o Sendero Luminoso, no Peru, e o Bandera Roja, na Venezuela. Toda essa imensa fronteira, portanto, está ameaçada.

Em 1948, a UNESCO, organismo da ONU, criou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Isso constou no Acordo de Quito, assinado por diversos países da América do Sul e da Europa: Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Itália, Holanda e o próprio Brasil. Esse acordo, porém, foi vetado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O então Deputado Arthur Bernardes e o Senador Augusto Meira conseguiram vetar essa medida que visava à internacionalização da Amazônia. Vejam que em 1948 tal idéia já existia.

Cito apenas esse exemplo porque ele está registrado nos Anais da Câmara e pode ser facilmente verificado. Existem, porém, outras tentativas como, por exemplo, a do Instituto Hudson, dos Estados Unidos, que queria transformar em um grande lago toda a Amazônia.

Vários fatores se somam: extensa fronteira com enorme vazio demográfico, instabilidade interna nos países limítrofes, subsolo riquíssimo, o fato de ser um local de difícil acesso, pouco patrulhamento e operações militares, além de trânsito ilegal de estrangeiros. Isso é uma realidade. Disso todos sabem. Temos também tráfico de drogas, evasão de riquezas e conflitos agrários. Esse é o cenário da Amazônia.

A política de integração e povoamento da Amazônia, que começou no Governo Juscelino Kubitschek, foi implantada durante os últimos 52 anos. Quando, em 1948, houve essa tentativa de internacionalização, o Estado era o agente-mor do desenvolvimento da política de desenvolvimento horizontal interiorano. O que significa isso? A povoação no Brasil se dava principalmente no litoral e, a partir dessa data, o Governo começou a incentivar o deslocamento das pessoas para o interior, justamente para ocupar as grandes áreas vazias, caso da Amazônia.

Essas bases foram estabelecidas nos anos 50 por Juscelino Kubitschek, com a criação de Brasília, da rodovia Belém–Brasília e a primeira tentativa de implantação da Brasília–Acre. Posteriormente, os militares persistiram nessa estratégia com uma sucessão de medidas: incentivos fiscais, financeiros e cambiais, programas de pesquisa e revelação de recursos naturais, do qual o maior exemplo é o Projeto RADAM, além de investimentos em obras de infra-estrutura para a criação de economias externas e materialização de vantagens comparativas. O que o Governo fazia? Mostrava a todos que valia a pena ir para a Amazônia e ali investir.

Entre os instrumentos usados está a construção de grandes eixos viários convergentes ao centro industrial do País e que agem como vetores básicos de ocupação: BR-10, a Belém–Brasília; BR-364, a Brasília–Acre; BR-163, a Cuiabá–Santarém; BR-310, Porto Velho–Maués; BR-230, a Transamazônica, e BR-150, que liga Belém a Marabá no sentido norte–sul, no extremo leste do Pará.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como sou de Itaituba, vou inicialmente mostrá-la.

Este é o recorte do contorno do Município, retirado de imagem de satélite.

Os senhores podem ver aqui a sede de Itaituba; a BR-163, que se desloca para lá; a Transamazônica e a Rodovia do Ouro ou Transgarimpeira.

Os senhores podem notar que toda essa região é pontilhada com comunidades em desenvolvimento.

Este é o mapa fundiário de Itaituba, onde aparecem as diversas glebas.

Aqui está o Parque Nacional, as FLONAS e Itaituba I e II. Então esta área aqui e essa outra estão

interditadas no Município de Itaituba, sobrando toda essa região.

Temos divergência de informações entre o que há no Ministério do Meio Ambiente e o que há na realidade.

Esta é a área da limitação administrativa. Estão aí os 8,2 milhões de hectares criados pelo Governo Federal, como limitação administrativa.

Este mapa foi retirado do *site* do Ministério do Meio Ambiente, no dia 17 de fevereiro – não sei se os senhores conseguem ler –, mas está escrito: “*Interdição administrativa*”. Posteriormente, o termo, por ser muito forte, foi mudado para “*Limitação administrativa*”.

Pois bem. Os senhores podem ver que toda essa área está pontilhada com povoamento, mas há aqui um grande vazio, não há gente. E talvez a decisão de interditar 8,2 milhões de hectares tenha sido baseada nessa informação.

Esta área não é assim tão vazia.

Aqui temos o Município de Itaituba.

O contorno vermelho é o da reserva garimpeira, que o Dr. Miguel já mostrou.

Estes pontos são as vilas, povoados e cidades pequenas que há no Município de Itaituba. Então, não é um grande vazio, como está mostrado aqui. Esta área ao redor é indígena. São os parques indígenas, ou seja, áreas impeditivas e restritivas que já existem nesse contexto.

Este outro é o mapa da EMBRATEL.

Nestes pontos a EMBRATEL tem base de telefonia. Vejam que, se fosse um grande vazio demográfico, não fazia sentido colocar telefone em todos estes pontos – e este é um mapa oficial.

Os mapas não estão sendo lidos pelas pessoas que consideraram aquela região como um grande vazio demográfico. Os dados usados no Plano de Desenvolvimento Sustentável da área de influência da BR-163 não contemplam, por exemplo, a Transgarimpeira, que estaria nessa região aqui. Ou seja, para eles não existe a Transgarimpeira, mas apenas as cidades ao longo da BR-163. O resto é um grande vazio.

A Transgarimpeira é a Rodovia do Ouro. Ela foi construída em 1986, com fundos da Caixa Econômica Federal e visava à integração dos garimpos da região da reserva garimpeira do Tapajós e sua ligação por estrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Isso, com recursos do ouro de Serra Pelada guardado na Caixa Econômica Federal na época.

**O SR. SÉRGIO AQUINO** – Ela liga Moraes de Almeida ao Creporizão. A estrada tem 200 quilômetros de extensão e é por onde toda essa região se abastecia via terrestre.

Então, vejam bem, a BR-163 e a Transamazônica são contemporâneas. Toda essa extensão aqui é considerada área de entorno de influência da 163. Ou seja, toda a área das Guianas até Nova Mutum, no Mato Grosso, e de Apuí, no Amazonas, a São Félix do Xingu, é de influência que vai ser afetada pela 163. Se seguirmos a mesma linha de raciocínio, temos de fazer uma área igual para a Transamazônica. E por que ela não está contemplada com uma área de preservação tão grande? O fato é que existem reservas minerais em toda essa região, e para cá não existe. Esse é um ponto para pensarmos.

Este mapa também consta no Plano de Desenvolvimento Sustentável. Vejam a quantidade de áreas impeditivas e restritivas existentes nessa região. O sudoeste do Pará fica praticamente impedido de se desenvolver e fazer qualquer atividade. Aqui, reservas indígenas, FLONAs, parques nacionais.

Esta área, que estava aberta, foi fechada com a limitação administrativa. Fecharam esse espaço branco aqui: 8,2 milhões de hectares. E acreditamos que a intenção é fechar essa região com áreas impeditivas e restritivas.

Não chega a ser um problema. Essas pessoas estão lá – garimpeiros vivem lá. Na reserva garimpeira, há 70 mil pessoas trabalhando. O que vamos fazer com elas? A partir do momento em que se decreta uma limitação administrativa e se diz que não se pode cortar vegetação nativa – embaúba, para quem conhece a Amazônia, é vegetação nativa, unha-de-gato também –, como o garimpeiro ou qualquer minerador vai executar seu trabalho? Se ele trabalha no subsolo, ele precisa retirar, no primeiro momento, a vegetação. E, como o Dr. Miguel bem mencionou, esse impacto é pontual. Não desmata centenas de hectares. A mineralização na crosta terrestre é uma anomalia. O ouro e a platina têm valor, porque é difícil encontrar-los na crosta terrestre.

Então, o efeito é pontual. Mas todas essas pessoas vivem do garimpo. Pessoas de 40 e até 50 anos que nunca saíram de regiões como Cuiú-Cuiú e Creporizão. Lá nasceram e lá estão; outros chegaram jovens, mas até hoje continuam lá. O que se vai fazer com essas pessoas? Hoje, elas estão totalmente ilegais, porque na hora em que cortam a embaúba para tirar o ouro e, assim, ganhar o seu sustento, estão praticando ato criminoso segundo a legislação, que diz que não se pode cortar vegetação nativa.

Reserva garimpeira; 500 pistas de pouso. Estão catalogados pelo CPRM 2 mil pontos de garimpagem, e 70 mil pessoas vivem do garimpo nessa região. Aqui temos áreas indígenas, parques, FLONAs,

outras áreas de FLONAs e parques, e tínhamos essa outra abertura aqui.

Com a limitação administrativa, vejam o que sobrou de Itaituba. Claro que os outros Municípios, como Trairão, que também está aqui representado, e Jacareacanga ficaram extremamente penalizados.

A área listrada, alvo de limitação administrativa, possui 8,2 milhões de quilômetros.

O Município de Jacareacanga ficou apenas com esse pedacinho ao longo da Transamazônica. Novo Progresso ficou só com esse pedaço. Embaixo está a Base Aérea do Cachimbo, onde não se pode passar nem voando. Os aviões que saem de Itaituba em direção a Cuiabá têm de desviar a rota, porque não se pode passar por cima da Base Aérea do Cachimbo, muito menos desenvolver projetos.

Novo Progresso ficou com essa parte. O Trairão seria isso aqui. Ele tem as FLONAs de Itaituba I e II, e a limitação administrativa. Sobrou para o Trairão apenas esse pedaço.

Para Itaituba, que é a sede do Município, sobrou isto aqui. Esta lista mostra o entorno da Transamazônica. Esse outro pedacinho mostra a 163. Talvez esteja na moda usar listra, eles deixaram apenas as listrinhas para trabalharmos.

Como vamos desenvolver o Município e as nossas atividades minerais, se existe a limitação que cobre a área da reserva garimpeira e impede que seja retirada a vegetação para fazer a mineração? Ela não só impede a mineração, como também as outras atividades. O agricultor precisa de pasto. E, para tanto, tem de limpar a juquirá, a vegetação nativa.

Passo agora a falar da população que está sendo afetada pela limitação administrativa. Esta foto foi tirada durante audiência pública convocada pelo Prefeito Roselito Soares, de Itaituba, em conjunto com a AMOT e outros órgãos do Município. A audiência nos surpreendeu. De acordo com dados da polícia militar de Itaituba, cerca de 10 mil pessoas participaram do evento. O auditório estava lotado e foi pequeno para acolher tantas pessoas.

A população de Itaituba é de 150 mil pessoas. No Trairão, estima-se que há 18 mil pessoas. Peço ao Prefeito Ademar Baú que, por favor, me corrija se eu estiver errado. Novo Progresso tem uma população de cerca de 32 mil pessoas, e Jacareacanga, de 20 mil. Cerca de 60% da economia é baseada na mineração.

Da maneira como estamos andando, o sudoeste do Pará se tornará um grande vazio demográfico. O Pará só está livre para desenvolver suas atividades nessa região aqui. Ali está fechado. A área vermelha é uma limitação administrativa e era o único buraco que

existia no sudoeste. Aqui são reservas indígenas, FLONAs, parques e outras áreas impeditivas e restritivas.

Como vamos desenvolver o Pará e a sua região sudoeste? O que fazer com as pessoas que lá vivem? Na região há muita gente. O Pará só existe do lado leste. Vejam os senhores que toda essa região está impedida. Não se pode fazer nada aí.

**(Não identificado)** – É na região branca, é possível fazer alguma coisa?

**O SR. SÉRGIO AQUINO** – É a região de Marabá, Carajás e Paraoapebas. Aqui estão reservas indígenas. Aqui é limitação administrativa, que cobre 5 áreas. Aqui é a Terra do Meio, FLONAs, parque nacional e outros parques. Todas essas áreas são limitativas ou impeditivas.

Como mostrei no início, a Região Amazônica, que representa 60% do território nacional, tem, além disso, uma enorme área de fronteira. Se, com a legislação, criarmos vazios demográficos, essas áreas não vão ficar vazias. Como o Dr. Miguel disse, as pessoas passíveis de controle pelos órgãos federais e estaduais são aquelas que trabalham na legalidade. No momento em que se criam impedimentos e restrições para que essas pessoas desenvolvam seus trabalhos, essa área passa a ser ocupada por quem não tem vínculo nem compromisso com a legislação.

Então, pensar que, criando limitações, vamos trazer algum benefício à região, é um erro, pois essas áreas vão ser ocupadas, sim. E temos a prova material disso em algumas regiões.

Vejam bem: há várias décadas, a região sofre a ausência do Estado. A caótica situação que vivemos é fruto dessa ausência, porém, as decisões estão sendo tomadas com base em dados defasados e equivocados. A realidade da região foi considerada com base em informação equivocada. Existe a necessidade da presença ordenadora, orientadora, informativa e licenciadora do Estado, não repressora. Precisamos ordenar. Não reprimir.

Apresentamos as seguintes sugestões: implantação de órgãos públicos licenciadores e fiscalizadores, aparelhamento desses escritórios e agências para que efetivamente possam orientar, fiscalizar e licenciar as diversas atividades da região. Não basta criar um escritório e mandar para lá um funcionário do escalão mais baixo que não tenha poder de decisão ou que não esteja preparado para orientar as pessoas, fiscalizar e licenciar. Há necessidade de controle desses órgãos pelas autoridades competentes para coibir excessos e abusos. Estamos distantes do poder. Itaituba está a 2 mil quilômetros de Belém. Então, é necessário existir controle por parte das autoridades nessas regiões.

Aplicação da legislação em vigor sem criação ou invenção de novas regras. O Brasil é profícuo em legislação ambiental e mineral. O DNPM está fazendo grandes avanços no ordenamento mineral. No final da semana passada, no Seminário dos Gerentes de Exploração, o Dr. Miguel apresentou o planejamento futuro do DMPM, a implantação de medidas que vão trazer enormes benefícios à comunidade mineira. O ordenamento é necessário, e temos essa legislação. Não precisamos inventar nem criar nada novo. Basta implementar e aplicar a legislação existente para coibir as ilegalidades e os crimes que são alvos da MP nº 239 e do decreto de 18 de fevereiro deste ano.

Temos algumas reivindicações. Uma seria a de que a MP nº 239 e o decreto que a segue tivessem nova redação.

Sugerimos que a ressalva constante do Inciso I seja removida, assim como o Inciso II.

A redação da medida provisória não seria uma solução, mas um atenuante. A redação ficaria dessa forma:

*“Poderá ser dada continuidade ao exercício de atividades em curso na data de publicação do ato que decretar a limitação administrativa e que estejam em conformidade com a legislação em vigor”.*

Quem estiver em conformidade com a legislação pode continuar trabalhando, quem não estiver já está ilegal e deve sofrer as sanções e as penalidades cabíveis. Essa seria uma forma de atenuar o impacto que a medida provisória causou.

Porém, no meu entender, a MP esconde alguns pontos que merecem discussão. Por exemplo, o que diz que o Poder Público poderá decretar limitações administrativas provisórias. Quem é o Poder Público? Não é só o Presidente, não. Poder Público são os órgãos do Governo; ou seja, o IBAMA poderá decretar uma limitação administrativa, também a FUNAI poderá fazê-lo, porque ela faz parte do Poder Público. Aqui não se diz “Presidente da República”, mas “Poder Público”.

Vejam bem. Eu não preciso poluir. Eu posso ser um potencial poluidor. Isso já é razão suficiente para que se crie uma limitação administrativa – e sem consultar o povo e as pessoas envolvidas nessas futuras limitações.

Outro ponto. Mais abaixo, lemos: *“(...) o exercício de atividades, empreendimentos efetivos ou potencialmente causador de degradação ambiental em área submetida a estudo.”*

Vejam bem. Basta que se esteja estudando a área para se criar uma limitação administrativa. Então, gostaria que os senhores e as pessoas que têm influência nessa parte vissem com carinho essa situação que, ao meu ver, é grave, porque delega poderes il-

mitados não só ao Presidente, mas também a todo o Poder Público, portanto, aos órgãos que fazem parte do Governo.

“Nas áreas submetidas a atividades, empreendimentos efetivos ou potencialmente causadores de degradação ambiental, atividades que importem na exploração, a corte raso, da floresta e demais formas de vegetação nativa”.

Esse é o decreto.

Aqui, existe a mesma ressalva: *“(...) ressalvado o disposto no Inciso II do art. 2º”.*

Sugerimos, novamente, seja a mesma retirada, porque atenua o impacto. Ficaria, então:

“Poderá ser dada continuidade ao exercício de atividades em curso na data de publicação desse decreto que estejam em conformidade com a legislação em vigor.”

Essas medidas atenuariam o impacto atual da medida provisória e do decreto.

O Brasil e a Amazônia pertencem a todos os brasileiros, principalmente, às pessoas que vivem na Amazônia. Vejam a situação da BR-163. Olhem as cargas. Todo o nosso abastecimento é feito por aí. E ainda se questiona se vale ou não a pena afastar a BR-163 para sair disso aqui.

Era o que tinha a expor aos senhores. Agradeço a todos a atenção e a paciência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – A Presidência registra, com muita satisfação, a presença do Senador Luiz Otávio. Sinta-se, caro Senador, inteiramente à vontade nesta audiência pública. (*Palmas.*)

Com a palavra o Prefeito Roselito Soares, que falará em nome da Associação dos Municípios da Transamazônica e Santarém, por decisão do ilustre Presidente da AMUT, Averaldo Pereira Lima.

Antes, porém, solicito à querida Deputada Maria Helena que me substitua na Presidência dos trabalhos por alguns instantes, enquanto me dirijo rapidamente ao meu gabinete.

**O SR. ROSELITO SOARES** – Em primeiro lugar, agradeço ao Presidente Averaldo Pereira Lima, que me incumbiu dessa missão. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do nosso Secretário de Agricultura, Wandenkolk Gonçalves; ao Senador Flexa Ribeiro e demais representantes do Estado.

Já faz algum bom tempo que estamos discutindo sobre essa interdição na nossa região. E muitos de nós até agora não entenderam bem o que o Governo Federal está decidindo fazer. Como o nosso colega Sér-



gio expôs há pouco, parece que as decisões tomadas não passaram por estudo acerca da devida realidade em que nos encontramos atualmente.

Percebemos algumas situações que talvez deversem ser motivo de preocupação do Governo Federal, que deveria melhor verificar alguns pontos. Em se tratando de algumas decisões existem algumas incompatibilidades com o que ocorre na região.

Em Itaituba, há alguns assentamentos feitos pelo INCRA. Hoje, porém, o mesmo INCRA está indo aos assentamentos a fim de convocar as famílias a saírem daquele local porque é uma reserva. Isso é uma contradição. Podemos falar dos assentamentos de Califórnia – chamado Miritituba –, São Benedito e São Jorge. No passado, o INCRA colocou famílias lá, mas, agora, quer retirá-las. Em segundo lugar, naquela época, o INCRA comprometeu-se com coisas que hoje não mais assume. As estradas, por exemplo, seriam mantidas pelo INCRA, pelo Governo Federal, e não apenas a BR-163, mas também todas as estradas vicinais da nossa região.

Infelizmente, algumas ou a maioria das responsabilidades, o Governo Federal ainda não assumiu perante nós. No entanto, já editou a medida, e os moradores da região estão apavorados, sem saber exatamente o que o Governo está querendo. Municípios como Trairão, Novo Progresso e Jacareacanga sofreram forte intervenção, e sua população está sofrendo muito. Muitas pessoas têm saído de Itaituba e, não encontrando em outras regiões opções de emprego e obtenção de renda, voltado para a sede do Município, o que certamente cria grande problema.

Recentemente – e acredito ser do conhecimento de V.Exas –, foi realizada pela Sra. Muriel Saragoussi, Secretária de Coordenação Amazônica do Ministério do Meio Ambiente, uma audiência pública em Itaituba. O Governo Federal criou a medida para melhorar a sustentabilidade econômica da BR-163, conseqüentemente, do resto do Pará e região.

Em nossa região, no somatório com os outros Municípios, há quase 300 mil pessoas. Perguntei à Sra. Muriel a respeito da sustentabilidade da BR-163, caso não tenhamos oportunidade de resolver o problema já lá existente. Essa foi uma questão discutida perante todos, porque já estamos preocupados antecipadamente, ou seja, estamos preocupados com o que já temos lá.

Hoje tenho clara convicção de que a BR-163 é de fundamental importância. Indiscutivelmente, é. E vamos lutar com todas as forças para que possamos realizar essa grande obra para nossa região. Porém, não podemos esquecer que lá já moram muitas pes-

soas que precisam de investimento, de estradas, de saúde, de habitação e de estrutura.

Pergunto: existe projeto para a sustentabilidade da BR-163, um plano sustentável? Se por acaso não criarmos esse plano sustentável para as pessoas que lá estão, como vamos alcançar o equilíbrio pretendido pelo Governo Federal?

Hoje, em nossa região, temos 70 mil garimpeiros, e a grande maioria deles trabalha em áreas que já foram liberadas pelo Governo. Pergunto: o Governo Federal criou um plano especial para atender esses garimpeiros? Criou condições de investimento e tecnologia suficiente para desenvolver e fazer crescer a área?

Isso não chegou em nossa região. Lá chegou apenas uma medida criando limitações. Simplesmente isso. E, por sinal, essa medida desrespeita os Governos Estadual e Municipal, pois foi feita sem que tenha havido uma só reunião para discutir as ações. Então, para mim, há esse equívoco.

Na AMUT, já discutimos várias vezes com os Prefeitos na tentativa de resolver essa situação. A preocupação é muito grande, Sr. Presidente. Estão presentes vários Prefeitos da nossa região. E nossa preocupação não aparece apenas neste dia, quando estamos aqui; há pessoas da nossa região que, há mais de 60 dias, dia e noite, tentam fazer com que o Governo Federal entenda que tomou uma medida sem sequer ouvir o povo que ali mora ou sentir suas necessidades. Muitas famílias perderam filhos devido à falta de uma estrada para levá-los até um lugar que houvesse o atendimento necessário.

Então, nesta audiência, solicitamos ao Governo Federal que reveja essa decisão, que nos ouça, que nos respeite como cidadãos que querem trabalhar, querem se desenvolver. E como agora há pouco o Sérgio comentou, há pessoas que há mais de 50 anos ali vivem e depositam seus sonhos.

Tenho absoluta certeza de que, em um País democrático como o nosso, é impossível que o Governo Federal determine tal coisa sem que o povo participe.

A nossa reivindicação é no sentido de que, em conjunto, o Governo Federal assuma a responsabilidade que lhe é devida.

Vale lembrar que, nos assentamentos realizados, eram de responsabilidade do Governo Federal a educação, a saúde, as estradas, o investimento no setor produtivo. Mas, infelizmente, nada disso foi feito.

Vários setores da nossa região precisam produzir – e muito. Não somos uma comunidade tão pequena, mas, infelizmente, ali não chegou um plano de desenvolvimento regional.

É o recado que deixo em nome da AMUT a Trairão, Novo Progresso, Rurópolis, Jacareacanga, Altamira, enfim, a todas essas regiões que foram muito afetadas. Pelos mapas é possível ver a consequência dessa restrição e o tamanho com que a área ficou.

Estamos aqui juntos, para tentar resolver a dramática situação que o Governo Federal criou em nosso Estado e em nosso Município.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Helena)

– Agradecemos ao Prefeito Roselito Soares, do Município de Itaituba, Pará, a exposição sobre a situação da BR-163 naquele Estado.

Passo a palavra ao Dr. Virgílio Viana, Secretário do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas.

**O SR. VIRGÍLIO VIANA** – Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar, na pessoa da Deputada Maria Helena, os participantes da Mesa e, na pessoa do Deputado Lupércio Ramos, os Parlamentares aqui presentes; meus colegas; minhas senhoras e meus senhores, o Governador Eduardo Braga tem acompanhado este e outros debates que tramitam no Congresso Federal com bastante atenção e interesse. Ainda recentemente S.Exa. aqui veio participar de audiência pública sobre o PL Florestal, que trata de concessões florestais, oportunidade em que a Deputada Maria Helena, que realiza trabalho de destaque nesta Comissão, o acompanhou. Infelizmente, o Governador não pôde estar presente hoje e, por isso, pediu que eu o representasse.

Antes de entrar na análise da medida provisória, quero fazer uma reflexão de caráter conceitual. Muitas vezes, nas discussões sobre o futuro da Amazônia, colocamos a proibição de desmatar como se fosse empecilho ao desenvolvimento. Isso parte do paradigma de que o mato é ruim, de que o progresso se dá com a eliminação da floresta e sua substituição por pastagem ou por agricultura.

Com isso, porém, historicamente apenas perdemos no Brasil – e a Mata Atlântica e o sul da Amazônia são os melhores exemplos – a oportunidade de fazer o manejo da floresta. Temos economia florestal com enorme potencial que jogamos pela janela. Seria importante que, em todo debate sobre proteção da floresta, esta não fosse apenas considerada como parque, mas como riqueza, que pode gerar madeira, cipó, óleo etc.

O Deputado Lupércio Ramos tem acompanhado o trabalho feito no Estado do Amazonas, onde o programa Zona Franca Verde tem trazido esperança e resultados concretos para milhares de pequenos pro-

dutores, que agora estão produzindo, de forma legal, madeira em pequena escala.

A floresta em pé não necessariamente é um empecilho. É importante deixar claro porque, muitas vezes, passa-se a idéia de que proibir o desmatamento é ruim. Conservar pode ser muito bom economicamente.

Outra reflexão que faço é sobre a questão de reservas, das quais há muitos tipos. Na Lei do SNUC, há basicamente duas categorias: as de uso sustentável e as de proteção integral. As primeiras permitem a produção mineral; as florestas nacionais contêm áreas de mineração, então, é possível que se faça mineração. Outras, não.

Então, é importante qualificar melhor a discussão, porque, muitas vezes, ao se classificar as reservas no genérico, perdemos a sutileza das nuances entre as diferentes unidades de conservação.

Quero dar breve depoimento sobre a situação do Estado do Amazonas, onde temos política de desenvolvimento sustentável denominada Zona Franca Verde. É um programa bastante interessante, que tem como objetivo levar melhoria da qualidade de vida, como o Prefeito tão eloquentemente salientou, promovendo o uso sustentável da floresta e dos rios, ou seja, fazendo com que isso dê dinheiro ao cidadão, seja indígena, pequeno produtor, colono, ribeirinho etc. Tratamos o meio ambiente não como um caso de polícia, mas, sim, como oportunidade econômica. Então, essa é a essência do programa Zona Franca Verde.

No que diz respeito à unidade de conservação, temos situação bastante diferente da de outros vizinhos. Quero registrar também – e o Deputado Lupércio Ramos tem discutido bastante esse assunto na Câmara Federal – a importância estratégica da Zona Franca de Manaus.

Recentemente, esta Casa votou a prorrogação da Zona Franca de Manaus até o ano de 2023, o que tem impacto importantíssimo do ponto de vista do modelo econômico. O Amazonas tem modelo econômico completamente diferenciado dos demais Estados da Região, porque tem economia baseada na indústria de alta tecnologia, que cresceu 14% no ano passado; tem exportação crescente, de mais de 1,5 bilhão, e uma economia de 14 bilhões de dólares. É esse modelo econômico que tem permitido a concentração da atividade econômica numa área pequena do Estado, não fomentando a expansão da agropecuária e não fomentando conflitos.

Temos situação muito singular, resultado de sábia decisão desta Casa e do Presidente Lula – para a qual o Governador Eduardo Braga trabalhou de forma bastante intensa –, que permitiu o relativo conforto em relação aos outros Estados.

Há um acúmulo bastante interessante no que diz respeito à unidade de conservação; aumentamos em 95% as unidades de conservação do Amazonas. Isso acoplado à maior taxa de crescimento econômico do Brasil. Vejam que conservar não tem relação inversa com crescimento econômico; o Estado do Amazonas é o que mais cresce no Brasil há 17 meses.

Houve algumas medidas importantes no que diz respeito à concepção e à forma de atuação do Governo do Estado na criação de unidade de conservação. Em primeiro lugar, tivemos forte exercício de consultas públicas e pesquisas de campo, de fato, muito bem feitas, com bastante consistência. O fato é que criamos, por exemplo, no sul do Estado, na região da Transamazônica, próximo a Pui, um mosaico de unidade de conservação que surgiu de enorme consenso. Fizemos várias audiências públicas e conseguimos construir, ao final de todas elas, um consenso quase absoluto.

Não existe consenso total, como nosso colega Ivo disse, “o consenso é bobo”, mas conseguimos uma convergência esmagadora em torno desse conceito, que é um mosaico de unidade de conservação com a visão dos geólogos. E não foi o DNPM, foi o CPRM, que é uma instituição irmã do DNPM, que apontou a existência de calcário. Criamos lá uma floresta estadual que permite o uso do calcário e a produção mineral de forma ordenada. Podemos, sim, ordenar a ocupação do uso da terra como unidade de conservação, desde que seja feita de forma sensata e consistente tecnicamente. Podemos, em vez de acirrar conflitos, que sinto ser o tema central deste plenário de hoje, amenizar os conflitos.

Meus comentários sobre a medida provisória. A meu ver, a medida provisória procede no que diz respeito à alegação de que, quando se inicia um processo de criação de unidade de conservação, os estudos mostram que, muitas vezes, esse processo é acompanhado por desmatamento desenfreado, para que se desmotive a criação de uma unidade de conservação. Isso acontece também com patrimônios históricos como, por exemplo, casarões. Quando existe a suspeita de que determinado casarão, numa determinada cidade, vai ser tombado, o cidadão corre e faz a demolição. Já presenciei isso pessoalmente inúmeras vezes, em vários sítios de patrimônio histórico e arquitetônico do Brasil. Então, essa lógica é compreensível, isso acontece mesmo. A pessoa não quer ter perdas econômicas, vai lá e destrói aquilo que motiva aquele ato administrativo.

A justificativa, portanto, procede, o Governo precisa de instrumentos para isso. Procede também a preocupação dos garimpeiros, dos produtores, dos mineradores, de que venham a ter lucros cessantes, prejuízos

econômicos decorrentes de limitação administrativa. É compreensível que haja essa inquietude dos que estão sendo cerceados administrativamente.

De que maneira entendemos, Deputado Nicias Ribeiro, que poderia ser feito um aprimoramento dessa medida provisória? Falamos nesta Casa, recentemente, por ocasião da discussão do PL Florestal, da importância do princípio do bom senso, o qual devemos somar ao conhecimento de campo e à participação. Se existe, como no caso do Amazonas, uma área identificada com grande potencial de mineração, e isso é conciliável com a conservação da natureza, vamos criar algo que permita a realização dessas duas ações – isso é bom senso –, incorporando todas as informações disponíveis.

Foi mencionado aqui que, muitas vezes, as iniciativas não consideram informações já disponíveis. Isso é burrice; não é outra coisa. Não se pode fazer hoje, nesta altura do campeonato, com a Internet, o equívoco de não se levar em consideração informações sobre a geologia, sobre o patrimônio mineral de alguns lugares. Precisamos levar isso em consideração. Não que isso seja determinante, mas tem de ser colocado sobre a mesa.

Ocorre-me que deve haver tratamento especial às políticas anteriores, como foi muito bem colocada, por exemplo, a questão dos assentamentos estimulados pelo INCRA na década de 70. Essas pessoas têm de ser tratadas de forma sensata, e não, de uma hora para outra, transformadas em invasoras, em grileiros, em problemas que não se resolvem.

Deputado Silas, a meu ver, a proibição do corte raso em grande escala faz sentido, mas proibir um pequeno agricultor, que está à margem de uma rodovia, ou um indígena que vai fazer seu roçado, de desmatar meio hectare não é sensato. O espírito da lei está certo. Vamos evitar que haja a destruição desenfreada da floresta, mas aquilo que for de pequena escala, a meu ver, poderia ser incorporado.

A pesquisa mineral, como regra, tem pequeno impacto. São pequenas clareiras abertas pela própria natureza da pesquisa. Coloco isso na mesma categoria da agricultura de pequena escala. É possível autorizar 1 hectare, 2 hectares, que são áreas minúsculas, usadas para abrir uma trincheira, para fazer uma escavação.

Na questão do prazo, temos, como disse, Deputado Nicias Ribeiro, histórico bastante sólido na criação da unidade de conservação, com muitos debates, muitos estudos técnicos e geração de consenso. Em média, temos demorado entre 3 e 6 meses para a criação de uma unidade de conservação. Normalmente, envolve estudos ecológicos, socioeconômicos

e fundiários. Esse é o grosso. Também recolhemos informações secundárias de geologia. O prazo é algo que talvez possa ser trabalhado um pouco.

Com relação à legislação vigente, não sei se é possível projetar aí os postos integrados. Foi abordada, por oradores que me antecederam, a necessidade de maior presença do Poder Público, o que é corretíssimo. Sou professor da Universidade de São Paulo, estou licenciado do cargo no momento. Existe um acúmulo científico muito grande sobre a origem, a lógica do desmatamento, que ocorre por várias razões, sendo a principal delas a ausência do Poder Público. Então, o que foi mencionado pelo Prefeito, pelo representante dos mineradores, é correto. Existem muitos livros, artigos e teses sobre esse assunto. Precisamos fortalecer a presença do Poder Público.

Com relação à BR-163, sugerimos ao Governo Federal o financiamento expressivo para a ampliação do Poder Público nas áreas de fronteira. Estamos instalando, na fronteira com o Pará, na fronteira com Rondônia, de onde vêm as pressões, postos integrados de gestão pública, onde estão presentes a Polícia Militar; o órgão ambiental do Estado, que é o IPAAM; a Polícia Federal; o IBAMA; a Secretaria de Fazenda, porque temos o problema de evasão de renda nas fronteiras em função da ausência do Poder Público, de forma que tenhamos ali a presença do Estado, especialmente na esfera federal e estadual. Essa questão é fundamental.

O que vamos projetar aqui é um posto de vigilância, algo muito simples. Vai aparecer uma casa.

Este é o mapa do Estado do Amazonas. Volto a lembrar da dimensão do Amazonas, que é um terço de toda Amazônia brasileira. São 157 milhões de hectares; cabem duas França's nesse espaço.

Esses pontos que surgiram são pontos de ação de gestão integrada dentro do nosso planejamento estratégico, do programa Zona Franca Verde. A visão é de que temos de fazer um trabalho preventivo nas áreas por onde chega a pressão.

Deputado Nicias Ribeiro, a oportunidade que o Amazonas tem é de não repetir a história de outras partes da Amazônia, onde a ocupação desordenada levou a conflitos que são quase insanáveis, muito difíceis. Temos, em função da Zona Franca de Manaus, é importante mais uma vez citar, a decisão sábia dos Deputados, do Governo Federal de apoiar isso. Há um prazo para isso, e nossa visão é a de ocupar de forma ordenada, inteligente, esse espaço.

Existem solos que não devem ser desmatados, não prestam para a agricultura; é melhor que sejam florestas, que tenham a produção de madeira, de cipó titica, de andiroba, copaíba, etc. Outros, não. Outros

têm aptidão agrícola, têm PH alto, têm ACTC alto, onde pode haver agricultura, mas dentro de uma lógica de ordenamento.

Esses são, então, os postos de vigilância. Aí está uma visão deste posto, com o qual estamos trabalhando com o Governo Federal para o financiamento dessas ações. Este posto tem lógica simples. No andar de cima, existem 2 alojamentos, um masculino e um feminino, grandes quartos, um refeitório e uma sala de estar, para que tenhamos equipes que se revezem. Não é saudável haver uma equipe fixa, porque a pressão até de violência, de coação, de corrupção é muito grande. Então, ficam ali por 3 semanas ou um mês as equipes da Polícia Militar, do IPAAM e dos órgãos federais também.

Embaixo, é feito o atendimento ao cidadão, a regularização fundiária, que é fundamental. Diante da não-regularização fundiária, o grileiro ocupa de forma desordenada. Precisamos ordenar a ocupação desse espaço. Entendemos que a ordem é fundamental. O que não devemos ter, do ponto de vista do interesse nacional, é a desordem, a ocupação desordenada.

Temos a presença hoje de alguns grandes grileiros, poderosos no Estado, iniciando-se a coação, a violência, os assassinatos. Qual foi nossa ação do ponto de vista da inteligência da ação de Governo? Foi mapear essas áreas e agir rapidamente na consolidação do uso da terra, para evitar que esse primeiro grileiro faça a ocupação indébita, a apropriação indébita do patrimônio público e a revenda disso de forma indébita. Essa é a lógica de ação governamental que tem norteado as ações de Governo nessa região crítica, que é basicamente a fronteira do sul e um pouco a oeste do Estado.

No que diz respeito ao garimpo, e com isso termino a intervenção, precisamos de uma revolução na área de produção mineral de pequena escala. Só tratamos esse segmento como caso de polícia, mas até existe nas Nações Unidas iniciativa importante de melhorar as práticas de manejo da produção mineral de pequena escala. No caso do ouro, desde que se use o cadinho e outras ferramentas para evitar a poluição com mercúrio, pode haver produção com ação ordenada.

Temos um trabalho bastante interessante com o movimento indígena, com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, para, com o Governo Federal, produzir tantalita em áreas indígenas. Mas essa produção deve ser feita pelos próprios indígenas, porque não faz sentido os indígenas, que têm potencial enorme, ficarem com duas alternativas: não fazer nada ou ficar à mercê da ocupação e da produção de garimpo desordenadas.



Nossa visão é de estimular o indígena a produzir de forma ordenada, com assistência técnica e com apoio à comercialização, para que seja um mercado ético, justo e solidário.

A visão de que o recurso mineral pode ser produzido, mas de forma ordenada, talvez seja a essência da nossa mensagem, associada à mensagem de que a floresta tem de ser vista com outros olhos. Ela não é um obstáculo; podemos e devemos ganhar dinheiro com a floresta em pé. É mais inteligente para o Brasil usar bem a floresta do que colocar fogo na floresta e perder essa oportunidade econômica. O mundo inteiro já não tem mais florestas tropicais; na Ásia e na África, elas estão no fim. Temos a oportunidade de ter não madeireiras, mas empresas florestais com capacidade de agregar valor, de secar madeira, de serrar madeira com qualidade e de colocar isso no mercado internacional, não a 150 reais o metro cúbico, mas a mil dólares o metro cúbico.

Essa é a obviedade que o Estado do Amazonas resolveu transformar em política de Governo, que é o programa Zona Franca Verde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– A Presidência, que deve manter-se sempre muito equilibrada, não tem como deixar de registrar, de maneira muito pessoal, a alegria em ver um Secretário de Meio Ambiente analisar a ecologia e o equilíbrio ecológico de maneira altamente inteligente, saudável e compatível com a realidade brasileira.

**O SR. VIRGÍLIO VIANA** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Já estamos quase chegando ao fim das exposições dos nossos palestrantes.

Quero dar a palavra ao ilustre Prefeito de Porto de Moz, Edilson Cardoso de Lima, que fala em nome do consórcio Belmonte do Xingu. S.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. EDILSON CARDOSO DE LIMA** – Muito obrigado.

Sr. Presidente; Sr. Senador Flexa Ribeiro, que muito nos honra por defender nosso Estado no Senado da República; Srs. Deputados; colegas Prefeitos; Vice-Prefeitos; Vereadores, é muito bonito assistir a técnicas dos mais renomados doutores da mineração, da ecologia. Mas venho falar em nome daqueles que passam fome, daqueles que não estão em Brasília para discutir as técnicas e as maravilhas empreendidas nos gabinetes refrigerados desta Capital.

Para a felicidade do nosso Dr. Virgílio Viana, pelo que vejo, é um paraíso o Estado do Amazonas. Parabéns, Dr. Virgílio, V.Sa. tem a Zona Franca de Manaus. Nós temos o buraco do Carajás e muitos outros empreendimentos de exploração no Pará que dependem

agora de decisões de Brasília; temos garimpeiros, e as fotografias retratam bem, brasileiros que muitas vezes nem documento têm, nem existem para o País como cidadãos. E lá estão à mercê de uma decisão. Diria aqui nosso Diretor do DNPM que deve haver consulta pública, deve-se ouvir o povo, mas as decisões de lá são tomadas daqui de cima, meu caro Dr. Miguel Antônio, sem se ouvir a comunidade.

O meu Município foi um exemplo. Mais de 80% das terras do meu Município tornaram-se reserva extrativista sem haver consulta pública, sem ser ouvida sequer a opinião do Poder Público Municipal lá constituído. No soluço, criaram uma RESEX Verde para Sempre, com mais de 80% da área territorial. Nessa área criada, RESEX, estão milhares de cabeças de búfalos. Ninguém disse até agora para onde vamos empurrar esse gado. Mas a RESEX Verde para Sempre está criada; foi criada num soluço. Não houve estudos técnicos, não houve estudos de viabilidade de como essa gente vai viver, pois depende da criação do búfalo. Dentro dessa área, também existe criação de gado nelore de excelente qualidade, inclusive com inseminação artificial, no Município de Porto de Moz.

Ninguém disse, meus doutores, meus senhores representantes do povo nesta Casa, e é isso que viemos dizer nesta audiência pública, tão sabiamente opinada, que está na hora de acabar com esta jogatina com a vida de brasileiros que não aparecem nos sinais de satélites. Quando fazem a limpeza de seus pastos, aparecem como sendo foco de desmatamento, para fazer o jogo do movimentos, dos ambientalistas internacionais. E nosso caboclo agora, da região da Transamazônica, dessa região toda do Pará, principalmente...

O Amazonas é abençoado, Dr. Virgílio Viana, mas o Pará... Não sei se é porque o Governador é do PSDB e não teve o acompanhamento do nosso grande Governador do Estado do Amazonas, que recebe mais benesses que o Governo do Pará. É o que vemos: na calada da noite, estão internacionalizando o Estado do Pará.

Isso, então, causa indignação a cada cidadão que está no meu interior e que agora inclusive assiste à *TV Câmara*, angustiado para saber o que o Sr. Prefeito e os Prefeitos, meus colegas, estão a fazer em Brasília. Não viemos fazer turismo.

Estamos com dificuldade na região do Xingu, que está alagada. O IBAMA criou essa RESEX, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e lá está o povo passando fome, sem ajuda do Governo Federal, porque estão sem retirar madeira sequer para fazer barcos, para fazer casa.

É isso, Dr. Virgílio Viana, o que está acontecendo lá. Virou caça às bruxas, porque existem bons e maus madeireiros, bons e maus pecuaristas. Mas não poderíamos generalizar e transformar nosso Pará numa terra sem lei, sem que o seja. É isso que indigna qualquer cidadão em sã consciência. Não se pode fazer laboratório com brasileiros anônimos que estão inseridos nessas reservas, nessas matas, passando fome, porque hoje não podem caçar. Dr. Virgílio Viana, eles vivem dessas atividades, da pesca, da caça, mas não podem exercê-las.

A grande pergunta é feita aos Srs. Prefeitos, Vereadores, Srs. Deputados: onde vamos colocar milhares de búfalos, Dr. Virgílio Viana, meu Senador Flexa Ribeiro, Srs. Deputados de outros Estados da Federação? Se observarmos no mapa, verificaremos que uma área toda verde, 82% de mais de 17 mil quilômetros quadrados do Município de Porto de Moz é uma reserva. É e foi uma insanidade.

Meu caro Dr. Wandenkolk, área de várzea em Porto de Moz virou reserva, só serve para criar búfalos. Desde que Porto de Moz existe, há criação de gado, de búfalo, naquela região. Não pode haver outra atividade, não existe outra atividade ali. Fizeram isso e não disseram para meu caboclo o que ele vai fazer.

A Sra. Ministra foi ao meu Município e não teve sequer a delicadeza de enviar um bilhete dizendo: *“Prefeito, estou indo ao seu Município e gostaria que o senhor pudesse me falar sobre a indignação que está ocorrendo.”*

S.Exa. prometeu milhares de reais. Um amigo nosso do CNPT/IBAMA foi a uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, direcionou-me a sua fala e disse que estava em débito comigo, mas que tão logo, em cerca de 15 dias, chegaria ajuda para que a RESEX e aquele povo que lá está passando fome pudessem ser assistidos. Ficou só na promessa. Governo bom de promessa, bom de ir à mídia dizer que vai fazer isso e aquilo outro!

Em Porto de Moz, está no fundo a área da RESEX, porque a maior parte é área alagável todos os anos, é área de criação de búfalo. O povo lá não tem madeira para fazer maromba, que é para agasalhar o gado lá em cima.

Os senhores viram a situação que estou vivenciando. Então, nesta oportunidade que me é dada, quero pedir mais sensatez na discussão dessa linda peça, que tem de ser para um museu, porque lá estão brasileiros que não podem esperar tanto tempo pelas decisões do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

#### **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Com a palavra o Dr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves, representando neste ato o Governador do Estado do Pará.

#### **O SR. WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES**

– Boa-tarde a todos, gostaria inicialmente de cumprimentar meu amigo e irmão que preside esta audiência, querido Deputado Federal Nicias Ribeiro. Sem querer ser redundante com os companheiros que o conhecem tão bem quanto eu, gostaria de dizer que a história do Deputado Nicias Ribeiro se confunde com a própria história da Transamazônica, da BR-163, do oeste do Pará.

Deputado Nicias Ribeiro, no momento em que, com muita honra, represento o Governador do nosso Estado nesta audiência, quero dizer que o povo paraense se orgulha de ter um Parlamentar do quilate de V.Exa.

Estendo esses cumprimentos ao nosso Senador Flexa Ribeiro, parceiro, companheiro do Estado, lutador, enfim, que vem realmente numa parceria com o Governador Jatene, buscando o que de melhor possa ocorrer para o Estado ou para que não aconteça aqui no Planalto maiores prejuízos ao nosso Pará. Por intermédio de V.Exa., congratulo-me com toda a Mesa e estendo meus cumprimentos a todos os participante deste importante debate hoje.

Inicialmente, justifico a ausência do Governador Simão Jatene e aproveito justamente o gancho da exposição do Prefeito de Porto de Moz. Acompanhamos o Governador Simão Jatene em várias oportunidades em Brasília – a bancada federal, a bancada do Senado e, principalmente, o Senador Luiz Otávio, que neste momento se ausentou do plenário. Naquele momento, o Governador propôs à Ministra Marina Silva, com toda a equipe do Ministério presente – e participei dessa audiência, aproximadamente há um ano e meio, já antevendo os acontecimentos que hoje marcam de maneira triste e episódica o nosso Estado – que desse um tempo para que, a partir da formalização do macrozoneamento econômico e ecológico do nosso Estado, o Governo Estadual apresentasse proposta concreta não só para a Amazônia, mas para o Brasil como um todo e oferecesse ao Governo Federal algumas alternativas para a condução, de maneira correta, dos destinos dos nossos Estados e do nosso País.

O Governo Simão Jatene está há praticamente 2 anos trabalhando no zoneamento. Todos os senhores têm acompanhado. Já debatemos com os políticos, com entidades de todos os segmentos da sociedade paraense, com a intelectualidade, com as universidades, numa audiência com o Presidente Lula e todos os Ministros da área econômica, com a Ministra Marina,

com o Ministro Rossetto, com o Ministro da Agricultura. O Governador trouxe para si a responsabilidade de realmente acompanhar, de oferecer ao Brasil essa possibilidade.

E, para surpresa nossa, como disse o nosso querido Prefeito de Porto de Moz, o Pará começa a ser, vamos dizer assim, administrado ou decidido de cima para baixo, através de soluços: (solução) Porto de Moz (solução) Anapu (solução)... Impressionante o que vem acontecendo com o Estado do Pará hoje! Não quero crer, meu Prefeito, que isso seja em função da diferenciação ou da discriminação política que possa grassar sobre o nosso Estado.

O Governador Jatene tem dito e repetido, em todas as oportunidades que tem, que o Pará poderá e deverá contribuir, sim, com o desenvolvimento da nossa Nação, com o desenvolvimento do País. Mas é a partir do nosso próprio desenvolvimento que haveremos de contribuir com o desenvolvimento deste País. E, aí, meu caro Deputado Nicias, é preciso que todos nós entendamos, em uma mesa como esta, em uma plenária como esta, que desenvolvimento sustentável são duas palavras. Deve ser sustentável, sim, mas, primeiro, deve ter desenvolvimento. Se não entendermos assim, vamos continuar vivendo, como se faz com criança, com algodão na testa para conviver com o soluço.

É preciso que todos entendamos, principalmente, os ambientalistas, que o meio ambiente que não considera o homem é apenas meio ambiente. É preciso que entendamos isso, sim. É preciso que entendamos, todos nós, que é um absurdo a decretação da Terra do Meio, sem levar em consideração as pessoas que lá estão. Quando se fala especificamente em Terra do Meio, devemos perguntar onde está a terra da esquerda, a terra da direita, a terra de um lado e a terra do outro. E as pessoas que ali estão? Esses acontecimentos não têm sido respeitados no Pará.

Fizemos, Srs. Prefeitos, e V.Exas. acompanharam, o zoneamento. Amanhã, sexta-feira, o Senador Flexa estará conosco em Marabá. A Assembléia Legislativa sancionou, por unanimidade, a Lei do Zoneamento, e amanhã, o Governador do Estado, em Marabá, sancionará a Lei do Zoneamento, do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do nosso Estado. Aí, sim, teremos um marco regulatório; aí, sim, poderemos discutir as questões das reservas, das RESEX, das APAs, de tudo o que poderá aparecer naquele Estado, mas, a partir da nossa vocação, da nossa realidade, e respeitando nossas potencialidades.

Não adianta querer botar tudo no mesmo saco e dizer que todo mundo é bandido, que todo mundo é grileiro, que todo mundo é mau. Não adianta, porque

o Pará é o décimo segundo Estado que mais contribui com a balança de pagamento deste País, e deve ser respeitado. O Prefeito disse muito bem ainda agora: Serra Pelada já ficou pelada; de Carajás, estamos levando só ferro; da Hidrelétrica de Tucuruí, estamos levando só choque; o projeto Trombetas já foi cantar em outra freguesia; do setor madeireiro, estamos levando só pau!

É preciso, então, que sejamos respeitados, sim. Não é à toa que vários Prefeitos estão aqui para atender à solicitação do Deputado Nicias. Essa medida provisória é absurda, Deputado Nicias. Tenho certeza de que, em seu relatório, V.Exa. haverá de determinar que ela realmente seja rejeitada em plenário. E precisamos do apoio de todos. (*Palmas.*)

A lei que a antecede já é apropriada para o momento. Não precisava fazer medida provisória. No momento em que temos uma proposta concreta, um marco regulatório, que é o zoneamento, vamos aplicar a lei que aí está, vamos buscar realmente entendimento com todas as instituições, com os órgãos federais, com o IBAMA, com o INCRA, com a SUDAM – se ainda existe.

Neste ponto reside minha preocupação. Houve compromissos e promessas, sim, na campanha passada, Senador Flexa Ribeiro, e V.Exa. acompanhou, de asfaltamento da BR-163. A última notícia, Roselito, era que ela só iria até Itaituba, Mirirituba. Depois, a tal da PP não sei o quê, PPP, ia levar até Santarém. E descobrimos agora que não vai ser nem Itaituba nem Santarém, pode ser Humaitá. É uma preocupação muito grande para todos nós.

Já estão levando as nossas terras, já levaram a nossa Fafá de Belém, já levaram a castanha-do-pará, que é a castanha do Brasil, já levaram o porto para o Maranhão. Agora me disseram uma coisa impressionante que vamos incorporar à nossa fala: até o nosso ar da Serra do Cachimbo não podemos mais respirar porque é proibido transitar naquele território.

Temos de nos unir. Não se trata de questão específica do Governador, do Senador Flexa Ribeiro, do Deputado Nicias nem dos Prefeitos e das Prefeitas presentes. É um compromisso de Estado, e haveremos de lutar por isso. A Transamazônica não consta nem do PPA. Eu nunca vi, na minha vida – e olha que já estou com um pouquinho de idade, com a cabeça e o bigode brancos –, tanto Ministro de Estado chegar ao Pará nos últimos 2 anos e 4 meses, mas desafio a me mostrarem algo que tenha ficado de concreto no Estado.

Meus amigos, todos sabem que, em 2 anos, o Pará perdeu quase 1 bilhão de reais – vou repetir: 1 bilhão de reais! – das transferências voluntárias para

o Estado. Basta compararmos com o ano anterior que antecedeu a este Governo. Nem é preciso dizer isso aos Srs. Prefeitos, basta os senhores verificarem o FPM. Vocês também estão sofrendo na pele essas consequências.

Deputado Nicias, vim aqui, em nome do Governador Jatene, para trazer esse apreço. O Governador Jatene ficou um pouco ausente dessa questão, é verdade, mas por quê? Porque acertaram com S.Exa. o compromisso de que haveriam de esperar a definição do macrozoneamento econômico, agrônomo e ecológico. Mas antes de o zoneamento ser sancionado, e o será amanhã, já começam a apresentar propostas – estão atropelando nosso próprio zoneamento –, sem nenhum centavo do Governo Federal. Todos os recursos são oriundos do próprio Estado.

O Estado está apresentando proposta concreta não só para o Pará, mas para a Amazônia de maneira geral. Aqui mesmo ouvimos 3 discursos diferentes, do Tocantins, do Pará e do Amazonas, que são Estados genuinamente amazônicos, com 3 alternativas de realidades. Está claro isso. O Amazonas é isso mesmo e está corretíssimo. Parabéns ao Amazonas!

No Pará, não podemos desconsiderar que temos 20 milhões de hectares de áreas antropizadas. Vem uma tal de reserva legal, com 80% e 20%. Isso é de uma burrice que eu nunca vi tamanha. Como vou preservar 80% de uma área que só tem rabo de camaleão e capoeira? Isso é o que o zoneamento enfoca.

O zoneamento define 35% de nosso território para ser explorado, o que chamamos de “consolidação da fronteira aberta”, porque essa área já está aberta, e temos áreas onde não é preciso estabelecer nem 20% nem 80%, mas que devem ser de 100% de preservação. O Poder Público não poderá investir lá, fazer estrada, ou escola, não poderá fazer nada, não precisará liberar crédito, e aquela área ficará preservada. Preservar áreas contínuas em áreas já antropizadas é uma burrice que não tem tamanho. É preciso ter essa consciência. O zoneamento demonstra tudo isso e demarca todas essas questões por regiões específicas de cada um de nós.

Devolveram-nos o Decreto nº 1.164. Está aí o decreto, mas não devolveram as áreas. Continuaram legislando sobre nossas florestas, nossos rios, nossa mata, e agora sobre o nosso ar. Quando não podemos respirar, só nos resta uma coisa: reagir. E vamos conchamar todos os paraenses para reagir, Senador Flexa Ribeiro!

O Governador decretará amanhã, para se ter uma idéia, a proibição da saída do carvão vegetal do Pará. E por quê? Porque estão também avançando e levando tudo para Minas Gerais e para o Espírito

Santo, enquanto naqueles Estados ficam preservadas as florestas.

Não temos um plano de manejo segundo o qual realmente estejam em consonância o Município, o Estado e a União para a exploração e o aproveitamento das nossas florestas. O companheiro do Amazonas diz, e é verdade, que, enquanto uma árvore deitada tiver mais valor do que uma árvore em pé, as pessoas vão continuar avançando sobre a floresta.

Agora, zoneiam lá, participam da questão, fazem a tal da reserva, mas vem a pergunta: e o homem, as pessoas, as famílias, vão para onde? Senador Flexa Ribeiro, os maiores problemas que temos em áreas de invasão de terras no Pará estão nas áreas do entorno dos grandes projetos. Onde estão os invasores? Estão em torno de Carajás e Marabá, estão em torno de Canaã, com o projeto mineralógico da Companhia Vale do Rio Doce, e na reserva de Tucuruí.

O Presidente Lula esteve lá na semana passada e eu, paraense, acreditava que a única obra que o Presidente Lula ia fazer no Pará eram justamente as reclusas de Tucuruí que ele prometeu. Mas o buraco das eclusas está invadido por mais de 400 famílias. O Senador Flexa Ribeiro estava lá e viu. Então, acho que o Presidente não vai fazer mais nenhuma eclusa. S.Exa. esteve agora em nosso Estado, Deputado Nicias Ribeiro, e fez uma inauguração. Tirou zero, como se diz. Inaugurou uma escola com uma sala de aula e plantou um pé de dendê. Já é um começo. Espero que ele continue a plantar florestas e fazer mais escolas, proporcionando mais educação a nosso povo.

Um forte abraço a todos! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Faço um esclarecimento: o Dr. Wandenkolk, ainda há pouco, falava de rabo de camaleão, etc., porque ele é engenheiro agrônomo. Então, entende bem que tipo de vegetal é esse.

Regimentalmente, em uma audiência pública, a Comissão só pode ouvir os Deputados que a integram e as pessoas convidadas para o debate. Contudo, consulto os Deputados que ainda se encontram aqui se poderíamos ouvir por 5 minutos o ilustre Senador Flexa Ribeiro, que nos dá a honra de participar desta reunião. (*Pausa.*)

Se todos concordam, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** – Sr. Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, com muita honra, a seu convite, participo desta audiência pública da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.



Nosso Secretário de Agricultura, que representa o companheiro Governador do Estado, Simão Jatene, já nos roubou os adjetivos que gostaríamos de utilizar para qualificar sua pessoa.

O combativo Deputado Nicias Ribeiro é conhecido por todos seus pares na Câmara Federal, principalmente pela defesa dos interesses de todo o Estado, especialmente do oeste do Pará. Para os que não o conhecem, é preciso que saibam que ele é um Deputado nômade, com todas as dificuldades que possa ter de locomoção. Ninguém consegue saber por onde ele anda, mas ele anda muito, por todo o Estado do Pará.

Saúdo os demais companheiros da Mesa, na pessoa do nosso Secretário Wandenkolk Pasteur Gonçalves, que representa o companheiro Governador Simão Jatene, um exemplo para todos nós.

Ontem, comemorávamos aqui em Brasília o quinto aniversário da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. É um marco histórico no que diz respeito aos atos do Governo brasileiro. Se o Governo de Fernando Henrique Cardoso não tivesse feito nada, mas apenas promulgado essa lei, já seria um marco histórico.

É preciso ressaltar que, antes da promulgação dessa lei, os Governos do PSDB já praticavam a responsabilidade fiscal, haja vista o Governo de Tasso Jereissati, no Ceará, 15 anos antes de sua promulgação; o Governo de Almir Gabriel, no Pará; o nosso, de Simão Jatene, que dá continuidade ao de Almir Gabriel no Estado do Pará e demais Governos tucanos do Brasil, rebatidos nos Municípios onde o PSDB se faz presente.

Srs. Deputados; Secretários que representam os Governadores dos Estados da Amazônia Legal; queridos Prefeitos do Estado do Pará; Prefeitos de outros Municípios dos Estados da Amazônia; representantes dos setores produtivos de nossos Estados; meus senhores e minhas senhoras, primeiro, agradeço ao Presidente e aos Srs. Deputados por me concederem o privilégio do uso da palavra. Sei que regimentalmente isso não seria possível.

Serei breve. Quero me solidarizar com os Srs. Roselito Soares, Edilson Cardoso e Wandenkolk Gonçalves, que expressaram exatamente aquilo que gostaríamos de expressar.

Os oradores que me precederam expressaram exatamente suas opiniões. Pelas divergências constatadas, é necessário que Brasília reconheça que não podemos administrar a diversidade existente na Amazônia dos gabinetes refrigerados, como disse o Pre-

feito de Porto do Moz. Não temos somente uma, mas várias amazônias na Amazônia brasileira.

Somos detentores de 60% do território nacional; a maior reserva florestal tropical do mundo; a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha de Marajó; a maior reserva mundial de água doce; quiçá a maior reserva mineral do mundo. Ou seja, referimo-nos a uma região que provoca a maior cobiça internacional deste planeta.

Se nós, brasileiros, não sabemos o que explorar na região, evidentemente que os estrangeiros que aqui estão – e não podemos tapar o sol com a peneira – sabem muito bem o que há nela e o que pretendem fazer. Por isso o Congresso Nacional não pode se furtar da responsabilidade de elaborar um projeto para a Amazônia, com a participação de todos os segmentos da sociedade, sejam eles extrativistas, produtivos, industriais.

Essas medidas não podem ser impostas, como o Governo está fazendo. Governadores, Prefeitos, Vereadores, todos devem ouvir a população para que não sejam atingidos aqueles que têm menos força e menos voz, enfim, os menos favorecidos. A dicotomia do Governo está em dizer que trabalha em prol dos menos favorecidos, dos mais fracos, mas, ao mesmo tempo, os atinge com atitudes desse tipo.

Tenho absoluta certeza de que estou aprendendo na Comissão desta Casa, a qual agradeço o convite, porque esse projeto rejeitado pela Câmara Federal, como disse o Secretário Wandenkolk, não tem caráter de urgência nem relevância. Por isso não poderia haver medida provisória.

O Presidente do Senado, Renan Calheiros, propõe que as medidas provisórias que chegam ao Senado passem pela Comissão de Constituição e Justiça, para se saber se há relevância e urgência. Caso contrário, elas serão devolvidas ao Executivo. Esse é o princípio básico da medida provisória, que, a meu juízo, salvo engano, é inconstitucional.

Que a sociedade brasileira crie em relação ao meio ambiente a mesma consciência que criou na reforma tributária, que não permita mais aumento da carga tributária, que chegou ao limite da insustentabilidade. Todo projeto que o Governo encaminhar ao Congresso Nacional de aumento de carga tributária será rejeitado tanto pela Câmara quanto pelo Senado Federal. Por onde entrar, não caminhará, como não caminhou a Medida Provisória nº 232, rejeitada por esta Casa.

Peço a Deus que a consciência seja criada em relação ao que pretendem fazer na Amazônia brasileira. O Deputado disse que essa medida provisória é de âmbito nacional, mas tem seus olhos voltados para a Amazônia. Tanto que a primeira ação do Governo

foi interditar áreas da BR-163, porque, apesar de ter prometido, o Ministério do Meio Ambiente não quer asfaltar a referida rodovia.

Aproveito para lamentar a ausência do Ministério do Meio Ambiente, convidado para esta audiência pública e que sequer enviou representante. Ontem, estava eu num evento do qual participou a Dra. Muriel Saragoussi, Diretora do CONAMA, a quem comuniquei sobre esta audiência pública e disse que estaria presente. Apesar de ela ter confirmado sua vinda a esta Comissão, não compareceu. O Ministério do Meio Ambiente se furta a discutir na Câmara dos Deputados projeto dessa magnitude.

Meus amigos, queira Deus que a Casa rejeite esse projeto para mostrar que a sociedade brasileira não suporta mais as medidas coercitivas do Executivo a ela impostas.

Minha solidariedade aos Prefeitos, principalmente àqueles que vivem às margens da Transamazônica – em especial na BR-163 –, preocupados em dar digno sustento às suas famílias, que estão impossibilitadas de se locomover pela interdição da estrada.

Deixo um grande abraço a todos. Contem com o nosso trabalho no Senado Federal, com a bancada do Pará e, com certeza, da Amazônia para, de forma atenta, defendermos os interesses da região. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Esclareço ao Plenário e à Mesa, para efeito de justiça, em face do pronunciamento do Senador Fernando Flexa Ribeiro, que há pouco lamentava, com justíssima razão, a ausência da representante do Ministério do Meio Ambiente nesta audiência pública, que o requerimento para realização desta reunião foi votado e aprovado em conjunto pela Comissão de Minas e Energia e pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. Ninguém do Ministério do Meio Ambiente foi convidado. Foram convidados os Governadores da região amazônica, os Prefeitos, e especificamente, por esta Comissão, o ilustre Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para tratar de assuntos relativos aos garimpeiros.

Ainda há pouco a Assessora Parlamentar da Ministra Marina Silva comunicou que S.Exa. se encontra hospitalizada no Hospital Sarah Kubitschek, mas já demonstrou interesse em conversar conosco a respeito da Medida Provisória nº 239. Evidentemente, já me coloquei à disposição de S.Exa.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** – Sr. Presidente, o evento a que me referi diz respeito ao lançamento do Projeto Tom da Amazônia e contou com a presença da Dra. Muriel. Deve ter havido engano de agenda. Referi-me à audiência pública desta Comissão

de Minas e Energia. S.Sa. disse que sabia da reunião, que havia participado de 4 audiências – em Itaituba, em Altamira, em Santarém e em Jacareacanga – e estaria aqui hoje. Por isso fiz tal comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – De qualquer forma, fiz a ressalva apenas para fazer justiça à Ministra, já que esta reunião é gravada e será transcrita nos Anais da Casa.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** – Em face da explicação de V.Exa., retiro minhas palavras de lamento sobre a ausência do Ministério e da Dra. Muriel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – De qualquer forma, esta Presidência fica profundamente agradecida a V.Exa. por não se esquecer da importância desta audiência pública, lembrando a presença da representante do Meio Ambiente.

Encerradas as exposições, a Presidência concede a palavra ao ilustre Deputado Lupércio Ramos, do PMDB do Amazonas.

**O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS** – Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente desta audiência pública conjunta das Comissões de Minas e Energia e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, e o eminente Prof. Virgílio, nosso querido Secretário do Estado do Amazonas, que entende de ecologia, sobretudo da vida humana e da relação do homem com a natureza, e tem feito extraordinário trabalho como braço direito do nosso dileto Governador Eduardo Braga – S.Exa. é paraense, mas está servindo com muito brilhantismo aquela Unidade da Federação.

Sr. Presidente, quero fazer uma interrogação, mas antes, um breve comentário.

Considero que o Pará está, de fato, vivendo um grande desafio, porque é um Estado essencialmente exportador. Por isso, tem sido penalizado pela União. Infelizmente temos de reconhecer isso.

Lembro-me de que, no debate da reforma tributária, lutamos bastante pelo Fundo de Compensação de Exportações. O Estado do Pará teve empenho fora do comum para que esse fundo fosse viabilizado e tivesse tratamento igual dentro do pacto federativo, o que infelizmente não ocorreu.

Parabenizo todos os Prefeitos presentes e que trazem a preocupação e o desabafo do povo paraense. Não quero fazer qualquer comparação entre o Pará e o Amazonas. Isso seria, de certa forma, irresponsável. Embora estejamos juntos no coração da Amazônia, temos características ambientais e modelos de desenvolvimento diferentes. Mas quero me somar à preocupação do povo paraense. Sou Deputado do Estado do Amazonas, mas fui estudante em Santarém; portanto, sou devedor do povo do Pará e quero registrar minha

preocupação de vê-lo nessa situação. Primeiro, porque sua economia tem como base a exportação do minério. Portanto, não fica nada em seu solo, só o buraco, como disse nosso Secretário. O Estado também exporta madeira e carne. Que compensação a União está dando ao Estado do Pará por tudo isso? Parece-me que nenhuma.

Lembro-me de que há 20 anos, quando, por meio do IBAMA, a União também impôs que minha região, no Alto Solimões, fechasse todas as pequenas serrarias e até as empresas artesanais que trabalhavam com madeira, ela se transformou num caos. Os madeireiros, infelizmente, tiveram de migrar para o tráfico de drogas. A União não previa essa situação e nada fez depois, mesmo reconhecendo o problema.

É incrível como há tradição de imposição da União sobre a região amazônica sem qualquer compensação. É bem verdade, temos de reconhecer, que no Governo do Presidente Lula essa questão tem sido um pouco mais debatida. Estamos discutido, conforme é do conhecimento dos senhores, até com a participação bem propositiva da bancada do Pará, o PL de Gestão de Florestas Públicas, outro desafio para o Estado.

Sr. Presidente, na condição de amazonense, eu poderia tecer vários comentários, mas, até por reconhecer que, quando entramos na luta pela prorrogação da Zona Franca de Manaus, tivemos a compreensão, o apoio e o voto da bancada do Pará, hoje a bancada do Amazonas deve aliar-se à bancada paraense no enfrentamento desse desafio.

Parabenizo V.Exa. pelo debate, pela preocupação e, de certa forma, também os Prefeitos do Pará pelo desabafo. Estranho, no entanto, a ausência dos Parlamentares do Estado que compõem a Comissão da Amazônia – sei que são vários.

**O SR. PRESIDENTE** (Nícias Ribeiro) – Sou apenas eu, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS** – Refiro-me à Comissão da Amazônia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nícias Ribeiro) – Na Comissão de Minas e Energia, eu sou o único representante do Estado do Pará.

**O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS** – Na Comissão da Amazônia há vários representantes do Estado do Pará dedicados a essa questão. S.Exas. não estão aqui neste momento para discutir conosco, até para traçarmos uma estratégia. Sei que hoje é quinta-feira, Sr. Secretário, e é difícil reunir os Parlamentares para um debate.

Para finalizar, quero apenas perguntar ao Secretário da Agricultura, que aqui representa o Governador, qual é, de fato, a proposta do Pará em relação à MP nº 239. É negá-la absolutamente, ou há um meio-termo,

uma negociação, uma proposta nova a ser apresentada no momento em que estamos debatendo e vamos votar? Essa é minha única pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nícias Ribeiro) – Tem a palavra o Sr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves. *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nícias Ribeiro) – Estamos com alguns probleminhas. Como V.Sa. já agradeceu ao Deputado os elogios ao Governador do Estado, peço-lhe licença para conceder a palavra ao próximo Deputado. Eu acabei cometendo um terrível erro regimental. Tenho de conceder a palavra ao Deputado Dr. Heleno para que também faça sua intervenção. Depois, V.Sa. responderá aos 2, se a pergunta lhe for direcionada também.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, nasci na Paraíba, mas fui eleito pelo Rio de Janeiro, Estado que represento politicamente. Defender a Amazônia, sendo Deputado pelo Rio de Janeiro, é o mesmo que dançar forró nos Estados Unidos como se fosse *swing*: é difícil chegar no chamego e no aconchego do arrimo de viver. Tive de sair da reunião, porque me chamaram. Mesmo assim a curiosidade era demais. Quando se fala naquela cortina de diversos verdes que recebemos como presente, temos de partir em sua defesa e resguardá-la como um adorno de vida, para que possamos, de fato, ter ânimo de viver e repartir isso com o mundo.

Quando vejo o povo daquela terra viver a realidade de uma lei, que muitos nos gabinetes não têm a mínima possibilidade de sentir, percebo que acertei quando disse para a Ministra do Meio Ambiente: *“Ministra, a senhora está dando mais valor a uma formiga do que a um homem”*. E não me arrependi. Sei que é difícil dirigir.

Peço ao Presidente que deixe o Deputado Lupércio Ramos falar por mais 2 ou 3 horas, porque ele o fez com o coração. E, quando se fala com o coração, automaticamente a alma o acompanha, porque é a realidade.

O Deputado Nícias Ribeiro, em seu livro, fala sobre o Pará. Sentimos que é, de fato, um escudeiro e um defensor da região, assim como eu o sou da Baixada Fluminense, que às vezes é latrina do Rio de Janeiro. Em certos momentos digo: *“Se vocês não derem isso, vou abrir mais um Estado da Federação, o Estado da Baixada”*. Eles então ficam com medo.

Pelo que ouvi, temos de mexer na Medida Provisória nº 239. Mas há uma outra medida que abalou o Brasil. Ela iria ser aprovada no plenário se não fosse o Presidente Severino Cavalcanti, homem cabeçudo, feio como um danado, mas corajoso para defender nossos interesses. E hoje a imprensa condena um homem que

defendeu o Brasil da bancarrota. Ela teria ocorrido se fosse aprovada a Medida Provisória nº 232. Nós voltaríamos no tempo 30 ou 40 anos.

Então, eu vejo falarem de vida na Amazônia. Quando vi a estampa, a careca bonita de Flexa Ribeiro, lembrei-me de minha infância. Estou com 65 anos. Não sei quantos anos V.Exa. tem, Senador, mas que o mundo o contemple, porque V.Exa. já fez bastante serviço em prol da humanidade. E eu me lembro bem disso.

Sr. Presidente, falar e planejar em escritórios frios, sem ânimo e sem sentimento é mole à beça. Quero vê-los andarem na mata para que percebam que, de fato, estão faltando flores e frutos. Não vamos impedir que haja progresso. Ele tem de existir. Vão ter de cortar algumas árvores? Sim. Mas há uma palavra, que agora vou usar muito: manejo.

Na semana passada, quando eu ia para Cabo Frio, vi os morros vazios e pensei: por que não se planta lá em cima do morro e se deixa só um espaço, uma espécie de corte de cabelo Príncipe Danilo, com aquele cocuruto só de mata? Dessa forma, a água também seria criada. Isso é uma lei.

Estou pensando no assunto e quero debatê-lo com os senhores. É contra o proprietário? Não. Mas, quando se fere alguma coisa na Amazônia, ocorre crime contra a humanidade, porque os órgãos da Amazônia são os componentes: os animais irracionais e os homens, que, num eco de bravura, continuaram ali, construíram as cidades, constituíram as famílias e fizeram Deus pairar sobre todos os outros.

Aqui eu vi a volúpia da defesa e da demonstração de que isso deveria ser decantado para todo o mundo. Deveria estar no sangue e no sentimento para que cada brasileiro, mesmo estando no Chuí, pudesse dizer: estou aqui como se estivesse no Oiapoque. Tudo isso é Brasil e merece defesa. Temos de tirar essa idéia de que cada um deve defender sua região. Todas as regiões são nossas. Vamos, de fato, guarnecê-las para que daqui a 200 mil anos continuem como símbolo ou referência e não como fóssil. Isso é muito bonito.

Estava imaginando como vou poder usar a minha defesa para ajudar a região. Posso ajudá-la no sentido de que se evite uma interdição, como houve na Amazônia, quando se rasgou o direito de possuímos um verdadeiro tesouro, a ponto de os Estados Unidos dizerem que a Amazônia lhes pertence. Eu estive agora em Urucu, com o meu Presidente, e fiquei inebriado. Saí dali encantado com as maravilhas da região no centro da Amazônia. Lá não existe fome, não; existe miséria – a miséria da falta de educação, de trabalho, de justiça, que, às vezes, não é plantada, mas o caboclo ou qualquer outro habitante se alimenta. Às vezes, o que

falta é a educação do homem, que não sabe repartir o que recebeu, não sabe transferir.

Então, qual seria a solução? Brigarmos para que, na discussão, modifiquem o projeto e criem aquilo que é de direito: o *royalty* do minério. Depois de 20, 50 ou 70 anos, vejam o desespero que fica na região: o buraco, a inanição de vida. Criem um *royalty*, como criaram para o petróleo. O que é o *royalty*? É uma compensação pela destruição do meio ambiente, daqui a 10 ou 20 anos. Por isso, cada Município o recebe naquela região geográfica.

Peço aos senhores que comecem a analisar o assunto; e ao Governo, que passe a repartir. O administrador pode fazer isso. Estou aplaudindo Lula por muitas coisas, mas, contra outras, estou levantando a minha voz, não com terrorismo, apenas como referência, para que ele desenvolva melhor política.

Estou muito feliz, a BR-163 é um progresso. Lembro quando criaram a Belém–Brasília e disseram que era uma mulher comprida e mal-acabada. Erraram. Deviam dizer que era um monstro comprido e mal-acabado. Mas agora é uma mulher bela. Só é preciso vesti-la bem e colocá-la na moda.

Meus amigos, quem lhes fala é um homem da Baixada, que tem sofrimento diferente. Ali existe miséria, apesar de a minha cidade, Duque de Caxias, ser a sexta em relação ao PIB brasileiro, quanto ao tratamento de vida, como os senhores viram nesta semana.

Meus queridos, são 70 mil garimpeiros. Esses homens não sonham, não têm família? Não dormem e acordam? Não trabalham? Eles são iguais a todos nós, arrebanhados pelo direito de viver. E se faltar a voz de cada um de nós contra eles, esses homens vão perecer e, daqui a pouco, haverá robôs americanos trabalhando na região, tomando conta do nosso jardim, daquelas coisas bonitas e do nosso pulmão. Hoje já vamos receber uma quantia muito grande, por causa do imposto do carbono. E a maior parcela vai ser da Amazônia.

Por isso, meus amigos, tenho apenas uma sugestão: vamos nos unir. A bancada da Amazônia é linda, porém é preciso o trabalho não só da bancada, mas também do povo, das mulheres. É preciso mais eco feminino, mais grito infantil, sem terrorismo. O homem, ao lutar sozinho, às vezes se cansa. Por isso, ele tem de deixar o peso da família com a mulher e ficar com as armas para defender-se dos animais. Isso é pré-histórico. Não precisamos ir ao futuro, apenas seguir o bom andamento da defesa regional, local e familiar. E Deus estará presente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Com a palavra o Dr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves, que representa o Governo do Pará, para responder o questionamento do Deputado Lupércio Ramos.

**O SR. WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES**

– Deputado Lupércio Ramos, todos nós, do Pará, temos a convicção de que o relatório do Deputado Nicias Ribeiro retratará fielmente a decisão do Governador, por ser a decisão do povo paraense. Não tenho dúvida de que ele priorizará a rejeição desse absurdo que apresentaram ao Congresso Nacional.

Por outro lado, quero dizer a V.Exa., para não ser deselegante com o Sr. Presidente, que essa medida, no meu entendimento – acho que foi o Senador Flexa que disse isso há pouco –, não tem qualquer relevância ou urgência. Deus nos ajude que ela não seja aprovada, pois vai descaracterizar todo o nosso trabalho de macrozoneamento agrônomo, econômico e ecológico. Ela poderá jogar nosso trabalho no lixo. Assim, fomos desrespeitados. Para não sermos deselegantes com o Presidente, esperamos que ele, com bom senso e de maneira sóbria, retire essa medida do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Senhores convidados, Srs. Deputados, senhoras e senhores, como autor do requerimento para realização desta audiência pública, deveria dizer alguma coisa. Devido ao adiantado da hora, pensei em não fazê-lo, mas, depois do discurso do ilustre Deputado Dr. Heleno, sinto que devo dizer alguma coisa pelo meu dever de amazônida.

Nas décadas de 1940/50, Deputado Dr. Heleno, a Amazônia vivia absolutamente isolada do resto do País. Quando começou a 2ª Guerra Mundial, no início da década de 40, época em que o Brasil declarou guerra à Alemanha, era comum, em Belém do Pará, ver as filas de senhoras e senhores para comprar alimentos para seus filhos. Tudo ia do Rio de Janeiro e de São Paulo direto para Belém, em navios. De Belém, esses navios seguiam até Manaus, outro grande porto. Desses 2 portos a mercadoria ia em barcos menores às cidades ribeirinhas da região.

Não foi nem uma nem duas vezes que o navio atrasou, e o povo do Pará e da Amazônia sofreu com o esquecimento do Governo. Tudo isso ocorreu até a metade da década de 50, quando, graças a Deus, foi eleito para Presidente do País um mineiro bom – como se diz na gíria, um louco, fantasticamente louco – chamado Juscelino Kubitschek, que mandou abrir a Rodovia Belém–Brasília, chamada, depois, por Jânio Quadros de Estrada das Onças.

A Belém–Brasília, iniciada em 1956, como primeiro ato de JK, depois de iniciar Brasília, permitiu

que Belém deixasse de ser uma cidade isolada do resto do País. Passado algum tempo, Juscelino se viu preocupado, pois, com a Belém–Brasília, as mercadorias passaram a ir de caminhão de Belém para Manaus, mas elas precisavam chegar a Porto Velho e a Rio Branco, no Acre. Na época da estiagem, nos meses de setembro, outubro e novembro, quando as águas baixavam muito, era difícil essas mercadorias chegarem a Porto Velho e a Rio Branco. JK, sensível, visionário e com compromisso com o futuro, determinou a abertura da Brasília–Acre, que foi construída em exatos 100 dias e ligou o centro-sul do Brasil ao leste e oeste da Amazônia, passando a atender os 2 extremos da região.

Juscelino Kubitschek saiu da Presidência. Jânio Quadros chamou a Belém–Brasília de Estrada das Onças. Quando Jânio Quadros renunciou, veio João Goulart, mas nada aconteceu. Derrubaram Jango, veio Castelo Branco, e também nada aconteceu. O Marechal Costa e Silva, carioca, ao assumir a Presidência, assustou-se ao ver o Instituto Hudson, do Pentágono americano, anunciar a possibilidade de se construir na Amazônia um enorme lago, com uma área tão grande que poderia até desviar a direção do eixo imaginário do Planeta Terra. Costa e Silva vociferou: *“Vamos integrar a Amazônia para não entregá-la à ambição internacional!”* Ele, porém – não havia combinado com Deus –, teve um derrame cerebral e morreu. Em seu lugar, assumiu o General Emílio Garrastazu Médici, que, seguindo os passos de Costa e Silva, visitou Pernambuco, terra do Presidente Lula, onde se assustou com a seca, a miséria e o desespero daquela gente.

Em 6 de julho de 1970, o mesmo dia histórico em que, décadas antes, houve o desembarque na Normandia para que os aliados retomassem a Europa do poderio nazista, Garrastazu Médici, desesperado, disse: *“Não vim aqui para prometer. Não sei o que vamos fazer, só sei que alguma coisa terá de ser feita para minorar essa questão”*. Ele entrou no avião e seguiu para o Rio de Janeiro. A 10 mil pés de altura decidiu sobre a construção da Rodovia Transamazônica, começando exatamente no Nordeste, para permitir que o nordestino que fugia da seca, em vez de ir para São Paulo ou Rio de Janeiro, que já eram grandes naquela época, fosse em direção às terras úmidas da Amazônia, com a clara intenção de povoar a região. No avião também decidiu a construção da rodovia que ligava Cuiabá a Santarém, a fim de que, na cidade de Santarém, na calha do Amazonas, construíssem um porto para exportação de toda a produção advinda do Centro-Oeste brasileiro. Foram abertas a Transamazônica e a Cuiabá–Santarém.

O Presidente Médici chamou, então, os homens sem terra do Brasil para ocuparem as terras sem homens da Amazônia. Na Transamazônica, ele implantou – nosso querido amigo Wandenkolk era engenheiro agrônomo do INCRA à época – o mais ambicioso projeto de assentamento da história deste planeta, com a construção de vicinais de 5 em 5 quilômetros, ora ao norte ora ao sul. Lá foram feitos 2 projetos de assentamento, o PIC Altamira e o PIC Itaituba, Projeto Integrado de Colonização, e foram levados homens de todas as regiões do Brasil – do Sul, do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste – para serem assentados e produzirem na terra.

Dizia há pouco ao nosso ilustre representante do Amazonas que, naquele tempo, só receberia o título da terra aquele homem que, ao trabalhar, desmatasse 50% da área. Se não trabalhasse – desculpem a expressão anti-regimental –, ele era tachado de vagabundo e preguiçoso. Por isso, não era digno de receber o título da terra.

Por que desmatar 50% do seu lote de até 100 hectares? Porque a ocupação da Amazônia com a Transamazônica foi exatamente de pequenas propriedades, não de grandes. Lá não há latifúndio, apenas pequenas propriedades. Eles eram obrigados a desmatar a terra para aproveitar sua riqueza.

O convidado do Amazonas falou há pouco da riqueza do solo de PH alto. Na Transamazônica, temos terra roxa de PH 4,5, excelente para a agricultura. Na área de Uruara o índice chega a 7, já ácido, exigindo correção de solo com calcário; e a mina do calcário está próxima. Nossa terra roxa é mais rica e mais poderosa do que a de São Paulo e a do Paraná e maior do que a de Dourados, em Mato Grosso do Sul, que, à época, era considerada a melhor do mundo.

Na Transamazônica, por ordem do Governo, implantou-se a maior cultura de cacau, que fez do Pará o segundo maior produtor do Brasil. Lá são plantados cacau, café etc., pois aproveitamos a terra roxa.

A audiência pública que fazemos hoje tem 2 culpados: um é Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ter aberto a Belém–Brasília e a Brasília–Acre, permitindo que os brasileiros do sul migrassem para a Amazônia, a fim de ocupar os seus espaços vazios; o outro é Garrastazu Médici, que abriu a Transamazônica e a Cuiabá–Santarém, permitindo que os nordestinos avançassem para as terras úmidas da Amazônia, a fim de ocupar os espaços vazios. A idéia militarista, como a de Juscelino Kubitschek, era de desenvolvimento a partir da ocupação dos espaços vazios, porque corríamos o risco de internacionalizar aquela região.

Lamentavelmente, o Governo atual esqueceu que aquela gente foi para lá levada pelo próprio Governo

pessoal, que é impessoal. Governo Federal é Governo Federal a qualquer tempo. Foi esse Governo que levou essa gente para lá, para ocupar a região.

Vejam bem, se não fossem esses 2 Presidentes, que ocuparam a Amazônia – ordenada ou desordenadamente, como queiram –, não teríamos, meu caro Deputado, a Hidrelétrica de Tucuruí. Sem ela, não teríamos o Complexo de São Braz, no Norte, fechando o ciclo do alumínio: da bauxita para a alumina, da alumina para o alumínio. Se não fosse a hidrelétrica, não teríamos o Linhão Tramoeste, da Transamazônica para Itaituba, onde está montada a maior fábrica de cimento do Brasil, com capacidade para produzir 50 mil sacos de cimento/dia. Situa-se a 500 metros da maior mina de calcário do planeta e a 12 quilômetros da maior mina de gesso do mundo – são esses os 2 grandes componentes do cimento.

Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, convidados presentes, digo com muita emoção que a Amazônia deve ser ocupada por brasileiros natos e que devemos promover o seu desenvolvimento, senão vamos perdê-la. Nas escolas dos Estados Unidos ensinam às crianças que a Amazônia não pertence ao Brasil, que é um patrimônio da humanidade.

Penso que esse discurso seja talvez meio rebuscado. É preciso que se estude e se repense melhor a questão.

Foi mencionado, por exemplo, o caso dos búfalos. Criou-se uma reserva extrativista numa área de campo natural de várzea. Sempre foi de várzea. Tenho a impressão de que o pessoal do IBAMA pensa que houve desmatamento. Trata-se de campo natural. As pessoas não conhecem a Amazônia e resolvem decidir sobre ela. Nesse campo natural criam-se mais de 50 ou 100 mil cabeças de búfalos. De acordo com a legislação da reserva extrativista, não se pode criar animal de grande porte. Então, é preciso tirar o búfalo de lá. E colocá-lo onde? Se ele for levado para a terra firme, vai morrer, porque é nativo de várzea. Não sei o que fazer, Deputado Dr. Heleno.

Estou feliz por V.Exa. estar aqui, porque o companheiro do Amazonas sabe muito bem o que é várzea, mas talvez V.Exa., do Rio de Janeiro, acostumado a passear em Angra dos Reis, na Região dos Lagos, no Pão de Açúcar, assim como os paulistas, certamente não conhece uma várzea nativa. Essa região precisa de defesa e das pessoas do Sul e do Sudeste do País.

O que fazer com os búfalos? É a pergunta do nosso Prefeito. Não sabemos. Ninguém sabe e ninguém diz o que fazer com eles.

Ao encerrar, quero dizer, para registro nos Anais, para documentação da Casa, que naquela área, como foi dito pelo representante da AMOT, ainda há pouco,

que se pensa que é vazia de pessoas, há um coração que pulsa no peito de pessoas que não sabem onde fica Brasília, que não sabem onde fica Belém do Pará, que não sabem onde fica Manaus. Alguns não sabem nem onde fica a sede do seu próprio Município. Mas eles são gente – tão gente quanto nós – e têm o direito de viver, de trabalhar, de sobreviver, de ser feliz, de amar e ser amado. Mais do que isso, têm o direito de serem respeitados por aqueles que moram e trabalham em Brasília, por aqueles que afirmam falarem em nome do povo brasileiro. Eles são brasileiros. Muitas vezes, não sabem ler nem escrever. Muitas vezes, nem sequer têm certidão de nascimento, porque até isso lhes é difícil. Mas são brasileiros. Falam mal o português, mas é a língua que seus pais e avós lhes ensinaram.

O Prefeito falava há pouco sobre esse pessoal, que está desesperado, sem saber o que fazer, porque seu tataravô só sabia tirar madeira, seu, bisavô só sabia tirar madeira, seu avô só sabia tirar madeira, seu pai só sabia tirar madeira. E é óbvio que seu filho só sabe tirar madeira.

Concordo que se mude a base produtiva da Amazônia, do Estado, do País. Contudo – com a permissão do engenheiro agrônomo aqui presente –, é impossível mudar uma base produtiva num bater de dedo. Isso não ocorre como um milagre, mas com tempo, dando ao povo educação, instrução e orientação.

Por isso, na condição de autor do requerimento para realização desta audiência pública, não poderia deixar de expressar minha satisfação de estarmos aqui reunidos.

Esta audiência pública estava programada para ocorrer na quarta-feira passada, mas o Presidente Lula foi a Belém e alguns Governadores estariam naquela região. Transferimos, então, para quarta-feira desta semana. Houve problemas. Ontem, a Casa votou a cassação do mandato de um Deputado do Rio de Janeiro. Decidimos, então, realizá-la na quinta-feira. Era perigoso fazê-lo na quinta-feira, porque sabíamos que, após a cassação do Deputado e a eleição para o Conselho da República, os Deputados iriam correr para seus Estados. Chegamos à conclusão de que deveríamos correr esse risco. Esta audiência pública precisava ser feita, até para constar dos Anais da Comissão todo o processo, toda a documentação, que vai espelhar, no seu todo, o sentimento de angústia de brasileiros que não querem perder a Amazônia. Vai ficar registrado o sentimento dos amazônidas. Apaixonados pela Amazônia, eles acreditam que podem continuar construindo o seu desenvolvimento, como sempre fizeram. Esta Casa pode ter a mais absoluta convicção de que o verdadeiro amazônida não destrói a Amazônia.

Sofri muita pressão. Estão presentes muitos Prefeitos da região da Transamazônica e da Cuiabá–Santarém, mas o adiantado da hora não permite que todos falem. Entretanto, gostaria de pedir o apoio dos Deputados da Comissão que aqui se encontram para que eu não apanhe da única mulher Prefeita da região da Transamazônica e lhe conceda a palavra por 2 minutos para que ela possa, em nome das mulheres da região, dizer da sua angústia e do seu sofrimento.

Tem a palavra a Prefeita de Altamira, Sra. Odileida Sampaio.

**A SRA. ODILEIDA SAMPAIO** – Obrigada, Deputado.

Altamira, diga-se de passagem, é o maior Município do mundo em extensão geográfica.

Neste momento, quero agradecer a Deus a oportunidade de estarmos reunidos fazendo este debate, preocupados com nossos irmãos.

Em nome do nosso querido Deputado Nicias Ribeiro, cumprimento toda a Mesa. Em nome do Secretário, Dr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves, que representa o Governador, saúdo todos os Prefeitos presentes. e, em nome do Senador, cumprimento também todas as autoridades presentes e representadas.

É com muita satisfação que estamos aqui representando nosso povo, como disse, com muita precisão, o Deputado Nicias Ribeiro.

Pensei que fosse ter mais tempo e havia colocado um item sobre a situação de nosso povo e de nossa região. Quero registrar que estamos formando uma equipe para ir ao Riozinho do Anfrísio, onde existem senhores de 70, 80 anos sem certidão de nascimento, como disse o Deputado. Ontem estive com a juíza do Fórum de Altamira e a convidei, com sua equipe, para essa viagem. Todos sabemos que, para uma pessoa acima de 12 anos tirar certidão de nascimento, deve haver a apreciação do juiz, do promotor e do defensor. Já temos a autorização da Secretaria de Justiça do Estado do Pará para que toda uma equipe vá até essa comunidade.

Vejam bem, senhoras e senhores, de Altamira a Riozinho do Anfrísio são 4 dias de viagem. Para minha felicidade, a Dra. Daniele, pessoa muito humana, disse-me que recebeu a visita do representante de lá e comprometeu-se a ir até a comunidade realizar esse trabalho.

Estou fugindo um pouco da pauta, mas não poderia deixar de lhes contar o quanto nosso povo sofre. Afirmo que vamos fazer esse trabalho.

Quando a juíza disse que iria com toda sua equipe a Riozinho do Anfrísio tirar os documentos daquelas pessoas – certidão de nascimento e demais documentos –, desceram lágrimas dos olhos de todos. Quase



chorei ao receber a reivindicação do representante dessa comunidade. Por que fiquei emocionada? Por que todas as assinaturas eram com impressão digital. Ninguém sabia escrever o nome.

Já estou recebendo sinal de que meu tempo está esgotado, mas não poderia deixar de dizer que daquela região estão presentes os Prefeitos de Anapu e de vários Municípios do Baixo Xingu e da Transamazônica. Eles, pela escassez de tempo, não puderam pronunciar-se. Se tivessem tido oportunidade de fazê-lo, certamente teriam dito, assim como fez o Governador do Estado do Amazonas, que decisões frias são tomadas na região. Quero dizer, Governador, que naquela região existem seres humanos, que têm alma, corpo e coração.

No próximo domingo é o Dia das Mães. Nós, mulheres, temos o coração sensível, equilibrado, de quem cede. Na estrutura do lar, sempre cedemos para nossos homens. Se não fôssemos nós, mulheres, nossos lares seriam destruídos. Digo isso com respeito aos homens. Quero dizer a eles o seguinte: não fiquem tristes, porque, se não fossem vocês, todos os dias amanheceríamos tristes. Precisamos, sim, de vocês do nosso lado. (*Palmas.*)

Teria muito o que falar, mas meu tempo é curto. Vou encerrar minhas palavras dizendo que, com as consultas públicas que o Governo Federal vem fazendo ao longo do tempo em nossa região – já fez em Itaituba, em Altamira –, com certeza já existe um diagnóstico. O que nosso povo quer o remédio para a cura imediatamente, porque estamos todos na UTI.

Um abraço carinhoso a todos os presentes. Estamos em Altamira, o maior Município do mundo, onde passam a BR-230 e a BR-163, de braços abertos para recebê-los e mostrar-lhes as nossas necessidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Quero pedir desculpas aos Prefeitos Ademar Baú, do Trairão; Carlos Augusto Veiga, de Jacareacanga; Aparecido Florentino da Silva, de Rurópolis; Cleto José Alves da Silva, de Senador José Porfírio; Luiz Reis de Carvalho, de Anapu, por não terem podido manifestar-se.

São 14hs e ainda temos de conceder a palavra aos demais membros da Mesa para as considerações finais. Peço-lhes desculpas por não haver espaço nesta audiência pública, mas não vai faltar oportunidade em outras que vai haver, até a decisão final da questão da Medida Provisória nº 239.

Agradeço a presença ao Prefeito de Breves, que representa todo o arquipélago da Ilha do Marajó. Peço-lhe também desculpas por não ter podido usar a palavra nesta oportunidade.

Pensei que os senhores iriam bater palmas pelo fato de o Presidente ter cortado mais falas.

Encerrado o debate, os expositores poderão fazer suas considerações finais.

Começo concedendo a palavra ao primeiro expositor, Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, para suas considerações finais.

**O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY** – Gostaria de ler um trecho da exposição de motivos em que certamente a Ministra Marina Silva justificou a urgência da MP. Portanto, peço-lhes atenção.

Diz ele: “(...) *Esse processo pode ser observado em vários locais dentro da área de abrangência do Plano para Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazônia Legal. A situação mais dramática acontece na chamada Terra do Meio, vasta região com cerca de 7,9 milhões de hectares no sudoeste do Estado do Pará, ao sul da rodovia Transamazônica, entre o rio Xingu e a rodovia Cuiabá–Santarém. Ali, no período de maio a julho de 2004, ou seja, em apenas três meses, foram desmatados cerca de 4 mil quilômetros quadrados de floresta (...).*”

Parece-me que, entendendo todo o problema da região, esse teria sido talvez um dos motivos que levaram a Ministra, identificando o problema do avanço do desmatamento da floresta, a solicitar do Presidente uma medida urgente.

Não quer dizer que a medida esteja completamente correta. Já mencionei nosso posicionamento. Penso que esta Casa deve aprimorá-la. Como se diz no Nordeste – também sou nordestino –, buscamos atirar no que vimos e acabamos acertando no que não vimos. (*Palmas.*) O que não vimos foi exatamente a situação do povo que já está lá. Certamente o Presidente Lula tem total sensibilidade.

Os 2 nobres Deputados mencionaram a questão do *royalty* da mineração, que é a compensação financeira pela exploração mineral. O Estado do Pará tem a segunda produção mineral do País. Anualmente o DNPM arrecada de todos os Estados, de todas as minerações brasileiras a cifra de 320 milhões. A região amazônica responde por 30% dessa receita e o Pará recebe aproximadamente 25% desse valor.

Gostaria de salientar, por exemplo, que Paraopebas, em 2003 – não tenho dados de 2004; estes são de uma palestra que fiz na região amazônica –, recebeu 28 milhões apenas de repasse da CFEM; Oriximiná, 14 milhões; Ipixuna do Pará, 5 milhões, entre outros Municípios.

Quero dizer, contudo, que são recursos significativos, o que demonstra, Sr. Presidente, a importância



da mineração no desenvolvimento sustentável, com toda a argumentação que já levantei aqui.

Portanto, penso que a rejeição, como foi sugerida – posicione-me como membro do Governo Federal e fiel ao Presidente Lula –, não é a solução. Algo tem de ser feito para coibir o avanço do desmate desordenado da floresta.

Tenho certeza de que o caminho foi apresentado pelo colega de Mesa nesta audiência, o Secretário do Amazonas, Prof. Virgílio Viana: o manejo da floresta. Precisamos responder de forma imediata à sustentabilidade da região da Terra do Meio.

A AMOT apresentou uma sugestão, que pode ser apreciada no contexto do processo de votação da medida: suprimir ou adequar a redação do próprio texto da medida provisória. Certamente a base do Governo ou mesmo o próprio Executivo terá sensibilidade, em face dos reclamos apresentados pelo conjunto dos representantes munícipes presentes nesta audiência.

Minha intervenção é exatamente no sentido de caracterizar a sustentabilidade da mineração, a importância de encontrarmos solução que garanta a coibição ao avanço do desmate, mas também a sustentabilidade dos Municípios e da população existentes na floresta. Portanto, esta Casa tem papel fundamental na solução do problema.

Agradeço mais uma vez à Comissão o convite. Estamos à disposição no Ministério, no Departamento Nacional de Produção Mineral para buscar soluções no sentido de garantir que a mineração seja um pilar de desenvolvimento sustentável neste País. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Veja bem, Dr. Miguel, como a coisa funciona politicamente. V.Sa. leu o texto da Ministra Marina Silva. Na condição de integrante de um órgão governamental, tem, evidentemente, deveres profissionais com o Governo. E V.Sa. acabou lendo exatamente o maior problema da medida provisória, narrado pela própria Ministra Marina Silva.

S.Exa. diz que na Terra do Meio, entre o meses de maio e julho do ano passado – 2004 –, houve uma devastação fantástica. Ora, se o próprio Governo detectou essa devastação fantástica em 3 meses do primeiro semestre do ano passado, porque em 1 ano praticamente não foi enviado a esta Casa o competente projeto de lei estabelecendo os procedimentos para coibi-la? Esperou 1 ano e, por meio de medida provisória, decidiu emendar uma legislação, não dando a permissão e as condições necessárias e suficientes para que o Congresso Nacional pudesse discutir com absoluta tranquilidade o processo. É aí que vemos o primeiro momento da inconstitucionalidade na própria edição da medida provisória.

Está escrito na justificativa da Ministra, não há como tirar. A questão deixaria de ser inconstitucional se em julho do ano passado fosse baixada a medida provisória. Mas 1 ano depois ela passou a ser clara e flagrantemente inconstitucional.

Aproveito para informar, na condição de Presidente da Comissão de Minas e Energia, que estamos organizando um grupo de trabalho para estudar a elaboração – gostaria de contar com o endosso do órgão que V.Sa. comanda – de um novo código mineral para o Brasil. O nosso está defasado há bastante tempo, é da década de 50. As pessoas que trabalham com mina, pedra etc. pedem novo encaminhamento. Informo que vamos ter esse grupo de trabalho para que a própria Comissão de Minas e Energia encaminhe à Casa o projeto de lei elaborado diretamente pela Comissão de Justiça.

**O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY** – Gostaria de informar – o fato em si foi citado na palestra do representante da AMOT, o geólogo Sérgio – que o Departamento está concebendo toda uma nova sistemática das outorgas minerais, o que certamente nos obrigará a alterar a lei do Código de Mineração. O momento é muito propício.

Estamos à disposição para discutir com a Comissão todas as medidas que eventualmente se façam necessárias para atualizar o Código de Mineração, no sentido de implantar nova sistemática que dê segurança ao minerador, que garanta o desenvolvimento sustentável da mineração no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Quero agradecer a V.Sa. a presença nesta audiência pública. Evidentemente, o pessoal da AMOT e do sindicato dos garimpeiros que conseguiram pronunciar-se nesta audiência pública está muito feliz pela forma como V.Sa. se conduziu, ao dizer que a garimpagem não polui tanto, que polui de forma localizada. Eu complementar, sendo caboclo da Ilha do Marajó, dizendo conscientemente que ouro e minério não dão em galho de árvore. Então não há como fazer garimpagem se não houver necessariamente a derrubada de pelo menos 2 ou 3 árvores. Falaram aqui da imbaúba. Para quem não conhece essa árvore, devo dizer que ela serve para papel. Não sei se o pessoal da celulose já estudou aquele material, mas para outra coisa ela não serve.

Para suas considerações finais, concedo a palavra ao Dr. Virgílio Viana, Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, que vai ser seguramente o primeiro grande ecologista com quem vou sempre tratar dessas questões.

**O SR. VIRGÍLIO VIANA** – Agradeço ao Deputado as palavras elogiosas. Foi uma satisfação participar

desta reunião. Quero parabenizá-lo pela maneira democrática como conduziu os trabalhos. Meu sentimento é de que o Brasil avança no sentido de criar uma caixa de ressonância ativa na Câmara dos Deputados, nas iniciativas do Executivo.

Vou ser bem objetivo, pois esse é o meu estilo.

Deputado Nicias Ribeiro, duas sugestões na direção do aprimoramento da medida provisória parecem-me inequívocas. A primeira delas diz respeito à autorização para o corte raso para a agricultura de pequena escala. Trata-se de algo muito sensato e defensável. Não estamos falando de grandes derrubadas, que são os fatores que motivaram a preocupação do Ministério de Meio Ambiente e estão corretos, mas do desmatamento de pequena escala para a agricultura familiar daqueles que são os seus interlocutores ao longo das rodovias do sul do Pará.

O segundo ponto diz respeito ao desmatamento, ao corte raso de pequenas áreas para pesquisa mineral, atendendo aos questionamentos feitos pelo DNPM e pelos garimpeiros. A meu ver, é também algo sensato, que poderia ser aprimorado. Diria que o momento é tão rico que talvez fosse oportuno a Comissão não tratar exclusivamente da MP, mas ir um pouco além. Precisamos de políticas públicas complementares, instrumentos capazes de mudar a lógica da dinâmica agropecuária no sul da Amazônia como um todo. Incluo o Amazonas como parte disso, dentro da solidariedade que o Deputado Lupércio Ramos muito bem manifestou.

Postos de gestão integrada, como esse que propusemos, deviam fazer parte da ação de governo. Precisamos levar, de forma maciça, o INCRA e todos os órgãos para dentro da fronteira agrícola. É fundamental e urgente. Sem isso não adianta apenas tratarmos o assunto com marcos normativos.

Quanto ao manejo florestal de pequena escala, aproveito a presença do Secretário do Pará para dizer que estamos à disposição para o intercâmbio tecnológico nessa área. Muitas vezes olhamos para outros países, para outras regiões e não trocamos experiência da maneira que poderíamos trocar.

O Governo do Amazonas tem um programa extremamente ambicioso, com resultados concretos na área da produção de madeira de pequena escala. Os ribeirinhos, os colonos podem, de maneira simplificada, fazer um manejo florestal ecologicamente correto e com isso serem desestimulados a desmatar. É um incentivo econômico para conservação.

Outro ponto que cito, do ponto de vista de políticas públicas afirmativas, de uma agenda positiva, é a melhoria tecnológica da produção mineral. Vejo os garimpeiros aqui, num exercício de articulação. Talvez

o DNPM e outras instituições de pesquisa pudessem fazer maior esforço, com mais apoio financeiro do orçamento – é importante a pressão dos Parlamentares nesse sentido –, para que os garimpeiros melhorem a tecnologia. Muitas vezes as pessoas, como foi mostrado aqui, fazem a produção de ouro como faziam em Minas Gerais há 2 séculos. Precisamos melhorar a tecnologia do pequeno produtor mineral. Temos uma enorme agenda para avançar.

Da mesma forma, temos uma agenda científica e tecnológica importantíssima na agropecuária. Meu colega, Secretário do Pará, conhece isso muito bem. Temos a oportunidade de melhorar bastante a agricultura. Nossa agricultura é trágica como regra. Usamos tecnologia muito ultrapassada, como regra, a não ser o grande agronegócio.

O grande agronegócio está fazendo a cana-de-açúcar, a soja ou a pastagem em escala industrial irem muito bem. O pequeno produtor, contudo, está indo muito mal, do ponto de vista tecnológico. Essa tecnologia já está disponível. É mais o trabalho de levar a esses produtores o pasto rotacionado, a criação de animais com melhor qualidade genética, os sistemas agroflorestais. Enfim, esses procedimentos de amplo domínio do meio acadêmico e científico precisam ser mais divulgados.

É fundamental pensarmos na região de forma mais ousada. Vamos não apenas responder a medidas que cerceiam, mas também pensar no tipo de agricultura que o Prefeito deve estimular. Seguramente, podemos encorajar uma agricultura e uma pecuária muito maiores do que as desenvolvidas atualmente. Isso vai trazer ganhos ambientais para todos nós.

Precisamos pensar no meio ambiente de forma inteligente. A questão não deve ser vista como obstáculo, mas sim como oportunidade de melhorar a qualidade de vida de quem mora no campo e nas cidades. Afinal, como disse o Deputado Dr. Heleno, é uma tragédia a situação do Vale do Paraíba e da Mata Atlântica.

Não devemos cometer o desatino de repetir na Amazônia a mesma tragédia da Mata Atlântica. Temos de ser mais inteligentes. A oportunidade está dada. Trabalhos como esse animam-nos e reforçam-nos para essa caminhada cheia de desafios.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Lívio William Reis de Carvalho, do Estado do Tocantins.

**O SR. LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO** – Quero apenas, em nome do Governador Marcelo Miranda, congratular-me com o Presidente Nicias Ribeiro pela iniciativa. O Governador envia-lhes um

abraço e pede desculpas pela sua ausência, por razões superiores.

Afirmo mais uma vez que, em princípio, o Estado entende as razões pelas quais a Ministra tem manifestado preocupação com o desmatamento. Os princípios que regem a medida, a questão da provisoriedade e também de preceder a criação dessas unidades de estudo é geralmente o que o Estado pratica.

Ao mesmo tempo, gostaríamos de manifestar a preocupação com o fato de que, quando a medida se refere ao Poder Público de forma bastante genérica, é uma espécie de cheque em branco para que outros agentes possam extrapolar.

Existe a preocupação quanto à emergência. No dia em que se emitiu a MP, pôs-se em circulação um decreto que, pelas manifestações, afetou tremendamente a região. Houve preocupação com a chamada Terra do Meio, no Pará. Ou seja, foi, mais uma vez, uma manifestação contra a forma espasmódica com que o Poder Público brasileiro age. Não havia necessidade de o decreto ser emitido agora.

Há também a preocupação com a própria lei. Ela permite a criação de algumas unidades de conservação na categoria de estação ecológica e reserva biológica, onde praticamente tudo é proibido. Permite até pesquisa sem consulta às populações afetadas, como foi o caso da criação da reserva biológica do Jalapão, em Tocantins, de dimensão monstruosa. Nesse caso, nem sequer o Governo do Estado, as Prefeituras e a população local foram consultadas.

Agradeço à Comissão a oportunidade de ter participado desta discussão. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Com a palavra, para as considerações finais, o Dr. Wandenkolk Pasteur Gonçalves, representando o Governo do Pará.

**O SR. WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES** – Agradeço à Comissão a oportunidade da reciclagem e do aprendizado. Foi muito importante para todos nós do Pará.

Ratifico o que disse o companheiro do DNPM: Paraopebas, Oriximiná e Tucuruí recebem realmente esses *royalties*. Somos 143 Municípios no Pará. Para se ter uma idéia, a Vale do Rio Doce, que tem grande maioria de suas atividades no Estado, teve um lucro de 6,5 bilhões de dólares no ano passado. Então, isso aí é migalha.

O Pará – vim aqui para dizer isso, Senador Flexa Ribeiro – possui o quarto maior rebanho bovino do País, com aproximadamente 20 milhões de cabeças. A maior parte da Terra do Meio está no Município de São Félix do Xingu, que tem o maior rebanho bovino por Município, com 1,250 milhão de cabeças de nelore. O

Pará é o maior criador de bubalinos, maior produtor de mandioca, de banana e de dendê. É o segundo maior plantador de cacau do Brasil. Portanto, é preciso que seja respeitado. Temos de entender isso de maneira coerente. O povo do Pará e os Prefeitos vieram aqui para dizer isso.

O Brasil possui um Estado, o Pará, que tem de ser respeitado. É com muito orgulho, Deputado Nicias Ribeiro, que temos em V.Exa. essa referência. Quero dizer a todo o povo do Brasil que somos de um país chamado Pará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – A Presidência da Comissão de Minas e Energia sentiu-se honrada em realizar esta audiência pública e agradece penhoradamente a todos os que aqui estiveram: aos representantes de órgãos; ao Diretor do DNPM; aos representantes do Amazonas, do Pará, do Tocantins; ao Senador Flexa Ribeiro e muito especialmente ao Prefeito Cleto, do Município de Senador José Porfírio, que fica no Rio Xingu do Pará; ao Prefeito Edilson Cardoso, de Porto de Moz, que fica às margens do Rio Xingu do Pará; ao Prefeito Averaldo Pereira Lima, de Vitória do Xingu, obviamente, também às margens do Rio Xingu do Pará; à Sra. Odileida Sampaio, Prefeita de Altamira, que também se situa às margens do Rio Xingu do Pará; ao Prefeito Reis, de Anapu, que enfrentou enormes dificuldades quando do incidente do assassinato da irmã Doroty – receba desta Comissão a solidariedade pela agressão institucional que seu Município sofreu; ao Prefeito Aparecido, do Município de Rurópolis; ao Prefeito Carlinhos, do Município de Jacareacanga, cujo lugar é histórico, onde houve a Revolução de Jacareacanga para tentar a derrubada do então Presidente Juscelino Kubitschek; ao Prefeito Ademar Baú, gaúcho bom, que largou o seu turrão e foi para o Pará constituir família, plantar seus negócios e construir seu futuro na região do Município do Trairão; ao Prefeito Roselito Soares, de Itaituba, segundo maior Município do mundo; ao Prefeito de Breves, na pessoa do Sr. Idejalma Paes, que aqui representa toda a Ilha de Marajó; à Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós; ao Sindicato dos Garimpeiros de Ouro dos Tapajós – a atividade existe ali há mais de 100 anos; aos ilustres Deputados que ficaram até o final deste audiência, como é o caso do Deputado Dr. Heleno; aos funcionários da Comissão, que estão para desmaiar de fome e cansaço. Enfim, agradecemos a todos a presença nesta Comissão e a contribuição para a realização desta audiência pública. Agradecemos também à assessoria técnica da Comissão pelo brilhante trabalho. Enfim, a todos o meu muito obrigado, em nome da Comissão. Que Deus os ajude.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião de audiência pública. Muito obrigado. (Palmas.)

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 18 de Maio de 2005

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Fernando Ferro, João Pizzolatti, Jorge VI, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Alexandre Santos, Deley, Edinho Bez, Edinho Montemor, Francisco Appio, Ivo José, João Magno, Jurandir Bóia, Marinha Raupp, Reginaldo Germano e Simão Sessim – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eduardo Gomes, Terceiro-Secretário da Casa. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, B. Sá, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, José Santana de Vasconcellos e Renato Casagrande. **ABERTURA:** O Senhor Presidente convidou o Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, a assumir a Presidência da Reunião. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e, após cumprimentar os presentes, esclareceu que, em razão do Requerimento nº 268, de 2005, do Deputado Nicias Ribeiro, aprovado em seis de abril de dois mil e cinco, haviam sido convidados os Senhores Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica – CBIEE; Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira de Geradores de Energia Elétrica – ABRAGE; Mário Luiz Menel da Cunha, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica – ABIAPÉ; Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE; Sílvia Calou, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE; Eduardo Carlos Spalding, Vice-presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia – ABRACE; Paulo César Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL; Luiz Carlos Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de

Energia Elétrica – ABRADÉE; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Associação Brasileira de Geração Flexível – ABRAGEF; Patrícia Amaral Lampert, Assessora Jurídica da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – ABRAGET; José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; Hélio Magalhães, Diretor-Presidente da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM; e Ricardo Nino Machado Pigatto, Presidente da Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica – APMPE, para discutirem sobre a carga tributária no setor elétrico nacional, especialmente na distribuição de energia elétrica. O Senhor Presidente informou, ainda, que, em razão de acordo previamente estabelecido entre os expositores convidados, o Senhor Cláudio José Dias Sales faria, em nome de todas as associações representadas, uma única exposição, no decorso de vinte minutos, e que, ao depois, o representante de cada associação responderia aos questionamentos que respectivamente lhes coubessem. O Senhor Presidente acrescentou que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou, ainda, que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Cláudio José Dias Sales, que esclareceu possuírem as associações ali representadas interesses de natureza conflitante do ponto de vista comercial, embora, no entanto, houvessem encontrado uma pauta comum quanto à avaliação do excesso de tributação incidente sobre o Setor Elétrico, com profundo impacto na cadeia produtiva – geração/transmissão/distribuição. O Brasil, esclareceu ainda o Diretor-Presidente da CBIEE, é campeão mundial no encargo tributário, ao se comparar, por exemplo, a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS à receita dos impostos sobre o valor agregado na economia de outros países. Todavia, o expositor acreditava que o consumidor de energia elétrica intuía, ao perceber o aumento de tarifa relativo à cobrança deste tipo de energia, que o segmento da distribuição era o responsável por essa majoração. O Senhor Cláudio José Dias Sales discorreu, ainda, sobre os vários tipos de impostos incidentes sobre o Setor de Energia Elétrica e sobre as respectivas implicações para os diversos segmentos do Setor e, ao final, sugeriu propostas de



ação para a diminuição dos impostos ocorrentes ao Setor que, na sua opinião, estariam majorados e por demais elevados para a economia em geral. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra ao Autor do Requerimento que dera origem a esta Audiência Pública, Deputado Nicias Ribeiro, que observou ser o tema desta reunião motivado pela própria existência desta Comissão Técnica e solicitou informações específicas sobre a incidência de alguns impostos ora referenciados. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Mauro Passos, que pontuou questões sobre a manutenção de usinas hidrelétricas que não estavam em funcionamento e asseverou que a classe média absorvia a maioria dos reajustes nas contas de energia elétrica, e estaria, no seu entender, em seu limite máximo de capacidade de pagamento de tributos. O Senhor Presidente concedeu, então, a palavra ao Deputado Fernando Ferro, que ressaltou a importância de esta Comissão dar audiência aos Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e de outras áreas pertinentes à matéria, para ampliar-se a discussão sobre a tributação no País, que considerava injusta e gravosa, e sobre outros elementos atinentes ao encarecimento da energia elétrica, com vistas à obtenção da desejada justiça tarifária. O Senhor Presidente concedeu a palavra, em seguida, ao Senhor Flávio Antônio Neiva, representante da ABRAGE, que observou, após o episódio do racionamento de energia elétrica ocorrido no País, que o consumidor havia modificado seu comportamento. Tal acontecimento havia produzido, segundo avaliava, hiato entre a capacidade de geração e a de distribuição no Setor, causando, conseqüentemente, a diminuição das receitas para as empresas geradoras. O expositor esclareceu que o aumento da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados – CCC-Isol para o reembolso das despesas de combustível nesses sistemas é que oneravam, ao final, a distribuição e o consumo de energia elétrica, posto que não considerava a Conta de Combustíveis dos Sistemas Interligados, baseada no cálculo das quotas mensais de recolhimento da CCC respectiva, gravosa para a tributação do Setor. O expositor advertiu que, portanto, o aprimoramento do controle do sistema isolado era a solução adequada para a diminuição desse tributo inerente ao Setor. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Eduardo Carlos Spalding, que ressaltou o fato de a injustiça tarifária ora explanada afetar também o setor industrial, pois a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras oferecia óleo combustível a preços três vezes maiores aos preços observados no mercado internacional, o que pre-

judicava a competitividade da indústria brasileira. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu, em seguida, a palavra ao Senhor Luís Fernando Vianna, que observou o fato de que o cálculo da CCC havia incluído basicamente o carvão utilizado na Região Sul, e não o gás natural, que também vinha onerando o sistema interligado de usinas hidrelétricas. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que, por julgar ainda não alcançada a desoneração do encargo tributário do Setor Elétrico, considerou a presente Audiência Pública importante para o despertar da sociedade com relação à matéria, face à injusta e elevada carga tributária que a todos onera. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Pastor Amarildo, que anuiu à defesa da diminuição da tributação no Setor e inquiriu sobre a interligação do Estado de Tocantins ao sistema de usinas hidrelétricas do País. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, que propôs às entidades ali representadas negociação com o Governo Federal de forma a obter para o Setor Elétrico os mesmos benefícios tributários concedidos a outros setores da economia, como observado nesta Audiência. Em resposta às indagações formuladas, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Luís Carlos Guimarães, que asseverou estarem as empresas distribuidoras de energia elétrica pagando a subvenção concedida no segmento da geração, vez que a cobrança da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE era posterior à cobrança do ICMS, o que caracterizava bitributação no Setor. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos expositores para fazerem suas últimas considerações. O Deputado Nicias Ribeiro afirmou que esta Audiência Pública significava apenas o primeiro encontro para busca de soluções do problema discutido, que estava na “medula” da economia nacional. Ao final, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração de todos para a compreensão do tema.

**ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão de Minas e Energia, destinada à discussão da carga tributária do setor elétrico nacional, especialmente na distribuição de energia elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 268, de 2005, de autoria do

Deputado Nicias Ribeiro, aprovado por unanimidade no último dia 6 de abril.176

Inicialmente gostaria de cumprimentar todos os presentes, em especial os Srs.: Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica; Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira de Geradores de Energia Elétrica; Mário Luiz Menel da Cunha, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica; Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica; Sílvia Calou, Diretora-Executiva da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica; Eduardo Carlos Spalding, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia; Paulo César Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileiras dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica; José Gabino Matias, Assessor Comercial da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; José da Costa Carvalho Neto, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Geração Flexível; Patrícia Amaral Lampert, Assessora Jurídica da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas; José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica; Hélio Magalhães, Diretor-Presidente da Câmara Americana de Comércio; Ricardo Nino Machado Pigatto, Presidente da Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica.

Convido o Sr. Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, a tomar assento à Mesa.

Informo que em razão de acordo previamente estabelecido entre os expositores convidados, o Sr. Cláudio Sales fará, em nome de todas as associações aqui representadas, uma única exposição no decurso de 20 minutos.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem interperlar o expositor ou qualquer dos convidados presentes deverão inscrever-se.

Os expositores não poderão ser aparteados no decorrer de suas exposições. Somente após encerrada a exposição, os Parlamentares poderão fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de 3 minutos, oportunidade em que, a depender da especificidade das perguntas, cada associação aqui representada, conforme couber, terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Convido o ilustre Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Feijó, a assumir a Presidência.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Passo a palavra ao Sr. Cláudio Sales para fazer sua exposição, pelo prazo de por 20 minutos.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó, Deputado Luiz Bassuma, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, em primeiro lugar, agradeço-lhes o convite.

Antes de mais nada, quero registrar que, do ponto de vista do setor elétrico, este é um momento histórico. Estão aqui representadas todas as associações do setor elétrico, apoiadas pela FIESP, AMCHAM, e ABDIB, organizações que representam empresas com interesses naturalmente conflitantes do ponto de vista comercial: gerar, vender, distribuir e transmitir energia.

No entanto, independentemente de interesses comerciais muitas vezes conflitantes, elas têm uma pauta comum e de grande gravidade: o excesso de tributos e encargos que incide sobre o setor elétrico – que aqui pretendemos mostrar a V.Exas.

Já foram distribuídas cópias a V.Exas. da exposição que começo a expor.

Ao final, espero ter-lhes passado não apenas uma breve descrição do fenômeno, do que de fato está acontecendo, mas também uma agenda mínima com 5 questões específicas para auxiliá-los na solução do problema.

A agenda é fruto do consenso de todas as associações, portanto praticamente de todo o setor elétrico, e diz respeito a PIS/COFINS, Taxa de Fiscalização da ANEEL, INSS, CCC e ICMS.

Antes dela, porém, vamos falar a respeito do fenômeno como um todo. (*Segue-se exibição de imagens.*)

Este primeiro *slide* mostra, apenas na área de distribuição, impacto da ordem 38% de tributos e encargos que incidem sobre a tarifa. Quer dizer, para uma arrecadação global, em 2004, da ordem de 78 bilhões de reais, arrecadados pelo setor por meio das empresas de distribuição, quase 30 bilhões foram de tributos e encargos.

Aqui chamamos a atenção para um estudo de iniciativa de todas essas associações voltado a levantar com clareza o total de tributos e encargos que impactam a vida do consumidor brasileiro. O estudo já foi feito pela Price Waterhouse para a área de distribuição – de onde vem os aproximadamente 38% de que falei –, e agora está sendo realizado para as áreas de geração e de transmissão.

De acordo com estimativa para a área de transmissão, dos quase 7 bilhões de reais arrecadados pelo setor, perto de 1 bilhão veio de tributos e encargos.

Neste *slide*, apenas para dar um parâmetro de comparação, confrontamos o Brasil com outros países

do mundo, em termos de IVA e ICMS – o IVA em outros países e o ICMS aqui no Brasil. É apenas para dar um parâmetro de comparação. Vejam que o Brasil, lamentavelmente, é campeão mundial nessa questão.

Aqui, um atestado de reconhecimento do drama, ou da dificuldade, até do ponto de vista legislativo, que representa o ICMS sobre o imposto. Na verdade, entendemos que 3 setores de infra-estrutura, combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, têm sido sacrificados por uma carga excessiva de impostos, uma vez que eles são manifestamente bons arrecadadores. Talvez este tenha sido o argumento para que o Governo tenha proposto aumento tão grande da carga tributária.

Hoje apenas esses 3 setores respondem por pouco mais de 40% da arrecadação de ICMS dos Estados e – o que é mais grave –, especificamente no caso do setor elétrico, houve nos 2 últimos anos um aumento de 50% do volume de impostos.

Outra maneira de olhar o drama que acomete o setor está neste *slide*. É perceptível – e certamente os políticos são muito sensíveis a isso – a legítima queixa dos consumidores brasileiros contra as elevadas tarifas ou aumentos que sobre elas incidem.

Chamo a atenção de V.Exas. para o que acontece, por exemplo, na cadeia de distribuição, a mais perceptível pelo consumidor. Como podemos ver na segunda coluna da direita para esquerda, enquanto nos últimos 6 anos, de 1998 a 2004, o que vai especificamente para a área de distribuição aumentou 81%, nós tivemos encargos setoriais crescendo 540%, tributos crescendo 180%. Enfim, a sociedade não percebe esse drama; pensa que é a empresa distribuidora que está aumentando desbragadamente suas tarifas ou sua receita. Comparativamente, a verdade é que o aumento que vai para a empresa é menor do que o IGPM e do que a tarifa média. Enfim, ela é infinitamente afetada pelo aumento de tributos e encargos, que no final das contas é o que impacta na conta que o consumidor paga.

Vou entrar mais um pouco em detalhes. Encargos sociais são tributos como o PIS/COFINS e coisas desse tipo. Encargos setoriais são os que foram criados por legislação ou por normas – geralmente por legislação. Como, por exemplo, a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, encargo pago por todas as distribuidoras. É uma conta para subsidiar o consumo de combustível nas usinas térmicas do Norte. Vamos falar um pouco sobre isso.

Neste *slide* os senhores terão uma visão do contexto do Brasil em relação a outros países.

Vejam estes 2 referenciais: o PIB e o consumo *per capita*. Isso mostra como o Brasil ainda está numa

posição muito incipiente em relação a outros países desenvolvidos. É 5 ou 6 vezes menor o consumo *per capita* de energia no Brasil do que em outros países.

Ao supormos um consumo racional de energia, podemos estabelecer uma comunicação direta entre o nível de consumo de energia e o desenvolvimento de uma Nação.

Energia significa progresso, emprego, bem-estar social e todas essas coisas. E isso demonstra com clareza como ainda estamos engatinhando nesse processo. É importante essa reflexão. Um dos fatores de inibição desse progresso são os encargos. O consumidor está pagando conta mais alta de energia não porque esteja recebendo mais energia. Ele está recebendo a mesma coisa. A alta se deve aos impostos.

Vou falar dos efeitos pretendidos para a desoneração tributária do setor elétrico.

A construção de um sistema racional e socialmente mais justo, pela essencialidade da energia elétrica, é inquestionável, pelo profundo impacto na cadeia produtiva. E a perda de arrecadação poderia ser largamente compensada pelo aumento do consumo e principalmente pela liberação da renda da população e das empresas para a utilização de bens e serviços que melhorem a qualidade de vida do brasileiro ou, enfim, a produção, à base de emprego, expansão e crescimento da economia.

Atendendo à recomendação do Deputado Nicias, autor do pedido de realização desta audiência, vamos nos ater aqui a uma agenda mínima, que abraça o consenso do entendimento de todas as associações, cujos nomes vou agora ler, já que não o fiz antes:

Associação Brasileira de Concessionários de Energia – ABCE, que congrega todos os concessionários de geração, distribuição e transmissão; Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base – ABDIB; Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica – ABIAPÉ; Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia – ABRACE; Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEL; a ABRAGE, cujo Presidente é o Dr. Flávio Neiva, que acaba de chegar, e que congrega todas as geradoras estatais e privadas; Associação Brasileira de Geração Flexível – ABRAGEF, que são aqueles motores inicialmente chamados de usinas emergenciais; Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – ABRAGET; Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; uma das mais antigas organizações empresariais de multipropósitos, com sede em São Paulo, a AMCHAM; APINE, que são produtores independentes de energia; Associação dos Pequenos e Médios Produtores de



Energia Elétrica – APMPE, com as chamadas PCHs, usinas de pequeno porte; CBIEE, que eu represento e que são os investidores privados de energia, que congrega 66% da distribuição e 24% da geração no Brasil; e FIESP. Enfim, um grupo de absoluta representatividade – permito-me dizer – no que diz respeito ao pensamento do setor elétrico.

Enfim, voltando à agenda emergencial, o primeiro dos tópicos é o PIS/COFINS.

Farei uma breve discussão de cada um desses itens. Vou deixar todo o material de referência com os senhores.

Sobre o PIS/COFINS, farei um breve histórico do seu efeito. Primeiro, no segmento de distribuição.

Mudanças recentes dos últimos 3 anos elevaram a carga efetiva de PIS/COFINS sobre a tarifa da ordem de 55%. Um bilhão e seiscentos milhões de reais a mais o consumidor brasileiro está pagando de PIS/COFINS apenas para ter esses aumentos recentes.

Na transmissão o aumento foi de 127%. Ou seja, para uma arrecadação global da ordem de 900 milhões, que é a receita global da área de transmissão anual, estimativa feita originalmente pela ABRAT, 320 milhões aproximadamente são de impostos. Na geração, há um aumento de 153%, com cerca de 1 bilhão, 590 milhões adicionais de acréscimo de PIS/COFINS.

a legislação sobre PIS/COFINS – e certamente isso está vivo na memória de todos – surgiu daqueles instrumentos que mencionei no primeiro *slide*, mas além disso uma série de medidas provisórias sobre o assunto tramitaram pelo Congresso, assim como emendas. O somatório do que foi acrescentado na legislação original, quer por emendas, quer por medidas provisórias, fez com que vários setores – e aí está a lista deles – fossem excepcionalizados no último momento. Ou seja, ficaram de fora, no último instante, o PIS/COFINS.

Estão listados todos eles. Quer dizer, aqui estão 14 grandes setores. Somados os subsetores, chegam a mais de 20. Todos esses ficaram livres do último aumento.

Enfim, os argumentos para deixá-los livres do último aumento são basicamente 2: ou porque atendem a um setor significativo da sociedade brasileira, pelo seu porte ou pelo seu valor estratégico, e que, por isso, deveriam ficar imunes do último aumento, ou porque é um setor que serve ou que provê empregos para grande massa da população. Ora, esses 2 argumentos estão muito mais fortes no setor elétrico. O serviço público de maior abrangência atinge a 96% da população brasileira.

A propósito – e isso não estava na apresentação, mas me permito dizer –, o Presidente Lula, questionado

recentemente sobre o aumento de impostos, justificou, chamando a atenção para um aspecto que considero importante. Disse que pelo menos naqueles bens e serviços que atingem mais diretamente as populações mais necessitadas o Governo estava tendo o cuidado de fazer com que não incidisse aumento, ou baixar a incidência de tributos e encargos. E S.Exa. citou a cesta básica como exemplo. Ora, nada mais básico do que energia elétrica. Quer dizer, até para produzirmos um saco de feijão precisamos de energia elétrica. Portanto, a valer o mesmo argumento, é um contra-senso que a energia elétrica não tenha ficado de fora desse último aumento.

Aqui em amarelo os senhores têm uma sugestão de encaminhamento proposto por meio de emendas apresentadas a uma série de medidas provisórias.

Aqui estão listadas algumas de 2004. E aqui, as de 2005, apresentadas à Medida Provisória nº 232. Essas emendas solucionam o problema. Basicamente dão o mesmo tratamento que todos aqueles setores de atividades de energia elétrica tiveram

Na geração, PIS/COFINS tem um impacto adicional, que tem a ver com um incentivo dado em 2001, por intermédio de um instrumento de lei para desonerar o combustível para a geração de energia elétrica. Essa lei foi promulgada naquela época com esse objetivo e está em vigor, porém foi contradita por uma outra lei que agora, ao estabelecer esse critério de não cumulatividade do PIS/COFINS, determinou que a proibição de créditos para aquisição de bens ou serviços com alíquota zero e de forma genérica fosse compensada. Isso cria um paradoxo. Faz com que aquele subsídio dado por aquela lei original seja negado por este de agora. Ou seja, o espírito dessa nova lei, o seu objetivo, que foi principalmente tratar da importação, quando aplicado à questão da aquisição de carvão para geração de energia de gás natural para os programas das usinas térmicas do PPT, causa efeito nefasto, ao não permitir que isso seja abatido. Ou seja, cancelou integralmente o benefício dado pela lei anterior. Do nosso ponto de vista, a análise, calcada inclusive em pareceres jurídicos que estão listados, representa a incongruência que deveria ser corrigida.

Há neste *slide* 19 uma proposta para a reflexão dos senhores. Trata-se de proposta de solução.

Ainda atingindo o PIS/COFINS da geração, há outra questão que diz respeito a uma instrução normativa da Receita Federal, que deu interpretação – não é lei, não é nada – diferente do que, por força de lei, já existia. Basicamente, o que estamos falando é da definição de preço determinado que existe na Lei 10.833, de 2003.



A receita de contratos anteriores a outubro de 2003 permanece, por força da lei, com a tributação incidindo com base no regime antigo. E essa lei faz referência ao preço determinado, numa interpretação legal de que o preço determinado é aquele especificado em contrato, mesmo supondo que existam cláusulas de reajustes, desde que por índices oficiais.

Essa instrução normativa contesta isso, alegando que um reajuste previsto no contrato a preço determinado com base em índices oficiais seria um novo preço, tornando inócuo o preceito da lei de 2003. Isso está sendo contestado por instrumentos jurídicos, mas eu acho que é uma questão a ser efetivamente apreciada pelo Legislativo. E temos uma proposta de solução, que alinhavamos aqui em conjunto, em amarelo. Seria simplesmente a revogação da instrução normativa da Receita, tendo em vista que ela contradiz o que diz a lei; ou então a alteração da Lei nº 10.833, acrescentando que, independentemente dos mesmos possuírem cláusula de reajustamentos de índices oficiais, no Item 11, com relação às receitas de contratos firmados antes de outubro...

Estou sendo rápido para ater-me ao tempo, mas isso tudo fica para a referência. Estaremos todos aqui para responder às questões de V.Exas.

Vamos passar a outro tema, que também é de consenso, e requer a atenção dos senhores. Refiro-me à taxa de fiscalização da ANEEL. Esse é fácil de apresentar.

Neste *slide* mostramos o que está acontecendo desde 2001. A taxa de fiscalização da ANEEL é paga pelos consumidores e consta da tarifa. Ela aparece naquele gráfico que inicialmente mostrei aos senhores sobre os encargos da distribuição.

É uma taxa que tem destino. O consumidor a paga para financiar a ANEEL na prestação de serviço à sociedade como um todo. Só que, desde 2001, apesar de o consumidor pagar essa importância, esse valor tem sido contingenciado. Vale dizer, em grande parte, retido. No início, 1% dele em 2001; depois, 36% em 2002; posteriormente 57% e agora 61% disso foi contingenciado. É um absurdo. Espero que os senhores concordem com a tese. E aí nos atemos a basicamente 2 sugestões: acabar com o contingenciamento, como previsto até na legislação que instituiu a taxa de fiscalização, e distribuir os recursos para a ANEEL, para que ela possa de fato exercer suas funções de maneira correta e atendendo à expectativa da sociedade; segundo, desonerar o consumidor da tarifa, ou seja, que não se faça o consumidor pagar enganosamente por uma coisa que ele não está tendo.

Feita essa reflexão, passamos ao próximo tópico: INSS. Os senhores certamente sabem do pensamento

do Governo e do que tramita no Congresso com relação a estímulos de mudanças de arrecadação das contribuições sociais.

Destaco aqui em vermelho uma declaração do Ministro Berzoini. Nela consta uma das idéias básicas de que o próprio Governo está comungando agora. Uma das maneiras de se desonerar a folha de pagamento seria repassar, segundo S.Exa., para as outras bases tributárias parte daquilo que é arrecadado sobre a folha.

Deixo para a reflexão dos senhores o impacto dessa alteração sobre o setor elétrico.

Atualmente, a contribuição social paga pelas empresas é de cerca de 20% da folha de pagamento.

Na proposta do Governo, o Ministério da Fazenda tem informalmente veiculado informações de que está estudando alteração de alíquota para 2000%, não cumulativa, ou 1,15% cumulativa. Ainda não sabe qual o critério, mas seria sobre a receita.

Simulações iniciais feitas pela Price Waterhouse, ainda com base nesse estudo que as associações estão promovendo sobre toda a carga de impostos no setor, mostram que se a incidência do imposto for calculado com base 2,6 vezes o faturamento menos a folha de pagamento, isso equivaleria a um INSS da ordem de 2 bilhões em 2005, contra os 800 milhões que se espera pagar com base na legislação atual.

Isso que estou dizendo pode ser visto graficamente nesse *slide*.

Aqui em bege está a evolução do INSS sobre a receita bruta do setor. Como o setor e a receita têm crescido, o percentual do INSS tem decaído, graças a Deus. Atualmente está na ordem de 1% da receita global do setor.

Se for mudada a regra, conforme pensa do Governo, sobe 2 vezes e meia essa incidência: de 1% para 2,45%. Ou seja, um impacto de quase 3 vezes em relação ao que o setor já arrecada de INSS. É um impacto direto na tarifa de energia elétrica que será sentido certamente por todos os consumidores.

Destaco esse aspecto porque ainda é um tema que está sendo sugerido pelo Governo. Está sendo debatido preliminarmente nesta Casa. Pode ser alvo ainda de iniciativas dos Srs. Deputados, que podem se aprofundar nessa questão não permitindo que sejam criadas arapucas que vão na contramão da modicidade tarifária que todos pretendemos.

O item seguinte é CCC – Cota de Consumo de Combustível. Ele é classificado como um dos encargos que incidem sobre o setor. O CCC foi criado por uma lei de 1973 e destina-se a cobrir as despesas de combustíveis fósseis, quer dizer, derivados de petróleo, usados nas gerações térmicas das usinas.

A razão do legislador da época era dirigida ao setor hidrelétrico, que não paga por combustível fóssil e deveria financiar aquelas áreas que não têm na hidrelétrica a solução para atender à população.

O CCC é um decreto de 1993. Foi desmembrado em 3 subcotas: uma que atende às Regiões Sudeste e o Centro-Oeste; outra que atende Norte e Nordeste; e a principal delas, que atende às áreas dos chamados sistemas isolados. Basicamente, a Região de menor densidade populacional – Amazonas, Norte do País.

Inicialmente, estava prevista a extinção do CCC em 2010 e agora foi prorrogado para 2022. Esses sistemas isolados são predominantemente térmicos.

O *slide* da página 31 fica apenas para referência. Não vou entrar em detalhes. Vou apenas mostrar a maneira esquemática como o CCC é calculado. É um subsídio pago por todos os consumidores de energia do resto do País que praticamente financia o custo de combustível dessas usinas.

O próximo *slide* mostra o que tem acontecido em relação ao aumento do CCC nos sistemas isolados. Realmente, um aumento vertiginoso da incidência desse encargo. De 2000 a 2004 houve um crescimento da ordem de 400%, o que, como veremos a seguir, é absolutamente injustificável. Subiu de 2,3 reais por megahertz/hora consumido para 10,8 reais por megahertz/hora consumido.

Neste *slide* os senhores vêem as principais causas para o aumento do CCC. Tem a ver com a despesa dos combustíveis e deve-se à absoluta ineficiência no consumo, nas perdas e na elevação de preço.

É importante saber que os mecanismos de controle, da maneira como esses subsídios são repassados para as empresas que têm esses geradores térmicos, são absolutamente ineficientes. Enfim, esses geradores térmicos são absolutamente ineficientes e estão sendo inclusive alvo de investigação do TCU.

Essa ineficiência no consumo pode ser facilmente explicada da seguinte forma: as máquinas geradoras que existem nessas regiões são em sua maioria equipamentos obsoletos de baixíssima eficiência. Enfim, eram as máquinas mais baratas que as pessoas podiam comprar. Para essas empresas, “o combustível”, entre aspas, vem de graça, porque é totalmente subsidiado, e para elas não faz sentido econômico, racional, comprar máquina mais cara, uma vez que se beneficiam do combustível de graça. É uma situação absolutamente perversa.

Há pouco, conversando com o Dr. Paulo Pedrosa, Diretor da ANEEL, que nos honra com sua presença, ele disse que quando analisamos regiões como Manaus e outras localidades podemos ver seguramente estádios iluminados, sem ninguém dentro, sem jogos.

Há certo desperdício de energia, típico de quem não tem o sinal econômico claro do custo dessa energia. A energia naquela região custa mais de 600 reais por megawatt/hora, enquanto, por exemplo, nos leilões recentes de energia, o custo médio foi da ordem de 70, 80 reais por megawatt/hora. Isso é um absurdo. Não há sinal claro para a população, para os Governos, nem para a região do custo dessa energia. Isso induz à ineficiência e ao desperdício. De novo, esse é um dos primeiros tópicos das causas de aumento do CCC.

Outro tópico é a ineficácia no uso do mecanismo de sub-rogação. Esse palavrão fica claramente explicado naquela forma que diz que um dos preceitos da regra do CCC é que se algum empreendedor tiver uma solução hidrelétrica, ou o que seja, para substituir uma térmica que está onerosa, o CCC pode subsidiar isso sub-rogando uma parte da verba. Porém, a maneira como isso está sendo realizado tem sido absolutamente ineficaz e acima das questões que apontamos como causas do problema.

Outra questão foi a falta de correção por 8 anos da base de cálculo para energia hidráulica equivalente. Um dos fatores daquela fórmula é que o CCC, ou seja, o subsídio pago, é na verdade uma diferença entre o custo do combustível menos o custo de uma energia elétrica equivalente, que teria que ser arcada pela empresa local. Esse custo da energia elétrica equivalente não tem sido reavaliado há mais de 8 anos, e hoje é um custo absolutamente artificial, da ordem de 40 e poucos reais.

Por último, outra grande causa foi a incorporação do ICMS ao CCC no período de 2004 a 2009, acrescentando mais um exponencial aos aumentos relativos a isso.

Temos uma série de recomendações aos senhores com relação ao tratamento dessa questão. A principal delas talvez seja o aprimoramento de mecanismos de controle da geração elétrica e efetivo consumo de combustível. De novo, faço referência a essa iniciativa do Tribunal de Contas da União que tem relatório bastante extenso, mostrando, inclusive com base em casos, a maneira precária como está sendo feito esse controle e as consequências para toda a sociedade.

A segunda é a definição de um mecanismo de indução à eficiência global, eficiência no sentido engenharia do termo, digamos: produzir mais com menos. É aquilo para o qual chamei a atenção antes, ou seja, não adianta dizer: “*Bota a máquina que for, mesmo que seja ineficiente, porque o combustível será de graça*”. Quer dizer, o mecanismo tem que induzir à eficiência global, tem de sinalizar para soluções mais eficientes. Ou seja, o benefício tem de ser percebido como a única maneira de se baixar o custo para o con-

sumidor, dando sinal conveniente para coibir abusos, desperdícios etc.

Outra questão importante é a do preço cobrado por esse combustível. Esse combustível é quase um monopólio virtual da PETROBRAS. Na verdade há estudos bastante aprofundados que demonstram que uma concorrência internacional na compra desse combustível, por exemplo, poderia resultar num preço muito mais baixo para o consumidor. Enfim, essa questão requer a atenção dos senhores, porque, se for o caso, isso terá de ser de alguma forma induzido. Coerentemente com as causas apontadas, busca-se estabelecer mecanismos de maior eficácia, como esse instrumento de sub-rogação, para que de fato se possa canalizar parte dos recursos dessa CCC para buscar soluções mais eficientes, de curto, médio e principalmente longo prazo, enfim, mais baratas para o consumidor.

Por último, a redução do impacto do ICMS sobre os combustíveis. O velho ICMS onerando a carga como um todo.

O último tema que trago para os senhores é o ICMS e a reforma tributária.

Quero chamar a atenção dos senhores para o *slide* 37. Ele mostra o impacto que haveria sobre o setor elétrico com a unificação das alíquotas do ICMS, elevando a tarifa média do setor de 21 para 25%. O que se busca com a mudança de legislação do ICMS, em termos de redução de imposto, é mais do que um tiro no pé, é um tiro no coração, é uma ação direta no sentido de aumentar vigorosamente o impacto para o consumidor. Isso fica mais claro olhando Estado por Estado, distribuidora por distribuidora.

O *slide* 138 mostra o impacto que haverá na conta do consumidor. Vejam os senhores que são exatamente naqueles Estados de maior dificuldade econômica que haverá os maiores impactos diretos na tarifa: no Maranhão, 17%; no Amapá, 12%; em Rondônia e Roraima, Mato Grosso do Sul, praticamente de 10% para cima. Nos mais modestos, tipo Rio Grande do Sul, Tocantins etc., o impacto será da ordem de 2%. Isso é um descalabro quando percebemos que o pensamento coletivo se dá no sentido da modicidade tarifária, porém a prática é totalmente dissociada disso.

Isso é tão mais grave quando pensamos principalmente no consumidor de baixa renda. O consumidor de baixa renda é uma categoria que recebe subsídios diretos porque é mais necessitada. O valor atual da conta de luz do consumidor de baixa renda, com 80 quilowatt/hora de consumo por mês, é da ordem de 13 e meio reais, e teria um impacto de ICMS da ordem de 2 reais, ou seja, de 15%, direto na veia. Quer dizer, o Governo Federal chega ao ponto de conceder subsídios na Conta de Desenvolvimento Energético

– CDE, mas o Governo Estadual cobra ICMS sobre subsídios, onerando em 15% 16 milhões de unidades de consumidores beneficiadas com o subsídio para o consumidor de baixa renda.

Portanto, o pleito em relação a isso é de consenso. Destaco novamente a manutenção da possibilidade de alíquotas diferenciadas de acordo com a classe, principalmente a de baixa renda, e a inclusão do consumo de baixa renda nos produtos que terão alíquota mínima.

Com isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó, Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Nicias Ribeiro, encerro esta apresentação. Peço perdão pela correria, mas foi no sentido de colocar-me à disposição dos senhores para responder às perguntas.

Se me permitem, gostaria de ressaltar a importância desse consenso, dada a gravidade das questões e a eloquência da legitimidade, da profundidade e da pertinência dos itens abordados. Queremos entender que este é um primeiro passo, muito louvável, de iniciativa desta Comissão de Minas e Energia. Na medida em que provermos informações que permitam o aprofundamento dessas questões nesta Comissão poderemos transformar essa realidade tão nefasta para o País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradecemos ao Dr. Cláudio Sales, Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, a participação.

Encerrada a exposição, passo a palavra ao autor do requerimento, nobre Deputado Nicias Ribeiro, Presidente da Comissão de Minas e Energia.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Esta audiência pública se realiza em razão de sermos uma Comissão Técnica na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Contudo não dispomos de tributaristas. A grande questão é exatamente a discussão da carga tributária sobre o valor final da energia elétrica.

Dr. Cláudio Sales, atendo-me ao *slide* 4. V.Sa. mostrou o ICMS, o PIS, a COFINS, a CPMF, o IRPJ e a CSLL. Não sabemos o que são estes 2 últimos. Sabemos que os encargos sociais são INSS e essa coisa toda. V.Sa. também falou muito rapidamente sobre o CCC, CDE, SE e RGR. Essas coisas têm de ficar bem esclarecidas para a Comissão.

Em segundo lugar, se não me falha a memória, ouvi V.Sa. referir-se à carga tributária nas geradoras. Pelas informações que tenho – e repito, que não sou tributarista – o ICMS apenas incide na distribuição de energia elétrica, não na geração. Gostaria que V.Sa.

nos desse uma análise ou uma informação, uma avaliação a esse respeito. Em todas as mercadorias, o ICMS incide no produtor, depois passa de mão em mão até chegar ao consumidor final. É um jogo de créditos e débitos. Estranhamente, no que se refere à energia elétrica, que é um poderoso insumo para a economia nacional, não se cobra da geração nem da transmissão, apenas se cuida dela na distribuição. Pergunto aos senhores que trabalham com a geração e a distribuição de energia elétrica no País qual a avaliação que têm a esse respeito. É bom taxar na geração, na transmissão – como todas as outras mercadorias no País – ou apenas na distribuição?

Dr. Cláudio Sales, o senhor falou em preço determinado quando tratou da instrução normativa da Receita Federal. O que é isso? É um preço que alguém determinou ou é um preço a que se chegou pelos cálculos?

Também ficaria agradecido se V.Sa. pudesse cuidar mais claramente da questão do peso do INSS. Confesso que não compreendi isso direito.

Por fim, quero felicitá-lo pela brilhante palestra. Lamento apenas a correria da exposição. A Presidência, por força regimental, estabeleceu 20 minutos para a exposição, mas aqui não é o Exército, onde tudo se cumpre dentro do prazo. Quer dizer, os 20 minutos foram um norte para que V.Sa. buscasse ser sucinto, mas não eram obrigatórios. Por isso, tenho de fazer essas perguntas para que fique melhor esclarecido o tema.

Parabéns pela palestra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Ouvimos o Presidente Nicias Ribeiro, e passaremos a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Mauro Passos, PT de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente, o palestrante, os visitantes e os convidados. Sigo em parte a preocupação manifestada pelo Deputado Nicias Ribeiro. As questões colocadas estão muito ligadas à área tributária, e nossa Comissão, até pela tradição da participação de seus membros, está mais vinculada à questão da energia. Mesmo assim, não poderia deixar de fazer algumas observações, até porque na relação dos convidados pude perceber que existe, por exemplo, a Associação Brasileira de Geradores de Energia. Vi também o nome do Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas. Esses convidados provavelmente têm algo a comentar em relação à CCC.

Na própria distribuição dos tributos é visível a participação do ICMS, que é um assunto muito relacionado aos Estados; portanto, precisaríamos ouvi-los. Recentemente, no Estado vizinho ao nosso, o Rio Grande do

Sul, o Governador Germano Rigotto, imagino que por necessidade de caixa para cumprir as obrigações do Estado, tomou a iniciativa de reajustar o ICMS, inclusive na área de energia e telecomunicações. Isso criou profundo mal-estar na sociedade e nos consumidores em geral. O Governador Germano Rigotto, pelo que o conheço, sempre foi um Deputado pautado na questão tributária, e toda sua campanha – vitoriosa por sinal, foi baseada nisso. Provavelmente, tomou essa decisão em função de uma necessidade premente. Acredito que seria muito leviano de nossa parte pensar que o Governador teria alterado o ICMS na área de energia sem total e absoluta necessidade do dia-a-dia da atividade do Estado. Portanto, não é muito simples discutir esses temas. Sabemos das debilidades dos nossos Estados em geral. Não cabe aqui fazer nenhum reparo ou retrospectiva para discutir o porquê disso, mas estamos tratando da receita dos Estados.

Ouvi atentamente o palestrante Dr. Sales. Tive a oportunidade de ouvi-lo em outras ocasiões. Percebi hoje que ele usou seguidamente a expressão “palavrão”, e penso que talvez isso tenha sido em função da agressão que aquilo lhe produz. Mas há um “palavrão” que não foi utilizado: Eletroluma. A empresa recebeu esse nome no passado em homenagem à esposa de um empresário que investiu no setor de termelétricas. Ela é conhecida de todos. Estou falando de Luma de Oliveira. Esta não é uma questão menor quando discutimos esse assunto.

O senhor fez referência ao custo que a sociedade paga pelas usinas térmicas que precisam de ajuda quando são acionadas, por intermédio da CCC, ou para pagar o carvão, no caso da Região Sul, ou o *diesel*, no caso da Região Norte, ou mesmo para pagar o gás, no caso da Região Nordeste. Mesmo com elas paradas, sem operar, estamos pagando preço alto.

Tivemos há pouco uma audiência pública muito interessante relacionada às Centrais Elétricas de Pernambuco – CELPE. Os consumidores pernambucanos foram presenteados com impressionante reajuste tarifário: 34% residencial e mais de 40% industrial. O Presidente acompanhou esta audiência pública e sabe as razões pelas quais a ANEEL chegou a esse índice. A própria CELPE, que foi privatizada, havia solicitado um índice maior, alegando razões contratuais. É importante que se diga que esses contratos foram concebidos no passado e tinham como intuito preservar o investidor, assegurando, por intermédio de cláusulas contratuais, receitas dessa ordem de grandeza, das quais, por pouco, os pernambucanos não foram vítimas – é esta a palavra. Não me parece, independentemente de como o contrato tenha sido assinado, de que interesses tenham por trás dele, que alguém



hoje possa conviver com reajustes de 34% em energia elétrica e mais de 40% no consumo industrial. Não há como absorver isso.

Portanto, esses palavrões precisam também estar colocados aqui. No processo da privatização, estavam embutido custos de geração altos, intencionalmente altos, que obviamente são repassados quase que de forma direta para as tarifas e, conseqüentemente, pensando sobre os consumidores. Portanto, não faço nenhum reparo à questão tributária em si. Estou vendo aqui inclusive pessoas da empresa na qual trabalhei, que conhecem muito melhor que eu a matéria. Devemos, contudo, discutir o todo.

Estamos prestes a um próximo leilão de energia, que, segundo consta, será no primeiro semestre de 2006. Já há sinais de que os valores lá praticados para a chamada energia nova que será leiloada estarão muito acima dos valores do último leilão. Por conseqüência, novamente vamos deparar com a questão do repasse disso para os reajustes tarifários. Não há como separar tudo isso. Estamos, portanto, tratando apenas da questão tributária. A discussão, porém, é muito maior, inclusive porque ficou limitada apenas a uma apresentação.

Gostaria muito de ouvir o Presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica e o Presidente da Associação Brasileira de Geradores de Termoeletricas sobre esse assunto, para nos explicarem os impactos que isso está causando nas novas tarifas que estão começando a ser praticadas em alguns Estados.

Pela oportunidade que nos está sendo dada e pela iniciativa tomada, deveríamos – fica como sugestão, obviamente, para a Comissão avaliar – fazer uma discussão mista também envolvendo o pessoal das Comissões de Trabalho e de Finanças e Tributação da Casa, para que pudéssemos ver os dois lados da moeda e ter uma melhor condição de nos posicionarmos, porque todos estamos sentindo neste instante uma certa dificuldade diante do número de informações que nos chegam – e foram muito bem colocadas. É para termos uma visão melhor do que está se passando no setor.

Minha preocupação é, com certeza, em relação ao futuro. Se já estamos preocupados com o presente, o futuro será muito mais preocupante. Já disse em outras oportunidades que a classe média, que é quem mantém essa condição de consumo e, portanto, de receita, está no seu limite. Não há mais margem para absorver reajustes que se situam em patamares muito acima dos índices de inflação, com foi no caso agora de Pernambuco, Minas Gerais e Mato Grosso. Esse desaguar de índices preocupantes vai continuar

a ser praticado. Trata-se de quase um desabafo! Temos de ouvir o pessoal ligado à questão tributária, como o pessoal da geração, das térmicas. Como é que, no final de tudo, isso vai impactar no consumidor? Nosso olhar tem de se voltar para o consumidor. Com todo o respeito às entidades que têm suas responsabilidades, são organizadas, o nosso olhar, enquanto Deputados, tem de ser para o consumidor.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, sei que apartes não são permitidos em audiências públicas. Peço, contudo, a V.Exa. permissão para informar ao ilustre companheiro que nos antecedeu que a idéia desta audiência pública é ser exigente, sim, que esta Comissão temática receba informação sobre a carga tributária do setor elétrico, mesmo nós não pertencendo à Comissão dos Consumidores, mesmo não fazendo parte da Comissão de Finanças e Tributação, mas é para que nós, que discutimos muito geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, possamos ter, ao fim e ao cabo, o porquê dos preços, porque ao fim e ao cabo essas questões chegarão a esta Comissão.

Então, a idéia é, por meio dessas instituições que aqui se encontram, obtermos informação pelos pontos de vista deles, para que possamos, evidentemente, lá adiante, abriremos a discussão. E, aí sim, chamarmos os tributaristas, para que possamos contribuir de alguma forma, a fim de evitar essas coisas, preocupando-nos, como disse V.Exa. que está muito preocupado, com o futuro do nosso consumidor final.

Eram apenas esses esclarecimentos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Seguindo a ordem de inscrições, temos mais Deputados inscritos: os Deputados Fernando Ferro e Dr. Heleno. Depois vamos voltar a palavra ao Dr. Cláudio José Sales.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, acho que seria preferível que o primeiro expositor concluísse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – É exatamente isso, Deputado. O Dr. Cláudio José Sales já vai concluir. Até entendemos que ele fez uma explanação um pouco rápida. Pois vamos lhe dar a oportunidade de responder aos Deputados que usaram da palavra. Depois encerraremos essa parte com a fala de V.Exa. e do Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, lembro-me agora que estou com um pro-

blema. Sou expositor de um projeto de lei numa outra Comissão. Peço a V.Exa. a gentileza de me deixar usar da palavra neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Muito bem. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr.

Presidente, primeiro quero parabenizar o Presidente Nicias Ribeiro pela iniciativa. É importante tomarmos conhecimento dessas informações; mesmo não sendo o objeto mérito central da questão, isso, evidentemente, nos toca diretamente. Queria, nesse aspecto, considerar extremamente valiosa esta audiência.

Segundo, reconheço, e todos nós sabemos: de tributos ninguém gosta; é um palavrão para todo mundo, é verdade; mas é a realidade da sociedade e temos de discuti-la. Pois bem. Temos uma carga tributária alta. Mais do que alta, temos uma carga tributária injusta. E esse debate geralmente não se faz. Fazem parecer como se todos fossem iguais, como se vivêssemos uma justiça tributária. E isso não é verdade. Temos de fazer esse debate conjugado.

Primeiro: quem mais paga imposto neste País? Por que paga? Como é distribuído isso? Temos de fazer um debate sobre a questão tributária, considerando esses aspectos. É importante, num debate como este, Presidente Nicias Ribeiro, também ouvirmos em outro momento – o Presidente se retirou – os representantes do Ministério de Minas e Energia e o do Ministério da Fazenda sobre essas alterações ocorridas no setor. Primeiro porque isso não é uma situação que aparentemente se cria como se fosse do Governo atual. Não é apenas isso. Essa estrutura está montada há mais tempo. Ela não pode ser creditada dentro de uma mobilização contra os tributos para ser colocada no espaço deste Governo. Temos também de fazer um debate envolvendo os Governos dos Estados. Quando se fala em ICC e em ICMS do setor com os Governadores da Região Norte, isso vira palavrão. Há possibilidade até de se discutir e fazer com que esse debate incorpore outras preocupações. Por exemplo, temos a obrigação e a perspectiva de integrar a rede nacional de sistemas, porque não queremos que o nosso sistema fique isolado pelo resto da vida.

O próprio Governo, quando anunciou o processo de reestruturação, deixou claro que deverá promover uma alteração legislativa tratando dos sistemas isolados, a geração distribuída e outras necessidades que precisam ser incorporadas dentro do debate de uma política energética nacional.

Vamos lutar por Belo Monte, por exemplo, para que possamos desonerar uma parte da matriz energética do Norte desses componentes da geração, a partir do combustível fóssil. Vamos trabalhar no sentido de

que o inventário hidrelétrico da Região Norte consiga inserir a região no sistema. Isso teria repercussões evidentes nesse quadro tributário. Mais do que isso: para discutir tributos nas empresas temos de discutir também os outros elementos que compõem e pesam na tarifa. Por exemplo, tenho tido algumas informações – no debate do caso da CELPE – de quanto é assustadora a ineficiência da política de conservação de energia dessas empresas. O aumento das perdas técnicas e comerciais é algo impressionante! E quase não se toca no assunto, ou ele é marginalmente citado.

Precisamos saber o que está acontecendo, quem rouba energia neste País, por exemplo. É assustador o crescimento da delinquência entre os consumidores de maior poder aquisitivo. Isso tem que ser discutido. Pensava-se que os gatos, as gambiarras e os macacos eram obra dos pobres das favelas. Não é verdade. Hoje, os grandes componentes da delinquência, da irresponsabilidade social em relação à tarifa são os ricos, a classe média, os consumidores de porte. É evidente que são pessoas que pagam muito imposto e que querem compensar por outro lado. Argumentos desse tipo vêm à tona. Isso é para ser debatido, para que possamos compreender que a melhora da qualidade do serviço virá quando a justiça tributária e tarifária desse setor estiver sendo implantada em meio a um debate amplo e geral.

Louvo a oportunidade de recebermos essas informações. Mas elas não são finais por si mesmas. Temos que travar esse debate dentro de uma série de responsabilidades dos agentes do setor. Gostaria que, no momento apropriado, pudéssemos chamar aqui representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério de Minas e Energia e de consumidores de outras áreas, para incrementar este debate.

Contudo, gostaria de parabenizar por esta iniciativa.

Primeiro, as informações são importantes. Expressam os interesses das corporações, dos segmentos do setor que estão preocupados com essa política. É visível que na questão PIS/COFINS há margem para se discutir. Se foi desonerado para outras áreas, porque não discutir isso também para o setor elétrico? Entendo essa discussão como perfeitamente válida e justa. Evidente que esse debate por si só não se pode se travar assim, como querendo trazer a idéia de que os tributos são os grandes responsáveis pelas tarifas; são um componente da política tarifária, do peso da incidência nas tarifas. Precisamos efetivamente de nos apropriar de outras informações que incorporem essas outras necessidades e responsabilidades para daí discutirmos um melhor equacionamento, um melhor ajuste, a fim de buscar mais eficiência, eficácia e

justiça sob todos os aspectos e tornar esse sistema remunerado e com boa sobrevida; e que, ao mesmo tempo, ele seja mais responsável por fornecer energia de qualidade com confiabilidade, com tarifa adequada ao poder aquisitivo da população deste País. Nesse aspecto estamos juntos nessa luta.

Agora, precisamos fazer um aprofundamento das responsabilidades dos diversos segmentos nessa área.

Eram estas as considerações que eu tinha a fazer.

Tenho que falar sobre um projeto de lei de minha autoria em uma outra Comissão. Por isso, infelizmente, não vou poder continuar estar presente no recinto. Mas este debate não vai se esgotar hoje. Provavelmente, deveremos dar desdobramentos a ele. Saúdo a todos, mais uma vez, pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Com a compreensão do Deputado Dr. Heleno, vamos oferecer a palavra ao Dr. Cláudio Sales para responder aos Parlamentares que já fizeram uso da palavra.

Com a palavra o Dr. Cláudio Sales.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Obrigado, nobre Deputado Feijó. Entendo que talvez seja mais conveniente, dado que esta Comissão convidou formalmente todos os representantes de associações, eu me restringir às perguntas feitas sobre o setor específico.

Uma das questões levantadas pelo Deputado Nicias diz respeito a uma explicação um pouco melhor sobre o ICMS na geração, sobre a questão de créditos e débitos e, também, ainda com relação à questão da geração por preço predeterminado. Gostaria de explicar um pouco melhor a definição de contrato por preço predeterminado. Poderia fazê-lo, mas vou passar a palavra ao Sr. Flávio Neiva, Presidente da ABRAGE, que congrega empresas geradoras estatais e privadas

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Não tenho dúvida de que os Srs. Parlamentares vão concordar com que o Dr. Flávio Neiva use a palavra por algum tempo para que possa responder a esses questionamentos. Endossando o que solicitou o Deputado Mauro Passos, acredito que iremos discutir um novo requerimento para convidar outras entidades representativas para que possamos aprofundar este debate.

Abrindo exceção, dou a palavra ao Dr. Flávio Neiva.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, já que foi aberta a exceção, poderia encaminhar uma indagação ao convidado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Gostaria que ele fizesse alguma observação, porque isso está relacionado à CCC e às empresas geradoras. Gostaria que ele fizesse algum comentário sobre o impacto da CCC em um grupo privado como a Draft Bell, que recebe recursos pelo carvão que consome e não paga por esse carvão. Pois essa empresa anunciou recentemente um lucro de mais de 570 milhões de reais. Então, gostaria que ele comentasse por que estamos pagando tanto por um carvão de um grupo estrangeiro que teve um lucro dessa ordem de grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Antes de o Dr. Flávio Neiva responder, vamos convidá-lo para fazer parte da nossa Mesa, para que S.Sa. responda os questionamentos das Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – O senhor me permite, Sr. Presidente? O sistema abordado pelo Deputado Mauro Passos poderia ser igualmente respondido. Sobre CCC eu até registro a chegada agora dos representantes da ABRAGE, que fizeram estudo muito detalhado sobre a questão da CCC do sistema isolado. Está ali o Dr. Epalding. Enfim, acho que poderia acrescentar dados à sua resposta.

Temos aqui, só para efeito de registro, a presença do Sr. Luiz Fernando Vianna, que representa os produtores independentes de energia, que também pode se associar às respostas aos Srs. Deputados. Só faço um lembrete: que eles estão diretamente ligados a esses temas que estão sendo tratados aqui. Lembrando a primeira pergunta do Deputado Nicias, depois vamos esclarecer a questão do ICMS na geração, enfim como funcionam débitos e créditos.

**O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA** – Primeiramente, bom dia a todos. Se me permitirem, gostaria de responder às indagações que me fizeram, incluindo a do Deputado Nicias e a do Deputado Mauro Passos. Gostaria de esclarecer que a ABRAGE – Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica, congrega as 13 maiores empresas de geração do Brasil, cerca de 85% da geração nacional. Congrega as empresas federais CHESF, FURNAS e ELETRONORTE, 5 empresas estaduais e 5 empresas privadas. Após o racionamento, esse conjunto de empresas, que tinha a grande maioria dos seus contratos em torno de 60 reais o megawatt/hora, conviveu com uma sobra. Uma conjunção de fatores negativos fez com que essas em-

presas convivessem com uma sobra de cerca de 7,5 mil megawatts médios descontratados.

O cronograma do governo anterior, do modelo anterior de substituição de redução dos contratos iniciais em patamares de 25% ao ano – em 4 anos chegaria a zero; este ano agora chega a zero –, coincidiu com uma recessão no consumo, fruto da acomodação das práticas de economia do racionamento. O mercado não se recuperou. Ao mesmo tempo entraram algumas geradoras – termoeletricas e algumas hidrelétricas –, que fizeram com que a descontração do contrato inicial não viesse concomitante com a recontração. Com isso, foram 7,5 mil megawatts médios nos anos de 2202, 2003, 2004, cerca de 10 bilhões de reais/ano a menos nas receitas das empresas geradoras. Digo isso porque me considero impossibilitado e incompetente para responder a algumas indagações aqui. Primeiro, quanto à Draft Bell, assunto referido pelo nobre Deputado, quero lembrar que temos presentes diretores da Draft Bell que poderiam – se o Presidente permitir – responder sobre isso.

Quanto à contratação de energias extremamente caras feitas no modelo anterior vigente, tendo em vista a possibilidade de falta de energia – foi agregado no sistema elétrico brasileiro térmicas caras com procedimentos de contratação aprovados, os famosos VNs –, eu não teria aqui como responder à indagação, dado o ínfimo número de contratos dessa natureza na minha associação.

Com relação ao ICMS, as informações que temos é de que as hidrelétricas não pagam ICMS nas suas receitas; creio que principalmente por causa da prévia verticalização do setor, que tinha a integração verticalizada de geração, transmissão e distribuição e uma tarifa única na distribuição que incorporava o ICMS. E, após a desverticalização, continua na mesma faixa de tributação. Então, não há tributação de ICMS na geração. Para mim o principal motivo é esse, embora haja informação de que algumas termoeletricas têm tributação, principalmente no Estado do Ceará, de ICMS nesse tipo de geração.

Com relação a PIS/COFINS, gostaria de dizer que o fato de a lei ter passado do regime cumulativo para o não-cumulativo e a conseqüente elevação de tarifa de PIS/COFINS de 3,65% para 9,25%... Poucos sabem que, diferentemente dos distribuidores, por exemplo, que puderam deduzir despesas de compra de energia pela não-cumulatividade, os geradores não têm como abater porque o insumo é água. Não há despesas. A alíquota passou de 3,65% para 9,25%, sem nenhuma contrapartida de crédito disso ou daquilo. O resultado foi a elevação de 1,6 bilhão de reais/ano pela incidência de PIS/COFINS.

Com relação à CCC, na nossa opinião, é um instrumento, um instituto fundamental para a convivência de usinas caras em nosso País. Esse instrumento, que vige desse 1973, com o Decreto nº 73.102, possibilitou que regiões do País não tivessem tarifas exorbitantes, comparadas com outras regiões ou a maioria do território brasileiro. Com esse instituto passaram a ser custeadas essas usinas térmicas caras movidas a óleo combustível – na época de sua instalação, poucas era a *diesel*.

O que o Dr. Cláudio Sales mencionou foi focado principalmente na CCC de sistema isolado. Não sei se os Srs. Deputados perceberam: isolado porque a questão da CCC de sistema interligado se extingue no final deste ano. A exemplo do contrato inicial, que disse que em patamares de 25% extinguiria neste ano, a CCC também interligada extingue neste ano agora. Não tivemos nas nossas avaliações nenhuma questão que valesse a importância de trazer aqui para os senhores. Mas vou relembrar aqui a nossa questão com sistemas isolados.

O crescimento foi exorbitante e o impacto – vou repetir, se me permite o Dr. Cláudio Sales – da CCC isolada. Notem a tarifa de contrato inicial. As nossas distribuidoras, que faturam pelo consumo das nossas casas, compram a energia a 60 reais – 10 reais da nossa tarifa são por conta desse consumo de óleo nos sistemas isolados. Portanto, 10 reais no megawatt/hora são impactados por esse encargo. Não pedimos aqui sua extinção, mas ela é fundamental. A CCC de sistema isolado é fundamental para o impacto do custo de energia para essas regiões remotas.

O que pedimos é o aprimoramento dos mecanismos de controle de geração elétrica no efetivo consumo de combustível. Esse controle é precário. Não se tem conhecimento. Tenho notícia, inclusive, de que a ANEEL está se preocupando na gestão atual em instalar medidores de consumo de combustível e de produção de energia elétrica para ter um controle das coisas, algo que não existe hoje.

Segundo, a definição de mecanismo de indução de eficiência global. Não há um mecanismo muito claro de indução dessa eficiência global da produção. Não há esse sinal. Também não há, e não havia, esse sinal na CCC interligada, que está acabando; no sistema isolado, muito menos.

Terceiro, o preço do combustível praticado pela PETROBRAS é equivalente ao preço da licitação internacional. Pedimos também uma redução do impacto cumulativo do ICMS nesses combustíveis.

Peço desculpas por não ter respondido a todas as indagações, mas espero ter esclarecido alguma coisa do que foi perguntado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos ao Dr. Flávio.

Voltamos a palavra ao Dr. Cláudio. Solicitamos dos nossos palestrantes que tenham brevidade nas suas exposições porque outros Parlamentares também querem participar.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Com a permissão de V.Exa., Presidente. Não sei se devo, não sei se regimentalmente é possível, mas eu precisaria de mais um esclarecimento do Dr. Flávio Neiva. Ele falou há pouco sobre a CCC de sistema interligado. Ele informou que o interligado está acabando. Há uma outra CCC, a do sistema isolado. Que CCC é essa? Antigamente, havia a CCC que objetivava o balanceamento dos custos de energia elétrica em nível nacional. Antes do regime militar, o preço do quilowatt/hora no Brasil era um só. Havia outras letrinhas que faziam essa conta. O interligado pagava pelos sistemas isolados térmicos. V.Sa. diz aqui que a CCC de sistema interligado está acabando. Então temos duas CCCs. Poderia V.Sa. esclarecer isso?

**O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA** – Há muito tempo convivem essas duas Contas de Compensação de Combustível (CCC) simplesmente porque existem os sistemas isolados – a maioria deles vive em função de termoelétrica e com CCC isolado. A cobertura dos custos de combustível dessas regiões é isolado. É o grosso da CCC atualmente. O sistema interligado não é outra coisa que a CCC cobrindo os custos de usinas como Igarapé, da CEMIG, Santa Cruz, de FURNAS, Piratininga, da EMAI e algumas outras da Draft Bell. Isso aí são usinas interligadas.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – E quanto às usinas térmicas?

**O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA** – E usinas térmicas interligadas. Mas existem usinas térmicas interligadas que não se beneficiam da CCC; são usinas novas, usinas a gás.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – O Dr. Cláudio Sales vai me ajudar na condução desta audiência pública, porque conhece, como poucos, os representantes dos vários segmentos que aqui se encontram. Por isso, S.Sa. vai convidar para fazerem uso da palavra os representantes que têm algo a dizer em relação aos questionamentos dos Srs. Parlamentares.

Volto a palavra ao Dr. Cláudio José Dias Sales.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Obrigado, Sr. Presidente.

Anotei todas as perguntas. Vamos ver se conseguiremos dar respostas bem objetivas.

Em primeiro lugar, para falar sobre CCC, convido o Dr. Eduardo Carlos Epalding, da Associação Brasi-

leira de Grandes Consumidores Industriais de Energia – ABRACE, que fez um estudo aprofundado sobre a questão. Peço que S.Sa. seja bastante objetivo.

Também convido o Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, para falar sobre as outras questões propostas pelo Deputado Nicias Ribeiro, as quais dizem respeito à definição de preço determinado, que consta da lei, e também sobre as questões abordadas pelo Deputado Mauro Passos a propósito da CCC incidente sobre o carvão, pela qual foram beneficiadas várias empresas, inclusive a Tractebell.

Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, por favor, prepare-se.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Como orientação aos Srs. Parlamentares, informo que a decisão de permitir que usem da palavra os mais diversos representantes dos segmentos foi tomada quando marcamos esta audiência pública.

Portanto, é com muito prazer que concedo a palavra ao Sr. Eduardo Carlos Epalding.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, solicito ao Dr. Cláudio José Dias Sales que antes esclareça algo à Comissão. Sabemos o que é ICMS, PIS/COFINS, CPMF, mas, quando se fala de IRPJ, CSLL, CCC, CDE, ECE, RGR, ficamos em dúvida. Portanto, seria bom esclarecer tudo isso, para que os membros da Comissão possam ter perfeita consciência do que representa cada letra dessas siglas.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Perfeito, posso fazer isso de maneira breve, se V.Exa. me permitir.

Ora, todos sabemos o que é ICMS, PIS/COFINS, CPMF. Observem que o total de CPMF pago pelo setor é de 0,5%, embora, por lei, a alíquota da contribuição seja de 0,38%. Aqui ela é maior porque, na cadeia, como a atividade de distribuição é repassadora de muitas coisas, ela paga e sobrepaga, o que resulta numa alíquota total de CPMF maior do que 0,38%.

IRPJ e CSLL significam, respectivamente, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A Conta de Consumo de Combustível – CCC é esse subsídio de que estamos falando.

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE é um subsídio hoje utilizado em vários programas de Governo, inclusive no Luz para Todos.

ECE é Encargo de Contribuição Emergencial.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – O CDE é aplicado no programa Luz para Todos?

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Também no Luz para Todos. Esse é um dos seus fins.

O ECE, um encargo emergencial, foi criado em 2001 para cobrir os custos das chamadas usinas emergenciais, que, após o racionamento, passaram a atuar para dar segurança, para o caso de falta de energia.

A Reserva Global de Reversão – RGR foi instituída por um instrumento de lei bastante antigo, há mais de uma década, se não me engano. Originalmente, constituía-se numa reserva que o Poder Público tinha para o caso de ter que reverter alguma concessão. Hoje a ela são dados vários destinos, inclusive a contribuição para programas como o Luz para Todos.

A taxa de fiscalização da ANEEL, a que me referi, é paga pelo consumidor para subsidiar a Agência na prestação de serviço da agência reguladora.

A Contribuição de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos – CEFUR é, basicamente, o *royalty* pago pelas usinas hidrelétricas.

Depois mandarei a V.Exa. e a todos os Parlamentares, por *e-mail*, um glossário, que sempre ajuda.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Carlos Epalding, Vice-Presidente da ABRACE.

**O SR. EDUARDO CARLOS EPALDING** – Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar presente e poder me manifestar nesta reunião.

O enfoque de consumidor que o Deputado Mauro Passos acentuou como predominante nesta Casa é certamente o enfoque da ABRACE, que representa os grandes consumidores e também todos demais, que no final do dia pagam a conta de todos os tributos e encargos setoriais.

Falarei, portanto, sobre essa capacidade de consumidor.

Além dos consumidores residenciais, que, conforme o Sr. Flávio Antônio Neiva chamou a atenção, hoje pagam quase 11 reais por megawatt/hora na sua conta de luz, os industriais pagam esses 11 reais para a CCC e mais 20 reais para o conjunto das outras letrinhas – CDE, RGE, todas as demais siglas que foram criadas. Ou seja, estamos falando de quase 10 dólares por megawatt/hora só em encargos setoriais. Ora, 10 dólares representam de metade a um terço do que se gasta para gerar energia. Isso é uma distorção absolutamente inaceitável e prejudica a competitividade da indústria e também a economia do País.

Sobre a CCC: vimos as causas gerais do aumento de 500% da CCC nos últimos 5 anos. De 1999 para cá, ela aumentou 542% para atingir esse valor. O que está acontecendo hoje com a CCC é que esse aumento ocorreu por vários motivos, a grande maioria deles concentrado nas despesas de combustível.

Quanto a despesa em combustível, vamos separar alguns fatores. O primeiro é o aumento do preço. A PETROBRAS é praticamente monopolista, pois tem um acordo de suprimento. Reconhecemos as dificuldades da região em atingir as diversas unidades geradoras, mas a BR-Distribuidora fornece 99% do combustível; 90% dessa conta de 3 bilhões da CCC vai para a PETROBRAS.

A PETROBRAS pratica no Norte preços de mercado. Nos últimos 5 anos, o preço internacional da cesta de óleo cru e combustível aumentou no mundo xis vezes e o preço da cesta da CCC nos sistemas isolados aumentou xis vezes mais.

A primeira recomendação que fizemos – agora vou citar números – é a redução do preço que se cobra pelo óleo, o combustível, o *diesel*, e o PGE. Refiro-me à cesta de alguns, dependendo do tipo de unidade. Hoje o preço médio desses óleos está por volta de 10 dólares por milhões de BTUs. O volume de óleo é de 2,5 bilhões de litros por ano. Ou seja, 11% do faturamento bruto da BR-Distribuidora vem da venda de óleo para os sistemas isolados. Se licitássemos essa quantidade do produto, poderia haver uma redução de 30% nesse gasto de 10 dólares por milhão de BTUs. Esse valor cairia para 7 dólares por milhão de BTUs, o que representaria, sozinho, uma economia de 1 bilhão de reais por ano, ou seja, quase um terço da CCC que pagamos hoje. Só essa medida representaria tal economia!

As perdas foram mencionadas pelo Sr. Flávio Antônio Neiva, mas vou repetir o que ele disse, porque hoje não se tem controle nenhum sobre elas. As perdas totais das principais concessionárias – hoje, infelizmente, estão na mão da ELETROBRAS; são aquelas controladas por ela, as 5 principais do Amazonas, Acre, enfim – representam de 40% a 50% de seu faturamento. Isso significa que elas faturam 100, e metade disso não chega ao consumidor. Do total que ela recebe como geração pelo combustível pago, apenas de 50% a 60% chega ao consumidor final. As perdas são conhecidas. Existem perdas comerciais em todo o Brasil. A média dessas perdas no Brasil é de 15%, e todos os colegas do grupo sabem disso.

Ora, não é razoável que haja perdas da ordem de 40% a 50% sem que se esclareçam as suas causas. Além das perdas normais, ocasionadas por erros de medição e furtos de energia – os chamados “gatos” etc., já mencionados –, na realidade o que essas perdas parecem indicar (digo que parece porque, infelizmente, não existem, para esse montante tão grande de recursos, mecanismos de fiscalização da ELETROBRAS, a gestora dos recursos, nem da ANEEL, que nos permitam saber quais são as perdas

e como identificar formas de reduzi-las) que também há desvios de combustível. Esse relatório recente do TCU mostra com clareza isso.

O que importa a nós é fazer sugestões objetivas com relação a formas de se reduzir essas perdas. Concorde em que não podemos eliminar a CCC, porque ela é um instrumento importante na região. Na verdade, ela, não, mas a energia equivalente ao custo da energia hidráulica, que o sistema todo, interligado, paga e que lá custa muito mais, porque é gerado com o uso de energia térmica, mais cara.

Se quiséssemos resolver de vez essa situação, a solução estrutural – não vamos nos enganar: é essa a solução – seria interligar o sistema isolado com linhas de transmissão, porque assim a eletricidade seria levada pelo preço do sistema interligado e a questão seria resolvida de vez. No entanto, isso não é fácil, porque foram montados grupos de interesse. Mas não é impossível; basta haver vontade política dos Poderes Executivo e Legislativo, do qual faz parte esta Casa.

Pode-se, no meu entender, por meio de proposições objetivas, pedir à ANEEL que estabeleça metas para a redução dessas perdas. Ela que se organize para alcançar tal objetivo. O Executivo, por sua vez, tem que eliminar o contingenciamento a que se referiu nesta audiência, que é um absurdo; a ELETROBRAS tem que dispor de recursos para que as suas controladas façam as correções que devem ser feitas, recomendadas pela ANEEL. Essas perdas, enfim, devem ser reduzidas com o tempo. Se reduzirmos apenas 30% das perdas, que são absurdas, serão economizados 140 milhões reais por ano. Não estou falando nem em chegar à média nacional, mas em reduzir as perdas de hoje em 30%, o que é uma meta perfeitamente factível para o próximo ano.

Também existe algo absurdo. O Governo Federal fez uma linha ligando o sistema de Rondônia, muito mais eficiente, ao do Acre. Ocorre que essa linha não está sendo utilizada. Ou seja, a energia mais barata gerada em Rondônia não está sendo utilizada porque no Acre é importante que se continue a gastar combustível e pagar o ICMS sobre ele. Assim, as instalações ineficientes continuam a ser feitas.

Vou falar um pouco de eficiência. Existe hoje um único parâmetro que induz a alguma eficiência: não se pode gastar mais do que 0,3 litros de combustível por quilowatt/hora gerado. Verificamos que para motogeradores grandes, da ordem de 10 megawatts – e o sistema de Manaus tem muito deles – isso é um exagero. A eficiência normal desses motogeradores é de 0,25 litros por quilowatt/hora. Se definíssemos como meta 0,25 para esses motogeradores e 0,27 para motogeradores do interior, haveria – no final vou dar a lista do

que a soma desses ganhos permitiria – uma redução de 45% na CCC, sem prejudicar o consumidor final, que continuaria a ter energia pelo mesmo preço que paga hoje, eliminando-se as ineficiências, os furtos e as perdas.

Outro aspecto relevante referente à CCC é a sub-rogação, de que se falou aqui. Foi criado um mecanismo inteligente de sub-rogação: até 75% do valor da CCC paga pode ser usado em projetos que substituam a energia térmica, cara e ineficiente, obtida de derivados de petróleo – *diesel*, óleo e combustível –, por energia hidrelétrica de PCHs, por exemplo. Sabem quanto foi usado desse mecanismo surpreendente? Menos de 3%. O uso desse mecanismo dobra o retorno de um projeto de PCH. Mas existem condições locais que desmotivam e constituem obstáculos à implantação desse projeto. Algumas estão sendo resolvidas agora, no início de 2005, pela ANEEL. Uma delas era a exigência de que as concessionárias locais comprassem energia desses investidores em PCHs. Eles tinham que celebrar um contrato de compra.

Mas o fato é que essas concessionárias, que a ELETROBRAS também herdou e que estão em frágil situação econômica, não tinham condição de dar isso. Sem essa garantia, os projetos não saíam. Agora, a ANEEL mudou as normas e disse que o projeto em si poderia constituir uma garantia.

Nossa recomendação é de que haja uma política voltada para tornar eficiente esse mecanismo, a qual teria que vir, no nosso entender, do Ministério de Minas e Energia, da ANEEL e, como mecanismo indutor, desta Casa.

Finalizando, falarei da chamada energia hidráulica equivalente. O que é a CCC? A CCC, que todos pagam em suas contas, é o custo da energia térmica, reconhecidamente mais cara, gerada nos sistemas isolados, menos o custo de uma tarifa hidráulica equivalente, e que, se estivessem interligados, o pessoal do hoje sistema isolado do Norte pagaria como todos no Brasil pagam. Essa tarifa foi mantida absurdamente congelada por 8 anos. Até 2004 ela foi mantida num determinado patamar. Nós, que somos do setor de energia, sabemos que 25 reais por megawatt/hora é algo ridículo. O contrato inicial da ELETRONORTE traz o preço de 50 reais por megawatt/hora. Essa defasagem custou aos contribuintes 1 bilhão de reais nesse período. Hoje esse valor está em 42 reais por megawatt/hora.

No último leilão de energia velha, em que todos reconhecem que o preço médio, de 57 reais por megawatt/hora, foi extremamente módico, deu 83. Estou falando disso porque é uma questão gradual, um número extremamente módico, atrativo, da média do primeiro

leilão, feito em dezembro. Se subíssemos o valor de 42 reais para 57 reais, essa continuaria sendo a energia mais barata do Brasil e haveria a redução da CCC em mais 115 milhões de dólares por ano.

Queremos competitividade da indústria e da economia, e não desperdícios ou desvios. O ICMS hoje se tornou para Estados e Municípios uma fonte de renda – não vamos negar isso! É preciso reconhecer que isso não pode ser um fator que leve os Estados, irracionalmente, a ir contra medidas que tornem a geração eficiente. Se for inevitável, vamos substituir esse tipo de subsídio que eles recebem no ICMS sobre o óleo e o combustível por outros tipos, transitórios – como o próprio ICMS é transitório, uma vez que ao longo de 5 anos é reduzido –, a fim de que os Estados embarquem na luta pela eficiência racional, pela maior competitividade para todos, pela redução do custo do residencial e da inflação; afinal, tudo isso acaba pesando no seu cômputo. As tarifas controladas têm se refletido na inflação.

Agradeço a oportunidade de poder me manifestar. Desculpem-me o tempo que tomei de V.Exas., mas, na condição de consumidor, estava engasgado para dizer tudo isso. V.Exas. devem ter percebido que falei de maneira veemente – talvez mais do que deveria –, mas muito autêntica, dada à gravidade da situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos ao Sr. Eduardo os esclarecimentos.

Antes de passar a palavra aos Deputados inscritos, Dr. Heleno, Pastor Amarildo e Eduardo Gomes, ouviremos o Sr. Luiz Fernando Leone Vianna.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Antes que o prezado Dr. Eduardo Carlos se retire da Mesa, e se V.Exa. me permitir usar da palavra pela ordem, porque não há outra maneira regimental de agir neste momento, eu gostaria de fazer algumas considerações.

O Sr. Eduardo mencionou alguns pontos sobre os quais é importante que a nossa Comissão fique bem esclarecida. O primeiro deles são as perdas pagas pela CCC, incluindo *en passant* os famosos “gatos”. Isso é fato?

**O SR. EDUARDO CARLOS ESPALDING** – Claro! Ocorre em todo o Brasil e também nas concessórias locais.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Eu pensei que a CCC só pagasse o óleo diesel, mas já que o “gato” está no meio... Tudo bem.

**O SR. EDUARDO CARLOS ESPALDING** – Ela paga as perdas todas, e parte delas é decorrente da existência dos chamados “gatos”.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Eu perguntaria a V.Sa. também, só para esclarecer à Comissão, sobre o que disse a respeito de no extremo oeste brasileiro existir uma linha que leva energia de Rondônia para o Acre. Essa linha a que o senhor se refere é a Ji-Paraná/Ariquemes?

**O SR. EDUARDO CARLOS ESPALDING** – Não, é a Rio Branco/Porto Velho, feita em 2002 e até hoje, segundo dados...

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Não foi energizada?

**O SR. EDUARDO CARLOS ESPALDING** – Totalmente, não; apenas parcialmente. Ela poderia estar fornecendo energia mais barata para o sistema do Acre; mas, em vez disso, parte do sistema térmico ineficiente daquele Estado, que deveria ter sido desativado e deixado como *stand by*, para emergências, continua sendo operado.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Imagino que o sistema Rondônia/Acre seja alimentado por energia hídrica através da Hidrelétrica de Samuel. Já não estaria exaurida a potência instalada daquela unidade hidrelétrica? Seria isso ou não?

**O SR. EDUARDO CARLOS ESPALDING** – Ao que me consta, existe energia. Com franqueza, não sei exatamente quais são os componentes da energia de Porto Velho e de Rondônia. Há o componente térmico. Confesso que não sei. Mas a constatação, aceita numa auditoria que passou pelo Ministério de Minas e Energia, ELETROBRAS e ANEEL, é de que não está havendo utilização plena dessa linha.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Eu agradeço o esclarecimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Leone Vianna.

**O SR. LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** – Boa tarde a todos – já estamos no período da tarde. É uma satisfação para APINE estar aqui presente. Representamos basicamente os geradores privados de energia elétrica, sejam térmicos, hídricos, grandes ou pequenos geradores. Também temos no nosso quadro, composto de 35 associados, bancos, construtores, escritórios de advocacia, enfim, empresas com interesse na produção independente.

Eu gostaria de fazer uma complementação ao que foi dito a respeito da CCC. Criada em 1973, pelo Ministro Dias Leite, tinha a finalidade de possibilitar a diversificação da matriz energética, introduzindo basicamente o carvão. As nossas reservas de carvão estão hoje localizadas 100% na Região Sul, sendo cerca de 90% no Rio Grande do Sul, cerca de 10% em Santa Catarina e, no Paraná, 0,1% ou 0,2%. Hoje, portanto,



quem do sistema interligado se beneficia da CCC são as empresas do Sul: a CGTE, no Rio Grande do Sul; a Tractebell, como sucessora da ELETROSUL; a GERA-SUL; e a COPEL, no Paraná. Recentemente, quando começou o processo da privatização, foram criados os contratos iniciais, os quais previam a existência da CCC e o seu valor, que foi usado no caso da Tractebell e no da privatização da GERASUL.

Estou falando da CCC do sistema interligado, vamos deixar bem claro. Não quero me alongar muito sobre o tema, porque, como o Flávio já disse, ela termina no final deste ano. Farei apenas algumas correções de entendimento. Por definição, a CCC só paga carvão e óleo; não paga gás no sistema isolado nem no interligado. Acho que isso não tinha sido falado. O pagamento da CCC só se refere a carvão e óleo.

Outro ponto importante com relação a essas inúmeras siglas que permeiam o setor elétrico é a questão da CRC. Quando o Deputado falou da “desequalização” tarifária, na verdade se referia à CRC, extinta pela Lei nº 8.631, em 1993, se não me engano. Existem muitas siglas no setor elétrico e, às vezes, até nós nos confundimos com elas. Então, estávamos falando da CRC, a Conta de Resultados a Compensar, que está ligada exatamente à desequalização tarifária, o que gerou na época para a União uma dívida de 23 bilhões de dólares.

Superado esse item, falemos rapidamente sobre o preço predeterminado. A Lei nº 10.833, de 2003, que trata do novo PIS/COFINS, no art. 10 abre exceção para contratos com prazo superior a 1 ano, a preço predeterminado, que permaneceriam sujeitos às normas de legislação anterior, ou seja, não passaria para a alíquota de 9,25% e ficaria na alíquota de 3,65%. Então, as receitas anteriores a outubro de 2003 seriam excluídas dessa norma de tributação. O que surpreendeu a nós, do setor elétrico, foi a Instrução Normativa nº 468, da Receita Federal, que traz a seguinte explicação para preço predeterminado: se houver o primeiro reajuste tarifário, esse preço predeterminado deixa de existir. Temos pareceres jurídicos na Associação dispondo que o preço predeterminado não muda. Não há mudança de preço quando há um reajuste tarifário; ou seja, aplica-se um índice de correção ao contrato; está-se simplesmente atualizando o seu valor, e não aumentando o valor dentro do índice estabelecido – IPCA, IGPM, seja qual for.

Por isso, consideramos que a Instrução Normativa nº 468, de 2004, fere a lei, na medida em que dá uma interpretação diferente da constante até mesmo de consultas que a Receita Federal respondeu para alguns agentes. A resposta foi no sentido contrário, ou seja, de que o reajuste da tarifa de fornecimento

não significaria alteração de preço e, portanto, o preço predeterminado seria mantido. Prova disso é que várias indústrias do setor têm obtido na Justiça liminares contra a Instrução Normativa nº 468.

Eram esses os pontos que eu gostaria de esclarecer.

Estou à disposição de V.Exas. para maiores esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Ouviremos agora os Parlamentares inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno, nobre Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, dou as boas-vindas ao colega e amigo Deputado Márcio Fortes, que está em nosso convívio novamente e é uma ferramenta de trabalho para o Congresso Nacional. Márcio, eu já sonhava com o seu retorno. Seja bem-vindo ao nosso convívio!

Quero dizer aos senhores que há muitas explicações sobre os problemas de que estamos tratando. Eu estava conversando com um colega e nós concluímos que ficamos elétricos mas com o bolso vazio. Procuramos defender o usuário e as classes menos favorecidas. Acharmos que o Brasil tem de crescer e acompanhar a globalização, mas também oferece a todos nós o produto de um passado que, somado ao presente e ao que poderá vir no futuro, gera toda essa confusão.

E tudo isso gira em torno do resultado financeiro: os investidores aplicaram para ter resultado; os governos e os políticos brigaram pelo bem-estar da população. Tudo isso foi formado ao longo do tempo e em espaço determinado.

Tentei acompanhar todas as exposições e senti dificuldade. Tanto que fiquei me questionando: tenho em minha casa energia – que me fornece luz e possibilita o funcionamento dos eletrodomésticos – gerada por essas empresas, mas será que não conseguimos ainda alcançar a maturidade de respeito de um para com o outro, principalmente no setor elétrico, no que tange à geração, transmissão e distribuição?

Será que não chegamos a um ponto em que a geração tem o dever de pagar xis de imposto, mas também tem a obrigação de ostentar e criar esse efeito energético? Qual é o lucro da atividade de geração? Qual é o lucro da transmissão? Qual é o lucro que a transmissão possibilita ao distribuir a energia?

Esses são atividades das quais o Governo está recebendo impostos, os quais são fontes de financiamento. Certamente irão dizer que vão criar mais impostos. Todos os Governos fazem isso. Mas só que, antes, dizem que vão diminuir impostos.

Vejo o peso dos impostos e encargos na atividade de distribuição. Em muitos casos, já se retirou deles o direito de participar dessa carga tributária. Aí vem, graças à conquista – não sei se por meio de *lobby* ou da voz político –, o efeito de desonerar a carga tributária do setor elétrico brasileiro. Mas alguém conseguiu isso?! Ainda não. E quem paga por isso? É o consumidor.

Antes de falar no zoológico elétrico, composto pelo “gato” e o “macaco”, que apareceram por aqui, eu pensava que a empresa tomava prejuízo total sobre essas atividades. E eu estava até um pouco satisfeito com o investidor espanhol, da Light do Rio de Janeiro, a minha cidade. Afinal, ele reclamava tanto de prejuízo... Mas hoje eu soube que ele é ressarcido. Então, a empresa de energia elétrica está me enganando com relação a isso!

Percebo, portanto, que a desoneração do setor energético cabe a várias empresas. O senhor falou dos serviços que são desonerados, que, se não me engano, são 14, não é? O setor de telecomunicações foi excluído das novas regras do PIS e da COFINS. Por que as aplicaram ao setor elétrico, uma vez que ele também trata de serviços? Mas o Governo precisa de fontes de financiamento!

Esta audiência pública está servindo para nos despertar para determinadas questões e para a necessidade de realizarmos outras!

Sr. Presidente, parabênizo o Deputado Nicias Ribeiro pela iniciativa de realizar esta reunião. Graças a ela eu estou questionando tudo isso. Imaginem todos nós outros aqui o que faremos! O Deputado Paulo Feijó, cuja cidade de Campos já está com bastante energia, vai ser candidato novamente a Prefeito. E eu vou lutar por S.Exa. E S.Exa. está de parabéns pela forma como vem conduzindo os trabalhos.

Peço aos senhores que, primeiro, expliquem aos Deputados o que está ocorrendo, porque esta é a Casa do povo. Tenham de fato interação com os Deputados para mostrar a eles a linha de conduta baseada na justiça e na equidade. Caso contrário, o nosso desconhecimento do setor acarretará fatos como os que hoje estamos discutindo, e, com isso, aparecerão mais aproveitadores. Se soubermos disso, vamos evitar toda a corrida e o desequilíbrio que hoje observamos. O custo da energia é alto por causa da carga tributária, que é exorbitante e injusta para todos nós.

O Brasil tem dimensões continentais e é lógico que alguns devem pagar pelos pontos mais longínquos, porque não há outra maneira de equilibrar as contas. Estou torcendo, por exemplo, que o gás natural de Urucu vá para Manaus, porque isso reduzirá a nossa carga tributária, o custo da energia. Além de repre-

sentar o sucesso da cidade, conseguiremos reduzir a tarifa, sem dúvida nenhuma.

Todo esse conhecimento foi adquirido aqui.

Manifesto, por fim, aos senhores o sofrimento por que eu e meus colegas estamos passando. Queremos marcar outras audiências, porque tenho certeza de que daqui sairá uma solução viável para todos nós. A voz aqui é o verbo, não o terrorismo.

Encerro, sem mais perguntas, minha intervenção. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradeço ao Deputado Dr. Heleno.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Amarildo, do PMDB, do Tocantins.

**O SR. DEPUTADO PASTOR AMARILDO** – Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó; Dr. Cláudio, em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Nicias Ribeiro a iniciativa de realizar esta audiência pública. Estamos saindo daqui hoje com outra visão sobre o setor.

Sou do Norte, e lá sempre temos a impressão de que somos o bode expiatório do País. V.Exa. também é do Norte, Deputado, região que serve sempre de bode expiatório, pois tem pouca densidade demográfica, ninguém quer ir para lá, ninguém quer levar energia, ninguém quer fazer nada. Estamos vendo que as coisas são um pouco diferentes do que costumam nos mostrar.

Ouí alguns companheiros que me antecederam dizer que este é o início de uma discussão. Disseram que não vamos discutir agora o mérito da matéria; que este é apenas um momento para nós tomarmos conhecimento do tema.

A minha área é a tributária, minha vida sempre foi voltada para o tema antes de chegar a esta Casa, e o assunto muito me interessa. Ouvi o que foi dito a respeito do PIS, da COFINS e do ICMS e destaco, neste momento, apenas uma preocupação. Depois, penso que vamos falar caso a caso. Quero falar depois com o Presidente das concessionárias, das geradoras e também da ANEEL, que é a responsável por algumas situações que estão acontecendo.

Quando se fala do zoológico do sistema elétrico e da CCC, alguns começam até a soprar em nossos ouvidos que é, na verdade, PCC. A situação é complicada! Ficamos preocupados com isso!

Tenho para o Dr. Cláudio apenas uma observação neste momento. O senhor se refere à reforma tributária, aos impactos da unificação do ICMS, e tudo isso nos preocupa, mas quero deixar apenas uma pergunta ao senhor com relação ao consumidor de baixa renda. Se o Governo já recebe essa subvenção, ele ainda está tributando isso? Queria que o senhor me explicasse com detalhes o que ocorre nesse caso, porque vou atrás

disso. Essa situação no Norte é comum. Gostaria de saber isso, porque, se o meu Estado já estiver agindo dessa forma, nós, os consumidores, vamos entrar na briga com muito gás.

Muito obrigado.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Muito obrigado, Deputado Pastor Amarildo. Com a devida autorização do Presidente da Mesa, gostaria que o representante dos distribuidores respondesse a essa questão e também à formulada antes pelo Deputado Nicias, que pediu mais esclarecimentos sobre o INSS. Enfim, o que aconteceria com o INSS se mudassem o critério de tributação, de modo que se deixasse de ter com base a folha de pagamento e se passasse a considerar a receita?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Antes de ouvir o convidado, informo que o último orador, Deputado Eduardo Gomes, tem um compromisso daqui a pouco. Portanto, vamos ouvi-lo primeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, pelo PSDB do Tocantins.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Agradeço ao Presidente, Deputado Paulo Feijó, futuro Prefeito de Campos, a gentileza.

Parabenizo a Comissão de Minas e Energia, por meio do seu Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, e os representantes de associações ligadas ao setor elétrico, distribuidoras, geradoras, agora representados na Mesa pelo Dr. Cláudio Sales, Diretor-Presidente da CBIEE, pela realização desta reunião.

Antes de mais nada, peço desculpas pelo meu atraso. Todos sabem que nesta manhã tivemos mais um exemplo de previsão e planejamento. Acabamos de sair de uma reunião com o Presidente Lula – a Mesa da Câmara dos Deputados e os Líderes de Partido – na qual se chegou ao consenso de que ela teria sido ótima se tivesse sido feita há 1 ano.

O mesmo se aplica ao setor elétrico. Temos de começar a pensar em que tipo de consequência haverá se prosseguir o atual quadro de falta de investimentos, de apoio, de independência e de condições de trabalho à Agência Reguladora e essa verdadeira discussão pirotécnica a respeito das tarifas, que fica muito mais fácil de ser resolvida no campo político, local, do que por meio da análise das planilhas e da observação da questão que agora, graças à iniciativa da Comissão de Minas e Energia e das associações, começamos a debater com mais clareza: a tributação sobre a tarifa de energia elétrica.

Falei brincando esses dias sobre as siglas existentes no setor elétrico, mas algumas coisas começam a ficar sérias, como é o caso da CCC. Outras siglas levam o usuário ao CDC para pagar energia.

Fizemos uma brincadeira sobre energia botox, leilão e todas essas consequências. Hoje estamos diante de uma tarifa silicone, que satisfaz o dono, mas sacrifica a família. Acho que é isso que está acontecendo. Precisamos, a partir deste debate maduro, com a experiência dos Deputados da Comissão de Minas e Energia, com a boa vontade das associações, dos consumidores e da Agência, fazer um debate sobre algumas possibilidades.

Na reunião de Líderes e de membros da Mesa Diretora, Deputado Nicias, foi revelada a impressão de que não vamos chegar a um consenso com relação à reforma tributária. O CONFAZ aprova uma norma de exigência de unanimidade nas decisões para mudança de toda a ordem, com relação ao ICMS e a outras questões, principalmente com relação à guerra fiscal. O Governo não dispõe de maioria – e vem provando isso a cada dia – de 308 Parlamentares votando a favor de mudanças na Constituição; isso na reforma política. E na reforma tributária também precisa de maioria consistente. Devemos propor – e é uma idéia que precisa ser construída com a responsabilidade de um bom amparo técnico – o congelamento ou a renegociação com o Governo Federal, no sentido de que o setor elétrico receba os mesmos benefícios eventuais que recebe, por exemplo, a indústria automobilística, quando precisa manter empregos nas fábricas; aí o Governo Federal sempre se propõe a suspender a cobrança de determinado percentual de IPI durante uns 10, 15 meses. Se não partirmos para uma medida, para um estudo de uma medida como essa, ficando apenas aguardando a reforma tributária e esperando que o setor, mesmo com a boa vontade eventual do Ministério de Minas e Energia, das Agências e de todos os organismos, convença o setor econômico do Governo, não adiantará nada. Será preciso que a partir de agora esse debate vá à Presidência da República, a fim de que S.Exa. o Sr. Presidente entenda o quanto de recursos é destinado pelo usuário de energia elétrica e que é pago para a distribuidora, para o gerador, para o serviço; enfim, saiba o quanto é de imposto, a fim de que o Governo possa dizer: vamos congelar esse imposto ou vamos buscar uma redução progressiva até que isso seja revertido em diminuição da tarifa de energia elétrica.

Só vamos conseguir, na prática, algum avanço para a população se a discussão for destinada a esse tipo de debate. Apenas o aguardar um trâmite legislativo, num Governo que passa por dificuldades na sua base, ou uma reforma tributária – e cada Governador tem uma reforma na cabeça –, vamos ter muito trabalho para tentar convencer.

Esse encontro é histórico para o setor. Fico satisfeito por ter participado durante 2 anos desta Comissão e ter tido o apoio dos meus colegas para compor a Mesa Diretora, mas sempre pensando que ia chegar o momento em que a Comissão de Minas e Energia se envolveria com os temas nacionais de grande repercussão na população, principalmente naquela de baixa renda, naquela que precisa, mais do que todos, de uma resposta da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Portanto, a partir de agora entendo que esse será o primeiro encontro de vários encontros. Apenas abro a possibilidade para que tenhamos uma agenda que pressione um pouco mais o Governo a não deixar esse debate ligado apenas às distribuidoras, à ANEEL, num debate muito fácil sobre volume, sem discutirmos os termos de quem é, na verdade, que está pagando a conta do silicone.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Vamos ouvir, para finalizar, alguns representantes das associações. Posteriormente, terá a palavra o nosso Presidente, autor desta audiência pública.

O Sr. Cláudio Sales vai fazer o convite aos representantes, a fim de que possam usar da palavra.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Ficaram algumas perguntas sem resposta. Elas dizem respeito à atividade de distribuição, notadamente a pergunta do Deputado Nicias, sobre um maior esclarecimento sobre a questão do INSS, o que acontece com a mudança da regra do INSS, e a questão do consumidor de baixa renda.

Tem a palavra o representante dos distribuidores, Sr. José Gabino.

**O SR. JOSÉ GABINO M. SANTOS** – Obrigado pela oportunidade.

Primeiramente, com relação à questão do INSS, o que está sendo colocado, ou seja, é uma política que o Governo está imaginando que poderia reduzir a carga tributária, principalmente das empresas que usam intensamente mão-de-obra. Como hoje ele recolhe o INSS baseado na folha de pagamento, se deduzirmos essa carga, evidentemente reduziremos o custo dessa empresa.

Dizem que não vai haver aumento da carga tributária, mas também não dizem que vão reduzi-la. Se ela for reduzida para alguém, para outro setor ela vai ter de ser aumentada. O que está sendo sinalizado como solução é a aplicação de uma alíquota sobre o faturamento da empresa. E o efeito disso, na avaliação que temos, é que para o setor de distribuição de energia elétrica, exemplo concreto do que já aconteceu agora, mostrado com relação à pessoa física, é que vamos

aumentar também o custo no setor de energia elétrica. Vamos aumentar em duas vezes e meia o valor contido na tarifa para recolhimento ao INSS.

Preocupamo-nos em não repetir o mesmo erro cometido com a questão do PIS/COFINS e onerar ainda mais o consumidor de energia elétrica – isso se essa proposta vier a ser concretizada. Esse é o pedido que deixamos à Comissão.

Uma outra pergunta é com relação à cobrança do ICMS sobre a subvenção do consumidor de baixa renda. A nosso ver é uma coisa totalmente descabida. O Governo estabelece uma política de ajuda ao consumidor de baixo poder aquisitivo. Como isso é feito? Todos pagam na conta, como foi mostrado. Um valor da conta de energia vai para a conta do movimento energético, a CDE, e desse valor é constituído um grande fundo, usado para ajudar o consumidor de baixo poder aquisitivo. Os Estados entenderam que a distribuidora que recebe algum recurso da CDE para ajudar a redução da conta do seu consumidor deve pagar imposto sobre essa subvenção. Isso está onerando o consumidor. Ou seja, o subsídio dele está reduzindo, e está aumentando a arrecadação dos Estados, evidentemente.

Entendemos que tudo isso é uma bitributação. Na hora que gerei a CDE, o fiz por meio da tarifa, que já foi onerada com o ICMS. Na hora em que repasso isso para o consumidor, vem o Estado querendo cobrar novamente. Nesse caso, está reduzindo o benefício que o consumidor teria. Ele está sendo prejudicado. Aumenta toda a carga tributária que estamos demonstrando para os senhores. Não saberia dizer, Deputado, se no Tocantins isso acontece. No Estado do Mato Grosso, o Governador resolveu isentar a cobrança do ICMS. No Tocantins está-se pedindo isenção também. Ou seja, na maioria dos Estados já está sendo cobrado isso dos consumidores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Encerrado os debates, vamos passar a palavra ao Dr. Cláudio Sales, para que faça suas considerações finais.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Sr. Presidente da Mesa, Deputado Paulo Feijó, Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Nicias Ribeiro, autor do requerimento, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Eduardo Gomes, Deputado Pastor Amarildo, Deputado Márcio Fortes, a todos os senhores o agradecimento e o reconhecimento de todas as associações aqui representadas. Já tive a oportunidade de participar de algumas Comissões deste tipo e estou impressionado com a frequência e a atenção que os senhores deram ao tema em debate – aliás, não apenas os senhores que ficaram aqui o tempo todo, mas



os Exmos. Srs. Deputados que contribuíram com este debate. Entendo, como bem disse o Deputado Nicias, ao tomar a iniciativa do requerimento desta convocação, deste convite, que este é um primeiro passo para o aprofundamento dessas questões.

Destaco, mais uma vez, a importância do que foi trazido e deste material apresentado ao senhor. Um setor tão complexo como é o elétrico, de interesses naturalmente conflitantes, tem dramaticamente uma agenda comum que é eloqüente por si só e está aqui retratada.

Um dos colegas Parlamentares em algum momento mencionou benefícios para empresa etc. Quero destacar que todos esses aspectos – e uma leitura mais cuidadosa deixa isso mais do que claro – dizem respeito a benefícios diretos para o consumidor. Quer dizer, o imposto mais tradicional pago pela empresa é o imposto sobre a renda que ela tem. Todos esses impostos quem paga, em última instância, é o consumidor. Então, essa carga é inserida no bolso do consumidor. E o que é mais perverso, como demonstrado aqui em muitos casos, é o consumidor de baixa renda, aquele consumidor de pouco recurso, de pouca condição de desenvolver ele mesmo alternativas. Há outro ponto que gostaria de destacar. Audiências públicas são seguramente os lugares mais apropriados para debates relevantes para o País. Fiquei muito feliz de ver que mesmo nos debates já surgiram idéias muito fortes, que podem trazer uma bandeira de luta originada nesta Câmara que mude esse estado de coisas tão negativas ao País. É a sugestão que fez o Deputado Eduardo Gomes – quero entender melhor –, sobre um eventual congelamento do nível de impostos, em termos de valores absolutos. Com o passar do tempo, você não agride as arrecadações que já existem do Estado ou mesmo do Governo do momento, mas pelo menos você traça uma plataforma de aumento de eficiência e de barateamento de energia para o consumidor no futuro. Esse caminho deveria ser explorado. Fico muito feliz de ver que isso surgiu nesta Comissão.

Mais uma vez, Sr. Presidente, em nome de todos, os nossos agradecimentos. Certamente, estaremos sempre à disposição para aprofundar qualquer uma dessas questões. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Para encerrar, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Minas e Energia, autor do requerimento, Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, antes de fazer os agradecimentos de praxe, gostaria ainda, com a permissão de V.Exa. – não quis ser novamente inoportuno e pedir a palavra pela ordem ainda há pouco –, que o Sr. Cláudio Sales passasse

à Comissão, em rápidas palavras, a questão do PIS/COFINS no tratamento diferenciado dado à energia elétrica, fazendo, se possível, uma comparação com o tratamento dado, por exemplo, às telecomunicações e a outros setores.

**O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES** – Aproveitando que V.Exa. me dá essa chance, devo dizer que esse é um drama. O que aconteceu foi o seguinte: com a mudança da legislação PIS/COFINS, o PIS/COFINS era 3,65%, e todo mundo pagava em qualquer estágio da cadeia produtiva. Foi mudado. A alíquota somada dos dois subiu para 9,25%, porém mudou-se o critério para o de não-cumulatividade. Ou seja, o que você paga num estágio da produção, você abate do outro. Obviamente que, dependendo da forma da cadeia produtiva, isso afetou diferentemente os diversos setores.

No setor de energia elétrica, isso implicou aumento efetivo de imposto, do valor pago pelo consumidor de imposto PIS/COFINS muito grande. Por exemplo, há um dado que os distribuidores apresentam: só na distribuição o aumento foi da ordem de 2% na tarifa final para o consumidor, atingindo indiscriminadamente o de baixa renda ou seja lá quem for. São valores extremamente expressivos.

Só para dar uma ordem de grandeza disso, todo o esforço que o Governo fez, independentemente do mérito – não vou complicar a discussão aqui –, de criar artificialidades na forma de leilão de energia, a ponto de ter fracasso no leilão, que sequer conseguiu vender e com preços artificialmente baixos, não houve um impacto dessa ordem de grandeza na tarifa. Ou seja, tudo que de maneira certa ou errada o Governo tem feito na área de minas e energia para tentar baixar a tarifa não sofreu impacto tão grande como este observado na questão do PIS/COFINS.

Definido assim o tamanho do drama, o que aconteceu? Esse drama, como disse, afeta de forma diferente diferentes setores. E os vários setores pleitearam junto aos legisladores, em última instância, que fossem tratados de forma diferenciada. Ou seja, que fossem excluídos desse último aumento, não deixando de pagar o PIS/COFINS, mas simplesmente mantendo a forma de pagamento como era feita até então. Estão listados esses setores. São 14 grupos de setores. Na verdade, se se subdividir, serão cerca de vinte e poucos setores individuais. Todos eles usaram basicamente a argumentação de que ou são muito importantes para a economia, ou porque atingem grande camada da população, ou porque são setores que empregam muita gente – a exemplo de setores ligados a turismo, parques temáticos, empresas de *call center* –, enfim, todos conseguiram ser tratados da mesma maneira

como o eram até então, ou seja, ficaram isentos ou de fora desse último aumento.

Ora, foge totalmente à lógica de que o consumidor de energia elétrica, 96% da população brasileira, setor que mais afeta o segmento produtivo, mais do que qualquer outro setor, não tenha o mesmo tratamento.

Fizemos várias tratativas. Referindo-me mais ao aspecto legislativo, como isso aconteceu? No tratamento da lei, a lei já trouxe, por exemplo, a exceção para o setor de telecomunicações. Depois, várias medidas provisórias foram editadas e trataram, de alguma maneira, de questão tributária. Foram feitas emendas e, algumas, aprovadas, criaram exceções para vários setores.

Conseguimos sensibilizar alguns Deputados e Senadores para que apresentassem emendas. O Deputado Eduardo Gomes foi um dos que apresentaram emenda corrigindo isso; aquela emenda que, em amarelo, destacamos ali. Mas essas emendas foram desprezadas porque se dizia que não tinha havido negociação com o Governo Federal.

Nós mesmos participamos de várias negociações junto com diversas associações. Os senhores sempre entendem melhor do que eu como isso se processa. É uma negociação mesmo, um toma-lá-da-cá. Talvez, por falta de representatividade, não tenhamos conseguido fazer valer esse ponto que traria grandes benefícios à população brasileira.

A nossa esperança é de que agora, com a força dessa comissão, aprofundando-se com relação ao mérito desse pleito, do ponto de vista do interesse do consumidor brasileiro, consigamos voltar com essa questão, para que na próxima oportunidade não percamos a briga novamente.

Ou seja, essa injustiça, que considero grave, deve ser corrigida, e humildemente confesso que depositamos nesta Comissão, em sua compreensão e em seus esforços, a confiança que se deposita em um campeão para essa batalha, uma vez que nós em inúmeros embates nos mostramos incapazes de sensibilizar o Congresso no sentido de corrigir essa distorção.

Tenho muitas esperanças de que agora consigamos um campeão para a luta e que essa distorção seja corrigida. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Nossos agradecimentos ao Sr. Cláudio Sales.

Com a palavra o Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer à Comissão ter aprovado o requerimento de minha autoria para realização desta audiência pública. Agradeço aos Deputados que participaram dos debates e, claro, ao Sr.

Cláudio Sales, principal expositor, bem como a todos os representantes das associações aqui presentes.

Como já se disse aqui, este é o primeiro encontro para a discussão de um problema que está, eu diria, na medula da economia brasileira: a energia elétrica. Este País precisa levar a sério a questão desde seu aspecto infra-estrutural, no que se refere à geração, transmissão e distribuição, chegando a energia ao consumidor final, seja ele um eletrointensivo, isto é, um grande consumidor, seja ele um consumidor de baixa renda. O importante é que temos de buscar uma solução definitiva para essa discussão que se arrasta desde os governos militares, quando foi concebido o Sistema Interligado Nacional, sem, contudo, encontrar soluções para os sistemas isolados. Aqui se viu a CCC do Sistema Isolado. Depois, a ABITES rubricou – eu não sabia disso também – a existência da CCC do sistema interligado.

Então, temos de encontrar uma solução de tal forma que este País possa, organizadamente e, acima de tudo, com justiça social, realmente caminhar para uma solução definitiva para o setor.

Agradeço a todos. Deixou-me feliz ver a vinda de tantas pessoas importantes do setor, dele conhecedoras, que passaram para nós suas experiências, frustrações e decepções, bem como seus sonhos e anseios. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Parabenizamos o Deputado Nicias Ribeiro, Presidente desta Comissão, pela realização desta audiência pública, bem como ao Srs. Parlamentares pela participação e aos convidados pela valiosíssima contribuição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(A reunião é encerrada às 12h49 min.)*

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 1º de Junho de 2005

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro de junho de dois mil e cinco, reuniram-se as Comissões de Minas e Energia – CME e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, no Plenário 14, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Betinho Rosado, Dr. Heleno, Fernando Ferro, João Pizzolatti, Jorge VI, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares da CME; Alexandre Santos, Edinho

Bez, Edinho Montemor, Hélio Esteves, João Almeida, João Magno, Jurandir Boia, Marinha Raupp e Simão Sessim – Suplentes da CME. Compareceram, também, os Deputados Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Eduardo Sciarra, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Iris Simões, Jader Barbalho, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Silas Câmara, Takayama, Vanderlei Assis, Walter Pinheiro – Titulares da CCTCI. Estiveram presentes, ainda, os Deputados Amauri Gasques, Antônio Joaquim, César Bandeira, Henrique Afonso, Inácio Arruda, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Luiz Bittencourt, Luiz Piauhyllino, Pastor Pedro Ribeiro, Robson Tuma, Vieira Reis, Wladimir Costa e Zarattini – Suplentes da CCTCI. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, José Santana de Vasconcellos, Marcus Vicente e Osmânio Pereira – Titulares da CME; e os Deputados Ariosto Holanda, Badu Picanço, José Mendonça Bezerra, Jovino Cândido, Júlio Semeghini, Luiza Erundina, Miro Teixeira, Pedro Irujo, Sandes Júnior e Wanderval Santos – Titulares da CCTCI. Compareceu, ainda, o Deputado Eduardo Gomes, Terceiro-Secretário da Mesa da Casa, como não-membro. O Deputado Marcello Siqueira, Titular da CME, apresentou justificativa de falta à reunião, em virtude de compromissos previamente agendados em seu Estado. **ABERTURA:** O Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Reunião, cumprimentou os presentes e comunicou o início da Audiência Pública que visava a se obterem informações acerca das implicações decorrentes da redução dos recursos orçamentários da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em atendimento ao Requerimento nº 271, de 2005, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro e subscrito pelo Deputado Dr. Heleno, aprovado em treze de abril de 2005, e em atendimento ao Requerimento nº 204, de 2005, de autoria dos Deputados Jandira Feghali e Ariosto Holanda, aprovado em quatro de maio de 2005. O Senhor Presidente esclareceu que, para tanto, haviam sido convidados os Senhores Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral interino da ANP; John Milne Albuquerque Forman, Diretor da ANP; e Newton Reis Monteiro, Diretor da ANP. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores

não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Primeiramente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, que discorreu sobre a regulação, a contratação e a fiscalização da atividade petrolífera, atribuições atinentes à ANP, e sobre os benefícios oferecidos à sociedade pelo Setor. O Expositor discriminou, em seguida, as receitas da Agência e o orçamento dela para 2005 e esclareceu que, na sua opinião, os recursos financeiros aprovados pela Lei Orçamentária Anual – LOA, posteriormente repassados à Agência, haviam sido insuficientes para fazer face às necessidades do Setor, a despeito do aumento da receita da Empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, em períodos recentes. O Palestrante afirmou que a diminuição do repasse de recursos orçamentários para a ANP, no seu entender, acarretaria, inexoravelmente, diminuição de receitas pela sonegação de impostos; disseminação da adulteração de combustíveis, devido à carência de fiscalização e de controle da atividade petrolífera; além da impossibilidade da realização de estudos geológicos. Ao final, o Expositor apresentou as sugestões da ANP para enfrentamento dos problemas de ordem financeira e orçamentária abordados. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Senhor John Milne Albuquerque Forman, que apresentou o Plano Decenal de Estudos Geológicos e Geofísicos da ANP. O palestrante evidenciou o fato de as reservas de petróleo do País haverem sido duplicadas após a gestão da ANP junto ao Setor e afirmou que as bacias sedimentares brasileiras respondiam progressivamente à atividade de exploração. O Expositor afirmou, entretanto, acreditar na necessidade de investimentos constantes na extração de petróleo, para se alcançar a auto-suficiência sustentada, pois havia paulatina exaustão natural dos respectivos reservatórios. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Senhor Newton Reis Monteiro, que discorreu a respeito dos impactos da alegada restrição orçamentária imposta à ANP sobre as atividades de exploração e produção do petróleo, como das dificuldades no controle dos contratos de exploração, da implementação de sistemática de fiscalização e do número de inspeções regulares no Setor. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, logo após, concedeu a palavra aos autores dos Requerimentos que deram origem a esta Audiência Pública, primeiramente ao Deputado Nicias Ribeiro, que elogiou a eficiência da



ANP no cumprimento de atribuições constitucionais e legais a ela inerentes. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que inquiriu a respeito de recursos financeiros oriundos de saldos orçamentários e de outros repasses destinados à ANP. O Senhor Presidente concedeu a palavra, em seguida, ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Alexandre Santos, que asseverou a necessidade de se apresentar ação judicial objetivando a responsabilização dos autores dos danos causados à Petrobras, diante da situação exposta nesta Audiência Pública. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, que afirmou a necessidade de se reivindicar ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a constituição de relatoria específica para as Agências Reguladoras do País, com vistas à resolução do problema contumaz do contingenciamento de recursos financeiros para todas essas agências. Em seguida, o Deputado Dr. Heleno assumiu a Presidência dos trabalhos, tendo concedido, ainda, a palavra aos Deputados Edinho Montemor, Luiz Bassuma, Rose de Freitas, Júlio César, Edinho Bez, Simão Sessim e João Almeida, que afirmaram sua indignação com a restrição na transferência de recursos financeiros à ANP, face às alegações feitas pelos palestrantes naquela oportunidade. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos expositores para responderem às indagações formuladas. A Deputada Rose de Freitas assumiu, então, a Presidência dos trabalhos e, logo após, concedeu a palavra aos Senhores Deputados para a réplica. Em seguida, a Senhora Presidente concedeu a palavra aos expositores para fazerem suas últimas considerações, tendo, igualmente, sugerido como emenda ao Projeto de Lei nº 04, de 2005, do Congresso Nacional – Projeto de Diretrizes Orçamentárias para 2006, a desvinculação do orçamento das Agências do orçamento destinado aos Ministérios, com vistas a torná-las efetivamente autônomas, como determina a Lei. Ao final, a Senhora Presidente agradeceu a presença e a colaboração de todos para a compreensão do tema. **ENCERRAMENTO:** A Senhora Presidente encerrou a reunião às treze horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Deputado **Jader Barbalho**, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)  
– Havendo número regimental, declaro aberta esta

reunião ordinária de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que tem por objetivo trazer esclarecimentos acerca das implicações decorrentes da redução dos recursos orçamentários da Agência Nacional do Petróleo – ANP, em atendimento aos Requerimentos de nºs 271, de 2005, de autoria do Deputado Nicias Ribeiro e subscrito pelo Deputado Dr. Heleno, aprovado unanimemente em 13 de abril de 2005; e 204, de 2005, de autoria dos Deputados Jandira Feghali e Ariosto Holanda, aprovado em 4 de maio de 2005.<sup>197</sup>

Inicialmente, cumprimento os presentes, em especial o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral Interino da Agência Nacional do Petróleo, que honrou esta Casa por 5 Legislaturas na condição de Parlamentar.

Saúdo também o Dr. John Milne Albuquerque Forman e o Sr. Newton Reis Monteiro, Diretores da ANP.

Convido os expositores para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Srs. Deputados que desejarem interpelar os expositores deverão dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar o seu nome.

Informo ainda que os convidados não poderão ser aparteados no decorrer das exposições. Somente encerradas as exposições, os Deputados poderão fazer suas interpelações. Para tanto, cada um disporá de prazo de 3 minutos, e o interpelado de igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Com a palavra o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral Interino da Agência Nacional do Petróleo.

Antes, porém, solicito aos senhores e às senhoras presentes a esta audiência pública que façam silêncio, para que possamos ouvir a exposição do Dr. Haroldo Lima.

#### **O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA**

– Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó; Srs. Diretores da Agência Nacional do Petróleo aqui presentes; Sras. e Srs. Deputados, sinto-me na obrigação de inicialmente fazer uma calorosa saudação aos colegas Parlamentares desta Casa, símbolo máximo da democracia no Brasil e hoje representada por V.Exas. V.Exas. têm a missão muito honrosa de representar o povo brasileiro neste momento importante da História.

Depois da minha exposição, os Diretores John Milne Albuquerque Forman e Newton Reis Monteiro complementarão as informações com aspectos mais localizados relativamente às áreas sob sua jurisdição.

Minha fala terá como foco a interferência de cortes orçamentários na gestão da ANP. Não vou disser-



tar sobre aspectos relativos à função da Agência nem sobre sua atividade no momento atual, porque não é esse o objeto do nosso debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

As observações que farei são de toda a Diretoria colegiada da ANP – eu e os Diretores John Milne Albuquerque Forman, Newton Reis Monteiro e Vítor Martins, que, como só tomou posse nos últimos dias, ainda não participou desse material por nós elaborado.

Vemos aqui uma rápida observação sobre as ações da ANP. Como se sabe, segundo a Lei nº 9.478, as atribuições da ANP são: a regulação, a contratação e a fiscalização.

De maneira geral, a regulação é feita quanto à exploração de petróleo e gás, ao desenvolvimento e à produção, à importação e à exportação, aos oleodutos, às participações governamentais – nas quais entram os *royalties* e as chamadas participações especiais –, ao refino, ao abastecimento, à qualidade, ao gás, ao biodiesel, recentemente introduzido, etc.

Isso diz respeito às atividades que são reguladas pela Agência Nacional do Petróleo.

A contratação se refere à definição de blocos de petróleo e gás, à licitação desses blocos e à assinatura dos contratos de concessão. Como se sabe, foi feita a Rodada Zero, em 1998, quando 397 contratos foram assinados com a PETROBRAS. De lá para cá, a ANP fez mais 6 rodadas, nas quais foram arrematados 346 blocos dos 1.978 oferecidos. Estamos agora às vésperas de realizar a sétima rodada.

A terceira grande atribuição da ANP é a fiscalização. Essa fiscalização é feita, por um lado, na produção de óleo e gás, no refino, e, por outro, na distribuição e revenda dos combustíveis. São 3 aspectos em que a fiscalização tem grande repercussão: na produção, na distribuição e na revenda de combustíveis.

Em relação aos benefícios gerais que repercutem para a sociedade, cito, em primeiro lugar, a reserva de petróleo.

Esse gráfico mostra que, desde 1954, quando surgiu a PETROBRAS, passamos por uma sequência na qual, durante certo período da nossa história, ficamos com uma produção em torno de 2 bilhões de barris. Isso até o início da década de 80. Depois, saltamos um pouco e, no período mais recente, de 1996 para cá, demos um salto bem maior. Em 2004, já estávamos com uma produção de quase 12 bilhões de barris de petróleo.

Outro benefício que o setor do petróleo traz à sociedade é sua contribuição para o PIB brasileiro. Em 1997, o setor participava do PIB com aproximadamente 2,7%. De lá para cá, esse percentual vem em crescimento constante: em 2002, já estávamos próximos dos

7% e em 2003 e 2004 ultrapassamos essa casa dos 7%, o que mostra que praticamente triplicamos, nesse período mais recente, a força do setor do petróleo na economia brasileira.

Os *royalties* são outro benefício importante. E os que são ligados aos Municípios interioranos, particularmente os Municípios produtores de petróleo e gás, sabem o quanto os *royalties* significam. Em 1997, ainda não estava em vigor a Lei nº 9.478, tínhamos apenas royalties, que somavam cerca de 190 milhões de reais. De lá para cá, com a edição da chamada Lei do Petróleo, os *royalties* passaram a ter uma alíquota de 10%, em vez dos 5%, e a eles foram acrescentadas as participações especiais, como veremos mais adiante.

No que diz respeito aos *royalties*, não só a alíquota cresceu. Também a produção e o valor do petróleo cresceram, gerando essa sequência, de tal maneira que, se em 1997 tínhamos 190 milhões de *royalties*, hoje temos mais de 5 bilhões.

A participação especial está prevista na Lei nº 9.478. É um tipo de contribuição dos campos petrolíferos com extraordinária produção e enorme rentabilidade. Em função disso, estabelece-se alíquota superior a 10%, podendo chegar a 20%, 25%, 30%, até 40%, segundo prevê a lei. De tal sorte que em 2000 tínhamos 1 bilhão e hoje estamos com 5 bilhões e tanto em participação especial.

Se somarmos a participação especial com os 5 bilhões e pouco dos *royalties* citados no *slide* anterior, chegaremos à conclusão de que o setor de petróleo, do ponto de vista de *royalties* e participação especial, dá aos Estados e Municípios brasileiros e aos Ministérios mais de 11 bilhões de reais.

A curva apresentada dá uma indicação rápida, porém importante. Diz respeito à redução da dependência externa. Na década de 70, nossa dependência externa era de 70% a 80%. A partir da década de 80, houve uma grande queda. Ficamos no mesmo patamar até a década de 90 e, a partir de 1998, houve decréscimo bastante acentuado. Como se pode perceber, esse decréscimo apresenta um ponto de inflexão no final, porque a produção vem crescendo muito e em certo momento há um decréscimo que proporcionou maior importação. Com a importação, houve crescimento da dependência. Essa ponta da curva significou prejuízo de 13 bilhões de reais.

Entremos diretamente nas informações sobre o orçamento de 2005 para a ANP. A proposta apresentada ao Congresso Nacional pela ANP para o orçamento de 2005 era de 433,2 milhões de reais. A proposta em contraposição apresentada pelo MME foi de 187 milhões. Conseguimos aprovar na Comissão de

Fiscalização do Senado Federal uma emenda de 100 milhões. Na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, aprovamos outra emenda, no valor de 190 milhões. A proposta apresentada pela SOF, depois de todo esse processo, foi de 184 milhões. E a LOA, aprovada em 25 de janeiro, prevê 184,1 milhões de reais para a ANP no exercício de 2005.

Em 2005, foi aprovado crédito extraordinário referente à conta-petróleo, contado à margem do valor de 184,1 milhões, correspondente a 14 milhões. A soma do valor estipulado pela LOA e do crédito da conta petróleo é de 198 milhões.

Vejamos agora o impacto da redução das dotações, que nos chega por meio de ofício enviado pelo MME. O valor aprovado na LOA, retirando as despesas de pessoal, cerca de 42 milhões, daria 141. O crédito aprovado da conta-petróleo é de 14 milhões. A LOA mais o crédito da conta-petróleo somam 155 milhões. Eis que nos chega comunicado do MME dizendo que o limite para disponibilidade orçamentária em 2005 será de 79 milhões. Significa que o corte na LOA, em valor absoluto, foi de 77,5 milhões e, em valor relativo, 48,6 milhões. As consequências desse corte veremos nos slides posteriores.

Vejamos agora alguns dados e informações relativos à aplicação desse montante.

Constituem receitas da ANP: parcela dos incisos, bônus de assinatura e participação especial. Parcelas dos incisos, entre aspas, “de acordo com as necessidades operacionais da ANP”. Assim se definem as tais parcelas. São também receita da ANP “o produto dos emolumentos, taxas e multas previstos na legislação específica, os valores apurados na venda ou locação dos bens móveis e imóveis de sua propriedade, bem como os decorrentes da venda de dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação, ressalvados os referidos no § 2º do art. 22 desta lei”. Essa é outra fonte de receita. E, finalmente, os recursos do inciso IV do art. 45, “pagamento pela ocupação ou retenção de área”.

Daremos uma rápida repassada nessas diferentes receitas.

Bônus de assinatura, em milhões de reais. Em 2003, o valor chegou a 27 milhões de reais. Na LOA, a repercussão foi a mesma. Em 2004, ano passado, o bônus de assinatura relativo à sexta rodada foi de 665 milhões de reais. Como vimos, a lei diz que esse bônus de assinatura depende das necessidades da ANP. Em 2004, correspondeu a zero. Quer dizer, não houve qualquer repasse para a ANP. Em 2005, a expectativa, na minha opinião, feita por baixo, porque houve grande desempenho da sexta rodada, e talvez

as expectativas para a sétima rodada sejam menores, redundou em zero para a ANP.

No que diz respeito à retenção de área, ocorreu mais o menos o mesmo nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Não há grande distorção no que diz respeito às multas. Os números são de pouca expressão.

Quando ao serviço de informação científica e tecnológica, também não há distorções. Há até uma formulação maior em 2005. Se bem que esse é o valor arrecadado até agora, 7,47, até o mês de março.

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para o quesito participação especial. Em 2003, houve uma participação especial de 1,436 milhão, que correspondeu na LOA para a ANP a 282 milhões. Em 2004, aproximadamente 1,5 milhão, 19 milhões. Em 2005, a expectativa é de dois milhões, trezentos e tanto, está posto 6,8. Significa dizer que tivemos em 2004 aproximadamente 1,3 da participação especial. Aqui, teremos cerca de 0,4%, não chega a 1%. Ora, levem em conta que a lei estabelece em seu art. 50 que 40% da participação especial deve ser remetida ao MME, que passará à ANP 70%, a fim de desenvolver estudos sísmicos e geológicos para conhecimento das bacias sedimentares brasileiras. Então, por lei, está estabelecido que dessa percentagem caberia à ANP 28%. Diga-se de passagem que anteriormente era 40%. De qualquer maneira, consta na lei 28%.

Vejamos o quadro. Nesse ponto, deveria caber à ANP 28%, e está cabendo 1% e nesse outro ponto menos de 0,5%. Veremos as consequências imediatamente. Por lei, é com esse valor que a ANP tem de desenvolver estudos das bacias sedimentares brasileiras. São 29 bacias sedimentares, das quais conhecemos com base em dados científicos e análises aproximadamente 7%. A exploração e a produção de petróleo nas bacias sedimentares brasileiras se dá apenas em 3%. Conhecer o restante delas é questão de interesse nacional. Não podemos desconhecer nossas riquezas. E há apenas uma forma: examinando-as. E os estudos são caros. Serão feitos por navios e aviões. Por isso, a lei prevê quantia grande, 28%. Se dessa percentagem descemos para 1% e 0,5%, impossibilitamos a realização de estudos sísmicos e geológicos no Brasil. Assim, criamos outro problema complicado. Com o conhecimento que temos, estamos realizando a sétima rodada. Os empresários aventuram-se num leilão na medida em que conhecem as características daquele bloco. Dizem: “Ali há hipótese de ter petróleo ou gás”. Mas se não sabe nada, eles não vão até lá. O custo é elevado. É vital fazermos estudos para incrementar a atividade de exploração de petróleo no restante do Brasil. Subjacente a essa idéia, está a idéia de que há

petróleo nos 3% já explorados e nos 97% restantes é difícil encontrar. Pode ser difícil, mas não podemos afirmar que de saída não há petróleo. Temos de pesquisar. A supressão dessa verba causa problemas complicados para os interesses nacionais.

Temos aqui a receita a que me referi há pouco. Em 2003, é isso; em 2004, isso; e em 2005, isso. A LOA mais o crédito pessoal somam esse valor apresentado em vermelho. Caiu para isso e para isso. O limite que podemos usar era isso, caiu para isso e quase desaparece na abscissa. Precisamos prestar atenção nesse problema.

Previsão orçamentária para 2005. A ANP funciona com 127 contratos firmados, envolvendo 110 milhões de reais, 23 convênios, por exemplo, com 22 universidades brasileiras, com Ministério da Marinha, etc. A previsão de diárias para viagens é de 2 milhões; de pessoal, 42. O subtotal desse valor dá 187. Dos contratos confirmados, o tal limite só daria para atender a 54%.

Vejamos agora a natureza dos contratos que seriam cortados. Enfrentamos o seguinte problema: a Procuradoria-Geral que funciona na ANP já comunicou que, se os diretores continuarem autorizando despesas sabendo que não há dinheiro para custeio, estarão incursos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso nos leva a examinar a necessidade de suspender os contratos.

Do contrário, estaremos incursos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Que tipo de contrato estamos examinando para suspender: alguns administrativos, pessoal terceirizado, secretário, datilógrafos, etc., comunicação, transporte, manutenção eletrônica e de informática, locação de equipamentos, consultoria técnica, plano de saúde, cerca de 30 milhões; controle de qualidade dos combustíveis, 20 milhões – fazemos o monitoramento da qualidade dos combustíveis em todo o Brasil, por meio de convênios; monitoramento do preço dos combustíveis, 8 milhões – apresentamos freqüentemente no *site* da ANP; estudos técnicos de processamento sísmico, de sistemas petrolíferos, aquisição de dados geofísicos e análises geológicas na Bacia de Campos, 13 milhões.

Esses são alguns dos contratos em relação aos quais estamos examinando a possibilidade de suspensão por absoluta falta recursos para pagamento. A empresa ou a pessoa que realiza o serviço nos tem cobrado. Já estamos devendo mais de 20 milhões de reais nos últimos meses.

Natureza dos convênios a serem suspensos: ligados à operação do banco de dados, exploração e produção, 19 milhões – banco de dados é fundamental, temos de ter informações sobre as riquezas do País,

especialmente sobre a área petrolífera; ligados à fiscalização da produção e gás natural, 9 milhões – o Dr. Newton talvez diga algumas palavras sobre esse ponto; ligados à implementação do Projeto Campo/Escola, realizado no Nordeste, aproveitando campus abandonados, revitalizados em convênio com a Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica.

Adequação das despesas ao orçamento autorizado. Estando essas despesas previstas e sendo o orçamento autorizado de 79 milhões, fizemos a seguinte expectativa: os gastos com diárias não pode sofrer alteração, continua 2 milhões. Se temos 79, sobram 77. Resultado, os 127 contratos e 23 convênios deixariam de contar com 139 milhões e passariam a contar com 77, o que significaria um corte de 45%.

Apenas para se ter uma idéia, o valor das despesas executadas em 2004 foi de 180 milhões. Agora, dispomos de 79 milhões.

Observamos algumas prováveis conseqüências administrativas e econômicas desse corte. Primeiro, queda nas participações governamentais por ausência de fiscalização na produção. Se não se fiscaliza a produção, fica-se na expectativa de o concessionário declarar quanto produziu. Existe esse risco. Se houver algum decréscimo nessa declaração por falta de fiscalização, isso repercutirá nas participações governamentais.

Segundo, dificuldade em preparar e realizar a sétima rodada, que já esta sendo prejudicada. Claro que temos grande expectativa em realizá-la. A divulgação é feita também no exterior. Se não houver essa divulgação, ninguém comparecerá. Sempre nas rodadas anteriores estivemos presentes. E as viagens ao exterior foram suspensas.

Terceiro, inviabilidade de contratação de estudos geológicos e sísmicos. Não estamos realizando esses estudos por absoluta falta de recursos. Na minha opinião, essa situação é contrastante, porque a lei estabelece que 28% dos recursos são destinados à ANP para desenvolvimento de estudos. O montante de rubrica absolutamente clara está sendo contingenciado.

Aumento da adulteração de combustíveis pela significativa redução da fiscalização.

Srs. Deputados, esse assunto é muito discutido. É um dos temas que mais aparecem no setor de petróleo e, evidentemente, chama a atenção do povo.

Nesses últimos anos, a ANP conseguiu uma vitória, particularmente no último período: a queda do índice de não conformidade. A adulteração do combustível diminuiu bastante, mas para tanto há custos. O País é enorme. Precisamos fazer *blitz* no Amazonas, no Rio Grande do Sul etc. Corremos o risco de ter de suspender a fiscalização ou pelo menos dimi-



nuir significativamente nosso esforço de fiscalizar os combustíveis. Os setores que vivem da adulteração de combustíveis, ao perceber que a ANP não está mais realizando fiscalização por falta de recursos, sentem-se à vontade. Não sei o que pode ocorrer.

Aumento da sonegação, pela mesma razão.

Impossibilidade de realizar missão legal da ANP.

Temos aqui algumas informações sobre mercado de combustíveis e arrecadação.

Em 2004, consumimos no Brasil 23 bilhões de litros de gasolina e tivemos uma arrecadação de 24 bilhões de reais. Quanto ao diesel, consumimos 39 milhões de litros e arrecadamos 16 bilhões em ICMS, CIDE, PIS, COFINS etc. O total de 42 bilhões em arrecadação não inclui o Imposto de Renda. Só a PETROBRAS recolheu 6 bilhões de Imposto de Renda. Significa dizer que a arrecadação será gravemente sacrificada com os prejuízos advindos dos serviços eventualmente suspensos.

Perdas de arrecadação por insuficiência da fiscalização.

Na ANP, fizemos uma simulação: 2,5% de aumento de adulteração correspondem a determinado prejuízo. Está em 5%, mais ou menos. Se passar para 7,5%, o prejuízo em CIDE, PIS e COFINS será de 48 milhões; em ICMS, de 64. E o total é esse. Quer dizer, a cada 2,5% de adulteração, o prejuízo é esse. Se passar de 7,5% para 10%, o prejuízo será de 223 milhões. Se chegar a 20%, o prejuízo será de 446 milhões. Vemos, então, que o custo será muito grande, se não forem realizados alguns serviços.

Prováveis conseqüências políticas do corte.

Primeiro, a insatisfação de 10 Estados. Como disse, em *royalties* e participação especial, distribuímos exatamente 11 bilhões de reais a 10 Estados, a 790 Municípios, aos Ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Marinha. Todos deixarão de receber esse valor. Quanto passarão a receber, não sabemos. Depende do tamanho do prejuízo. Mas ocorrerão prejuízos significativos. Há insatisfação de todos os Estados quanto à queda de arrecadação do ICMS nos combustíveis. Há insatisfação dos usuários, em face do crescimento da adulteração dos combustíveis. O crescimento é inevitável. Há insatisfação dos agentes mais sérios de mercado, em face da desvantagem da concorrência com os adulteradores. Somos procurados por agentes sérios que dizem não conseguir trabalhar por ter ao seu lado um agente que adultera o combustível. E assim eles ficam no prejuízo. Se a adulteração se dissemina, os agentes sérios ou saem do mercado ou acabam praticando a adulteração.

Não-cumprimento, por parte da ANP, das obrigações previstas em lei, que já mencionamos, e (*ininteligível*) da ANP.

Sugestões de saída.

Objetivos a atingir.

Nós temos condições de, num setor que está em ascensão, que dispõe de receitas substanciais, retomar os estudos geológicos e sísmicos.

Conforme eu disse no início da minha exposição, a questão é de interesse nacional, estratégica para o Brasil. O País não pode deixar de realizar estudos geológicos e sísmicos. Conhecemos apenas 7% das bacias sedimentares. É preciso estudar as restantes. Devemos honrar as contratações em andamento, aprimorar a fiscalização e o controle na exploração e produção.

Falei sobre distribuição e revenda. Quanto à exploração e produção, fiz rápida referência ao fato de que, se a pessoa não fiscaliza a produção, fica na dependência do concessionário, no sentido de declarar o quanto produziu.

A Diretoria coordenada pelo Dr. Newton fez uma simulação parecida com a que fizemos, no que diz respeito à exploração e produção. Segundo ela, a cada 1% de declaração abaixo do número verdadeiro, o prejuízo em participações governamentais será de 100 milhões. Vamos dizer que uma concessionária tenha produzido x e diga que produziu x menos 1%. São 100 milhões de prejuízo. Se colocar x menos 2%, serão 200 milhões de prejuízo.

Temos de aprimorar a fiscalização no abastecimento, conforme foi dito há pouco, e dar suporte de infra-estrutura ao pessoal admitido em concurso.

Realizamos concurso, e foi uma grande vitória. Havia quase 30 mil candidatos em todo o Brasil. Passaram cerca de 400 pessoas. Elas estão fazendo curso para se integrarem. Como vamos receber esse pessoal? Não temos condições. A situação é complicada, porque as pessoas foram aprovadas, já estão fazendo curso e querem começar a trabalhar para receber salário. Precisamos saber como agir.

Para atingir esses objetivos, devemos fazer o seguinte: primeiramente, restaurar a LOA, no valor de 184 milhões. Esse valor está bem abaixo do que propusemos, à luz da expectativa de ampliar serviços – cerca de 400 milhões. A LOA aprova 184 milhões. Sair dos 184 milhões para os 79 milhões é difícil, com essas repercussões políticas e sociais a que faço referência.

De qualquer maneira, primeiro teríamos de restaurar a LOA, no valor de 184 milhões. Em seguida, liberar recursos para pagamento imediato da conta petróleo – os tais 14 milhões. Eles devem ser liberados



para que não tenhamos de mexer no nosso dinheiro, que já é pouco.

A Diretoria da ANP sugere uma seqüência de procedimentos e não alternativas.

Restaurada a LOA, temos de liberar esse crédito e, em seguida, liberar pedidos de créditos suplementares feitos ao longo do ano, até o limite de 249 milhões. Por que esse valor? Por ser o resultado da diferença entre o que propusemos e o que propôs a LOA. Resta esse vazio para ser preenchido. Não pretendemos receber esse dinheiro em bloco, mas em parcelas, com base nos pedidos de crédito suplementar que, durante o ano, vamos fazer.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradecemos ao Sr. Haroldo Lima a explanação. Registramos a presença do Presidente da Comissão, Deputado Nicias Ribeiro, autor do requerimento de realização desta audiência pública.

Passamos a palavra ao Sr. John Milne Albuquerque Forman, Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

**O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN**

– Bom-dia, senhores.

Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó, Deputado Nicias Ribeiro, serei muito breve, uma vez que o Dr. Haroldo Lima tocou praticamente em todos os aspectos importantes. Quero apenas enfatizar alguns dados a respeito da necessidade e da importância dos estudos geológicos e geofísicos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A exploração de petróleo vem obtendo bons resultados no País. Como observou o Dr. Haroldo – e vou mostrar em seguida –, no período de vigência da ANP, as reservas de petróleo praticamente dobraram, fato inédito na história do petróleo no Brasil.

A manutenção desse sucesso nos próximos anos exige, no entanto, que se façam estudos e que tenhamos dados técnicos de boa qualidade e em volume suficiente para se manter a oferta de blocos. Ou seja, a ANP, quando oferece blocos, não oferece campos de petróleo, mas áreas com risco exploratório. No entanto, elas são escolhidas de maneira que a possibilidade de petróleo exista. É isso que tem resultado, pela atuação das concessionárias, em tão grande crescimento das reservas, como temos visto até agora.

A ANP fez um plano decenal de estudos para responder a essa questão. Por que um plano decenal? Na medida em que a lei atribui um volume de recursos importante, do nosso ponto de vista, torna-se necessário fazer, de um lado, uma programação para que todas as 29 bacias venham a ser conhecidas. De outro lado, para realização de estudos com a perspec-

tiva de um mercado de 10 anos, é preciso desenvolver a capacidade brasileira em tecnologia e ciência, de fazer levantamentos, a fim de não dependermos, como ocorre ainda hoje, em grande parte, de estudos de empresas estrangeiras. Não temos nada contra as empresas estrangeiras, mas, se há um mercado dessa ordem, é importante criar empresas brasileiras.

Os recursos liberados têm sido insuficientes. Apesar disso, os resultados, estudos e levantamentos têm sido excelentes na oferta de informações, o que nos permite oferecer blocos nas Bacias de Santos, Camamu/Almada e Sergipe/Alagoas, que apenas há alguns anos eram consideradas áreas sem potencial de petróleo. É importante enfatizar esse aspecto. O petróleo é conhecido em Campos, como bem sabe o Deputado Paulo Feijó. Entretanto, o Espírito Santo era uma esperança. Santos foi uma decepção, uma vez que a exploração começou na mesma época em que foi iniciada a de Campos e não resultou em nada.

Então, foram esses estudos geológicos que deram novas visões e levaram à descoberta de grandes campos de gás em Santos e de campos de óleo leve e gás no Espírito Santo, criando, portanto, novas províncias de produção de petróleo no Brasil, inexistentes até 2 anos atrás.

O que vemos aqui apenas enfatiza o que o Dr. Haroldo já mostrou: a curva de crescimento é muito mais acentuada no que diz respeito a petróleo, o que demonstra que as bacias respondem positivamente aos investimentos de exploração. O mesmo ocorre com o gás. No gás há um salto muito grande, em razão da descoberta do grande campo de Mexilhão, na Bacia de Santos.

O crescimento na produção de óleo e gás também vem numa constante. A pequena queda na produção de petróleo que os senhores vêem aqui, como disse o Dr. Haroldo, resultou num valor líquido de 4 bilhões de dólares – diferença entre importação e exportação. Ou seja, houve queda de 3% na produção. Queremos 400 milhões de reais para manter essa produção de forma sustentada.

Os investimentos em exploração, até hoje, nessas bacias, resultaram em 14,3 bilhões de reais; os investimentos em desenvolvimento e produção, em 25,5 bilhões de reais. Isso a partir de 1998. É evidente que a PETROBRAS desempenha importante papel, mas vimos crescer a importância de empresas outras, que não a PETROBRAS, e – interessante –, no investimento em exploração, a presença de outras pequenas empresas de capital brasileiro.

O Dr. Haroldo já falou sobre o recolhimento, e çnós, e n: 50 bilhões; 11 bilhões de *royalties* mais a participação especial. Desses *royalties* vão recursos

para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para pesquisa científica e desenvolvimento de recursos humanos. Vão também para o Ministério do Meio Ambiente, para realização de estudos relativos ao petróleo. No entanto, tudo isso é contingenciado. Este é o ponto que gostaria de lembrar, uma vez que esta é uma reunião conjunta das Comissões de Minas e Energia e Ciência e Tecnologia: a parcela de *royalties* que este ano deveria ir para o Fundo de Petróleo é da ordem de 800 milhões de reais, e foram liberados 65.

Ademais, é evidente que tudo isso gera empregos, o que é importante para o nosso País.

As 29 bacias brasileiras representam cerca de 6,4 milhões de quilômetros quadrados. Digo isso para dar uma idéia aos senhores da dimensão daqueles 93% que temos de estudar. Lembro que 83% da produção brasileira de petróleo vêm de uma única bacia: a de Campos, que tem, em seu total, 116 mil quilômetros quadrados. Estamos descobrindo petróleo em novos ambientes, inclusive na Bacia de Campos.

Para que isso ocorra, é preciso manter as áreas em exploração. Esse gráfico que os senhores vêm demonstra o total atual de áreas em exploração, que soma cerca de 170 mil quilômetros quadrados. Se não viéssemos a realizar novas rodadas por falta de informações e dados, pelas regras, a área seria reduzida, então, em 2011. Praticamente não teríamos mais áreas em exploração para petróleo ou gás no Brasil, como determina a lei.

O desafio, portanto, é expandir o interesse de empresa para outras áreas, que não a Bacia de Campos. Os resultados de Santos, Espírito Santo e Camamu/Almada indicam isso. A Bacia do Espírito Santo era o que se chamava de Nova Fronteira, até alguns anos atrás. A Bacia de Santos ficou com fronteira desconhecida por mais de 30 anos. Revelou-se nos últimos 3 anos, com a descoberta dos primeiros campos gigantes de gás no Brasil.

O que os senhores vêm aqui ilustra o que eu dizia. A prospecção da Bacia de Campos começou na mesma época em que teve início a da Bacia de Santos. À medida que se foi tendo sucesso em Campos, as reservas foram crescendo. A de Santos estava absolutamente negativa até a descoberta, no ano passado, do grande campo de gás.

Temos outros desafios: as bacias maduras, ou seja, as conhecidas há muitos anos. São exemplos: Recôncavo, onde começou a produção de petróleo no Brasil; Potiguar, no Rio Grande do Norte; Ceará; Sergipe/Alagoas e Espírito Santo, que atraíam investimentos importantes nas décadas de 70 e 80.

Na Bacia Potiguar eram perfurados cerca de 60 poços exploratórios por ano. Para achar petróleo é

preciso perfurar poços. Com a atração de pequenas empresas, os investimentos estão retornando e o número de poços perfurados está em recuperação. Com o oferecimento de áreas para pequenas empresas nessas bacias, temos tido bons resultados.

O que os senhores vêm aqui mostra a queda da perfuração na Bacia Potiguar. Uma observação: a Railroad Commission of Texas, a ANP do Texas – é tão antiga que ao tempo de sua criação era a comissão da estrada de ferro –, em 2005, autorizou a perfuração de 1.233 poços no Estado do Texas. Desses, 1.104 eram poços exploratórios, que buscavam novas reservas de petróleo. Se observamos o equivalente aqui, veremos que estamos perfurando menos de 10 poços por ano, numa bacia madura.

Esse quadro trata da exportações de derivados, de que já falamos.

Por que é importante esse processo todo? Para que possamos ter nossa auto-suficiência sustentada.

O que os senhores vêm aqui é um gráfico que mostra, de forma teórica, as reservas provadas, aquelas em relação às quais se sabe que podem ser exploradas ao custo prevalente do petróleo na ocasião. Isto em amarelo seria a curva da demanda.

Se não se explora, se não se acrescentam anualmente reservas para substituir aquilo que foi consumido, o resultado é que as reservas vão criando uma defasagem com relação à demanda. Portanto, é preciso que se acrescentem outras reservas.

Aqui os senhores vêm as áreas que têm planos de desenvolvimento, que simulam a realidade, e, numa escala anterior, planos em avaliação – essas são as coisas que temos hoje; adiante vou mostrar o que isso significa. Se não fizermos novas descobertas, vamos criar esse imenso *gap*. Portanto, a auto-suficiência não poderá ser sustentada, voltando a depender da importação com aqueles custos brutais já mencionados.

Os estudos, conduzidos pela ANP, de análise dos recursos e reservas de petróleo já descobertas no País indicam que existe um largo espaço para crescimento. Por quê? O volume de óleo e gás natural já descoberto no Brasil – aquilo que já é conhecido e está, como chamamos, *in situ*, ou seja, aquele petróleo que está no chão, mas não pode ser recuperado em sua totalidade por problema de tecnologia ou de custo – representa cerca de 100 bilhões de barris de óleo equivalente. Desse 100 bilhões de barris, as reservas totais provadas, prováveis e possíveis – aqui são categorias; aqui eu diria que equivale aos planos de desenvolvimento; e aqui aos planos de avaliação – alcançam cerca de 18 bilhões de barris equivalentes. É preciso lembrar que no Brasil já foram produzidos quase 9 bilhões de barris de óleo e gás a partir de campos brasileiros.

Então, o Brasil tem petróleo, sim. Nesses 3% estimamos isso. Podemos chegar a isso com melhorias tecnológicas e de custo de produção e precisamos, evidentemente, trazer novas bacias para a produção.

Falei dos 18 bilhões lá; as áreas presentemente em avaliação apresentam potencial de cerca de 5,5 bilhões de barris. Temos aqui 23,5, que, somados com os 8, totalizam por volta de 31. Ou seja, cerca de 30 bilhões de barris é o que conhecemos neste País hoje. Por que trinta? Porque, em números internacionais, a recuperação do petróleo em seus campos é da ordem de 30%. Hoje tende a aumentar, mas ainda é relativamente baixa.

Portanto, a recuperação de óleo e gás *in situ* demanda desenvolvimento tecnológico, avaliação e produção desses hidrocarbonetos. A descoberta de novos recursos depende da realização dos trabalhos de levantamento geológico básico nas bacias sedimentares, sem o que não é possível atrair investimento de exploração.

Para dar uma idéia do que representam os contingenciamentos: a quantidade de poços que se perfuram por ano no mundo é de cerca de 80 mil; no Brasil perfuramos cerca de 400 poços no mesmo período. Portanto, vê-se que há uma defasagem muito grande com relação aos números do exterior. Mesmo na África e no Oriente Médio, perfuram-se mais de mil poços por ano. E o poço só é perfurado com base na informação geológica e geofísica.

Pretendemos aumentar o nível de conhecimento geológico do País, promover a aquisição de novos dados. O plano decenal a que me referi serviu para orientar o que devíamos fazer, mas temos sido obrigados a alterá-lo a cada ano por falta de recursos.

O objetivo é estudar todas as bacias, obter dados nas bacias terrestres e marítimas, usando satélites, que orientam os geofísicos – sísmica no mar; aerogeofísica em terra; sísmica de reconhecimentos para caracterização; geoquímica; poços estratográficos, etc.

O resultado é ampliar os conhecimentos para poder definir novos blocos, manter as licitações e continuar buscando a auto-suficiência sustentada.

Este quadro aqui mostra que as receitas para os estudos geológicos e geofísicos vêm crescendo, e a disponibilidade vem caindo, num processo já bem demonstrado pelo Dr. Haroldo.

O que deixou de ser feito? Por exemplo: os levantamentos aerogeofísicos da Bacia de São Francisco, que inclui os Estados de Minas Gerais, Bahia e alguns outros do Nordeste, e das Bacias do Paraná e do Amazonas – 3 grandes bacias terrestres.

Levantamentos geoquímicos em terra e mar; levantamentos sísmicos; Bacia de Sousa, na Paraíba;

Bacia do Parnaíba; processamento dos dados sísmicos; estudos geológicos da margem equatorial, a que vai de Pernambuco para cima, nas bacias maduras terrestres e em novas fronteiras.

Por exemplo: na Bacia de Sousa – a bacia é pequena, mas importante para um Estado como a Paraíba –, concluímos recentemente um estudo geoquímico que indica possibilidade de petróleo. Porém, não temos recursos para detalhar o levantamento, que foi interrompido.

Da mesma forma, no mar, fizemos levantamentos na área de Pernambuco e da Paraíba com algumas indicações que mereceriam detalhamento para ser possível definir blocos. Esses levantamentos também foram interrompidos por falta de recursos.

O assunto de que trata este quadro já foi abordado. Vou simplesmente especificá-lo, dentro dos recursos mencionados pelo Dr. Haroldo. Seria dar continuidade aos projetos de geofísica da Bacia do Parnaíba, que abrange Piauí, Maranhão e Tocantins, e de geoquímica na costa de Pernambuco e da Paraíba, no Rio do Peixe; aos estudos geológicos das Bacias de Campos, Jequitinhonha, Jacuípe, Sergipe/Alagoas, em função de novos conhecimentos geológicos desenvolvidos; fazer processamento de dados sísmicos do Espírito Santo, Sergipe e Alagoas; e estudos de imagens por satélites.

Esses que os senhores vêem seriam os novos, que ainda caberiam dentro daqueles recursos mencionados. Envolvem as mesmas regiões, mas incluem, por exemplo, Pelotas, no Rio Grande do Sul; o Ceará; a foz do Amazonas; o Recôncavo e o Espírito Santo.

Para garantir o Plano Plurianual, tínhamos cerca de 200 milhões. A LOA deu os 10,4 que viraram quatro. Precisamos por ano de algo dessa grandeza, que significa utilização de apenas uma pequena parcela dos recursos gerados. Uma vez que esses recursos este ano somam 2,2 bilhões de reais, 200 milhões são 10%. Estamos trabalhando dentro da realidade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradecemos ao Dr. Forman a exposição.

Ouviremos agora o Sr. Newton Reis Monteiro, Diretor da ANP.

**O SR. NEWTON REIS MONTEIRO** – Agradeço a possibilidade de fazer esta pequena exposição.

Vou apenas complementar o assunto tratado pelo Dr. Haroldo e pelo Dr. Forman abordando mais o lado oculto de tudo isso, o dia-a-dia da Agência: basicamente onde trabalhamos e o que fazemos para obter essas receitas.



Todos sabem que a indústria do petróleo é muito rica. Vou apenas mostrar para os senhores um pouco do que é tudo isso.

Na realidade, trabalho na parte de exploração e produção, lido basicamente com o dia-a-dia.

Já tivemos oportunidade de ver os planos da ANP, a importância dos estudos geológicos e geofísicos, o programa de monitoramento de qualidade da Agência. Entretanto, nosso dia-a-dia é o que gostaria de abordar.

Nosso dia-a-dia consiste em controlar todos os contratos de exploração, todas as atividades de desenvolvimento de produção, em fazer o cálculo e a distribuição das participações governamentais, os 10 bilhões que o Dr. Haroldo mencionou.

Nosso braço operacional é, basicamente, a fiscalização e a segurança das operações.

Só para recapitular, lembro o dado de produção do nosso dia-a-dia, já mencionado pelo Dr. Haroldo: estamos produzindo atualmente uma média de 1 milhão e 550 mil barris por dia – produção do Brasil; não só da PETROBRAS. De janeiro a abril, mantivemos a produção de cerca de 1 milhão e 550 mil barris e 48 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Lembro também que uma das atividades importantes que realizamos é o gerenciamento dos investimentos. Por exemplo: um contrato assinado em 1998 está vigente hoje. Os investimentos não foram colocados todos em 1998; estão sendo colocados agora. Esses investimentos são controlados pela ANP. Se não o forem, provavelmente nosso País será prejudicado, porque muitos investimentos podem estar mal aplicados, em atividades que não renderão frutos, ou poderão ser deduzidos de nossas participações especiais. Portanto, é muito importante que os investimentos sejam acompanhados por pessoas do ramo.

O Dr. Haroldo já mencionou nossa arrecadação. No ano passado, em *royalties*, participação especial e pagamento a proprietário de terra, que não existia anteriormente, nossa arrecadação chegou a cerca de 10,4 bilhões de reais. No primeiro quadrimestre deste ano, em participação especial e *royalty*, já arrecadamos cerca de 4,8 bilhões de reais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para cuidar disso tudo, a ANP implementou uma sistemática de fiscalização usando mão-de-obra própria e também especializada, principalmente utilizando universidades, conforme mencionado pelo Dr. Haroldo, centros federais de educação e firmando convênios com outros órgãos especializados do Governo, no nosso caso, especialmente a Marinha. Como os senhores viram, grande parte de nossa produção é *offshore*.

Portanto, realmente precisamos que o Comando da Marinha trabalhe conosco.

O que pretendemos com a fiscalização? Controle da produção, preservação dos recursos energéticos do País, controle das arrecadações, das participações governamentais e segurança, não só de pessoas, mas também do meio ambiente e das instalações. Abordaremos rapidamente cada um desses aspectos.

O primeiro ponto diz respeito ao sistema de fiscalização de medição de produção – parece fácil, mas essa parte me deixa extremamente constrangido. Eu diria que, hoje em dia, nós talvez sejamos o País mais vulnerável, para nosso nível de produção, em termos de fiscalização.

Trabalhei na África. Lá se produzia a metade do que produzimos, e o sistema de fiscalização era extremamente rigoroso. Em países como Noruega e Reino Unido, essa coisa não existe. Nós produzimos 1 milhão, 550 mil barris e fazemos fiscalização quase por amostragem. A grande sorte, eu diria, do Brasil é o fato de 90% dessa produção estar na PETROBRAS. De certa maneira, confiamos nela: é nossa grande empresa; não vejo por que ela burlaria o registro.

Entretanto, nós não temos condições de fazer a fiscalização. O que vai acarretar a falta de fiscalização? Imprecisão na medição fiscal, erro no cálculo de participações governamentais e até desvio de produção – pode ocorrer desvio de produção. Alguém poderá colocar um *bypass* em nossos medidores. Isso é possível. À medida que trouxermos mais e mais empresas, muito maiores serão as chances de isso ocorrer.

A falta de fiscalização vai acarretar também produção predatória das jazidas. Se não fiscalizo, se não tenho gente para acompanhar como a atividade está sendo desenvolvida, alguém pode decidir retirar da jazida o máximo em menos tempo. Mas, quando alguém tira para si o máximo em menos tempo, provavelmente tira menos para o País, porque depreda, pode produzir outras coisas, tais como água e gás, e provocar a queda da pressão. Tudo isso está no nosso dia-a-dia e precisamos apontar. Evitar a produção predatória da jazida implica também fiscalizar. Outro ponto é: quando se faz isso, também ocorre queima excessiva de gás – gostaria de mostrar aos senhores, rapidamente, um *slide* sobre isso.

Voltemos ao exemplo que citei, e o Dr. Haroldo já mencionou: o caso de uma extrapolação do primeiro quadrimestre deste ano, quando produzimos 1 milhão e 550 mil barris por dia, e o preço médio estava em 40 dólares por dia. O erro em 2% da medição fiscal, só no primeiro quadrimestre deste ano, significará 100 milhões de reais de diferença. Normalmente se erra para menos. Nessa extrapolação, considere a ape-



nas um único campo pagando participação especial, Marlim, o maior campo que tem a PETROBRAS. Não coloquei nenhum outro. Vejam os senhores a importância da fiscalização. Se eu levar da mesma forma, no final do ano, terei todo o orçamento que o Dr. John Forman está pedindo para estudos especiais. Seriam aproximadamente 400 milhões só de desvio por falta de fiscalização mais efetiva.

Outra parte da fiscalização. Por exemplo: se deixarmos, as companhias, quaisquer que sejam, vão produzir petróleo e não vão produzir gás, vão queimá-lo. Então, é preciso fiscalização para que haja redução disso. Atualmente queimamos o equivalente a cerca de 32% do gás produzido na Bolívia. Isso só porque tivemos um acidente em Urucu por falta de fiscalização e temos duas instalações que não estão 100% corretas, a P-43 e a P-48, na Bacia de Campos.

O que os senhores vêem aqui diz respeito a Urucu, onde ocorre queima diária de praticamente 2 milhões de metros cúbicos por dia.

Pode-se fazer algo em relação a isso? Sim. Mas como vamos fazer, se só sabemos das coisas depois que acontecem?

Vou falar um pouco sobre o controle da arrecadação das participações governamentais. Em relação a isso, analisamos abatimentos indevidos nas participações especiais. Para tanto, temos de mergulhar nos projetos. Cada companhia que apresenta um projeto diz o que vai fazer e, inclusive, apresenta um cenário que nem sempre é o mais adequado para o Brasil. Um dos pontos com que estamos preocupados é o chamado conteúdo local. É fazer com que o projeto de uma companhia seja adequado para nossa indústria, senão o será para a indústria, por exemplo, da Malásia, da China e não vai reverter em benefícios para nós. Então, na ANP, interferimos nesses projetos para tentar adequá-los a nossa realidade.

Fazemos auditoria nos preços. Cito um exemplo de multa, sobre que falou o Dr. Haroldo: entre 2002 e 2005, recuperamos cerca de 500 milhões de reais diretamente para o Tesouro só por não conformidade relativa a preços, por custos operacionais indevidos e por investimentos mal-apropriados. Se pararmos essas auditorias por causa dos 40 milhões até o final do ano, vamos ter perdas substanciais nas arrecadações decorrentes de aplicação de multas, vamos dar um tiro no pé, como se diz.

Vou falar rapidamente sobre segurança das instalações. A ANP realiza inspeções e auditorias nas estações petrolíferas, marítimas e terrestres, verifica se as atividades obedecem aos requisitos da legislação em vigor, mas a abrangência da nossa atividade, no momento, são 28 empresas que estão efetivamente

atuando em exploração e produção no campo. Envolve 150 plataformas de produção, de perfuração, de plataformas fixas, etc. espalhadas no Brasil e cerca de 7.100 poços, além das instalações em terra. Essa é a abrangência do que temos de fazer com aquele número reduzido de pessoas que os senhores viram. Como disse o Dr. Haroldo, fingimos que inspecionamos, e eles fingem que obedecem.

Se interrompermos essa atividade, não poderemos controlar a produção, os volumes serão os declarados, a segurança irá embora, e em relação à preservação do meio ambiente não se pode nem pensar, porque a empresa não a fará. Quanto à possibilidade de ocorrência de grandes acidentes, é uma fatalidade. Ou seja, isso nos impossibilita de cumprir nossa atribuição legal.

Fazemos as perícias relacionadas aqui. Por exemplo: perícia de plataforma é feito com a Marinha. Temos um convênio – um daqueles que provavelmente vamos cortar – que vai expirar em setembro próximo. E esse trabalho não podemos fazer sem a participação da Marinha. Por outro lado, a Marinha também é beneficiária dos *royalties*, que não mais irão para ela. Então, vamos criar uma situação hipotética. Não sei o que vamos fazer. Esse é o nosso dia-a-dia.

Aqui os senhores vêem o acidente ocorrido na P-36. Morreram 11 pessoas. A plataforma custou 1 bilhão de dólares e não foi recuperada. Perdemos a capacidade de produzir 180 mil barris por dia. Os senhores podem imaginar quanto a União perdeu em arrecadação desde então. O acidente ocorreu por problema de inspeção também. Aconteceram coisas dentro da plataforma que não estavam previstas para ocorrer lá. Nós participamos das investigações e sabemos disso.

Aqui se vê outro acidente, menos grave, que aconteceu recentemente. Foi com a P-34, que aderiu. Com isso, deixamos de produzir cerca de 18 milhões de barris nesse período, o que implica perda de arrecadação.

Recentemente tivemos um acidente em Urucu por falta de inspeções regulares. Perdemos um compressor de 30 ou 40 milhões de dólares. Para aumentar a produção, algum desavisado desarmou um alarme. Então, a máquina trepidou e pegou fogo. Perdemos um quarto da capacidade de compressor de gás no campo de Urucu. Se a PETROBRAS reduzir a queima de gás, terá um prejuízo de 90 milhões de reais por mês e, portanto, de óleo para a refinaria dela. Isso acarreta também reduções das participações regulamentares, em última análise.

Precisamos também, por exemplo, o monitoramento do tráfego marítimo. Nossa grande área de

atuação são na Bacia de Campos, na Bacia do Espírito Santo e na Bacia de Santos. Tínhamos até um convênio que cobria esse escopo até 2003. Mas as restrições orçamentárias, já naquela época, nos fizeram diminuir também isso. Só que, felizmente para o Brasil, descobriu-se óleo no Espírito Santo e gás na Bacia de Santos. Temos que aumentar o escopo, mas não temos dinheiro. O convênio, pelo qual é utilizada a Marinha, helicópteros, etc., vai-se expirar em 31 de dezembro e, talvez, não tenhamos dinheiro para mantê-lo no escopo reduzido, quanto mais colocá-lo na área rigorosamente necessária de atuação.

Quanto ao impacto disso, na Bacia de Campos, só de plataformas de produção, há 60, com a previsão de entrada de mais 20. Trabalham lá diariamente 200 embarcações de apoio e cerca de 8 mil e 500 trabalhadores. Sem controle de tráfego marítimo, há um convite para acidentes de grande proporções. Temos que tomar alguma medida quanto a isso, porque é ocorrência do dia-a-dia.

Nas considerações finais, quero dizer que essas arrecadações são diretas, que controlamos e analisamos. Ano passado, foram 10,43 bilhões derivados de *royalties*, participações especiais e propriedades de terra. Embora tenha pouca gente, conseguimos recuperar os 500 milhões daquela espécie de multa.

As verbas necessárias para as futuras atividades da ANP, tal como estudos geológicos, geofísicos, para a próxima estação, estão cobertas nessa arrecadação. Não é algo que possa ser inventado; esse recurso existe.

Na ANP, estamos com urgência, necessitando de adequado número de pessoal. Apesar dos recursos existentes, sem pessoal não conseguiremos realizar o trabalho, apenas fingiremos. Para manutenção desse contingenciamento, além de pedir renovação de contratos, convênios, teremos outro problema, que será o adiamento da efetivação do pessoal do nosso concurso e não poderemos realizar nossa atividade legal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Encerrada a fase das exposições, passaremos a palavra, primeiramente, aos Deputados que propuseram esta audiência pública.

Com a palavra o Presidente desta Comissão, Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo – ANP, na pessoa do nosso eterno Deputado Haroldo Lima, e parabenizar S.Exa. pela palestra.

Lamentavelmente, tive um problema de ordem de saúde e acabei chegando atrasado. Contudo, os *slides* que se encontram em minhas mãos chamam minha atenção e me apresso a chamar a atenção da Comissão para alguns deles. E essa foi a grande razão da realização desta audiência pública.

Um dos *slides* mostra o total de poços de petróleo do mundo: 80 mil poços/ano. Faz um dado comparativo entre Canadá e Estados Unidos, com 56 mil poços/ano; Extremo Oriente, 12 mil; Europa e Rússia, 6,5 mil; América do Sul, 3 mil; Oriente Médio, 1,5 mil; África, 1 mil e o Brasil, apenas 400 poços/ano.

No outro *slide*, mostra-se que, em 2004, a queima de gás natural teve média de 4 milhões de metros cúbicos/dia. Em 2005, a média subiu para 6,5 milhões de metros cúbicos/dia, o que representa 32% do gás importado da Bolívia. Evidentemente, aqui foram muito bem expostas as deficiências da nossa Agência Nacional do Petróleo no cumprimento das suas obrigações constitucionais e legais.

Fico feliz pela exposição clara da Diretoria da ANP a respeito das deficiências e dificuldades da agência e as razões disso, principalmente – objetivo desta audiência pública. E a grande razão, que foi tornada pública à Comissão, é a questão financeira. Na geofísica, a área de prospecção de petróleo e gás é caríssima e exige que a ANP tenha recursos para fazer seus estudos e ofereça os pacotes às empresas e, dessa forma, possa ter aumento da sua receita própria. Contudo, pelo que se percebeu, existe o contingenciamento daquilo que é colocado à disponibilidade da Agência Nacional no Orçamento.

Como cheguei atrasado, quero, além de cumprimentar os diretores que aqui se fazem presentes, parabenizá-los pelas palestras, na parte a que assisti; imagino que a parte a que não assisti tenha sido também espetacular.

Mas gostaria de saber, por exemplo, até que ponto o contingenciamento de recursos, por parte dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, pode comprometer – percebi que há problemas na fiscalização, e ainda bem que a grande produtora de petróleo é nossa e não tem interesse de enganar o País – a fiscalização na distribuição de gasolina e óleo *diesel* aos consumidores urbanos. Quase cotidianamente se vê pelas emissoras de rádio e televisão que postos estão adulterando gasolina, óleo *diesel*. Esse é um risco muito grande, porque, além de dar prejuízos ao consumidor, pode acarretar sérios problemas ao condutor do veículo em uma rodovia. E, pior, sendo um pouco extremado, se é possível se adulterar a gasolina ou óleo *diesel* vendidos no posto de gasolina em minha cidade, até que ponto não vamos correr o risco

de adulteração da gasolina de avião, em que o risco é muito maior. Mas se ocorre esse fato nos postos de gasolina dos centros urbanos, por que não poderia ocorrer nos aeroportos do País?

Antes de mais nada, registro nossa preocupação a esse respeito. Gostaria de saber sobre os riscos maiores e até que ponto o comprometimento da liberação de recursos, pelo contingenciamento para a Agência Nacional, pode comprometer esse tipo de trabalho, que é fundamental? Os demais também o são, mas esse a população sente mais na pele e mais de imediato.

Essas são as observações iniciais que faço, nesta oportunidade, agradecendo ao senhores diretores pela presença. Parabeno-os pela brilhante palestra com que brindaram esta douta Comissão de Minas e Energia e também a de Ciência e Tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Em função das indagações do nosso Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, vamos voltar a palavra a um dos diretores que porventura queira responder.

Depois, como requerente, falará o Deputado Dr. Heleno. A partir daí, formularemos um bloco para cada 5 Deputados.

Com a palavra o Diretor-Geral da ANP.

**O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA**

– Deputado Nicias Ribeiro, sua observação é inteiramente correta. O que temos observado na Agência Nacional do Petróleo é que o contingenciamento dos seus recursos pode repercutir em variados setores e, de forma especial, na questão da fiscalização. O Deputado já estava presente quando o Diretor Newton fez referência à repercussão que isso poderia ter na fiscalização da produção. O Deputado lembrou bem que o que toca mais de perto o consumidor é a repercussão de eventual corte de serviços, o que redundaria na adulteração do combustível. Aí nossa resposta é no sentido positivo. A adulteração será crescente.

Fizemos uma simulação, que apresentei no horário em que V.Exa. não estava presente, chamando a atenção para o seguinte: a cada 2,5% de acréscimo na adulteração, a repercussão no que diz respeito às participações governamentais, aos recursos que adviriam para o Governo, será extraordinariamente grande; em proporção geométrica, vai crescendo muito.

A ANP enfrenta há tempos a questão de como combater a adulteração no Brasil. Mais recentemente, foram feito numerosos estudos, planos, com o objetivo de concentrar esforços, em particular, em áreas-chaves. Por exemplo: no Estado de São Paulo. Isso foi feito, houve diversos encontros e há um decréscimo nos índices de não-conformidade em relação ao combustível no Brasil, em geral, e até no Estado de São Paulo, onde a adulteração corria mais solta. Mas isso

foi fruto de uma concentração de esforços que decorre de concentração de recursos. Quando se retiram os recursos, a adulteração em índices em torno de 20%, e que caíram para 5%, se corre a notícia que a fiscalização não vai ser feita por falta de recursos – é essa a discussão na diretoria da ANP, estamos premidos, alguns mais, outros menos, no sentido de suspender certos contratos que visam fazer a fiscalização, porque não temos recursos para pagar –, aí todos os que vivem da adulteração vão ficar absolutamente satisfeitos. O chamado crime organizado, ligado à máfia dos combustíveis, vai tomar grande impulso; a repercussão financeira para o Governo vai ser muito grande, e a repercussão política e social também, porque aquilo que já estava em controle razoável, de 5% no Brasil, pode chegar a 7,5%, 10%, 12%.

Quanto ao risco de combustível adulterado em aviões, trata-se realmente de um risco mais sério. Inequivocamente, faz parte do risco que estamos correndo. Se há a notícia de que a fiscalização deixou de ser feita ou caiu bastante por falta de recursos, essa repercussão também ocorreria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Como requerente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno, de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Quero parabenizar a Presidência e os diretores da ANP pela explanação simples, objetiva, em um português articulado, que sanou dúvidas.

Aprendi, nesta Comissão, a gostar da PETROBRAS, a gostar do Brasil. Tenho orgulho de falar de empresas brasileiras, como a Vale do Rio Doce, a ANP, pela organização que apresentam e o amor que cada personagem tem pela instituição.

Mas soubemos por notícias que há implicações decorrentes da redução do recurso orçamentário para a Agência Nacional do Petróleo, que cuida com todo o amor da regulação, da contratação e da fiscalização. Então, cuida da alma, do desenvolvimento da instituição e do bojo total. Agora, é o mesmo do que vários filhos sem pai, órfãos. Portanto, temos que tomar uma providência. O Deputado Nicias Ribeiro teve a brilhante idéia de requerer esta audiência. Associamo-nos a S.Exa. para termos melhores esclarecimentos, porque essa é a obrigação desta Comissão.

Diante disso, no gabinete, junto com outros colegas, criamos as dúvidas para que tivéssemos os esclarecimentos, o que já ocorreu aqui, de forma escrita e falada. Acredito que o Brasil tem que saber disso, e não apenas nós. Estou em Duque de Caxias, onde há a Refinaria Duque de Caxias e, agora, o pólo gás-químico, que para nós é um orgulho e a sustentação da cidade. Tiraram 1 milhão de *royalties*, por meio da

ANP, um elemento do PSDB – motivo pelo qual saí desse partido, porque fiz a denúncia, mas ele não quis saber disso –, e quatro cidades ficaram à mercê. O *royalty* é justamente para compensar a agressão direta que se faz ao local. Por isso, outros Municípios não podem dizer que *royalty* tem que ser distribuído a todos, porque quando a região estiver à bancarota, os outros não vão socorrê-los.

Precisamos desses esclarecimentos e espere-mos que a justiça divina coloque petróleo em todos os Municípios, pelo menos, para receber *royalties*. Esse é o ponto da justiça plena.

Primeiro, pergunto, ao Presidente da instituição que tenho como referência, o que a ANP, de maneira geral, acha da Lei nº 9.478/97.

Segundo, a Lei nº 9.478/97, as agências devem ser autônomas e independentes em relação ao Orçamento. Ela é autônoma e está vinculada ao Ministério de Minas e Energia?

Terceiro, quais as atividades que serão prejudicadas pelo contingenciamento de recursos da ANP? E qual o montante total cortado? Isso é para mostrar que o Ministro da Fazenda, e não o Lula, tem de olhar bem essa parte.

Quarto, considerando que a ANP tem recursos oriundos da indústria do petróleo, que destino é dado a esse quando não são utilizados? Não tem reserva. Se zerar, não se faz nada, e não produzindo nada, não seremos nada perante o mundo e perante nossa auto-afirmação financeira.

Quinto, qual o universo das instituições fiscalizadas e o efetivo de fiscais utilizado no *upstream*, na distribuição, e no *downstream*, na retirada? O quantitativo é adequado, eficaz?

Há um ponto da indagação do Deputado Nicias Ribeiro que quero focar um pouco mais.

Falamos do poço de gasolina, e não desses erros todos. Mas, como disse o Presidente, se por acaso for descoberto que não existe de fato a precisão, vai à bancarota. E o que é derramado, dado para fora, e não denunciado por falta de fiscalização, de pessoal e de ajuda do Governo? Esta Comissão não vai levar a culpa, porque aqui demos a parte orçamentária – e foi exibida –, a verba para isso.

E há o PRH – Programa de Formação de Recursos Humanos que se encontra contemplado por recursos previstos na Lei nº 9.487, de 1997.

A Lei nº 9.487, de 1997, prevê recursos da indústria do petróleo para o Ministério da Defesa, Comando da Marinha, para desenvolver fiscalização e proteção das áreas de produção? Esses recursos vêm sendo distribuídos?

O art. 15 da Lei nº 9.487, de 1997, fala sobre a constituição de receitas da ANP, na qual se incluem taxas, multas previstas na legislação específica. Onde a ANP emprega esse tipo de receita? Já foi exibido aqui onde está aplicada uma parte dessa receita.

O art. 79 da referida lei autoriza o Poder Executivo a transferir saldos orçamentários do Ministério de Minas e Energia para despesa de estrutura e manutenção da ANP. Esse repasse tem sido efetivo? O artigo diz que o Ministério tem de repassar. Então, o Ministério também tem culpa. Por isso, solicito a presença nesta Comissão, em outra audiência pública, do Ministro Palocci e da Ministra, para prestarem maiores esclarecimentos sobre essa parte.

Os itens 1 e 3 do art. 45 da referida lei trata da participação governamental prevista no contrato de licitação, com participação da ANP no que se refere a bônus de assinatura. E vimos que não foi entregue. E mais: participação especial, no item 3. Esse repasse tem sido processado. Tem sido processado mesmo? A que de fato a lei quer se referir com relação à participação especial? É nesse ponto que precisamos de um esclarecimento melhor.

Peço à ANP – inclusive já dei entrada a um projeto lei – que as licitações de blocos para exploração do petróleo sejam feitas em Bolsas de Valores, como no Rio de Janeiro, porque sendo realizadas em hotéis gasta-se muito. Nas Bolsas de Valores, onde há técnicos especializados, é quase de graça. E pelo menos levanta as Bolsas de Valores.

Cada vez mais amo a PETROBRAS e a ANP. Os seus dirigentes estão de fato comandando as instituições, de corpo e alma, o que é importante, em benefício desta Nação.

Agradeço ao diretor da ANP a participação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Com a palavra o Sr. Deputado Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, ouvimos gravíssimas acusações na exposição dos diretores da ANP, a quem saúdo. Na condição de Parlamentar, de homem público, não podemos ficar sem uma ação.

Portanto, peço a transcrição de toda a palestra para, em posse desses documentos, entrar com uma ação de responsabilidade, a fim de apurar quem realmente está causando esse dano ao País e às ações de exploração da PETROBRAS, de todos os poços petrolíferos e das nossas jazidas. Temos de saber inclusive onde estão. Portanto, solicito o teor, na íntegra, desta audiência para que eu possa fazer uma ação de responsabilidade das pessoas que estão tirando o dinheiro da ANP, constituída com total independência



para ter suas ações, mas nem sequer lhe dão 7% do que é arrecado.

Segundo as palavras que ouvimos, não temos certeza do que é feito em termos de captação do petróleo em nossas bacias, nem sequer no que diz respeito à vigilância das ações na área petrolífera.

Portanto, Sr. Presidente, solicito à Comissão que me remeta a transcrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Na condição de Vice-Presidente, quando tenho oportunidade de assumir a Presidência procuro ser o mais democrático possível, dando aos Parlamentares e expositores o tempo necessário. Mas é lógico que isso gera alguns transtornos. São 12h25min e temos ainda 10 Parlamentares inscritos. O Deputado Dr. Heleno, depois de longa exposição, fez muitas perguntas.

Peço aos expositores que sejam rápidos nas respostas. A partir de agora serei mais rigoroso com o tempo destinado a cada Parlamentar. Acredito que nenhum dos Srs. Parlamentares usará mais de 3 minutos para fazer seus questionamentos.

Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela atitude de melhorar o uso do tempo, tornar mais prática e produtiva essa audiência. Solicito a V.Exa. que pense na possibilidade, já que a exposição foi bem específica, clara, detalhada – as perguntas tendem a se repetir à medida que os Parlamentares vão se manifestando –, de fechar em bloco de 5 Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – São 10 Parlamentares inscritos. Então, vamos fechar em 2 blocos de 5 Parlamentares.

Como o Deputado Dr. Heleno foi requerente da realização desta audiência pública, o Presidente responderá rapidamente as perguntas de S.Exa. Depois faremos o primeiro bloco. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – V.Exa. poderá oficialmente complementar.

**O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA** – Deputado Dr. Heleno, vou me ater a algumas perguntas feitas por V.Exa.

O que a ANP acha da Lei nº 9.478? A ANP não tem muito o que achar da lei e sim cumpri-la. A ANP, segundo a lei, foi criada para executar a política estabelecida pelo Governo. E ela faz isso sem contestações, sem entrar no mérito. Pelo contrário. Procura ser rigorosa no cumprimento da referida lei. Mas isso não quer dizer que um ou outro membro da diretoria da empresa não tenha suas opiniões a respeito do assunto, o que não é bem o caso e não tem importância

para a discussão feita agora. Mas a ANP não acha, formalmente acata, respeita a lei e procura colocá-la em prática.

Que atividades serão prejudicadas e qual o montante a ser cortado? O montante a ser cortado são nas atividades que V.Exa. viu, ou seja, tudo. Temos 110 contratos e 33 convênios ameaçados de suspensão. Esses contratos e esses convênios se relacionam a toda atividade da ANP, seja em *upstream*, como disse V.Exa., seja em *downstream*, fiscalização, serviços internos, terceirizados, etc. O montante cortado é de quase 50%. Pela lei orçamentária aprovada no Congresso Nacional, a ANP tem 155 milhões de reais este ano – a nossa proposta foi de 433 milhões de reais –, mas fomos comunicados de que poderemos usar somente 79 milhões de reais.

Na nossa opinião, os 155 milhões de reais são insuficientes para enfrentar as tarefas que V.Exa. viu expostas tanto por mim quanto por outros diretores.

Qual é o efetivo de fiscais? É um efetivo pequeno. Nós funcionamos, não deve ser muito hipertrofiado, mas suficientemente avaliado, na área de fiscalização de revenda de combustíveis com mais ou menos 50 fiscais no Brasil todo. O que é absolutamente insatisfatório. Foi realizado agora um concurso, e estamos esperando reforçar essa área. Por outro lado, o mecanismo pelo qual a ANP faz a fiscalização é complementar. O fiscal entra em determinado instante, mas outros convênios são feitos de tal maneira que universidades, por exemplo, fazem o controle de qualidade. Identificada alguma irregularidade em tal setor, aí, sim, o fiscal entrará para fazer o pente-fino. Mas o controle geral é feito por convênios. De qualquer maneira, os efetivos fiscais são em números bastante insuficientes.

Os recursos para a Marinha vêm sendo distribuídos? O Diretor Newton expôs sobre essa questão há pouco. Esses recursos estão na iminência de ser suspensos e, por conseguinte, os convênios com a Marinha, com essas entidades todas também correm esse risco. E aí a atividade da ANP vai efetivamente, como estamos insistindo, cair bastante.

Quanto às participações especiais também fiz uma referência, Deputado Dr. Heleno, que me parece um dos aspectos mais cruciais, porque a Lei nº 9.478, a qual V.Exa. se referiu, estabelece no art. 50, § 2º, literalmente: “*Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção: 40% ao MME, sendo 70% destes para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis a serem promovidos pela ANP*”. Do que está aqui, 70% dos 40%, ou seja, 28% dos recursos da participação especial devem ser aplicados pela ANP no financiamento de estudos

e serviços de geologia, etc. Esses 28% foram reduzidos, no ano passado, a 1% e, neste ano, a 0,5%. É muito pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Conto com a colaboração dos Srs. Deputados inscritos no rigor do tempo de 3 minutos concedidos a cada um.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Montemor, do PL de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO EDINHO MONTEMOR** – Sr.

Presidente, primeiramente, parabeno os diretores da Agência, em particular o Sr. Haroldo Lima, e o Presidente da Comissão, Deputado Nicias, pela iniciativa. Procurarei ser bastante breve para cumprir determinação de V.Exa.

Fazemos algumas deduções, mas não conseguimos entender a lógica de uma política de governo que contingencia cerca de 70 milhões de reais da Agência. Em um dos quadros que o Deputado Haroldo Lima nos expôs, de 2003 para cá, quando a curva descendente vinha se mantendo em relação à questão da dependência externa do petróleo, houve inflexão ascendente. Se não me falha a memória, isso representou 14 bilhões de reais a mais na conta-petróleo, e tivemos de desembolsar. E quando vemos o volume de recursos alocados para pesquisa, que praticamente minguaram, não conseguimos entender essa lógica. Gasta-se 14 bilhões a mais e não se investe na pesquisa, no conhecimento. Enfim, ficamos nos perguntando o que faz um governo contingenciar esses recursos, irrisórios diante do montante a que estamos nos referindo.

Outra questão que nos deixa perplexos refere-se à fiscalização. Apenas 50 fiscais para fiscalizar quantos postos de abastecimento de combustível no País? Falta essa resposta, que o Deputado Dr. Heleno também havia feito. Não sei se há condições de respondê-la.

**O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA**

– Trinta e quatro mil postos.

**O SR. DEPUTADO EDINHO MONTEMOR** – Trin-

ta e quatro mil postos para 50 fiscais! Se fizermos a conta, veremos que deverá levar uns 200 anos para conseguir fiscalizar um posto e voltar nele.

**O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA**

– De GLP, 80 mil postos.

**O SR. DEPUTADO EDINHO MONTEMOR** – Fi-

nalmente, deixo registrada, como não poderia deixar de ser, minha perplexidade com a adulteração de combustível.

A reportagem da revista *Veja* da última semana trouxe o ex-Superintendente de Abastecimento da ANP, atual Superintendente de Refino, Sr. Eugênio Roberto Maia, chamado Baixinho, que “com pelo menos outras 3 canetadas, sempre contrárias às recomendações téc-

nicas da ANP e da Ministra Dilma Rousseff, Maia também elevou em até quatro vezes as cotas de gasolina que essas mesmas empresas têm direito a comprar da PETROBRAS, denuncia a *Veja*”. Durante 2003 e 2004 fez subir para 78% a importação de solventes, sendo que a indústria de tintas se expandiu apenas 13%. Bastante eloquentes, esses números falam por si.

A repórter Chrystiane Silva pergunta: para onde vai a sobra desses solventes, uma vez que a indústria de tintas se expandiu apenas 13%?

Gostaria de saber o que a ANP está fazendo em relação a esse fato?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó)

– Agradecemos ao Deputado Edinho Montemor pela compreensão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Bassuma, do PT da Bahia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA** – Sr. Presi-

dente, Sras. e Srs. Deputados, também fico muito satisfeito com esta audiência, organizada pela Comissão de Minas e Energia, que penso ser o ponto inicial. A intenção da Comissão não é ficar apenas nesta audiência, mas dar prosseguimento à grave situação aqui mostrada. Isso não é nenhuma novidade para quem acompanha esse fato, mas os dados são muito mais substanciais agora.

Parabenizo pela clareza e objetividade a todos os palestrantes, especialmente o Sr. Haroldo Lima, ex-Deputado desta Casa pelo PCdoB da Bahia, que agora representa muito bem a Bahia na Agência Nacional do Petróleo, é um especialista, e durante muitos anos, na Câmara, acompanhamos seu esforço nas questões relativas a essa área.

Deputado Haroldo Lima, na condição de engenheiro de petróleo, tive o privilégio de trabalhar muitos anos na PETROBRAS como Gerente de Produção de Petróleo, vejo que temos um problema sério. Acho que isso é consenso de todos os partidos aqui representados – PCdoB, PFL, PT, PSDB, etc. Criamos um organismo, e a agência reguladora é um avanço significativo para o Brasil. E para funcionar ela tem que ter estrutura. Os dados apresentados são escandalosos e estão distanciados desse propósito. Sabemos que para se atingir os objetivos deve ter dinheiro. Não há nenhuma dúvida nisso. No entanto, existem 2 extremos.

Faço um apelo aos Srs. Deputados no sentido de que façam sua parte, não se restrinjam apenas a esta audiência, que é um meio de pressionar o Governo, evidentemente, o Ministério da Fazenda, ou até para melhorar a legislação.

Nesta Casa houve uma CPI recentemente, da qual participei, e que fracassou – foi um verdadeiro

desastre a CPI dos Combustíveis, foi uma vergonha, e frustrou toda a sociedade. Mas, pelo menos, teve um resultado positivo, a iniciativa do Deputado Eduardo Gomes, que tramita nesta Casa, para se organizar Comissão Especial a fim de criar o Código Brasileiro de Combustíveis. Ou seja, reformulação geral na legislação, que está cheia de furos, que estimula o mal empresário, que é minoria.

Minha pergunta é a seguinte: estou preocupado com a fiscalização na outra ponta. A PETROBRAS não me preocupa. Tenho total confiança no que acontece no outro extremo, que é o início, mas lá na ponta, nos postos de combustíveis, aí faço um apelo enquanto não buscamos o ideal.

Nessa área, quero trazer o depoimento da Bahia – o Deputado Haroldo Lima sabe disso, pois acompanhou –, lá, pior do que a do Congresso, não teve nem relatório final, mas constatamos que não havia nenhuma fiscalização na época, era zero.

Se esse contingenciamento persistir, o que vai acontecer no meu Estado, a Bahia, vai parar, vai reduzir quanto? Isso é grave, lá temos adulteração, estouramos vários pontos no ano passado, verdadeiras centrais de adulteração de combustíveis.

Enquanto buscamos a solução ideal, que é o fortalecimento da ANP, esse ponto tem de ser o que menos deve ter corte. Esse o apelo que faço. Lá na ponta, que é o que afeta diretamente o consumidor, que é impotente em relação a essa questão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Agradecemos ao Deputado Luiz Bassuma a participação.

Passamos a palavra à Deputada Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Parabênzinhos a todos que participam desta audiência em razão das exposições claras e objetivas e manifesto meu prazer de reencontrar meu amigo, companheiro de Constituinte, o ex-Deputado Haroldo Lima.

Surpreendi-me um pouco com o comportamento que o Governo Federal tem adotado em relação às agências, especialmente a Agência Nacional do Petróleo, que nos chama muito a atenção pela sua importância, pelas consequências objetivas apresentadas, os danos que causa, sem dúvida, à política por ela estabelecida, o comprometimento dos investimentos no campo da exploração, que é seriíssimo, o corte do orçamento para inviabilizar estudos geológicos, sísmicos, dados geofísicos importantes para a exploração de petróleo.

Considero esse comprometimento um absurdo, cortes que inviabilizam o controle da qualidade dos

combustíveis. Enquanto o País fala da adulteração de combustíveis, danos são causados à população, passamos por uma CPI e não conseguimos chegar a lugar nenhum, a não ser criar uma lei, quase um arcabouço de projeto, que não vai levar a lugar nenhum se não houver fiscalização profícua para que possamos garantir à população que o produto que consome tem qualidade.

Quero saber quantos fiscais foram aprovados nesse concurso, se tem quadro específico para melhorar a fiscalização dos combustíveis, o que nos preocupa muito.

Elaborei projeto de parceira do INMETRO com a ANP para ver se melhorava a fiscalização com relação à adulteração. Isso é uma vergonha.

O comércio do setor de combustíveis não sobreviverá se não houver fiscalização rígida que obrigue que a qualidade seja de todos, inclusive essa concorrência desleal citada pelo Haroldo Lima nesta audiência.

Preocupa-me também, Sr. Newton, não sei se foi do senhor, o relatório sobre a P-34, que trata das consequências daquele desastre ocorrido por falta de inspeções regulares. Quer dizer, com tudo isso não é possível que não haja sensibilidade do Governo, se não responsabilidade administrativa, para tratar desse boicote que se faz às agências, que denunciamos no primeiro mês, discutimos no segundo, passamos o ano inteiro alertando sobre as consequências que política dessa natureza possa trazer para o País.

Vejo que não precisamos alertar o Governo. Não temos mais o que dizer sobre isso. Os senhores fazem audiência pública com dados que são absolutamente relevantes. Não sei como restaurar a LOA. Na Comissão de Orçamento se o Governo não quiser ele põe em plenário a maioria e vamos ficar sem os recursos que vocês precisam. Quando você me disse que cerca de 40% do que se arrecada vai para o Ministério, e desse percentual vocês deveriam receber 70%, não recebem nem zero, zero alguma coisa, não sei onde vamos parar com essa política.

Na verdade, o que quero com essas observações é uma pergunta final. Se todas as agências são prejudicadas nos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Minas e Energia a ponto de não poderem adotar o quadro de pessoal aprovado em concurso, como vocês estão fazendo para bancar o custeio, hoje, se não têm orçamento para pagar a folha de pessoal, se todo investimento das áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente e minas energia está sendo extremamente prejudicado com os cortes? O que vocês fazem? Remetem para eles a responsabilidade? Se por acaso mandam relatórios, estes são analisados e têm respostas consistentes do Governo ou

não? Há possibilidade de se reaver o orçamento que foi comprometido ou isso depende que trabalhemos conjuntamente em PL suplementar, que eu acho que é a única saída, crédito suplementar, para fazer face às despesas que têm?

Fora isso, é só denunciar e abrir a boca no microfone, como estou fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, do Tocantins.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Nicias Ribeiro e o Deputado Dr. Heleno em razão da autoria do requerimento para debate de assunto já discutido algumas vezes nesta Comissão, mas agora em situação muito mais grave e também com o prestígio e a presença do ex-Deputado Haroldo Lima, dos Srs. John Forman e Newton Monteiro e dos técnicos da ANP.

De maneira muito clara digo que precisamos resolver o problema de contingenciamento, que foi discutido e, aí, faço um reparo para dizer aos colegas que fui autor de requerimento de informação há 2 anos e recebi resposta muito curta do Ministro Palocci, que pedia que eu me dirigisse ao Ministro Guido Mantega.

Hoje a bola está com o Ministro Paulo Bernardo, Deputado que foi Presidente da Comissão de Orçamento e que entende muito bem a dinâmica das emendas, de colocarmos o recurso, de a Comissão de Minas e Energia cumprir o seu papel, de os Deputados do plenário cumprirem seu papel e, depois, o Governo contingenciar esse recurso.

Precisamos, na mudança das regras da Comissão de Orçamento, de uma vez por todas, definir a situação das agências não só da ANP, da ANEEL – a ANATEL conseguiu resolver – e fazer certa desvinculação, quando da aprovação do orçamento do Ministério, da agência porque a primeira instância em que a agência sofre o contingenciamento, entre aspas, “político de prioridade do setor”, é no próprio Ministério, pode ter certeza.

Quando o Ministro do Planejamento diz que tem tantos milhões para desenvolver determinadas atividades, a agência sofre porque, até por função, não tem representatividade política e prioridade nos programas de governo. Essa é situação que a Comissão de Orçamento pode resolver de maneira definitiva, por exemplo, com relatoria setorial no orçamento da União definida especificamente para os recursos das agências reguladoras. Aí, passarmos a ter aquela discussão específica, descontingenciamento.

Observo também, e o faço com muita vontade, que temos de melhorar o contingenciamento político da atividade principal da agência. O Senado Federal

precisa, de uma vez por todas, tomar providências com relação à aprovação da diretoria das superintendências, o corpo da agência, que está suspenso.

Eu até confesso que é preciso observar o que é bom para o partido, mas antes observar o que é bom para o País. Não me lembro qual partido indicou o Embaixador Sebastião Rego, foi escolha do Presidente da República. Na ANEEL, a escolha do Dr. José Mário Abdo, à época, foi setorial, já estava no setor, foi escolha do Presidente da República.

É ruim quando vemos que numa agência tem indicação de partido A, B, C e D, da Ministra, de quem quer que seja. Eu me daria por satisfeito, e entenderia que a agência estaria muito bem servida, com a manutenção dos atuais diretores e o preenchimento das vagas em aberto. Politicamente para o País seria muito melhor.

Solicito informações sobre o efeito gangorra na fiscalização. A autuação feita em São Paulo baixou o índice de não-conformidade para 5%, 3%, no meu Estado, segundo informação, esse índice foi para 28%. Como a Agência não tem condições de observar como um todo, é lógico que vai acontecer o efeito gangorra; se a ANP está em São Paulo, no Rio e em Minas vai piorar.

Colocamo-nos à disposição para ajudar a Agência Nacional do Petróleo, os funcionários, a política de Estado para que o Governo não fique se enganando, achando que o recurso que veio para investimento não é o mesmo na área de energia, de telefonia, de exploração de petróleo.

Se há segurança regulatória, se a agência é tratada de maneira correta, o investimento vem; se não há, o dinheiro não vem e começamos a perder terreno, antes mesmo da idéia maluca da PETROSUL. Imagine se o Chávez conseguir emplacar a Petróleo do Sul.

Estou satisfeito com a audiência, mas precisamos, na Comissão de Orçamento, definir, com a relatoria específica, tratamento na origem do recurso para as agências reguladoras.

Por último, agradeço à ANP pela colaboração na composição do Código Brasileiro de Combustíveis e solicito que, no segundo semestre, nos ajude porque, afinal de contas, como disse o Deputado Bassuma, a CPI não conseguiu todos os seus objetivos, mas quase eliminou as liminares na Justiça para ICMS e deixou o Código como proposta aberta para que a Lei de Combustíveis seja correta, real e defenda o consumidor e a população brasileira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Feijó) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, do PFL do Piauí.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente, estimado colega Deputado Haroldo Lima, senhores diretores, quando cheguei a palestra já havia se iniciado, mas anotei alguns dados, inclusive sobre o levantamento da bacia do Rio Parnaíba.

Já se anunciou no meu Estado, o Piauí, que existe gás natural na foz do Rio Parnaíba. A Agência confirma? Há gás em Barreirinha, no Estado do Maranhão? Já foi anunciado no Estado que existe.

Por que meu questionamento? Sr. Presidente, quando se criou a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, destinou-se percentual crescente que começava com 15; este ano já está em 17; vai a 20 no ano que vem; 25 em 2007 e estabiliza em 30% do total arrecadado por ano para construção de gasoduto. E o gasoduto do Piauí e do Maranhão é a grande esperança de todos nós para desenvolver região tão excluída como aquela.

A Ministra, em outras audiências aqui, disse que não tem o gás para ser transportado. Temos informações da PETROBRAS que esse gás existe. Quero saber agora da Agência: existe gás que pode ser transportado e já identificado na foz do Rio Parnaíba, em Barreirinha?

Também é estranho, segundo a revista *Veja*, a Agência autorizar importação de solvente. Houve aumento significativo de 78% na importação do produto, quando a indústria de tinta consumiu durante o mesmo período 13%.

A outra curiosidade, Sr. Presidente, é em relação ao gás excedente que é queimado. São 6 milhões de metros cúbicos, que no posto custa mais de 1 real o metro cúbico, o que corresponde à queima de mais de 6 milhões de reais por dia, 200 milhões por mês, 2 bilhões e 400 milhões por ano.

Pelo que entendi, o gás tem de queimar todo dia. É algo que nos assusta, porque 1 dia não vale nada, mas 1 mês já é significativo; 10 anos, então. Pagamos caríssimo à Bolívia pela compra de gás e percentual significativo desse gás é queimado por falta de consumo.

Pergunto sobre o *biodiesel*. Sou agricultor e até agora não consegui me convencer de que esse programa é viável. A mamona, no Piauí, produz 600 quilos, e estou doido que me convençam que ela é viável sem o Governo pagar parte da conta. O que se diz é que quem vai pagar toda a diferença é o contribuinte, o consumidor final, que vai ser equalizado quando se misturar os 2% em todo o diesel consumido no País.

O que a Agência tem feito para viabilizar esse grande projeto de inclusão social, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Heleno) – Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Agradeço aos colegas e companheiros. Participo desta Comissão na qualidade de suplente há 12 anos. Fiquei afastado porque fui Secretário de Estado até há pouco tempo.

Cumprimento a Mesa, em especial o Haroldo Lima, nosso sempre Deputado, companheiro nosso, atuante nesta Casa.

Vários assuntos aqui devem ser levantados, vou ater-me apenas a um.

Em Santa Catarina, acredito que em outros Estados também, a legislação, não sei precisar a data, autoriza há mais de 20 anos aos grandes fazendeiros e empresários instalar tanque de combustível na fazenda, na empresa, em razão da dificuldade de abastecimento nos postos de combustíveis.

Denuncio que hoje as distribuidoras estão instalando tanques em qualquer local. Por exemplo: 5 caminhoneiros se juntam, as distribuidoras incentivam e instalam tanques sem nenhuma segurança para o abastecimento.

Primeiro, é concorrência desleal com os proprietários dos postos de abastecimento. Segundo, causa problema ao meio ambiente, não tem alvará de licença nem autorização para instalar esses tanques em razão do prejuízo ambiental e de riscos diversos. Também os Estados têm prejuízo com a arrecadação da CIDE, haja vista que o percentual dessa contribuição é baseada no faturamento.

A distribuidora emite a nota em Porto Alegre, em Canoas, no Rio Grande do Sul, ou em Araucária, Paraná, e não tem saída em Santa Catarina, porque vai direto para esses tanques. Esse fato está se multiplicando constantemente, é uma vergonha, já foi denunciado pelos sindicatos e ninguém faz nada. Se não tem nota de saída Santa Catarina perde na arrecadação da CIDE, o Estado não arrecada a diferença de ICMS. Os donos de postos têm prejuízo enorme porque vendem com preço da distribuidora, e ninguém faz nada.

Um proprietário de posto de abastecimento tem de ter alvará de funcionamento, o de tanque não precisa de nada; tem de ter o registro das empresas, os de tanques não precisam de nada. Os donos de postos têm de ter licença ambiental, os de tanques não precisam de nada. Os donos de postos pagam para o INMETRO fiscalizar se o consumidor não está sendo lesado, os de tanques não precisam de nada. Os donos de postos têm de contratar contador para controlar sua empresa, além da concorrência desleal. É uma vergonha.

Recentemente, empresa de material de construção que distribui areia foi procurada por uma distribuidora e também está instalando um tanque, que abastece os vizinhos com preço de custo da distribuidora, o que é verdadeira vergonha e desrespeito à formalidade. E o tanque não gera emprego, os postos geram.

Os sindicatos têm nos procurados para reclamar. Aproveito esta grande oportunidade com a ANP aqui presente e os colegas desta Comissão para denunciar esses fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Heleno) – Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Simão Sessim, do PP do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, palestrantes que nos honram com sua presença, Sr. Haroldo Lima, sempre Deputado e Líder nesta Casa, posso afirmar que S.Exa. foi durante muito tempo símbolo da resistência ao entreguismo neste País. Haroldo Lima significa para nós lições permanentes no seu discurso, que ainda ecoam nesta Casa, vibrante de nacionalismo que que sempre defendeu na qualidade de Líder do Pcdob. Por tudo isso, Haroldo, é uma honra, um prazer enorme tê-lo conosco. O ideal é que estivesse sempre conosco fazendo de sua atuação exemplo para todos nós e para este País.

Aos demais diretores, nosso abraço, nossa saudação. Aprendemos, como disse o Deputado Dr. Heleno, a admirar o trabalho que desenvolve a Agência Nacional de Petróleo pela forma honesta e transparente com que tem atuado nos últimos anos.

Sr. Presidente, depois de tantos expositores não fica nada para minha manifestação, mas sobra uma observação: que pena que nesta Casa, quando há audiências públicas nas Comissões, assiste-se sempre à mesma frase: necessitamos de mais recursos. Nossos recursos, aprovados por esta Casa, estão contingenciados.

Não é só a ANP, em todas as Comissões onde há audiência pública e participação dos órgãos do Governo há sempre essa forma de demonstrar a dificuldade na atuação desses órgãos.

O que me preocupa e me causa apreensão é que não é só este Governo, os governos anteriores também não aplicaram nem onde há retorno garantido imediato. Aí está o exemplo de São Paulo. Se déssemos recursos à ANP para que os aplicasse na regulação, na área de investimento, de exploração, de fiscalização, que controlaria a sonegação, além de acabar com a adulteração, esse mal enorme, o Governo teria todos esses recursos de volta. Assim é na educação e na saúde, quando se investe o retorno é imediato.

Pergunto: o que faz um governo contingenciar as ações de política fiscal? Fica difícil para nós, que aprovamos orçamento dentro dos limites que o Governo nos impõe. O Deputado Paulo Bernardo, hoje Ministro do Planejamento, reduziu ao máximo para que o Governo não tivesse dificuldade, em seguida, o contingenciamento.

Aí, dizem: é a política da contenção e tal. Resultado, temos hoje o anúncio do pior índice do Produto Interno Bruto. O Presidente Lula se espantou com o fato de que parece que estamos com nossa economia desaquecida.

Ora, esse o resultado que pretendem para nosso País? Que pelo menos aloquem recursos para as áreas cujo retorno seja garantido e imediato, que é o caso da ANP e das nossas agências.

Sr. Presidente, parabeno nosso Presidente Nicias e a V.Exa., agora na Presidência, pela iniciativa desta audiência, que trouxe luz a mais um caso de omissão do Governo em vários aspectos em setor importante, que é o de combustíveis e de produção de energia.

Por isso, Sr. Presidente, digo o seguinte: se lágrima fosse combustível já estaríamos com produção enorme, estaríamos todos chorando para aumentar a produção de combustível porque só sai lágrimas. Lamentavelmente, lágrima é o que transborda da nossa aflição, da nossa falta total no sentido de inibir a desgraça.

Sr. Presidente, restrinjo ao máximo nossas perguntas porque já foram feitas.

No caso da fiscalização, temos o nosso sempre Deputado Haroldo Lima, hoje Diretor-Geral da ANP, que acredito continuará no cargo – o Governo não pode escolher mais nomes –, porque é um homem sério, transparente, deu provas da sua honestidade nesta Casa, com brilhante atuação frente à diretoria daquele órgão.

Temos a mesma preocupação do Deputado Edinho sobre a importação de solvente, que agora está sendo reduzida com a medida adotada pela nova diretoria, o que nos deixa mais tranquilos quanto à adulteração dos combustíveis.

Quanto à fiscalização de 50 para 30 mil, com 600 postos para cada fiscal, é um número que assusta. Mas, tenho certeza de que S.Exa. já está se mobilizando para ampliar a fiscalização por meio do CEFET, das universidades. Estamos dando crédito de confiança à séria diretoria.

Sr. Presidente, minha pergunta se insere no contexto das demais aqui formuladas. Todas as vezes em que tenho oportunidade de ficar frente a frente com os diretores da ANP, inclusive na última audiência, no

Rio de Janeiro, contamos com a presença de Haroldo Lima, externei minha preocupação com o fato de que deve haver respeito com esta Casa. Não peço mais nada do que isso. Estou certo de que o nosso Deputado Haroldo não fará o mesmo da diretoria anterior, que sequer nos deu resposta.

À época, em 2 de junho, na audiência pública realizada por esta Comissão, denunciei o sistema de franquia produzido pela distribuidora Shell e Esso – estou a nominar porque o ofício é claro –, e não obtive resposta alguma. Fiz a denúncia na presença do ex-Presidente da ANEEL – inclusive V.Exa. participou daquela reunião – e a Deputada Rose de Freitas, que presidia a sessão, imediatamente solicitou à Comissão que fizesse o pedido por escrito, porque assim exigia o Presidente da ANP, e assim foi feito, apesar de não ser necessário, porque era uma denúncia verbal, pela voz do Deputado, que possui fé pública. Enfim, até hoje nada aconteceu, nem sequer obtivemos resposta. Tenho em mão o referido ofício.

O Presidente Nicias Ribeiro tem continuamente reiterado pelo menos uma resposta a nosso pedido. A denúncia apresentava notas fiscais da Shell e da Esso, numa forma de burlar o que foi dito pelo Deputado Haroldo: *“A Lei nº 9.478 é para ser cumprida”*. E a Lei nº 9.478 produziu atribuições à ANP para que, por meio de resoluções, as determinações fossem cumpridas.

A Resolução nº 116 estabelece claramente que a denúncia por nós feita burla a verticalização, que é um mal – como disse o Deputado Edinho – aos postos que não podem fazer concorrência com a distribuidora.

Agimos conforme nos foi solicitado, não obtivemos resposta alguma, os processos existem, há ruídos de arquivamentos deles e isso me deixa preocupado.

Estou certo de que a atual diretoria, composta pelos nomes a que me referi, cujas pessoas, repito, são sérias e têm tido importante atuações, irá atender não só a mim, um simples Deputado, mas também ao Presidente desta Comissão, Deputado Nicias Ribeiro, que merece respeito da ANP ou de quem quer que seja. Estamos irmanados com os senhores na busca de conseguirmos recursos para sanar os problemas.

Peço, no mínimo, respeito à Comissão e que nos respondam o que aconteceu com o processo da Shell e da Esso.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Heleno) – Agradeço ao Deputado Simão Sessim a colaboração.

Com a palavra o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, meus caros companheiros, ilustres diretores da ANP, Dr. John Milne Forman, Haroldo Lima e Newton

Monteiro, infelizmente, não pude participar do início da reunião, não ouvir as exposições de V.Sas., mas sei que a qualidade profissional delas foi de grande valia para toda a Comissão.

Participei de algumas intervenções, muitas na linha das limitações da ANP devido à falta de recursos para desempenhar o seu papel, o que é grave. Assim como essa instituição, há diversas outras entidades governamentais com receita gerada – ou pelo menos parte dela – pelo próprio órgão. E todos esses recursos estão vinculados ao famoso – outrora dito pelo PT – e famigerado superávit primário. O mesmo acontece com a CIDE, com as telecomunicações etc. Arrecada-se, mas não se aplica. Fica vinculado ao superávit primário.

Sr. Presidente, vale a pena tratar desse assunto com o Tribunal de Contas. A lei da ANP é bem específica, possui claro percentual definido para suas aplicações. Como pode um órgão atingir sua finalidade se não aplica a lei?

Todos os anos me encontro com o Dr. John, amigo de velhas datas, geólogo como eu, para tratar desse assunto no Orçamento. O Congresso compreende as necessidades e até amplia os valores solicitados, mas a liberação dos recursos está sempre vinculada a isso. Por isso, seria interessante encontrar outro adequado instrumento para enfrentar esse problema.

Bem, desejo me referir ao valor da gasolina da aviação no Brasil, assunto que ainda não foi abordado. O preço do combustível tornou impraticável a aviação a pistão, ainda muito utilizada no País, principalmente na Região Norte e nos Estados de grande extensão territorial como a Bahia. Sei que há um pouco de preconceito com relação a isso, muitos dizem que só viaja de avião quem é rico. O rico voa em avião a jato e a turboélice, que queima querosene. Para esses, o preço é ótimo. Agora, para os que só podem viajar em avião a pistão, que queima a gasolina de aviação, os preços são absurdos, incomparáveis a qualquer outro país do mundo.

Há duas Legislaturas passadas, elaboramos projeto de lei, de autoria do Deputado Aroldo Cedraz, que abaixava o custo da gasolina e a colocava em adequados padrões. Fizemos várias reuniões de audiências públicas com a PETROBRAS e todos os envolvidos, e ninguém conseguiu justificar o elevado preço da gasolina de avião. O projeto foi aprovado pela Câmara, mas foi vetado pelo Presidente da República. Contudo, chegou-se a um acordo com a PETROBRAS, não sei quais mecanismos foram utilizados, mas o fato é que houve razoável redução do preço daquela gasolina. Passaram-se alguns anos e o preço voltou a subir, e

agora está novamente impraticável, o que causa impacto muito grande nas regiões a que me referi.

Infelizmente, a aviação comercial desse nível está sendo sucateada, causando prejuízos não só para as empresas de táxi aéreo, os que possuem aviões particulares, mas também para os prestadores de serviços.

Agora ficou ainda mais grave, porque as nossas estradas se encontram em deplorável estado em todo o País, conforme todos sabem, e o avião a pistão pode ser, em muitos casos, solução para o transporte de doentes, de pessoas que viajam a negócios etc. Mas, lamentavelmente, os preços da gasolina continuam proibitivos.

Quando debatemos esse assunto a ANP ainda não existia, e as tratativas foram feitas diretamente com a PETROBRAS e com o Ministério. Como creio que agora esteja no escopo de responsabilidade da ANP, pergunto aos seus diretores quais as possibilidades de eventualmente se resolver esse assunto.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de poder me manifestar após o adiantado da hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Heleno) – Dando prosseguimento, passarei a palavra aos interpelados para o direito de resposta, por 3 minutos, segundo estabelece o Regimento. Esclareço ainda que o prazo não é individual.

Se os interpelados desejarem, terão direito a réplica.

Com a palavra o Diretor da ANP, Sr. Haroldo Borges Lima.

**O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA** – Sr. Presidente, Deputado Dr. Heleno, todos os Deputados que usaram a palavra o fizeram de forma apropriada e externaram suas preocupações, demonstraram seu interesse em ajudar a solucionar os problemas aqui levantados.

Agradeço a todos as elogiosas referências a minha pessoa e as agradáveis lembranças feitas quando da minha passagem por esta Casa, da qual me considero fazendo parte até hoje, e vejo aqui muitos colegas não só de convergência, como também de divergência.

Vou-me utilizar de método democrático. Responderei algumas perguntas e deixarei outras para os Drs. Forman e Newton. Assim, poderemos responder a todos.

O Deputado Luiz Bassuma chama a atenção para a iniciativa do Deputado Eduardo Gomes de constituir o Código Brasileiro de Combustíveis e para a necessidade de incrementarmos esse processo.

A diretoria da ANP está à disposição desta Casa e possui base informativa razoavelmente boa, para

subsidiar os Deputados na confecção das idéias e do projeto resultante da Comissão Especial criada para tal propósito. Estou sendo informado de que a mesma ainda será instalada. Entre a constituição e a instalação dela há um durante, que pode demorar um pouco, mas seguramente isso irá acontecer.

S.Exa. também manifesta sua preocupação quanto à possível redução de nossas atividades por falta de recursos, e que isso não atinja as áreas de fiscalização, especialmente o Estado da Bahia, que passa por calamitosa situação.

Deputado Luiz Bassuma, digo com toda a sinceridade, que dentro da diretoria estou sendo visto por alguns, provavelmente o Dr. Forman já emitiu sua opinião a esse respeito, como aquele que tenta conter a inevitável premência de sustar os nossos contratos, e precisamos fazê-lo. Quanto a isso fiz referência. A própria Procuradoria-Geral da República, que funciona no prédio da ANP, já sinalizou para nós, diretores, mais uma vez, de forma sistemática e delicada, sobre a necessidade de que, a partir de determinado instante, se não forem suspensos os contratos desses serviços, seremos enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal, por autorizarmos elevadas despesas, mesmo tendo conhecimento de que não há caixa para cobri-las. Por repetidas vezes, temos discutido dentro da diretoria a necessidade de suspender os serviços. Estamos chegando a um ponto que, seguramente, em poucas semanas, os contratos de serviços serão suspensos. É uma difícil decisão a ser tomada, independente de grau, porque todos são importantes. Os considerados secundários já foram suspensos.

Um dos recursos que temos em mãos é a atividade de V.Exas., a seriedade com que examinam os problemas. O Deputado Eduardo Gomes já tentou fazer com esta Comissão agilizasse uma forma de influenciar na definição dos recursos para as Agências, com relatoria específica que analise os recursos e a sua liberação. É um modo de esta Comissão de Minas e Energia, cujo Presidente é o Deputado Nicias Ribeiro, nos ajudar. Estamos ansiosos por encontrar mecanismos com os quais possamos, em sinergia, trabalhar, visando solucionar a questão.

Essa discussão tem sido travada com os Ministérios e não temos tido dificuldade em ser atendidos, mas em ser correspondidos, já que há conseqüências e variados problemas.

O Deputado Edinho Montemor comentou sobre a denúncia de corrupção publicada na revista *Veja*, a maior do Brasil, de grande veiculação nacional, em que a quantidade de solvente importado com autorização da Agência aumentou muito mais do que a demanda da indústria de tintas, e esse solvente seria utilizado



para adulterar combustível. Com relação a isso, a ANP tomou conhecimento formal do conteúdo da matéria e, ontem, terça-feira, dia em que a diretoria se reúne, observamos que havia nela aspectos políticos, além de especulações sobre as quais não nos cabia emitir opinião, formalmente, ou tomar providências. Mas houve realmente substancial e estranha elevação na importação dos solventes, em contraposição a esse crescimento da indústria de tintas. É bom salientar que não só essa indústria absorve o solvente como este também absorvido por outros setores. Quanto a esses dados, toda a diretoria da ANP decidiu pela necessidade de sua elucidação – e quarto diretor estava presente, ele que participou pela primeira vez da reunião. Aprovamos a constituição imediata de comissão de sindicância, já instalada para apurar a veracidade dessas denúncias. Temos o prazo de 30 dias, prorrogáveis, se necessário for. Dependendo da apuração, medidas complementares serão tomadas: instalação de inquérito e outras.

Srs. Deputados, garanto a V.Exas. que os fatos não deixarão de ser apurados, não ficarão sem esclarecimentos. Se as denúncias forem confirmadas, adotaremos medidas, ou, provaremos o contrário.

O Deputado Simão Sessim faz referência a documento entregue há algum tempo pelo Deputado Nicias Ribeiro, no qual solicitava resposta da ANP. Eu providenciarei a resposta por escrito. Mas, para antecipar, digo que é importante e candente na Agência, no setor de *downstream*, ligado à distribuição e à revenda de combustíveis, a temática da verticalização da atividade, muito bem abordada pelo Deputado Simão Sessim. Segundo a Portaria nº 116 da ANP, a verticalização das atividades de venda e revenda de combustíveis é proibida porque existe pequeno grupo de grandes distribuidoras no País. E, se for dado a elas também o direito de explorar o posto de gasolina, este não terá chance de concorrer com o distribuidor no que diz respeito à revenda. O proprietário do posto compra o combustível do distribuidor, que, se também vendê-lo, obviamente, terá excepcional margem de lucro e massacrará o pequeno empresário. São 34 mil postos de combustível no País. Não podemos permitir a concorrência desleal que os aniquilará.

Estudo feito pela ANP, com consulta pública, tornou-se resolução, à qual o ofício do Deputado Nicias Ribeiro faz referência. Na verdade, o processo demorou porque não havíamos chegado a opinião equânime. Eu assumi a responsabilidade sobre o assunto e, ao fazê-lo, percebi que não tinha clara opinião a respeito. Os técnicos da ANP me informaram que existiam questões polêmicas em diferenciados setores, tantos dos postos de gasolina quanto dos distribuidores. Essa

regulação possui apenas 7 anos, não temos larga experiência regulatória. Por isso, preferimos amadurecer um pouco mais a discussão.

Passei a contatar diferentes agentes, relacionados aos distribuidores e aos postos, e cheguei a formulação mais equilibrada. Houve acordo por parte de alguns, houve oposição por parte de outros.

Na semana passada, numa audiência pública bastante proveitosa, totalmente gravada, apresentamos a resolução. O próximo passo é apresentá-la publicamente, já costurada com os diversos setores. Creio que todos ficarão razoavelmente satisfeitos.

Eram essas as minhas respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Heleno) – Dando continuidade, passo a palavra ao Sr. John Milne Albuquerque Forman, para as suas respostas.

**O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN** – Obrigado, Sr. Presidente.

Responderei rapidamente a várias perguntas levantadas, mas iniciarei basicamente com a do orçamento.

Uma agência reguladora como a ANP, conforme enfatizado por nosso Diretor-Geral, obedece à lei. Mas é no mínimo curioso ver que a lei por nós obedecida e usada para regular a indústria do petróleo não é seguida no que diz respeito aos recursos encaminhados.

Anualmente, são feitas as estimativas de todos os recursos oriundos da indústria do petróleo. Eles são encaminhados, e é feita a previsão orçamentária para o Ministério de Minas e Energia. Nela incluem-se o Orçamento da ANEEL, do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, do próprio Ministério, etc.

O Ministério do Planejamento estabelece um teto para o Ministério de Minas e Energia, que procura distribuí-lo entre as diferentes entidades do setor. A parte dele a nós encaminhada para o exercício deste ano foi no valor de 187 milhões de reais. Foi enviada a esta Casa proposta do Governo, que recebeu duas emendas. Uma delas originada desta Comissão, justamente para a realização de estudos geológicos e geofísicos, percorreu todo o trâmite, mas não passou na Relatoria final. Enfim, recebemos 184 milhões de reais. Esse é o valor do crédito com o qual podemos fazer empenhos.

Porém, a sistemática do Executivo é a seguinte: no início do ano, por meio de decreto, estabelece limite de empenho de 79.9 milhões. Ou seja, para restaurar a Lei Orçamentária, em primeiro lugar, basta que o Executivo modifique o seu decreto e estabeleça que o crédito equivale à autorização de despesa; e, em segundo lugar, que faça chegar o recurso financeiro.

Nem sempre ter o valor aprovado significa que ele chegará até nós.

O Diretor Haroldo Lima nos mostrou que, em determinado ano, obtivemos 226 milhões de reais para estudos geológicos e geofísicos. Razoável quantia. Ficou no Orçamento do início até o fim do ano, e foram liberados 2 milhões de reais. Quer dizer, as instâncias são diferentes. Temos 3 milhões de reais de estimativa encaminhada ao Governo. O Ministério do Planejamento a reduz a valor incluído no pacote do Ministério de Minas e Energia, que manda de volta 187 milhões de reais. Vem ao Congresso, é transformado em lei, mas depois o decreto presidencial limita o que vai ser liberado para o setor.

Para dar rápida solução ao caso, devemos simplesmente alterar o decreto e definir limite de empenho correspondente à Lei Orçamentária aprovada no Congresso Nacional.

A outra etapa que o Dr. Haroldo mencionou é a dos créditos suplementares. O processo utilizado é o de contingenciamento de recursos, o que o Executivo não pode cortar. Em tese, podem ser liberados em forma de crédito suplementar, que passa pelo Legislativo em maio e em outubro. Logo, esse crédito suplementar teria de ser proposto e avaliado. Imaginamos que seja no valor de 280 milhões de reais, que, somados aos 184 milhões de reais, restaurariam os 433 milhões de reais, valor que, enfatizo, representa um sexto dos recursos disponíveis para a Agência Nacional do Petróleo. Ou seja, não elaboramos um orçamento maluco e, sim, necessário ao País.

Quanto aos fiscais *versus* concurso, pela lei, só pode exercer a função quem é funcionário público. Os 50 fiscais mencionados por Dr. Haroldo vêm do antigo Conselho Nacional do Petróleo, do Departamento Nacional de Combustíveis, da ANP. Eles constituem quadro restrito e em extinção, uma vez que a lei não os incorporou ao corpo de funcionários da ANP. Ou seja, é uma espécie em extinção que não pode ter aumento de salário, tampouco se equiparar aos funcionários concursados. Evidentemente, isso cria ambiente de trabalho muito ruim.

Com o concurso, eles passam a ter o direito de fiscalizar e de ter o chamado poder de polícia, o que os atuais contratados da ANP não têm. Não podemos aumentar o número de fiscais porque não são funcionários públicos. Como não temos funcionários públicos, não podemos aumentar o corpo de fiscais. Todos aqueles que serão agora admitidos terão capacidade, uma vez que prestaram concurso. Parte deles será alocada à fiscalização da distribuição e do varejo dos combustíveis.S

É o número ideal? Não. A CPI dos Combustíveis sugeriu o número de 500 fiscais. Nós temos 50. E, para essa área específica, devemos vir a contar com 100, no máximo.

O que temos feito para bancar os serviços? Temos procurado administrar o limite orçamentário de 79 milhões e só autorizar a execução de serviços com base nesse montante. Mencionei aqui 2 projetos de estudos: um na Bacia do Rio do Peixe, na Paraíba; outra na costa de Pernambuco e Paraíba. Embora tenham resultados interessantes, estão suspensos porque faltam recursos.

O Deputado Júlio Cesar perguntou a respeito do gás em Barreirinha e no Piauí. Realmente, há anos a PETROBRAS, em seus trabalhos de exploração, identificou gás nessas regiões, mas ele não foi avaliado porque naquela época não era importante. Temos feito justamente sobrevôos na Bacia do Parnaíba, em parte dessa região. Em seguida, vamos abrir licitação para a exploração de blocos e, aí sim, avaliaremos o potencial de gás lá existente. Sabe-se que ele existe, mas não se sabe em que volume.

Portanto, a afirmativa da Ministra de Minas e Energia de que não há gás suficiente para a demanda do Nordeste é verdadeira. O gás conhecido não é suficiente. Se as termelétricas hoje existentes funcionarem a plena carga, o gás do Nordeste não será suficiente para abastecê-las.

Quanto à queima de gás, passarei a palavra ao Dr. Newton Monteiro, responsável pela área específica.

E o Dr. Haroldo me pediu que respondesse ao prezado amigo Deputado João Almeida sobre o preço da gasolina. A ANP, uma agência reguladora, não trata de preços. Regulamos o mercado aberto. Em tese, ele deve ser aberto. Por que digo "em tese"? No que diz respeito à fixação de preços dos derivados de petróleo, uma série deles é balizada pelo mercado internacional; outros estão abaixo do mercado internacional. Especificamente, gasolina, *diesel* e GLP têm preços inferiores aos vigentes no mercado internacional; os demais acompanham ou até estão com os preços um pouco acima.

Faz parte da política de qualquer empresa de petróleo usar a oportunidade de mercado para fixar seus preços. No Hemisfério Norte, o preço da gasolina sobe no verão porque todo mundo viaja; e abaixa no inverno, quando sobe o preço do óleo combustível usado para o aquecimento. Isso é feito para manter receita permanente a partir de diferentes derivados.

Quanto à gasolina de aviação, a ANP identifica se o comportamento é anticompetitivo. Se for, o caso deve ser encaminhado ao CADE e ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para avaliação.

Obrigado, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Sr. Newton Reis Monteiro, para responder às indagações aqui formuladas.

**O SR. NEWTON REIS MONTEIRO** – As perguntas são muito simples.

O Deputado Júlio Cesar quer saber o montante do prejuízo causado pela queima de gás. Fiz o cálculo muito rapidamente sobre a queima reportada na minha palestra e concluí que seria de cerca de 1 milhão de reais por dia, durante o ano.

O Deputado Edinho Montemor quer saber o que eu quis dizer com a expressão “dar um tiro no próprio pé”, sobre participação especial e fiscalização de produção. Acredito que há um compromisso do Governo de gerar emprego e uma *expertise* no Brasil, principalmente na parte de exploração e produção de petróleo. Se não fiscalizamos as companhias, inclusive a PETROBRAS, na qual trabalhei por mais de 35 anos, sempre vamos fazer os melhores projetos, os mais mirabolantes e caros, os tecnicamente mais sofisticados. Ora, essas despesas de investimento são dedutíveis da participação especial. Sem fiscalização – e não só a PETROBRAS –, as empresas sempre ganharão, mas meus clientes – União, Estados e Municípios – sempre perderão, porque, além de não fiscalizar corretamente a produção, permitirei a dedução de todos esses investimentos ou afretamentos, o que é possível fazer no Brasil, sejam mandados para fora. Restará taxa de participação especial sensivelmente diminuída. Foi a isso que me referi, quando mencionei a expressão “dar um tiro no próprio pé”.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida réplica.

Aqui se disse que são queimados 6 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Para o consumidor, 1 metro cúbico custa mais de 1 real. Então, seriam 6 milhões de reais. Se o prejuízo é só de 1 milhão, peço a V.Sa. que nos mostre os cálculos, uma vez que a diferença do preço de mercado é muito grande.

Quero saber como é feita a composição dos custos do gás em todos os Estados – Amazônia, Rio Grande do Norte, na Bacia de Campos, em Santos –, para entender melhor, já que a diferença é significativa.

**O SR. NEWTON REIS MONTEIRO** – Vou explicar a V.Exa.

O cálculo expedito que fiz foi o do preço da *commodity* do gás queimado lá na ponta. Custam em torno de 200 reais mil metros cúbicos, o que daria 20 centavos por metro cúbico, e não esse valor que V.Exa. citou, do GNV no posto, onde já chega especificado, tratado, comprimido, depois de transportado, vendido a 1 real.

Aquela *commodity* lá é bem mais barata, da ordem de 20 centavos. Por isso só chega a 1 milhão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rose de Freitas) – Encerrado o período das respostas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sra. Presidenta, queria apenas dizer que compreendi bem a resposta do Dr. John Forman, mas S.Sa. mencionou o aspecto da competitividade. A ANP é responsável pela garantia das condições de concorrência, pelo mercado livre.

Não sei se daí chegaremos aonde pretendo, mas seria de muita utilidade se a ANP, com a facilidade que tem, levantasse os dados sobre como isso é feito no mundo, comparando o custo da gasolina de aviação com o de outros derivados de petróleo. Já serviria para nós como argumento para discussão futura, em outras instâncias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Rose de Freitas) – Agradeço a valiosa contribuição aos Diretores da ANP que aqui se encontram e informo que o Presidente da Comissão ficou sem condições de presidir os trabalhos por causa da forte gripe que o acometeu.

A desvinculação do orçamento das agências reguladoras poderia ser feito por emenda, apresentada por esta Comissão, o que seria redundante, mas necessário, em face dos relatórios aqui apresentados. Assim, elas passariam a ser definitivamente autônomas, conforme determina a lei. O meio seria a apresentação de emenda à Comissão Mista de Orçamento, na tentativa de que o Orçamento seja executado.

O requerimento de audiência pública com a presença da Ministra de Minas e Energia e do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão será submetido à votação na próxima reunião. Esperamos que S.Exas. novamente prestem esclarecimentos sobre o que foi dito aqui hoje, justificando a redução dos orçamentos e informando se têm consciência das consequências da medida. Ouvidos esses relatos, poderemos apresentar ao Governo proposta que sustente a política interna dessa agência extremamente estratégica e importante para o País.

Pergunto aos senhores se gostariam de fazer mais alguma consideração. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Perdoe-me a insistência, Sra. Presidenta, mas tenho algo a dizer.

Não formalizei a idéia, mas quero que fique registrada para que eventualmente seja transformada em requerimento. Trata-se de solicitar ao Tribunal de Contas da União, em modalidade adequada, que desconheço, inspeção nas contas da ANP, ou seja, se o que ela tem recebido equivale ao que teria direito. Po-



deríamos provocar, no contexto da legalidade, discussões em torno do assunto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rose de Freitas) – Seria uma medida administrativa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Não sei, Sra. Presidenta. V.Exa. e os companheiros da Comissão haverão de encontrar modelo próprio, com o auxílio da Comissão Mista de Orçamento. Seria interessante o envolvimento do TCU.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rose de Freitas) – Solicitamos a V.Exa. que formalize o requerimento, para que seja submetido à votação.

Encerrados os debates, agradecemos ao eterno Deputado Haroldo Lima, que nos honrou com sua presença, ao Dr. John Forman e ao Dr. Newton Monteiro. Esta Comissão se encontra inteiramente à disposição de V.Sas. Consideramos valiosíssimas as informações que nos forneceram hoje. Esperamos poder ser úteis no embate que travam a favor da ANP e do Brasil.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 8 de Junho de 2005

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo dois da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Ailton Roveda, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Aroldo Cedraz, Deley, Edinho Bez, Francisco Appio, Hélio Esteves, Ivo José, João Magno, Josias Quintal, Jurandir Bóia, Marinha Raupp e Simão Sessim – Suplentes. Compareceu, também, o Deputado Júlio Lopes, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Renato Casagrande e Tatico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinárias de Audiência Pública realizadas nos últimos dias cinco e dezoito de maio, e primeiro de junho. O Deputado Betinho Rosado solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão.

Em votação, as Atas foram aprovadas unanimemente.

**EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente cOMUNICou QUE NO ÚLTIMO DIA onze DE MAIO havia designado o DEPUTADO João Almeida Relator DO PROJETO DE LEI Nº 3.104, DE 2004. O Senhor Presidente iNFORMOu, AINDA, QUE haviam sido ENVIADAS A ESTA COMISSÃO CÓPIAS DOs ACÓRDÃOs PROFERIDOS NOS AUTOS DOS PROCESSOS NºS TC 003.969/2005-8, TC 013.237/2004-1 E TC 006.226/2004-8, JUNTAMENTE COM OS RELATÓRIOS E OS VOTOS QUE FUNDAMENTARAM AS RESPECTIVAS DELIBERAÇÕES. O Senhor Presidente afirmou que OS MEMBROS INTERESSADOS PODERiam EXAMINAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA DA COMISSÃO. Em seguida, o Senhor Presidente COMUNICou haver designado OS DEPUTADOS PAULO FEIJÓ, DR. HELENO E SIMÃO SESSIM REPRESENTANTES DESTA COMISSÃO na AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA no último dia vinte e cinco de maio, no Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo – ANP, no Rio de Janeiro, PARA DISCUTIR, ENTRE OUTROS ASSUNTOS, SOBRE a nova regulamentação para o exercício da atividade de posto escola. O Senhor Presidente comunicou, ainda, QUE, NOS últimos DIAS dezoito e vinte DE MAIO, havia integrado, JUNTAMENTE COM OS Deputados Dr. Heleno e Marinha Raupp, COMITIVA QUE, A CONVITE DA Companhia Vale do Rio Doce, havia visitado AS INSTALAÇÕES DO COMPLEXO MINERÁRIO DE CARAJÁS, NO Estado do Pará. O Senhor Presidente informou, logo após, QUE, A REQUERIMENTO DO ILUSTRE Deputado Luiz Antônio Fleury Filho, A Comissão de Defesa do Consumidor REALIZARÁ, NO PRÓXIMO DIA dezesseis de junho, AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, PARA OBTENÇÃO DE SUBSÍDIOS TÉCNICOS A PROJETOS DE LEI REFERENTES À QUESTÃO DO CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA AOS CONSUMIDORES INADIMPLENTES. O Senhor Presidente esclareceu que, POR Haver ENTENDIDO QUE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA MAIORIA DOS PROJETOS DE LEI OBJETO DA DISCUSSÃO NÃO FAZiam PARTE DO CAMPO TEMÁTICO DESTA COMISSÃO, ele declinara DO CONVITE PARA REALIZAR A REFERIDA AUDIÊNCIA CONJUNTAMENTE COM AQUELAS cOMISSÕES. O Senhor Presidente acrescentou que, entretanto, fizera o comunicado para que os Deputados que assim o desejassem participassem do referido evento. **ORDEM DO DIA: A – SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO Nº 04/2005-CN. 1 – SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO Nº 1/05** – da Sra. Rose de Freitas – que “dispõe sobre o desvinculação



do orçamento das Agências Reguladoras do orçamento dos Ministérios, passando efetivamente a serem autônomas, como determina em lei”. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Deputada Rose de Freitas, que discorreu sobre a importância da Sugestão apresentada. Não tendo havido quem quisesse discutir, a Sugestão foi aprovada unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente convidou a Deputada Rose de Freitas para assumir a Presidência dos trabalhos, face aos arts. 43 e 40 do Regimento Interno da Casa. **2 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 2/05** – do Sr. Nicias Ribeiro – que “acrescentem-se ao §2º do art. 74 os seguintes incisos: “IV – as dotações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP referentes às atividades de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção e ao transporte de petróleo e gás natural e de fiscalização da indústria do petróleo; V – as dotações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL relacionadas à regulação dos serviços de energia elétrica, envolvendo as atividades de regulamentação, fiscalização, mediação de conflitos e aquelas delegadas pelo Poder Concedente”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Deputado Nicias Ribeiro, que esclareceu as razões motivadoras da Sugestão. Não tendo havido quem quisesse discutir, a Sugestão foi aprovada unanimemente. **3 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 3/05** – do Sr. Nicias Ribeiro – que “acrescenta subitem 4 no Anexo V, item II, do Projeto da LDO para 2006, com a seguinte redação: 4 – As despesas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras nos termos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, custeadas com recursos das fontes decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos nas áreas de petróleo e eletricidade de que trata o parágrafo 8º do art. 70 desta Lei”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Autor da Proposição, que discorreu sobre a Sugestão apresentada e, não tendo havido quem quisesse discutir, a matéria foi aprovada unanimemente. **4 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 4/05** – do Sr. Luiz Sérgio – para “implantação da Usina Termoeletrônica de Angra III – 1. Meta: 25”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Sérgio que explanou a importância da Sugestão apresentada. Em seguida, a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Deputado Nicias Ribeiro, que afirmou ser favorável à matéria, embora considerasse mais oportuna a inclusão da matéria, por ocasião da tramitação da lei orçamentária anual. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Dr. Heleno, Marcello Siqueira, Betinho Rosado, Mauro Passos e Fernando Ferro, que manifes-

taram apoio à aprovação da matéria. Em votação, foi aprovada unanimemente a Sugestão. Em seguida, o Deputado Nicias Ribeiro reassumiu a Presidência dos trabalhos. **5 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 5/05** – do Sr. Fernando Ferro – para “ampliar os recursos financeiros destinados para o Programa de Incentivo às Fontes de Energia Renovável – PROINFA. Meta: 50”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor da Sugestão, que justificou a iniciativa da Proposição. Não tendo havido quem quisesse discutir, a Sugestão foi submetida à votação, tendo sido aprovada unanimemente pelo Plenário da Comissão. **B – REQUERIMENTOS: 6 – REQUERIMENTO Nº 284/05** – da Sra. Rose de Freitas (PMDB/ES) – que “requer a revisão de despacho pela Presidência da Casa ao Projeto de Lei nº 6.979/2002, de forma que seja constituída Comissão Especial para apreciar a matéria”. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Autora do Requerimento, que discorreu sobre a necessidade de se aprofundar estudo com vistas à preservação dos mananciais de águas existentes no País. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Betinho Rosado, que manifestou-se favorável à matéria. Em votação, foi aprovado unanimemente o Requerimento. **7 – REQUERIMENTO Nº 286/05** – do Sr. Aírton Roveda (PTB/PR) – que “requer que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para tratar do projeto Xisto Agrícola, desenvolvido em parceria pela Petrobrás e Embrapa, em São Mateus do Sul”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que discorreu sobre a importância da matéria para o setor agrícola do País. Em votação, foi aprovado unanimemente o Requerimento. **8 – REQUERIMENTO Nº 287/05** – do Sr. João Magno (PT/MG) – que “solicitam sejam convidados a ministra de Estado de Minas e Energia, Sra. Dilma Vana Rousseff, e o Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, Sr. Djalma Moraes, para prestarem esclarecimentos sobre a barragem de Santa Rita, no Rio Araçuaí com Foz do Rio Fanado, no Vale do Jequitinhonha, bem como a nova política energética para Minas Gerais e o Brasil”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Bassuma, que apresentou requerimento de retirada de pauta da matéria, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **9 – REQUERIMENTO Nº 288/05** – da Sra. Rose de Freitas (PMDB/ES) – que “requer a convocação da Ministra de Minas e Energia para prestar esclarecimentos sobre a paralisação de diversas atividades realizadas pela Agência Nacional do Petróleo

– ANP, em razão de redução dos recursos orçamentários desta”. O Senhor Presidente passou a palavra à Deputada Rose de Freitas, que apresentou requerimento de retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. 10 – **REQUERIMENTO Nº 289/05** – da Sra. Rose de Freitas (PMDB/ES) – que “requer a convocação do Ministro do Planejamento para prestar esclarecimentos sobre a paralisação de diversas atividades realizadas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, em razão de redução dos recursos orçamentários desta”. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Deputada Rose de Freitas, que apresentou requerimento de retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. Neste momento a Deputada Rose de Freitas reassumiu a Presidência dos trabalhos. 11 – **REQUERIMENTO Nº 280/05** – do Sr. Eduardo Valverde (PT/RO) – que “requer que sejam convidados o Presidente da Eletrobras e o Presidente da Eletronorte, para expor em detalhes a situação dos investimentos do Governo Federal na transmissão de energia elétrica para a Região Norte do País”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Autor, que discorreu sobre as razões motivadoras da Proposição. Em discussão, o Deputado Nicias Ribeiro sugeriu fosse acrescentado o termo “e a geração” após o vocábulo “transmissão” e o Deputado Fernando Ferro solicitou fosse acrescentado à lista de convidados o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Discutiu, ainda, a matéria o Deputado Mauro Passos. Em votação, foi aprovado unanimemente o Requerimento, com as alterações sugeridas. 12 – **REQUERIMENTO Nº 282/05** – do Sr. Eduardo Valverde (PT/RO) – que “requer que esta Comissão convide os representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, do Ministério Público Federal em Rondônia, da Empresa Metal MIG, da Federação Nacional dos Garimpeiros e da Cooperativa dos Garimpeiros, para expor a situação dos garimpos existentes na Floresta Nacional do JAMARI em Rondônia”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que manifestou preocupação em se ordenar o garimpo na referida floresta a fim de se evitarem maiores danos ambientais e sociais à região. Em discussão, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Josias Quintal, que asseverou ter sido a degradação ambiental desta área respaldada, na sua opinião, pelo ultrapassado Código Mineral Brasileiro. Discutiram, também, a matéria os Deputados Marcello Siqueira, Nicias Ribeiro, Josias

Quintal, Eduardo Valverde e Mauro Passos. Em votação, foi aprovado unanimemente o Requerimento. **13 – REQUERIMENTO Nº 269/05** – do Sr. Romel Anízio – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos”. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que expôs sua preocupação com as consequências do turbulento quadro político da Bolívia, face à nova Lei de Hidrocarbonetos para o abastecimento de gás natural no Brasil. Vez que tal situação, a seu ver, poderia contribuir para o aumento dos preços do insumo para o consumidor final. Em seguida, o Deputado Eduardo Valverde solicitou fosse incluído entre os convidados o Embaixador do Brasil na Bolívia. Em votação, foi aprovado unanimemente o Requerimento, com a sugestão apresentada. **14 – REQUERIMENTO Nº 281/05** – da Sra. Rose de Freitas (PMDB/ES) – que “requer que seja convidado o Governador do Estado de São Paulo, para, em Audiência Pública junto com Comissão de Defesa do Consumidor, trazer, esclarecimento sobre as medidas adotadas quanto ao recolhimento de ICMS na comercialização de combustíveis”. A Senhora Presidente, Autora da Proposição, apresentou requerimento de retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a concordância unânime do Plenário da Comissão. Neste momento o Deputado Nicias Ribeiro reassumiu a Presidência da Mesa **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 15 – PROJETO DE LEI Nº 787/03** – do Sr. Júlio Lopes (PP/RJ) – que “institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela aprovação, com emenda. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Aroldo Cedraz, Hamilton Casara, Luiz Sérgio e Moreira Franco, no dia vinte de agosto de dois mil e três. O Deputado Aroldo Cedraz apresentou voto em separado no decurso da Reunião. Tendo o Senhor Presidente concedido a palavra ao Relator, este solicitara a retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, ao que obtivera a concordância unânime do Plenário da Comissão. **16 – PROJETO DE LEI Nº 3.893/04** – do Sr. Fernando Gabeira (PV/RJ) – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com emenda. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimen-

to Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **17 – PROJETO DE LEI Nº 4.030/04** – do Sr. Júlio Lopes (PP/RJ) – que “estabelece a obrigatoriedade de adição de corantes à gasolina e ao óleo diesel vendidos para empresas detentoras de liminares para não recolhimento de tributos federais”. Relator: Deputado Relator (PMDB/RJ). Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou a retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **18 – PROJETO DE LEI Nº 4.147/04** – do Sr. Jurandir Bóia (PDT/AL) – que “dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas”. (Apensados: Projetos de Lei nºs 4.281/2004 e 4.628/2004). Relator: Deputado Pastor Amarildo (PMDB/TO). Parecer: pela rejeição deste, dos Projetos de Lei nºs 4.281/2004 e 4.628/2004, apensados. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **19 – PROJETO DE LEI Nº 4.546/04** – do Sr. Eduardo Paes (PSDB/RJ) – que “institui que toda licitação voltada para operações de compra e venda de energia elétrica, inclusive na modalidade de leilão, terá a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas, altera dispositivo da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno (PMDB/RJ). Parecer: pela aprovação. No dia quatro de maio do corrente ano foi concedida vista ao Deputado Betinho Rosado (PFL/RN), que apresentou voto em separado no terceiro dia do mês em curso. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que solicitou a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **20 – PROJETO DE LEI Nº 4.767/05** – do Sr. Eduardo Paes (PSDB/RJ) – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição de Fundo de Garantia de Reserva de Royalties, para os Entes Federativos que se beneficiam da participação ou compensação financeira de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, e dá outras providências”. Relator: Deputado Simão Sessim (PTB/RJ). Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente, concedeu a palavra ao Deputado Simão Sessim, que solicitou a retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **21 – PROJETO DE LEI Nº 4.871/05** – do Sr. Paulo Gouvêa (PL/RS) – que “estabelece encargo tarifário para manutenção de programas sociais dos governos federal, estadual e mu-

nicipal”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG). Parecer: pela rejeição. A Proposição não foi apreciada em razão da ausência do Autor, no momento da deliberação. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e sete minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada Em 15 de Junho de 2005

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente, Deputado Paulo Feijó, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aírton Roveda, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, João Pizzolatti, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmani Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatício – Titulares; Edna Macedo, Jurandir Bóia e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Betinho Rosado, Fernando Ferro, Gervásio Silva, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Nicias Ribeiro e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia oito. O Deputado Marcello Siqueira solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente **COMUNICOU QUE NO ÚLTIMO DIA seis DE junho havia designado o DEPUTADO Aírton Roveda Relator do Projeto de Lei Nº 1.315/2003, o Deputado Jorge VI Relator do Projeto de Lei Nº 5.256/2005 e o Deputado Pastor Amarildo Relator do Projeto de Lei Nº 5.120/2005. O Senhor Presidente informou, ainda, que havia sido enviada a esta Comissão cópia do acórdão proferido nos autos do processo Nº TC 010.435/2003-6, JUNTAMENTE COM O RELATÓRIO E O VOTO QUE FUNDAMENTARAM A RESPECTIVA DELIBERAÇÃO, e que os membros interessados poderiam examinar os documentos na Secretaria da Comissão. Os Deputados Dilceu Sperafico, Nelson**



Meurer, Reginaldo Germano, Romel Anísio e Vадão Gomes justificaram suas ausências à reunião do último dia vinte e cinco, em virtude de compromissos político-partidários assumidos nos respectivos Estados. ORDEM DO DIA: A – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 1 – PROJETO DE LEI Nº 4.556/01 – do Sr. Antônio Cambraia (PSDB/CE) – que “Cria tarifa especial de energia elétrica para aplicação em atividades de irrigação exercidas por pequenos produtores rurais”. RELATOR: Deputado PAULO FEIJÓ, Parecer: pela rejeição. Neste momento o Deputado Dr. Heleno assumiu a Presidência da reunião. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que proferisse o seu Parecer. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Marcus Vicente, que apoiou o voto do Relator. Submetida à votação, a Proposição foi aprovada unanimemente. Em seguida, o Deputado Paulo Feijó reassumiu a Presidência dos trabalhos. 2 – PROJETO DE LEI Nº 3.549/04 – do Sr. Inácio Arruda (PCDOB/CE) – que “institui o Programa Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências”. RELATOR: Deputado MARCELLO SIQUEIRA (PMDB/MG). PARECER: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos Deputados Luiz Bassuma e Eduardo Valverde, que solicitaram vista da matéria, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. 3 – PROJETO DE LEI Nº 4.147/04 – do Sr. Jurandir Bóia (PDT/AL) – que “dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas”. (APENSADOS: Projeto de Lei Nºs 4281/2004 e Projeto de Lei Nº 4628/2004). Relator: Deputado PASTOR AMARILDO (PMDB/TO). PARECER: pela rejeição deste, do Projeto de Lei Nº 4281/2004, e do Projeto de Lei Nº 4628/2004, apensados. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que solicitou a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.871/05 – do Sr. Paulo Gouvêa (PL/RS) – que “estabelece encargo tarifário para manutenção de programas sociais dos governos federal, estadual e municipal”. RELATOR: Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PL/MG). PARECER: pela rejeição. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 5 – PROJETO DE LEI Nº 5.000/05 – DO SR. CABO JÚLIO (PMDB/MG) – QUE “DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS EM POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. RELATOR: DEPUTADO NELSON MEURER (PP/PR). PARECER: PELA APROVAÇÃO. O PROJETO NÃO FOI APRECIADO, EM RAZÃO DA

AUSÊNCIA DO RELATOR NO MOMENTO DA DELIBERAÇÃO. 6 – PROJETO DE LEI Nº 5.063/05 – do Sr. Dr. Heleno (PMDB/RJ) – que “institui que toda licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, tenha a Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas”. RELATOR: Deputado B. Sá (PPS/PI). Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. ENCERRAMENTO: O Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 22 de Junho de 2005

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente, Deputado Paulo Feijó, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aírton Roveda, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmani Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anísio, Salvador Zimbaldi e Tatiko – Titulares; Edinho Bez, João Magno, Jurandir Bóia e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Betinho Rosado, Gervásio Silva, João Tota, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Nicias Ribeiro e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia quinze. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia vinte, havia sido enviada a esta Comissão cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC-003.107/2004-3, que tratava do acompanhamento da outorga de concessão para



a exploração e produção de petróleo e gás natural, e que os membros interessados poderiam examinar o documento na Secretaria da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 1 – PROJETO DE LEI Nº 787/03** – do Sr. Júlio Lopes (PP/RJ) – que “institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências”. **RELATOR:** Deputado Dr. Heleno (PMDB/RJ), Parecer: pela aprovação deste, com emenda. Havia sido concedida vista conjunta aos Deputados Aroldo Cedraz, Hamilton Casara, Luiz Sérgio e Moreira Franco, em vinte de agosto de dois mil e três. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que proferisse o seu Parecer. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Bassuma. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a reunião incontinenti, tendo em vista o início da Ordem do Dia no Plenário da Casa. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e nove de junho de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Minas e Energia em razão do início da sessão extraordinária da Câmara. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Nícias Ribeiro Presidente; – Rose de Freitas – Vice-Presidente; Ivo José, Jurandir Boia, Pastor Amarildo e Simão Sessim. E, para constar, eu \_\_\_\_\_, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei o presente Termo.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 3 de Agosto de 2005

Às onze horas e quinze minutos do dia três de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nícias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó – 1º Vice-Presidente; Airton Roveda, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello

Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Renato Casagrande e Salvador Zimbaldi – Titulares; Edinho Bez, Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Boia, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Compareceram, também, os Deputados Hamilton Casara e Júlio Lopes, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Betinho Rosado, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, João Tota, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e dois de junho. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia vinte e quatro de junho, havia designado o DEPUTADO Betinho Rosado Relator DO PROJETO DE LEI Nº 5.369/2005 e o DEPUTADO Ronaldo Dimas RELATOR DO Projeto DE Lei Nº 1.181/2003. O Senhor Presidente informou que as dependências desta Comissão haviam sido violadas por suposto arrombamento, no último dia vinte e sete de julho, tendo o Departamento de Polícia sido devidamente comunicado, para a tomada das providências cabíveis. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 285/05** – do Sr. Vadão Gomes – (Projeto de Lei nº 2.832/2003) – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a proteção do patrimônio espeleológico nacional”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 2.832/03** – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências”. Relator: Deputado Vadão Gomes. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 3 – PROJETO DE LEI Nº 787/03** – do Sr. Júlio Lopes – que “institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela aprovação deste, com emenda. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Aroldo Cedraz, Hamilton Casara, Luiz Sérgio e Moreira Franco, em vinte de agosto de dois mil e três. O Deputado Aroldo Cedraz apresentou voto em separado

em oito de junho de dois mil e cinco. Em vinte e dois de junho do corrente, foi adiada a discussão, tendo em vista o encerramento da reunião, face ao início da Ordem do Dia no Plenário da Casa. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Mauro Passos, que afirmou ser favorável ao Projeto em comento, no que diz respeito ao mérito, embora considerasse que a implementação da respectiva lei resultaria em encargo para as prefeituras municipais, o que representaria óbice constitucional para sua aprovação, vez que aquelas não possuíam competência legal para arcarem com a instalação de hidrômetros em unidades consumidoras de água nos Municípios. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Júlio Lopes, Autor da proposição, que contrapôs a argumentação do seu antecessor, ao esclarecer que o Projeto se referia à gestão individual e eficiente do uso da água, visando à instalação de hidrômetros nas edificações que viessem a ser construídas posteriormente à aprovação da Proposição. O Senhor Presidente, então, esclareceu que a análise quanto ao mérito das proposições, competência desta Comissão, excluía a respectiva análise quanto à constitucionalidade. Discutiram a Proposição, ainda, os Deputados Luiz Bassuma e Marcus Vicente, que se manifestaram favoravelmente à Proposição. Nesse momento, o Deputado Paulo Feijó, 1º Vice-Presidente, assumiu a Presidência dos trabalhos e concedeu a palavra ao Deputado Nicias Ribeiro, que, também, se manifestou favoravelmente à Proposição. O Deputado Marcello Siqueira declarou-se contrário ao Projeto. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado contra os votos dos Deputados Marcello Siqueira e Mauros Passos, e contra o voto em separado do Deputado Aroldo Cedraz. **4 – PROJETO DE LEI Nº 3.549/04** – do Sr. Inácio Arruda – que “institui o Programa Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências”. Relator: Deputado Marcello Siqueira. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Eduardo Valverde e Luiz Bassuma, em quinze de junho de dois mil e cinco. O Deputado Mauro Passos apresentou voto em separado no dia primeiro de julho do corrente. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator para que proferisse o seu Parecer e, logo após, ao Deputado Mauro Passos para leitura do seu voto em separado. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Bassuma, que se declarou contrário à aprovação do Parecer. Em votação, foi aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Luiz Bassuma e contra o voto em separado do Deputado Mauro Passos. **5 – PROJETO DE LEI Nº 4.030/04** – do Sr. Júlio Lopes – que “estabelece a

obrigatoriedade de adição de corantes à gasolina e ao óleo diesel vendidos para empresas detentoras de liminares para não recolhimento de tributos federais”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator para que proferisse o seu Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **6 – PROJETO DE LEI Nº 4.767/05** – do Sr. Eduardo Paes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição de Fundo de Garantia de Reserva de Royalties, para os Entes Federativos que se beneficiam da participação ou compensação financeira de que trata o § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, e dá outras providências”. Relator: Deputado Simão Sessim. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **7 – PROJETO DE LEI Nº 4.871/05** – do Sr. Paulo Gouvêa – que “estabelece encargo tarifário para manutenção de programas sociais dos governos federal, estadual e municipal”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi apreciado, **em razão da ausência do Relator no momento da deliberação.** **8 – PROJETO DE LEI Nº 5.000/05** – do Sr. Cabo Júlio – que “dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências”. Relator: Deputado Nelson Meurer. Parecer: pela aprovação. O Projeto não foi apreciado, **em razão da ausência do Relator no momento da deliberação.** **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DE DEFESA NACIONAL E COMISSÃO  
DE MINAS E ENERGIA

## 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 10 de Agosto de 2005

Às dez horas e oito minutos do dia dez de agosto de dois mil e cinco, reuniram-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN e a de Minas e Energia – CME, no Plenário 3, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Se-

nhores Deputados Aroldo Cedraz, Presidente da CREDN; André de Paula, André Zacharow, Antônio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Edison Andrino, Dimas Ramalho, Feu Rosa, Hamilton Casara, Itamar Serpa, Jairo Carneiro, João Castelo, João Herrmann Neto, João Paulo Gomes da Silva, José Dirceu, Lincoln Portela, Maninha, Marcos de Jesus, Medeiros, Nilson Mourão e Pastor Frankembergen – Titulares da CREDN; Edinho Bez, Fernando Gabeira, Jair Bolsonaro, João Tota, Júlio Delgado, Luiz Carlos Hauly, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes da CREDN. Compareceram, também, os Deputados Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes da CME; Airton Roveda, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Renato Casagrande, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares da CME. Estiveram presentes, ainda, os Deputados Ivo José, João Almeida, Jurandir Boia, Marinha Raupp e Simão Sessim – Suplentes da CME. Deixaram de comparecer os Deputados André Costa, Francisco Rodrigues, Marcondes Gadelha, Neiva Moreira, Renildo Calheiros, Terezinha Fernandes, Vadão Gomes e Vieira Reis – Titulares da CREDN; e os Deputados Aracely de Paula, Betinho Rosado, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Nícias Ribeiro, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo e Tatico – Titulares da CME. **ABERTURA:** O Deputado Aroldo Cedraz, no exercício da Presidência da Reunião, cumprimentou os presentes e comunicou o início da Audiência Pública, que visava a debater a atual crise política e institucional na República da Bolívia e as consequências para os interesses brasileiros naquele país, bem como a nova Lei de Hidrocarbonetos boliviana que regula a cobrança de *royalties* sobre as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e gás natural, em atendimento aos Requerimentos nº 99/2005 – CREDN, de autoria do Deputado Nilson Mourão; nº 102/2005 – CREDN, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, aprovados em treze de abril de 2005, e nº 269/2005 – CME, de autoria do Deputado Romel Anízio, aprovado em oito de junho de 2005. O Senhor Presidente esclareceu que, para tanto, haviam sido convidados os Senhores Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores; José Fernando de Freitas, Presidente da Petrobras Bolívia S.A.; e Maria das Graças da Silva Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os

expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Primeiramente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Embaixador José Eduardo Martins Felício, que discorreu sobre os antecedentes do atual panorama político boliviano e explicou que, na visão do Ministério das Relações Exteriores, a atual crise na República da Bolívia teve início em outubro de 2003, esclarecendo o contexto em que ocorreu a revisão da Lei de Hidrocarbonetos daquele país. Ao final, o Palestrante se referiu ao grau de importância da atuação do Brasil na República da Bolívia, especialmente por meio da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, considerada a participação desta no PIB daquele país, ao tempo em que evidenciou a convergência dos interesses brasileiros ao crescimento conjunto dos dois países. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra à Senhora Maria das Graças da Silva Foster, que, inicialmente, apresentou dados estatísticos relativos à produção do petróleo e ao consumo de seus derivados no Brasil e salientou a dependência deste das reservas de gás natural da Bolívia, do Peru e da Argentina. A Palestrante afirmou que o Ministério de Minas e Energia buscava a integração energética com esses países e que era necessário ao Brasil prosseguir com os investimentos na República da Bolívia, a fim de concluir projetos dependentes da incorporação do gás boliviano. Em seguida, a Expositora destacou os impactos causados pela nova Lei de Hidrocarbonetos boliviana e, ao final, declarou a importância da visão econômica concernente ao gás na América Latina. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Senhor José Fernando de Freitas, que traçou um histórico das atividades da Petrobras na República da Bolívia, nas áreas de produção e transporte de gás, e evidenciou a importância do investimento social da Empresa naquele país, por gerar empregos e atuar nas áreas de educação, saúde e saneamento básico. Na sequência, o Expositor discorreu sobre as mudanças introduzidas na legislação referente aos hidrocarbonetos, destacou o impacto da nova carga tributária sobre o resultado das empresas e afirmou que a Petrobras considerava o gás boliviano fundamental para o atingimento dos referidos objetivos estratégicos da Empresa, o que requeria a continuação dos investimentos. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados



e, logo após, concedeu a palavra ao Deputado Nilson Mourão, Autor de um dos Requerimentos que haviam dado origem a esta Audiência Pública, que, após parabenizar o Senhor Embaixador e o Senhor Presidente da Petrobras pela atuação respeitosa em relação às decisões do povo boliviano, declarou acreditar que as novas lideranças bolivianas viam a Petrobras como imperialista e inquiriu a respeito da continuidade dos investimentos da Empresa, tendo em vista a carga tributária imposta pela nova legislação. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Mauro Passos, que se referiu à nova legislação como geradora de incerteza quanto à atuação da Petrobras na República da Bolívia e indagou sobre a relação da Empresa com os trabalhadores bolivianos, em termos de qualificação e absorção de mão-de-obra. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Dr. Heleno, Antônio Carlos Pannunzio, Eduardo Valverde, Luiz Bassuma e João Herrmann Neto, que discorreram sobre a proteção nacional do gás boliviano e a conciliação dos investimentos empresariais com a responsabilidade social e indagaram a respeito do futuro da atuação brasileira na República da Bolívia, diante da situação exposta nesta Audiência Pública. Por fim, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Expositores, que ressaltaram o respeito do Brasil à autodeterminação da República da Bolívia e a perspectiva de garantia de fornecimento do gás do país vizinho, onde, apesar das dificuldades oriundas da nova Lei dos Hidrocarbonetos, deveriam ser incrementados os investimentos realizados pela Petrobras, sem dispensa da preocupação com o crescimento conjunto dos países. O Senhor Presidente agradeceu a colaboração de todos para a compreensão do tema e o esforço empreendido para a consecução dos trabalhos necessários ao debate da importante matéria, que considerava ter sido de alto nível. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária da Comissão de Minas e Energia, lavramos a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes, e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Aroldo Cedraz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, para debater a atual crise políti-

ca e institucional na Bolívia e as conseqüências para os interesses brasileiros naquele país, bem como a nova Lei de Hidrocarbonetos, que regula a cobrança de *royalties* sobre as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e gás natural. 226

Contamos com as honrosas presenças do Subsecretário-Geral da América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador José Eduardo Martins Felício; da Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia, Sra. Maria das Graças Foster; do Presidente da PETROBRAS na Bolívia, Sr. José Fernando de Freitas.

Convido S.Sas. a tomarem assento à mesa.

Esta reunião atende ao Requerimento nº 99, de 2005, do Deputado Nilson Mourão; ao Requerimento nº 102, de 2005, do Deputado Luiz Carlos Hauly; e ao Requerimento nº 269, de 2005, do Deputado Romel Anizio.

Comunico aos senhores membros desta Comissão que os convidados terão o prazo de 15 minutos para fazer sua exposição, prorrogáveis a critério da Presidência.

Os Deputados inscritos para interpelar os convidados poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição e pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder. Serão facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Dando início aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Paulo Feijó. (*Pausa.*)

Não estando presente S.Exa., que representaria o eminente Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Nícias Ribeiro, vou passar a palavra ao primeiro depoente.

Com a palavra o ilustre Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário-Geral da América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores.

#### **O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO**

– Sr. Presidente; Sras. e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores; companheiros da Mesa; Sra. Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia; Sr. José Fernando de Freitas, Presidente da PETROBRAS na Bolívia.

Vou fazer uma breve introdução para comentar exclusivamente os aspectos da situação política na Bolívia e oferecer alguns antecedentes da ação do Governo brasileiro nos últimos 2 anos – melhor dizendo, a partir de outubro de 2003, quando se instalou na Bolívia uma crise, cujo desdobramento estamos sentindo até hoje. Também vou tentar desenhar nossa perspectiva em relação ao futuro político do país vizinho.



A Bolívia, para o Brasil, é um país muito importante. É nossa maior fronteira terrestre com os países da América do Sul. Temos relação muito íntima com sua população, sem contar a quantidade de imigrantes bolivianos que trabalham no Brasil.

Em outubro de 2003, instalou-se na Bolívia crise política de grandes proporções, motivada, na nossa opinião, pelas eleições ali realizadas e que resultaram na eleição do Presidente Gonzalo Sanches de Losada.

Naquelas eleições, nenhum candidato obteve mais do que 20% dos votos. Criou-se, então, importante composição – aliás, prevista na Constituição boliviana –, de acordo com a qual resultou eleito um presidente que contava com o apoio de uma composição partidária.

O Presidente Sanches de Losada viu-se confrontado, muito em breve, após a sua posse, com a retirada de apoios de partidos importantes. Entre eles, o Movimento ao Socialismo, liderado pelo segundo colocado nas eleições, Deputado Evo Morales.

Portanto, em outubro de 2003, a situação se agravou e o Presidente Sanches de Losada foi obrigado a renunciar. Assumiu, então, conforme previa a Constituição, o Presidente Carlos Mesa, que era o Vice-Presidente.

O Presidente Mesa procurou, ao longo de pouco mais de um ano e meio à frente da Presidência, governar apoiado numa grande popularidade. Ele é um homem de imprensa, de televisão e procurou conduzir o país com base nas promessas que havia feito ao tomar posse. Eram basicamente estas: rever a Lei de Hidrocarbonetos, o que veio ocorrer posteriormente; convocar um referendo sobre a posse do gás e dos hidrocarbonetos na Bolívia; e convocar uma assembléia constituinte.

Esse processo se desenvolveu ao longo dos últimos meses, mas não evitou uma segunda crise, Deputado. Como resultado, assumiu a presidência o Presidente da Corte Suprema da Bolívia – é o atual Presidente. Ele assumiu o cargo com a obrigação de convocar eleições no final deste ano. Esperamos que elas ocorram em dezembro. Mas, desde sua posse, houve uma modificação constitucional. Então, as eleições, previstas apenas para Presidente e Vice-Presidente, serão gerais. Assim, estão previstas eleições para dezembro deste ano, com posse em janeiro, do novo Executivo e dos novos Parlamentares; e a previsão de convocação de assembléia constituinte em meados do ano que vem.

Esse é o panorama político com que estamos trabalhando. Evidentemente, estou sendo muito breve e lacônico. Se houver alguma pergunta, terei prazer em respondê-la.

Antes de concluir esta muito breve introdução acerca do panorama político boliviano, gostaria de dar, talvez, até uma introdução para os representantes do Ministério de Minas e Energia e da PETROBRAS. Vou fornecer alguns números que me parecem ilustrativos, da responsabilidade que o Brasil tem na Bolívia – e talvez até da responsabilidade da PETROBRAS, sem querer avançar em área que não me diga respeito.

É importante dizer que as importações de gás do Brasil à Bolívia reverteram o quadro do comércio do nosso País com o daquele. A PETROBRAS é responsável por uma importação muito importante e também pela transferência de recursos à Bolívia, cujo produto interno é da ordem de apenas 8 bilhões de dólares. O fato de a Bolívia ter pouco mais de 8 milhões de habitantes faz com que o seu produto interno, *per capita*, seja inferior a mil dólares. É, portanto, um país muito pobre.

Talvez a PETROBRAS seja responsável pela movimentação de recursos da ordem de 10% a 11% do PIB da Bolívia. Faço essa afirmação só para procurar, como eu disse, introduzir o nível de responsabilidade que temos em relação ao país vizinho.

Evidentemente, ao Brasil não interessa ter na sua vizinhança nenhum país pobre. Quer dizer, do ponto de vista político e da nossa política econômica no MERCOSUL e na Comunidade Sul-Americana, interessa-nos que todos os países cresçam juntos. Como nenhum de nós escolhe ter vizinhos pobres, penso que não interessa ao Brasil uma vizinhança pobre, mas sim uma grande pressão migratória, a partir dos países vizinhos.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a visão política e de responsabilidade do Brasil, sobre o aspecto político, que eu gostaria de transmitir. Estou às ordens para responder às perguntas.

Agradeço-lhes por mais esta oportunidade que V.Exa. e os Srs. Deputados me dão de vir aqui trazer a visão do Ministério das Relações Exteriores, em relação ao país vizinho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece ao eminente Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário-Geral da América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores, pela sua competente exposição.

Com satisfação, passo a palavra à Sra. Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS FOSTER** – Bom dia. Cumprimento todos os senhores; o Deputado Arol-

do Cedraz, Presidente da Comissão; o Embaixador; o meu colega da PETROBRAS, Sr. Freitas.

Tenho uma apresentação para fazer. Vou pedir ajuda para projetá-la.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

O relacionamento entre Bolívia e Brasil transcende a questão do suprimento energético desses 2 países. Temos dito que a nossa relação é entre o Brasil, a Bolívia e a Argentina – e mais recentemente e de forma intensa, o próprio Peru. Nós tratamos fundamentalmente da interação energética entre esses 3 países, como sendo o eixo do desenvolvimento.

Com essa apresentação – peço licença aos senhores para ficar de pé –, nós mostramos o nosso relacionamento com a Bolívia. Ele é muito maior do que o relacionamento com um país com diferenças significativas em relação a nós, economicamente. A Bolívia precisa do Brasil e nós precisamos daquele país para garantir a nossa sustentabilidade energética.

Nesse próximo *slide*, mostro aos senhores algo extremamente recente: a nossa auto-suficiência em petróleo.

Toda vez que essa curva está superior a esses pontos de consumo de derivados, temos picos de auto-suficiência. Têm sido mostrados com muita propriedade, pela PETROBRAS, os nossos primeiros momentos de auto-suficiência em petróleo, no Brasil. Dependendo do crescimento da economia, a partir de 2006 – ao longo de todo o ano de 2006 –, a nossa produção de hidrocarbonetos será maior do que o consumo de derivados.

No próximo *slide* – peço-lhe que o complete, Lauro –, mostramos em vermelho onde estão as nossas atividades exploratórias. E é exatamente a nossa auto-suficiência em petróleo.

O Brasil teve, no mês de maio, uma produção de 1.76 milhões de barris de petróleo por dia, contra um consumo de pico de 1.81 milhões.

É natural, quando você tem oferta e demanda muito próximos, para fazer o *blend* adequado até a maior rentabilidade econômica e técnica do seu refino, importar e exportar algum petróleo.

Mas o que eu quero dizer com esse *slide*, especificamente, é que essa produção de petróleo, que nos dá auto-suficiência em determinados momentos, oferece-nos também produção significativa de gás natural.

Realmente, estou passando esses *slides* sem dar detalhes aos senhores, para nós fixarmos a nossa atenção no gás.

Temos 11 bilhões de barris de petróleo de reservas aprovadas, porque a grande maioria do gás brasileiro é associada ao petróleo. Contamos com 326

bilhões de metros cúbicos de gás, como reservas já aprovadas no Brasil.

Temos como grande destaque as descobertas que fizemos na Bacia de Santos.

Aqui estão terra e águas rasas (quanto mais escuro, mais profundas são as nossas águas); a nossa produção de petróleo; a nossa produção de gás na Bacia de Santos; o famoso BS400, que é o campo de mexilhão; o BS500, que também tem gás, ainda sem denominação específica; e o BS1 – lagosta, merluza –, uma produção da Shell.

Temos aqui, então, grandes acumulações de gás natural. Podemos avaliá-las em torno de 419 bilhões de metros cúbicos; praticamente, 15 trilhões de pés cúbicos de gás, apenas na região da Bacia de Santos.

Assim como o Governo, temos grande preocupação com o crescimento do consumo de gás natural no Brasil, nos últimos 5 anos.

No segmento industrial, acumulamos crescimento de 78%. Comercializamos 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás. A PETROBRAS tem consumo em torno de 12 milhões de metros cúbico/dia de gás. Esse é, efetivamente, o gás produzido, processado, transportado, distribuído e levado ao mercado com esses fins.

O Brasil não pode ser considerado infante, no que diz respeito ao consumo de gás natural. Somos um país tropical, com uma base hídrica bastante relevante na nossa matriz energética. Temos um crescimento que nos classifica como um país que vem amadurecendo, como um jovem atuando no segmento de petróleo e gás – especificamente de gás.

O crescimento traz para nós uma preocupação bastante grande, em termos de continuidade do suprimento de gás de origem nacional. Trabalharemos, nos dias 15 e 16 de outubro, a sétima rodada de licitação, que tem vocação no desenvolvimento das nossas reservas de gás.

O petróleo bateu picos de 64 dólares por barril. A sociedade, em curto prazo, não percebe os reflexos negativos dos altos valores de petróleo, porque o nosso País, graças à PETROBRAS, tem essa auto-suficiência. Somos importadores de gás natural. Dependemos literalmente das reservas de gás bolivianas, argentinas e também, de certa forma, daquelas disponíveis no Peru.

Como eu havia dito, há essa dependência de reservas de gás na Bolívia. Aquele país possui uma reserva de 682 bilhões de metros cúbicos de gás. São reservas provadas, cujos valores são significativamente superiores, quando se trata de reservas potenciais. O Peru e a Argentina complementam a nossa capacidade de suprimento de gás.

Existem grandes campos produtores. Tenho certeza de que o Freitas vai falar mais sobre o assunto.

A PETROBRAS atua de forma intensa em San Alberto, San Antônio e Margarita. Há outros produtores, como a REPSOL, que é uma empresa operadora de gás na Argentina, sócia da PETROBRAS. Trata-se de grande parceira, muito importante para o Brasil. Há, como eu disse, 27,6 trilhões de pés cúbicos de gás de reservas provadas na Bolívia.

A Argentina também é extremamente importante para nós. O país enfrenta dificuldades econômicas, baixa rentabilidade nos negócios de petróleo e gás. Os investimentos pouco expressivos, nos últimos 5 anos, colocam em risco o suprimento de gás para o Brasil. Importamos 2,8 milhões de metros cúbicos por dia e estamos tendo sistemáticos cortes no suprimento, em especial nos períodos mais frios. Há 21,6 trilhões de pés cúbicos de reservas provadas na Argentina.

A Bolívia tem como seu vizinho o Peru, o Campo de Camisea. Recentemente, por meio do Ministério de Relações Exteriores, nós, do Ministério de Minas e Energia, temos tido intenso relacionamento com os Governos do Peru, da Argentina, da Bolívia, da Venezuela, na busca da integração energética. Ela é absolutamente relevante e depende fundamentalmente das ações do Governo para viabilizar e monetizar essas reservas.

Para nosso suprimento de gás, contamos com um contrato com a Bolívia, de 30 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Temos uma infra-estrutura de transporte de gás ainda modesta, que deverá crescer, nos próximos 2 anos, quase 45% desse valor – mais 4.500 quilômetros de rede de gasoduto.

Vemos, no próximo *slide*, a entrada de gás da Bolívia para o Brasil. Batemos um recorde, o que mostra a evolução do nosso mercado.

Em 4 de agosto de 2005, ou seja, há 5 dias, entraram no nosso mercado 25,8 milhões de metros cúbicos/dia de gás, oriundos da Bolívia. Mesmo com a crise por que passou – mais intensamente há 6 ou 7 semanas –, a Bolívia tem-se mantido supridora sistemática dos volumes de gás para o Brasil, sem nunca ter havido quaisquer cortes de suprimento ao País.

Esse é o perfil de entrada de gás da Argentina para o Brasil. Houve um contrato de 2,8 milhões de metros cúbicos/dia de gás e alguns cortes, por causa do baixo investimento na Argentina, o que a proíbe de atender sistematicamente à nossa demanda.

Temos um parque térmico dependente do gás natural, em especial do gás da Bolívia. Vejam os senhores que, em 2007, a nossa capacidade instalada de geração de energia elétrica será de 10 mil megawatts de energia térmica a gás natural.

Como os senhores vêem, nessa parte onde temos o maior PIB, nossa maior produção de riquezas para o País, há grande concentração de térmicas a gás. O suprimento, a manutenção e a complementaridade desse gás são absolutamente relevantes e imprescindíveis para o Brasil. As nossas reservas de gás descobertas em Santos são grandes, mas esse parque térmico depende fundamentalmente do gás da Bolívia.

Esse parque térmico que nós apresentamos aqui, que existe, está instalado, é suprido basicamente com gás nacional. O gás importado da Bolívia atende a um mercado de 24 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Ou seja, há efetivamente a integração energética para a geração de energia elétrica do gás oriundo da Bolívia e do gás oriundo da Argentina, para despachar essa térmica de Uruguaiana, e do gás nacional, complementando a nossa importação de gás.

Esse *slide* mostra que, no intervalo de tempo entre 2000 e 2030, o Brasil conta com o contrato de gás da Bolívia, o GSA – Gas Supply Agreement, que termina em 2019. Mas nós consideramos a continuidade da importação desse gás para dar sustentabilidade econômica ao desenvolvimento do País.

Nós trabalhamos com a adição de gás boliviano novo – uma expansão do Gasball. Consideramos, já para o ano de 2008, a necessidade de mais 4 milhões de metros cúbicos/dia para sustentar o parque térmico de geração a gás, e da importação, até o final de 2010, de mais 7 milhões de metros cúbicos/dia da Bolívia.

Os campos de gás que nós produzimos no Brasil são ativos. Todo campo de petróleo e de gás tem uma depressão natural. Ela se dá na Bolívia, no Brasil. E é fundamental a continuidade de investimentos naquele país, a fim de se manter a produção do gás para atender à demanda brasileira, argentina e boliviana. É necessário que haja investimentos continuados para que se possa atender ao contrato já assinado com a Bolívia e, obviamente, mais investimentos para que possamos importar mais gás boliviano.

Essas seriam as nossas reservas nacionais. Outras atividades exploratórias e de avaliação, como o mexilhão, o BS500 e o BS1, de merluza, também elevarão a nossa capacidade de suprimento do território nacional com gás. Temos uma rampa de crescimento de mercado. A partir de 2010, quanto mais alta for a taxa de crescimento do nosso PIB, maior ele será – aqui são para vários PIBs.

É importante dizer aos senhores que dependemos – e consideramos em nosso planejamento de médio e longo prazos; estou chamando de longo prazo o ano de 2030 – da entrada sistemática de gás da Bolívia para garantir a produção atual ou novas importações. Ainda assim, deveremos ter um suprimento de gás

novo, a partir de 2010, para atender o crescimento da nossa economia.

Esse é um quadro bastante delicado. Ele mostra que a mudança da economia, a introdução de novas leis e novos marcos regulatórios na Bolívia causam-nos impacto sistematicamente. O Brasil, por meio da PETROBRAS, investe 3 bilhões de dólares na expansão da infra-estrutura de transporte. Temos o nosso sonhado e planejado gasoduto da integração do Sudeste com o Nordeste, que eliminará essa divisão energética entre o Nordeste e o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, pela integração do gás N. Esses projetos de infra-estrutura dependem sistematicamente da incorporação de novas reservas de gás nacional, mas, fundamentalmente, da entrada de mais gás boliviano no Brasil.

Finalizando, entendemos que a solução para a Bolívia é integrada com a do Brasil, da Argentina e do Peru, principalmente.

O Projeto Camisea, o anel que faz a integração, o fortalecimento do escoamento da produção de gás da Bolívia para a Argentina passam necessariamente por ações de governo, do Ministério das Relações Exteriores, pela própria atuação do Ministério de Minas e Energia junto às empresas nacionais operadoras, mais especificamente, é lógico, a PEBROBRAS. São as integrações, os anéis que dão maturidade ao mercado e garantia de suprimento do parque industrial e do parque termelétrico.

Com esse *slide*, vou fazer um gancho para o meu colega Freitas, da PETROBRAS. Uma nova lei foi criada na Bolívia, trazendo relevantes impactos para a economia boliviana e a dos países vizinhos. Ela trata da revogação da Lei de Hidrocarbonetos, que sustenta os contratos em vigor – ou pelo menos que estavam em vigor na Bolívia até a entrada dessa lei. Essa lei revogada justificou, amparou todo o investimento da PETROBRAS na Bolívia. O Freitas vai falar detalhadamente desse investimento.

A questão fundamental é: a propriedade dos hidrocarbonetos, que era da empresa concessionária dentro da Bolívia e deixa de sê-lo – passa a ser uma concessão do Governo; novos impostos; a migração obrigatória de um modelo de contrato para outro modelo de contrato.

Tudo isso faz parte da busca da Bolívia por agregar valor ao seu gás, torná-lo um gás nacional, que supra fundamentalmente as questões sociais, populares. Logicamente, nós, do Ministério de Minas e Energia, apoiamos as ações bolivianas que são conduzidas em prol do seu povo, de sua nação. Esperamos que haja equilíbrio entre a formatação de uma nova nação, do ponto de vista social, que remunera a sociedade com a produção daquele hidrocarboneto, do gás natural,

mas que haja, também, uma visão econômica desse negócio de gás na América do Sul, para que não haja prejuízo ainda maior em relação a esse povo que passa por tantas dificuldades na Bolívia.

Agradeço a todos os Deputados presentes. Estamos à disposição dos senhores para as respostas que se fizerem necessárias.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece à ilustríssima Sra. Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia, pela sua competente exposição.

Em seguida, com satisfação, passo a palavra ao Sr. José Fernando de Freitas, Presidente da PETROBRAS na Bolívia.

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Bom dia. Agradeço-lhes a oportunidade dada por esta Comissão, ou por estas Comissões, para que possamos apresentar um pouco do trabalho que vem sendo feito pela PETROBRAS fora do Brasil, especificamente na Bolívia.

Esta apresentação terá basicamente 2 objetivos: explicar a natureza das atividades da PETROBRAS na Bolívia, o que temos feito ao longo do tempo; e explicar, com mais detalhes, o que a Secretária Maria das Graças Foster disse acerca das modificações implementadas na legislação da indústria de petróleo na Bolívia.

É interessante abordarmos rapidamente alguns dados gerais ou genéricos acerca da Bolívia.

Como foi dito, na Bolívia, o Produto Interno Bruto – PIB não chega a 9 bilhões de dólares, e o número de habitantes é um pouco inferior a 9 milhões de habitantes. Tem, portanto, um produto *per capita* de cerca de mil dólares. O crescimento da economia vem se mostrando mediano – em torno de 2%, 2,5% ao ano. Há previsão de crescimento um pouco maior em 2005.

É interessante fazer essa apresentação porque, desses 9 milhões de habitantes, 45% não falam espanhol, embora o país seja de colonização espanhola, onde o espanhol é a língua oficial. Falam as línguas originárias, que são o quíchua, o aimará e o tupi-guarani, o que dá uma caracterização muito forte do tipo de sociedade existente.

As suas riquezas naturais são representadas pela mineração, por meio da prata, do estanho, na parte ocidental do país, no altiplano, na região andina. E na parte oriental existem efetivamente as riquezas de hidrocarbonetos, gás, mais ao sul, e de agropecuária, na fronteira com o Brasil.

Gostaria de apresentar, rapidamente, uma linha de tempo, que demonstra como ocorreram as atividades da PETROBRAS na Bolívia.



A PETROBRAS abriu o seu primeiro escritório na Bolívia em 1995. Em 1996, como consequência das negociações para a compra de gás boliviano, obteve a concessão de exploração de 2 campos no sul da Bolívia, San Alberto e San Antonio, em associação com a estatal boliviana YPFB, que nesse momento ainda existia como tal. Ao final desse mesmo ano foi iniciada a construção do Gasoduto Bolívia–Brasil. Em dezembro desse mesmo ano, também, a Bolívia decidiu privatizar sua empresa estatal, a YPFB, por meio de processo de capitalização, o que deu origem a duas novas empresas. Estas, por força dos contratos assinados com a PETROBRAS, passaram a ser sócias dela nos campos de San Alberto e San Antonio. Isso explica o fato de termos como sócia de 50% desses campos a empresa Andina, que é uma das sucessoras no processo de capitalização da estatal boliviana. Em abril de 1996, então, assinamos os contratos de exploração desses 2 campos. Eram de exploração; ainda não havia descobertas. E um pouco mais de 2 anos depois a PETROBRAS fez a primeira descoberta de gás, que levou à descoberta do campo gigante de San Alberto, no sul da Bolívia. Em 1999, foi inaugurado o Gasoduto Bolívia–Brasil, em fevereiro, e iniciadas as primeiras exportações de gás para o País.

No ano de 2000, já com as descobertas feitas no campo de San Alberto e San Antonio, a PETROBRAS, por meio dos acordos estabelecidos para compra e venda do gás boliviano para o Brasil, estabeleceu um direito preferencial, segundo o qual o gás vendido ao País viria, após satisfazer algumas condições preponderantes, desses campos descobertos pela PETROBRAS, onde ela se associava à sucessora da empresa estatal de petróleo.

Em janeiro de 2001, começa a fluir efetivamente o primeiro gás do Campo de San Alberto; e em abril de 2003, um pouco depois, do Campo de San Antonio. Nesse meio tempo, surgiu a necessidade de construção de um gasoduto adicional dentro da Bolívia, conectando os Campos de San Alberto e San Antonio, no sul do país, com a cabeceira do Gasoduto Bolívia–Brasil, na cidade de Santa Cruz. É um gasoduto de 430 quilômetros, com 36 polegadas de diâmetro. A PETROBRAS o construiu junto com os mesmos sócios detentores dos direitos de exploração de San Alberto e San Antonio.

A PETROBRAS tem duas refinarias na Bolívia – as maiores e praticamente as únicas: uma na cidade de Cochabamba e outra na cidade de Santa Cruz. Tem blocos de produção responsáveis por 75% das vendas de gás ou da produção de gás que vem para o Brasil do sul da Bolívia, na fronteira com a Argentina. Tem ainda esse gasoduto que mencionei para os senhores. Foi

necessário construí-lo para escoar a produção desses campos do sul até o início do Gasoduto Bolívia–Brasil, no qual, na porção boliviana, a PETROBRAS também tem participação de 11% – minoritária, é verdade. Tem também a planta compressora de Rio Grande, que recebe o gás produzido tanto no sul quanto no norte da Bolívia e eleva-o, comprime-o, para que ele tenha condições de chegar a seu destino, no Brasil. Além disso, possui uma empresa transportadora, o Gasoduto San Marcos, na fronteira da Bolívia com o Mato Grosso do Sul, entre as cidades de Puerto Suarez e Corumbá, que serve para atender à demanda das indústrias nessa região de fronteira.

No que diz respeito à exploração e produção, a PETROBRAS tem 3 campos em produção na Bolívia: os de San Alberto e San Antonio, no sul do país, e o de Colpacaranda, próximo da cidade de Santa Cruz.

Quanto aos blocos exploratórios, temos o de Rio Hondo, ao norte da Argentina, na região próxima de altiplano, pouco desenvolvido, e os de Ingre, Irenda e Entre Rios, próximos da região em que estão localizados os grandes campos de gás da Bolívia.

Os Campos de San Alberto e Sábalo – está dentro do bloco de San Antonio – têm reservas provadas de cerca de 4,5 trilhões de pés cúbicos. A PETROBRAS tem 35% de participação nesses campos. Eles têm uma reserva significativamente maior.

Essa figura mostra a distribuição das reservas de gás da Bolívia, em função das empresas operadoras.

A PETROBRAS é a maior empresa operadora na Bolívia; portanto, detém a operação da maior quantidade de reservas. Das reservas bolivianas de gás, se juntarmos as provadas e prováveis... Nesse caso é válido fazer a junção, porque, para que as reservas prováveis passem para a categoria de provadas, no caso da Bolívia, deve-se levar em conta apenas a questão de desenvolvimento. Não há mais risco geológico envolvido. O gás já está lá. O que falta é desenvolvê-lo, de maneira que ele possa ser produzido.

Então, a PETROBRAS é responsável por 46% das reservas da Bolívia. Se somarmos as reservas da PETROBRAS Energia, que é uma subsidiária da PETROBRAS Energia argentina, controlada pela PETROBRAS, chegaremos a 47%.

Como eu havia dito, os principais campos de gás da Bolívia estão localizados ao sul do país e muito próximos uns dos outros. São eles: San Alberto, Sábalo, no Bloco San Antonio, Margarita e Itaú. San Alberto e San Antonio estão distantes 70 quilômetros; Margarita está a oeste de San Antonio, cerca de 20 quilômetros; e Itaú, entre os campos de San Alberto e San Antonio. Então, é toda uma região, uma província gasífera mui-

to prolífica na Argentina e responsável por cerca de 85% das reservas bolivianas de 48.7 TCF, provada e provável. Repito que, no caso da Bolívia, essa junção P1 e P2 é razoável. TCF significa trilhão de pé cúbico, unidade de volume muito utilizada na indústria.

Essa figura junta as duas coisas. No Brasil, na Bacia de Campos, o gás é um produto associado ao petróleo. As reservas de petróleo trazem associada consigo alguma reserva de gás. Na Bolívia, nesses campos, ocorre o inverso: as reservas de gás trazem associada e elas alguma reserva de petróleo. Se juntarmos todas essas reservas de gás e de petróleo, nesse caso, a participação da PETROBRAS passa a 40%, porque a associação de petróleo aos campos de gás de San Alberto e San Antonio é inferior à riqueza de petróleo envolvida no gás de outros campos, como Itaú e Margarita.

Para que se tenha idéia da relatividade entre as reservas bolivianas e as da PETROBRAS, informamos que as da PETROBRAS, no exterior – ou seja, fora do Brasil –, representam menos de 13% das reservas totais da empresa. Ou seja, 13% das reservas totais da PETROBRAS estão fora do Brasil. Dessas, 36% estão na Bolívia. Vale dizer, pela Matemática, que 4,5% das reservas da PETROBRAS estão na Bolívia. Dessas, 90% são de gás. Queremos dar uma idéia de relatividade do que estamos dizendo: 4,5% das reservas da PETROBRAS estão na Bolívia.

A PETROBRAS, na Bolívia, é responsável por 60% de toda a produção de gás. Se juntarmos petróleo e condensado – ou seja, a parte líquida associada à produção de gás –, veremos que a PETROBRAS responde, na Bolívia, por 42% da sua produção.

Se colocarmos em termos numéricos, numa foto tirada no período médio de janeiro a julho deste ano, veremos que a PETROBRAS foi responsável por uma produção média de 19,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia, de um total produzido de um pouco mais de 30 milhões. Ou seja, a empresa é responsável por mais da metade da produção de gás na Bolívia.

Saindo da área de exploração de produção, entramos na área que chamamos de gás e energia. Em 2005, o Brasil importou da Bolívia precisamente 22,7 milhões de metros cúbicos por dia, em média. Desses 22,7 milhões, 75% vieram dos campos operados pela PETROBRAS em San Alberto e San Antonio.

Na área de transporte de gás, como eu havia dito anteriormente, a PETROBRAS é operadora do Gasoduto Yacuibá–Rio Grande (GASYRG), que liga os campos do sul da Bolívia à cabeceira do Bolívia–Brasil. Esse gasoduto opera na região de fronteira, atende às indústrias.

Em função dessas atividades de produtor e de transportador, a PETROBRAS responde... Dos cerca de 32 milhões de metros cúbicos produzidos na Bolívia e transportados, portanto, a PETROBRAS responde por 17 milhões, como transportadora. Ou seja, além de ser a empresa produtora, também como empresa transportadora, por meio do Gasoduto GASYRG, que é operado pela Empresa Transierra, e do Gasoduto San Marcos, operado pela empresa PETROBRAS Transportes, somos responsáveis por mais de 50% desse transporte.

Na área de refino e distribuição, a PETROBRAS tem duas refinarias, como eu havia mencionado, nas cidades de Cochabamba e de Santa Cruz, e uma rede de postos de serviço e de distribuição na Bolívia.

Essa produção de combustíveis na Bolívia é fundamentalmente centrada em diesel e gasolina comum, chamada de especial, mas que, na situação do Brasil, seria a gasolina comum. Isso representa cerca de 60% do total de consumo de diesel na Bolívia, o restante é importado, e 100% da gasolina é produzida no país. A PETROBRAS hoje é responsável por cerca de 95% da capacidade de refino na Bolívia.

No que diz respeito à distribuição, ou seja, à atividade logística de levar os combustíveis produzidos nas refinarias até os postos de serviço, os consumidores, a PETROBRAS tem hoje um pouco mais de 26% desse mercado, ou seja, um pouco mais de um quarto do mercado de distribuição na Bolívia pertence à PETROBRAS, se não incluirmos o diesel importado, aqueles 40% que faltam para complementar as necessidades da Bolívia. A PETROBRAS é responsável por aproximadamente 50% desse diesel importado – isso traduzido em números.

Essas são algumas comparações que fizemos novamente para ter uma idéia da proporcionalidade. Todas as atividades econômicas operadas pela PETROBRAS na Bolívia, sejam elas minoritárias, sejam elas majoritárias, representaram no ano de 2004 um faturamento de 1 bilhão e 370 milhões de dólares. E há uma previsão de que no ano de 2005 o faturamento total de todas essas atividades chegue a 1 bilhão e 650 milhões de dólares. Considerando os números do PIB da Bolívia, isso significa que no ano de 2004, com dados efetivamente concretos, a PETROBRAS foi responsável por 15,5% do PIB da Bolívia. Se as projeções se demonstrarem corretas tanto do faturamento da PETROBRAS como do crescimento do PIB, essa participação deve passar para 18% no ano de 2005.

Como não podia deixar de ser, com essa participação tão expressiva no PIB daquele país, a proporção é muito próxima. A PETROBRAS é responsável hoje por 19% de todos os impostos arrecadados na Bolí-

via, ou seja, de um total de 1 bilhão e 600 milhões de dólares a PETROBRAS contribui com um pouco mais de 300 milhões de dólares para o sistema de arrecadação da Bolívia.

É interessante mencionar que desde 1995, quando nos instalamos na Bolívia, até o final de 2004, a PETROBRAS, junto com seus sócios, em todas as atividades que conduziu, foi responsável por um aporte ao Tesouro boliviano de cerca de 1,5 bilhão de dólares em impostos. Toda essa atividade é fruto de investimentos próprios que, no caso da PETROBRAS, foram um pouco menos de 1 bilhão de dólares: 988,7 milhões de dólares, incluindo os investimentos no gasoduto Bolívia–Brasil, na exploração e desenvolvimento dos campos de petróleo e na construção de gasodutos, ou seja, esse é todo o dinheiro que a PETROBRAS colocou na Bolívia.

Se juntarmos a parcela que os sócios da PETROBRAS nos diversos investimentos aportaram, esse valor chega a 1,5 bilhão de dólares, por coincidência, o mesmo valor que a PETROBRAS aportou em impostos no período em que ali trabalha. Então, desde que chegou à Bolívia, a PETROBRAS foi responsável por um aporte de impostos de 1,5 bilhão de dólares e pelo investimento de outro 1,5 bilhão de dólares.

Esse é apenas um resumo do que é a PETROBRAS na Bolívia. É operadora de 75% das exportações de gás para o Brasil; de 46% das reservas; de 95% da capacidade de refino do país; de 26% da distribuição de derivados, com investimentos, como vimos, de 1,5 bilhão de dólares. É também responsável pela produção de 100% da gasolina e de 60% do diesel consumido na Bolívia, com esses números relativos à arrecadação de impostos e o PIB.

Além disso, dentro do planejamento estratégico da PETROBRAS, a responsabilidade social aparece com um dos pilares da sua atividade, e, na Bolívia, acontece da mesma maneira.

Para começar, vale a pena falar um pouco da quantidade de empregos gerados na Bolívia. Os empregados próprios, ou seja aqueles que estão dentro da nômima de salários da PETROBRAS, são 750. Se considerarmos os contratados, os que não estão na nômima da PETROBRAS por questão de relações trabalhistas, mas que fazem parte da atividade direta da empresa, prestando serviço em bases contínuas, esse número ascende a pouco mais de 2 mil empregados para conduzir todas as nossas atividades na Bolívia. E, se considerarmos as atividades dos sócios da PETROBRAS, esse número chega a cerca de 11 mil empregados nas atividades em que a empresa está envolvida, seja por intermédio de empregados

próprios, seja por intermédio de empregados em outras atividades.

Percebem V.Exas. nesse gráfico um pico de utilização de mão-de-obra em 2002. Esse foi um ano de grandes investimentos, de construção do gasoduto que liga o sul da Bolívia à cabeceira do gasoduto Bolívia–Brasil. Havia uma demanda intensiva de mão-de-obra.

Além de gerar empregos, a PETROBRAS investe nas áreas de influência dos seus ativos, onde estão os campos de produção e as refinarias – estas inseridas em áreas urbanas; os campos de petróleo estão em áreas rurais. A PETROBRAS investe em educação, saúde, saneamento básico, ação social e projetos de geração de empregos.

Existe o compromisso com essas comunidades – no caso das áreas de produção são comunidades muito carentes – de utilização intensiva de mão-de-obra local. Embora haja dificuldade, em razão das necessidades da indústria de petróleo de mão-de-obra altamente qualificada e da inevitável baixa qualificação da população dessas comunidades, de maneira geral buscamos incentivar a aplicação de mão-de-obra local nessas atividades.

Nesses investimentos, absolutamente voluntários – atividade voluntária da empresa –, já foram consumidos 4 milhões de dólares em 4 anos, desde que iniciamos as operações em San Alberto e San Antonio.

Para terminar, é importante não nos esquecermos de que os investimentos da PETROBRAS na Bolívia se deram ao abrigo de um acordo entre Brasil e Bolívia de desenvolvimento do mercado de gás no Brasil e de aumento da participação de gás na matriz energética brasileira, o que muito estimulou a empresa.

Esse investimento da PETROBRAS colocou a Bolívia na posição de se credenciar como principal fornecedor de gás natural para o desenvolvimento dos países da região, como a Secretária Maria das Graças mostrou na sua apresentação.

Essa é a história das exportações da Bolívia. Aquele país exporta gás para a Argentina há muito tempo, e sempre ao redor do volume de 6 milhões. Em 1997, a Argentina decidiu que – e no momento era verdade – não havia mais necessidade do gás boliviano. Por acordo entre os países, a exportação se estendeu por mais 2 anos, até que a Bolívia pôde iniciar suas exportações para o Brasil. O que se vê nesse gráfico é uma mudança brutal de patamar entre o que a Bolívia exportava para a Argentina e o que o Brasil efetivamente vem demandando. Por força das necessidades argentinas, a exportação para o país, que havia sido interrompida em 1999, retornou de maneira significativa em 2004. A Bolívia exporta hoje cerca de 5 milhões



de metros cúbicos por dia para a Argentina, quase o patamar de antes.

A entrada da PETROBRAS, efetivamente – se usarmos uma expressão mais ligeira –, colocou a Bolívia no mapa energético do Cone Sul porque, por um lado, atuou como demandadora de gás, oferecendo o mercado brasileiro, e, por outro, através dos grandes investimentos em exploração e produção, apresentou reservas de gás que credenciaram a Bolívia como fornecedor de gás para a região.

E, no que diz respeito à compra e venda de gás, apenas para esclarecimento, ressalto que o preço do gás exportado pela Bolívia para o Brasil é fixado com base num contrato de longo prazo assinado pelos 2 países, confirmado por meio de notas reversais entre esses países. Esse contrato considera preços internacionais. Ou seja, se o preço da cesta de óleos combustíveis de petróleo sobe ou baixa, isso se reflete no preço do gás. Não é um preço episódico, mas um preço que reflete uma fórmula e um contrato de longo prazo.

Como foi mencionado pela Secretária Maria das Graças, embora tenha havido alguns momentos de grande tensão nos últimos meses, a Bolívia nunca interrompeu o fornecimento de gás ao Brasil nesses anos todos em que estamos envolvidos com aquele país.

Essa é a pauta de exportação da Bolívia. Se imaginarmos que, em 2004, do bilhão de dólares de todas as suas exportações, os hidrocarburos, ou seja, o gás, foram responsáveis por 360 milhões de dólares, um pouco mais de 35%. O que se prevê para 2005 é que, de um pequeno crescimento das exportações totais de um 1,1 bilhão, o gás natural passe a participar com cerca da metade dessas exportações. Então, junto com a agricultura, essa é uma atividade econômica das mais importantes para o país em função da geração de emprego e do equilíbrio da balança de pagamento.

Falemos um pouco mais da nova Lei de Hidrocarburos, a lei que rege toda essa atividade que mencionei anteriormente. As reservas de petróleo e gás na Bolívia sempre foram propriedade do Estado, assim como acontece aqui no Brasil. A propriedade das reservas no subsolo é do Estado. O que as empresas, na legislação anterior, obtinham era o direito de explorar e explorar essas reservas e o direito à produção consequente dessa exploração na boca do poço, ou seja, na superfície. É uma diferença sutil, mas importante.

Com essa nova lei, o Governo boliviano estende esse direito de propriedade até a boca do poço, até a produção. Não somente as reservas, mas também a produção pertence ao Estado boliviano, que estabelece alguns mecanismos para que haja essa retribuição. E esses mecanismos são novos contratos para os quais as empresas deverão migrar. Dependendo da sua

natureza, pode ser contrato de operação, produção compartilhada ou contratos de associação em que essa produção, que é de propriedade do Governo boliviano, é passada aos produtores por intermédio de um desses 3 mecanismos.

Essa migração é obrigatória, e esse é um item extremamente polêmico, porque os contratos foram assinados ao abrigo de uma lei boliviana que estabelecia determinados mecanismos. A sociedade boliviana decidiu que era necessário fazer uma alteração na lei, especialmente por meio dessa cláusula que retira a validade dos contratos a partir do prazo para sua migração, o que tem gerado significativa tensão na indústria.

Do ponto de vista tributário, foi criado um imposto adicional além de todos aqueles que a indústria já pagava tradicionalmente, um imposto adicional com alíquota de 32% sobre o faturamento bruto, o que causou um impacto brutal no resultado das empresas. Mais do que isso, causou grande impacto na rentabilidade de novos projetos. Isso significa que novos projetos de desenvolvimento da produção se encontram em dificuldade para sua viabilização.

Embora a Bolívia tenha reserva da ordem do que foi mencionado aqui – gás que ainda está no subsolo –, são necessários investimentos de monta para que essa reserva possa ser produzida e entregue aos mercados consumidores. O aumento de tributação dificulta a viabilização desses projetos. Essa é a maior consequência para a PETROBRAS e, por conseguinte, para os interesses da empresa. Com maior carga tributária, há redução da rentabilidade dos investimentos, embora seja importante detalhar que os investimentos já feitos não passam ao vermelho, eles têm a rentabilidade reduzida, mas continuam rentáveis ainda. No caso da PETROBRAS, em alguma parte os investimentos estão amortizados, o que nos leva a ter maior seletividade nos investimentos futuros.

Como disse, há hoje grande tensão na indústria de petróleo. Algumas empresas já recorreram a acordos bilaterais de proteção de investimento, como a REPSOL, de capital espanhol, e a Total, de capital francês, de maneira a proteger seus investimentos, abrindo um período obrigatório de conciliação entre as partes. E é o que acontece. A PETROBRAS ainda não tomou nenhuma decisão nesse sentido.

A consideração final que faço, na mesma linha adotada pela Secretária Maria das Graças, é a de que a Bolívia tem no gás a sua atividade econômica mais importante, capaz de efetivamente gerar riquezas suficientes para serem traduzidas em bem-estar para a sociedade.



A PETROBRAS considera que o gás da Bolívia é fundamental para realização de seus objetivos estratégicos, pactuados com seus acionistas, com a sociedade e com a indústria de maneira geral. A Bolívia é uma parte importante. Portanto, devemos continuar lá e, por meio dessa continuidade, buscar as melhores condições para o desenvolvimento das nossas atividades.

Muito obrigado a todos pela atenção. Peço desculpas pelo descumprimento do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece ao ilustre Presidente da PETROBRAS na Bolívia, Sr. José Fernando de Freitas, e o cumprimenta pela competente exposição.

Encerradas as exposições, passamos aos debates.

Solicito aos oradores que se identifiquem ao falar ao microfone.

A palavra será concedida aos interessados pelo prazo de 3 minutos, obedecendo sempre a ordem da lista de inscrição.

O primeiro é um dos autores do requerimento de realização desta reunião, o ilustre Deputado Nilson Mourão, em seguida, ouviremos os Deputados Mauro Passos, Dr. Heleno e Antonio Carlos Pannunzio.

Com a palavra o eminente Deputado Nilson Mourão.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Sr. Presidente, na condição de autor do requerimento, qual o tempo de que disponho?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– A Presidência será condescendente com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores; Sr. José Fernando de Freitas, Presidente da PETROBRAS na Bolívia, Sra. Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia, em primeiro lugar, agradeço ao Presidente a promessa de condescendência e parabenizo as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Minas e Energia pela iniciativa.

Tive a oportunidade de estar na Bolívia em duas ocasiões. Na primeira, a convite do Presidente Lula, participei da reunião da Cúpula Ibero-Americana, em Santa Cruz. Lá, juntamente com outros colegas, pudemos dialogar com Parlamentos bolivianos. Em reuniões paralelas que realizamos, eu estava presente na condição de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil–Bolívia.

A segunda visita foi para acompanhar o processo do referendo vinculante sobre a política de gás e petróleo, realizado em julho do ano passado. Credenciado como observador internacional, acompanhei todo o processo do referendo. Tive oportunidade de sentir um pouco a situação o país e de conversar com o nosso Embaixador e outras autoridades brasileiras. Na condição de Parlamentar, dialoguei com o povo e com políticos bolivianos.

Nos últimos dois anos, o povo boliviano vem seguindo uma trajetória em que os partidos de esquerda e a grande maioria da população, por meio de mobilização, têm conseguido grande representação parlamentar. Dessa forma, conseguiram construir uma liderança do porte de Evo Morales e depor o Presidente Losada. Mais recentemente, como fruto dessa mobilização política, conseguiram a deposição do Presidente Carlos Mesa. A Bolívia já vai para o terceiro Presidente, nesse curto espaço de tempo, com data marcada para a realização de eleições gerais em dezembro deste ano e constituição de assembléia nacional constituinte.

Pude perceber o desejo do povo boliviano de modificar a realidade do país, sobretudo os contratos firmados na área de prospecção de petróleo e gás.

Como foi exaustivamente dito pelos ilustres expositores, o povo boliviano tem consciência da sua riqueza e do que significam o gás e o petróleo para a sua economia. E ele vem construindo uma trajetória e consolidando posições. Ousaria dizer que o caminho que o povo boliviano vem traçando vai resultar numa visão de estatização do setor de gás e petróleo. Essa é a palavra de ordem das lideranças bolivianas.

O nosso Embaixador em La Paz, Antonino Mena Gonçalves e os dirigentes da PETROBRAS estão de parabéns por participarem de todo esse processo com a concepção de que o povo boliviano tem o direito de traçar o seu próprio caminho.

Mais recentemente, o Brasil enviou à Bolívia uma delegação de Parlamentares, da qual participaram os Deputados João Correia, Marcondes Gadelha e Eduardo Valverde.

O Governo do Presidente Lula segue uma linha de respeito à autonomia dos povos e de consolidação da integração latino-americana, visão que, repito, vem sendo pela direção da PETROBRAS em La Paz e pelo nosso Embaixador – e aproveito para pedir ao Embaixador Eduardo Martins que leve meus cumprimentos ao Embaixador Antonino Mena pelo trabalho que vem realizando com profissionalismo e dedicação, o que engrandece a Diplomacia brasileira.

Parte do povo boliviano, sobretudo, essas novas lideranças, como o Quispe e Morales, vê na PETROBRAS uma empresa imperialista. O quadro foi apre-

sentado: ela é a maior empresa que opera na Bolívia, é responsável pelos maiores investimentos e por um faturamento extraordinário, com inserção em vários setores da economia. Os bolivianos, porém, não conseguem ver o retorno social disso e cobram isso da PETROBRAS. Essa é a primeira questão que levanto.

A segunda é relativa à carga tributária mencionada e ao aumento de 32%. Pergunto se esse é o total da carga tributária e se, na avaliação dos senhores, seria possível haver um outro aumento e a empresa continuar operando na Bolívia ainda em condições de rentabilidade.

Por último, indago o que efetivamente mudou na nova lei. De certa forma, essa mudança já foi exposta, mas eu gostaria de uma resposta mais didática. Como é a lei atualmente, como era e o que efetivamente mudou? Em que essa alteração altera os investimentos da PETROBRAS? Ela compromete efetivamente os futuros investimentos da empresa?

Era o que tinha a expor. No mais, cumprimento os nossos convidados pelos brilhantes aportes que nos trouxera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – Esta Presidência agradece ao ilustre Deputado Nilson Mourão e passa a palavra ao eminente Deputado Mauro Passos.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa e, como desejo fazer ao menos uma indagação para cada um dos convidados, solicito complacência em relação ao tempo.

Início dirigindo-me à Dra. Maria das Graças Foster. Pelo que pude perceber, pelas reservas de gás já identificadas e pelo próprio crescimento do nosso consumo, o Brasil dificilmente encontraria auto-suficiência a curto, médio ou até mesmo a longo prazo. Se isso for verdade, a nossa relação de dependência dos países vizinhos é algo extremamente necessário. Como isso está sendo tratado?

Faço a pergunta até porque a recente lei boliviana, com todo o respeito ao povo daquele país, criou insegurança nos consumidores de gás brasileiros e, na PETROBRAS, incerteza em relação a investimentos futuros. Como o Ministério está tratando essa questão a médio e longo prazos e até mesmo no curto prazo?

A segunda indagação que faço refere-se ao último relatório de energia da Comunidade Européia. Em razão da realista previsão de que haverá, em âmbito mundial, dificuldades em relação a energia, não só no que diz respeito a preço, mas também a oferta, numa projeção até o ano de 2040, a comissão responsável por esse estudo está trabalhando com a possibilidade de redução de 1,7% no consumo de energia, tanto por

meio de novas pesquisas, como também por meio de rendimento energético aprimorado.

Pergunto: há hoje, no Ministério, algum estudo nesse sentido? O Governo brasileiro está realmente envolvido na questão do desenvolvimento tecnológico e da redução de gastos energéticos, para que não fiquemos eternamente apostando em reservas que talvez não venhamos a ter? E, se tivermos acesso a elas, o preço dificilmente será assumido pela sociedade.

A próxima pergunta dirijo ao Embaixador. Peço a S.Exa. que fale um pouco mais sobre a busca do gás peruano, assunto que a própria imprensa já tem divulgado.

Sou defensor – acredito inclusive que fui um dos primeiros a trazer esse tema para a Comissão – de uma integração energética. Essa integração é necessária, politicamente correta e empresarialmente defensável. Mas, pergunto, até que ponto vão se dar essas relações?

Estamos num continente de instabilidade política permanente. A tendência dos investimentos nessa área – não que eu defenda, mas por tudo o que estou vendo – sempre vai ter como base estudos de viabilidade muito mais vinculados à segurança da rentabilidade do que à visão de Estado.

Sobre isso, cito um exemplo – e a Dra. Graça é sabedora disso. O que falta para fechar o anel com a Argentina é um trecho de Uruguiana a Porto Alegre, de 500 quilômetros. A REPSOL, a Ypiranga e a PETROBRAS estão juntas, com investimentos da ordem de 250 milhões de dólares, absolutamente nada sob o ponto de vista de energia, que estão pendentes até hoje por tratativas empresariais um tanto quanto obscuras, que acabam não efetivando um investimento que seria muito positivo para todos nós.

Então, gostaria de ouvir a sua opinião a respeito dessas relações. Não me refiro apenas à questão do MERCOSUL, pois já estamos indo para o Peru. Como fica isso? Que garantia vamos ter? Que certeza vamos ter, se novas leis de hidrocarbonetos vão ser decididas em outros países? Esse atendimento vai ser realmente efetivado?

Por último, gostaria de ouvir do Presidente da PETROBRAS na Bolívia um pouco mais sobre a Lei de Hidrocarbonetos boliviana. Gostaria que S.Sa. comentasse também a questão da mão-de-obra terceirizada. Qual é relação da PETROBRAS com os trabalhadores bolivianos?

Fiquei com a impressão de que a Lei de Hidrocarbonetos surgiu por causa da PETROBRAS, cuja presença é tão intensa na Bolívia, que deve ter sido o principal motivador dessa nova legislação. Uma legislação que embute 50% de imposto, com todo o respeito

à Bolívia, pode futuramente dificultar inclusive investimentos naquele país.

Há relação, por exemplo, com qualificação de mão-de-obra e absorção de trabalhadores bolivianos? Isso tem de ser um processo. Se chegarmos a um país pobre, com uma posição imperialista de dominação do mercado, com 100% de refino, qual seria a reação da sociedade local? Fico imaginando o que os bolivianos podem achar de nós. Como é essa relação real?

Temos 700 funcionários e 2 mil terceirizados. Há algum programa de incorporação? Há, por exemplo, alguma orientação empresarial no sentido de os trabalhadores bolivianos virem a ser privilegiados? Seriam necessários programas de capacitação dessa mão-de-obra para minimizarmos um pouco o impacto de nossa presença num país realmente pobre, que inclusive precisa dela.

Estamos prevendo que não teremos como atender, para 2008, mais 4 milhões de metros cúbicos/dia e, para 2010, mais 10 milhões de metros cúbicos/dia.

A nossa dependência com a Bolívia em relação a esse energético é umbilical. Como foi dito, em função da nova lei, a PETROBRAS está inclusive revendo alguns investimentos que estavam previstos. Gostaria que o Dr. José Fernando comentasse se, na revisão desses investimentos, está embutida essa projeção que foi passada de 4 bilhões a mais, em 2008, que não é pouca coisa, e de 10 milhões a mais, em 2010.

Até onde sei, o gasoduto está totalmente ocupado, de acordo com os números que S.Sa. e a Dra. Maria das Graças citaram. Então, teríamos de praticamente construir um novo gasoduto. Como fica isso? O que a empresa pensa em fazer?

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – A Presidência agradece ao eminente Deputado Mauro Passos e passa a palavra, com satisfação, ao ilustre Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, fico feliz todas as vezes em que fazemos uma reunião sobre a PETROBRAS ou sobre o petróleo brasileiro. É como o sangue no nosso corpo: passamos a sentir, a incorporar.

Na cidade em que moro, Duque de Caxias, há uma refinaria. A Rio Polímetro deveria ter sido implantada lá há 40 anos, mas foi desviada várias vezes, devido a razões políticas. Eu e a população da cidade choramos muito, mas agora estamos sorrindo.

Vejo que a Diplomacia brasileira merece receber aplauso por esse ato, praticado sem guerra, sem terrorismo. Apenas com palavras e a participação do Parlamento, vamos dirimir situações. Com um olhar

clínico, a PETROBRAS viu que o nada do nada não vale nada, mas alguma coisa vale tudo. E foi o que aconteceu. Logicamente, ela aceitou os aumentos. Em relação aos empreendimentos, sei que os investimentos vão brotar, porque há necessidade não só do sustento e do lucro, mas da exposição do nome da PETROBRAS em todo o mundo, porque a empresa é referência e orgulho para nós, brasileiros. Já sofremos isso em relação aos americanos. Mas o Parlamento também manifesta preocupação com as pessoas, como pudemos notar pelas perguntas aqui feitas.

Os descendentes de índios que foram explorados e nunca foram ouvidos, que pensam e sonham como nós, só agora levantaram a voz numa forma de pedir e aceitar a permanência. É lógico que não há como aceitarmos em nossa casa um elemento, um homem ou uma mulher, que vai dominá-la. Isso acontece no capitalismo, e tem de acontecer.

Resta à PETROBRAS cativar o país e, assim, conseguir fazer parte da família boliviana. Para isso, é preciso oferecer um dote de cidadania. E a PETROBRAS não se nega a isso. Houve um aumento de 32% nos impostos. Entendo que o Governo tem obrigação de melhorar o padrão de vida do povo, não somente a PETROBRAS. O Governo da Bolívia terá de fazê-lo. E a PETROBRAS terá de difundir isso para que sintam que, de fato, somos uma bênção para eles. Afinal, é melhor para eles conviverem com o brasileiro verde e amarelo do que com outros estrangeiros.

Quanto à Refinaria de Manguinhos – e aproveito essas horas para simplesmente pedir –, não acuso o Governo nem o administrador. A Refinaria de Manguinhos não pode permanecer fechada. Por que não procuramos uma solução que também a PETROBRAS possa encampar? Pagando, mas tirando proveito disso. Se o que já está feito é sucata, vamos melhorar, mas vamos continuar com aquele emprego. Esse é o meu recado.

No que diz respeito aos acidentes causados pela PETROBRAS à minha cidade, jamais deixei que a empresa fosse cobrada. Sempre digo que a PETROBRAS ajuda muito a cidade e, se é assim, como vamos cobrar? Vamos procurar uma solução para não agredir. Agora, vejo que até a PETROBRAS não quer me aceitar. Eu telefonei, telefonei, mas ninguém atende mais. Não sei se é com medo do mensalão, não sei o que é. Eles sabem que defendendo a empresa e que só tenho compromissos com minha cidade e com o Brasil. Aquela cidade, que era um bolsão de miséria, está se modificando. Hoje, tenho um aditivo para terminar o Centro Cultural Oscar Niemeyer – se o homem morre, vai ser um caso sério, não vai terminar –, a pedido do próprio Oscar Niemeyer, nos últimos suspiros de vida.

Deve ter mais de 10 anos. Eles estão prontos, mas não aceitam isso. Resolvi, então, fazer essa denúncia no intuito de forçá-los a discutir comigo a questão e dizer: “Vamos fazer. Chama o Prefeito para fazer”. Não gosto de coação, mas tenho de fazer essa súplica como brasileiro, como homem que gosta de sua terra e da PETROBRAS e que tem orgulho de todos os funcionários daquela empresa.

Sr. Presidente, vou formular algumas perguntas a título de esclarecimento.

As refinarias da Bolívia recolhem imposto para o povo brasileiro? Não tenho notícia sobre se há recolhimento desse imposto. Quantos brasileiros são empregados na Bolívia? Quero saber se existe justiça mesmo. Quanto de gás está sendo queimado em Campos? Faço essa comparação, que não é odiosa nem visa criar sentimento de ódio, para pedir esclarecimentos. Quando irá começar a produção de Campos? Por que Santos? Fica em frente ao Rio de Janeiro, não sei porque não se coloca Rio de Janeiro, se está Santos, deixa lá, mas está junto do Rio de Janeiro. É bairrismo, é amor pelo bairro.

No Estado do Rio tem muito gás, lá não há revolta, temos um Governo estável, precisamos de mais refinarias e de gasoduto, mas não é só no Estado do Rio, todo lugar precisa. A decisão não pode se dar de forma política, porque não adianta o Brasil atender de forma política, tem de atender pela necessidade, e é melhor investir no Rio.

Diante disso, quero denunciar que nós, Comissão de Minas e Energia, colocamos no Orçamento verba para a ANP. Peço ao Governo a liberação desses recursos, pois a ANP precisa deles para continuar a ajudar a exploração de petróleo.

Para concluir, não queremos que aumente o preço do petróleo – e isso não é ironia, não. Não queremos o aumento do preço do petróleo, se dá para manter assim. O Governo que Lula prometeu está certo até agora e está cumprindo isso. Se a PETROBRAS fosse mercenária aumentaria, mas não é. Então, que continue tratando o povo brasileiro assim na medida do possível e, quando não puder, que pelo menos avise previamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – Esta Presidência agradece ao eminente Deputado Dr. Heleno e, com satisfação, passa a palavra ao ilustre Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustres palestrantes, na verdade, tenho poucas dúvidas, mas dúvidas de dimensão bastante grande e que efetivamente me preocupam. Pela análise do que ouvi, ficou claro que a instabilidade política da Bolívia é mui-

to grande. É inquestionável o crescimento político do líder populista Evo Morales, e sabemos que este tipo de político não tem, com relação a tratados e acordos internacionais, o respeito que hoje é prática comum nos países em estágio mais avançado de industrialização e de relações internacionais. Tenho tremenda preocupação com isso.

Primeiro houve esse movimento de aumento da alíquota, o que tem repercussões na competitividade do gás aqui e mesmo na demanda do gás que já está à disposição do povo brasileiro nesse ramal que vem da Bolívia, passando por Paulínia e depois descendo para o Rio Grande do Sul. Digo isso porque estou inserido no contexto dessa região, sou um Deputado paulista, do Sudoeste, uma das regiões que consomem parte desse gás. Não só no setor industrial, mas até mesmo na área do consumo doméstico, o gás tem grande importância. Na cidade de Sorocaba, por exemplo, boa parte das residências, além das indústrias, é servida com o gás natural boliviano. Imagino que uma falência nesse suprimento vai trazer problemas de grande monta.

Não sei, honestamente, meu caro Embaixador, como o Itamaraty vê essa questão da acessão desses segmentos populistas e se é possível buscar, seja através de arbitragem ou de qualquer outro mecanismo, algum tipo de proteção adicional. Se for, gostaria de ser informado.

À Dra. Graça Foster eu aqui indago, considerando, e esta é a minha divergência com o meu prezado Dr. Heleno, que a Bacia de Santos apresenta, segundo resultados da prospeção, um potencial bastante grande para o abastecimento de gás para os grandes centros consumidores – e quero lembrar que a distância entre Santos e São Paulo é realmente muito pequena; não sei se estou equivocado, mas acho que chega a ser pelo 5 vezes menor do que a distância do gás que vem da Bolívia; para nós, conseqüentemente, os investimentos em gasoduto seriam bem menores –, e considerando essa questão da instabilidade na Bolívia, considerando que temos limites até onde podemos agir, o porquê da não priorização da exploração do gás da Bacia de Santos e das providências imediatas de construção desse gasoduto para que não haja solução de continuidade no abastecimento e na perspectiva que todos nós temos da utilização e da participação do gás na nossa matriz energética.

São os 3 enfoques que faço, um para cada um dos palestrantes. Pediria, Sr. Presidente, se possível, uma explicação a esse respeito.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece ao eminente Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Na ausência da ilustre Deputada Maninha, passo a palavra aos 2 últimos inscritos, o eminente Deputado Eduardo Valverde e em seguida o Deputado Luiz Bassuma.

Com a palavra o ilustre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, palestrantes aqui presentes, meus colegas de bancada, tive a honra de participar, em nome da Frente Parlamentar Brasil/Bolívia, de uma comitiva que esteve em La Paz para conversar com nossos colegas do Parlamento boliviano. Nessa conversa, intermediada pelo Embaixador Mena, pudemos sentir que a média do pensamento do Parlamento boliviano era favorável à manutenção dos contratos nos termos que o Senado tinha proposto – não aquilo que a Câmara aprovou, mas o que o Senado estava propondo. Mas eu senti uma certa insegurança, em função da instabilidade. Na realidade, havia uma desconexão entre o que pensava o Parlamento e aquilo que pensava a população, insuflada pelos movimentos indígenas de corte populista que estavam querendo resgatar talvez o único bem patrimonial da Bolívia, a única riqueza natural da Bolívia, que é o gás.

Nessas discussões, pude também constatar – e isso é fato – que a legislação anterior, que foi aprovada por um período de uma onda neoliberal, não teve o cuidado necessário de fazer a devida proteção dos interesses permanentes, no longo prazo, dessas riquezas naturais. Então, eles sentiam a necessidade de fazer uma mudança na legislação que resgatasse essa cautela, mas ao ponto de não impedir o investimento, já que eles dependem de investimento externo para dar continuidade à exploração do gás dentro de uma nova ordem, de uma nova ótica de estratégia que o País está adotando, mas o Parlamento estava inseguro com relação essa possibilidade de abrir o debate racional; tanto que uma das discussões que tivemos lá foi porque eles estavam iniciando o processo constituinte, e como o Brasil tinha passado por um processo constituinte em 1988, e como aquele é um Estado centralizado, e havia inclusive um movimento muito forte de secção de uma região rica, que é Santa Cruz, e eles estavam preocupados com que o movimento separatista pudesse ganhar corpo, discutimos com eles a federalização do Estado, a descentralização administrativa e política do Estado para contemplar as demandas.

A pergunta que faço ao representante da PETROBRAS na Bolívia é: se fosse elevado o percentual de impostos, qual seria o limite que poderia impedir a con-

tinuidade da permanência da PETROBRAS na Bolívia? Qual seria o percentual maior, que poderia inviabilizar, em termos econômicos, a permanência da PETROBRAS na Bolívia? Quero saber se a PETROBRAS já tem essa discussão estratégica sobre o que fazer se a carga tributária elevar-se a um patamar tal que possa inviabilizar economicamente a exploração.

À Dra. Maria da Graça: temos aí na Amazônia algumas áreas de exploração de gás, inclusive na província de Urucum, lá no Amazonas, e estão projetados 2 gasodutos, um em construção, Urucum–Manaus, e o outro já licenciado e à espera de decisões, o Gasoduto Urucum–Porto Velho. Qual a potencialidade do gás brasileiro para atender à demanda energética na região amazônica? Indago se o Ministério das Minas e Energia já tem um plano elaborado. Embora sejamos vizinhos da Bolívia, somos *hermanos*, toda a produção de gás da Bolívia vai para o Centro-Sul, e há uma demanda energética nessa região pelo gás para geração de energia elétrica. Qual é a posição do Ministério em relação a esse gasoduto? Quando se iniciará a sua construção? Já existe o projeto econômico-financeiro que permita investimento de parceria público-privada para viabilizar esse gasoduto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece ao eminente Deputado Eduardo Valverde, e, com satisfação, passa a palavra o ilustre Deputado Luiz Bassuma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA** – Sr. Presidente Aroldo Cedraz, Sr. José Fernando, representante da PETROBRAS, Sra. Maria das Graças e Sr. José Eduardo, do Ministério das Relações Exteriores, esta audiência de hoje, eu, como membro da Comissão de Minas e Energia, acredito, Deputado Aroldo Cedraz, que tem uma particularidade muito interessante, porque reúne aqui, nesse assunto que envolve o gás e envolve 2 países, Brasil e Bolívia, por tudo que foi dito, 2 aspectos bastante importantes da nossa atual política nacional.

Por que digo isso? Tanto a PETROBRAS quanto a política externa do Governo Lula são 2 indicadores bastante, digamos quase consensualmente aprovados pela sociedade por seu dinamismo, pelos seus resultados positivos. Eu não pude participar integralmente; assisti à palestra da Dra. Foster e também à do Sr. José Fernando, mas tive de sair, porque fui de relatar um outro projeto que estava em pauta na Comissão Defesa do Consumidor, e não ouvi tudo; talvez tenha sido até respondida a questão que formularei aqui, mas acho-a relevante.

Eu tenho a seguinte compreensão: na minha concepção, o que o Brasil está buscando hoje, pelas informações da PETROBRAS, pelos dados fornecidos

em relação a PIB, faturamento, enfim, todo esse processo que envolve o gás é um indicador muito claro de que o que estamos buscando agora, com atraso talvez de décadas, é funcionarmos realmente na América do Sul – e o Brasil é o único País que pode fazer isso, é o único que tem essa condição, e nesse campo de petróleo a PETROBRAS, evidentemente – com um processo de relação solidária. Ou seja, a relação Brasil/Bolívia nunca pode dar-se sob uma ótica econômica, puramente econômica, muito menos comercial. Ela deve ser vista sob uma ótica que tenha a abrangência de um continente, uma política que envolva a construção de um futuro em que tenhamos pelo menos a América do Sul unificada, em termos dos seus interesses, perante o mundo. No mínimo América do Sul; se possível, a América Latina. E essa construção não se faz se não houver alguém disposto a ser solidário, a ajudar, a exercer o que se chama de fraternidade, o que não é muito comum entre os países, mesmo nos tempos atuais.

Portanto, acho que choca o depoimento do Dr. Heleno, para quem não é do ramo; eu sou engenheiro de petróleo e conheço bastante esse assunto, mas a maioria do povo não conhece isso em detalhes e fica chocado quando vê aquela famosa cena do gás sendo queimado lá nas plataformas, aquele gás sendo inteiramente queimado, enquanto nós estamos trazendo gás natural da Bolívia. Então, as pessoas ficam, evidentemente, bastante chocadas com isso, achando até que é uma profunda contradição. No entanto, está claro, até pelo que foi dito aqui, o quanto representa hoje a PETROBRAS, que tem um peso significativo na economia da Bolívia, e quanto representa o gás natural.

Para o Brasil, em que pese a perspectiva do gás natural, temos, evidentemente, também plena auto-suficiência nessa área, e a Bacia de Santos vem, digamos, reforçar isso. O Brasil não tem problema algum em termos de, nas próximas décadas, suprir a demanda nacional. E também, possivelmente...

Bem, minha preocupação é neste sentido, e talvez já tenha sido respondida; e peço desculpas se já foi: qual deverá ser a estratégia a ser adotada? Na medida em que se implantam e se colocam em operação os campos de produção de gás natural, que são bastante generosos também no Brasil, e começa a existir, a partir daí, uma decisão de foro, de natureza comercial e econômica, então nós precisaríamos cada vez menos, pelo que entendo, do gás que vem da Bolívia; só que isso, evidentemente... Hoje, se diminuir essa relação que temos com esse país, a Bolívia, o impacto será bastante grande. Portanto, esse é um problema, é claro, muito mais de relações exteriores do que pro-

priamente do campo da energia, apesar de ser um assunto diretamente voltado a isso.

Minha formulação, tanto para o Sr. José Fernando como para a Sra. Maria das Graças e para o próprio representante do Itamaraty, é esta: como nós, que somos ao mesmo tempo o grande mercado consumidor, e seremos para o gás natural que vier da Bolívia ou até de outros países, vamos compatibilizar isso, uma vez que temos capacidade de produção no Brasil e teremos de desenvolvê-la, evidentemente, porque dispomos dessas reservas? Como vamos compatibilizar essa relação no futuro, tendo de ser solidários, de compreender a realidade desses países que dependem dessa relação? Como faremos para fazer o chamado equilíbrio, ou balanço?

Ou seja, eu sou daqueles que defendem – defendendo, sim! Defendo até porque o principal já foi feito! – a construção do gasoduto, a priorização, para que possamos ser, evidentemente, solidários a um país vizinho, e temos intenção de no futuro nos constituirmos num continente solidário e fraterno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– A Presidência agradece ao ilustre Deputado Luiz Bassuma e passa a ouvir o último inscrito deste bloco, para que possamos retornar a palavra aos nossos ilustres convidados.

Vamos ouvir o eminente Deputado João Herrmann.

**O SR. DEPUTADO JOÃO HERRMANN NETO**

– Sr. Presidente, respeitando principalmente a presença do Embaixador Felício, quero fazer antes uma ressalva do que propriamente uma pergunta, dada a responsabilidade desta Comissão.

Assusto-me muito quando as pessoas pleiteiam a defesa das questões nacionais brasileiras e no debate infringem a autonomia e a independência dos nossos países, principalmente os países vizinhos da América do Sul. Esta Casa teve um dos seus melhores Deputados na Presidência desta Comissão, o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, mas faço uma observação quanto às suas ponderações, principalmente estando na presença de Freitas, já que a PETROBOL tem uma função especificamente muito forte no PIB boliviano, no sentido de que o Deputado tome cuidado – e esta palavra não é uma advertência, é apenas expressão vernacular – para que não nos imiscuamos nos assuntos políticos internos dos nossos vizinhos. Colocar o líder Ivo Morales já numa condição de populista, de líder cocaleiro, é mais ou menos definir uma política que esta Comissão não pode ter em relação a possíveis lideranças que surjam e até assumam o poder na Bolívia.

Desconhecer a situação do plantio da coca na Bolívia, dos esforços e da erradicação da produção da coca, com o efeito para o narcotráfico, é desconhecer também a vida econômica boliviana e social nos últimos anos. Portanto, da mesma forma como muitos aqui falam de Chaves, do chavismo, das aventuras, devemos respeitar o povo venezuelano, devemos respeitar o povo boliviano. É o apelo que faço, nesta Comissão, à nossa responsabilidade política, para que não coloquemos chavões, não coloquemos estereótipos em lideranças de países vizinhos, assim como não gostamos que coloquem nas nossas. Da mesma maneira como defendemos os assuntos nacionais brasileiros, para que os nossos líderes sejam aferidos pela vontade popular brasileira, deixemos os assuntos internos dos outros países, respeitando, como esta Casa sempre fez, a autonomia e a independência dos povos.

Deixo aqui, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, apenas uma leve observação a respeito dos assuntos políticos internos da Bolívia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– A Presidência agradece ao eminente Deputado João Herrmann Neto e concede a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio...

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO** – Como eu fui mencionado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– ...mas espera que essa discussão não cause polêmica.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Não, não. Não vou estabelecer polêmicas, até porque me unem ao Deputado João Herrmann Neto um apreço e uma amizade profundos. Temos divergências, claro.

Não propus, em nenhum momento, que o Brasil assumisse alguma posição hostil, imperialista, ou coisa desse tipo, que se impusesse pela força, pela dimensão com relação à Bolívia ou a qualquer outro Estado. Agora, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o direito de formular opinião a respeito de lideranças que estejam no poder, prestes a ocupá-lo ou com essa intenção, é inerente à democracia, tão duramente conquistada. O João Herrmann Neto foi um dos batalhadores para que voltássemos a tê-la neste País.

Mas peço ao ilustre colega que deixe de lado a tentativa de cercear minha liberdade de dizer o que penso a respeito de uma liderança chegando ao poder, com as características de Evo Morales. Reafirmo que ela se assemelha muito à liderança nefasta – não vou criar nenhum incidente nacional – do Coronel Chávez, na Venezuela, trazendo a miséria para o povo, criando problemas de toda ordem no plano da políti-

ca internacional, particularmente na América do Sul, constringendo inclusive a política externa brasileira em determinadas situações, a ponto de o Presidente Lula, em certo momento, até procurar se distanciar um pouco dessa figura.

É apenas isso. Sem pretender polemizar, mas sem abrir mão das minhas convicções e das minhas opiniões. É para isto que o Parlamento existe: para que haja o contraditório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece a compreensão dos ilustres Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO HERRMANN NETO**

– Sr. Presidente, não quero polemizar, mas o Deputado Luiz Carlos Hauly falou fora do microfone, e V.Exa. teve por ele o mesmo respeito demonstrado pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Não estou aqui para falar de perigo, de medo, mas sempre fui, e espero continuar sendo, defensor da autodeterminação dos povos. Acho que a discussão da autonomia e independência deva caber na democracia dos povos que elegem seus governantes.

Portanto, não estou aqui para reafirmar Chávez nem Fidel. Acredito, piamente, na democracia, na autonomia, independência e autodeterminação dos povos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece a V.Exa.

Voltando a palavra aos nossos ilustres convidados, esta Presidência passa a palavra ao Sr. Embaixador José Eduardo Martins Felício.

Em seguida, à Sra. Maria das Graças Foster e, por último, ao Sr. José Fernando de Freitas, para que possam responder aos questionamentos reformulados.

Com a palavra o ilustre Embaixador José Eduardo Martins Felício.

**O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO**

– Muito obrigado, Sr. Presidente. A discussão, evidentemente, estimula comentários.

Vou tentar me ater, como na primeira apresentação, aos aspectos políticos do relacionamento do Brasil com a Bolívia, deixando, portanto, os aspectos atinentes à PETROBRAS, ao gás e às importações brasileiras, a cargo da Secretária de Energia e Gás do Ministério de Minas e Energia e do Presidente da PETROBRAS Bolívia, Dr. Freitas.

Vou tentar fazer um comentário genérico, procurando, ao mesmo tempo, responder às perguntas feitas. Queria começar pela imagem da PETROBRAS, aqui mencionada.

Nesses anos em que estou encarregado da América do Sul no Ministério, exceto em momentos de cam-

panha política – o que é compreensível, pelas emoções que geram –, eu não me lembro de a PETROBRAS ter sido acusada de ter atitude que não correspondesse ao interesse do povo boliviano. Realmente, eu não me lembro.

Acho que isso se deve, em grande medida, à atitude da PETROBRAS, à participação em programas sociais e de desenvolvimento tecnológico, aos quais vou me referir brevemente.

A segunda observação que eu gostaria de fazer é sobre a atitude, a compreensão do Governo quanto aos últimos desenvolvimentos, especialmente no que se refere à nova lei de hidrocarbonetos aprovada na Bolívia.

O Brasil compreende perfeitamente que o povo boliviano se sentiu, ao longo de séculos, espoliado em seus recursos naturais. Não é só o gás, quer dizer, esse é o último recurso do qual a Bolívia se está beneficiando. Houve a prata, o ouro, o estanho, explorados por empresas estrangeiras, e a situação social de hoje indica muito bem que esses recursos talvez não tenham sido aproveitados pelo povo boliviano como gostaria. Assinalo que isso não é de hoje, mas vem acontecendo ao longo de muitos séculos. Compreendemos isso perfeitamente.

Com relação à dependência brasileira das importações, gostaria apenas de comentar, também de forma genérica, que a dependência promove a integração. Se todos fôssemos auto-suficientes dentro de nossas fronteiras, não teríamos nenhuma necessidade de procurar aumentar o comércio e a integração política com os países vizinhos, de buscar o estreitamento com os países vizinhos, com o movimento de pessoas e todas as conseqüências que disso decorrem.

Portanto, a dependência não é algo que assuste, pelo menos do ponto de vista político, o Ministério das Relações Exteriores, porque é a partir dela que podemos aumentar a integração, sobretudo com os nossos vizinhos.

Acho importante dar uma palavra sobre solidariedade.

Como bem disse o Deputado João Herrmann Neto, é característica deste Governo respeitar a autodeterminação de todos os países. Aliás, esse sempre foi um dos pilares da política externa brasileira. O que é realmente peculiar a este Governo é que, ao respeito pela soberania e à observação da não-ingerência, somou-se o preceito da não-indiferença. Foi a não-indiferença que nos levou ao Haiti; é a não-indiferença que nos tem levado a procurar ajudar os países mais pobres a se desenvolverem junto com o Brasil; é a não-indiferença que nos leva à aproximação com a África, outra característica desse Governo.

Por fim, uma última palavra sobre a perspectiva do Brasil com relação à Bolívia.

Muito foi feito neste Governo pelo acordo com a Bolívia e pelos projetos de integração física e energética com outros países. Eu até gostaria de ter trabalhado no acordo que permitiu as importações de gás da Bolívia, mas ele foi feito na década de 90, não neste Governo. Tenho certeza de que quem o negociou se preocupou em obter garantias de que eventuais instabilidades não prejudicassem o fornecimento de gás, que, aliás, como bem assinalaram o Dr. Freitas e a Dra. Graça, até este momento não sofreu nenhuma interrupção, apesar de todos os problemas.

Portanto, apesar de não termos negociado os acordos de fornecimento do gás boliviano para o Brasil – gostaria de tê-lo feito –, continuamos preocupados em criar condições que nos garantam, a longo prazo, a manutenção dessas importações, em virtude da dependência que temos.

Parte dessa preocupação se reflete nas conversas políticas que temos mantido com os bolivianos, de todos os setores e tendências. O próprio Deputado Evo Morales teve uma longa conversa com o Presidente Lula ano passado, em Santa Cruz da la Sierra, da qual tive o prazer de participar. Ao cativar essas lideranças, procuramos garantir os caminhos de diálogo com o país vizinho, sem esquecer, por exemplo, que o Deputado Evo Morales foi o segundo candidato mais votado à Presidência da Bolívia nas eleições que elegeram Gonzalo Sanches de Losada.

Essas eram as observações de caráter político que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – A Presidência agradece ao Sr. Embaixador José Eduardo Martins Felício e passa a palavra à Sra. Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS FOSTER** – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço as perguntas tão bem estruturadas dos Deputados presentes, que nos dão a oportunidade de apresentar um pouco do trabalho que temos feito, de forma integrada, com os empresários que atuam no segmento de petróleo e gás natural no Brasil, América do Sul e América Latina.

Exmo. Deputado Mauro Passos, temos uma preocupação bastante grande com o suprimento continuado de gás natural para o Brasil. Como expusemos, nossa dependência se dá, fundamentalmente, na produção de petróleo. E os povos procuram, decerto, o suprimento energético fornecido pelos combustíveis líquidos. Assim



o Brasil fez há 100 anos, quando começou a prospectar mais intensamente, a partir da PETROBRAS.

Sou funcionária da PETROBRAS há 28 anos e sirvo ao Governo brasileiro desde janeiro de 2003. Desenvolvemos um perfil na prospecção do petróleo, e nossa atual posição na produção de gás natural advém da característica de que o nosso gás é associado ao petróleo. Tem sido assim. Ao produzir mais petróleo – que tem, sim, rentabilidade muito maior, pela maturidade da logística de distribuição e exportação –, passamos a consumir mais gás e a depender, sistematicamente, do gás natural.

Neste momento, em que a nossa maturidade tecnológica se dá na prospecção e produção de petróleo em águas profundas – 85% das nossas reservas estão em reservatórios, em lâminas d'água superiores a mil metros de profundidade –, começamos a trabalhar o gás natural. As descobertas da Bacia de Santos têm potencial expressivo e significativo.

Gostaria de destacar aos Deputados que fizeram perguntas semelhantes que a produção do BS-400 é prioridade para nós, do Ministério de Minas e Energia. Por meio da nossa ex-Ministra Dilma Rousseff e, agora, do Ministro Silas Rondeau, temos solicitado e insistido junto à PETROBRAS quanto à antecipação da produção de gás natural. Ela se dará já a partir do segundo semestre de 2008. Nós demandamos esse gás. A PETROBRAS está passando pela fase de avaliação e vai declarar à Agência Nacional de Petróleo os volumes comercialmente produzidos já a partir do mês de setembro.

A relação com a Argentina, a Bolívia e, por que não dizer, o Peru é fundamental para dar continuidade ao suprimento de gás no Brasil. As reservas disponíveis de gás não associado, 53 trilhões de pés cúbicos, foram descobertas na Bolívia. Por meio do Governo Federal, da PETROBRAS e de outras empresas que operam naquele país, devemos desenvolver a habilidade de conquistar os povos boliviano, argentino e peruano, que já questionam o destino de seu gás. O gás de Camisea soma 12 trilhões de pés cúbicos, enquanto o consumo peruano é pequeno: 4 milhões de pés cúbicos por dia. Estivemos recentemente com o Presidente do Peru, numa reunião de Ministros, e aquele povo clama, sim, pelo destino do seu gás natural.

Quanto ao compromisso social da PETROBRAS com a Bolívia, mencionado por alguns Deputados, a expectativa dos bolivianos vai muito além de se asfaltar rua e fazer escola. Eles querem, principalmente, agregar valor ao gás natural da Bolívia na Bolívia e para a Bolívia. Temos projetos importantes, como o pólo gás-químico e o pólo minero-siderúrgico na fronteira, mas que preocupam o empresariado quanto à rentabilidade

do projeto. São investimentos expressivos na fronteira, que agregam valor ao gás da Bolívia.

Precisamos ter a habilidade de conquistar esses países vizinhos da América do Sul e da América Latina, porque dependemos do gás dessas nações. Mas o ganha-ganha se dá na importação com agregação de valor, como a PETROBRAS tem propiciado à Bolívia, por intermédio de suas refinarias, na capilaridade de distribuição do produto.

Com relação ao que foi dito também pelo Deputado Mauro Passos sobre a Comunidade Européia, o mundo inteiro, ao ver o petróleo a 64 dólares o barril, ao perceber as imensas restrições ambientais que dificultam e elevam o valor potencial da produção desse petróleo, busca os combustíveis renováveis. E, mais uma vez, o Brasil tem a liderança na produção mundial de álcool. Com a graça dos nossos dirigentes, de muitos Deputados e Senadores, do Presidente Lula e de Ministros, temos o programa do biodiesel. Inauguramos a terceira planta no Piauí. Somos vistos como parceiros mundiais, de forma que para a produção do biodiesel possamos fazer a complementaridade das nossas reservas de hidrocarboneto, guardando reservas estratégicas de petróleo e sustentando esse desenvolvimento econômico ainda por longa data.

A questão do desenvolvimento tecnológico é fundamental. Trabalhamos junto à Comunidade Européia e aos Estados Unidos e temos liderança na produção de hidrogênio por meio do álcool. Essa é uma habilidade desenvolvida no País, para complementar, com toda certeza, nossas reservas de hidrocarboneto.

Com relação ao que disse o Deputado Eduardo Valverde, gostaria de dizer aos senhores que conseguimos efetivar o planejado e sonhado gasoduto Urucu/Coari/Manaus, na floresta amazônica, depois de muitos anos e muitos Governos. O produtor do gás é a PETROBRAS. São confirmados 7,5 milhões de metros cúbicos/dia de gás de pequenas reservas. Inicialmente, são 5 milhões de metros cúbicos no traçado Urucu/Coari/Manaus e, depois, na seqüência, para Porto Velho, mais 2 milhões de metros cúbicos/dia. Assinaremos – PETROBRAS, ELETROBRÁS, CIGÁS e Governo do Estado – a construção desse gasoduto. Há obra iniciada e licenças ambientais concluídas. O *Gas Supply Agreement*, Contrato de Suprimento de Gás, entre PETROBRAS e ELETROBRÁS, deverá ser assinado no final deste mês.

Para finalizar, gostaria de dizer que, pela primeira vez na história do País, em especial depois da quebra do monopólio, está desenhada uma licitação, para o mês de outubro, a fim de atender à nossa demanda de gás. Dificilmente, no médio prazo, a menos que sucessos exploratórios inesperados nos revelem

grandes prêmios, não planejamos ter auto-suficiência em gás natural. O mercado de gás difere substancialmente do mercado de combustíveis líquidos. Nos líquidos, buscamos a oferta para atender à demanda crescente no Brasil, na América do Sul e na América Latina. No caso do gás, buscamos atender, de forma sustentável, ao mercado já desenvolvido. Haverá licitação, provavelmente, no mês de outubro, em que se desenha o perfil para o gás natural. Temos déficit de gás. Há 9 usinas sendo convertidas para óleo diesel, cujo custo de geração é significativamente mais alto, para garantirmos todo o despacho, ou seja, 100% de todas as nossas térmicas.

Então, é isto: BS-400, BS-500, em 2008, na Baía de Santos, Deputado, com potencial de acumulações superiores. Precisamos esperar setembro para a sétima rodada.

No entorno desses blocos, apresentamos, por meio da ANP, boas oportunidades para incrementar, em bases econômicas absolutamente controladas, um volume de gás nacional a maior para o mercado. Mas como mostrei, Deputado, estamos trabalhando junto com a Bolívia, dependentes do relacionamento socioeconômico com aquele país para, eu diria, os próximos 30 anos.

O investimento, o aporte para o desenvolvimento social é pouco. Precisamos agregar valor ao nosso petróleo, ao nosso gás no Brasil, por meio das nossas refinarias, da nossa petroquímica, mas a Bolívia clama pelo mesmo feito.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Esta Presidência agradece à Sra. Maria das Graças Foster e passa a palavra ao ilustre Sr. José Fernando de Freitas, Presidente da PETROBRAS Bolívia.

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – As questões foram apresentadas de forma muito clara e complexa. Elas transcendem as perguntas dos Srs. Parlamentares e se complementam. Por isso, sem identificar a pergunta, vou procurar passar por todos os pontos levantados. Se perseverarem dúvidas, obviamente, estarei à disposição para maiores esclarecimentos.

Gostaria de começar falando um pouco sobre a ação social da PETROBRAS na Bolívia. A primeira, a mais óbvia, a mais clara, mais natural e inequívoca é o pagamento de impostos, o cumprimento de suas obrigações como entidade. Ao longo de sua atividade, iniciada em 1995, a PETROBRAS contribuiu para os cofres públicos bolivianos com 1 bilhão e meio de dólares. Esse é um número significativo, mas essa é a letra fria da lei.

Entendemos que uma empresa que tenha como valor a responsabilidade social deve ir um pouco mais além. Por isso, temos tratado os problemas mais candentes das comunidades que nos cercam, e não somente por meio de aportes financeiros. Numa empresa como a PETROBRAS, tanto no Brasil como na Bolívia, temos algo que pode fazer diferença na viabilização de determinadas comunidades: o conhecimento.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Um 1 bilhão e meio desde que a PETROBRAS está lá, 1995, mas as atividades produtivas efetivamente começaram em 1999. Então, de 1999 até o final de 2004. Foram 5 anos de atividade. Um bilhão e meio de dólares, uma média de 300 milhões de dólares por ano.

Além desse pagamento de impostos, a PETROBRAS tem investido, com sócios ou de forma individual, no melhoramento das condições de vida dessas comunidades. Como eu disse antes, 4 milhões de dólares foram investidos nisso, mas o valor, nesse caso, não traduz efetivamente o que foi feito. Esse dinheiro foi investido em postos sanitários, escolas, suprimento de água potável, absolutamente elementares para a mínima qualidade de vida e sobrevivência.

Procuramos, sobretudo, levar a essas comunidades a noção de cidadania, a capacidade de se manter pelos próprios meios, por intermédio do ensino de determinada profissão ou da viabilização de pequenos negócios auto-sustentáveis, sem a necessidade de aporte contínuo de dinheiro para que possam sobreviver.

Entendemos que essa seria a melhor forma de atuação, e para isso temos nos associado com a comunidade acadêmica boliviana. No Brasil, a PETROBRAS teve história de muito sucesso na associação com a comunidade acadêmica, com as principais universidades brasileiras, de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, o que gerou benefícios para ambos os lados. Na Bolívia, também procuramos, por intermédio das universidades, identificar melhor a necessidade dessas comunidades e atendê-las de forma mais adequada, efetiva e continuada.

Há também a preocupação relacionada com os recursos humanos utilizados na Bolívia, com a relação entre empregados próprios e contratados. Hoje temos 750 funcionários próprios, da planilha da empresa, e cerca de 1.300 contratados. O critério para contratação e não-participação na planilha é o de competência na atividade. Entendemos que, embora determinadas atividades devam ser desempenhadas diuturnamente para que possamos atingir nossos objetivos, existem outras empresas que as fazem melhor, que se aplicam nesse sentido. Um exemplo são os serviços de vigilância e limpeza, absolutamente essenciais. Sem eles

não funcionamos, mas entendemos que outros grupos de empresas poderiam executá-los.

Desenvolvemos na Bolívia, a exemplo do Brasil – seguimos as melhores práticas aqui adotadas –, contratos com essas empresas, necessariamente de longo prazo, que obriguem o crescimento das relações trabalhistas, de forma a dar aos empregados condições similares às dos empregados da PETROBRAS, com a única diferença de que pertencem funcionalmente a outra empresa, inclusive nas práticas relacionadas à segurança e assistência médica.

Ainda com relação a práticas de responsabilidade social, dos 2 mil empregados da PETROBRAS na Bolívia, hoje somos 26 brasileiros, ou seja, a maioria esmagadora é boliviana e está espalhada por todos os níveis hierárquicos, desde as funções mais simples até as mais elevadas, como diretor da companhia.

Então, procuramos fazer com que a PETROBRAS seja efetivamente uma empresa boliviana. Os brasileiros vão para lá levar o conhecimento que adquiriram na atuação em outras áreas, mas, de maneira geral, a empresa pode ser identificada como boliviana. Por essa razão, ratifico as palavras do Embaixador Felício de que a PETROBRAS goza de muito boa imagem na Bolívia. Além disso, ela é objeto de desejo, sonho de consumo, se assim podemos dizer, para a sociedade boliviana. É a empresa genuinamente nacional, numa atividade de alta tecnologia, que deu certo. Isso é motivo de orgulho para todos nós, pois a PETROBRAS é objeto de muito respeito e admiração por parte dos bolivianos. Por essa razão, não imaginamos – como foi dito, talvez, de brincadeira – que tenhamos sido os provocadores do atual estado de coisas.

Quero dizer também que, dentro dos acordos com as universidades, devemos inaugurar, em dezembro, um instituto nacional de excelência em gás, com a universidade pública René Moreno, para desenvolvimento e capacitação da sociedade boliviana nas atividades de gás, a exemplo do que é feito no Brasil. Gostaria de repetir que transportamos para a Bolívia as melhores práticas que temos no Brasil.

Falarei um pouco do tamanho da PETROBRAS na Bolívia. A intenção não é fazer auto-elogio à nossa atuação naquele país, mas passar aos senhores o tamanho relativo da empresa. A indústria de petróleo necessita de escala. Caso contrário, não é viável. Uma indústria que gasta 30 milhões de dólares perfurando um poço e, ao final de 10 meses de trabalho, tem resultado zero, necessita de musculatura, de capacidade de escala para que seja solvente, para que estatisticamente, entre todos os investimentos, os bem-sucedidos sejam suficientemente robustos. Não podemos tomar a decisão de só furar poços bem-sucedidos.

Temos de furar também os secos, que fazem parte da base estatística.

Essa é uma razão para o tamanho da PETROBRAS na Bolívia. Por motivos de escala, é fundamental que uma empresa bem-sucedida tenha tamanho mínimo. E o da PETROBRAS, embora relativamente ao da Bolívia seja muito grande, não é tanto assim.

Acabamos de ver aqui as reservas da PETROBRAS na Bolívia representam apenas 4,5% do total da empresa. Nossas refinarias naquele país, responsáveis por 95% da capacidade de refino, são menores que as menores do Brasil, entre elas a de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que o Deputado Dr. Heleno mencionou. Não tenho nenhuma intenção de menosprezar os nossos irmãos. A PETROBRAS Bolívia não é grande; o PIB boliviano é que é muito pequeno, 8 bilhões de dólares, enquanto a empresa fatura quase 30 bilhões de dólares, ou seja, 4 vezes mais.

Essa relatividade acontece em função das pequenas dimensões da economia boliviana. Então, a PETROBRAS não é enorme nem monstruosa. Ela tem o tamanho que lhe permite desempenhar suas atividades de forma economicamente adequada.

Foi mencionado que talvez, por esse gigantismo, a PETROBRAS tivesse sido catalisadora da reação que levou à mudança da legislação boliviana e que, como o Deputado mencionou, pode chegar à estatização ou à nacionalização. A crise institucional, que culminou com a deposição de 2 presidentes, iniciou-se em fins de 2002, com um projeto de algumas empresas – do qual a PETROBRAS não participava – de exportação de gás por meio de GNL da Bolívia para os Estados Unidos, por um porto no Chile. Como os senhores sabem, existem algumas diferenças entre a Bolívia e o Chile, e nesse momento foi suscitado todo esse debate, que começou com a não-exportação de gás pelo Chile. Isso foi se ampliando para a não-exportação de gás para lugar nenhum e acabou levando à situação de hoje.

Então, acho que essa culpa não temos. Realmente, o problema não começou por causa das atividades da PETROBRAS.

Gostaria de registrar que a PETROBRAS sempre atuou no sentido de fortalecer a empresa estatal boliviana, a YPFB. É muito conveniente para a PETROBRAS – e digo isto para reforçar essa intenção – que exista uma empresa boliviana forte, porque dá respaldo e suporte técnico às decisões complexas que temos de tomar. Então, é conveniente existir uma contraparte tecnicamente sólida na Bolívia ou em qualquer outro país, pois isso leva a decisões mais adequadas e acertadas.



Com relação à nova lei – foram feitas algumas perguntas sobre um detalhamento maior – o aumento da tributação talvez tenha sido um dos 3 pontos mais importantes. O aumento da tributação não foi de 32%, mas de 32 pontos percentuais. Além de todos os impostos que já pagávamos, foi criado um novo, com alíquota de 32% sobre o faturamento bruto, que leva à carga tributária de cerca de 55% do faturamento total da companhia. Então, não é aumento de 32%, mas de 32 pontos percentuais sobre o que já se pagava.

**(Não identificado)** – Mas para o mercado interno?

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Para todo o faturamento da empresa.

**(Não identificado)** – Externo ou interno?

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Todo o faturamento da companhia. No que diz respeito a gás, é fruto basicamente de exportações, mas também se refere ao mercado interno. Toda a atividade de refino e de distribuição está sujeita à mesma tributação.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Exatamente, mas há eliminações. A carga tributária total antes era da ordem de 39%. Foi aplicado imposto de 32%, mas, com as eliminações em função dos custos, pagamos menos Imposto de Renda, porque geramos menos lucro, com tributação maior. Na verdade, não se soma. Havia tributação da ordem de 39%, que hoje passa a ser em torno de 54%.

Entendo que esse é um dos pontos principais da nova lei, que dificulta tremendamente novos investimentos. Os existentes, com maior nível de amortização, têm melhores condições de sobreviver. Novos investimentos são muito mais difíceis.

Qual a outra característica importante da nova legislação? A redução da capacidade de as empresas disporem da produção para comercializá-la. O mercado de gás, como bem mencionou a Secretária Graça, é muito complexo. Sempre digo que os mercados de petróleo e de gás são como as damas e o xadrez: a única coisa que têm em comum é o tabuleiro. O gás seria o jogo de xadrez, pois é muito mais complexo e tem muito mais variáveis. Envolve, portanto, risco muito maior. A capacidade de dispor da produção para comercializá-la é fundamental, porque os riscos a serem assumidos são muito grandes. Uma infra-estrutura de gasoduto não pode ser construída e aumentada à medida que a demanda vai aumentando. É preciso construí-la, assumir volume de investimento maior e risco de desenvolvimento. Essa é a segunda questão importante prevista na lei, e que retira das empresas a capacidade de comercializar a produção de forma mais livre.

Outra característica da nova legislação diz respeito à dificuldade operacional de desenvolver atividades. Alguns artigos dispõem que qualquer atividade de petróleo, ainda que o Estado haja dado concessão, deve ser submetida a consulta pelas comunidades indígenas – não são definidas quais –, sobre a viabilidade. Se essas comunidades entenderem que a atividade não é adequada, ela não poderá ser realizada, o que causa grande dificuldade e enorme incerteza com relação ao que pode ser feito.

No que tange aos investimentos relacionados às necessidades mencionadas pela Secretária Graça, entendo que investimentos incrementais relativos aos ativos existentes, muito provavelmente, ainda são viáveis, principalmente se o interesse do País prevalecer sobre os interesses comerciais, como eu disse, e se conseguirmos flutuar, ou seja, manter à tona esses investimentos. Portanto, investimentos incrementais devem ser viáveis.

Os grandes investimentos, certamente, hoje não seriam viáveis e perderam atratividade, a exemplo do pólo gás-químico, na fronteira da Bolívia com Mato Grosso do Sul, o pólo minero-siderúrgico, também naquela região, e grandes volumes de exportação de gás para a Argentina, com previsão da ordem de 20 milhões de metros cúbicos por dia. Esses grandes investimentos, efetivamente, perderam atratividade.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – Esta Presidência agradece ao Sr. José Fernando de Freitas, ilustre Presidente da PETROBRAS Bolívia, a participação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, autor de um dos requerimentos e, logo em seguida, ao Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustres convidados desta importante reunião de audiência pública, realizada pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Minas e Energia, nós, brasileiros, sofremos as primeiras dores da globalização. Nunca antes tínhamos vivido processo como esse.

O Brasil é, para a Bolívia, o império. Somos o grande investidor naquele país, conseqüentemente, geramos amor e ódio ao mesmo tempo. O povo brasileiro, que representamos, tem manifestado preocupação com os investimentos feitos naquele país, desde 1996, na ordem de quase 1 bilhão de dólares. Trata-se de dinheiro do povo, oriundo da maior empresa brasileira, sob o controle do Estado brasileiro, a PETROBRAS. Portanto, nós, o Congresso Nacional, somos o conselho superior da estatal.



Nossa primeira verificação é que o atual Governo diminuiu drasticamente os investimentos na Bolívia. No último ano do Governo passado, foram 218 milhões de dólares, que caíram para 49 milhões e, no ano passado, para 18 milhões. Ao mesmo tempo, houve o anúncio, tempos atrás, pela Ministra Dilma Rousseff, de que construiríamos nova refinaria na fronteira com a Bolívia.

A primeira pergunta é qual o andamento desse novo investimento, se foi paralisado ou não, dado o novo desenho do quadro boliviano.

Verifico, como economista, que temos aumento da carga tributária de 38% para 55% do faturamento da empresa, aumento real de 44,7% sobre a carga anterior. A pergunta que faço ao Sr. José Fernando de Freitas é: esse aumento de tributo será pago pelo consumidor boliviano ou brasileiro, para que a PETROBRAS, no seu gigantismo, incorpore prejuízos, diminuindo o lucro da nossa estatal?

A PETROBRAS, no ano passado, auferiu lucro de 17 bilhões de reais, o maior de todos os tempos. No primeiro trimestre de 2005, já anunciava lucro de 5 bilhões, projetando mais de 20 bilhões este ano. Pergunto: quanto está impactando esse aumento de tributação? Evidentemente, se ele mexer só com os preços internos bolivianos, não temos nada a ver com isso. Sigo a linha do Deputado João Herrmann Neto, de autodeterminação e independência – cada país cuida de si. Mas se ele mexer no preço que veio para o Brasil e o nosso consumidor tiver que pagar a conta fruto da movimentação política de nosso amigo vizinho, de quem somos irmãos, aí é negócio.

Estou vendo que ainda não fomos à arbitragem internacional, mas a consequência da nova lei, que está no relatório, a maior carga tributária, a dimensão da rentabilidade dos investimentos efetuados, mostra, praticamente, seletividade em investimento futuro. A nova refinaria depende, então, dessa seletividade, quer dizer, vai-se decidir se é conveniente ou não a PETROBRAS fazer novo investimento.

O prejuízo me parece iminente. Estou tateando, porque não tenho maiores informações. Geramos, no ano passado, 11 mil e tantos empregos diretos e indiretos; arrecadamos, para a Bolívia, 314 milhões de dólares. Dezenove por cento da arrecadação boliviana vieram de empresas brasileiras que estão lá, que são patrimônio boliviano, porque qualquer multinacional no Brasil também é patrimônio brasileiro, embora o dono da empresa seja estrangeiro, transnacional etc.

Então, esse faturamento das nossas empresas, Presidente Aroldo Cedraz, leva-me a algumas questões, como a necessidade de aproximação do Congresso Nacional com o Congresso boliviano. Temos

de ter uma interlocução com os nossos congêneres. Enquanto o Poder Executivo faz suas negociações, temos de estreitar o relacionamento do Parlamento brasileiro com o boliviano, e também fazer o acompanhamento, talvez em linha direta com a PETROBRAS e o Ministério das Relações Exteriores, da defesa do interesse estatal brasileiro, do investimento do povo, de milhões de acionistas da PETROBRAS, que temos o maior interesse em acompanhar. Eu mesmo, infelizmente, não tenho nenhuma ação da PETROBRAS, no momento, mas gostaria de ter, porque, sem dúvida alguma, é um grande investimento.

Essa Lei de Hidrocarbonetos, pelo que estamos acompanhando, pode ser modificada para pior. Poderá piorar nossa situação, prejudicando mais nosso investimento.

Como eu disse, a PETROBRAS e o Brasil suscitam amor e ódio. Conforme o interesse político da circunstância da briga política local, se o discurso lhe é favorável, joga contra o imperialismo. No Brasil também é muito usual fazer esse jogo maniqueísta.

A última questão trata de algo bem frontal. V.Sa. nos representa na Bolívia. Diante disso, qual é o risco verdadeiro para nossos investimentos, no sentido de termos prejuízo na Bolívia em face à conjuntura política boliviana?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – A Presidência agradece ao ilustre Deputado Luiz Carlos Hauly.

Informo ao Plenário que, em momento que considerar oportuno, designará uma delegação de Parlamentares desta Comissão e da Comissão de Minas e Energia – por motivação desta Presidência e por requerimento do Deputado Nilson Mourão – para nos representar nessa missão diplomática, que considero muito bem-sucedida. Espero que contribua para esses entendimentos junto ao Parlamento amigo do país vizinho. Inclusive, o relatório já foi apresentado a esta Comissão.

Esta Comissão também informa ao Plenário que recebeu da Presidência da PETROBRAS uma carta agradecendo as tratativas desenvolvidas pelos nossos colegas Parlamentares. Portanto, mais uma vez, nossa diplomacia Parlamentar tentando contribuir com o desenvolvimento do nosso País.

Passo a palavra, com satisfação, ao ilustre Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIR CARNEIRO** – Sr. Presidente, nobres colegas, senhores convidados, ilustres palestrantes, a manifestação do Deputado Luiz Carlos Hauly veio muito em direção daquilo que eu estava pretendendo consultar aos senhores convidados.

Distingo dois campos de ação das relações de Estado, que visam estabelecer condições assegurando estabilidade política entre os povos dos dois países e a segurança jurídica necessária, para que as atividades empresariais possam acontecer até no âmbito de cooperação e com propósitos também muito saudáveis de solidariedade entre esses povos.

Inquestionavelmente, a atividade empresarial tem de ter um conjunto de razões que lhe dêem garantias de poder atuar com resultados positivos.

Creio que a diplomacia e o Governo brasileiros devem desenvolver gestões de Estado para Estado, para que os empresários brasileiros – não apenas a empresa estatal – possam sentir-se seguros de que o investimento na Bolívia não sofrerá qualquer tipo de transtorno ou colapso superveniente.

Diretamente para o Presidente da PETROBRAS, eu pediria uma manifestação do ilustre embaixador sobre essa ótica que mencionei. Quanto ao ilustre Presidente da PETROBRAS, também na linha de raciocínio do Deputado Luiz Carlos Hauly, estou ansioso para saber sobre essas novas formulações legislativas do país vizinho e amigo, no tocante a que tipo de repercussão trazem para o equilíbrio, a viabilidade econômico-financeira do negócio atual e a perspectiva de ampliação dos investimentos.

Essa é uma preocupação que deve ser de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – A Presidência agradece ao ilustre Deputado Jairo Carneiro a manifestação

Passo a palavra ao último orador inscrito, eminente Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Primeiramente, só para elogiar.

Primeira pergunta: Está dando lucro? (*Risos.*) A verdade é que a PETROBRAS não vai jogar para perder, pela capacidade da turma que possui.

Até quanto por cento de lucro podemos agüentar? Mesmo 52%. Sabemos que a PETROBRAS já teve um lucro, no passado, fora do comum, porque aumentou 35%. Imaginem o lucro que teve! É lógico que investiu. Esse é uma das perguntas dos meus colegas.

Nós temos lá 26 brasileiros com capacidade técnica. Estamos plantando a justiça, dando-lhes emprego, sendo representados por eles.

Dra. Maria, queremos alertar o Brasil para o fato que 500 empregados de Manguinhos deixarão de trabalhar, porque está fechado. Eu tenho certeza de que nas mãos da PETROBRAS dará ouro. Tudo o que a PETROBRAS toca, vira ouro, ou melhor, vira petróleo. Vamos irmanar Deputados, Governo para salvar Man-

guinhos. A PETROBRAS, de fato, pode estar à frente disso, numa forma humana.

É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – A Presidência agradece ao ilustre Deputado Dr. Heleno.

Para finalizar esta audiência pública de alto nível, passo a palavra, com satisfação, ao Sr. José Fernando de Freitas.

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Deputado Luiz Carlos, o senhor está se referindo à nova refinaria na fronteira boliviana. Entendo que, provavelmente, estamos nos referindo ao Pólo Gás-Químico, porque é o que havia sido previsto lá. Efetivamente, esse grande investimento, como o Pólo Gás-Químico, um empreendimento binacional, na fronteira Brasil-Bolívia, extrairia as frações mais pesadas do gás e o transformaria em GLP e em etano, para produção de plástico, e agregaria valor. O Pólo Minero-Siderúrgico, naquela região, e a exportação de gás para a Argentina demandariam bilhões de dólares. Somente o Pólo Gás-Químico demandaria investimento de 1,5 bilhão de dólares; o Minero-Siderúrgico, 700 milhões, e a exportação de gás para a Argentina demandaria investimentos em gasodutos da ordem de 2 bilhões de dólares.

Esses investimentos foram colocados agora em compasso de espera.

(**Não identificado**) – Estão de quarentena?

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Estão de quarentena, porque são novos investimentos que, efetivamente, precisariam de uma estrutura tributária, ou até mesmo de uma estrutura legal mais adequada para seu desenvolvimento.

As empresas que se interessaram por esses projetos – além da PETROBRAS, outras também haviam se interessado – não desistiram do negócio. Por enquanto, elas estão em quarentena, esperando, talvez, o desenrolar dos fatos. Esses projetos realmente estão parados.

Com relação à sua pergunta direta, quem está pagando esse aumento de tributação na Bolívia, por enquanto, nenhum consumidor brasileiro e nenhum consumidor argentino estão pagando, porque os contratos de exportação, basicamente, fonte de faturamento das empresas, têm preços regidos por fórmulas preestabelecidas em contratos de longo prazo.

O GSA, contrato de compra e venda de gás para o Brasil, tem uma estrutura de preço predeterminada. Em algum momento, o Brasil estabeleceu negociações para reduzir esse preço. Não houve ainda menção de aumento desse preço. Quem está pagando isso são as empresas. Ou seja, as empresas que estão atuando lá, PETROBRAS, REPSOL, estão diminuindo

sua lucratividade. Quem está bancando efetivamente esse aumento de contribuição ao Erário boliviano são as empresas.

A PETROBRAS continua sendo uma empresa rentável na Bolívia. O Deputado já havia dado uma parte da explicação. É que já estamos há algum tempo na Bolívia. Então, parte desses investimentos já foram pagos, amortizados. Hoje podemos dizer que a PETROBRAS não tem mais nenhum capital próprio na Bolívia. Ou seja, uma parte já foi paga – foi pago esse investimento – e a outra foi substituída por capital de terceiros, por empréstimos.

Com relação aos investimentos que já estão, a PETROBRAS continua sendo uma empresa rentável. A PETROBRAS é uma empresa rentável na Bolívia. No ano passado, na gestão de 2004, a empresa obteve lucro de mais de 100 milhões de dólares em suas atividades na Bolívia. Então, a empresa é rentável. Ou seja, embora o acionista PETROBRAS tenha redução na rentabilidade em razão da nova legislação, os projetos da PETROBRAS na Bolívia continuam sendo rentáveis. Os novos grandes projetos – esses sim – não devem acontecer no curto prazo em razão dessa situação.

A lei pode piorar? Pode. Estamos em período eleitoral, que deve culminar com as eleições no dia 4 de dezembro. Fala-se em nacionalização. Fala-se em alteração da lei antes mesmo dessa situação. Se vale alguma coisa a história, a Bolívia tem uma história, desde a indústria do petróleo, desde a década de 30, de duas nacionalizações. Uma foi a nacionalização da Standard Oil, na década de 30. A motivação foi o fato de que a Standard Oil, durante a Guerra do Chaco, recusou-se a fornecer combustível para as forças armadas bolivianas. Isso gerou tremenda aversão. Ela foi nacionalizada, mas pagou-se a indenização correspondente. Naquele momento, em dinheiro de 1930, foram 1 milhão e 700 mil dólares. A segunda nacionalização veio na década de 70, em 1979 especificamente, com a nacionalização da Gulf Oil, a empresa estatal do momento, que surgiu da insatisfação pelo início das exportações de gás boliviano para a Argentina. O Estado boliviano indenizou também todos os investimentos feitos naquela época, em 72 milhões.

Então, falando francamente, julgo que o risco que corremos de nacionalização é relativamente pequeno em razão do entendimento que a sociedade boliviana tem hoje da situação. Mas, em havendo, a tradição boliviana é de pagar pelas nacionalizações. Então, o que perderíamos seria, eventualmente, nessa visão, a capacidade estratégica de influenciar no cenário energético, porque estaríamos fora do país, que tem as maiores reservas de gás. Não sei se respondi à pergunta de forma adequada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz)

– Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Fa-rei só um pequeno adendo.

O investimento social – 4 anos, 4 milhões de dólares; as empresas brasileiras estão agora com a responsabilidade social pelo faturamento de 1 bilhão e 600 milhões de dólares direto – parece-me muito pequeno. Se a área de investimento social fosse ampliada na Bolívia, poderia melhorar a imagem, a relação também com o povo boliviano. É um palpite após uma leitura muito rápida.

**O SR. JOSÉ FERNANDO DE FREITAS** – Está V.Exa. absolutamente certo. Já chegamos a essa conclusão. Entendemos que existe um espaço grande para aumentar isso. O que não queremos – e não devemos efetivamente – é nesse afã aplicar políticas que sejam absolutamente ou essencialmente assistencialistas. O que procuramos é cercar-nos das áreas que melhor conhecem a situação boliviana e fazer investimentos que sejam efetivamente mais eficazes.

Por exemplo, na área de San Antonio, uma das áreas de produção, o maior campo de gás da Bolívia, um campo enorme de centenas ou dezenas de milhares de hectares de distância, moram 13 famílias, 13 comunidades. É muito pequeno, muito rarefeito aquilo. Então, efetivamente, ainda que se desse condição de vida absolutamente nababesca a essas famílias, seria um investimento menor. Temos de olhar a Bolívia como um todo e não apenas essas comunidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) – Esta Presidência, em nome desta Comissão e do Presidente Nicias Ribeiro, da Comissão de Minas e Energia, agradece a presença aos ilustres Embaixador José Eduardo Martins Felício, Dra. Maria das Graças Foster e Sr. José Fernando de Freitas, Presidente da PETROBRAS na Bolívia.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando os membros da Comissão para reunião ordinária deliberativa no dia 17 de agosto, quarta-feira, às 10h, no Plenário 3.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 17 de agosto de 2005**

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo



Feijó – 1º Vice-Presidente; Rose de Freitas – 3ª Vice-Presidente; Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Francisco Appio, Jurandir Boia, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airtton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Fernando Ferro, João Pizzolatti, João Tota, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma e Nelson Meurer. O Deputado Fernando Ferro comunicou a impossibilidade de seu comparecimento às reuniões, tendo em vista sua indicação, no último dia dez, para o cargo de Líder provisório da bancada do Partido dos Trabalhadores. ABERTURA: Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação as Atas das Reuniões Ordinárias Deliberativa e de Audiência Pública, realizadas nos últimos dias três e dez, respectivamente. O Deputado Marcello Siqueira solicitou dispensa da leitura das Atas, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. EXPEDIENTE: O Senhor Presidente participou seu interesse na criação de um grupo de trabalho da Comissão de Minas e Energia, com vistas à elaboração de proposta de novo Código Mineral Brasileiro, vez que, na sua opinião, o Código em vigor, restritivo das atividades de exploração de recursos minerais e hídricos em áreas indígenas e de reserva florestal, encontra-se desatualizado por desconsiderar as alterações ocorridas na legislação concernente à área ambiental. O Senhor Presidente informou que os deputados interessados em participar do referido grupo de trabalho deveriam comunicar a Secretaria da Comissão. Logo após, o Senhor Presidente participou que se fizera acompanhar de outros membros deste Órgão Técnico em reunião com o Ministro do Planejamento, Senhor Paulo Bernardo Silva, no dia dezesseis último, oportunidade em que expusera sua preocupação com o contingenciamento dos recursos orçamentários ora imposto às Agências Reguladoras, em especial à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo obtido do Senhor Ministro a promessa de liberação dos referidos recursos para o desempenho das funções das Agências. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que, naquela mesma data, havia sido instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral e também lançado o livro Carvão Mineral – O Combustível do Século XXI, reprodução da coletânea dos

debates ocorridos no seminário sobre o mesmo tema, realizado pela Comissão de Minas e Energia, nesta Casa, nos dias vinte e sete e vinte e oito de maio de dois mil e três. ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 285/05 – do Sr. Vadão Gomes – (Projeto de Lei nº 2.832/2003) – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a proteção do patrimônio espeleológico nacional”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 2.832/03 – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências”. Relator: Deputado Vadão Gomes. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 3 – PROJETO DE LEI Nº 3.893/04 – do Sr. Fernando Gabeira – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com emenda. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.273/04 – do Sr. João Caldas – que “autoriza o Poder Executivo criar o Fundo Nacional para a Manutenção dos Transportes”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 5 – PROJETO DE LEI Nº 4.546/04 – do Sr. Eduardo Paes – que “institui que toda licitação voltada para operações de compra e venda de energia elétrica, inclusive na modalidade de leilão, terá a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas, altera dispositivo da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Betinho Rosado, em quatro de maio de dois mil e cinco, tendo este apresentado voto em separado em três de junho de dois mil e cinco. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 6 – PROJETO DE LEI Nº 4.871/05 – do Sr. Paulo Gouvêa – que “estabelece encargo tarifário para manutenção de programas sociais dos governos federal, estadual e municipal”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 7 – PROJETO DE



LEI Nº 5.000/05 – do Sr. Cabo Júlio – que “dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências”. Relator: Deputado Nelson Meurer. Parecer: pela aprovação. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação.

8 – PROJETO DE LEI Nº 4.147/04 – do Sr. Jurandir Boia – que “dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas”. (Apensados: Projeto de Lei nº 4.281/2004 e Projeto de Lei nº 4.628/2004). Relator: Deputado Pastor Amarildo. Parecer: pela rejeição deste, do PL nº 4.281/2004, e do PL nº 4.628/2004, apensados. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator para que proferisse o seu Parecer. Logo em seguida, o Deputado Marcus Vicente solicitou vista do Projeto, tendo o Senhor Presidente anuído à solicitação. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### **Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 24 de agosto de 2005**

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó – 1º Vice-Presidente; Airton Roveda, Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, José Santana de Vasconcellos, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; André Zacharow, Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Boia, Maurício Rabelo, Simão Sessim e Vadão Gomes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Fernando Ferro, João Pizzolatti, João Tota, Jorge VI, Luiz Bassuma, Nelson Meurer, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatiko. Compareceram, ainda, os Deputados João Alfredo e Luiz Carreira, como não-membros. O Deputado João Tota apresentou justificativa de falta à reunião do dia dezessete último, em razão de compromisso político-partidário em seu Estado. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início

da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia dezessete. O Deputado Pastor Amarildo solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPE-DIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia vinte e três, havia designado o Deputado Mauro Passos Relator do Projeto de Lei nº 4.082/2004 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.561/2005 e o Deputado Paulo Feijó Relator do Projeto de Lei nº 5.703/2005. O Senhor Presidente informou que, naquela mesma data, havia participado do encontro “Viabilização de Investimentos nos Setores de Transportes Rodoviários e Energia Elétrica”, no Hotel Blue Tree Park, a convite do Terceiro Secretário desta Casa, Deputado Eduardo Gomes, também Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Infra-Estrutura Nacional. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário da Comissão a criação do grupo de trabalho destinado a elaborar anteprojeto do novo Código Mineral Brasileiro, no prazo de trinta dias, integrado pelos Senhores Deputados Airton Roveda, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Maurício Rabelo e Osmânio Pereira. Em votação, a proposta de constituição do referido grupo foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente comunicou, então, que solicitaria à Consultoria Legislativa desta Casa a indicação de um Consultor Legislativo para assessorar o grupo na elaboração do anteprojeto em comento. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 285/05** – do Sr. Vadão Gomes – (Projeto de Lei nº 2.832/2003) – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a proteção do patrimônio espeleológico nacional”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que manifestou interesse em aprofundar o estudo do tema com a discussão do Projeto de Lei nº 2.832/2003, de autoria do Deputado Hamilton Casara. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.561/05** – do Sr. Luiz Carreira e outros – que “dispõe acerca da realização de plebiscito sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no primeiro domingo do mês de outubro de 2006”. Relator: Deputado Mauro Passos. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Em discussão, foi concedida a palavra ao Deputado Luiz Carreira, Autor do Projeto, que enfatizou a necessidade de se realizar o plebiscito em referência, cujo objetivo, na sua opinião,

seria legitimar a ação do Governo no que diz respeito à transposição do Rio São Francisco, projeto de extrema importância e complexidade, considerados os aspectos sócio-ambientais nele envolvidos. Discutiram a Proposição, ainda, os Deputados Betinho Rosado, Romel Anízio, João Alfredo e Eduardo Valverde. Não tendo havido mais quem quisesse discutir a matéria, o Parecer foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **3 – PROJETO DE LEI Nº 2.832/03** – do Sr. Hamilton Casara – que “dispõe sobre proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências”. Relator: Deputado Vadão Gomes. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que solicitou a retirada de pauta da Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa, tendo o Plenário anuído à solicitação. **4 – PROJETO DE LEI Nº 5.120/05** – do Sr. José Carlos Machado – que “regulamenta o art. 19 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico”. Relator: Deputado Pastor Amarildo. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou Requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE LEI Nº 3.893/04** – do Sr. Fernando Gabeira – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com emenda. **O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente.** **6 – PROJETO DE LEI Nº 4.147/04** – do Sr. Jurandir Boia – que “dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas”. (Apensados: Projeto de Lei nº 4.281/2004 e Projeto de Lei nº 4.628/2004). Relator: Deputado Pastor Amarildo. Parecer: pela rejeição deste, do PL nº 4.281/2004, e do PL nº 4.628/2004, apensados. Foi concedida vista ao Deputado Marcus Vicente, no último dia dezessete. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Em discussão, foi concedida a palavra ao Deputado Marcus Vicente, que declarou acompanhar o voto do Relator. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **7 – PROJETO DE LEI Nº 4.273/04** – do Sr. João Caldas – que

“autoriza o Poder Executivo criar o Fundo Nacional para a Manutenção dos Transportes”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos. Parecer: pela rejeição. **O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente.** **8 – PROJETO DE LEI Nº 4.546/04** – do Sr. Eduardo Paes – que “institui que toda licitação voltada para operações de compra e venda de energia elétrica, inclusive na modalidade de leilão, terá a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas, altera dispositivo da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências”. Relator: Deputado Dr. Heleno. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Betinho Rosado, em quatro de maio de dois mil e cinco, tendo este apresentado Voto em Separado em três de junho de dois mil e cinco. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que proferisse o seu Parecer. O Deputado Dr. Heleno afirmou que adotaria o Substitutivo apresentado no Voto em Separado do Deputado Betinho Rosado, por entender como oportuna e viável a sugestão. O Deputado Betinho Rosado, em seguida, comunicou que, em razão do que afirmara o Deputado Dr. Heleno, seria favorável à aprovação do Parecer deste. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com adoção do Substitutivo sugerido pelo Deputado Betinho Rosado em seu Voto em Separado. **9 – PROJETO DE LEI Nº 4.709/04** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “dispõe sobre a proibição da construção de novas usinas nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos”. Relator: Deputado Eduardo Valverde. Parecer: pela aprovação. **O Deputado Luiz Sérgio solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais.** **10 – PROJETO DE LEI Nº 4.871/05** – do Sr. Paulo Gouvêa – que “estabelece encargo tarifário para manutenção de programas sociais dos governos federal, estadual e municipal”. Relator: Deputado José Santana de Vasconcellos. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **11 – PROJETO DE LEI Nº 5.000/05** – do Sr. Cabo Júlio – que “dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências”. Relator: Deputado Nelson Meurer. Parecer: pela aprovação. O

Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida nos termos regimentais. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que fora aprovada, na Comissão Mista de Orçamento, a Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada pela Comissão de Minas e Energia, que proíbe o Poder Executivo de contingenciar recursos orçamentários destinados à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Ao final, o Deputado Dr. Heleno deixou registrados os agradecimentos da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE pelo apoio e pela participação do Parlamentar na cerimônia de entrega do Prêmio Abradee 2005, ocorrida no Rio de Janeiro, no último dia quinze. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e quatro minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nícias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 31 de agosto de 2005

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nícias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; André Zacharow, Edinho Bez, Hélio Esteves, Ivo José, Jurandir Boia, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Eduardo Valverde, Jorge VI, José Santana de Vasconcellos, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatiko. Compareceu, ainda, o Deputado José Carlos Machado, como não-membro. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e quatro. O

Deputado Gervásio Silva solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia trinta e um de maio, havia sido entregue a esta Comissão denúncia contra o Grupo Cataguases, proprietário da Empresa Energética de Sergipe – ENERGIPE S.A., feita pelo Sr. José Armando do Nascimento, consumidor da referida empresa, tendo sido designado Relator da matéria em comento o Deputado Dr. Heleno. Em seguida, foi concedida a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer, pelo arquivamento da denúncia. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, que discorreu sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Sr. Antônio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República, contra o Decreto Legislativo nº 788/2005, que autoriza o início de estudos sobre a viabilidade da implantação da Hidrelétrica Belo Monte, no Estado do Pará. Em seguida, o referido Deputado apresentou requerimento verbal no sentido de que o Presidente desta Comissão solicitasse audiência com o Procurador-Geral da República, para que representantes deste Órgão Técnico prestassem esclarecimentos sobre a importância dos estudos em questão. Em votação o Requerimento, este foi apoiado unanimemente pelo Plenário da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 1 – PROJETO DE LEI Nº 5.120/05** – do Sr. José Carlos Machado – que “regulamenta o art. 19 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico”. Relator: Deputado Pastor Amarildo. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que apresentou o Requerimento de nº 307/2005, solicitando a retirada de pauta do Projeto, sob a justificativa de considerar necessária a realização de Audiência Pública para melhor discussão do tema. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 4.709/04** – do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame – que “dispõe sobre a proibição da construção de novas usinas nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos”. Relator: Deputado Eduardo Valverde. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao **Deputado Luiz Sérgio**, no último



**dia vinte e quatro. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. 3 – PROJETO DE LEI Nº 5.000/05** – do Sr. Cabo Júlio – que “dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências”. Relator: Deputado Nelson Meurer. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Gervásio Silva, no último dia vinte e quatro. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que apresentou o Requerimento de nº 308/2005, subscrito pelos Senhores Deputados Nelson Meurer e Betinho Rosado, solicitando a retirada de pauta deste Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. Ao final, o Deputado Dr. Heleno comunicou que havia visitado as instalações do Centro de Pesquisas da Petrobras e teceu elogios às realizações daquele Órgão nessa área. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### **Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 14 de Setembro de 2005**

Às onze horas e quatro minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Airton Roveda, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Jurandir Boia, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Albérico Filho, Aracely de Paula, Eduardo Valverde, João Tota, José Santana de Vasconcellos, Mauro Passos, Nicias Ribeiro, Rose de Freitas e Tatício. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a

Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia trinta e um de agosto. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 309/05** – do Sr. Gervásio Silva – que “solicita seja convidado o Sr. Diretor Geral da ANP, Sr. Haroldo Lima; o Presidente do INMETRO, Sr. João Alziro Herz da Jornada, e o Presidente do SINDIGÁS, Sr. Sérgio Bandeira de Melo, para, em audiência pública, comparecerem à Comissão de Minas e Energia, a fim de se pronunciarem sobre o resíduo de GLP em botijões de uso doméstico”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 3.600/04** – do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame – que “reduz a zero a alíquota do IPI para os óleos vegetais transesterificados destinados à adição ao diesel mineral”. Relator: Deputado Marcus Vicente. Parecer: pela aprovação, com emendas. **A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. – PROJETO DE LEI Nº 4.709/04** – do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame – que “dispõe sobre a proibição da construção de novas usinas nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos”. Relator: Deputado Eduardo Valverde. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Luiz Sérgio, em vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, tendo este apresentado Voto em Separado, no último dia trinta e um de agosto. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **4 – PROJETO DE LEI Nº 5.063/05** – do Sr. Dr. Heleno – que “institui que toda licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural tenha a Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas”. Relator: Deputado B. SÁ. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e nove minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.



## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 21 de Setembro de 2005**

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó – 1º Vice-Presidente; Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Gervásio Silva, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Deley, Hélio Esteves, Josias Quintal, Jurandir Boia, Maurício Rabelo, Reginaldo Germano e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Aracely de Paula, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos, Nelson Meurer, Osmânio Pereira, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatiko. Compareceu, ainda, o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, como não-membro. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia quatorze. O Deputado B. Sá solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente.

**EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente convocou os Deputados Airton Roveda, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Maurício Rabelo e Osmânio Pereira para que, em reunião marcada para as quinze horas desta data, se instalasse o grupo de trabalho destinado a elaborar o anteprojeto do novo Código Mineral Brasileiro. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Marcus Vicente, que manifestou repúdio à atitude do Senhor Roger Agnelli, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que não atendeu a convite formulado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para participar de Audiência Pública que seria realizada no último dia vinte, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia. O Parlamentar requereu verbalmente que se marcasse nova audiência, nos mesmos moldes. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 309/05** – do Sr. Gervásio Silva – que “solicita seja convidado o Sr. Diretor Geral da ANP, Sr. Haroldo Lima; o Presidente do INMETRO, Sr. João Alziro Herz da Jornada, e o Presidente do SINDIGÁS, Sr. Sérgio Bandeira de Melo, para, em audiência pública, comparecerem à Comissão

de Minas e Energia, a fim de se pronunciarem sobre o resíduo de GLP em botijões de uso doméstico”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **2 – REQUERIMENTO Nº 310/05** – do Sr. Pastor Amarildo – que “requer realização de Seminário em conjunto com a Haverimbril – I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural, Científico e de Minas e Energia com o Estado de Israel”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação.

**B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA:**

**3 – PROJETO DE LEI Nº 3.600/04** – do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame – que “reduz a zero a alíquota do IPI para os óleos vegetais transesterificados destinados à adição ao diesel mineral”. Relator: Deputado Marcus Vicente. Parecer: pela aprovação, com emendas. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **4 – PROJETO DE LEI Nº 4.709/04** – do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame – que “dispõe sobre a proibição da construção de novas usinas nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos”. Relator: Deputado Eduardo Valverde. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Luiz Sérgio, em vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, tendo este apresentado Voto em Separado, no último dia trinta e um de agosto. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, para que procedesse à leitura do Voto em Separado. O Parlamentar discorreu sobre os aspectos que, no seu entender, representavam a desconexão do Projeto de Lei em comento com a realidade concernente ao desenvolvimento dos projetos nucleares e, em seguida, manifestou seu voto pela rejeição ao Parecer do Relator. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Mauro Passos, que solicitou o adiamento da discussão do Projeto, tendo em vista a ausência do Relator. O Senhor Presidente informou a impossibilidade de atendimento ao referido pedido, em razão de se encontrarem exauridos os prazos regimentais, e, após consulta ao Plenário, o Senhor Presidente designou o Deputado B. Sá para proceder à leitura do Parecer, em substituição ao Relator. A seguir, foi concedida a palavra ao Autor, que esclareceu as razões da propositura do Projeto em questão. Discutiram a matéria os Deputados B. Sá e Marcello Siqueira, que se manifestaram contrariamente ao Projeto, e o Deputado Betinho Rosado, que afirmou ser favorável à Proposição. Encerrada a discussão, o Autor solicitou, por meio do Requerimento nº 313/05, que fosse adiada

a votação do Parecer pelo prazo de cinco sessões. Em votação, foi rejeitado o Requerimento. Em seguida, o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame solicitou a verificação da votação, nos termos do art. 193, caput, combinado com o art. 117, X, do Regimento Interno. Realizada a chamada nominal, sete Deputados votaram SIM, e dois, NÃO, tendo sido constatado quórum insuficiente para a deliberação do Requerimento. ENCERRAMENTO: Em razão da insuficiência de quórum para deliberação, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e seis minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e oito de setembro de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Minas e Energia por falta de quorum. Assinaram o livro de presença do Senhor Deputado Marcus Vicente. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei o presente Termo.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 5 de outubro de 2005

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia cinco de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Nelson Meurer, Paulo Feijó e Rose de Freitas – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, João Tota, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Salvador Zimbaldi e Tatício – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Ivo José, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Gervásio Silva, Marcus Vicente, Renato Casagrande e Romel Anízio. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Deputado Paulo Feijó, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência,

comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e um de setembro. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia vinte e sete de setembro, a Presidência desta Comissão havia designado o Deputado Albérico Filho Relator do Projeto de Lei nº 6.901/2002; o Deputado B. Sá Relator do Projeto de Lei nº 4.114/2000; e o Deputado Betinho Rosado Relator do Projeto de Lei nº 5.183/2005. O Senhor Presidente informou, ainda, que, na data de hoje, haviam sido designados os Deputados Betinho Rosado Relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 97/2005; e Pastor Amarildo Relator do Projeto de Lei nº 5.256/2005. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. havia formulado convite a esta Comissão para a realização de visita técnica às Usinas Nucleares de Angra I e II e ao canteiro de obras da Usina Nuclear de Angra III, no Rio de Janeiro, visita esta considerada pertinente, tendo em vista a retomada do programa nuclear brasileiro. Submetido à votação, o agendamento da referida visita foi aprovado. O Senhor Presidente esclareceu, então, que os membros interessados em integrar a comitiva deveriam comunicar à Secretaria da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente informou que, nos termos do inciso XVIII, do artigo 57, do Regimento Interno da Casa, o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) havia apresentado a esta Comissão o Requerimento de nº 314/2005, solicitando a publicação da exposição nele escrita, onde contradita a Declaração de Voto do Deputado Luiz Sérgio ao Projeto de Lei nº 4.709/2004, que “dispõe sobre a proibição da construção de novas Usinas Nucleares até o término da construção do depósito definitivo de rejeitos radioativos”. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente participou à Comissão que, no último dia vinte e sete de setembro, em reunião realizada na sala da Presidência, havia sido instalado o Grupo de Trabalho destinado à elaboração do Anteprojeto do Código Brasileiro de Mineração e à escolha do seu Coordenador, oportunidade em que estiveram presentes os Deputados Airton Roveda, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Osmânio Pereira e Maurício Rabelo, tendo sido escolhido o Deputado Airton Roveda para exercer as funções de Coordenador e Relator do referido Grupo. O Senhor Presidente acrescentou que, na ocasião, também havia sido determinada a criação de uma agenda positiva, com vistas ao estabelecimento de um diagnóstico completo das

questões inerentes ao setor de mineração, por meio de reuniões técnicas a serem realizadas em conjunto com o Departamento Nacional de Produção Mineral e com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. O Senhor Presidente comunicou, ao final, que havia sido criada a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-estrutura nacional, que realizará evento no próximo dia nove de novembro deste ano, no Salão Nobre desta Casa, oportunidade em que serão abordados temas concernentes ao gás combustível e às ferrovias. O Senhor Presidente esclareceu que os trabalhos desenvolvidos pela referida Frente, da qual é integrante, são de grande relevância social, com alto grau de vinculação ao interesse público nacional, vez que tratam de temas que interferem na vida de toda a população brasileira. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à Comissão o apoio institucional à realização do evento anunciado. Em votação, foi aprovado o apoio solicitado. Logo após, a Deputada Rose de Freitas requereu a verificação de quórum. Realizada a chamada nominal, verificou-se quórum insuficiente para deliberação, razão pela qual foi levantada a reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e dois minutos. E, para constar, eu, Damaci **Pires de Miranda**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 19 de outubro de 2005

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Nelson Meurer, Paulo Feijó e Rose de Freitas – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatiko – Titulares; Hélio Esteves, Ivo José e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Helenildo Ribeiro, José Santana de Vasconcellos, Mauro Passos, Osmânio Pereira e Renato Casagrande. **ABERTURA:** Alcançando o número regimental, o Senhor Presidente comu-

nizou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia cinco. O Deputado Pastor Amarildo solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que havia sido criada a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-estrutura Nacional, que realizará evento no próximo dia nove de novembro deste ano, no Salão Nobre desta Casa, oportunidade em que serão abordados temas concernentes ao gás combustível e às ferrovias. O Senhor Presidente esclareceu que os trabalhos desenvolvidos pela referida Frente, da qual é integrante, são de grande relevância social, com alto grau de vinculação ao interesse público nacional, vez que tratam de temas que interferem na vida de toda a população brasileira. Por todo o exposto, o Senhor Presidente solicitou o apoio institucional da Comissão à realização do evento anunciado, ao que obteve a aprovação unânime do Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente informou que, nos termos do inciso V, do artigo 57 do Regimento Interno da Casa, a requerimento do Autor, havia sido retirado de tramitação o Requerimento nº 310/2005, do Deputado Pastor Amarildo, que “requer a realização de seminário em conjunto com a Haverimbril – I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural, Científico e de Minas e Energia com o Estado de Israel”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Presidência desta Casa havia encaminhado à Comissão cópia da Moção nº 01/2004, do 5º Congresso Nacional dos Profissionais do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e CREA, que apóia a continuação das obras de construção da Usina Nuclear de Angra III e defende a auto-suficiência no domínio do ciclo nuclear, a geração de empregos, a utilização plena da capacidade da engenharia nacional, que habilita os profissionais brasileiros para atuarem no projeto, na construção e na operação de centrais nucleares no Brasil e no mundo. O Senhor Presidente informou, em seguida, que será realizada amanhã, quinta-feira, dia vinte de outubro, às dez horas, no Plenário 6 do Anexo II desta Casa, Audiência Pública Conjunta desta Comissão com as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para tratar do Projeto Xisto Agrícola, desenvolvido em parceria pela Petrobras e pela Embrapa, em São Mateus do Sul, Paraná. O Senhor Presidente solicitou a colaboração dos membros deste Órgão Técnico, no sentido de comparecerem à importante Audiência Pública, que contará com a presença dos Senhores Rodrigo Sobral



Rollemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia; Sílvia Crestana, Presidente da Embrapa; e José Manuel Vilar Gulin, Gerente-geral da Unidade de Industrialização do Xisto de São Mateus do Sul – Paraná, entre outros. O Senhor Presidente informou, ainda, que, em virtude da anuência da Comissão ao convite formulado, em duas oportunidades, pela Embaixada da República Tcheca, havia sido agendada para o período de sete a treze de novembro deste ano visita de delegação de membros desta Comissão ao Parlamento Tcheco. Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade a referida visita. Em seguida, o Senhor Presidente participou que a Embaixada da República Popular da China havia informado que o Comitê Financeiro e Econômico da Assembléia Popular Nacional da China gostaria de convidar delegação da Comissão de Minas e Energia para visitar aquele País no próximo ano, preferencialmente no mês de abril, em data a ser agendada posteriormente, ao que obteve a concordância unânime do Plenário da Comissão. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que, juntamente com os Deputados Mauro Passos e Fernando Ferro, participaria da Assembléia Mundial sobre Energias Renováveis, do 3º Fórum Político de Energias Renováveis e do 2º Fórum Parlamentar Internacional, no período de vinte e seis a trinta de novembro deste ano, na cidade de Bonn, na Alemanha, a convite do Conselho Mundial de Energia Renovável – WCRE. Submetida à votação, foi aprovada unanimemente a participação dos Parlamentares nos referidos eventos.

**ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 309/05** – do Sr. Gervásio Silva – que “solicita seja convidado o Sr. Diretor Geral da ANP, Sr. Haroldo Lima; o Presidente do INMETRO, Sr. João Alziro Herz da Jornada, e o Presidente do SINDIGÁS, Sr. Sérgio Bandeira de Melo, para, em audiência pública, comparecerem à Comissão de Minas e Energia, a fim de se pronunciarem sobre o resíduo de GLP em botijões de uso doméstico”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que solicitou a substituição do convidado Senhor João Alziro Herz da Jornada, Presidente do INMETRO, pelo Senhor Roberto Guimarães, Diretor de Metrologia Legal do referido Órgão, e, em seguida, discorreu sobre as razões motivadoras da apresentação da Proposição. Em discussão o Requerimento, foi concedida a palavra ao Deputado Pastor Amarildo, que se manifestou favoravelmente à Proposição. Não tendo havido mais quem quisesse discutir, o Requerimento foi aprovado unanimemente, acatada a alteração sugerida pelo Autor. **2 – REQUERIMENTO Nº 311/05** – do Sr. Hélio Esteves – que “requer a realização de audiência pública para discutir

sobre as questões das dívidas da Companhia de Eletricidade do Amapá–CEA, junto à Eletronorte, e decisões que envolvam a Eletrobras, o Ministério das Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, que pretende instaurar o processo de caducidade da concessão da CEA”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que ressaltou a importância da realização da audiência pública em questão, de maneira a se extraírem soluções para os problemas ora enfrentados pela CEA, uma empresa de importante papel social, na opinião do Parlamentar. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **3 – REQUERIMENTO Nº 312/05** – do Sr. B. Sá – que “requer a realização de audiência para debater os trabalhos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM”. Foi concedida a palavra ao Autor do Requerimento, que declarou como objetivo da audiência solicitada a apresentação do atual estágio dos trabalhos da CPRM. Não tendo havido quem quisesse discutir, a Proposição foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente, por ser o Autor da Proposição seguinte, convidou o Deputado Romel Anízio para assumir a Presidência da Reunião, nos termos dos artigos 43 e 40 do Regimento Interno da Casa. **4 – REQUERIMENTO Nº 315/05** – do Sr. Nícias Ribeiro – que “requer seja realizado seminário sobre o setor elétrico nacional, com ênfase para os projetos de construção de hidrelétricas nas bacias da Região Norte do Brasil”. O Autor do Requerimento discorreu sobre a importância de se discutir sobre a questão energética do Brasil e sobre os investimentos que a Eletrobrás e suas subsidiárias pretendiam para a Região Norte do País, cujo potencial hidrelétrico considerava fundamental para a geração de energia elétrica, capaz de evitar blecautes previstos para os próximos anos. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Deputados Pastor Amarildo, Hélio Esteves e B. Sá, que prestaram apoio à iniciativa do Autor. Em seguida, o Deputado Nícias Ribeiro reassumiu a Presidência dos trabalhos. **5 – REQUERIMENTO Nº 316/05** – do Sr. Eduardo Valverde – que “requer que seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Silas Roundeau, para expor em detalhes o projeto de lei que será encaminhado a esta Casa para discutir a chamada ‘nova lei do gás’, que regulará o mercado de gás natural no Brasil”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **6 – REQUERIMENTO Nº 317/05** – do Sr. Luiz Bassuma – que “requer realização de audiência pública para esclarecimentos dos critérios adotados nos leilões dos blocos geológicos para pros-



peção de petróleo”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que declarou considerar necessária a discussão, em face da polêmica gerada sempre que ocorrem os leilões em referência. Não tendo havido quem quisesse discutir, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 7 – PROJETO DE LEI Nº 1.315/03** – do Sr. Marcos de Jesus – que “dispõe sobre desconto a ser concedido pelos postos de serviço no preço de combustíveis para abastecimento a taxistas e caminhoneiros”. Relator: Deputado Aírton Roveda. Parecer: pela rejeição. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que se manifestou favoravelmente ao Parecer do Relator. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **8 – PROJETO DE LEI Nº 3.104/04** – do Sr. Daniel Almeida – que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000”. Relator: Deputado João Almeida. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Dr. Heleno, em quatro de maio de dois mil e cinco. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **9 – PROJETO DE LEI Nº 5.063/05** – do Sr. Dr. Heleno – que “institui que toda licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, tenha a Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **10 – PROJETO DE LEI Nº 5.369/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. Pela ordem, o Deputado Ivo José solicitou a retirada de pauta da Proposição. O Senhor Presidente indeferiu o pedido, em razão de o Projeto estar prejudicado, nos termos do artigo 164, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, tendo em vista que a Proposição apresentava o mesmo conteúdo do Projeto de Lei nº 1.398/2003, já apreciado por esta Comissão, e em pleno trâmite processual na casa. O Senhor Presidente esclareceu que o Regimento Interno facultava

ao Deputado Ivo José a interposição de recurso, junto ao Plenário da Câmara, da declaração de prejudicialidade da Proposição. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e oito minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa e de Audiência Pública realizada em 26 de Outubro de 2005

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Aírton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Pizzolatti, João Tota, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Renato Casagrande, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatiko – Titulares; Deley, Edinho Bez, Hélio Esteves, João Magno, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Albérico Filho, Betinho Rosado, Helenildo Ribeiro e Paulo Feijó. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia dezanove. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, na última Reunião Ordinária Deliberativa, devido a um equívoco da Secretaria desta Comissão, havia sido declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5.369/05 – do Sr. Ivo José –, que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que, em virtude disso, havia determinado a reinclusão do referido Projeto na pauta da próxima Reunião Ordinária deste Órgão, para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente participou que, no último

dia vinte, havia designado a Deputada Marinha Raupp Relatora do Projeto de Lei nº 3.960/2004 e o Deputado Paulo Feijó Relator do Projeto de Lei nº 5.369/2005.

**ORDEM DO DIA: A) SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 040/2005 – ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS:**

O Senhor Presidente comunicou que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização abriria prazo para a apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual – LOA, período em que seria facultada a cada Comissão a apresentação de até cinco emendas ao Orçamento para o ano de dois mil e seis. O Senhor Presidente explicou que, por essa razão, a Comissão de Minas e Energia havia facultado aos Senhores Membros a sugestão de emendas, entre as quais seriam aprovadas cinco, que passariam a figurar como de autoria deste Órgão Técnico. O Senhor Presidente anunciou, em seguida, que haviam sido apresentadas as seguintes sugestões de emendas, as quais submeteria à apreciação: **1 – SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 1/05** – do Sr. Luiz Sérgio – “Construção do Protótipo de Reator Nuclear, no valor de R\$ 60.000.000,00”. A matéria não foi discutida. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Sugestão, que foi subscrita pelo Deputado Dr. Heleno. **2 – SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 2/05** – do Sr. Nícias Ribeiro – “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, no valor de R\$ 100.000.000,00”. Não houve discussão da matéria. Em votação, foi aprovada unanimemente a Sugestão, que foi subscrita pelo Deputado Dr. Heleno.

**3 – SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 3/05** – do Sr. Eduardo Valverde – “Outorga de Direitos Minerários, no valor de R\$ 6.100.000,00”. Não tendo havido discussão da matéria, em votação, foi aprovada por unanimidade a Sugestão, que foi subscrita pelo Deputado Dr. Heleno. **4 – SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 4/05** – do Sr. B. Sá – “Levantamentos Geológicos – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 52.270.000,00”. Não houve discussão da matéria. Em votação, foi aprovada unanimemente a Sugestão, que foi subscrita pelo Deputado Dr. Heleno. **5 – SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 5/05** – do Sr. Nícias Ribeiro – “Melhoria e Reforço do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte, como parte do sistema interligado nacional, no valor de R\$ 200.000.000,00”. Não foi discutida a matéria. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Sugestão, que foi subscrita pelos Deputados Dr. Heleno, B. Sá e Edinho Bez. Em seguida, o Senhor Presidente informou que as cinco emendas adotadas seriam enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamen-

tos Públicos e Fiscalização, como de autoria da Comissão de Minas e Energia. Logo após, o Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública, que visava a debater questões das dívidas da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA junto à Eletronorte e decisões que envolvessem a Eletrobrás, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que pretende instaurar o processo de caducidade da concessão da CEA, em atendimento ao Requerimento nº 311/2005, de autoria do Deputado Hélio Esteves, aprovado em dezenove de outubro de dois mil e cinco. O Senhor Presidente esclareceu que, para tanto, haviam sido convidados os Senhores Sidney do Lago Júnior – Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Manoel Ribeiro – Diretor de Tecnologia das Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte; e Jerson Kelman – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates se encontrava sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Primeiramente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jerson Kelman, que, inicialmente, discorreu sobre os fatos que haviam conduzido a CEA à atual situação de perda das condições para a adequada prestação do serviço concedido. Em seguida, o Palestrante especificou as irregularidades que, de acordo com a legislação em vigor, haviam fundamentado a decisão da Aneel de instaurar processo administrativo de inadimplência contra a referida Companhia de Eletricidade. Ao final, o Senhor Jerson Kelman declarou que a Agência Reguladora esperava não fosse necessária a conclusão do processo com o decreto de caducidade da CEA. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Senhor Manoel Ribeiro, o qual afirmou que, atualmente, todo o Sistema Isolado da Região Norte, no qual se insere a Companhia de Eletricidade do Amapá, caracterizava-se pela condição deficitária junto à Eletronorte, operadora do sistema elétrico naquela Região. Após assegurar que não se vislumbrava solução para o referido quadro de déficit, o Palestrante solicitou ao Senhor Armando Casado, Assistente de Finanças da

Eletronorte, que expusesse o processo de endividamento de que se tratava. O Senhor Armando Casado inicialmente discorreu sobre as questões concernentes aos problemas estruturais que dificultavam a atuação da Eletronorte e que envolviam os aspectos do alto custo imposto à Empresa com a geração de energia para os Estados do Sistema Isolado, a receita não assegurada pelo seu serviço de transmissão, bem como a insuficiência de recursos decorrentes dos investimentos por ela realizados. Em seguida, o Expositor particularizou a situação da CEA, esclarecendo que, após várias tentativas de renegociação da dívida da referida Companhia, não havia surtido efeito a última proposta de pagamento apresentada pela Eletronorte. Finalizando, o Senhor Armando Casado informou que, como alternativa para recebimento da dívida em questão, havia restado à Eletronorte a inclusão da CEA no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o que impedia o acesso da Companhia ao reajuste tarifário concedido às distribuidoras do sistema elétrico. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Manoel Ribeiro, que asseverou ser a condição de inadimplência um dos principais fatos motivadores da caducidade da concessão da CEA e afirmou que, a despeito dos prejuízos advindos da operação do Sistema Isolado, a Eletronorte prosseguia com o respectivo fornecimento de energia, visando a evitar o caos na Amazônia. Em seguida, assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Romel Anízio, que concedeu a palavra ao Senhor Sidney do Lago Júnior. Iniciando a sua exposição, o Palestrante afirmou que o Ministério de Minas e Energia considerava preocupante qualquer situação de desequilíbrio apresentada pelas concessionárias de distribuição de energia. Na sequência, o Expositor informou que, em relação ao caso específico da Companhia de Eletricidade do Amapá, o processo de caducidade da concessão da referida Empresa havia sido discutido em audiência realizada com o Senhor **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, Ministro de Minas e Energia, com a presença da Direção da Companhia, do Governador do Estado do Amapá e de representantes de Sindicatos do Estado. O Palestrante acrescentou que, na ocasião, havia sido determinada a constituição de um Grupo de Trabalho coordenado pela Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, com a participação da Eletronorte, do Governo do Estado do Amapá e da CEA, cujo objetivo seria encaminhar soluções para a situação ali exposta. Por fim, o Expositor esclareceu que o Ministério de Minas e Energia considerava adequado ao papel da Agência Reguladora o procedimento adotado pela Aneel em relação às falhas de condução dos negócios da CEA, ao mesmo

tempo em que apoiaria as iniciativas para equacionamento dos problemas da Empresa. O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Hélio Esteves, Autor do Requerimento que havia dado origem a esta Audiência Pública. O Parlamentar discorreu sobre os investimentos que a Companhia de Eletricidade do Amapá vinha realizando, com vistas a combater as perdas de energia, e ainda se referiu aos fatores que considerava restritivos ao melhor desempenho da Empresa. Ao final, o Deputado lembrou a responsabilidade governamental em relação à população da Amazônia e sugeriu, como um dos meios para a equalização do problema sob comento, a transformação de parte da dívida da CEA em ações para a Eletrobrás, a exemplo do que já havia ocorrido em relação a concessionárias privatizadas que haviam apresentado as mesmas dificuldades. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Nicias Ribeiro, que discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelas regiões dependentes da energia oriunda do Sistema Isolado e ressaltou considerar injustas para a população do Estado do Amapá as consequências do endividamento da CEA, cujo montante, na opinião do Parlamentar, não seria passível de liquidação por parte daquela Empresa. Finalizando, o Deputado Nicias declarou julgar viável a proposta de solução apresentada pelo Deputado Hélio Esteves. Logo após, foi concedida a palavra ao Deputado Simão Sessim, que evidenciou a necessidade de se conduzir a questão da dívida da CEA sob a ótica social, de forma que a população envolvida não fosse prejudicada. Na sequência, reassumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Nicias Ribeiro. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Fernando Ferro e Dr. Heleno, que discorreram sobre a gravidade da situação em que se encontrava a concessionária de energia do Amapá e indagaram a respeito da adoção de medidas para equalização do problema exposto nesta Audiência Pública. Encerrados os debates, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Expositores, para respostas às indagações formuladas e apresentação das considerações finais. Inicialmente, o Senhor Manoel Ribeiro enfatizou a preocupação da Eletronorte em atender a população do Amapá, que, esclareceu ele, não seria prejudicada ainda que se decretasse a caducidade da concessão da CEA, tendo em vista que somente ocorreria a mudança do distribuidor de energia. Em seguida, o Senhor Jerson Kelman esclareceu aspectos relativos a custos e tarifas do Sistema Isolado e declarou concordar que a análise da concessão do serviço ora discutida não poderia resultar em punição para os consumidores amapaenses. O Expositor



assegurou que a Aneel havia sido prudente no tratamento da questão e esperava que não se concretizasse a caducidade em comento. Na sequência, o Senhor Sidney do Lago Júnior se referiu às peculiaridades concernentes ao Sistema Elétrico Isolado e afirmou que, em razão dessas particularidades, não era cogitada a interligação do sistema elétrico da Região Norte. O Palestrante informou que sob a ótica de elaboração de regras especiais para o sistema em referência é que havia sido determinada a criação do Grupo de Trabalho anteriormente citado. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que, no dia vinte e cinco último, havia participado da reunião do Conselho Superior de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, em que se encontravam presentes o Presidente da referida entidade, Senhor Paulo Skaf, e representantes do Ministério de Minas e Energia. Na ocasião, informou o Senhor Presidente, havia sido discutida a questão ambiental em relação à construção de hidrelétricas. O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Paulo Skaf havia manifestado a decisão de colaborar de forma positiva para a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento do setor elétrico do País. Por fim, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração de todos para a compreensão do tema e o esforço empreendido para a consecução dos trabalhos necessários ao debate da importante matéria, que considerava ter sido de alto nível. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e treze minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária da Comissão de Minas e Energia, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Bom-dia, senhores. Convidamos os representantes da ELETRONORTE, da ANEEL e do Ministério de Minas e Energia a tomarem assento no plenário enquanto fazemos uma rápida reunião da Comissão deliberativa.

Reunião ordinária deliberativa de 26 de outubro de 2005.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito à Secretária que faça a leitura da ata da reunião ordinária deliberativa realizada no último dia 19. *(Pausa.)*

O Deputado Dr. Heleno solicita a dispensa da leitura da ata.

Em votação o requerimento de dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente

Comunico que, devido a um equívoco da Secretaria desta Comissão, foi declarado prejudicado, na última reunião ordinária deliberativa, o Projeto de Lei nº 5.369/05, do ilustre Deputado Ivo José, do PT de Minas Gerais, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool, PRONAMICRA, para a promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências. Em face do equívoco identificado, determinei que seja o Projeto de Lei nº 5.369/05 reincluído na pauta da próxima reunião ordinária para a devida deliberação.

Informo que, no último dia 20, designei a Deputada Marinha Raupp Relatora do Projeto de Lei nº 3.960/04 e o Deputado Paulo Feijó Relator do Projeto de Lei nº 5.883/05.

## ORDEM DO DIA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização abrirá prazo para a apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual, período em que se facultará a cada Comissão a apresentação de até 5 emendas ao Orçamento. Por essa razão, a Comissão de Minas e Energia facultou aos senhores membros a sugestão de emendas, dentre as quais serão aprovadas as cinco que passarão a figurar como de autoria desta Comissão.

Sugestão de emendas foram apresentadas à Secretaria, cinco das quais serão adotadas e enviadas à Comissão Mista de Orçamento. As sugestões são as seguintes:

**1)** Sugestão de emenda ao Orçamento nº 1/2005, do Sr. Luiz Sérgio – Construção do protótipo de reator nuclear, no valor de 60 milhões de reais.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, subscrevo-me nessa sugestão do Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – A Presidência acata. O Deputado Dr. Heleno, juntamente com o Deputado Luiz Sérgio, subscrevem a sugestão de emenda ao Orçamento para a construção do protótipo de reator nuclear no valor de 60 milhões de reais.



Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a sugestão.

**2)** Sugestão de emenda ao Orçamento nº 2/2005, do Sr. Nicias Ribeiro – Serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, no valor de 100 milhões de reais, para a Agência Nacional de Petróleo.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, pelo mérito, pelo grande gosto e pela defesa nacional, subscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – O Deputado Dr. Heleno também subscreve essa sugestão.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

**3)** Sugestão ao Orçamento nº 3/2005, do Sr. Eduardo Valverde – Outorga de direitos minerários, no valor de 6 milhões e 100 mil reais, para o DNPM.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Também subscrevo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Aprovada com a subscrição do Deputado Dr. Heleno.

**4)** Sugestão de emenda ao Orçamento nº 4/2005, do Sr. B. Sá – Levantamentos geológicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Ministério de Minas e Energia, no valor de 52 milhões e 270 mil reais.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Por pertencer ao Rio de Janeiro, o Deputado B. Sá é de fato o padrinho de tudo isso. Tendo uma admiração especial por S.Exa., por esse conhecimento e gentileza, subscrevo também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Com a subscrição do Deputado Dr. Heleno, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

**5)** Sugestão de emenda ao Orçamento nº 5/2005, do Sr. Nicias Ribeiro – Melhoria e reforço do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Norte, no valor de 200 milhões de reais, para a ELETRO-NORTE.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Peço permissão ao autor para subscrever também.

**O SR. DEPUTADO B. SÁ** – Peço para subscrever também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, de igual forma, subscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As cinco emendas adotadas serão enviadas à Comissão de Orçamento como de autoria da Comissão de Minas e Energia.

**O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS** – Sr. Presidente, pela ordem. Cheguei atrasado. Quais são as emendas, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – A primeira sugestão é para garantir 60 milhões de reais para a Marinha de Guerra do Brasil construir um protótipo de reator nuclear no valor de 60 milhões de reais; a segunda é para serviços de geologia e geofísica, aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, no valor de 100 milhões de reais – Agência Nacional de Petróleo; a terceira é para outorga de direitos minerários para o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, no valor de 6 milhões e 100 mil reais; a quarta é para levantamentos geológicos para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, do Ministério de Minas e Energia, no valor de 52 milhões, 270 mil; a quinta e última é para melhoria e reforço do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Norte, integrando o sistema interligado de transmissão nacional, no valor de 200 milhões de reais para a ELETRO-NORTE.

Com essa votação de hoje, declaramos encerrada a reunião deliberativa da Comissão de Minas e Energia.

Em seguida, passaremos à audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Declaro aberta a audiência pública para a discussão sobre questões das dívidas da Companhia de Eletricidade do Amapá junto à ELETRO-NORTE e decisões que envolvam a ELETROBRÁS, Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que pretende instaurar o processo de caducidade da concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá, em atendimento ao Requerimento nº 311/05, de autoria do Deputado Hélio Esteves, do PT do Amapá, aprovado em 19 de outubro de 2005.

Inicialmente, cumprimento todos os presentes, em especial o Dr. Sidney do Lago Júnior, Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e

Energia; o Dr. Manoel Ribeiro, Diretor de Tecnologia das Centrais Elétricas do Norte do Brasil da ELETRONORTE; e o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Convido os Drs. Jerson Kelman, Manoel Ribeiro e Sidney do Lago Júnior a tomarem assento à Mesa Diretora dos trabalhos. *(Pausa.)*

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem interpellar os expositores deverão se dirigir primeiramente à mesa para registrar seus nomes. Informo ainda que o convidado não poderá ser aparteado no decorrer de sua exposição. Somente após encerradas as exposições, os Deputados poderão fazer suas interpellações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a quem agradecemos pela presença nesta audiência pública, para discutir essa questão que aflige o Governo do Estado do Amapá e a população daquele importante Estado do extremo norte do Brasil.

**O SR. JERSON KELMAN** – Sr. Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, Sr. Deputado Hélio Esteves, autor do requerimento, Sr. Sidney do Lago Júnior, representante do Ministério de Minas e Energia, Srs. Deputados, em atendimento ao convite para participar desta reunião, preparei uma apresentação em *PowerPoint*.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A idéia é prestar esclarecimentos sobre as condições atuais da CEA, empresa com uma série de dificuldades técnicas operacionais que sintetizarei. Há perdas de energia, perdas técnicas e as chamadas comerciais, um eufemismo para fraudes e furtos que afligem todas as concessionárias do País. No caso, são valores muito elevados. Em 2003, superior a 34%. Entre a energia que a CEA compra e a que ela consegue receber há uma perda de 34%. Ela tem um patrimônio líquido negativo de mais de 200 milhões de reais.

A principal fonte dessas perdas a que me referi tem origem na energia adquirida pelo setor público, que não é paga, por empresas públicas ou pelas administrações municipais e estadual. Por isso, repetidas vezes, a CEA tem sido incluída no CADIN, o que tem impactos graves. Os senhores sabem que as distribuidoras inscritas no CADIN não podem receber reajuste tarifário. Todos os custos crescem, mas elas não conseguem repassar isso aos consumidores, porque não pode haver reajuste tarifário se a distribuidora estiver inscrita no CADIN.

Já mencionei a não realização de créditos a receber dos Poderes Públicos. Há diversas dívidas não

liquidadas com a Previdência, Taxa de Iluminação Pública e obrigações tributárias. É uma das poucas distribuidoras do País que não tem contrato formal. Ela está em situação de insolvência: as dívidas excedem a importância dos ativos.

Essa situação é preocupante para o agente regulador e, naturalmente, para a concessionária e para a população do Estado do Amapá. O que nos diz a legislação sobre o tema? A Lei nº 8.987, de 1995, trata da caducidade da concessão. Quando a concessão tem crônica e gravíssima dificuldade, como é o caso, é possível cogitar a caducidade. Essa lei fundamenta a abertura do processo administrativo de inadimplência contra a CEA. A Diretoria da ANEEL deu início ao processo de caducidade da concessão. Não quer dizer que isso vá ocorrer. Pelo contrário, torcemos para que não aconteça. A ANEEL gostaria de encontrar uma solução, mas nos sentimos na obrigação de iniciar o processo. A lei determina que, quando irregularidades forem constatadas, como as que mencionei, o regulador tem de cogitar dessa hipótese.

Quais as irregularidades? Prestação de serviço inadequado e descumprimento das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade de serviço – lá consta o inciso da lei que trata disso –; descumprimento de disposições legais e regulamentares referentes à concessão; perda das condições econômicas, técnicas e operacionais para manter a adequada prestação de serviço concedido; e descumprimento de intimação da ANEEL para regularizar a prestação do serviço.

A Lei nº 8.987 estabelece que concessão de serviço público é delegada à empresa que demonstre capacidade para desempenhar o serviço público. Na hipótese em que for declarada a caducidade, nenhuma responsabilidade cabe ao poder concedente em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromisso com terceiros ou com empregados da concessionária. Ou seja, nessa hipótese, repito, que não desejamos, esse passivo todo fica com a empresa que deixa de ser concessionária. A concessão não fica com esse passivo.

O que aconteceria nessa hipótese, só para descortinar qual seria o pior cenário? Seria feito um edital para nova concessão, no qual estaria incluída a indenização das parcelas de investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados. Ou seja, os ativos da concessão que não foram ainda depreciados têm de ser indenizados à empresa que abandona a concessão.

Qual a decisão da diretoria esta semana, na segunda-feira? Notificar a CEA das irregularidades. Desde 1999, todos os anos, a ANEEL fiscaliza e informa

a CEA de gravíssimas irregularidades que devem ser corrigidas. Lamentavelmente, ano após ano, verificamos que aqueles itens constados nas fiscalizações anteriores não são retificados.

Qual a nossa decisão no dia 24 de outubro? Primeiro, notificar à CEA das irregularidades. Faremos isso através de um termo de intimação, conforme determina a lei. Temos de oferecer todas condições para que a CEA se defenda e apresente um plano de recuperação. Torcemos para que isso seja exequível.

Com esse termo de intimação, é encaminhado à CEA um relatório de comunicação de falhas e transgressões. Como disse, desde 1999, há um rosário de fiscalizações, exigências e recomendações não atendidas. A diretoria da ANEEL decidiu conceder 180 dias para a solução definitiva das irregularidades.

No prazo de 30 dias, a CEA deve-nos apresentar suas alegações e o plano de ação que tem para corrigir essas falhas e transgressões, incluindo o débito relativo à energia adquirida e os encargos sociais.

Também estamos comunicando ao acionista controlador, que é o Governo do Estado do Amapá, sobre as falhas e irregularidades identificadas pela fiscalização que motivaram a intimação. Naturalmente, também estamos informando o MME a situação.

Apenas como informação acessória, os Srs. Deputados sabem que os sistemas isolados recebem subsídios do CCC. No Amapá, parte é sistema isolado e recebeu, em 2004, 26 milhões de reais. O faturamento da CEA é da ordem de 120 milhões de reais. Cerca de 20% do faturamento é subsídio concedido pelos consumidores do Brasil inteiro. Os consumidores brasileiros já ajudam os consumidores do Amapá, como fazem com todos os consumidores de sistemas isolados. Em 2004, o valor foi de 229 reais por consumidor por ano e, em 2005, subiu, mas isso não está em discussão, é apenas uma informação acessória, para que os senhores saibam que já existe subsídio para esses sistemas isolados. Essencialmente, como os senhores sabem, é um subsídio destinado a pagar parte do custo do combustível utilizado para produção de energia elétrica.

Nessa última transparência, apresento o rito de monitoramento das condições da concessão que pode resultar num decreto de caducidade. Já fiz referência à deliberação da diretoria, que analisou aqueles itens que mencionei na transparência anterior. Ao se iniciar o processo, são oferecidas todas as possibilidades para que a CEA apresente seu plano de recuperação.

Foi formado um grupo de trabalho, por iniciativa do Governo do Estado e do Ministro de Minas e Energia, com prazo definido para apresentar alternativas. Imagino que a contribuição desse grupo de trabalho

pode ser muito importante para que a CEA nos apresente seu plano de recuperação.

Haverá um despacho do diretor-geral, que sou eu, nos próximos dias e um ritual, que não seguirei se não for até o final. Srs. Deputados, todas as oportunidades serão dadas antes da alternativa final, que é o decreto de caducidade. Tal decreto não está na alçada da ANEEL, que instruirá o processo. Se chegarmos ao final, caberá ao Governo, porque é um decreto, acolher ou não as recomendações da ANEEL. Como disse antes, pode ser que não seja necessário chegar até o final. Se for declarada a caducidade, a ANEEL deverá providenciar uma licitação para a concessão.

Nessa hipótese, a nova concessionária, como expliquei anteriormente, teria como obrigação – e constaria do edital – indenizar a concessionária que se retira da concessão pelos ativos não depreciados. Apenas isso. Teria, então, a obrigação de prestar o serviço. Portanto, toda a sorte de passivos ficaria com a empresa que deixa de ser concessionária.

Antes de terminar, quero dizer que na primeira transparência, não citei claramente, mas a dívida da CEA com a ELETRONORTE hoje é superior a 200 milhões de reais, enfim, cerca de duas vezes o faturamento anual.

Srs. Deputados, estou absolutamente à disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares que se fizerem necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Queremos agradecer ao Dr. Kelman, Presidente da ANEEL, a exposição muito explicativa.

Passo a palavra ao Dr. Ribeiro, que representa a ELETRONORTE.

**O SR. MANOEL RIBEIRO** – Sr. Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Jerson Kelman, Presidente da ANEEL, demais presentes, a ELETRONORTE é a fornecedora de energia para todo o sistema isolado na Região Norte, e não apenas para a CEA.

A situação da CEA é mais grave, mas quase todos os sistemas isolados são deficitários junto à ELETRONORTE. E temos a responsabilidade de manter esse fornecimento, mesmo entregando ou comprando uma energia muito mais cara e fornecendo a essas empresas, aos distribuidores, por um valor muito aquém do que deveria cobrar.

As distribuidoras devem para a ELETRONORTE e não se encontra solução. É o caso hoje da CEA.

Para explicar melhor o caso, trouxe 4 assessores da ELETRONORTE que poderão dizer a todos os Deputados e aos demais presentes como a CEA contraiu essa dívida em torno de 240 milhões com a ELETRONORTE. Parte dessa dívida está causando

todo o problema. E a ANEEL decretou a caducidade da concessão.

Permitam-me, então, apresentar meus assessores.

Inicialmente, ouviremos nosso Assistente de Finanças, Dr. Armando Casado.

**O SR. ARMANDO CASADO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Jerson Kelman, Dr. Manoel Ribeiro, vou fazer breve apresentação sobre a situação do suprimento de energia ao Estado do Amapá. Na verdade, ela está contida no sistema elétrico isolado do País, juntamente com Roraima, Manaus, Acre e Rondônia.

A situação no sistema isolado do País apresenta alguns problemas estruturais para todos esses Estados. A geração isolada tem custo superior ao do sistema interligado, basicamente por condições técnicas, ambientais, administrativas, logísticas, longas distâncias, baixa concentração de mercado. Em muitas localidades, o mercado é rarefeito. Hoje, o custo de geração está junto com o serviço de transmissão, que não tem receita assegurada. Isso faz com que nossos empreendimentos na região apresentem baixo ou nenhum retorno financeiro.

Tínhamos uma remuneração garantida até 2003. A partir da edição da Lei nº 8.631, perdemos alguns mecanismos: a CRC, Conta de Resultados a Compensar; a RGG, Reserva Global de Garantia; e a RENCOR, Reserva Nacional de Compensação de Remuneração. A partir desse momento, a ELETRONORTE começou a fazer investimentos, mas com geração de recursos insuficientes até para pagar o serviço necessário.

Apresentamos aqui algumas preocupações.

Na verdade, essa insuficiência de recursos para cobrir os gastos gera riscos para a gestão do serviço público de energia elétrica nos sistemas isolados da Amazônia por não criar um ambiente de eficiência, dificultar a expansão do sistema e comprometer a qualidade da prestação do serviço.

Especificamente sobre o atendimento ao Estado do Amapá, onde a ELETRONORTE, como geradora, comercializa sua energia com a concessionária de distribuição local, a CEA, apenas no exercício de 2004, o custo médio da geração no Amapá foi de 194,27 reais o megawatt/hora e a tarifa média de 66,41. O prejuízo para a ELETRONORTE foi de 95 milhões e 862 mil reais. Ou seja, esse foi o resultado econômico da minha operação de comercialização de energia da ELETRONORTE com a CEA.

Vimos o resultado econômico. Agora, vamos falar de inadimplência. Na verdade, considero no meu faturamento uma receita. Considerando a receita *versus* a despesa, apurei um prejuízo de 95 milhões. Lá, considero a receita como apropriada. Agora, tenho que

receber essa receita para materializar aquela conta, com prejuízo de 95 milhões. Desde 1993, mesmo com diversas tentativas de renegociação, protocolo, temos uma dívida hoje de 240 milhões, 87 mil e 488 reais. Toda essa dívida foi atualizada pela Portaria nº 482/94, com juros de 1% e multa de 10%.

Para não citar todas as tentativas de negociação, vou falar a respeito da última proposta da CEA, que tem uma dívida de 185 milhões. A companhia pediu uma carência de amortização do valor principal até o ano de 2010 e pagamento de apenas 5% dos juros. Os 95% restantes, juntamente com o valor principal da dívida, seriam pagos após 2010. De acordo com o período oferecido, essa rampa sairia de 5%, 45%, 70% e 100%. Só após 2010 seria quitado o saldo devedor dessa diferença de juros dos 95%, dos 55%, dos 30% de juros, juntamente com o principal.

Na nossa análise, essa dívida ficaria praticamente impagável, pelo tempo de financiamento. Então, a ELETRONORTE ofereceu uma contraproposta, com 3 alternativas: amortização da dívida em 5 anos, pagando a dívida e mantendo o adimplemento do suprimento corrente, o que representaria pagamento de 4 milhões por mês; em 10 anos, 2 milhões por mês; e em 20 anos, 2 milhões por mês, mais o pagamento do suprimento da energia, o insumo básico para a venda.

Essa proposta não foi avante. No momento em que fazíamos a proposta para o estoque da dívida, já havia inadimplência no suprimento corrente. Para tentar receber a dívida inserimos a CEA no CADIN. Como bem disse o Dr. Jerson Kelman, existem impedimentos de reajuste tarifário, de obtenção de empréstimo e financiamento do setor para expansão.

Esse é o retrato de uma consideração que estamos fazendo hoje. Hoje, estamos comissionando no Amapá 20 megawatts; em 3 de novembro, mais 20 megawatts. Qual o resultado disso? Vamos supor que o aluguel que estamos contratando custe 93 reais e o equivalente hidráulico que tenho de pagar, porque damos o combustível, custe 42,19 reais – isso em 2005, porque o custo do equivalente hidráulico é crescente em função de uma audiência pública que está sendo realizada na ANEEL para o aumento do equivalente hidráulico. O ICMS que pago também é crescente, porque, de acordo com a Lei nº 10.833, tive 100% de ICMS na conta da CCC. Depois, ele vai caindo para 80, 60, 20, até voltar todo o ICMS. Por que coloco isso como custo? Porque é um crédito de ICMS e não me é permitido o diferimento. Então, não posso passar na conta que passo para a CEA, para que a companhia cobre do consumidor final e faça a compensação do crédito. Portanto, considero como custo, porque tenho créditos de ICMS que hoje não consigo compen-



sar e que já estão provisionados na empresa, porque são créditos de liquidação duvidosa. As auditorias da ANEEL não nos permitem continuar considerando isso como crédito.

Considerando toda essa situação, para atender o mercado da CEA, em 2005, eu teria um custo de 151 reais, 78 megawatt/hora; em 2006, 174 reais; em 2007, 192 reais. O que significa essa geração hoje? Se eu repassasse o custo desse atendimento para a CEA à tarifa média dela hoje de 72 reais, eu teria 3 milhões e 700 de receita, e um custo de 7 milhões e 977. Isso no ano de 2005, 2 meses de fornecimento. Mas, como são 23 meses, tenho 2 meses, 12 meses e 9 meses. Logo, meu prejuízo com esse aluguel de máquina na comercialização da energia será da ordem de 66 milhões, que é o somatório desses 4, 32 e 28. Estou tomando um prejuízo de 66 milhões de reais porque é esse o resultado da comercialização de energia hoje.

Mais agravante do que isso é saber que a situação é temporária. Para atender o mercado da CEA, há que se fazer um investimento da ordem de 310 milhões de reais para colocar esses 90 megawatts, que é a curva do atendimento. Aqui são 40 megawatts, mas a necessidade de atendimento até 2007 é de 90 megawatts.

Qual a situação da CEA? No balanço de 31 de dezembro de 2004, ela tem um ativo de 186 milhões, um passivo de 366 milhões e um passivo a descoberto, um patrimônio líquido de 179 milhões. Ou seja, mesmo que a CEA vendesse todos os seus ativos, o valor seria insuficiente para pagar todas as suas obrigações. Restariam ainda 179 milhões.

Essa é a situação do atendimento ao Estado do Amapá.

Muito obrigado.

**O SR. MANOEL RIBEIRO** – Pergunto se algum dos nossos assessores quer complementar a exposição.

Na realidade, o que interessa hoje aos Deputados é saber qual o valor da dívida da CEA. Como bem disse o Dr. Kelman, não se trata do valor total, há ainda as dívidas previdenciárias. A dívida com a ELETRONORTE é um dos principais motivos da caducidade da concessão da CEA. Mas a CEA não é a única devedora. Todo o sistema isolado dá prejuízo – não desse tamanho – para a ELETRONORTE. Hoje, estamos arcando com esses prejuízos e não há quem faça o ressarcimento; pela lei, ninguém.

Como sempre dizemos na reunião da nossa diretoria, cada megawatt que colocamos na nossa região de atuação é um megawatt de prejuízo para a ELETRONORTE. Não podemos desligar os sistemas isolados, porque haveria um verdadeiro caos na

Amazônia. Hoje quem resolve os problemas referentes à energia elétrica do Governo na Região Norte é a ELETRONORTE.

Estamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento.

Muito obrigado, Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Agradeço ao Dr. Manoel Ribeiro e ao Dr. Armando Casado os esclarecimentos prestados.

Passamos a palavra agora ao Dr. Sidney do Lago Júnior, Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

Convido o Deputado Romel Anizio para assumir a Presidência dos trabalhos por alguns instantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romel Anizio) – Passo a palavra ao Sr. Sidney do Lago Júnior.

**O SR. SIDNEY DO LAGO JÚNIOR** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados colegas do setor, o Ministério vê com muita preocupação a situação não apenas da CEA, mas também qualquer situação de desequilíbrio que ocorra nas concessionárias de distribuição. Esse equilíbrio é fundamental para que haja não apenas a continuidade, mas também a expansão dos serviços.

No caso específico da CEA, houve uma audiência com o Ministro há uns 30 dias. Lá compareceram o Governador, a direção da companhia e representantes de sindicatos e do Estado do Amapá. Na reunião foi exposta a preocupação com o processo de caducidade da concessão. Dentro do que competia ao Ministério, foi estabelecida, na ocasião, a constituição de um grupo de trabalho, coordenado pela ELETROBRÁS e com a participação efetiva do Governo do Estado do Amapá, da própria CEA e da ELETRONORTE, a principal credora da companhia. Na seqüência dos fatos ocorridos com relação à ANEEL, quando foi votado o relatório de fiscalização, verificou-se, conforme o Dr. Kelman apresentou aos senhores, uma sistemática reincidência, vamos dizer assim, nas falhas de condução dos negócios da CEA. Foi estabelecida uma posição forte, e o Ministério suporta essa posição, considera-a perfeitamente cabível, dentro da função de fiscalização da agência reguladora.

Tanto a iniciativa da ANEEL como agente fiscalizador quanto do Ministério, ao emprestar apoio à CEA no sentido de colocar a ELETRONORTE e a ELETROBRÁS à disposição, para, juntas, conseguirem um equacionamento nos problemas financeiros e também nos problemas de gestão da CEA, o Ministério entende que são medidas suficientes para conseguir trazer à normalidade a situação da CEA.

São essas as nossas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romel Anizio) – Encerradas as exposições, passo a palavra ao autor do requerimento para a realização desta audiência pública, Deputado Hélio Esteves.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES** – Sr. Presidente, Deputado Romel Anizio; Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL; Sr. Sidney do Lago Júnior, representante do Ministério de Minas e Energia; Deputado Manoel Ribeiro, nosso colega Deputado de outras datas, Diretor da ELETRONORTE, representando aqui o Presidente Carlos Nascimento, é uma satisfação tê-los nesta Comissão para tratar de assunto que, evidentemente, temos interesse seja equacionado, porque já vem rolando ao longo dos anos e para o qual precisamos encontrar uma solução.

Como bem disse o Dr. Sidney, no dia 22 do mês passado, estivemos no Ministério de Minas e Energia reunidos com o Ministro, o Presidente da ELETRONORTE, o representante da ELETROBRÁS, o Governador do Estado do Amapá, a bancada parlamentar do Amapá e os sindicatos urbanitários, e ficou estabelecida a composição de um grupo de trabalho para buscar o equacionamento desse problema.

Eu quero falar com o Dr. Kelman sobre algumas citações feitas em relação, por exemplo, às perdas da companhia. A companhia tem feito investimentos na área de medição e está, inclusive, fazendo a instalação daqueles medidores do projeto Medição às Claras, para evitar justamente o desvio de energia. A grande perda de uma concessionária está no desvio de energia, o famoso gato. Além do mais, a companhia fez muito investimento em expansão de rede de energia para evitar as ligações clandestinas de bairros.

Lembro que, no período de 1995 a 2000, mais de 20 bairros, só na cidade de Macapá, foram ampliados, e neles foi colocada energia, como o bairro do Zerão, que chegou a ter 32 quilômetros de rede de energia. E o sistema lá é horizontal; não é vertical. As residências não são em prédios, não são em edifícios. O custo para se colocar energia é bastante alto. É preciso ter uma estrutura de cabos, postes, acessórios de uma rede. O custo é elevado, porque esse material não é fabricado na região amazônica, vai todo do Centro Sul, praticamente. No máximo, tem no Nordeste. Então, o custo de implantação de uma rede de distribuição de energia é muito alto.

Por outro lado, no combate às perdas, também se trabalhou nas perdas técnicas. Foi recuperado, acredito, quase de 50% dos sistemas, dos circuitos de distribuição de energia que precisavam ser recuperados, mas faltou fôlego financeiro. Por que faltou fôlego financeiro? Porque a sede está no CADIN e, a sede estando

no CADIN, ela não tem acesso ao crédito. Hoje, pior ainda, ela não tem acesso ao reajuste de tarifa.

Em novembro do ano passado, a ELETRONORTE reajustou sua tarifa, como tem reajustado todos os anos, de acordo com a ANEEL. A Companhia de Eletricidade do Amapá não pôde reajustar sua tarifa porque está inadimplente. Agora em novembro, vai haver novo reajuste tarifário, e sabe-se lá se vamos ter reajuste para distribuição também para a Companhia de Eletricidade do Amapá.

Portanto, esse é um processo de asfixia, que já vem desde 1995. Precisamos encontrar uma solução.

O problema das perdas de energia, como disse muito bem o Sr. Manoel Ribeiro, não é exclusivo da Companhia de Eletricidade do Amapá. Outras empresas chegam a 37%, já federalizadas.

Quanto ao balanço da empresa, é verdade que, se colocarmos todos os componentes do balanço, realmente o retrato da empresa será horrível. Mas existem formas de buscar essa solução. Em algumas empresas, por exemplo, com a expectativa de vitória em determinadas causas judiciais, foram tirados mais de 200 milhões de reais do seu balanço. Isso dá uma outra *performance*, que é a dívida da CEA. Podemos citar como exemplo as empresas privatizadas e reprivatizadas no setor elétrico, que tiveram o benefício de transformar parte de sua dívida em ações para a ELETROBRÁS. Não queremos um tratamento de coitadinhos ou diferenciados; queremos um tratamento de igualdade, mas, acima de tudo, que nos dê condições de pagar a dívida e, de certa forma, a população não ser prejudicada.

Sei que a ELETRONORTE arca com um passivo muito grande em função dessa geração térmica, na Amazônia, que tem um custo altíssimo. Ainda recentemente, temos trabalhado para que o linhão de Tucuruí atenda o Estado do Amapá e chegue até Manaus. Há o projeto, está em andamento, mas, infelizmente, a decisão ainda não foi tomada para o início dessa linha de transmissão e, salvo melhor juízo, a instalação desse projeto pode ser paga em aproximadamente 3 anos, só com o custo evitado com o combustível que a ELETRONORTE usa na sua geração.

Então, vimos que se trata de um projeto economicamente viável. Precisamos encontrar as soluções, logicamente, ambientais, porque há os questionamentos ambientais, e as técnicas, como no caso da travessia do Rio Amazonas, algo em que acreditamos, e confiamos nos técnicos da ELETRONORTE e do sistema elétrico brasileiro.

Quero dizer ao Dr. Kelman que, por mais estranho que possa parecer, empresas privatizadas têm busca-

do socorro. Vimos o caso da AES buscando socorro no BNDES. Por que foi atendido? Porque o Governo Federal tem responsabilidade com a população de São Paulo que consome energia, e essa mesma responsabilidade temos que ter com as populações da Amazônia, que enfrentam várias dificuldades.

O Estado do Amapá garante a fronteira do Brasil com as Guianas. Nós, em função de não termos feito a degradação do meio ambiente, não temos indústria. A característica dos consumidores do Amapá é eminentemente residencial; 89% do consumo de energia do Estado do Amapá é residencial. Portanto, o custo para se colocar energia é elevado. Se o componente do industrial e do comercial fosse mais alto, com certeza, a *performance* da companhia seria outra.

Apelamos para que este grupo de trabalho faça determinadas análises da real situação de mercado do Estado do Amapá, a fim de que possamos encontrar a melhor solução para o equacionamento dessa dívida.

Temos aqui algumas idéias que poderiam ser debatidas, longe de querer impô-las, mas, sim, de colocá-las para debate.

Por exemplo, o Estado do Amapá tem “aberto mão” – entre aspas – do ICMS do combustível. O Governo do Estado do Amapá não recebe ICMS do combustível da geração. Se olharmos do ponto de vista do Estado, trata-se de uma perda de receita muito grande; mas, se olharmos do ponto de vista do custo social, trata-se de um benefício transformado, repassado e retirado da tarifa; quer dizer, o consumidor sai beneficiado por ter um custo de geração menos caro.

Então, o Governo do Estado já está dando sua cota de contribuição para que o consumidor não seja mais penalizado se colocarmos o real valor do custo da geração.

O Governo do Estado se propõe e tenta influenciar as Prefeituras acionistas da Companhia de Eletricidade do Amapá. E as que não são acionistas, ele está tentando motivá-las a transformar o ICMS devido pela Companhia de Eletricidade do Amapá ao Governo do Estado em capitalização para a empresa. Caso tenha dificuldade em as Prefeituras concordarem, predispõe-se a pegar a parte que cabe ao Estado para capitalizar a empresa, retornar para ela.

Portanto, mais uma vez, o Governo do Estado está tentando uma solução.

No que diz respeito à ELETROBRÁS, fazemos o pleito para que, a exemplo do que já fez em 2004 com empresa privatizada, ajude a Companhia de Eletricidade do Amapá a transformar parte dessa dívida em ações e capitalizar a companhia.

Essa seria também uma saída.

E há boa vontade do acionista majoritário em trabalhar uma proposta de compartilhamento, no caso da gestão da companhia, até que se consiga, quem sabe, equilibrá-la. Então, há essa vontade de buscar a solução também nesse viés de compartilhamento da administração. Estou falando aqui de uma conversa que tivemos com o Governador Waldez Góes. E isso, com certeza, fará parte da proposta deste grupo de trabalho que está se instalando, salvo engano, hoje.

Bom, no mais, temos de buscar créditos. A Companhia precisa ter investimento. Do contrário, ela não vai sair desse círculo vicioso. Retirando seu nome do CADIN, os projetos e o acesso ao crédito têm que ser, de certa forma, urgentes. Não adianta apenas retirar seu nome do CADIN, não adianta apenas equacionar a composição da dívida se não tivermos acesso ao crédito, ao investimento, a fim de diminuir as perdas com a instalação de medidores; para diminuir as perdas técnicas; as perdas nos alimentadores, que já melhoraram bastante, porque a ELETRONORTE construiu duas subestações importantes, diminuiu o comprimento dos alimentadores e está construindo a terceira, que é Santa Rita.

Então, esse problema deve ser equacionado, e a ELETRONORTE com certeza está dando sua contribuição para melhorar as perdas técnicas dentro do sistema da distribuição de energia.

Apenas a título de informação, quero dizer que a empresa do Pará, Rede CELPA, salvo melhor juízo, também já está tendo dificuldades, está começando a buscar socorro.

Então, alguma coisa está errada, algo precisa ser feito.

A CELPA pertence ao sistema interligado, e a Companhia de Eletricidade do Amapá pertence ao sistema isolado, que está seguindo as mesmas regras do sistema interligado, sem ter acesso ao mercado atacadista de energia, porque não consegue receber essa energia se é consumidora cativa da ELETRONORTE – sem culpa nenhuma porque a ELETRONORTE já mostrou quanto custa gerar energia lá. Mas a CEA não tem outra opção, e a ELETRONORTE também não tem outra opção, ela não vai poder parar de gerar energia.

Precisamos equacionar esse problema. E queremos dizer ao representante do Ministro de Minas e Energia, Dr. Kelman, que essa instalação do processo de caducidade da companhia é preocupante. Seria a primeira empresa, no setor elétrico, de certa forma, em que seria concretizada a caducidade. E esperamos que a CEA não seja transformada no “patinho feio” do setor elétrico brasileiro.



Temos alguns exemplos horríveis do setor elétrico brasileiro que caíram no Amapá, como as máquinas russas, de alto consumo, poluidoras ao extremo e que, toda vez, eram citadas como exemplo negativo no setor elétrico.

Acreditamos que, no Governo Lula, haveremos de buscar o equacionamento dessa dívida e as soluções compartilhadamente.

Esse é o nosso apelo a todas as instituições envolvidas, sejam as fiscalizadoras, como é o caso da ANEEL, seja a ELETRONORTE, seja a ELETROBRÁS, seja o Ministério de Minas e Energia.

Acreditamos que, com a instalação desse grupo de trabalho, com acesso ao crédito e melhoria da tarifa da companhia de energia do Estado – que não pode ser um reajuste súbito, exagerado, tem que ser em degrau, senão a população não agüenta, face às características que já citei, a maioria dos consumidores lá, quase 90%, são consumidores residenciais e não vão suportar – resolveremos o problema.

Quero dizer ao Dr. Kelman que grande parte dessas considerações feitas dentro dos relatórios de fiscalização da ANEEL já foram cumpridas; agora parcelas importantes precisam ser implementadas e solucionadas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romel Anizio)

– Passo a palavra ao ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Nicias Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouvi atentamente as palestras do Dr. Kelman, do Dr. Manoel Ribeiro, com a assessoria da ELETRONORTE – peço perdão ao representante do Ministério porque tive de ir ao gabinete – a respeito da abertura do processo de caducidade da Companhia de Eletricidade do Amapá. Claro que fiquei assustado com essa dívida de 240 milhões de reais. Dívida essa que, e não precisamos ter uma bola de cristal, a CEA não tem como pagar.

Pior ainda: por que está no CADIN, a CEA deixa de receber recursos para este importante programa do Governo Lula, o Luz para Todos. Então, a população mais carente do Amapá padece em consequência de a companhia estar inserida no CADIN.

E mesmo com o recurso repassado pela CCC, nossa Companhia de Eletricidade do Amapá continua enfrentando dificuldades.

Sou do Pará, Dr. Kelman. Lá tivemos as Centrais Elétricas do Pará, estatal. Na época, o Dr. Manoel Ribeiro era Deputado comigo nesta Casa, éramos companheiros de Parlamento e de bancada, havia uma briga

minha muito grande no sentido de que a ELETRONORTE construísse ou implantasse o Projeto Tramoeste. Porque havia um absurdo: no Pará estava instalada a maior hidrelétrica genuinamente brasileira, Tucuruí, e, em contrapartida, o paraense não usufruía da energia de Tucuruí, porque a ELETRONORTE só tinha levado um circuito de linha de 500 quilowatts para atender ao Brasnorte, em Vila do Conde, e de lá saía uma linha para Belém. Estranhamente, havia dois circuitos para o Maranhão, para atender à ALCOA e, no Pará, só havia um para a ALBRÁS. Só no último Governo foi feito o segundo circuito para atender, exatamente, a ALBRÁS e, obviamente, Belém e o nordeste paraense.

Foi uma luta conseguir a implantação do Projeto Tramoeste, que vai ao longo do traçado da Transamazônica, levando energia por toda a Transamazônica até o oeste do Pará, Santarém, Itaituba. Já com esse linha viabilizou-se o funcionamento da fábrica de cimento do Grupo João Santos, em Itaituba, a maior fábrica de cimento da América Latina e que está situada a 500 metros da maior mina de calcário do mundo, a 10 quilômetros da maior mina de gesso do Planeta e a 500 metros da calha do Rio Tapajós. Ou seja, temos garantida a matéria-prima e, inclusive, o escoamento da produção daquela fábrica.

E a fábrica não funcionava, há mais de 15 anos, porque não tinha energia elétrica, porque a ELETRONORTE não nos entregava energia em pontos na região. Foi uma briga terrível. Mas, graças a Deus, conseguimos: está implantado o Projeto Tramoeste. Hoje o oeste do Pará tem energia, a Transamazônica tem energia, o sul e o nordeste do Pará têm energia. Só não temos energia ainda na calha do Rio Amazonas, na margem esquerda do Amazonas e na Ilha do Marajó, que são sistemas isolados.

Contei essa história toda para dizer ao Plenário e, principalmente, a V.Sa., Dr. Kelman, e também ao representante do Ministério de Minas e Energia que temos experiência, vivência e somos calejados com o sofrimento do que é sistema isolado, com as famosas térmicas – diferentes das térmicas que estão sendo instaladas no Rio de Janeiro, que já estão instaladas a gás, que agora estão modificando para óleo *diesel*. São motores estacionários, que quebram, é um horror; abaixa a tensão, varia a tensão, fora o consumo terrível de óleo *diesel*, óleo combustível, aquela coisa toda.

Então, está claro para mim que as Companhia de Eletricidade do Amapá não têm como pagar 240 milhões. A partir do momento em que está no CADIN, prejudica toda a população. Isso também não é justo, até porque são brasileiros, os do Pará, tal e qual os do Rio Grande do Sul, os de Minas Gerais, de qualquer



canto. Se todo o Brasil tem direito ao Luz no Campo, o Amapá também tem.

Quem vai dar jeito nisso? Não sei, mas não acho justo que essa população seja prejudicada.

Quando se trata da caducidade, como disse nosso companheiro, Deputado Hélio Esteves, a situação fica complicada, até porque é a primeira vez que esse processo vai ocorrer.

A CELPA, estatal, também esteve em dívida com a ELETRONORTE – e o ex-Deputado Manoel Ribeiro vivenciou muito bem toda a situação. Na época não havia ainda esse processo de caducidade, não havia sido instalado o novo modelo do setor elétrico nacional. Mas era uma dívida terrível e também impagável.

Depois de muita discussão, encontrou-se uma engenharia financeira, na qual parte da dívida foi comprada pela ELETROBRÁS. A ELETROBRÁS passou a ser sócia da CELPA. Desta forma, acabou por viabilizar aquela empresa estatal, principalmente para que fosse privatizada e o Estado saísse dessa dificuldade toda.

Não sei se esse seria o caminho para as Companhia de Eletricidade do Amapá. Contudo, é importante dizer, e sei que o Dr. Kelman é do setor elétrico, tem conhecimento, tem história, mas nunca é demais repetir que, como estamos no Norte, todo o equipamento a ser utilizado pela CEA é importado da Região Centro-Sul do País.

A grande razão de me inscrever para não apenas discutir, mas pronunciar-me a respeito do assunto é fazer um adendo. E a culpa não é de V.Sa., Dr. Kelman, mas do seu antecessor. Por que culpa? Porque talvez a ANEEL não tenha se conscientizado dos vários Brasis que existem dentro deste imenso país continental. Uma linha de estrada vicinal pequena, de 5 a 7 quilômetros, no Pará, para levar em 13,8 ou até 32,5, fazíamos com 20, 30 mil reais. Dava para se ajeitar. Por quê? Porque fazíamos coleta e mutirão com o pessoal que morava nas vicinais. O pessoal tirava o poste, tirava a cruzeta, e íamos levando com 20, 30 mil reais, valor que era arrecadado. O seu antecessor na ANEEL resolveu criar uma resolução ou norma dizendo que era proibido utilizar poste de madeira.

Lá no Pará temos postes demais. Aquariquara é que não falta, é melhor e dura mais do que cimento armado. Mas agora é proibido, só pode ser de concreto. Também não há mais cruzeta. Agora é uma coisa que engata para levar as linhas monofásicas e, pior ainda, trifásica.

Não sei se cabe aqui esta reclamação, este registro, mas não perderia esta oportunidade de falar a V.Exa. sobre esse desconforto de nós, caboclos da Amazônia, sermos obrigados, em estrada vicinal de tensão 13,8 ou até de 32,5, a colocar poste. Isso onera.

Aquela linha monofásica que se fazia com 20, 30 mil reais, hoje só se faz com 90 mil. Uma linha de 7 quilômetros, 70 mil reais. Aí já criamos uma dificuldade. Há o programa Luz para Todos, mas algumas localidades ainda não foram atendidas. E a população está com pressa. Acabamos tendo dificuldades de levar energia por causa dessas exigências técnicas que obviamente são pertinentes. Contudo, o nosso País é de Terceiro Mundo, um país pobre. Lá na Amazônia é mais pobre ainda, e precisamos que a energia chegue.

Evidentemente, quando estabelecemos essa exigência de poste de concreto, que muda toda a estrutura antiga e que funcionava, oneramos ainda mais as dificuldades.

Pedi a palavra para fazer essa reclamação, esse registro. E faço um apelo quase que desesperado em nome dos caboclos de lá: que se dê um jeito na situação, insira na resolução uma emenda dizendo que excepcionalmente na Amazônia admitir-se-á, de maneira precária, a instalação de uma rede com postes de Aquariquara, até que haja recurso para a transferência.

Não sei se será possível me atender. Se for, garanto-lhe que toda a população da Amazônia ficará agradecida, até porque V.Sa. tornará viável e mais rápida a instalação de energia nas casas dos caboclos que moram nas estradas vicinais na Amazônia.

Um dia desses discutia sobre a extensão da estrada vicinal em qualquer região. Em Santa Catarina, por exemplo, uma estrada estadual tem 40 quilômetros. Na Transamazônica existe estrada vicinal de 120 quilômetros, porque na Amazônia tudo é muito grande. O Sr. Manoel Ribeiro foi Secretário dos Transportes e sabe disso. A PA-150 tem 1.050 quilômetros. Por ela, percebe-se a grandiosidade das extensões na Amazônia.

No mais, quero registrar minha solidariedade ao companheiro Deputado Hélio Esteves, ao Governador do Estado e à população amapaense.

Não sei o que esse grupo de trabalho vai poder fazer. Contudo, como recordei a situação da CELPA estatal, em que a ELETROBRÁS entrou como sócia do setor, pagando pela ELETRONORTE parte da dívida e tornando viável a empresa, talvez esse seja um dos caminhos a ser discutido por esse grupo de trabalho.

No mais, quero cumprimentar os convidados pelas excelentes palestras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romel Anizio) – Passo a palavra ao ilustre Deputado Simão Sessim.

Convido o ilustre Presidente da Comissão, Nicias Ribeiro, para reassumir a presidência dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** – Saúdo o Deputado Romel Anizio, meu amigo e colega de partido, grande Parlamentar de Minas Gerais, e também o Sr. Presidente, Deputado Nicias Ribeiro.

Mesmo sendo Deputado pelo Rio de Janeiro, inscrevi-me para discutir assunto tão importante para a Amazônia, particularmente para o Amapá.

De início, quero dizer que é muito bom termos o privilégio de contar com uma Mesa como essa para debater assunto que não diz respeito isoladamente ao Amapá. Que bom para o Brasil se assim fosse! Queremos discutir a forma como o Governo enfrenta esses problemas.

Quero registrar o imenso carinho que tenho pelo Dr. Jerson Kelman. S.Sa. já é um Deputado *ad hoc*, por constantemente estar presente nesta Casa. Quando da realização de audiências públicas, S.Sa. nunca se nega a vir até aqui discutir os assuntos, e sempre o faz com simplicidade, com didática e de forma técnica. Trata-se de alguém que realmente conhece o setor. Tenho certeza de que Dr. Kelman analisou a situação de todas as maneiras até o quanto podia.

Saúdo ainda o Sr. Sidney do Lago Júnior, representante do querido Ministro Silas Rondeau. Não estou aqui apenas para tecer elogios, mas S.Exa., apesar não aparecer na mídia, atende de forma eficaz e carinhosa os Deputados, e as audiências são produtivas. Leve, Sr. Sidney Júnior, o nosso abraço ao Ministro e receba nossos parabéns pela posição aqui assumida.

Mas, Sr. Presidente, faltaria com os mais sagrados deveres do Parlamentar se não reconhecesse a competência e a inteligência do ex-Deputado Manoel Ribeiro e, por gratidão, não dissesse que esta Casa tinha de receber com banda de música esse Deputado Constituinte que tanto me impressionou desde que aqui cheguei.

Chegamos praticamente juntos. Hoje, estou no sétimo mandato e S.Exa. esteve aqui por 5 Legislaturas. Presidiu a Comissão de Transportes, e fez tudo que podia. Aprendi muito naquela Comissão, como tenho certeza de que todos irão aprender em relação à área de energia. Ainda ecoam nas salas das comissões seus vibrantes discursos em defesa do Pará, da Região Amazônica, em defesa das posições ideológicas a que sempre se ateve em nossas reuniões. Em plenário, votar conscientemente as matérias, assim como sabia conduzir os projetos que relatava nesta Casa.

Por isso, repito, eu faltaria com o sagrado dever da gratidão, pois muito aprendi com ele – e hoje o vejo dirigindo uma entidade como a ELETRONORTE –, se não saudasse meu companheiro, meu colega, meu amigo, que deveria estar nesta Casa há mais tempo, o querido Deputado Manoel Ribeiro.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, devo dizer que aprendi com a aula que nos deu o Deputado Hélio Esteves. S.Exa. falou sobre o caos que haverá se decidirem pela intervenção: desemprego, demora na reposição de uma entidade que possa conduzir o desenvolvimento daquela região. Temos vários exemplos: a CEMAR, no Maranhão; a CELPA, no Pará, que, como bem disse o Sr. Presidente, conseguiu sair desse sufoco. A tese que discuto não diz respeito à CEA, mas, sim, ao que aconteceu com aquelas que resistiram à onda de privatização.

Dr. Jerson Kelman, V.Sa. assistiu à nossa discussão sobre a Light e a Ampla, que foram privatizadas e hoje nos devem a prestação de serviço exemplar, como anunciaram. Será que as companhias que não foram privatizadas, que socialmente são obrigadas a atender às áreas pobres, carentes, estão sendo castigadas porque não entraram na onda da privatização? Teríamos hoje esse débito? Se foi por erro ou por fraude, vamos punir os diretores. Mas não podemos punir a companhia que talvez tenha subsidiado a tarifa para aquela gente pobre conterrânea do Deputado Hélio Esteves. Será isso, Sr. Presidente?

Não quero discutir assunto que diz respeito especificamente à CEA, porque esse tema foi didaticamente abordado pelo Deputado Hélio Esteves. S.Exa. falou sobre todas as saídas possíveis para tentar salvar a companhia. Passar o débito para o Governo do Estado e continuar no CADIN não é a solução. A solução tem de ser a mesma dada à onda das privatizações, quando o BNDES socorreu empresas estrangeiras que passaram a tomar conta da nossa energia – agora, elas já revendendo, fazendo negócios, sem prestar atenção na área social.

Por isso, peço ao emérito Presidente da ANEEL, ao nosso amigo Manoel Ribeiro, da ELETRONORTE, e ao representante do Ministro que revejam essa idéia.

A minha solidariedade está inserida no contexto da fala do Presidente Nicias Ribeiro e do Deputado Hélio Esteves. Estamos solidários com aquele povo e imploramos que respeitem a sua cidadania.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL, Sr. Manoel Ribeiro, Diretor da ELETRONORTE; Sr. Sidney do Lago Júnior, representante do Ministério do Meio Ambiente; prezados companheiros, a situação é realmente grave. Aliás, não há como deixarmos de reconhecer que é insustentável. Providências têm que ser tomadas diante de um quadro como o atual. É evidente que qualquer empresa tem que ser capaz de prestar

um serviço, e por isso deve ser remunerada. Talvez a atitude paternalista de protelar procedimentos tenha levado ao agravamento da situação.

Há que se considerar também características especiais e particulares da região. Mas creio que é preciso haver vontade política dos diversos atores envolvidos para reconhecer as responsabilidades de cada um na busca de uma solução.

Eu me preocupo com essa situação porque, ao tratarmos do processo de reestruturação do setor elétrico, deixamos para definir posteriormente uma estrutura para os sistemas isolados. Isso, evidentemente, não foi feito, e tal idéia precisa ser retomada, tem que ser levada em conta, embora, evidentemente, esses sistemas não serão isolados para o resto da vida, pois a tecnologia e os recursos visam a interligá-los.

A primeira questão que eu levantaria diz respeito à forma como a interligação está sendo vista pela ELETRONORTE, diante de um fato como este. Interligar esse sistema, na verdade, vai criar duas situações: a anterior e a posterior à interligação. A ELETRONORTE terá que ser remunerada nos seus investimentos para o processo de interligação.

Então, gostaria de saber como ela irá administrar esse passivo no sistema interligado, que, evidentemente, reduzirá os custos de tarifas e propiciará maior capacidade de sobrevivência e de funcionamento do sistema, já integrado.

Creio que para a ELETRONORTE seja um problema pensar nisso tudo, uma vez que a interligação é necessária, mas não se sabe como fazê-la num quadro desses. Mas o fato prioritário é que ela é necessária, até porque os investimentos da Região Norte em energia, bem como todas as expectativas, são para caminhar nessa direção.

Outra preocupação que tenho – dirijo-me agora ao Dr. Kelman – diz respeito aos outros sistemas isolados. Eles caminham para essa mesma situação ou o caso do Amapá é um fato isolado? Se a situação for generalizada, tem-se que pensar numa abordagem mais ampla para toda a região, e não apenas tratar do caso do Amapá de maneira isolada. Para isso, talvez fosse necessário pensar numa investigação e na busca de uma solução mais completa, pois, na verdade, isso poderá se repetir dramaticamente em outros momentos. Talvez fosse melhor buscarmos uma solução que contemplasse um quadro mais generalizado.

Em relação à CEA, o quadro de inadimplência apresentado tem uma importante característica. O que é perda técnica, perda administrativa, perda de gerenciamento? O que é desvio? Dá para se ter uma idéia disso?

Tenho conhecimento de empresas federalizadas que, infelizmente, têm problemas sérios com consumidores de maior poder aquisitivo. Não é a população mais carente a grande responsável pela falta de pagamento – ou seja, não são os gatos, pois “gato” é coisa de pobre, mas os tigres de sabre, coisa de rico.

Essa, a meu ver, é uma situação que também deve ser discutida, para que se revelem as reais características da inadimplência.

Por último, pergunto: quais as perspectivas em relação à ligação de sistemas isolados no Norte? No caso de Roraima, há a perspectiva de interligação com a Venezuela, se não me engano. O Amapá tem alguma perspectiva de interligação com o Suriname? Não há nenhuma? (*Pausa.*) Então, a interligação deve ser feita com Tucuruí. Essa realmente é a possibilidade concreta e viável que temos.

Sr. Presidente, compreendo o drama da população da região e o apelo do Deputado Hélio Esteves, mas, ao mesmo tempo, temos de reconhecer que essas empresas têm de ser remuneradas. Não dá para sustentar uma situação de ineficiência e de incapacidade de responderem pelo serviço que prestam. Afinal, energia elétrica é um serviço rentável em todos os locais. Em todos os sistemas, ela pode e deve ser rentável e remunerada.

Por isso, considero importante a iniciativa do Ministério de Minas e Energia, ao constituir uma comissão para encontrar saídas, porque, na verdade, essa situação é dos sistemas isolados e, de uma maneira ou de outra, devemos atacá-la. A médio prazo, teremos de tratar da situação de outras companhias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno.

Sr. Deputado, devido ao adiantado da hora, e sem querer fazer qualquer discriminação, gostaria de contar com a benevolência de V.Exa. para, se possível, ser um pouco sucinto.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, diante das questões expostas por V.Exa. e pelo autor do requerimento, fiquei inebriado e tenho de externar a minha alegria, porque até o Deputado Fernando Ferro hoje mudou. Nunca o vi com um temperamento tão suave como o apresentado hoje.

Não posso deixar de enaltecer as considerações do Deputado Simão Sessim. Antes delas os diretores da CEA não dormiam; após, o Diretor de Tecnologia da ELETRONORTE é que não dormirá. S.Exa. pigmentou seu discurso com doses do passado, com a alegria da amizade, o que é muito bom, mas disse que o caso tem de ser estudado a partir da realidade local, conforme já havia enfatizado o Deputado Nicias Ribeiro.

Diante do quadro exibido, notamos que a CEA sofre uma perda de energia de 34%. Ela tem patrimônio líquido negativo, dívida no CADIN, sofre com a inexistência de contrato e com a caducidade.

Vamos olhar para o gerador desses problemas. Ela foi privatizada? Não! Se ela é tão pequenininha, isolada no Amapá, e não foi privatizada, imaginem o que sofreu para sobreviver com todas as portas fechadas. Ninguém vê isso. Está morrendo por quê? Seria uma injustiça olharmos apenas para os números. Isso seria muito fácil, porque números não mentem.

Analisei o relatório atualizado da ANEEL e verifiquei de onde veio aquele cabedal de exigências. Isso ocorreu em 2000, mas daquela época até agora a empresa não foi visitada para se saber o que foi cumprido ou não.

Eu estou provocando!

Muito bem. A ANEEL tem interesse em fechar a empresa, em deixar o povo sem luz? Não tem, absolutamente! Não tem! Sabemos disso! Pelo comportamento da ANEEL, sabemos que isso não existe! Mas temos de olhar de forma igualitária para todas as empresas.

A tônica disso tudo é ver de quanto é a dívida, porque se vem pagando as contas portuguesas – não se paga só o presente, mas também o passado. Os juros não param, e sabemos que eles são um sacrilégio, principalmente quando o patrimônio pertence a todos nós, brasileiros – não pertence apenas aos amapaenses. O patrimônio pertence ao Brasil, conforme disse o Deputado Nicias Ribeiro, e não queremos que todos paguem por isso.

O Governo atual é o culpado? Não, absolutamente. Ele encontrou o prato feito.

O que nós queremos? Queremos que cesse a dívida; que se levante o que foi pago. Já existem exemplos de outras dívidas. Temos de transferir parte dessa dívida para a ANEEL. Afinal, ela tem de dar socorro, e não apenas receber. Ela coordena, então tem de dar socorro. Isso já aconteceu com a CEMAR. E tenho certeza de que a ANEEL concorda com isso. Ela não é banco, que sempre ganha, seja na alegria, seja na tristeza; que explora o País de todas as formas e sai vitorioso, com mais dinheiro. Todos os bancos são assim, mas ela não é banco. Ou então vamos passar essas ações para a ELETROBRÁS.

Como foi gerado o montante dessa dívida? Vamos rever. Estamos procurando soluções. Pelo que os senhores disseram, percebemos que o que querem é ouvir os Deputados para encontrar uma solução. O povo da Região Norte, especialmente o do Amapá, não pode sofrer, não pode ficar na escuridão. Todos aqui deveriam passar lá 1, 2, 3 ou 5 dias, com mosquitos

e na escuridão – se bem que as coisas já mudaram e já não há mais mosquitos.

Diante disso, pergunto: é fácil resolver o problema? Não. Diante das minhas palavras, das dos Deputados Simão Sessim, o Sr. Manoel Ribeiro vai dormir tranquilamente? Não, porque perder 174 milhões não é brincadeira. O tratamento tem de ser igualitário. O CADIN, que provocou isso, é implacável: não abre porta, não abre nada! A firma fecha e nós não gritamos, mas temos de gritar, pois há de haver análise de cada caso. A base do nosso protesto são os empregos, é a comodidade, é a vida, é o desenvolvimento. Não vamos cercear isso.

Se olharmos bem, veremos que há gordura. Houve erros dos administradores, mas nós estamos aqui para reparar o erro de uma privatização feita de forma imperativa. No entanto, essa empresa se negou a ser privatizada. O Governador teve peito para enfrentar os que a queriam vender, e agora está pagando por isso. Nós não olhamos a causa, mas temos de fazê-lo.

Por isso, minha proposta é transferir essa dívida para a ELETROBRÁS. Já existe exemplos no gênero. O ponto de vista de todos nós, segundo eu percebi, é procurar uma solução amena, que não crie um estigma ou preconceito, mas, sim, uma forma de igualdade.

Sei que dirigir uma empresa não é fácil, principalmente com base em números, que devem apresentar a expressão do lucro. Por isso muitas vezes somos escravos, porque nosso sentimento não se projeta nessas causas. Além disso, precisamos reconhecer que o Amapá é Brasil. O Amapá somos todos nós. Mudou até o Deputado Fernando Ferro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Encerrados os debates, os expositores poderão fazer suas considerações finais.

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Ribeiro.

**O SR. MANOEL RIBEIRO** – Em primeiro lugar, faremos um reparo acerca do que disse o Deputado Dr. Heleno. Se todos fecharam a porta para a CEA, a única que não o fez foi a ELETRONORTE, que até hoje continua fornecendo energia para o povo do Amapá e sabe que tem de fazê-lo. Não podemos de maneira alguma deixar a população sem energia. Agora mesmo estamos disponibilizando para o Estado mais 40 megawatts, a fim de melhorar a situação da população do Amapá e das suas indústrias.

Portanto, há que se ressaltar que, se todos fecharam a porta, a ELETRONORTE continua com a porta aberta para o Amapá. Não vamos, em hipótese alguma, chegar à conclusão de que temos que fechar a porta para o Estado.



Sobre o problema da caducidade, a que o Dr. Kelman se referiu, poderíamos apenas trocar de distribuidor. Em vez de ser o Governo do Estado, o distribuidor passaria a ser quem ganhasse, por meio de licitação, a concessão.

Nós, da ELETRONORTE, continuamos de portas abertas para o Amapá e queremos encontrar uma solução para o seu problema. Quando se lêem os balanços das empresas que trabalham com energia, principalmente as do grupo ELETROBRÁS, vê-se que a ELETRONORTE é a que dá maior prejuízo. Como não dar, se fornecemos a energia para as distribuidoras e não recebemos o respectivo pagamento?

Em Roraima, compramos energia de Guri para fornecer à população por cerca de 214 reais e a vendemos por 108 reais. Apesar disso, não recebemos qualquer compensação. Em outros sistemas, somos obrigados a pagar o ICMS incidente sobre o óleo consumido, tanto faz se é no Acre, em Roraima ou em Rondônia. A ELETRONORTE tira do seu caixa para pagar. Essa situação está se tornando inviável.

Conforme disse o Deputado Fernando Ferro, temos que encontrar uma solução para interligar os sistemas isolados, trabalho que foi parado naquela ocasião. A lei foi elaborada para o sistema interligado, e os sistemas isolados seriam objeto de posterior decisão, que até hoje não foi tomada.

A ELETRONORTE tem todo o estudo e o projeto prontos da linha que vai levar a energia de Tucuruí a Manaus, passando pelo Amapá – o Dr. Lourival também foi diretor da ELETRONORTE e sabe disso. Mas ainda não temos condição financeira nem a necessária licença para fazer isso – nós sabemos dos problemas ambientais que a medida vai acarretar.

Essa linha não só vai proporcionar a interligação de que estamos tratando, como também a de toda a margem esquerda do Rio Amazonas, onde estão os Municípios de Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre, Alenquer etc.

Sou paraense, embora tenha sido amapaense – porque antigamente o Amapá era nosso. Portanto, tenho todo o interesse em conseguir isso e me dedico a essa causa, assim como a Diretoria Executiva da ELETRONORTE também o faz. Mas nem tudo pode ser resolvido da maneira como se pretende.

É preciso observar que, cada vez que o sistema isolado deixa prejuízo, tal fato é lançado no balanço da ELETRONORTE. No final, a empresa se torna o patinho feio do sistema, porque é a única que dá prejuízo. Fizemos tudo o que fizemos e, apesar de sermos os donos da maior hidrelétrica genuinamente brasileira, somos nós que temos prejuízo.

Se V.Exas. tiverem o cuidado e a disposição de ler o balanço da ELETRONORTE, verão que, comparada às outras empresas do setor, ela dá prejuízo, quando podia ter lucro. Conforme eu disse na minha primeira intervenção, nós arcamos com a parte social de todo o Norte. Fornecemos energia para a região que vai do Mato Grosso até o Maranhão, para toda a Amazônia. Evidentemente, o Maranhão e o Pará estão interligados, mas os outros Estados, não. Por isso, somos obrigados a arcar com esse problema.

O Deputado Fernando Ferro abordou bem o problema da interligação do sistema isolado. S.Exa. conhece melhor do que eu essa situação. Temos de tentar resolver o problema da CEA. O que não podemos é continuar como estamos. Não podemos continuar fornecendo sem receber nem ao menos o valor pelo qual compramos a energia.

Era o que eu queria dizer aos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno, para uma rápida intervenção.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Manoel

Ribeiro, sem dúvida nenhuma estamos procurando uma solução para o problema. Trouxe uma sugestão, de acordo com a realidade local. É muito fácil fazer festa com o dinheiro dos outros. Falar é muito fácil, mas quando se trata de vidas humanas, temos de participar. Uma das participações foi a do Deputado Nicias Ribeiro.

Como foi gerado esse montante? Vamos reunir isso, parar a dívida e procurar uma solução, juntamente com a ELETROBRÁS. Até agora eu não vi nenhum protesto do Sr. Jerson Kelman, o que prova que ele não é muito amarrado. Já houve um caso semelhante, o da CEMAR. Vamos tratar os casos com equidade.

É esta a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da ANEEL.

**O SR. JERSON KELMAN** – Já que o Deputado

Simão Sessim tem de se retirar, inicio minha intervenção agradecendo os elogios que S.Exa. me fez, descontando o natural exagero, o que credito ao fato de sermos conterrâneos – ambos somos do Rio de Janeiro. Esse fator deve ter influenciado S.Exa.

Tendo em vista o que foi dito pelo Deputado Simão Sessim e repisado por vários Deputados, inicio minha intervenção concordando que a análise que fazemos do caso do Amapá, já extrapolando para os sistemas isolados, não pode resultar na punição da população. Estamos todos irmanados na idéia de que não se pode punir a população, mas, ao mesmo tempo, temos de buscar uma solução para um problema que decorre

basicamente do desequilíbrio entre receita e despesa. Assim como, numa família, não é sustentável uma situação em que receita e despesa não coincidem por longo prazo, isso também não funciona numa empresa. Essa é uma regra da aritmética, e, de alguma forma, temos de achar uma solução para tal realidade.

Ainda aproveitando a presença do Deputado Simão Sessim, farei o descortino que o Deputado Fernando Ferro me pediu em relação aos sistemas isolados.

Para isso, quero dizer, começando pela despesa, que existem, nesses sistemas, custos aparentes para a população do sistema isolado e custos que não são aparentes. Quero iniciar pelos que não são aparentes.

Hoje, o sistema isolado custa aos consumidores do Brasil inteiro – inclusive aos do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, entre outros – cerca de 3,6 bilhões de reais por ano. Para termos uma idéia do que estamos falando, *grosso modo*, tomando-se por base a quantidade de reais roubados do Banco Central de Fortaleza, trata-se de algo como 2 assaltos daqueles por mês. Esse é o custo pago pelo consumidor do Rio de Janeiro, de São Paulo etc.

A meu ver, esse tema deve ser refletido nesta Comissão. Como reduzir esse custo? De duas maneiras. Primeiro, tomando decisões de orçamento, de investimentos e de engenharia absolutamente ao alcance da mão. Metade desse custo – portanto, o equivalente a um assalto ao Banco Central de Fortaleza por mês – é consumido na Zona Franca de Manaus. É evidente que a primeira medida a ser tomada é sinalizar essa situação para as indústrias que se movem para a Zona Franca de Manaus, as quais não percebem isso no seu bolso. O Brasil inteiro arca com esse custo. Sob o ponto de vista da lógica da economia empresarial, é razoável que se leve uma empresa eletrointensiva para Manaus; sob o ponto de vista do Brasil, entretanto, tal decisão é um desastre. Mas isso não é sinalizado.

Essa questão deve ser resolvida por esta Casa, porque se trata de uma questão legal, de dar uma sinalização correta. Posteriormente, vou falar sobre a sinalização da CEA, no caso específico.

Em segundo lugar, para diminuir custos, conforme eu disse, são necessárias obras de engenharia. No caso de Manaus, em que se gastam 1,8 bilhões de reais por ano, há duas possíveis soluções: o gasoduto Coari-Manaus e a linha de transmissão Tucuruí-Manaus. No caso do Sistema Rondônia-Acre, que consome, *grosso modo*, 800 milhões por ano de subsídio, também há duas soluções: o gasoduto Urucu-Porto Velho e a linha de transmissão Jauru-Vilhena,

objetivando integrar eletricamente Rondônia e Acre ao resto do País.

Para termos uma idéia, no caso de Rondônia e Acre, a linha de transmissão Jauru-Vilhena tem o gasto de um ano de queima de combustível subsidiado pelo Brasil inteiro. É evidente que não vale a pena ficarmos pensando muito tempo no assunto, porque o que se gasta a cada mês é uma barbaridade. Enquanto pensamos, sem encontrar solução, continuamos gastando.

Há soluções na linha de investimentos. Às vezes, o movimento ambientalista não exerce o que prega muito, a visão holística. Grupos ambientalistas se opõem à construção de um gasoduto, de uma linha de transmissão ou de uma hidrelétrica, os quais resolveriam esses problemas. Na prática, o que resulta dessa ação é a contínua queima de óleo combustível, como se fosse melhor para o meio ambiente queimar óleo combustível e contribuir para o efeito estufa do que construir um gasoduto de pequena dimensão ou uma linha de transmissão.

Quer dizer, a visão holística tem de ser praticada, e não apenas apregoada. Estamos, na verdade, tomando a pior decisão possível, sob o ponto de vista ambiental: queimar óleo combustível ou óleo *diesel*.

O que eu disse até agora diz respeito basicamente à diminuição de custos. Entrando especificamente no tema da CEA, no que se refere à diminuição de custos, é preciso sinalizar para os consumidores o custo da energia. A tarifa da CEA é a mais baixa para o consumidor residencial, que é o principal – o Deputado Nicias Ribeiro nos disse que quase todos os consumidores do Amapá são residenciais. O consumidor residencial do Amapá paga a tarifa mais baixa entre as cobradas pelas 64 distribuidoras reguladas e fiscalizadas pela ANEEL. Portanto, o consumidor não tem o sinal do preço. Ele não tem a menor idéia de quanto custa aquela energia. Apesar disso, há uma perda de 35%, conforme já foi dito – esses dados são relativos a 2003. Temo que a situação tenha piorado, embora espere que não. S.Exa. nos falou de alguns investimentos, e espero que a situação tenha sido alterada. Mas, apesar disso, a perda é muito grande. A fraude e o furto são muito grandes.

Além disso, existe no Amapá – perdoem-me, o Deputado Hélio Esteve deve conhecer a situação melhor do que eu – um programa especial que concede determinado privilégio. Chama-se *Luz para Viver Melhor*. Talvez S.Exa. possa nos esclarecer um pouco mais sobre o programa. Trata-se de um subsídio a mais para a população de baixa renda, o qual não é encontrado no resto do País. Não me recordo bem como é.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES** – O Governo do Estado criou, para quem paga tarifa mínima, o programa *Luz para Viver Melhor*. O Governo do Estado deveria pagar o valor das contas para a Companhia de Eletricidade do Amapá. Portanto, é algo que precisa ser trabalhado, ser visto de forma realista e ser resolvido.

Já temos problemas. Não queremos ampliá-los. E isso já foi dito para o Governador. Eu tenho certeza de que S.Exa. promoverá um ajuste nesse programa.

**O SR. JERSON KELMAN** – Teoricamente, o Governo do Estado paga a conta em nome dos consumidores de baixa renda, os quais já recebem subsídios. Os consumidores de baixa renda do Brasil inteiro recebem subsídio, que é pago pelos demais consumidores.

Os senhores sabem que um dos encargos setoriais é a CDE, criada para ajudar os consumidores de baixa renda. Quem consome até 80 quilowatts-hora é considerado consumidor de baixa renda; quem usa entre 80 e 220 quilowatts-hora, desde que inscrito em programa social, também. Essa é uma regra que atinge os consumidores do Brasil inteiro.

Em adição a esse programa que beneficia os consumidores de baixa renda do Brasil inteiro – e que é subsidiado pelos demais consumidores que não são de baixa renda –, existe no Amapá esse programa segundo o qual teoricamente o Governo do Estado paga a conta. No fundo, a energia é grátis para o consumidor de baixa renda.

Entretanto, como já expus na minha apresentação, o Governo do Estado é absolutamente inadimplente com a CEA, a sua empresa. E o que acontece, então? A empresa tem que recolher ICMS sobre o que fatura e não sobre o que recebe. O Governo do Estado diz que paga a conta, não paga, e a empresa tem que recolher o ICMS sobre o valor que deveria ter recebido.

A situação, como está, é absolutamente insustentável. Nós sabemos disso. Ademais, o combustível queimado é subsidiado pelos consumidores do Brasil inteiro, via CCC. Mas em relação ao ICMS pago nos Estados – não só no Amapá, que me parece até que dispensou o seu pagamento, embora eu não conheça a peculiaridade daquele Estado –, no sistema isolado, na realidade quem paga essa conta não é a ELETRO-NORTE. Quer dizer, a ELETRONORTE paga, mas recebe de volta da conta CCC. Portanto, são os consumidores cariocas, Dr. Heleno, que estão pagando, assim como os paulistas, os gaúchos, os potiguares e os pernambucanos. Portanto, Deputado Fernando Ferro, V.Exa., lá em Pernambuco, paga o ICMS do Amazonas, de Roraima e do Acre, porque ele entra na conta do subsídio.

A hipótese de se transformar a dívida – essas ações da CEA –, de federalizar a empresa está fora do alcance decisório da ANEEL. A ANEEL fica neutra nesse tema, porque é um assunto da alçada da ELETROBRÁS ou da ELETRONORTE e de seu controlador, o Governo Federal.

Agora, não como regulador, mas como brasileiro, eu digo que não existe almoço grátis: se a ELETRO-NORTE ou a ELETROBRÁS tiverem prejuízo porque compraram uma empresa que tem patrimônio líquido negativo, quem pagará a conta serão todos os brasileiros, inclusive os de baixa renda do Pará, de Pernambuco, do Rio de Janeiro etc.

Eu quero explicitar isso, porque nós não podemos apenas fazer bondades. É preciso dizer de onde vem essa bondade. Essa bondade vem de alguma maldade. E a maldade é feita com os demais brasileiros.

Mas a decisão não é da ANEEL. Nós, da ANEEL, nada temos a opor, porque não somos controladores da ELETROBRÁS nem da ELETRONORTE.

Se houvesse a interligação de que eu falei, seja com gasoduto seja com linha de transmissão, seria muito bom para o Brasil. Mas não acredito que a tarifa baixasse no Amapá, que, como o companheiro da ELETRONORTE já mostrou, é de cerca de 70 reais megawatt/hora. Essa é a tarifa que eles pagam. O custo da ELETRONORTE é muito maior. Além do custo que eu citei, dos consumidores do Brasil inteiro, ainda há o custo do acionista da ELETRONORTE – que somos nós todos, brasileiros, porque a ELETRONORTE pertence ao povo brasileiro. Há um custo operacional, muito bem apresentado pelo companheiro da ELETRONORTE.

Se fosse feita a interligação, a redução de custo dela proveniente não modificaria a situação local, porque lá já se paga uma tarifa baixa. No último leilão, de 2006, o valor foi 90 reais, no sistema interligado. Então, 70 reais está de bom tamanho. Não seria a interligação que modificaria esse valor. Na realidade, a tendência seria ele aumentar.

Em relação à fiscalização da ANEEL, dando uma informação ao Deputado Dr. Heleno, ela não foi feita no Amapá apenas em 2000; ela tem sido feita todos os anos. Talvez tenha falhado em um ano, não tenho certeza. O Dr. Jaconias de Aguiar, aqui presente, foi o relator desse caso. Seu relatório, que deixo à disposição desta Comissão, é extenso e contém uma novela, ou seja, inúmeras fiscalizações, inúmeras reuniões com a empresa e reuniões com diferentes Governadores de Estado etc.

A ANEEL tem sido muito prudente no tratamento dessa questão. Só chegamos, na segunda-feira passada, a decidir pelo início do processo de caducidade



porque entendemos que, no caso, seríamos até irresponsáveis com referência à nossa obrigação de zelar pelo serviço a ser prestado à população, se continuássemos – usando uma expressão popular – empurrando com a barriga esse caso.

Temos de tomar alguma decisão, torcendo, como disse ao início, para que alguma solução que não a caducidade seja encontrada. Mas, se for a caducidade necessária, como bem explicou o Dr. Manoel Ribeiro, isso não significa que a população, na maior parte, vai ficar às escuras. Significa apenas que vai haver a troca de concessionária.

Para terminar, respondo a questão feita pelo Presidente, Deputado Nicias Ribeiro, sobre as peculiaridades dos sistemas isolados. Essa situação do poste eu não conhecia. Eu obtive a informação – que vou confirmar – de que não é uma resolução da ANEEL que trata do tema, mas é, na verdade, uma discricionariedade da concessionária. Mas me comprometo desde já pesquisar nos alfarrábios e, se encontrar uma resolução da ANEEL que trate do tema, revisá-lo, analisá-lo tecnicamente.

Já fiz solicitação semelhante à área técnica da ANEEL. O caso me chegou aos ouvidos numa reunião realizada em Manaus e dizia respeito à obrigatoriedade de suprimento por 24 horas, embutida em uma resolução da ANEEL. Argumentaram nessa reunião que não fazia muito sentido a exigência da ANEEL de um padrão “suíço” – suíço entre aspas, exagerando –, porque as concessionárias, ao não conseguirem atingir o padrão desejável, acabavam não servindo à comunidade, que ficava às escuras. Dessa forma, algo que é bem-intencionado acaba se convertendo num desastre, num tiro no pé.

Essa situação tem a mesma linha de raciocínio da que V.Exa. nos apresentou. A exigência de estar sempre disponível, por 24 horas, na prática, segundo me informaram, estava resultando em não se levar energia elétrica a várias comunidades isoladas, que poderiam ter energia, digamos, das 18h às 24h, por um sistema local ou por algo do gênero.

Vamos pedir revisão técnica. Estamos revisitando o tema. Se o caso do poste estiver na alçada da ANEEL, desde já me comprometo a revê-lo, porque não o conhecia. Agora, se estiver na alçada das concessionárias, vamos discutir com elas para ver de que maneira nós, almejando o ótimo e não aceitando o bom, poderemos acabar com o péssimo.

Eram essas as minhas principais considerações.

Agradeço a oportunidade de estar nesta Comissão e continuo, naturalmente, à disposição de V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Passos.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, tenho uma breve pergunta a fazer ao Dr. Jerson Kelman: nesse valor de 70 reais por megawatt já está embutido o subsídio do Governo do Estado?

**O SR. JERSON KELMAN** – É o que a CEA paga à ELETRONORTE pela energia que lhe é disponibilizada: 70 reais por megawatt.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – E ela cobra quanto do consumidor?

**O SR. JERSON KELMAN** – Algo como duzentos e poucos reais.

**(Não identificado)** – Há um escalonamento. Conforme a faixa de consumo, é determinado o valor da tarifa.

**O SR. JERSON KELMAN** – Não sei exatamente no caso da CEA, mas posso esclarecer que, na média do Brasil, o que o consumidor paga é dividido em 3 parcelas, as quais, *grosso modo*, são iguais – portanto, um terço, um terço, um terço. Um terço é o custo de energia, de que estamos falando, de 70 reais megawatt/hora, no caso da CEA, mas que varia, pois cada distribuidora tem seu *mix*. O outro terço é o custo de fio, que diz respeito à distribuição e à transmissão de energia. O terceiro terço é...

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Operacional.

**O SR. JERSON KELMAN** – Não, no segundo terço já está o custo operacional do fio, da prestação de serviço, onde está a distribuidora.

O terceiro terço é composto de encargos e tributos. Os principais encargos são os que mencionei: a Conta de Consumo de Combustível e a Conta de Desenvolvimento Energético, a que ajuda a subsidiar a energia fornecida a consumidores de baixa renda.

**O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS** – Mas, pelo o que entendi, lá existe outro subsídio. É isso?

**O SR. JERSON KELMAN** – Especificamente no caso da CEA, o Governo do Estado criou um subsídio que não existe em nenhum outro lugar. Disse: “*Os senhores consumidores de baixa renda*” – se não for isso, corrija-me, Deputado Hélio Esteves – “*não precisam pagar a conta, porque o Governo do Estado a pagará*”. E, na realidade, o Governo do Estado não paga a conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Deputado Mauro Passos, V.Exa. está satisfeito? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Dr. Sidney do Lago Júnior, Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planeja-



mento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

**O SR. SIDNEY DO LAGO JÚNIOR** – O nome é comprido, mas o discurso é bastante curto.

Primeiro, saúdo o Deputado Mauro Passos, do meu Estado de Santa Catarina, amigo e companheiro da ELETROSUL, empresa de origem.

Segundo, quero fazer um rápido comentário. O Dr. Kelman esgotou, e o fez com bastante clareza, a questão que envolve os sistemas isolados. Mas, como bem lembrou o Deputado Fernando Ferro, no Brasil há uma regra bastante complexa – e acho que é uma situação bastante equilibrada – para os sistemas interligados.

Durante muitas décadas, isso foi alvo de atenções e regulações, em especial recentemente, com esse último modelo. Mas nada se fez com o sistema isolado.

Se olharmos um pouquinho para trás, veremos que há 50, 60 anos, o sistema interligado de hoje era o sistema isolado que havia no Brasil. Ele se desenvolveu; não nasceu interligado. O conjunto de regras que se criou ao longo desses anos para o sistema interligado é fruto de uma evolução.

Essa evolução também se estendeu no sistema isolado, dentro de uma regra bastante simples, da forma como se olham pequenas comunidades, sendo atendidas com gerações de pequenos portes, sem grandes complicações em termos de extensas linhas de transmissão. Mas isso evoluiu. Hoje em dia, Manaus, na região dos sistemas isolados, é uma Capital extremamente importante, cuja carga supera a média de 700 megawatts. O maior crescimento, de consumo e de PIB, no País é o de Manaus. Na verdade, é o quarto maior do Brasil.

Isso requer regras especiais. Dentro dessa ótica, o Ministro Silas Rondeau, há 3 ou 4 semanas, instituiu um grupo de trabalho, do qual participam o Ministério, a ANEEL e os atores envolvidos, entre os quais dou destaque à própria ELETRONORTE, à ELETROBRÁS e à PETROBRAS, a principal fornecedora de gás e a principal beneficiária dessa despesa a que o Dr. Kelman referiu, de 3,6 bilhões de reais, a despesa do óleo que se gasta nessa região.

Então, vemos claramente a existência de um atendimento diferenciado para Manaus, que representa a metade dessa despesa, seja por meio do gás, seja por meio dessa linha de interligação. A nova fronteira agrícola do Brasil, o Estado de Rondônia, está também muito próximo de ser interligado. Mas nunca vamos conseguir ver a Região Norte como um sistema interligado, como o Sudeste, o Centro-Oeste, o Sul, o Nordeste. Ela sempre terá peculiaridades, sempre

será diferente. Sempre haverá grande dificuldade para atender a essa região, por se tratar da Região Amazônica – e queremos que seja assim por muitos anos, por muitas gerações; queremos que se mantenha a natureza etc. Então, jamais se vê a Região Norte como uma região que será industrializada, como a Sul, a Sudeste ou a Centro-Oeste. Ela sempre vai requerer soluções especiais.

É para essa busca que o Ministério está se voltando, a fim de tentar desenhar um esboço, e pedirá, com certeza, o apoio desta Casa para estabelecer novas regras adequadas ao sistema isolado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro) – Conforme se diria na Região Norte, pegando o bonde da fala do nosso querido representante do Ministro de Minas e Energia, Manaus padece hoje com a falta de energia e tem essas sobrecargas em relação a combustível porque, ao longo do tempo, nas décadas de 80 e 90, a ELETRONORTE não construiu a Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, que teria resolvido esse problema sem grandes dificuldades. Mas os militares fizeram o absurdo de construir Balbina, aquilo, sim, uma agressão ao meio ambiente.

Aproveito o ensejo para informar que ontem, na qualidade de Presidente da Comissão de Minas e Energia, estive na reunião do Conselho de Infra-Estrutura da FIESP, em São Paulo, na qual também estive o Ministro de Minas e Energia.

E, no meio das discussões lá estabelecidas, propusemos – e, feliz da vida, registro que o Presidente daquela instituição, Dr. Paulo Skaf, aceitou a incumbência – que o Brasil discuta e defina o que é defesa do meio ambiente, a fim de que não fiquem prejudicados setores como o elétrico, principalmente, e o mineral. Não se pode contemplar a Amazônia de tal forma que ela fique intocável, apesar de ela ter o maior potencial hidroelétrico do planeta.

O Dr. Paulo Skaf solicitou que fosse enviado para ele todo o material acerca do projeto de Belo Monte, como também o projeto do Rio Madeira, para que a própria FIESP entre na discussão ambiental, utilizando-se, evidentemente, da maior bancada parlamentar da Casa, que é a paulista. Dessa forma, pretende encontrar um *modus vivendi* entre o meio ambiente e a necessidade de construção de novas hidrelétricas no Brasil.

Concedo a palavra ao Deputado Hélio Esteves, do PT do Amapá.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES** – Sr. Presidente, de antemão, agradeço a presença do Dr. Jerson Kelman, do Sr. Manoel Ribeiro, representando o Presidente da ELETRONORTE, e do Dr. Sidney do Lago, representando o Ministro Silas Rondeau, pelo qual

temos muito respeito e consideração, porque também conhece a problemática da Amazônia.

Quero apenas abordar algumas situações, bem rapidamente. Assim como foi comentada a questão do poste de madeira, há outros pontos particulares e peculiares a serem tratados.

Nas ilhas do Arquipélago do Marajó, não dá para disponibilizar energia durante 24 horas, mas a lei exige que isso seja feito. Muitos dos habitantes desses locais ficariam satisfeitos se tivessem energia elétrica durante 16 ou 18 horas. Daria para resolver o problema dessa forma, porque é prejuízo para qualquer concessionária de energia manter um sistema funcionando a *diesel*. São situações peculiares. Não vou dizer que isso se aplica à sede do Município, que é outra história.

Quanto à CCC, é lógico que hoje a população rateia o custo do subsídio do combustível. Mas nós devemos considerar que grande parte daqueles que hoje estão sendo beneficiados com energia de menor custo e mais qualidade também foram sacrificados em outras épocas, quando não recebiam esse serviço. As hidrelétricas custaram a chegar à Amazônia e não têm atendido com plenitude às nossas necessidades. Está aí o exemplo da margem esquerda do Rio Amazonas, que não se desenvolve por absoluta falta de energia.

O Presidente desta Comissão, Deputado Nicias Ribeiro, que conhece o assunto tanto ou mais do que eu, pelas suas andanças na Amazônia, tocou num assunto-chave: por que o Estado do Amapá não se desenvolve? Justamente por falta de energia e por questões ambientais, as quais criam restrições à exploração mineral. Por isso permanecemos um Estado com a característica de consumidor residencial.

Foi dito aqui que a chegada do "Linhão" à região não vai resolver o problema da tarifa, que continuará a mesma ou até aumentará. Mas mudará o perfil do consumo, uma vez que poderemos ter consumidores industriais, para os quais é mais barato chegar com a energia.

Ainda ontem foi inaugurada uma mineradora no Município de Pedra Branca, a MPBA, e a sorte dela foi que uma linha de transmissão passava próximo ao local do empreendimento. Caso contrário, não teria sido feito o projeto de extração do ouro, o qual utiliza uma técnica moderna, com respeito ao meio ambiente e também com um programa de inclusão social. É importante que a atividade mineradora seja modernizada e se acabe aquele ciclo de mineração do qual só ficava o buraco. Isso para nós não interessa, porque temos o exemplo no nosso Estado.

Respeitando o Sr. Manoel Ribeiro, é preciso dizer que a ELETRONORTE realmente nunca nos fechou as portas, porque nunca deixou de gerar energia. Isso é

verdade, mas eu e muitos de nós somos testemunhas de que a ELETRONORTE não abriu mão nem facilitou a negociação da dívida no passado, porque a palavra de ordem era privatizar. Não é culpa da ELETRONORTE, mas de uma política de Governo. Não estamos aqui querendo culpar o técnico A, B ou C.

Fizemos uma proposta de 96 meses para o pagamento da dívida – na época, eu era o Presidente da companhia –, e a ELETRONORTE insistia em 24 meses. Ora, a dívida chegava a mais de 20 faturamentos da companhia, como iríamos pagar em 24 meses, tendo que pagar a conta de consumo mensal?

Outro problema é que se deixava de pagar a fatura atual para quitar uma fatura atrasada. Sobre a fatura atual incidia multa de 10%, quando a companhia só cobrava 2% do consumidor por atraso, e ainda tinha juros.

Esse também não é um comentário para culpar A, B ou C, mas para possibilitar a reflexão de que não houve a devida sensibilidade para que chegássemos ao equacionamento da dívida. Agora, acredito que possamos ter essa sensibilidade.

Por fim, Deputado Nicias Ribeiro, aproveitando as palavras de V.Exa. no sentido de que o Amapá pertenceu ao Pará – com muito orgulho, meus pais eram paraenses –, eu quero dizer que a Hidrelétrica Coaracy Nunes também pertencia à Companhia de Eletricidade do Amapá e passou de graça para a ELETRONORTE. E esse ativo ninguém questiona. Hoje, esse patrimônio, que poderia estar com o Governo do Amapá, pertence à ELETRONORTE. Foi a primeira usina hidrelétrica a ser inaugurada pela ELETRONORTE, em 1976.

Esses são fatos da nossa história e da nossa realidade que precisam ser contados, para mostrar que, em diferentes momentos, ocorreram situações que hoje talvez não ocorressem.

Dr. Kelman, mais uma vez agradeço a V.Sa. a compreensão. Esperamos que o desenvolvimento desse trabalho consiga equacionar essa dívida.

A minha posição, na condição de amapaense, é no sentido de que a CEA continue sendo um patrimônio do povo amapaense, pertencendo ao Governo do Estado. Mas acho que nada impede a participação na administração da CEA, que a administração seja compartilhada com a ELETROBRÁS ou com a ELETRONORTE.

Haveremos de encontrar uma solução e esperamos que seja breve, porque o tempo urge. Não podemos mais ficar reclamando do que não foi feito. Temos de fazer. Não há outro jeito. E o Governo do Estado, com certeza, terá sensibilidade para analisar o programa *Luz para Viver Melhor*, que precisa ser mais bem equacionado. É preciso haver uma prestação de

contas do programa, bem como uma melhor análise de quem são verdadeiramente os consumidores que podem dele participar, porque não queremos aqui dourar a pílula e dizer que está tudo correto. Pode haver erros, e, quem sabe/, erros clamorosos, que precisam ser corrigidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr.

Presidente, não entrarei na polêmica do Norte.

Quero fazer somente uma pergunta. Iríamos analisar hoje as emendas ao Orçamento, não? Quero fazer uma sugestão sobre o programa *Luz para Todos*, porque verifiquei que houve uma queda muito grande na perspectiva de recursos para esse programa, não sei por que motivo. Gostaria que pudéssemos iniciar, também na forma de emenda da Comissão, uma discussão sobre isso.

A nossa Comissão está, com todo o respeito, muito mineral para ser a Comissão de Minas e Energia – falta-lhe energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nicias Ribeiro)

– Pelo contrário, votamos as 5 propostas, inclusive de recursos para a ELETRONORTE, para a linha de transmissão, para a ANP. Essas foram as propostas que nos chegaram.

Agradeço aos convidados a valiosa contribuição para a discussão do tema. Agradeço ao Dr. Sidney do Lago Júnior, ao Dr. Manoel Nazareth Santana Ribeiro, Diretor da ELETRONORTE, ao Dr. Jerson Kelman, aos colegas Parlamentares, às autoridades e demais presentes a participação. Todos contribuíram muito para o êxito deste evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 9 de novembro de 2005

Às onze horas e oito minutos do dia nove de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; B. Sá, Betinho Rosado, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Edinho Bez, Gerson Gabrielli, Ivo José, Josias Quintal, Marinha Raupp, Mau-

rício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Albérico Filho, Aracely de Paula, Dr. Heleno, Gervásio Silva, José Santana de Vasconcellos, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e seis de outubro. O Deputado Pastor Amarildo solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente.

**EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-estrutura Nacional realizaria evento, às treze horas e trinta minutos de hoje, no Salão Nobre desta Casa, oportunidade em que estariam presentes o Senhor Presidente, juntamente com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Silas Rondeau Cavalcante. O Senhor Presidente acrescentou que, na oportunidade, seria discutido o uso do gás na matriz energética e **QUE OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA REFERIDA FRENTE eram DE GRANDE RELEVÂNCIA SOCIAL, COM ALTO GRAU DE VINCULAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO NACIONAL, VEZ QUE TRATAVAM DE TEMAS QUE INTERFEREM NA VIDA DE TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA.** Em seguida, o Senhor Presidente informou que havia sido agendada, para os próximos dias dezessete e dezoito do corrente, Visita Técnica à Usina Nuclear de Angra III, no Rio de Janeiro, em resposta a convite formulado pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras e pela Eletronuclear – Eletrobrás Termonuclear S.A. O Senhor Presidente esclareceu, então, que os membros interessados em integrar a comitiva deveriam comunicar à Secretaria da Comissão. O Senhor Presidente **INFORMOU, AINDA, QUE** haviam sido **ENVIADAS A ESTA COMISSÃO CÓPIAS DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NOS AUTOS DOS PROCESSOS NºS 016.928/2004 – 4; 006.238/2004 – 9; 003.658/2003-1; E 020.394/2004-3, JUNTAMENTE COM OS RELATÓRIOS E OS VOTOS QUE FUNDAMENTARAM AS RESPECTIVAS DELIBERAÇÕES.** O Senhor Presidente afirmou que **OS MEMBROS INTERESSADOS PODERIAM EXAMINAR OS DOCUMENTOS NA SECRETARIA DA COMISSÃO.** **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 316/05** – do Sr. Eduardo Valverde – que “requer que seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, para expor em detalhes o projeto de lei que será encaminhado a esta Casa para discutir a chamada ‘Nova Lei do Gás’, que regulará o mercado de gás natural no Brasil”. Não apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação.



**B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE:**

**2 – PROJETO DE LEI Nº 5.703/05 – do Senado Federal – (PLS 145/2001)** – que “altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola”. Não apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **ORDINÁRIA:**

**3 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 97/05** – do Sr. Celso Russomanno – que “propõe que a Comissão de Minas e Energia realize ato de fiscalização e controle para verificar a regularidade da aplicação dos recursos arrecadados com a CIDE – Combustíveis”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela implementação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que discorreu sobre o mérito da Proposição. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **4 – PROJETO DE LEI Nº 4.114/00** – do Sr. Mário Assad Júnior – que “extingue a isenção do pagamento da compensação financeira pelas pequenas centrais hidrelétricas – PCHs”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **5 – PROJETO DE LEI Nº 6.111/02** – do Sr. Mendes Thame (PSDB/SP) – que “proíbe o uso de amianto ou asbesto em materiais de fricção e outros componentes automotivos”. (Apensado: Projeto de Lei nº 6.112/2002). Relator: Deputado Salvador Zimbaldi. Parecer: pela aprovação deste, e do PL 6.112/2002, apensado, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **6 – PROJETO DE LEI Nº 3.104/04** – do Sr. Daniel Almeida – que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000”. Relator: Deputado João Almeida. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Dr. Heleno, em quatro de maio de dois mil e cinco. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **7 – PROJETO DE LEI Nº 5.183/05** – do Sr. Dr. Heleno – que “institui que toda licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, tenha a Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BVRJ como local oficial de recebimento e julgamento das propostas”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator para que

proferisse o seu Parecer. Não tendo havido quem quisesse discutir o Parecer, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente. **8 – PROJETO DE LEI Nº 5.369/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou requerimento de retirada de pauta desta Proposição, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. E, para constar, eu, Clemar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### TERMO DE REUNIÃO

Em dezesseis de novembro de dois mil e cinco, deixou de se reunir ordinariamente, a Comissão de Minas e Energia, por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados B. Sá, Fernando Ferro, João Tota, Mauro Passos, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Salvador Zimbaldi. E, para constar, eu, Clemar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes, Secretária, lavrei o presente Termo.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 23 de novembro de 2005

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Airton Roveda, Albérico Filho, B. Sá, Betinho Rosado, Gervásio Silva, João Tota, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Osmânio Pereira, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi e Tatico – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Hélio Esteves, Ivo José, João Almeida, Marinha Raupp, Maurício Ra-



belo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos e Renato Casagrande. O Deputado Romel Anízio apresentou justificativa de falta à reunião do último dia dezois, em virtude de compromissos previamente agendados em seu Estado. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia nove. O Deputado João Almeida solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPE-DIENTE:** O Senhor Presidente COMUNICOU QUE, NO ÚLTIMO DIA dez, havia avocado a relatoria dos Projetos de Lei nºs 6.062 e 6.063, de 2005 e que, no último dia dezoisete, havia designado o DEPUTADO B. Sá Relator DO PROJETO DE LEI Nº 6.164, DE 2005. O Senhor Presidente INFORMOU, AINDA, QUE esta Comissão havia recebido do Tribunal de Contas da União CÓPIAS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº TC 008.232/1999-7, bem como do relatório e do voto que fundamentaram a deliberação daquele Órgão. O Senhor Presidente afirmou que OS MEMBROS INTERESSADOS PODERIAM EXAMINAR OS DOCUMENTOS NA Secretaria DA COMISSÃO. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que havia indicado o Deputado Betinho Rosado como representante deste Órgão Técnico no Fórum Internacional do Carvão Mineral – Energia Segura com Responsabilidade Ambiental, a realizar-se nos dias vinte e oito e vinte e nove próximos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; o Deputado Airtton Roveda como representante desta Comissão na solenidade de abertura do Seminário Nacional de Cooperativismo e Formas Associativas na Mineração, a ser realizado nos próximos dias vinte e oito a trinta do corrente, nesta cidade; o Deputado B. Sá como representante do Senhor Presidente para, na qualidade de expositor, tomar parte na mesa de abertura do Seminário para discussão das tarifas dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de saneamento básico, a realizar-se no próximo dia trinta, nesta Casa, no Auditório Nereu Ramos; o Deputado Edinho Montemor como representante desta Comissão para participar da Reunião da Comissão de Energia e Minas do Parlamento Latino-Americano, nos dias vinte e três e vinte e quatro do corrente, na Sede do Parlatino, em São Paulo; e o Deputado Fernando Ferro como representante deste Órgão Técnico na solenidade de abertura do Seminário e do *Workshop*

“Governança dos Programas de Energias Renováveis no Brasil: Perspectivas para o Setor”, a ser realizado nos próximos dias vinte e três e vinte e quatro do mês em curso, nesta Capital. Submetidas à apreciação do Plenário, as indicações foram aprovadas por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 316/05** – do Sr. Eduardo Valverde – que “requer que seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Silas Roundeau, para expor em detalhes o projeto de lei que será encaminhado a esta Casa para discutir a chamada ‘Nova Lei do Gás’, que regulará o mercado de gás natural no Brasil”. O Requerimento não foi apreciado, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **2 – REQUERIMENTO Nº 319/05** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita realização de seminário pela CME para debater o tema aproveitamentos hidroelétricos no Brasil: fatores condicionantes”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE: 3 – PROJETO DE LEI Nº 5.703/05 – do Senado Federal (PLS 145/2001)** – que “altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola”. Relator: Deputado Paulo Feijó. Parecer: pela aprovação. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **ORDINÁRIA: 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.114/00** – do Sr. Mário Assad Júnior – que “extingue a isenção do pagamento da compensação financeira pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **5 – PROJETO DE LEI Nº 3.104/04** – do Sr. Daniel Almeida – que “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000”. Relator: Deputado João Almeida. Parecer: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Dr. Heleno, em quatro de maio de dois mil e cinco. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Em discussão, foi concedida a palavra ao Deputado Mauro Passos, que se manifestou contrariamente ao Parecer do Relator. Discutiu a Proposição, ainda, o Deputado Luiz Sérgio, que concordou com o posicionamento do Deputado Mauro Passos. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou Requerimento de retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. **6 – PROJETO DE LEI**

**Nº 5.369/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Senhor Presidente comunicou que o Deputado Betinho Rosado havia apresentado o Requerimento nº 323, de 2005, solicitando, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa, a retirada de pauta, por sessenta dias, do referido Projeto de Lei. Logo após, foi concedida a palavra ao Autor da Proposição, que afirmou ser favorável à retirada de pauta solicitada pelo Relator, considerando, contudo, exagerado o prazo de adiamento da discussão proposto. Em virtude da ausência do Relator, as Proposições não foram apreciadas. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Deputada Rose de Freitas, que, reportando-se ao Projeto de Lei nº 040/2005 – Orçamento para o ano de dois mil e seis, cujas Emendas de autoria desta Comissão já haviam sido discutidas e votadas na Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e seis de outubro, solicitou que fosse reaberta a discussão da matéria, sob a alegação de não ter sido informada sobre a data da apreciação dela na Comissão. O Senhor Presidente esclareceu que esta Comissão havia informado a todos os seus Membros, por correio eletrônico, os prazos destinados à apreciação das Emendas sob comento e discorreu sobre a impossibilidade do atendimento do pedido feito, tendo em vista que as referidas Emendas já haviam sido protocoladas na Comissão Mista de Orçamento, no dia dezesseis do mês em curso. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado João Almeida, que relatou o fato de a concessionária de energia elétrica no oeste do Estado da Bahia, respaldada em uma Portaria de emissão do antigo Departamento de Águas e Energia, dispensar tratamento diferenciado em relação à tarifa cobrada do consumidor irrigante, prejudicado com tal medida. O Parlamentar solicitou, então, providências para saneamento da irregularidade. O Senhor Presidente pediu que o Deputado enviasse os dados necessários a esta Comissão, para que fossem providenciadas gestões junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel naquele sentido. ENCERRAMENTO: Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e cinco minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2005**

Às onze horas e nove minutos do dia trinta de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Feijó, 1º Vice-Presidente, com a presença dos Senhores Deputados Nelson Meurer – 3º Vice-Presidente; Airton Roveda, B. Sá, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Ivo José e Maurício Rabelo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Albérico Filho, Aracely de Paula, Betinho Rosado, Fernando Ferro, Helenildo Ribeiro, João Tota, José Santana de Vasconcellos, Mauro Passos, Nicias Ribeiro, Osmânio Pereira, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia vinte e três. O Deputado B. Sá solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 316/05** – do Sr. Eduardo Valverde – que “requer que seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Silas Roundeau, para expor em detalhes o projeto de lei que será encaminhado a esta Casa para discutir a chamada ‘Nova Lei do Gás’, que regulará o mercado de gás natural no Brasil”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que discorreu sobre as razões motivadoras da apresentação da Proposição. Em discussão o Requerimento, foi concedida a palavra aos Deputados Dr. Heleno e Marcus Vicente, que se manifestaram favoravelmente à Proposição. Não tendo havido mais quem quisesse discutir, o Requerimento foi **submetido à votação, tendo sido aprovado unanimemente.** **2 – REQUERIMENTO Nº 319/05** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita realização de seminário pela CME para debater o tema aproveitamentos hidroelétricos no Brasil: fatores condicionantes”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **3 – REQUERIMENTO Nº 323/05** – do

Sr. Betinho Rosado (Projeto de Lei nº 5.369/2005) – que “requer, nos termos do art. 117, inciso 5º, do Regimento Interno, a retirada de pauta por sessenta dias do Projeto de Lei nº 5.369, de 2005, de autoria do Sr. Ivo José e do qual sou Relator, que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que subscreveu o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Dr. Heleno.

**B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE: 4 – PROJETO DE LEI Nº 5.703/05**

– do Senado Federal (PLS 145/2001) – que “altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola”. Relator: Deputado Paulo Feijó. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Discutiram a matéria os Deputados Marcus Vicente e Eduardo Valverde, que se manifestaram favoravelmente ao Parecer do Relator. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado unanimemente.

**ORDINÁRIA: 5 – PROJETO DE LEI Nº 4.114/00** – do Sr. Mário Assad Júnior – que “extingue a isenção do pagamento da compensação financeira pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs”. Relator: Deputado B. Sá. Parecer: pela aprovação. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou Requerimento de retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa, tendo obtido a anuência do Plenário da Comissão. Em seguida, reassumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Paulo Feijó.

**6 – PROJETO DE LEI Nº 5.369/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microdestilarias de Alcool – Pronamicra – para promoção de desenvolvimento rural e dá outras providências”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. A Proposição foi retirada de pauta, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 323, de 2005, terceiro item desta Ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Paulo Feijó**, 1º Vice-Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 7 de dezembro de 2005**

Às onze horas e doze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó, Rose de Freitas e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Betinho Rosado, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Gervásio Silva, João Tota, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Marcus Vicente, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Romel Anízio, Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Edinho Bez, Hélio Esteves, Ivo José, Marinha Raupp e Maurício Rabelo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Albérico Filho, Aracely de Paula, B. Sá, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Osmânio Pereira, Renato Casagrande e Tatico. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia trinta de novembro. O Deputado Hélio Esteves solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que esta Comissão havia recebido do Tribunal de Contas da União CÓPIAS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº TC 003.069/2003-2, examinado por aquela Corte de Contas em sessão ordinária do último dia trinta de novembro, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação. O Senhor Presidente esclareceu que os autos do referido processo diziam respeito à operação de financiamento concedido à empresa Lightgás Ltda (atual AES ESPA S/A) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado à aquisição do controle acionário da Empresa Eletropaulo Metropolitana Eletrecidade de São Paulo S/A – AES Eletropaulo, no âmbito do Programa de Estímulo à Privatização Estadual – PEPE, e operações posteriores. O Senhor Presidente afirmou que OS MEMBROS INTERESSADOS PODERIAM EXAMINAR OS DOCUMENTOS NA Secretaria DA COMISSÃO. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 319/05** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita realização de seminário pela CME para debater o tema aproveitamentos hidroelétricos no Brasil: fatores condi-



cionantes”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 5.883/05** – do Sr. Eduardo Gomes – que “define crimes contra a ordem econômica”. Relator: Deputado Paulo Feijó. Parecer: pela aprovação, com emendas. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 3 – PROJETO DE LEI Nº 4.587/04** – do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento emissor de cupom fiscal em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis”. (Apensado: Projeto de Lei nº 5.786/05). Relator: Deputado Marcus Vicente. Parecer: pela aprovação deste, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5.786/2005. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou o Requerimento nº 324/05, solicitando a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa, sob a justificativa de considerar necessário proceder à análise de Nota Técnica recebida do Ministério de Minas e Energia sobre o tema de que trata a Proposição. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **4 – PROJETO DE LEI Nº 4.849/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências”. Relator: Deputado Maurício Rabelo. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Projeto não foi apreciado, em razão da ausência do Relator no momento da deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente informou que, acompanhado dos Deputados Fernando Ferro e Mauro Passos, havia participado da Assembléia Mundial sobre Energias Renováveis, do 3º Fórum Político de Energias Renováveis e do 2º Fórum Parlamentar Internacional, na cidade de Bonn, na Alemanha. O Senhor Presidente quis deixar registrada sua surpresa diante do fato de aquele País ser a terceira maior economia mundial, ainda que desprovido de reservas de petróleo ou qualquer potencial hidrelétrico. O Senhor Presidente discorreu, ainda, sobre o inteligente modelo alemão de utilização das fontes de energia, destacando o incentivo ao uso da energia solar, como estímulo à economia na distribuição de energia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Nicias Ribeiro**, Presidente.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### Ata da Reunião Ordinária Deliberativa, Realizada em 14 de Dezembro de 2005

Às onze horas e quinze minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário quatorze do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Nicias Ribeiro – Presidente; Paulo Feijó e Nelson Meurer – Vice-Presidentes; Albérico Filho, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, João Tota, José Santana de Vasconcellos, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcus Vicente, Mauro Passos, Pastor Amarildo, Romel Anízio e Salvador Zimbaldi – Titulares; Alexandre Santos, Ivo José, João Almeida, Maurício Rabelo e Simão Sessim – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Airton Roveda, Aracely de Paula, B. Sá, Betinho Rosado, Fernando Ferro, Helenildo Ribeiro, João Pizzolatti, Marcello Siqueira, Osmânio Pereira, Renato Casagrande, Rose de Freitas e Tatico. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no último dia sete. O Deputado Dr. Heleno solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 319/05** – do Sr. Fernando Ferro – que “solicita realização de seminário pela CME para debater o tema aproveitamentos hidroelétricos no Brasil: fatores condicionantes”. A Proposição não foi apreciada, em razão da ausência do Autor no momento da deliberação. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: ORDINÁRIA: 2 – PROJETO DE LEI Nº 6.901/02** – do Sr. Antônio Cambraia – que “estabelece redução de tarifa para os consumidores de energia elétrica portadores de deficiências ou enfermidades que demandem utilização de equipamentos ou tratamentos dependentes de consumo de eletricidade”. Relator: Deputado Albérico Filho. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Relator apresentou o Requerimento nº 325/05, solicitando a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **3 – PROJETO DE LEI Nº 5.883/05** – do Sr. Eduardo Gomes – que “define crimes contra a ordem econômica”. Relator: Deputado Paulo Feijó. Parecer: pela aprovação, com emendas. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer. Em seguida, o Deputado Salvador Zimbaldi solicitou



vista da Proposição, tendo esta sido concedida pelo Senhor Presidente. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIACÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: ORDINÁRIA: 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.849/05** – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências”. Relator: Deputado Maurício Rabelo. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que apresentou o Requerimento nº 326/05, solicitando a retirada de pauta do Projeto, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno da Casa. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. Logo após, o Senhor Presidente, por ser o Relator das duas Proposições seguintes, convidou o Deputado Dr. Heleno para assumir a Presidência dos trabalhos, em atendimento aos arts. 40 e 43 do Regimento Interno desta Casa. **5 – PROJETO DE LEI Nº 6.062/05** – do Sr. Eduardo Gomes – que “reduz o imposto de renda incidente sobre lucros de novos empreendimentos realizados por empresas do setor elétrico”. Relator: Deputado Nicias Ribeiro. Parecer: pela aprovação, com emendas. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer. Em seguida, o Deputado Luiz Bassuma solicitou vista do Projeto, tendo esta sido concedida pelo Senhor Presidente. **6 – PROJETO DE LEI Nº 6.063/05** – do Sr. Eduardo Gomes – que “exclui do regime não-cumulativo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS o setor de energia elétrica”. Relator: Deputado Nicias Ribeiro. Parecer: pela aprovação, com emenda. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, que procedeu à leitura do Parecer. Logo após, o Deputado Ivo José solicitou vista da matéria, tendo esta sido concedida pelo Senhor Presidente. Nesse momento, reassumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Nicias Ribeiro. Em seguida, foi concedida a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que discorreu sobre o tratamento que as Empresas Light e Ampla, distribuidoras de energia no Estado Rio de Janeiro, vêm dispensando aos consumidores inadimplentes, ao ponto de haver recorrido à força policial para efetivação das cobranças, procedimento este que o Parlamentar declarou considerar merecedor de averiguação por parte desta Comissão. Logo após, concedida a palavra aos Deputados Maurício Rabelo e Dr. Heleno, estes elogiaram o desempenho do Senhor Presidente e da Comissão, no decorrer desta Sessão Legislativa. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu os cumprimentos e manifestou seu desejo de êxito para todos na condução dos próximos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo havido a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. E, para constar, eu, Damaci

Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado Nicias Ribeiro, Presidente.

## SEÇÃO II

### ATOS DO PRESIDENTE

**PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ZAID DA CUNHA TORRES**, ponto nº 1.886, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Chefe da Seção de Atendimento e Informação, FC-05, da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, da Diretoria de Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**DESIGNAR**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ÉLVIA SARDINHA MEDEIROS**, ponto nº 5.963, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Atendimento e Informação, FC-05, da Secretaria Executiva do Pró-Saúde, da Diretoria de Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo Ato da Mesa nº 87, de 2 de abril de 1998.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**TORNAR SEM EFEITO** o Ato de 3 de julho de 2006, publicado no Diário da Câmara dos Deputados do dia 4 subsequente, que nomeou **PAULO DE SOUZA** para exercer, no Gabinete do Líder do Governo no Congresso Nacional, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ANA CARLA FONTES MOREIRA**, ponto n.º 117.607, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Suplente dos Secretários.

**EXONERAR**, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CAIRO ALBERTO DE FREITAS**, ponto n.º 113.556, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, a partir de 06 de julho do corrente ano.

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **IVANILSON GOMES DOS SANTOS**, ponto n.º 117.566, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Verde, a partir de 30 de junho do corrente ano.

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOYCE RAPASSI**, ponto n.º 118.469, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal.

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SANDRA DOS ANJOS SILVA**, ponto n.º 117.793, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Suplente dos Secretários.

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **VALESCHKA OMENA DOMINGOS**, ponto n.º 118.491, do cargo em comissão de Secretário Particular Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Segundo Suplente dos Secretários.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA MARIA FERNANDES DE SOUZA** para exercer, no Gabinete do Líder do Governo no Congresso Nacional, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15,

do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo artigo 1º do Ato da Mesa n.º 40, de 4 de julho de 1996, combinado com o Ato da Mesa n.1, de 24 de fevereiro de 1999.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GRACE KELI DA SILVA FERNANDES** para exercer, no Gabinete do Segundo Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOYCE RAPASSI** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa n.º 43, de 29 de abril de 2004, convalidado pelo artigo 6º da Resolução n.º 26, de 13 de maio de 2004, e remanejado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 77, de 5 de abril de 2006.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENAN VINÍCIUS MOTTA AQUINO** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa n.º 34, de 13 de março de 1996, combinado com o Ato da Mesa n.1, de 24 de fevereiro de 1999.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RICARDO RODRIGUES SOARES** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALDIR PEREIRA ROQUE** para exercer, na Secretaria-Geral da Mesa, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALMIR PRASCIDELLI** para

exercer, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, remanejado pelo Ato da Mesa n.º 140, de 17 de dezembro de 2002, e parágrafo único do artigo 5º do Ato da Mesa n.º 27, de 20 de agosto de 2003.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WANESSA MATOS MOREIRA DE SÁ PEIXOTO** para exercer, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 1º do Ato da Mesa n.º 70, de 7 de junho de 2001, combinado com o parágrafo único do artigo 5º do Ato da Mesa n.º 27, de 20 de agosto de 2003.

Câmara dos Deputados, em 10 de julho de 2006.  
– Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

### RESENHAS

Resenha da Correspondência Expedida Externa  
Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

**Período:** 1/5/2006 a 31/5/2006

**Data da Remessa:** 09/05/2006

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1070/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8573/2006** de autoria do Dep.João Grandão que sugere ao Ministério da Educação a implantação de Escola Agrotécnica no Distrito de Itahum, Município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1071/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8574/2006** de autoria do Dep.Gonzaga Patriota que sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Dr. Márcio Fortes, que autorize ao Senhor Diretor-Geral do DE-NATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, Dr. Alfredo Perez, a determinar a suspensão dos efeitos da Portaria nº 509, de 2005, do DETRAN, do Estado de Pernambuco, para que volte a licenciar os veículos Toyota / Bandeirante que sofreram alterações de suas características, com lotação de 12 passageiros como eram licenciados anteriormente.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1072/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8575/2006** de autoria do Dep.Geraldo Resende que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, providências no sentido regularizar o fornecimento de medicamentos para o combate à tuberculose no Mato Grosso do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1073/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma

Rousseff cópia da **Indicação nº 8576/2006** de autoria do Dep.Geraldo Resende que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, providências no sentido de ampliar a capacidade nacional de produção dos medicamentos usados no tratamento da AIDS e regularizar o fornecimento desses insumos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1074/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8577/2006** de autoria do Dep.João Grandão que sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a implantação do Programa Arca das Letras no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1075/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8579/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde que seja custeado pelo Sistema Unido de Saúde (SUS), aparelho de marca-passo cardíaco que avalie o nível da pressão diastólica final do ventrículo esquerdo cardíaco.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1076/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8580/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego a adoção de políticas de incentivo à contratação de jovens com base na Lei da Aprendizagem.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1077/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8581/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde a ampliação da relação de medicamentos distribuídos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1078/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8582/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde a incorporação ao Sistema Único de Saúde – SUS de práticas da medicina alternativa comprovadamente eficazes na cura e tratamento de doenças.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1079/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8583/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a adoção de gestões para o fortalecimento do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1080/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8584/2006** de autoria do Dep.Celso Russomanno que sugere ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário a criação de portal



na internet destinado a apoiar o pequeno produtor e o agricultor familiar.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1081/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nºs 8585 a 8676/2006** de autoria do Dep.Carlos Nader que sugere ao Ministério da Educação a adoção do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1082/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8677/2006** de autoria da Comissão de Educação e Cultura que sugere ao Ministro da Educação a realização de um estudo sobre o art. 14 da Portaria Interministerial nº 117, de 08 de julho de 2004, que trata do período de recompra dos certificados previsto no art. 13 da Lei nº 10.260, de 2001.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1083/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8678/2006** de autoria do Dep.Elimar Máximo Damasceno que sugere ao Poder Executivo o envio de projeto de lei dispondo sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Técnico de Segurança do Trabalho.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1084/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8679/2006** de autoria do Dep.Geraldo Resende que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Extraordinário da Controladoria-Geral da União, a realização de auditoria contábil-financeira nas contas da Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de seu Fundo Municipal de Saúde, e da Fundação Hospital Universitário, também de Dourados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1085/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8680/2006** de autoria do Dep.Geraldo Resende que sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde a realização, através do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, de auditoria contábil-financeira nas contas da Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de seu Fundo Municipal de Saúde, e da Fundação Hospital Universitário, também de Dourados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1086/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8681/2006** de autoria do Dep.Fernando Gabeira que sugere ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia a instituição de programa de desenvolvimento tecnológico de sistemas de descarga de bacias sanitárias, visando a obtenção de equipamentos que proporcionem economia de água.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1087/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8682/2006** de autoria do Dep.Vander Loubet que sugere ao Ministério dos Transportes a fixação, em 110 Km/h, da velocidade máxima permitida nas rodovias federais do Estado do Mato Grosso do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1088/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8683/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministério da Justiça a adoção de medidas urgentes visando providências para combater o cultivo de drogas em terras da União, no município de Maués, estado do Amazonas, com a presença da Polícia Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1089/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8684/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin e outros que sugere ao Ministério da Defesa a participação do Exército Brasileiro na abertura das estradas e manutenção das pistas, relativas aos trechos B1 e B2, do gasoduto Coari-Manaus.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1090/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8685/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Fazenda a redução da carga tributária incidente sobre mamógrafos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1091/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8686/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere que o Ministério da Saúde institua programa nacional de instalação de mamógrafos nas cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1092/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8687/2006** de autoria do Dep.Carlos Souza que sugere ao Ministro de Estado da Integração Nacional a implantação de Plano de Prevenção a Desastres no Município de Manaus, em consequência das fortes chuvas que assolam a capital amazonense.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1093/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8688/2006** de autoria do Dep.Eduardo Gomes que sugere ao Ministério da Integração Nacional a realização de estudo e a elaboração de projeto que promova a revitalização da bacia do Rio Araguaia, localizado no Estado do Tocantins.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1094/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma



Rousseff cópia da **Indicação nº 8689/2006** de autoria do Dep. Eduardo Valverde que sugere ao Ministério da Educação a criação da Fundação Universidade Federal do Desenvolvimento Sustentável de Rondônia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1095/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8690/2006** de autoria do Dep. Carlos Souza que sugere à Senhora Ministra de Estado da Casa Civil a criação de força-tarefa com a participação dos Ministérios da Defesa e da Justiça, para a implementação de ações contra o narcotráfico no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1096/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8691/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que sugere ao Ministro da Cidades que promova ações de política urbana voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1097/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8692/2006** de autoria do Dep. Davi Alcolumbre que “Sugere ao Ministro da Saúde a inclusão dos municípios do estado do Amapá na programação anual da Fundação Nacional de Saúde.”

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1098/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8693/2006** de autoria do Dep. Davi Alcolumbre que “Sugere ao Ministro das Cidades a inclusão dos municípios do estado do Amapá no programa Pró-Moradia.”

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1099/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8694/2006** de autoria do Dep. Davi Alcolumbre que “Sugere ao Ministro da Educação a inclusão da Escola Maria de Nazaré Rodrigues no programa Biblioteca da Escola.”

#### **Data da Remessa: 11/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1110/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nºs 8704 a 8747/2006** de autoria do Dep. Carlos Nader que sugere ao Ministério da Saúde a criação e implantação do Programa Oftalmologista na Escola em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1111/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8700/2006** de autoria do Dep. Vanderlei Assis que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a destinação de terreno federal no Estado do Rio de Janeiro para a

construção da sede da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais – SUIPA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1112/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8699/2006** de autoria do Dep. João Grandão que sugere a adoção de providências no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação de Território Rural, no Estado do Mato Grosso do Sul, composto pelos municípios de Ponta Porã, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Amambaí, Paranhos e Bela Vista, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1113/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8698/2006** de autoria do Dep. Alceu Collares e outros que sugere ao Sr. Ministro da Defesa a convocação extraordinária do Conselho Nacional de Aviação Civil (CNAC) para que examine proposta de solução para a crise da VARIG.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1114/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8697/2006** de autoria do Dep. Ciro Nogueira que sugere ao Ministro da Educação a transformação da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros em Universidade Federal de Barreiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1115/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8696/2006** de autoria da Dep. Perpétua Almeida que sugere à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil a saída da Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE do Programa Nacional de Desestatização e extinção das Resoluções CCE-09.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1116/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8695/2006** de autoria do Dep. Francisco Escórcio que sugere ao Ministro de Estado da Educação que se dê início ao Ano Letivo nas escolas do Ensino Médio, em diversos municípios no Estado do Maranhão.

Data da Remessa: 12/05/2006

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1118/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8702/2006** de autoria da Dep. Zelinda Novaes que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aumento no valor do auxílio-alimentação dos servidores do Executivo Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1119/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8703/2006** de autoria do Dep. Carlos Souza que sugere à ANATEL, por inter-

médio do Ministério das Comunicações a implantação do Serviço Móvel Celular nos municípios do Estado do Amazonas, abaixo relacionados.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1120/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 8748 a 8796/2006** de autoria do Dep. Carlos Nader que sugere ao Ministério da Saúde a criação e implantação do Programa Oftalmologista na Escola em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro.

**Data da Remessa: 16/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1128/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3805/2006** de autoria do Dep. Vander Loubet que solicita informações ao Exmo. Ministro de Estado da Educação sobre a situação legal do curso de Administração de Empresas, do Instituto de Ensino Superior Aquidauanense – IESA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1129/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3806/2006** de autoria do Dep. Marcus Vicente que solicita cópia de estudo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo sobre poluição atmosférica na região da Grande Vitória, Espírito Santo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1130/2006, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues cópia do **Requerimento de Informação nº 3807/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações acerca das pesquisas realizadas pela EMBRAPA para obtenção do seqüenciamento do DNA do café.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1131/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3808/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Ministério da Saúde sobre as ações preconizadas pelo Governo Federal para o combate ao vírus H5N1 no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1132/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3809/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Ministério da Saúde sobre as ações que estão sendo adotadas pelo Governo federal para redução da gravidez precoce no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1133/2006, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3810/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, acerca das providências que o Governo Federal

está implementando para garantir o acesso dos jovens à educação e inserí-los no mercado de trabalho.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1134/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3811/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Ministério da Educação acerca do andamento do censo bibliográfico.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1135/2006, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues cópia do **Requerimento de Informação nº 3812/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações acerca da situação atual da armazenagem de grãos no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1136/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3813/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Ministério da Saúde sobre alterações no sistema de mutirão de cirurgias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1137/2006, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues cópia do **Requerimento de Informação nº 3814/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações acerca das pesquisas realizadas pela EMBRAPA, em Campina Grande – PB, para o desenvolvimento de algodão transgênico.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1138/2006, ao Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles cópia do **Requerimento de Informação nº 3815/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro Presidente do Banco Central sobre as providências adotadas para a redução das taxas de juros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1139/2006, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3816/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre o déficit habitacional brasileiro e as ações governamentais voltadas a seu enfrentamento.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1140/2006, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos cópia do **Requerimento de Informação nº 3817/2006** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, sobre laudo do Instituto Nacional de Criminalística referente à coca-cola.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1141/2006, ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado cópia do **Requerimento de Informação nº 3818/2006** de autoria da

Dep. Laura Carneiro que solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social sobre a realização de fiscalização de regularidade dos cálculos apresentados aos participantes reintegrados aos planos de benefícios da Fundação Previdenciária IBM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1142/2006, ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos cópia do **Requerimento de Informação nº 3819/2006** de autoria do Dep. Celso Russomanno que solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre as estatísticas de acidentes de trânsito e o cumprimento do disposto no art. 23, inciso XII, da Constituição Federal, que cuida da educação para a segurança do trânsito.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1143/2006, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan cópia do **Requerimento de Informação nº 3820/2006** de autoria do Dep. Celso Russomanno que solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a concessão de créditos pelo BNDES ao Grupo GLOBOPAR.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1144/2006, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3821/2006** de autoria da Dep. Laura Carneiro que solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre transferências voluntárias efetuadas pela União aos Estados e Distrito Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1145/2006, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan cópia do **Requerimento de Informação nº 3822/2006** de autoria do Dep. Júlio Cesar que solicita informações complementares ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos concedidos à EMBRAER, a seus fornecedores e parceiros pelo BNDES.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1146/2006, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3823/2006** de autoria do Dep. Dr. Rosinha que solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a venda de aviões da Embraer para a Venezuela.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1147/2006, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3824/2006** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, informações sobre as denúncias de cultivo de drogas em terras da União, no município de Maués, estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1148/2006, ao Ministro do Controle e da Transparência, Jorge Hage cópia do **Requerimento de Informação nº 3825/2006** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Controle e da Transparência informações sobre o direcionamento em processos licitatórios e ir-

regularidades em convênios, detectados pela fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União -CGU, junto ao Governo do Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1149/2006, ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado cópia do **Requerimento de Informação nº 3826/2006** de autoria da Dep. Jandira Feghali que solicita ao Ministério da Previdência Social, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, informações sobre a dívida previdenciária dos Jornais Correio Braziliense, O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1150/2006, ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado cópia do **Requerimento de Informação nº 3827/2006** de autoria da Dep. Jandira Feghali que solicita informações ao Sr. Ministro da Previdência Social sobre o Regime Geral de Previdência Social.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1151/2006, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan cópia do **Requerimento de Informação nº 3828/2006** de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações complementares ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre o financiamento para exportação de bens e serviços brasileiros relativos a construção e ampliação das linhas do metrô de Caracas, na Venezuela, bem como de outros projetos na América Latina.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1152/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3829/2006** de autoria do Dep. Edson Duarte que solicita informações ao Exmo. Sr. José Agenor Álvares da Silva, Ministro da Saúde, sobre a somatotropina bovina transgênica, BST.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1153/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3830/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde relativas à antecipação da idade para o início da Educação Sexual nas escolas públicas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1154/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3831/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação relativas à antecipação da idade para o início da Educação Sexual nas escolas públicas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1155/2006, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa cópia do **Requerimento de Informação nº 3832/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações quanto às medidas



adotadas visando à diminuição das tarifas de ligações de longa distância nacionais e internacionais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1156/2006, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues cópia do **Requerimento de Informação nº 3833/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que solicita ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações a respeito do projeto de monitoramento da safra brasileira via satélite.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1157/2006, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3834/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que solicita informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre as ações tomadas para colaborar com a Polícia Federal no sentido de coibir a prática de fraude aos mecanismos de importação no Brasil e quanto aos servidores estrangeiros das Embaixadas envolvidos no esquema descoberto pela Polícia Federal no âmbito da Operação Safári.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1158/2006, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires cópia do **Requerimento de Informação nº 3835/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que solicita informações ao Ministério da Defesa sobre as ações preconizadas pelo Governo Federal para o combate ao vírus H5N1 no Brasil.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1159/2006, ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos cópia do **Requerimento de Informação nº 3836/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que solicita ao Ministro dos Transportes informações sobre os efeitos de resoluções expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, tornando obrigatória a explanação de procedimentos de segurança em ônibus para transporte interestadual e internacional de passageiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1160/2006, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo cópia do **Requerimento de Informação nº 3838/2006** de autoria do Dep.Alberto Goldman que solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre gastos com publicidade realizados pelas empresas estatais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1161/2006, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias cópia do **Requerimento de Informação nº 3839/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato que solicita ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome PATRUS ANANIAS informações acerca de convênios assinados com a Prefeitura Municipal de Jundiá, São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1162/2006, ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira cópia do **Requerimento de Informação nº 3841/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita informações ao Excelen-

tíssimo Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil, sobre o programa Fome do Livro.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1163/2006, ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira cópia do **Requerimento de Informação nº 3842/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil, sobre o programa Monumenta.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1164/2006, ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira cópia do **Requerimento de Informação nº 3843/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil, sobre o programa Cultura Viva.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1165/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3844/2006** de autoria do Dep.Júlio Delgado que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informação sobre o Programa Luz para Todos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1166/2006, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues cópia do **Requerimento de Informação nº 3845/2006** de autoria do Dep.Moacir Micheletto que solicita ao Exmo. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a listagem de todos os processos de registro de agrotóxico, produto técnico ou formulado, que se encontra em andamento no Ministério, com as seguintes informações: data de protocolo; empresa solicitante; princípio ativo e situação do processo (em análise, com pendências ou não analisado ainda).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1167/2006, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo cópia do **Requerimento de Informação nº 3846/2006** de autoria do Dep.Antônio Carlos Biffi que solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que o IPEA avalie os efeitos dos coeficientes atualmente aplicáveis na repartição do FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1168/2006, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3847/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, relativas ao Pró – Moradia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1169/2006, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos cópia do **Requerimento de Informação nº 3848/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre novas denúncias de invasões na Reserva Indígena Roosevelt no Estado de Rondônia.



Ofício 1ªSec/RI/E nº 1170/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3849/2006** de autoria do Dep. Paulo Pimenta que solicito informações ao Sr. Ministro da Saúde acerca das exigências feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, direcionadas à indústria farmacêutica de pequeno porte e fitoterápica.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1171/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3850/2006** de autoria do Dep. Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação referentes aos Programas Educação no Campo e em áreas de Reforma Agrária.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1172/2006, ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos cópia do **Requerimento de Informação nº 3853/2006** de autoria do Dep. Geraldo Resende que solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes, acerca dos recursos destinados à 19ª Unidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (Dnit), Estado de Mato Grosso do Sul, para realizar obras de manutenção das rodovias federais no estado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1173/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3854/2006** de autoria do Dep. Fernando Estima que solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito de denúncias envolvendo dirigentes da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1174/2006, ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos cópia do **Requerimento de Informação nº 3855/2006** de autoria da Dep. Ann Pontes que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Sr. PAULO SÉRGIO PASSOS, acerca da liberação de recursos para a BR-422 / PA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1175/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3856/2006** de autoria do Dep. Moacir Micheletto que solicita ao Ministro da Saúde a listagem de todos os processos de registro de agrotóxico, produto técnico ou formulado, que se encontra em andamento na ANVISA, com as seguintes informações: data de protocolo; empresa solicitante; princípio ativo e situação do processo (em análise, com pendências ou não analisado ainda).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1176/2006, ao Ministro do Meio Ambiente, Marina Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3857/2006** de autoria do Dep. Moacir Micheletto que solicita à Exma. Sr.ª Ministra do Meio Ambiente, a listagem de todos os processos de registro de agrotóxico, produto técnico ou formulado, que se

encontra em andamento no IBAMA, com as seguintes informações: data de protocolo; empresa solicitante; princípio ativo e situação do processo (em análise, com pendências ou não analisado ainda).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1177/2006, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan cópia do **Requerimento de Informação nº 3858/2006** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre financiamentos do BNDES com a siderúrgica brasileira EBX.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1178/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3859/2006** de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Petrobras, sobre os investimentos na empresa na Bolívia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1179/2006, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan cópia do **Requerimento de Informação nº 3860/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco que solicita ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre os planos do INMETRO relativos ao selo de certificação social, a validade internacional deste selo, sua abrangência e outras, que especifica.

#### **Data da Remessa: 23/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.190/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8764/2006** de autoria do Dep. Leodegar Tiscoski que sugere ao Poder Executivo, na pessoa do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o envio, ao Congresso Nacional, de projeto de lei voltado a permitir a reabertura do prazo previsto no art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, nos casos em que o sindicato ao qual se vinculava o beneficiário da anistia prevista naquele diploma tenha sido extinto simultaneamente com a respectiva empresa ou entidade.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.191 /2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8797/2006** de autoria do Dep. Jorge Pinheiro que sugere ao Ministério da Saúde que promova a distribuição gratuita de kit de saúde bucal entre beneficiários do Bolsa Família.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.192 /2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8798/2006** de autoria do Dep. Ildeu Araujo que “Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão do medicamento insulina glargina no programa “Farmácia Popular”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.193/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8799/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Justiça que o Governo Federal, por meio de campanha nacional, estimule as prefeituras das capitais e regiões metropolitanas de todo o país a adotarem monitoramento da violência com a instalação de câmaras de vídeo nos pontos turísticos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.194/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8800/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde a implementação de programa nacional contra a automedicação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.195/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8801/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Justiça a adoção de providências para o cumprimento do art. 4º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.196/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8802/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida que sugere ao Ministério das Relações Exteriores ação diplomática junto ao Governo da República do Peru em defesa de trabalhadores brasileiros.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.197/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8803/2006** de autoria do Dep.Paulo Gouvêa que sugere ao Senhor Ministro dos Transportes a tomada de providências contra os abusos das seguradoras, que não aceitam que as cargas por elas seguradas sejam transportadas por motoristas de caminhão cujos nomes estejam inscritos nos cadastros do SPC e da SERASA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.198/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8578/2006** de autoria da Comissão de Desenvolvimento Urbano que sugere ao Poder Executivo, Ministério da Fazenda, a criação de Superintendência da Caixa Econômica Federal, no Estado da Bahia, na Cidade de Barreiras.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.199/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8701/2006** de autoria do Dep.Babá que sugere ao Presidente da República, Exmo.Srº Luís Inácio Lula da Silva, solidariedade ao povo e ao governo boliviano no intuito de reconhe-

los como os únicos detentores e controladores das riquezas e recursos do Estado Boliviano.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.200/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nºs 8804 a 8834 e 8866 a 8895/2006** de autoria do Dep.Carlos Nader que sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, com a adoção da Campanha DVD Escola do Ministério da Educação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.201/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8896/2006** de autoria do Dep.Vander Loubet que sugere ao Ministério dos Transportes que seja revertido o processo de estadualização da rodovia BR-463, que liga as cidades de Dourados e Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.202/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8897/2006** de autoria do Dep.Pastor Reinaldo que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a distribuição de obras do Novo Testamento nas escolas públicas brasileiras.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.203/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8898/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministro da Justiça adoção de medidas urgentes visando a liberação de recursos para a conclusão da nova Casa do Índio (CASAI) no Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.204/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8899/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere que a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel tome providências junto às operadoras de telefonia móvel para que estas atendam os municípios do interior do Amazonas que ainda não dispõem de serviços de telefonia móvel.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.205/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8900/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que sugere ao Presidente da República que intervenha no processo de implantação dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Urucu – Coari– Manaus visando acelerar a sua conclusão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.206/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8901/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de

Desenvolvimento Regional que sugere a participação do Exército Brasileiro na execução das obras de construção dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Urucu-Coari-Manaus.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.207/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8902/2006** de autoria do Dep.Carlos Souza que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o cumprimento do que estabelece o § 4º do art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.208/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8903/2006** de autoria do Dep.Ivo José que sugere a criação de comissões tripartites para análise do registro sindical.

**Data da Remessa: 24/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1209/2006, ao Ministro do Esporte, Orlando Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3840/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato que solicita ao Sr. Ministro do Esporte, ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR, informações acerca de convênios assinados com a Prefeitura Municipal de Jundiá, São Paulo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1210/2006, ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage cópia do **Requerimento de Informação nº 3861/2006** de autoria do Dep.Gastão Vieira que solicita ao Sr. Ministro de Estado do Controle e da Transparência – Sr. JORGE HAGE SOBRINHO, Relatório Completo da fiscalização executada pela Controladoria-Geral da União ao Governo do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1211/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3862/2006** de autoria do Dep.Eduardo Valverde que solicita informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia, Presidente da CERON – Centrais Elétricas de Rondônia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Presidente da ELETROBRÁS, Presidente da ELETRONORTE, Presidente da ELETROACRE, sobre as Centrais Elétricas da Região Norte e Rondônia.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1212/2006, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires cópia do **Requerimento de Informação nº 3863/2006** de autoria do Dep.Nilson Mourão que solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre o pagamento de pensões ou outras vantagens dadas por exércitos de outras nações para os militares participantes de operações de Força de Paz.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1213/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3864/2006** de autoria do

Dep.Paulo Magalhães que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1214/2006, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos cópia do **Requerimento de Informação nº 3866/2006** de autoria do Dep.Paulo Magalhães que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1215/2006, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia do **Requerimento de Informação nº 3867/2006** de autoria do Dep.Eduardo Cunha que solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre contratos, autorizações de pagamentos e empresas prestadoras de serviços às Organizações Não-Governamentais – ONG's da administração direta, indireta, autarquias, fundações e sociedades de economia mista, assim como subsidiárias.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1216/2006, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos cópia do **Requerimento de Informação nº 3868/2006** de autoria do Dep. Ronaldo Dimas que solicita informações ao Ministro da Justiça, Senhor Márcio Thomas Bastos, sobre as condições de ingresso no Brasil do cidadão russo Boris Berezovski.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1217/2006, ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim cópia do **Requerimento de Informação nº 3869/2006** de autoria do Dep.Ronaldo Dimas que solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, sobre as condições de ingresso no Brasil do cidadão russo Boris Berezovski.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1218/2006, ao Ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage cópia do **Requerimento de Informação nº 3870/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União informações sobre a fiscalização no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1219/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3871/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações sobre surto de Hepatite no estado do Amazonas e campanhas de prevenção organizadas pelo Ministério.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1220/2006, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires cópia do **Requerimento de Informação nº 3872/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Ministro do Estado da Defesa sobre a aquisição de terras pelo sueco Johan Eliash, no estado do Amazonas.



Ofício 1ªSec/RI/E nº 1221/2006, à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3873/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações à Ministra de Estado e Meio Ambiente sobre a aquisição de terras pelo sueco Johan Eliash, no estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1222/2006, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3874/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a aquisição de terras pelo sueco Johan Eliash, no estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1223/2006, ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Félix cópia do **Requerimento de Informação nº 3875/2006** de autoria da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional que solicita informações ao Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a aquisição de terras pelo sueco Johan Eliash, no estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1224/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3876/2006** de autoria do Dep.João Grandão que solicita ao Sr. Ministro da Saúde informações sobre as prestações de contas das Prefeituras Municipais beneficiadas por emendas de minha autoria nos exercícios de 2002 a 2005.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1225/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3877/2006** de autoria do Dep.Francisco Garcia que solicita ao Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva, informações sobre áreas licitadas em 2005 para exploração de petróleo e gás no Estado do Amazonas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1226/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3878/2006** de autoria do Dep.Francisco Garcia que solicita ao Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva, informações sobre produção de biodiesel no Estado do Amazonas e a sua utilização pela estatal Ceam.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1227/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3879/2006** de autoria do Dep.Francisco Garcia que solicita ao Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva, informações sobre o primeiro leilão de Biodiesel

e a participação de produtores do Amazonas na oferta do produto.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1228/2006, ao Ministro da Saúde, José Agenor Alvares da Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3880/2006** de autoria da Dep.Laura Carneiro que solicita ao Ministro da Saúde informações sobre a edição de norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – que impede a doação de sangue por parte de homens que tiveram relações sexuais com outros homens.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1229/2006, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3881/2006** de autoria da Dep.Laura Carneiro que solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda informações a respeito da estimativa de renúncia fiscal decorrente do Projeto de Lei nº 3.927, de 1997.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1230/2006, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad cópia do **Requerimento de Informação nº 3882/2006** de autoria do Dep.Rodrigo Maia que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação referentes ao Programa ProJovem.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1231/2006, ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes Almeida cópia do **Requerimento de Informação nº 3883/2006** de autoria do Dep.Rodrigo Maia que solicita informações ao Ministro das Cidades, Sr. Marcio Fortes, referentes ao contrato firmado com a empresa ORION SERVIÇOS E EVENTOS LTDA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1232/2006, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega cópia do **Requerimento de Informação nº 3884/2006** de autoria do Dep.Ronaldo Dimas que solicita informações a Sr. Ministro da Fazenda, sobre levantamentos pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras de movimentações financeiras atípicas, incluindo saques em espécie, de contas bancárias em nome do Sr. Rodrigo Pereira Medeiros, no período de 2001 a 2006.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1233/2006, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel cópia do **Requerimento de Informação nº 3885/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre os gastos com publicidade.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1234/2006, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires cópia do **Requerimento de Informação nº 3886/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre os gastos com publicidade da Infraero.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1235/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3887/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre



os gastos com publicidade na campanha da auto-suficiência do petróleo.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1236/2006, ao Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau Cavalcante Silva cópia do **Requerimento de Informação nº 3888/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Hauly que solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Petrobras, sobre venda de parte da UEG Araucaria El Paso, no estado do Paraná.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1237/2006, ao Ministro da Defesa, Waldir Pires cópia do **Requerimento de Informação nº 3889/2006** de autoria do Dep.Alberto Fraga que solicita ao Senhor Ministro da Defesa informações a respeito da entrega e destruição de munições de armas de fogo, por ocasião da campanha do desarmamento.

**Data da Remessa: 26/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1007/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8444/2006** de autoria do Dep.Francisco Escórcio que sugere ao Ministério da Integração Nacional, em caráter de emergência, providências para os desabrigados das enchentes do Rio Tocantins, na cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1007/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8444/2006** de autoria do Dep.Francisco Escórcio que sugere ao Ministério da Integração Nacional, em caráter de emergência, providências para os desabrigados das enchentes do Rio Tocantins, na cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

**Data da Remessa: 31/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.262/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nºs 8835 a 8865/2006** de autoria do Dep.Carlos Nader que sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, com a adoção da Campanha DVD Escola do Ministério da Educação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.263/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8904/2006** de autoria do Dep.André Figueiredo que sugere à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República a adoção de medidas relativas à criação de serviço telefônico gratuito de "Plantão de Dúvidas de Português", em âmbito nacional.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.264/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8905/2006** de autoria

do Dep.Gustavo Fruet que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a criação de um programa que utilize o sistema de gravação por voz sintetizada na educação especial e na educação de jovens e adultos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.265/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8907/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde, seja disponibilizada, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pele artificial para a execução de cirurgia plástica reconstrutora.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.266/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8908/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério do Trabalho e Emprego celeridade na produção de uma cartilha ou manual de orientações às empresas e órgãos públicos sobre a contratação de portadores de deficiências.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.267/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8909/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério das Comunicações adoção de medidas de estímulo às ligações de Voz sobre IP (VoIP).

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.268/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8910/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adoção de medidas que agilizem o processo de aprovação do plano de cargos e salários dos funcionários concursados da SUFRAMA.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.269/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8911/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere que o Ministério da Saúde realize campanha nacional de divulgação da Contracepção de Emergência.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.270/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8912/2006** de autoria do Dep.Josias Quintal que sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o encaminhamento de proposição legislativa no sentido de estender a Vantagem Pecuniária instituída pela Lei n.º 11.134, de 2005 aos servidores inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do antigo Distrito Federal e aos respectivos pensionistas.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.271/2006, ao Senhor Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral cópia da **Indicação nº**

**8913/2006** de autoria do Dep.Josias Quintal que sugere ao TSE o envio de projeto de lei destinado a promover a isonomia de vencimentos entre chefes de zonas eleitorais do interior e de capitais de Estado.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.272/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8914/2006** de autoria do Dep.Rogério Teófilo que sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a criação de Conselhos Federais e Estaduais de Zootecnia”.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.273/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8915/2006** de autoria da Dep.Vanessa Graziotin que sugere ao Senhor Ministro da Fazenda orientar o Presidente do Banco do Brasil a envidar esforços para solucionar amigavelmente o processo que envolve direitos trabalhistas dos empregados de sua jurisdição em Manaus / AM, pendentes há mais de 17 (dezesete) anos, a exemplo do ocorrido em ação semelhante junto à agência de Tabatinga – AM.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.274/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8916/2006** de autoria do Dep.Carlos Abicalil que sugere ao Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, no âmbito da Caixa Econômica Federal, a instalação de uma Agência da Caixa Econômica Federal ou uma Casa Lotérica na Região do Polo 5, da Regional Sul do município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.275/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8917/2006** de autoria do Dep.Carlos Abicalil que sugere ao Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, no âmbito do Banco do Brasil, a instalação de uma Agência do Banco do Brasil, no município de Porto Esperidião, no Estado de Mato Grosso.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.276/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8918/2006** de autoria da Comissão de Seguridade Social e Família que sugere ao Ministério da Fazenda, avaliar e propor alterações na legislação vigente quanto à isenção de impostos federais que incidem sobre as etapas do processo de reciclagem de embalagens vazias de agrotóxicos.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.277/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8919/2006** de autoria do Dep.Zico Bronzeado que sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, a instalação de uma agência do Banco da Amazônia – BASA, em Manuel Urbano, no estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.278/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8920/2006** de autoria do Dep.Zico Bronzeado que sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Previdência Social, a instalação de um posto do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em Feijó, no estado do Acre.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.279/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8921/2006** de autoria do Dep.Julio Lopes que sugere ao Ministro de Estado da Fazenda alteração na forma de definição da receita auferida pelas empresas dedicadas à comercialização de cartões telefônicos, para fins de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e dos demais tributos federais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.280/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8922/2006** de autoria do Dep.Julio Lopes que sugere ao Ministro de Estado das Comunicações alteração na forma de definição da receita auferida pelas empresas dedicadas à comercialização de cartões telefônicos, para fins de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e dos demais tributos federais.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.281/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8923/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério da Saúde seja criada campanha nacional para a prevenção à gravidez precoce

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.282/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8924/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco que sugere ao Ministério das Cidades a construção de praça-parque inclusiva de pessoas portadoras de deficiência, nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.283/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8925/2006** de autoria do Dep.Gastão Vieira que sugere ao Ministério da Educação a criação de uma Unidade de Ensino Descentralizado, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET – MA, no município de São João dos Patos, Estado do Maranhão.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.284/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8926/2006** de autoria

da Dep. Sandra Rosado que sugere ao Senhor Ministro da Saúde, a revisão da Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade – Cirurgia de Catarata.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.285 /2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8927/2006** de autoria do Dep. Maurício Quintella Lessa que sugere ao Ministério da Educação a alteração da Resolução/FNDE/CD/Nº 38 de 23 de agosto de 2004, com vistas a democratizar o processo de descentralização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.286/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia da **Indicação nº 8928/2006** de autoria do Dep. Jorge Gomes que sugere ao Ministro de Estado das Comunicações a emissão de selo em homenagem ao município de Caruaru, em Pernambuco, para as comemorações do sesquicentenário de sua emancipação.

Ofício 1ªSec/RI/E nº 1.287/2006, à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff cópia das **Indicações nº 8929 a 9007/2006** de autoria do Dep. Carlos Nader que sugere ao Ministério da Integração Nacional a inclusão de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUIR.

Resenha da Correspondência Expedida Interna Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

**Período: 1/5/2006 a 31/5/2006**

**Data de Encaminhamento: 04/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1038/2006 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 110/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3551/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1039/2006 ao Dep. Nelson Bornier encaminha cópia do Ofício nº 3124-GM/Aspar-MD, de 17/04/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3635/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1040/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Ofício nº 3652-GM/Aspar-MD, de 03/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3637/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1041/2006 ao Dep. Carlos Souza encaminha cópia do Ofício nº 620/2006/GM/MMA, de 28/04/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3666/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1042/2006 ao Dep. Silvio Torres encaminha cópia do Aviso nº 109/GM/MME, de

02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3703/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1043/2006, e de comunicação ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 1044/2006 (Art.98, § 5º do R.I.). ao Dep. João Caldas encaminha cópia do Aviso nº 111/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3705/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1045/2006 ao Dep. Luiz Carlos Hauly encaminha cópia do Aviso nº 106/GM/MME, de 28/04/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3708/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1046/2006 ao Dep. Marcus Vicente encaminha cópia do Aviso nº 112/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3711/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1047/2006 ao Dep. Paulo Pimenta encaminha cópia do Aviso nº 358/GM – MAPA, de 02/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3713/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1048/2006 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 169/MF, de 27/04/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3714/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1049/2006 ao Dep. Cezar Silvestri encaminha cópia do Aviso nº 170/MF, de 27/04/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3719/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1050/2006 ao Dep. Ivan Ranzolin encaminha cópia do Aviso nº 180/MF, de 02/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3726/2006**

**Data de Encaminhamento: 09/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1051/2006 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 0427 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3086/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1052/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 0429 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3536/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1053/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 397/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3591/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1054/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 399/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3594/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1055/2006 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 3789 –



GM/Aspar-MD, de 05/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3634/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1056/2006 ao Dep. Dr. Rosinha encaminha cópia do Ofício nº 3790 – GM/Aspar-MD, de 05/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3653/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1057/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 114/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3697/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1058/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Of. nº 132 GM/ASPAR/MDS, de 02/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3698/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1059/2006 à Dep. Laura Carneiro encaminha cópia do Aviso nº 398/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3709/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1062/2006 ao Dep. Dr. Rosinha encaminha cópia do Aviso nº 00085/2006/MC, de 28/04/06, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3720/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1063/2006 ao Dep. Geraldo Resende encaminha cópia do Ofício nº 015/06-ASPAR/RI, de 05/05/06, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3724/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1064/2006 ao Dep. Benjamin Maranhão encaminha cópia do Aviso nº 400/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3725/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1065/2006 ao Dep. Luiz Carreira encaminha cópia do Aviso nº 056, de 08/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3734/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1066/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 0428 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3739/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1067/2006 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Aviso nº 179/MF, de 02/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3744/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1068/2006 ao Dep. Pastor Francisco Olímpio encaminha cópia do Aviso nº 116/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3748/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1069/2006 ao Dep. Fernando Estima encaminha cópia do Aviso nº 0426 – MJ,

de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3783/2006**

**Data de Encaminhamento: 11/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1060/2006 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 115/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3717/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1061/2006 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 115/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3717/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1100/2006 ao Dep. Francisco Garcia encaminha cópia do Ofício nº 674/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2741/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1101/2006 ao Dep. Francisco Garcia encaminha cópia do Ofício nº 673/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2797/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1102/2006 ao Dep. Francisco Garcia encaminha cópia do Ofício nº 677/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta ao **Requerimento de Informação nº 2958/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1103/2006 à Dep. Telma de Souza encaminha cópia do Aviso nº 424/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3532/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1104/2006 ao Dep. Carlos Santana encaminha cópia do Aviso nº 086 GM/MT, de 09/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3679/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1105/2006 ao Dep. Antonio Carlos Pannunzio encaminha cópia do Aviso nº 085 GM/MT, de 09/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3683/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1106/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Aviso nº 422/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3700/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1107/2006 ao Dep. Babá encaminha cópia do Aviso nº 421/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3710/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1108/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 423/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3773/2006**



Ofício 1ªSec/RI/I nº 1109/2006 ao Dep. Celso Russomanno encaminha cópia do Ofício nº 152/2006/CORDE/SEDH/PR, de 27/04/06, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3799/2006**

**Data de Encaminhamento: 12/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1117/2006 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Ofício nº 016/06-ASPAR/RI, de 11/05/06, do Ministério da Integração Nacional em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3746/2006**

**Data de Encaminhamento: 16/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1121/2006 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 064, de 12/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3418/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1122/2006 ao Dep. Luiz Carlos Hauly encaminha cópia do Aviso nº 119/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 3595 a 3616 e 3622 a 3631/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1123/2006 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Ofício nº 135 GM/ASPAR/MDS, de 12/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3728/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1124/2006 ao Dep. Pedro Fernandes encaminha cópia do Ofício nº 178/2006/MP, de 15/05/06, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3730/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1125/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 397/GM-MAPA, de 12/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3740/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1126/2006 à Dep. Dra. Clair encaminha cópia do Aviso nº 065, de 12/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3742/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1127/2006 à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminha cópia do Aviso nº 191/MF, de 15/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3790/2006**

**Data de Encaminhamento: 18/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1180/2006 ao Dep. Durval Orlato encaminha cópia do Ofício nº 52/GM-MDIC, de 16/05/06, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3774/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1181/2006 à Dep. Laura Carneiro encaminha cópia do Ofício nº 53/GM-MDIC, de 16/05/06, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3780/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1182/2006 ao Dep. Babá encaminha cópia do Aviso nº 197/MF, de 17/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3784/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1183/2006 ao Dep. Sarney Filho encaminha cópia do Ofício nº 158/2006 – MEC, de 17/05/06, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3804/2006**

**Data de Encaminhamento: 24/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1184/2006 à Comissão de Viação e Transportes encaminha cópia do Aviso nº 076 GM/MT, de 27/04/06, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3620/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1185/2006 ao Dep. Durval Orlato encaminha cópia do Aviso nº 444/GM, de 22/05/06, do Ministério da Saúde em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3674/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1186/2006 ao Dep. Durval Orlato encaminha cópia do Aviso nº 101 GM/MT, de 18/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3690/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1187/2006 ao Dep. Eduardo Campos encaminha cópia do Aviso nº 200/MF, de 18/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3749/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1188/2006 ao Dep. Marcus Vicente encaminha cópia do Aviso nº 124/GM/MME, de 19/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3754/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1189/2006 ao Dep. Henrique Afonso encaminha cópia do Aviso nº 199/MF, de 18/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3785/2006**

**Data de Encaminhamento: 31/05/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.289/2006. ao Dep. Geraldo Resende encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Aviso nº 079/GM/MMA, de 17/04/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta à **Indicação nº 5344/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.290/2006. ao Dep. Nelson Pellegrino encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 2965-GM/Aspar-MD, de 10/04/06, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 5767/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.291/2006. à Dep. Laura Carneiro encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 135/2006-ASPAR/GM/MEC, de 27/03/06, do Ministério da Educação em resposta à **Indicação nº 5886/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.292/2006 à Dep. Vanessa Grazziotin encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 3.123-GM/Aspar-MD, de 17/04/06, do Ministério da Defesa em resposta à **Indicação nº 6587/2005**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.293/2006 ao Dep. Marcelo Ortiz encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 370/AAP/GM/MF, de 11/04/06, do Ministério da Fazenda em resposta à **Indicação nº 7683/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1.294/2006 ao Dep. Jefferson Campos encaminha cópia do Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 365/MJ-ASPAR, de 31/03/06, do Ministério da Justiça em resposta à **Indicação nº 7960/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1238/2006 ao Dep. Átila Lins encaminha cópia do Aviso nº 070, de 25/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3568/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1239/2006 ao Dep. Luciano Zica encaminha cópia do Ofício nº 4508-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3636/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1240/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 00096/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3640/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1241/2006 ao Dep. Rodrigo Maia encaminha cópia do Ofício nº 4509-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3656/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1242/2006, e de comunicado ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 1243/2006 (Art.98, § 5º do R.I.). ao Dep. Luiz Carlos Hauly encaminha cópia do Ofício (RESERVADO) nº 232-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3659/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1244/2006 ao Dep. Babá encaminha cópia do Aviso nº 00099/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3676/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1247/2006 ao Dep. Leonardo Vilela encaminha cópia do Ofício nº 049/2006/MDA,

de 25/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Agrário em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3731/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1248/2006 à Dep. Yeda Crusius encaminha cópia do Ofício nº 183/2006/MP, de 24/05/06, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3736/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1249/2006 ao Dep. Ivan Valente encaminha cópia do Ofício nº 162/2006 – MEC, de 23/05/06, do Ministério da Educação em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3745/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1250/2006 ao Dep. Edson Duarte encaminha cópia do Aviso nº 129/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3750/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1251/2006 ao Dep. Raul Jungmann encaminha cópia do Aviso nº 0582 – MJ, de 25/05/06, do Ministério da Justiça em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 3759 e 3760/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1252/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 128/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3771/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1253/2006 ao Dep. Mendonça Prado encaminha cópia do Aviso nº 130/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3786/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1254/2006 ao Dep. José Carlos Machado encaminha cópia do Aviso nº 132/GM/MME, de 26/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3793/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1255/2006 ao Dep. Júlio Re-decker encaminha cópia do Aviso nº 0597 – MJ, de 29/05/06, do Ministério da Justiça em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3796/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1256/2006 ao Dep. Mário Heringer encaminha cópia do Aviso nº 00098/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3798/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1257/2006 ao Dep. Antonio Carlos Mendes Thame encaminha cópia do Aviso nº 206/MF, de 24/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3803/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1258/2006 ao Dep. Joaquim Francisco encaminha cópia do Aviso nº 420/GM-MAPA, de 25/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3812/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1259/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 028/2006/GM/MinC, de 24/05/06, do Ministério da Cultura em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3842/2006**

Ofício 1ªSec/RI/I nº 1260/2006 à Dep. Perpétua Almeida encaminha cópia do Ofício nº 031/2006/GM/MinC, de 30/05/06, do Ministério da Cultura em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3843/2006**

Resenha da Correspondência Recebida Relativa a Requerimento de Informação e Indicação

Período: 1/5/2006 a 31/5/2006

**Data de Recebimento: 02/05/2006**

Aviso nº 358/GM – MAPA, de 02/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3713/2006** de autoria do Dep. Paulo Pimenta.

**Data de Recebimento: 03/05/2006**

Aviso nº 110/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3551/2006** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Of. nº 132 GM/ASPAR/MDS, de 02/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3698/2006** de autoria da Dep. Perpétua Almeida.

Aviso nº 109/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3703/2006** de autoria do Dep. Silvio Torres.

Aviso nº 111/GM/MME (RESERVADO), de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3705/2006** de autoria do Dep. João Caldas.

Aviso nº 112/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3711/2006** de autoria do Dep. Marcus Vicente.

Aviso nº 180/MF, de 02/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3726/2006** de autoria do Dep. Ivan Ranzolin.

Ofício nº 3652-GM/Aspar-MD, de 03/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3637/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco.

**Data de Recebimento: 04/05/2006**

Aviso nº 113/GM/MME, de 03/05/06, do Ministério de Minas e Energia em que solicita prorrogação de prazo para resposta a **Requerimento de Informação nº 3717/2006** de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 179/MF, de 02/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3744/2006** de autoria do Dep. Rodrigo Maia.

**Data de Recebimento: 05/05/2006**

Aviso nº 0427 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3086/2005** de autoria do Dep. Edson Duarte.

Aviso nº 0429 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta complementar a **Requerimento de Informação nº 3536/2006** de autoria da Dep. Perpétua Almeida.

Aviso nº 397/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3591/2006** de autoria da Dep. Perpétua Almeida.

Aviso nº 399/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3594/2006** de autoria da Dep. Perpétua Almeida.

Aviso nº 114/GM/MME, de 02/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3697/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco.

Aviso nº 398/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3709/2006** de autoria da Dep. Laura Carneiro.

Ofício nº 015/06-ASPAR/RI, de 05/05/06, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3724/2006** de autoria do Dep. Geraldo Resende.

Aviso nº 400/GM, de 04/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3725/2006** de autoria do Dep. Benjamin Maranhão.

Aviso nº 0428 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3739/2006** de autoria do Dep. Joaquim Francisco.

Aviso nº 0426 – MJ, de 05/05/06, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3783/2006** de autoria do Dep. Fernando Estima.

**Data de Recebimento: 08/05/2006**

Ofício nº 3789 – GM/Aspar-MD, de 05/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3634/2006** de autoria da Dep. Vanessa Grazziotin.

Ofício nº 3790 – GM/Aspar-MD, de 05/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3653/2006** de autoria do Dep. Dr. Rosinha.

Aviso nº 056, de 08/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3734/2006** de autoria do Dep. Luiz Carneira.

**Data de Recebimento: 09/05/2006**

Ofício nº 676/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente. (Resposta não entregue. Parlamentar fora de exercício) em resposta a **Requerimento de Informação nº 3875/2001** de autoria do Dep. Marcos Afonso.



Ofício nº 674/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 2741/2005** de autoria do Dep.Francisco Garcia.

Ofício nº 673/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 2797/2005** de autoria do Dep.Francisco Garcia.

Ofício nº 677/2006/GM/MMA, de 08/05/06, do Ministério do Meio Ambiente em resposta a **Requerimento de Informação nº 2958/2005** de autoria do Dep.Francisco Garcia.

Aviso nº 086 GM/MT, de 09/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3679/2006** de autoria do Dep.Carlos Santana.

Aviso nº 085 GM/MT, de 09/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3683/2006** de autoria do Dep.Antonio Carlos Pannunzio.

Aviso nº 115/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3717/2006** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 116/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3748/2006** de autoria do Dep.Pastor Francisco Olímpio.

Ofício nº 152/2006/CORDE/SEDH/PR, de 27/04/06, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em resposta a **Requerimento de Informação nº 3799/2006** de autoria do Dep.Celso Russomanno.

**Data de Recebimento: 10/05/2006**

Aviso nº 424/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3532/2006** de autoria da Dep.Telma de Souza.

Aviso nº 422/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3700/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

Aviso nº 421/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3710/2006** de autoria do Dep.Babá.

Aviso nº 423/GM, de 09/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3773/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco.

**Data de Recebimento: 11/05/2006**

Ofício nº 016/06-ASPAR/RI, de 11/05/06, do Ministério da Integração Nacional em resposta a **Requerimento de Informação nº 3746/2006** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

**Data de Recebimento: 12/05/2006**

Aviso nº 064, de 12/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3418/2005** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 119/GM/MME, de 09/05/06, do Ministério de Minas e Energia em que solicita prazo para resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 3595 a 3616 e 3622 a 3631/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Haully.

Ofício nº 135 GM/ASPAR/MDS, de 12/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em resposta a **Requerimento de Informação nº 3728/2006** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Aviso nº 065, de 12/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3742/2006** de autoria da Dep.Dra. Clair.

**Data de Recebimento: 15/05/2006**

Aviso nº 397/GM-MAPA, de 12/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3740/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco.

**Data de Recebimento: 16/05/2006**

Ofício nº 178/2006/MP, de 15/05/06, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3730/2006** de autoria do Dep.Pedro Fernandes.

Ofício nº 52/GM-MDIC, de 16/05/06, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3774/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato.

Ofício nº 53/GM-MDIC, de 16/05/06, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta a **Requerimento de Informação nº 3780/2006** de autoria da Dep.Laura Carneiro.

Aviso nº 191/MF, de 15/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3790/2006** de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

**Data de Recebimento: 17/05/2006**

Ofício nº 158/2006 – MEC, de 17/05/06, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3804/2006** de autoria do Dep.Sarney Filho.

**Data de Recebimento: 18/05/2006**

Aviso nº 101 GM/MT, de 18/05/06, do Ministério dos Transportes em resposta a **Requerimento de Informação nº 3690/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato.

Aviso nº 197/MF, de 17/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3784/2006** de autoria do Dep.Babá.

**Data de Recebimento: 19/05/2006**



Aviso nº 200/MF, de 18/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3749/2006** de autoria do Dep.Eduardo Campos.

Aviso nº 124/GM/MME, de 19/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3754/2006** de autoria do Dep.Marcus Vicente.

Aviso nº 199/MF, de 18/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3785/2006** de autoria do Dep.Henrique Afonso.

**Data de Recebimento: 23/05/2006**

Aviso nº 444/GM, de 22/05/06, do Ministério da Saúde em resposta a **Requerimento de Informação nº 3674/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato.

**Data de Recebimento: 24/05/2006**

Aviso nº 00096/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3640/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco.

Aviso nº 00099/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3676/2006** de autoria do Dep.Babá.

Aviso nº 00097/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3689/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato.

Ofício nº 183/2006/MP, de 24/05/06, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta a **Requerimento de Informação nº 3736/2006** de autoria da Dep.Yeda Crusius.

Ofício nº 162/2006 – MEC, de 23/05/06, do Ministério da Educação em resposta a **Requerimento de Informação nº 3745/2006** de autoria do Dep.Ivan Valente.

Aviso nº 129/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3750/2006** de autoria do Dep.Edson Duarte.

Aviso nº 128/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3771/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco.

Aviso nº 130/GM/MME, de 24/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3786/2006** de autoria do Dep.Mendonça Prado.

Aviso nº 00098/2006/MC, de 24/05/06, do Ministério das Comunicações em resposta a **Requerimento de Informação nº 3798/2006** de autoria do Dep.Mário Heringer.

Ofício nº 028/2006/GM/MinC, de 24/05/06, do Ministério da Cultura em resposta a **Requerimento**

**de Informação nº 3842/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

**Data de Recebimento: 25/05/2006**

Aviso nº 070, de 25/05/06, do Ministério da Previdência Social em resposta a **Requerimento de Informação nº 3568/2006** de autoria do Dep.Átila Lins.

Aviso nº 206/MF, de 24/05/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Requerimento de Informação nº 3803/2006** de autoria do Dep.Antonio Carlos Mendes Thame.

Aviso nº 420/GM-MAPA, de 25/05/06, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em resposta a **Requerimento de Informação nº 3812/2006** de autoria do Dep.Joaquim Francisco.

**Data de Recebimento: 26/05/2006**

Ofício nº 4508-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3636/2006** de autoria do Dep.Luciano Zica.

Ofício nº 4509-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3656/2006** de autoria do Dep.Rodrigo Maia.

Ofício nº 232-GM/Aspar-MD(RESERVADO), de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Requerimento de Informação nº 3659/2006** de autoria do Dep.Luiz Carlos Haully.

Ofício nº 4507-GM/Aspar-MD, de 26/05/06, do Ministério da Defesa em resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 3677 e 3678/2006** de autoria do Dep.Júlio Delgado.

Ofício nº 049/2006/MDA, de 25/05/06, do Ministério do Desenvolvimento Agrário em resposta a **Requerimento de Informação nº 3731/2006** de autoria do Dep.Leonardo Vilela.

Aviso nº 0582 – MJ, de 25/05/06, do Ministério da Justiça em resposta aos **Requerimentos de Informação nºs 3759 e 3760/2006** de autoria do Dep.Raul Jungmann.

Aviso nº 132/GM/MME, de 26/05/06, do Ministério de Minas e Energia em resposta a **Requerimento de Informação nº 3793/2006** de autoria do Dep.José Carlos Machado.

**Data de Recebimento: 29/05/2006**

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício 002132/2006/GABIN/MCIDADES, de 20/03/06, do Ministério das Cidades em resposta a **Indicação nº 1853/2004** de autoria do Dep.Luis Carlos Heinze.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Aviso nº 079/GM/MMA, de 17/04/06, do Ministério do Meio

Ambiente em resposta a **Indicação nº 5344/2005** de autoria do Dep.Geraldo Resende.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 2965-GM/Aspar-MD, de 10/04/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Indicação nº 5767/2005** de autoria do Dep.Nelson Pellegrino.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 135/2006-ASPAR/GM/MEC, de 27/03/06, do Ministério da Educação em resposta a **Indicação nº 5886/2005** de autoria da Dep.Laura Carneiro.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 3.123-GM/Aspar-MD, de 17/04/06, do Ministério da Defesa em resposta a **Indicação nº 6587/2005** de autoria da Dep.Vanessa Grazziotin.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 370/AAP/GM/MF, de 11/04/06, do Ministério da Fazenda em resposta a **Indicação nº 7683/2006** de autoria do Dep.Marcelo Ortiz.

Aviso nº 575-C.Civil, de 25/05/06, da Casa Civil da Presidência da República, que remete o Aviso nº 365/MJ-ASPAR, de 31/03/06, do Ministério da Justiça em resposta a **Indicação nº 7960/2006** de autoria do Dep.Jefferson Campos.

Aviso nº 0598 – MJ, de 29/05/06, do Ministério da Justiça. (Resposta não entregue. Parlamentar fora de exercício) em resposta a **Requerimento de Informação nº 3727/2006** de autoria do Dep.Vicente Chelotti.

Aviso nº 0597 – MJ, de 29/05/06, do Ministério da Justiça em resposta a **Requerimento de Informação nº 3796/2006** de autoria do Dep.Júlio Redecker.

**Data de Recebimento: 30/05/2006**

Ofício nº 031/2006/GM/MinC, de 30/05/06, do Ministério da Cultura em resposta a **Requerimento de Informação nº 3843/2006** de autoria da Dep.Perpétua Almeida.

**Data de Recebimento: 31/05/2006**

Ofício nº 157/2006/GM/ME, de 31/05/06, do Ministério do Esporte em resposta a **Requerimento de Informação nº 3840/2006** de autoria do Dep.Durval Orlato.

### MESA DIRETORA

**Presidente:**

ALDO REBELO - PCdoB - SP

**1º Vice-Presidente:**

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL

**2º Vice-Presidente:**

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

**1º Secretário:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE

**2º Secretário:**

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

**3º Secretário:**

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

**4º Secretário:**

JOÃO CALDAS - PL - AL

**1º Suplente de Secretário:**

GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL

**2º Suplente de Secretário:**

JORGE ALBERTO - PMDB - SE

**3º Suplente de Secretário:**

GERALDO RESENDE - PPS - MS

**4º Suplente de Secretário:**

MÁRIO HERINGER - PDT - MG

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

**PMDB**

Líder: WILSON SANTIAGO

**Vice-Líderes:**

Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Marcelino Fraga, Pedro Novais, Wladimir Costa, Eliseu Padilha, Jorge Alberto, Hermes Parcianello, Marcelo Castro, Gervásio Oliveira, Gastão Vieira, Francisco Escórcio, Marcello Siqueira e João Matos.

**PT**

Líder: HENRIQUE FONTANA

**Vice-Líderes:**

Fernando Ferro (1º Vice), Angela Guadagnin, Anselmo, Carlito Merss, Luiz Couto, Luiz Sérgio, Maria do Carmo Lara, Maurício Rands, Nilson Mourão, Marco Maia, Professor Luizinho, Ricardo Berzoini, Zezéu Ribeiro, Dr. Rosinha, Orlando Desconsi, Tarcísio Zimmermann, Selma Schons, César Medeiros, Luciano Zica, Mauro Passos e Terezinha Fernandes.

**PFL**

Líder: RODRIGO MAIA

**Vice-Líderes:**

Kátia Abreu (1º Vice), Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Ronaldo Caiado, Eduardo Sciarra, Roberto Brant e Nice Lobão.

**PSDB**

Líder: JUTAHY JUNIOR

**Vice-Líderes:**

Bismarck Maia (1º Vice), Ronaldo Dimas, Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Zulaiê Cobra, Júlio Redecker, Alberto Goldman, Paulo Bauer, Bosco Costa, Gonzaga Mota, Leonardo Vilela, Arnaldo Madeira e Thelma de Oliveira.

**PP**

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

**Vice-Líderes:**

Benedito de Lira (1º Vice), Nélio Dias, Feu Rosa, Romel Anizio, João Pizzolatti, Francisco Dornelles, Francisco Appio, Roberto

Balestra, Julio Lopes, Darci Coelho (Licenciado), Antonio Cruz, Professor Irapuan Teixeira e Pedro Henry.

**PTB**

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

**Vice-Líderes:**

Fleury (1º Vice), Ricarte de Freitas, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Pastor Reinaldo, Paes Landim, Jackson Barreto, Jovair Arantes e Edir Oliveira.

**PL**

Líder: LUCIANO CASTRO

**Vice-Líderes:**

José Carlos Araújo (1º Vice), Almir Sá, Lincoln Portela, Sandro Mabel, Giacobbo, Humberto Michiles, Coronel Alves, Milton Monti e Reinaldo Betão.

**PSB**

Líder: ALEXANDRE CARDOSO

**Vice-Líderes:**

Dr. Ribamar Alves (1º Vice), Luiza Erundina, Marcondes Gadelha, Mário Assad Júnior, Renato Casagrande e Sandra Rosado.

**PDT**

Líder: MIRO TEIXEIRA

**Vice-Líderes:**

Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos, João Fontes e André Figueiredo.

**PPS**

Líder: FERNANDO CORUJA

**Vice-Líderes:**

Colbert Martins, Rogério Teófilo, Raul Jungmann e Cláudio Magrão.

**PCdoB**

Líder: INÁCIO ARRUDA

**Vice-Líderes:**

Jamil Murad, Vanessa Grazziotin e Agnelo Queiroz.

**PV**

Líder: JOVINO CÂNDIDO

**Vice-Líderes:**

Fernando Gabeira e Sarney Filho.

**PSOL**

Líder: ORLANDO FANTAZZINI

**Vice-Líderes:**

Maninha (1º Vice) e Chico Alencar.

**PSC**

Líder: PASTOR AMARILDO

**Vice-Líderes:**

Zequinha Marinho.

### Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

**PRONA**

Repr.: ENÉAS

**PRB**

Repr.:

**PTC**

Repr.: CARLOS WILLIAN

**Liderança do Governo**

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e  
Renildo Calheiros.

**Liderança da Minoria**

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA



DEPUTADOS EM EXERCÍCIO	
<p><b>Roraima</b></p> <p>Alceste Almeida - PTB  Almir Sá - PL  Dr. Rodolfo Pereira - PDT  Francisco Rodrigues - PFL  Luciano Castro - PL  Maria Helena - PSB  Pastor Frankembergen - PTB  Suely Campos - PP</p> <p><b>Amapá</b></p> <p>Badu Picanço - PL  Coronel Alves - PL  Davi Alcolumbre - PFL  Dr. Benedito Dias - PP  Eduardo Seabra - PTB  Evandro Milhomen - PCdoB  Gervásio Oliveira - PMDB  Hélio Esteves - PT</p> <p><b>Pará</b></p> <p>Anivaldo Vale - PSDB  Ann Pontes - PMDB  Asdrubal Bentes - PMDB  Babá - PSOL  Jader Barbalho - PMDB  José Priante - PMDB  Josué Bengtson - PTB  Nicias Ribeiro - PSDB  Nilson Pinto - PSDB  Raimundo Santos - PL  Socorro Gomes - PCdoB  Vic Pires Franco - PFL  Wladimir Costa - PMDB  Zé Geraldo - PT  Zé Lima - PP  Zenaldo Coutinho - PSDB  Zequinha Marinho - PSC</p> <p><b>Amazonas</b></p> <p>Átila Lins - PMDB  Carlos Souza - PP  Francisco Garcia - PP  Humberto Michiles - PL  Lupércio Ramos - PMDB  Pauderney Avelino - PFL  Silas Câmara - PTB  Vanessa Grazziotin - PCdoB</p> <p><b>Rondônia</b></p> <p>Aginaldo Muniz - PP  Anselmo - PT  Eduardo Valverde - PT  Hamilton Casara - PSDB  Marinha Raupp - PMDB  Miguel de Souza - PL  Natan Donadon - PMDB  Nilton Capixaba - PTB</p> <p><b>Acre</b></p> <p>Chicão Brígido - PMDB  Henrique Afonso - PT  João Correia - PMDB  João Tota - PP  Júnior Betão - PL  Nilson Mourão - PT  Perpétua Almeida - PCdoB  Zico Bronzeado - PT</p> <p><b>Tocantins</b></p> <p>Ana Alencar - PSDB  Eduardo Gomes - PSDB  Homero Barreto - PTB  Kátia Abreu - PFL</p>	<p>Maurício Rabelo - PL  Osvaldo Reis - PMDB  Pastor Amarildo - PSC  Ronaldo Dimas - PSDB</p> <p><b>Maranhão</b></p> <p>Albérico Filho - PMDB  Antonio Joaquim - PSDB  César Bandeira - PFL  Costa Ferreira - PSC  Dr. Ribamar Alves - PSB  Francisco Escórcio - PMDB  Gastão Vieira - PMDB  João Castelo - PSDB  Luciano Leitoa - PSB  Neiva Moreira - PDT  Nice Lobão - PFL  Pedro Fernandes - PTB  Pedro Novais - PMDB  Remi Trinta - PL  Sarney Filho - PV  Sebastião Madeira - PSDB  Terezinha Fernandes - PT  Wagner Lago - PDT</p> <p><b>Ceará</b></p> <p>Almeida de Jesus - PL  André Figueiredo - PDT  Aníbal Gomes - PMDB  Antonio Cambraia - PSDB  Ariosto Holanda - PSB  Arnon Bezerra - PTB  Bismarck Maia - PSDB  Eunício Oliveira - PMDB  Gonzaga Mota - PSDB  Inácio Arruda - PCdoB  João Alfredo - PSOL  José Linhares - PP  José Pimentel - PT  Léo Alcântara - PSDB  Manoel Salviano - PSDB  Marcelo Teixeira - PSDB  Mauro Benevides - PMDB  Moroni Torgan - PFL  Pastor Pedro Ribeiro - PMDB  Raimundo Gomes de Matos - PSDB  Vicente Arruda - PSDB  Zé Gerardo - PMDB</p> <p><b>Piauí</b></p> <p>Átila Lira - PSDB  B. Sá - PSB  Ciro Nogueira - PP  Júlio Cesar - PFL  Marcelo Castro - PMDB  Moraes Souza - PMDB  Mussa Demes - PFL  Nazareno Fonteles - PT  Paes Landim - PTB  Simplicio Mário - PT</p> <p><b>Rio Grande do Norte</b></p> <p>Álvaro Dias - PDT  Betinho Rosado - PFL  Fátima Bezerra - PT  Henrique Eduardo Alves - PMDB  Iberê Ferreira - PSB  Nélio Dias - PP  Ney Lopes - PFL  Sandra Rosado - PSB</p> <p><b>Paraíba</b></p> <p>Benjamin Maranhão - PMDB  Carlos Dunga - PTB  Enivaldo Ribeiro - PP</p>

<p>Inaldo Leitão - PL  Lúcia Braga - PMDB  Luiz Couto - PT  Marcondes Gadelha - PSB  Philemon Rodrigues - PTB  Ricardo Rique - PL  Ronaldo Cunha Lima - PSDB  Wellington Roberto - PL  Wilson Santiago - PMDB</p>	<p>João Almeida - PSDB  João Leão - PP  Jonival Lucas Junior - PTB  Jorge Khoury - PFL  José Carlos Aleluia - PFL  José Carlos Araújo - PL  José Rocha - PFL  Josias Gomes - PT  Jutahy Junior - PSDB  Luiz Alberto - PT  Luiz Bassuma - PT  Luiz Carreira - PFL  Marcelo Guimarães Filho - PFL  Mário Negromonte - PP  Milton Barbosa - PSC  Nelson Pellegrino - PT  Paulo Magalhães - PFL  Pedro Irujo - PMDB  Reginaldo Germano - PP  Robério Nunes - PFL  Severiano Alves - PDT  Walter Pinheiro - PT  Zelinda Novaes - PFL  Zezéu Ribeiro - PT</p>
<p><b>Pernambuco</b></p> <p>André de Paula - PFL  Armando Monteiro - PTB  Carlos Batata - PFL  Carlos Eduardo Cadoca - PMDB  Eduardo Campos - PSB  Fernando Ferro - PT  Gonzaga Patriota - PSB  Inocêncio Oliveira - PL  Joaquim Francisco - PFL  Joel de Hollanda - PFL  Jorge Gomes - PSB  José Chaves - PTB  José Mendonça Bezerra - PFL  José Múcio Monteiro - PTB  Luiz Piauhyllino - PDT  Marcos de Jesus - PFL  Maurício Rands - PT  Osvaldo Coelho - PFL  Pastor Francisco Olímpio - PSB  Paulo Rubem Santiago - PT  Raul Jungmann - PPS  Renildo Calheiros - PCdoB  Roberto Freire - PPS  Roberto Magalhães - PFL  Salatíel Carvalho - PFL</p>	<p><b>Minas Gerais</b></p> <p>Ademir Camilo - PDT  Ana Guerra - PT  Aracely de Paula - PL  Bonifácio de Andrada - PSDB  Cabo Júlio - PMDB  Carlos Melles - PFL  Carlos Mota - PSB  Carlos Willian - PTC  César Medeiros - PT  Cleuber Carneiro - PTB  Custódio Mattos - PSDB  Dr. Francisco Gonçalves - PPS  Edmar Moreira - PFL  Eduardo Barbosa - PSDB  Eliseu Resende - PFL  Fernando Diniz - PMDB  Geraldo Thadeu - PPS  Gilmar Machado - PT  Herculano Anghinetti - PP  Isaías Silvestre - PSB  Ivo José - PT  Jaime Martins - PL  João Magalhães - PMDB  João Magno - PT  João Paulo Gomes da Silva - PSB  José Militão - PTB  José Santana de Vasconcellos - PL  Júlio Delgado - PSB  Lael Varella - PFL  Leonardo Mattos - PV  Leonardo Monteiro - PT  Lincoln Portela - PL  Marcello Siqueira - PMDB  Márcio Reinaldo Moreira - PP  Maria do Carmo Lara - PT  Mário Assad Júnior - PSB  Mário Heringer - PDT  Mauro Lopes - PMDB  Narcio Rodrigues - PSDB  Odair Cunha - PT  Osmânio Pereira - PTB  Paulo Delgado - PT  Rafael Guerra - PSDB  Reginaldo Lopes - PT  Roberto Brant - PFL</p>
<p><b>Alagoas</b></p> <p>Benedito de Lira - PP  Givaldo Carimbão - PSB  Helenildo Ribeiro - PSDB  João Caldas - PL  João Lyra - PTB  Jorge Vi - PSC  José Thomaz Nonô - PFL  Maurício Quintella Lessa - PDT  Rogério Teófilo - PPS</p>	
<p><b>Sergipe</b></p> <p>Bosco Costa - PSDB  Cleonânicio Fonseca - PP  Heleno Silva - PL  Jackson Barreto - PTB  João Fontes - PDT  Jorge Alberto - PMDB  José Carlos Machado - PFL  Mendonça Prado - PFL</p>	
<p><b>Bahia</b></p> <p>Alice Portugal - PCdoB  Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL  Aroldo Cedraz - PFL  Claudio Cajado - PFL  Colbert Martins - PPS  Coriolano Sales - PFL  Daniel Almeida - PCdoB  Edson Duarte - PV  Fábio Souto - PFL  Félix Mendonça - PFL  Fernando de Fabinho - PFL  Geddel Vieira Lima - PMDB  Gerson Gabrielli - PFL  Guilherme Menezes - PT  Jairo Carneiro - PFL</p>	

Romel Anizio - PP Romeu Queiroz - PTB Saraiva Felipe - PMDB Sérgio Miranda - PDT Silas Brasileiro - PMDB Vadinho Baião - PT Virgílio Guimarães - PT Vittorio Mediolí - PV		Angela Guadagnin - PT Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB Antonio Carlos Pannunzio - PSDB Arlindo Chinaglia - PT Arnaldo Faria de Sá - PTB Arnaldo Madeira - PSDB Ary Kara - PTB Carlos Sampaio - PSDB Celso Russomanno - PP Cláudio Magrão - PPS Corauci Sobrinho - PFL Delfim Netto - PMDB Devanir Ribeiro - PT Dimas Ramalho - PPS Dr. Pinotti - PFL Durval Orlato - PT Edinho Montemor - PSB Edna Macedo - PTB Elimar Máximo Damasceno - PRONA Enéas - PRONA Fernando Estima - PPS Fleury - PTB Gilberto Nascimento - PMDB Iara Bernardi - PT Ildeu Araujo - PP Ivan Valente - PSOL Jamil Murad - PCdoB Jefferson Campos - PTB João Batista - PP João Herrmann Neto - PDT João Paulo Cunha - PT José Eduardo Cardozo - PT José Mentor - PT Jovino Cândido - PV Julio Semeghini - PSDB Lobbe Neto - PSDB Luciano Zica - PT Luiz Carlos Santos - PFL Luiz Eduardo Greenhalgh - PT Luiza Erundina - PSB Marcelo Ortiz - PV Marcos Abramo - PP Mariângela Duarte - PT Medeiros - PL Michel Temer - PMDB Milton Monti - PL Nelson Markezelli - PTB Neuton Lima - PTB Orlando Fantazzini - PSOL Paulo Lima - PMDB Professor Irapuan Teixeira - PP Professor Luizinho - PT Ricardo Berzoini - PT Ricardo Izar - PTB Roberto Gouveia - PT Robson Tuma - PFL Salvador Zimbaldi - PSB Telma de Souza - PT Vadão Gomes - PP Vanderlei Assis - PP Vicente Cascione - PTB Vicentino - PT Walter Barelli - PSDB Walter Feldman - PSDB Wanderval Santos - PL Xico Graziano - PSDB Zulaiê Cobra - PSDB
<b>Espírito Santo</b>  Feu Rosa - PP Iriney Lopes - PT Jair de Oliveira - PMDB Manato - PDT Marcelino Fraga - PMDB Marcus Vicente - PTB Neucimar Fraga - PL Nilton Baiano - PP Renato Casagrande - PSB Rose de Freitas - PMDB		
<b>Rio de Janeiro</b>  Alexandre Cardoso - PSB Alexandre Santos - PMDB Almerinda de Carvalho - PMDB Almir Moura - PFL André Costa - PDT Antonio Carlos Biscaia - PT Arolde de Oliveira - PFL Bernardo Ariston - PMDB Carlos Nader - PL Carlos Santana - PT Chico Alencar - PSOL Deley - PSC Dr. Heleno - PSC Edson Ezequiel - PMDB Eduardo Cunha - PMDB Eduardo Paes - PSDB Elaine Costa - PTB Fernando Gabeira - PV Fernando Gonçalves - PTB Fernando Lopes - PMDB Francisco Dornelles - PP Itamar Serpa - PSDB Jair Bolsonaro - PP Jandira Feghali - PCdoB João Mendes de Jesus - PSB Jorge Bittar - PT José Divino - PRB Josias Quintal - PSB Juíza Denise Frossard - PPS Julio Lopes - PP Laura Carneiro - PFL Leonardo Picciani - PMDB Luiz Sérgio - PT Miro Teixeira - PDT Moreira Franco - PMDB Nelson Bornier - PMDB Paulo Baltazar - PSB Paulo Feijó - PSDB Reinaldo Betão - PL Reinaldo Gripp - PL Renato Cozzolino - PDT Rodrigo Maia - PFL Ronaldo Cezar Coelho - PSDB Sandro Matos - PTB Simão Sessim - PP Vieira Reis - PRB		
<b>São Paulo</b>  Alberto Goldman - PSDB Aldo Rebelo - PCdoB Amauri Gasques - PL		<b>Mato Grosso</b>  Carlos Abicalil - PT Celcita Pinheiro - PFL

<p>Pedro Henry - PP  Ricarte de Freitas - PTB  Teté Bezerra - PMDB  Thaís Barbosa - PMDB  Thelma de Oliveira - PSDB  Wellington Fagundes - PL</p> <p><b>Distrito Federal</b></p> <p>Agnelo Queiroz - PCdoB  Alberto Fraga - PFL  Jorge Pinheiro - PL  José Roberto Arruda - PFL  Maninha - PSOL  Sigmaringa Seixas - PT  Tadeu Filippelli - PMDB  Tatico - PTB</p> <p><b>Goiás</b></p> <p>Barbosa Neto - PSB  Carlos Alberto Leréia - PSDB  Enio Tatico - PTB  João Campos - PSDB  Jovair Arantes - PTB  Leandro Vilela - PMDB  Leonardo Vilela - PSDB  Luiz Bittencourt - PMDB  Neyde Aparecida - PT  Pedro Chaves - PMDB  Professora Raquel Teixeira - PSDB  Roberto Balestra - PP  Ronaldo Caiado - PFL  Rubens Otoni - PT  Sandes Júnior - PP  Sandro Mabel - PL  Vilmar Rocha - PFL</p> <p><b>Mato Grosso do Sul</b></p> <p>Antônio Carlos Biffi - PT  Antonio Cruz - PP  Geraldo Resende - PPS  João Grandão - PT  Murilo Zauith - PFL  Nelson Trad - PMDB  Vander Loubet - PT  Waldemir Moka - PMDB</p> <p><b>Paraná</b></p> <p>Abelardo Lupion - PFL  Affonso Camargo - PSDB  Airton Roveda - PPS  Alex Canziani - PTB  André Zacharow - PMDB  Assis Miguel do Couto - PT  Cezar Silvestri - PPS  Chico da Princesa - PL  Colombo - PT  Dilceu Sperafico - PP  Dr. Rosinha - PT  Dra. Clair - PT  Eduardo Sciarra - PFL  Giacobo - PL  Gustavo Fruet - PSDB  Hermes Parcianello - PMDB  Iris Simões - PTB  José Janene - PP  Luiz Carlos Haully - PSDB  Max Rosenmann - PMDB  Moacir Micheletto - PMDB  Nelson Meurer - PP  Odílio Balbinotti - PMDB  Oliveira Filho - PL  Osmar Serraglio - PMDB  Reinhold Stephanes - PMDB  Ricardo Barros - PP</p>	<p>Selma Schons - PT  Takayama - PMDB  Vitorassi - PT</p> <p><b>Santa Catarina</b></p> <p>Adelor Vieira - PMDB  Carlito Meress - PT  Edinho Bez - PMDB  Fernando Coruja - PPS  Gervásio Silva - PFL  Ivan Ranzolin - PFL  João Matos - PMDB  João Pizzolatti - PP  Jorge Boeira - PT  Leodegar Tiscoski - PP  Luci Choinacki - PT  Mauro Passos - PT  Paulo Afonso - PMDB  Paulo Bauer - PSDB  Vignatti - PT  Zonta - PP</p> <p><b>Rio Grande do Sul</b></p> <p>Adão Pretto - PT  Alceu Collares - PDT  Beto Albuquerque - PSB  Cezar Schirmer - PMDB  Darcísio Perondi - PMDB  Edir Oliveira - PTB  Eliseu Padilha - PMDB  Enio Bacci - PDT  Érico Ribeiro - PP  Francisco Appio - PP  Francisco Turra - PP  Henrique Fontana - PT  José Otávio Germano - PP  Júlio Redecker - PSDB  Kelly Moraes - PTB  Luciana Genro - PSOL  Luis Carlos Heinze - PP  Marco Maia - PT  Maria do Rosário - PT  Mendes Ribeiro Filho - PMDB  Nelson Proença - PPS  Onyx Lorenzoni - PFL  Orlando Desconsi - PT  Osmar Terra - PMDB  Osvaldo Biolchi - PMDB  Pastor Reinaldo - PTB  Paulo Gouvêa - PL  Paulo Pimenta - PT  Pompeo de Mattos - PDT  Tarcísio Zimmermann - PT  Yeda Crusius - PSDB</p>
---	--



**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Abelardo Lupion (PFL)  
1º Vice-Presidente: Osvaldo Coelho (PFL)  
2º Vice-Presidente: João Grandão (PT)  
3º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)

**Titulares****Suplentes****PT**

Adão Pretto  
Anselmo  
Assis Miguel do Couto  
João Grandão  
Josias Gomes  
Orlando Desconsi

Luci Choinacki  
Neyde Aparecida  
Odair Cunha  
Paulo Pimenta  
Vander Loubet  
Vignatti

**PMDB**

Darcísio Perondi  
Leandro Vilela  
Moacir Micheletto  
Odílio Balbinotti vaga do PTB  
Silas Brasileiro  
Waldemir Moka  
Zé Gerardo

Eliseu Padilha  
Jorge Alberto  
Olavo Calheiros (Licenciado)  
3 vagas

**Bloco PFL, PRONA**

Abelardo Lupion  
Carlos Batata vaga do PSOL  
Eduardo Sciarra  
Enéas vaga do PC do B  
Jairo Carneiro  
Kátia Abreu vaga do PV  
Onyx Lorenzoni vaga do PSC  
Osvaldo Coelho  
Ronaldo Caiado

Alberto Fraga  
Betinho Rosado vaga do PSOL  
Carlos Melles  
Félix Mendonça  
Ivan Ranzolin  
Lael Varella vaga do PC do B  
(Dep. do PPS ocupa a vaga)

**PSDB**

Leonardo Vilela  
Xico Graziano  
(Dep. do PP ocupa a vaga)  
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Anivaldo Vale  
Antonio Carlos Mendes Thame  
Júlio Redecker  
Julio Semeghini

**PP**

Cleonânicio Fonseca vaga do PSDB  
Dilceu Sperafico vaga do PSDB  
Francisco Turra  
Luis Carlos Heinze  
Nélio Dias  
Roberto Balestra vaga do PTB  
Vadão Gomes vaga do PL  
Zonta

Darci Coelho (Licenciado)  
Enivaldo Ribeiro vaga do PSC  
Érico Ribeiro  
Ricardo Barros  
Zé Lima

**PTB**

Carlos Dunga  
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)  
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Josué Bengtson  
Nelson Markezelli  
Tatiko

**PL**

Almir Sá  
Heleno Silva  
(Dep. do PP ocupa a vaga)

Maurício Rabelo  
Wellington Fagundes  
1 vaga

**PSB**

Iberê Ferreira  
Luciano Leitoa

Sandra Rosado  
1 vaga

**PDT**

Dr. Rodolfo Pereira  
Pompeo de Mattos

Enio Bacci  
1 vaga

**PPS**

Cezar Silvestri

Airton Roveda  
Geraldo Resende vaga do Bloco PFL, PRONA

**PC do B**

(Dep. do Bloco PFL, PRONA  
ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA  
ocupa a vaga)

**PV**

(Dep. do Bloco PFL, PRONA

Edson Duarte

ocupa a vaga)

**PSOL**

(Dep. do Bloco PFL, PRONA  
ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA  
ocupa a vaga)

**PSC**

(Dep. do Bloco PFL, PRONA  
ocupa a vaga)

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha  
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36  
Telefones: 3216-6403/6404/6406  
FAX: 3216-6415

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Presidente: Miguel de Souza (PL)  
1º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PL)  
2º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)  
3º Vice-Presidente: Maria Helena (PSB)

**Titulares****Suplentes****PT**

Henrique Afonso  
Zé Geraldo  
Zico Bronzeado

Anselmo  
Eduardo Valverde  
Nilson Mourão

**PMDB**

Ann Pontes  
Fernando Lopes vaga do PTB  
Natan Donadon  
Thaís Barbosa

Átila Lins  
Gervásio Oliveira  
Lupércio Ramos  
Marinha Raupp vaga do PPS

**Bloco PFL, PRONA**

Arolde de Oliveira  
(Dep. do PSC ocupa a vaga)  
1 vaga

Júlio Cesar  
(Dep. do PL ocupa a vaga)  
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

**PSDB**

Antonio Joaquim  
(Dep. do PL ocupa a vaga)

Anivaldo Vale  
Hamilton Casara vaga do PP  
Zenaldo Coutinho

**PP**

Aginaldo Muniz  
Carlos Souza

Suely Campos  
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

**PTB**

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)  
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

**PL**

Alceste Almeida  
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

**PSB**

Miguel de Souza  
Wanderval Santos vaga do PSDB  
Wellington Fagundes

Almir Sá vaga do Bloco PFL, PRONA  
Júnior Betão  
Raimundo Santos

**PSB**

Maria Helena

1 vaga

**PDT**

Enio Bacci

Dr. Rodolfo Pereira

**PPS**

1 vaga

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

**PCdoB**

Perpétua Almeida vaga do PTB

Socorro Gomes vaga do Bloco PFL, PRONA  
Vanessa Grazziotin vaga do PTB

**PSC**

Zequinha Marinho vaga do Bloco PFL, PRONA  
Secretário(a): Nilza Maria Ferreira Alves  
Local: Anexo II - Sala T- 59  
Telefones: 3216-6432  
FAX: 3216-6440

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA**

Presidente: Vic Pires Franco (PFL)  
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)  
2º Vice-Presidente: Jorge Bittar (PT)  
3º Vice-Presidente: Wladimir Costa (PMDB)

**Titulares****Suplentes****PT**

<p>Durval Orlato <small>vaga do PDT</small></p> <p>Jorge Bittar</p> <p>Mariângela Duarte</p> <p>Walter Pinheiro</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Adelor Vieira <small>vaga do PDT</small></p> <p>Aníbal Gomes</p> <p>Eunício Oliveira</p> <p>Gilberto Nascimento</p> <p>Jader Barbalho</p> <p>Nelson Bornier</p> <p>Pedro Irujo <small>vaga do PT</small></p> <p>Wladimir Costa</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Almir Moura <small>vaga do PTB</small></p> <p>Coraucci Sobrinho</p> <p>Davi Alcolumbre</p> <p>Fábio Souto</p> <p>José Mendonça Bezerra</p> <p>José Rocha <small>vaga do PSC</small></p> <p>Júlio Cesar <small>vaga do PTB</small></p> <p>Vic Pires Franco</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Alberto Goldman</p> <p>Gustavo Fruet</p> <p>Julio Semeghini</p> <p>Narcio Rodrigues</p> <p><b>PP</b></p> <p>João Batista</p> <p>Lino Rossi (Licenciado) <small>vaga do PT</small></p> <p>Marcos Abramo</p> <p>Ricardo Barros</p> <p>Sandes Júnior</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Silas Câmara</p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p><b>PL</b></p> <p>Badu Picanço</p> <p>Carlos Nader</p> <p>Maurício Rabelo <small>vaga do PT</small></p> <p>Raimundo Santos</p> <p><b>PSB</b></p> <p>João Mendes de Jesus</p> <p>Luiza Erundina</p> <p><b>PDT</b></p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p><b>PPS</b></p> <p>Nelson Proença</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Renildo Calheiros</p> <p><b>PV</b></p> <p>Jovino Cândido</p> <p><b>PSOL</b></p> <p>Orlando Fantazzini</p> <p><b>PSC</b></p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira</p> <p>Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49</p> <p>Telefones: 3216-6452 A 6458</p> <p>FAX: 3216-6465</p>	<p>Angela Guadagnin</p> <p>Fernando Ferro</p> <p>Guilherme Menezes</p> <p>Josias Gomes</p> <p>Vicentinho</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p>Eduardo Cunha</p> <p>Henrique Eduardo Alves</p> <p>João Magalhães</p> <p>Takayama</p> <p>Thaís Barbosa</p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>Arolde de Oliveira</p> <p>César Bandeira <small>vaga do PMDB</small></p> <p>Eduardo Sciarra</p> <p>Marcos de Jesus</p> <p>Murilo Zauith</p> <p>Robson Tuma</p> <p>Lobbe Neto</p> <p>Manoel Salviano</p> <p>Professora Raquel Teixeira</p> <p>Zenaldo Coutinho</p> <p>Antonio Cruz</p> <p>Francisco Garcia</p> <p>Romel Anizio</p> <p>Vanderlei Assis</p> <p>Arnon Bezerra</p> <p>Iris Simões</p> <p>Philemon Rodrigues</p> <p>Almeida de Jesus</p> <p>Amauri Gasques</p> <p>Remi Trinta</p> <p>Ariosto Holanda</p> <p>Mário Assad Júnior</p> <p>Salvador Zimbaldi <small>vaga do PT</small></p> <p>Ademir Camilo</p> <p>Luiz Piauhyllino</p> <p>Raul Jungmann</p> <p>Jandira Feghali</p> <p>Leonardo Mattos</p> <p>Ivan Valente</p> <p>Zequinha Marinho</p>	<p><b>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b></p> <p>Presidente: Sigmaringa Seixas (PT)</p> <p>1º Vice-Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)</p> <p>2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)</p> <p>3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (PFL)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia</p> <p>João Paulo Cunha</p> <p>José Eduardo Cardozo</p> <p>Luiz Couto</p> <p>Maurício Rands</p> <p>Nelson Pellegrino</p> <p>Odair Cunha</p> <p>Ricardo Berzoini</p> <p>Rubens Otoni</p> <p>Sigmaringa Seixas</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Cezar Schirmer</p> <p>Leonardo Picciani</p> <p>Mendes Ribeiro Filho</p> <p>Michel Temer</p> <p>Nelson Trad</p> <p>Osmar Serraglio</p> <p>Paulo Lima</p> <p>Wilson Santiago</p> <p>(Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>André de Paula <small>vaga do PP</small></p> <p>Antonio Carlos Magalhães Neto</p> <p>Edmar Moreira</p> <p>Ivan Ranzolin <small>vaga do PSC</small></p> <p>Luiz Carlos Santos</p> <p>Mendonça Prado</p> <p>Ney Lopes</p> <p>Paulo Magalhães</p> <p>Roberto Magalhães</p> <p>Robson Tuma</p> <p>Vilmar Rocha <small>vaga do PSOL</small></p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Bosco Costa</p> <p>João Almeida</p> <p>João Campos <small>vaga do PP</small></p> <p>Ronaldo Cunha Lima</p> <p>Vicente Arruda</p> <p>Zenaldo Coutinho</p> <p>Zulaiê Cobra</p> <p><b>PP</b></p> <p>Darci Coelho (Licenciado)</p> <p>Jair Bolsonaro</p> <p>Professor Irapuan Teixeira</p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Edna Macedo</p> <p>Jefferson Campos</p> <p>João Lyra</p> <p>Paes Landim</p> <p>Vicente Cascione</p> <p><b>PL</b></p> <p>Almeida de Jesus</p> <p>Humberto Michiles</p> <p>Inaldo Leitão</p> <p>Neucimar Fraga</p> <p>Sandro Mabel <small>vaga do PP</small></p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>Antônio Carlos Biffi</p> <p>Carlos Abicalil</p> <p>Devanir Ribeiro</p> <p>Fátima Bezerra</p> <p>Iara Bernardi</p> <p>Iriny Lopes</p> <p>José Mentor</p> <p>José Pimentel</p> <p>Luciano Zica</p> <p>Luiz Eduardo Greenhalgh</p> <p>André Zacharow</p> <p>Aníbal Gomes</p> <p>Ann Pontes</p> <p>Cabo Júlio</p> <p>Francisco Escórcio</p> <p>Gilberto Nascimento</p> <p>Mauro Benevides</p> <p>Odílio Balbinotti</p> <p>Paulo Afonso</p> <p>Pedro Irujo</p> <p>Almir Moura</p> <p>Coriolano Sales</p> <p>Enéas</p> <p>Laura Carneiro</p> <p>Moroni Torgan</p> <p>Onyx Lorenzoni</p> <p>Pauderney Avelino</p> <p>Vic Pires Franco</p> <p>Antonio Carlos Pannunzio</p> <p>Bonifácio de Andrada</p> <p>Carlos Sampaio</p> <p>Custódio Mattos</p> <p>Helenildo Ribeiro</p> <p>Léo Alcântara</p> <p>Agnaldo Muniz</p> <p>Celso Russomanno</p> <p>Herculano Anghinetti</p> <p>José Otávio Germano</p> <p>Sandes Júnior</p> <p>Zonta</p> <p>Ary Kara</p> <p>Cleuber Carneiro</p> <p>Enio Tatiko</p> <p>Fleury</p> <p>Jackson Barreto</p> <p>Coronel Alves</p> <p>Giacobo</p> <p>Jaime Martins</p> <p>José Carlos Araújo</p>
--	--	--

<b>PSB</b>		<b>PPS</b>	
Alexandre Cardoso	João Paulo Gomes da Silva	Dimas Ramalho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Renato Casagrande	Marcondes Gadelha	Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos	
Sandra Rosado	Pastor Francisco Olímpio	Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152	
<b>PDT</b>		Telefones: 3216-6920 A 6922	
Luiz Piauhyllino <small>vaga do PMDB</small>	João Fontes	FAX: 3216-6925	
Sérgio Miranda	Severiano Alves	<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>	
Wagner Lago		Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)	
<b>PPS</b>		1º Vice-Presidente: Júlio Redecker (PSDB)	
Colbert Martins	Dr. Francisco Gonçalves	2º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)	
Roberto Freire	Fernando Coruja	3º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)	
<b>PC do B</b>		<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Jamil Murad	Alice Portugal	<b>PT</b>	
Marcelo Ortiz	Samney Filho	Jorge Boeira	Jorge Bittar
<b>PSOL</b>		Reginaldo Lopes	Luiz Alberto
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Chico Alencar	1 vaga	Rubens Otoni
<b>PSC</b>		<b>PMDB</b>	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Pastor Amarildo	Bernardo Ariston	Carlos Eduardo Cadoca
<b>PRB</b>		Edson Ezequiel	Lupércio Ramos
José Divino	Vieira Reis	Paulo Afonso	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Secretário(a): Rejane Salete Marques		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21		Fernando de Fabinho	Davi Alcolumbre
Telefones: 3216-6494		Joaquim Francisco	Gerson Gabrielli
FAX: 3216-6499		Joel de Hollanda <small>vaga do PTC</small>	
<b>COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b>		<b>PSDB</b>	
Presidente: Iris Simões (PTB)		Ana Alencar <small>vaga do PDT</small>	Gonzaga Mota
1º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)		Anivaldo Vale	Yeda Crusius
2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)		Júlio Redecker	
3º Vice-Presidente: Gervásio Oliveira (PMDB)		Léo Alcântara <small>vaga do PP</small>	
<b>Titulares</b>		Ronaldo Dimas <small>vaga do PSB</small>	
<b>Suplentes</b>		<b>PP</b>	
<b>PT</b>		Ildeu Araujo	Dr. Benedito Dias
Ana Guerra	João Grandão	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Vadão Gomes
Selma Schons	Maria do Carmo Lara	<b>PTB</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Simplicio Mário	Nelson Marquezelli	Armando Monteiro
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Romeu Queiroz <small>vaga do PMDB</small>
<b>PMDB</b>		<b>PL</b>	
Chicão Brígido	Edinho Bez <small>vaga do PT</small>	1 vaga	Reinaldo Betão <small>vaga do PSB</small>
Gervásio Oliveira	Leandro Vilela <small>vaga do PPS</small>		Sandro Mabel
Luiz Bittencourt <small>vaga do PT</small>	Max Rosenmann	<b>PSB</b>	
Pastor Pedro Ribeiro	Paulo Lima	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Wladimir Costa	
Marcelo Guimarães Filho	Fernando de Fabinho	<b>PDT</b>	
Robério Nunes	Kátia Abreu	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	André Figueiredo
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Mussa Demes	<b>PTC</b>	
<b>PSDB</b>		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
Carlos Sampaio	Vicente Arruda	Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Yeda Crusius	Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33	
<b>PP</b>		Telefones: 3216-6601 A 6609	
Antonio Cruz	Julio Lopes	FAX: 3216-6610	
Celso Russomanno	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
Zé Lima <small>vaga do PL</small>		Presidente: João Leão (PP)	
<b>PTB</b>		1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP)	
Fleury <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	Alex Canziani	2º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)	
Iris Simões	Paes Landim <small>vaga do PL</small>	3º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)	
Jonival Lucas Junior	Ricardo Izar	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Osmânio Pereira <small>vaga do PSDB</small>	Sandro Matos <small>vaga do PP</small>	<b>PT</b>	
<b>PL</b>		Maria do Carmo Lara	João Magno
José Carlos Araújo	Reinaldo Betão	Zezéu Ribeiro	Roberto Gouveia
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)	Vitorassi
<b>PSB</b>		<b>PMDB</b>	
Júlio Delgado	Givaldo Carimbão	Marinha Raupp	Rose de Freitas
<b>PDT</b>		(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zé Gerardo
Renato Cozzolino	Enio Bacci	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)





Ariosto Holanda (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Renato Casagrande 1 vaga	ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Maurício Quintella Lessa PMDB	Álvaro Dias		
Severiano Alves			
Rogério Teófilo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		
Alice Portugal	Evandro Milhomen		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Marcelo Ortiz		
Chico Alencar Ivan Valente	Luciana Genro		
Costa Ferreira	Dr. Heleno		
Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170 Telefones: 3216-6622/6625/6627/6628 FAX: 3216-6635			
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO			
Presidente: Moreira Franco (PMDB) 1º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vignatti (PT) 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)			
Titulares	Suplentes		
Carlito Merss José Pimentel Vignatti Virgílio Guimarães 1 vaga	Dra. Clair João Paulo Cunha Jorge Boeira Paulo Rubem Santiago Ricardo Berzoini		
Albérico Filho Delfim Netto Eduardo Cunha Geddel Vieira Lima Marcelino Fraga Max Rosenmann Moreira Franco Pedro Novais Reinhold Stephanes	Gervásio Oliveira Marcelo Castro Michel Temer 2 vagas		
Bloco PFL, PRONA			
Coriolano Sales Félix Mendonça José Carlos Machado Mussa Demes Pauderney Avelino Roberto Brant (Dep. do PTC ocupa a vaga)	Eliseu Resende Jorge Khoury Júlio Cesar Luiz Carreira Mendonça Prado 1 vaga		
Antonio Cambraia Arnaldo Madeira Gonzaga Mota Luiz Carlos Hauly Yeda Crusius	Custódio Mattos João Castelo Julio Semeghini Walter Barelli		
Enivaldo Ribeiro Francisco Dornelles (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Benedito de Lira Carlos Souza Luis Carlos Heinze Zonta		
Armando Monteiro (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Eduardo Seabra José Militão (Dep. do PDT ocupa a vaga)		
(Dep. do Bloco PFL, PRONA	Humberto Michiles		
Bloco PFL, PRONA			
Alberto Fraga (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	José Carlos Machado Salatiel Carvalho 1 vaga		
Eduardo Paes Manoel Salviano Paulo Bauer	Armando Abílio (Licenciado) Luiz Carlos Hauly		
Francisco Garcia Márcio Reinaldo Moreira	Leodegar Tiscoski Nélio Dias		
Romeu Queiroz (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Jefferson Campos (Dep. do PDT ocupa a vaga)		
2 vagas	Wellington Roberto 1 vaga		
Carlos Mota Josias Quintal	Barbosa Neto		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Maurício Quintella Lessa		
Renato Cozzolino			

<b>PPS</b>		Antonio Carlos Mendes Thame		Afonso Camargo	
Juíza Denise Frossard		Hamilton Casara		Xico Graziano	
Secretário(a): Maria Linda Magalhães		<b>PP</b>		Roberto Balestra	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161		(Dep. do PV ocupa a vaga)		(Dep. do PV ocupa a vaga)	
Telefones: 3216-6671 A 6675		(Dep. do PL ocupa a vaga)			
FAX: 3216-6676		<b>PTB</b>		João Lyra	
<b>COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA</b>		Neuton Lima			
Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)		Sandro Matos <small>vaga do PMDB</small>			
1º Vice-Presidente: Fernando Estima (PPS)		<b>PL</b>		Badu Picanço <small>vaga do PMDB</small>	
2º Vice-Presidente: Paulo Gouvêa (PL)		Jorge Pinheiro		Luciano Castro	
3º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)		Oliveira Filho <small>vaga do PP</small>			
<b>Titulares</b>		<b>PSB</b>		Jorge Gomes	
<b>PT</b>		<b>PDT</b>			
Ana Guerra		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
Carlos Abicalil		<b>PSC</b>		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Leonardo Monteiro <small>vaga do PDT</small>		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			
Selma Schons		<b>PV</b>		Fernando Gabeira <small>vaga do PP</small>	
<b>PMDB</b>		<b>PSOL</b>		João Alfredo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
Almerinda de Carvalho		<b>PTC</b>		Carlos Willian <small>vaga do PDT</small>	
Fernando Diniz		Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida			
Olavo Calheiros (Licenciado)		Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150			
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Telefones: 3216-6521 A 6526			
Mendonça Prado		FAX: 3216-6535			
1 vaga		<b>COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA</b>			
<b>PSDB</b>		Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB)			
Antonio Joaquim		1º Vice-Presidente: Ronaldo Cezar Coelho (PSDB)			
1 vaga		2º Vice-Presidente: Marcelo Castro (PMDB)			
<b>PP</b>		3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)			
Enivaldo Ribeiro		<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
1 vaga		<b>PT</b>		Ivo José	
<b>PTB</b>		Eduardo Valverde		João Magno	
Pastor Reinaldo		Fernando Ferro		Luiz Bassuma	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Hélio Esteves		Walter Pinheiro	
<b>PL</b>		Mauro Passos		Zé Geraldo	
Paulo Gouvêa		Terezinha Fernandes			
<b>PSB</b>		<b>PMDB</b>		Delfim Netto	
Luiza Erundina		Marcelo Castro		Edinho Bez	
<b>PDT</b>		Rose de Freitas		Marcello Siqueira	
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Takayama		Marinha Raupp	
<b>PPS</b>		2 vagas		Mauro Lopes	
Fernando Estima <small>vaga do PTB</small>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Aroldo Cedraz	
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Betinho Rosado		Carlos Batata	
Geraldo Thadeu		Gerson Gabrielli		Gervásio Silva	
Secretário(a): Miriam Cristina Gonçalves Quintas		(Dep. do PSC ocupa a vaga)		Luiz Carlos Santos	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122		1 vaga			
Telefones: 3216-6692 / 6693		<b>PSDB</b>		João Almeida	
FAX: 3216-6700		Carlos Alberto Leréia		Paulo Bauer	
<b>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>		Helenildo Ribeiro <small>vaga do PP</small>		Ronaldo Dimas	
Presidente: Luiz Carreira (PFL)		Nicias Ribeiro <small>vaga do PDT</small>			
1º Vice-Presidente: Gervásio Silva (PFL)		Paulo Feijó			
2º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB)		Ronaldo Cezar Coelho			
3º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)		<b>PP</b>		Francisco Appio	
<b>Titulares</b>		João Pizzolatti		Romel Anizio	
<b>PT</b>		Nelson Meurer		Sandes Júnior	
César Medeiros		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)			
Leonardo Monteiro		<b>PTB</b>		Pastor Reinaldo	
Luciano Zica		Marcus Vicente		1 vaga	
<b>PMDB</b>		Tatico			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		<b>PL</b>		Aracely de Paula	
2 vagas		José Santana de Vasconcellos		Miguel de Souza	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		1 vaga			
Gervásio Silva					
Jorge Khoury <small>vaga do PDT</small>					
Luiz Carreira					
(Dep. do PV ocupa a vaga)					
<b>PSDB</b>					

<p>B. Sá Salvador Zimbaldi</p>	<b>PSB</b>	Edinho Montemor Josias Quintal	<p>Alceu Collares André Costa <small>vaga do PMDB</small> João Herrmann Neto <small>vaga do PMDB</small></p>	<b>PDT</b>	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	<b>PDT</b>	André Costa		<b>PPS</b>	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	Fernando Estima	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>	Rogério Teófilo
Airton Roveda	<b>PC do B</b>	Inácio Arruda	Socorro Gomes	<b>PV</b>	Renildo Calheiros
Evandro Milhomen	<b>PSOL</b>	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Fernando Gabeira	<b>PSOL</b>	Vittorio Medioli
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	<b>PSC</b>	Deley <small>vaga do PSOL</small>	Maninha <small>vaga do PP</small>		Babá <small>vaga do PDT</small>
Dr. Heleno <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Pastor Amarildo <small>vaga do PSOL</small> Secretário(a): Damaci Pires de Miranda Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56 Telefones: 3216-6711 / 6713 FAX: 3216-6720			Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125 Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737 FAX: 3216-6745		
<b>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b>			<b>COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b>		
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: André Costa (PDT) 2º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB) 3º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (PFL)			Presidente: José Militão (PTB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB) 2º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP) 3º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PDT)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>			<b>PT</b>	
João Magno Luiz Sérgio Nilson Mourão Paulo Pimenta (Dep. do PTB ocupa a vaga)		Carlito Merss <small>vaga do PTB</small> Dr. Rosinha Leonardo Monteiro Mariângela Duarte Paulo Delgado Zico Bronzeado	Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Paulo Pimenta		Assis Miguel do Couto Colombo Hélio Esteves
	<b>PMDB</b>		Cabo Júlio (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga	<b>PMDB</b>	Gilberto Nascimento Mendes Ribeiro Filho 1 vaga
André Zacharow Átila Lins (Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)		Edson Ezequiel João Matos Moreira Franco (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) 1 vaga	Alberto Fraga Moroni Torgan	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	Edmar Moreira Laura Carneiro Roberto Magalhães <small>vaga do PPS</small>
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		João Campos (Dep. do PP ocupa a vaga)	<b>PSDB</b>	Bosco Costa Zulaiê Cobra
Aroldo Cedraz Carlos Melles <small>vaga do PL</small> Claudio Cajado Francisco Rodrigues Marcos de Jesus Salatiel Carvalho <small>vaga do PPS</small>		André de Paula Antonio Carlos Magalhães Neto Jairo Carneiro Roberto Brant Vilmar Rocha <small>vaga do PL</small> Zelinda Novaes <small>vaga do PMDB</small>	José Otávio Germano Professor Irapuan Teixeira <small>vaga do PSDB</small> (Dep. do PL ocupa a vaga)	<b>PP</b>	Jair Bolsonaro Reginaldo Germano
	<b>PSDB</b>		Arnaldo Faria de Sá Ary Kara <small>vaga do PMDB</small> José Militão	<b>PTB</b>	Fleury <small>vaga do PDT</small> Pastor Frankembergen Pastor Reinaldo
Antonio Carlos Pannunzio Itamar Serpa João Castelo Sebastião Madeira <small>vaga do PL</small>		Alberto Goldman Luiz Carlos Haully Zulaiê Cobra	Coronel Alves <small>vaga do PP</small> Lincoln Portela	<b>PL</b>	Neucimar Fraga
	<b>PP</b>		Josias Quintal	<b>PSB</b>	Gonzaga Patriota
Feu Rosa Reginaldo Germano (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Francisco Dornelles Francisco Turra Jair Bolsonaro	Ademir Camilo	<b>PDT</b>	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
	<b>PTB</b>		Raul Jungmann	<b>PPS</b>	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Alceste Almeida Arnon Bezerra Pastor Frankembergen <small>vaga do PT</small>		José Chaves (Dep. do PT ocupa a vaga)	Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C Telefones: 3216-6761 / 6762 FAX: 3216-6770		
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	<b>PL</b>	Medeiros (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA</b>		
Eduardo Campos <small>vaga do PMDB</small> João Paulo Gomes da Silva Marcondes Gadelha	<b>PSB</b>	Alexandre Cardoso Júlio Delgado	Presidente: Simão Sessim (PP) 1º Vice-Presidente: Vanderlei Assis (PP) 2º Vice-Presidente: Nazareno Fonteles (PT) 3º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)		
			<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>

Angela Guadagnin Dr. Rosinha Guilherme Menezes Luiz Bassuma Nazareno Fonteles Roberto Gouveia	PT	Durval Orlato Orlando Desconsi Selma Schons Tarcísio Zimmermann Telma de Souza	Tarcísio Zimmermann Vicentinho	Maurício Rands Professor Luizinho
			PMDB	
			Henrique Eduardo Alves Lúcia Braga Moraes Souza Oswaldo Reis (Dep. do PL ocupa a vaga)	Ann Pontes Leonardo Picciani Oswaldo Biolchi 2 vagas
			Bloco PFL, PRONA	
			José Carlos Aleluia (Dep. do PSOL ocupa a vaga) (Dep. do PC do B ocupa a vaga)	Dr. Pinotti Joaquim Francisco Laura Carneiro
			PSDB	
			Walter Barelli (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	Carlos Alberto Leréia Eduardo Barbosa Narcio Rodrigues
			PP	
			Érico Ribeiro Pedro Henry	Benedito de Lira Sandes Júnior
			PTB	
Almerinda de Carvalho Jorge Alberto Osmar Terra Saraiva Felipe Teté Bezerra		Benjamin Maranhão Chicão Brígido Darcísio Perondi Lúcia Braga Silas Brasileiro Waldemir Moka	Edir Oliveira Enio Tatico Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá Ricarte de Freitas
			PL	
			Aracely de Paula Coronel Alves	Sandro Mabel (Dep. do PSB ocupa a vaga)
			Luciano Castro Medeiros	
			PSB	
			Pastor Francisco Olímpio	Carlos Mota Isaías Silvestre Maria Helena
			PDT	
			João Fontes	Pompeo de Mattos
			PPS	
			Cláudio Magrão	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Elimar Máximo Damasceno Zelinda Novaes (Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	PSDB	Ana Alencar Antonio Joaquim Eduardo Paes Leonardo Vilela Walter Barelli	Daniel Almeida Vanessa Grazziotin	1 vaga
			PSOL	
			Luciana Genro Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 3216-6815	
			COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	
			Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB) 1º Vice-Presidente: Hermes Parciannelo (PMDB) 2º Vice-Presidente: Ricarte de Freitas (PTB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PSDB)	
			Titulares	Suplentes
			PT	
			Gilmar Machado Ivo José Vadinho Baião	César Medeiros José Eduardo Cardozo Simplicio Mário
			PMDB	
			Asdrubal Bentes Benjamin Maranhão Carlos Eduardo Cadoca Hermes Parciannelo	Bernardo Ariston Moacir Micheletto Pastor Pedro Ribeiro 1 vaga
Eduardo Barbosa Rafael Guerra Raimundo Gomes de Matos Thelma de Oliveira			Bloco PFL, PRONA	
			(Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)	José Mendonça Bezerra José Rocha Marcelo Guimarães Filho
			PSDB	
			Bismarck Maia Marcelo Teixeira	Antonio Cambraia 1 vaga
Dr. Benedito Dias José Linhares Simão Sessim Suely Campos Vanderlei Assis	PP	Feu Rosa João Batista Nilton Baiano		
Arnaldo Faria de Sá Fernando Gonçalves (Dep. do PT ocupa a vaga)	PTB	Edir Oliveira Kelly Moraes Osmânio Pereira		
Amauri Gasques Reinaldo Gripp Remi Trinta	PL	Lincoln Portela (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
Dr. Ribamar Alves Jorge Gomes	PSB	Iberê Ferreira Luiza Erundina		
Manato	PDT	Mário Heringer		
Dr. Francisco Gonçalves Geraldo Resende	PPS	Colbert Martins		
Jandira Feghali	PC do B	Jamil Murad		
(Dep. do PP ocupa a vaga)	PV	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		
(Dep. do PP ocupa a vaga)	PSOL	Maninha		
Secretário(a): Gardene Aguiar Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145 Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786 FAX: 3216-6790				
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO				
Presidente: Aracely de Paula (PL) 1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL) 2º Vice-Presidente: Oswaldo Reis (PMDB) 3º Vice-Presidente: Vicentinho (PT)				
Titulares				
Dra. Clair Marco Maia	PT	Carlos Santana Luiz Sérgio		



[illegible]

<p>João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small> 1 vaga</p> <p>Luiza Erundina</p> <p>Nelson Proença <b>PPS</b> Fernando Coruja</p> <p>Severiano Alves <b>PDT</b> Manato</p> <p>Jamil Murad <b>PC do B</b> Inácio Arruda</p> <p>1 vaga <b>PRONA</b> Elimar Máximo Damasceno</p> <p>Maninha <small>vaga do PT</small> <b>PSOL</b> Ivan Valente <small>vaga do PT</small></p> <p>Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6203 / 6232 FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.</b></p> <p>Presidente: Mário Heringer (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)</p>		<p><b>PMDB</b></p> <p>Benjamin Maranhão Aníbal Gomes Henrique Eduardo Alves (Dep. do PSB ocupa a vaga) Jorge Alberto 2 vagas Marcelo Castro</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame Bosco Costa Helenildo Ribeiro Eduardo Barbosa Manoel Salviano Gonzaga Mota 1 vaga João Castelo</p> <p><b>PP</b></p> <p>Benedito de Lira Mário Negromonte Cleônânio Fonseca Nélio Dias Enivaldo Ribeiro 1 vaga</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Jackson Barreto Carlos Dunga (Dep. do PSB ocupa a vaga) Paes Landim <small>vaga do PFL</small> 1 vaga</p> <p><b>PL</b></p> <p>Almeida de Jesus 2 vagas Heleno Silva</p> <p><b>PSB</b></p> <p>B. Sá <small>vaga do PPS</small> Isaías Silvestre Gonzaga Patriota <small>vaga do PDT</small> Luciano Leitoa <small>vaga do PMDB</small> Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small> Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small> Pastor Francisco Olímpio 1 vaga</p> <p><b>PPS</b></p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga) Colbert Martins</p> <p><b>PDT</b></p> <p>Severiano Alves João Fontes <small>vaga do PFL</small> (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Daniel Almeida 1 vaga</p> <p><b>PV</b></p> <p>Edson Duarte Sarney Filho Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6209/6232 FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER E EXAMINAR A GESTÃO DO FUNCAFÉ, A EFETIVIDADE E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO CDPC NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO SETOR, BEM COMO AVALIAR MODELOS ADMINISTRATIVOS ALTERNATIVOS E PROPOR MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA APERFEIÇOAR A LEGISLAÇÃO DO SETOR.</b></p> <p>Presidente: Odair Cunha (PT) 1º Vice-Presidente: Renato Casagrande (PSB) 2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 3º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB) Relator: Carlos Melles (PFL)</p>	
<p><b>Titulares</b></p> <p>Mauro Benevides <b>PMDB</b></p> <p>Luiz Eduardo Greenhalgh <b>PT</b></p> <p>Vilmar Rocha <b>PFL</b></p> <p>Vicente Cascione <b>PTB</b></p> <p>Lincoln Portela <b>PL</b></p> <p>Mário Heringer <b>PDT</b></p> <p>Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.</b></p> <p>Presidente: José Carlos Machado (PFL) 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) 2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Marcondes Gadelha (PSB)</p>	<p><b>Suplentes</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Fátima Bezerra Zezéu Ribeiro Fernando Ferro 5 vagas José Pimentel Josias Gomes Luiz Couto Nazareno Fonteles</p> <p><b>PFL</b></p> <p>Fernando de Fabinho (Dep. do PDT ocupa a vaga) José Carlos Machado (Dep. do PTB ocupa a vaga) José Rocha 3 vagas Luiz Carreira Osvaldo Coelho</p>	<p><b>Titulares</b></p> <p>Ivo José <b>PT</b> Eduardo Valverde Leonardo Monteiro 3 vagas Luiz Eduardo Greenhalgh Odair Cunha</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Eliseu Padilha Almerinda de Carvalho Marcello Siqueira José Priante Mauro Lopes 2 vagas Moacir Micheletto</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Carlos Melles Coriolano Sales Eduardo Sciarra Kátia Abreu Roberto Brant Paulo Magalhães</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Xico Graziano 2 vagas Yeda Crusius</p>	

<b>PP</b>		<b>PPS</b>	
Dilceu Sperafico	Nilton Baiano	Júnior Betão	Almeida de Jesus
Romel Anizio	1 vaga	Reinaldo Betão	Luciano Castro
<b>PTB</b>		<b>PSB</b>	
José Militão	Osmânio Pereira	Geraldo Thadeu	1 vaga
Nelson Marquezelli	Romeu Queiroz	<b>PSB</b>	
Tatico		Gonzaga Patriota	Luciano Leitoa
<b>PL</b>		Sandra Rosado	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	José Santana de Vasconcellos	<b>PDT</b>	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Neucimar Fraga	Pompeo de Mattos	Alceu Collares
<b>PPS</b>		Sérgio Miranda	Renato Cozzolino
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende	<b>PC do B</b>	
<b>PSB</b>		(Dep. do PDT ocupa a vaga)	1 vaga
Mário Assad Júnior	Luciano Leitoa	<b>PSC</b>	
Renato Casagrande		Milton Barbosa	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
<b>PDT</b>		<b>PV</b>	
Mário Heringer	1 vaga	Marcelo Ortiz	1 vaga
Inácio Arruda	Daniel Almeida	Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques	
<b>PV</b>		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
1 vaga	1 vaga	Telefones: 216-6214/6232	
Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo		FAX: 216-6225	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER</b>	
Telefones: 3216-6235/6232		<b>À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE</b>	
FAX: 3216-6225		<b>1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA</b>	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER</b>		<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES</b>	
<b>À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE</b>		<b>TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS</b>	
<b>2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS</b>		<b>MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES</b>	
<b>DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS,</b>		<b>NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.</b>	
<b>POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS</b>		Presidente: Afonso Camargo (PSDB)	
<b>REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA</b>		1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)	
<b>LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O</b>		2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)	
<b>ÓRGÃO CESSIONÁRIO".</b>		3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)	
Presidente: Reinaldo Betão (PL)		Relator: Eduardo Sciarra (PFL)	
1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)		<b>Titulares</b>	
2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)		<b>PT</b>	
3º Vice-Presidente:		<b>Suplentes</b>	
Relator: Philemon Rodrigues (PTB)		José Eduardo Cardozo	
<b>Titulares</b>		Paulo Delgado	
<b>PT</b>		Rubens Otoni	
Eduardo Valverde	Iara Bernardi	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
Zé Geraldo	5 vagas	2 vagas	
4 vagas		<b>PFL</b>	
<b>PMDB</b>		André de Paula	
Cabo Júlio	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Eduardo Sciarra	
Marcelo Castro	4 vagas	Jairo Carneiro	
Mauro Benevides		Mendonça Prado	
Osvaldo Reis		Nice Lobão	
Wilson Santiago		Roberto Magalhães	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		vaga do PTB	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		<b>PMDB</b>	
Gervásio Silva	4 vagas	Cezar Schirmer	
Laura Carneiro		Eliseu Padilha	
Vilmar Rocha		Henrique Eduardo Alves	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
<b>PP</b>		<b>PSDB</b>	
Érico Ribeiro	Leodegar Tiscoski	Afonso Camargo	
Herculano Anghinetti	Mário Negromonte	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	
Sandes Júnior	Vadão Gomes	Rafael Guerra	
<b>PSDB</b>		Vicente Arruda	
Carlos Alberto Leréia	Itamar Serpa	<b>PP</b>	
Nicias Ribeiro	João Campos	Enivaldo Ribeiro	
Zenaldo Coutinho	1 vaga	Romel Anizio	
<b>PTB</b>		1 vaga	
Jovair Arantes	Jefferson Campos	<b>PTB</b>	
Nelson Marquezelli	José Militão	Jefferson Campos	
Philemon Rodrigues	2 vagas	Vicente Cascione	
<b>Bloco PL, PSL</b>		(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
		<b>PL</b>	
		Lincoln Portela	
		Carlos Nader	

(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Oliveira Filho	1 vaga	1 vaga	Wellington Fagundes
<b>PSB</b>			<b>PSB</b>	
João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small>		2 vagas	Gonzaga Patriota	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio			Pastor Francisco Olímpio	
1 vaga			<b>PPS</b>	
<b>PPS</b>			(Dep. do PP ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu
Raul Jungmann	Colbert Martins		<b>PDT</b>	
<b>PDT</b>			Alceu Collares	Pompeo de Mattos
Manato	(Dep. do PFL ocupa a vaga)		<b>PC do B</b>	
<b>PC do B</b>			Alice Portugal	1 vaga
Renildo Calheiros	1 vaga		<b>PV</b>	
<b>PV</b>			Jovino Cândido	Marcelo Ortiz
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz		Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares	
<b>PSOL</b>			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Chico Alencar <small>vaga do PT</small>			Telefones: 216-6207 / 6232	
Secretário(a): Ana Lucia R. Marques			FAX: 216-6225	
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A				
Telefones: 261-6214/6232				
FAX: 216-6225				
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).</b>				
Presidente: Laura Carneiro (PFL)			Presidente: João Grandão (PT)	
1º Vice-Presidente:			1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:			2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)	
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)			3º Vice-Presidente:	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>			<b>PT</b>	
Carlos Abicalil		6 vagas	Eduardo Valverde	Hélio Esteves
Fátima Bezerra			João Grandão	Zico Bronzeado
Jorge Boeira			José Eduardo Cardozo	4 vagas
Odair Cunha			Nilson Mourão	
Tarcísio Zimmermann			Vignatti	
1 vaga			1 vaga	
<b>PFL</b>			<b>PMDB</b>	
Laura Carneiro	Antonio Carlos Magalhães Neto		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	Darcísio Perondi
Ney Lopes	José Roberto Arruda		Osmar Serraglio	João Matos
(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas		Teté Bezerra	Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>
2 vagas			Waldemir Moka	Moacir Micheletto
<b>PMDB</b>			(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Nelson Trad
Jorge Alberto	Adelor Vieira		1 vaga	1 vaga
Leonardo Picciani	3 vagas		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)			Eduardo Sciarra	Edmar Moreira <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
1 vaga			Francisco Rodrigues	Ronaldo Caiado
<b>PSDB</b>			Murilo Zauith	3 vagas
Eduardo Barbosa	Itamar Serpa		Onyx Lorenzoni	
Hamilton Casara	Zenaldo Coutinho		<b>PP</b>	
Helenildo Ribeiro	2 vagas		Carlos Souza	José Janene
1 vaga			Cleonânicio Fonseca <small>vaga do PV</small>	Mário Negromonte
<b>PP</b>			Jair Bolsonaro	1 vaga
Aginaldo Muniz <small>vaga do PPS</small>	Nilton Baiano		Luis Carlos Heinze <small>vaga do PSB</small>	
Feu Rosa	Zé Lima		Pedro Henry	
Nélio Dias	1 vaga		Zonta <small>vaga do PSC</small>	
Sandes Júnior			<b>PSDB</b>	
Vanderlei Assis <small>vaga do PFL</small>			Antonio Carlos Mendes	Helenildo Ribeiro
<b>PTB</b>			Thame	Manoel Salviano
Eduardo Seabra	Philemon Rodrigues		Júlio Redecker	Nícias Ribeiro
Jefferson Campos <small>vaga do PMDB</small>	1 vaga		Thelma de Oliveira	
1 vaga			<b>PTB</b>	
<b>PL</b>			Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>	Iris Simões
Luciano Castro	Medeiros		Nelson Marquezelli	Silas Câmara
			Ricarte de Freitas	1 vaga
			1 vaga	
			<b>Bloco PL, PSL</b>	
			(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
			2 vagas	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
				1 vaga



<p>Colbert Martins</p> <p>Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small></p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>Jamil Murad</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Secretário(a): Maria Terezinha Donati</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 216.6215</p> <p>FAX: 216.6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.</b></p> <p>Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <p>Relator: José Divino (PRB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia</p> <p>Eduardo Valverde</p> <p>José Eduardo Cardozo</p> <p>Maurício Rands</p> <p>Paulo Delgado</p> <p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>Coriolano Sales</p> <p>Edmar Moreira <small>vaga do PL</small></p> <p>José Roberto Arruda</p> <p>Luiz Carlos Santos</p> <p>Marcelo Guimarães Filho</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Marcelino Fraga</p> <p>Nelson Trad</p> <p>(Dep. do PRB ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>Carlos Sampaio</p> <p>Nicias Ribeiro</p> <p>Vicente Arruda</p> <p>(Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p>Cleonânicio Fonseca</p> <p>Darci Coelho (Licenciado) <small>vaga do PFL</small></p> <p>Dilceu Sperafico</p> <p>1 vaga</p> <p>Fleury</p> <p>Vicente Cascione</p>	<p><b>PPS</b></p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p><b>PSB</b></p> <p>Barbosa Neto</p> <p>João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco PL, PSL</small></p> <p><b>PDT</b></p> <p>Dr. Rodolfo Pereira</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>1 vaga</p> <p><b>PSC</b></p> <p>Zequinha Marinho</p> <p><b>PV</b></p> <p>1 vaga</p>	<p><b>PL</b></p> <p>(Dep. do PFL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PSB</b></p> <p>Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small></p> <p>(Dep. do PTC ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p><b>PPS</b></p> <p>Cezar Silvestri</p> <p>Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small></p> <p><b>PDT</b></p> <p>Wagner Lago</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Jamil Murad</p> <p><b>PV</b></p> <p>Samary Filho</p> <p><b>PSOL</b></p> <p>João Alfredo <small>vaga do PT</small></p> <p><b>PRB</b></p> <p>José Divino <small>vaga do PMDB</small></p> <p><b>PTC</b></p> <p>Carlos Willian <small>vaga do PSB</small></p> <p>Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 216-6205 / 6232</p> <p>FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).</b></p> <p>Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)</p> <p>1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)</p> <p>2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)</p> <p>3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)</p> <p>Relator: Paes Landim (PTB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Arlindo Chinaglia</p> <p>José Pimentel</p> <p>Luiz Sérgio</p> <p>Professor Luizinho</p> <p>Rubens Otoni</p> <p>1 vaga</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Fernando Diniz</p> <p>Gastão Vieira</p> <p>Jader Barbalho</p> <p>Nelson Trad</p> <p>1 vaga</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Laura Carneiro</p> <p>Moroni Torgan</p> <p>Robério Nunes</p> <p>Vic Pires Franco</p> <p><b>PP</b></p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Leodegar Tiscoski</p> <p>Professor Irapuan Teixeira</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)</p> <p>Jutahy Junior</p> <p>Luiz Carlos Haully</p> <p><b>PTB</b></p> <p>José Múcio Monteiro</p>	<p>1 vaga</p> <p>José Santana de Vasconcellos</p> <p>Raimundo Santos</p> <p>2 vagas</p> <p>Dimas Ramalho</p> <p>Severiano Alves</p> <p>1 vaga</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>Iriny Lopes</p> <p>5 vagas</p> <p>Antonio Carlos Magalhães Neto</p> <p>(Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>3 vagas</p> <p>Ann Pontes</p> <p>Osmar Serraglio</p> <p>2 vagas</p> <p>Bonifácio de Andrada</p> <p>Helenildo Ribeiro</p> <p>Zenaldo Coutinho</p> <p>1 vaga</p> <p>Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small></p> <p>3 vagas</p> <p>Paes Landim <small>vaga do PFL</small></p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p>
---	--	--	--

Paes Landim (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Jovair Arantes 1 vaga	Almeida de Jesus Badu Picanço 1 vaga	(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)
<b>Bloco PL, PSL</b>			
Luciano Castro Sandro Mabel 1 vaga	Medeiros 2 vagas	<b>PPS</b>	1 vaga
<b>PPS</b>	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	<b>PSB</b>	Edinho Montemor <sup>vaga do PL</sup> João Mendes de Jesus <sup>vaga do PL</sup> 1 vaga
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		<b>PDT</b>	Ademir Camilo <sup>vaga do PL</sup> Luiz Piauhyllino
Jorge Gomes	1 vaga	<b>PC do B</b>	
<b>PDT</b>		<b>PV</b>	
Álvaro Dias João Herrmann Neto <sup>vaga do PPS</sup>	Mário Heringer	<b>PSOL</b>	
<b>PC do B</b>			
Daniel Almeida	Jamil Murad		
<b>PV</b>			
Samney Filho	Jovino Cândido		
<b>PSC</b>			
Pastor Amarildo <sup>vaga do PTB</sup> Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225		Chico Alencar <sup>vaga do PT</sup> Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 216.6206 FAX: 216.6225	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).</b>		<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".</b>	
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: André de Paula (PFL)		Presidente: Ricarte de Freitas (PTB) 1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Neyde Aparecida (PT)	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>		<b>PT</b>	
Devanir Ribeiro Henrique Afonso José Mentor Paulo Delgado Zico Bronzeado (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Ana Guerra Rubens Otoni 4 vagas	Antônio Carlos Biffi João Grandão Neyde Aparecida Rubens Otoni (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga	Zezeu Ribeiro 5 vagas
<b>PMDB</b>		<b>PFL</b>	
Almerinda de Carvalho Cezar Schirmer Hermes Parcianello Mauro Benevides Mauro Lopes	5 vagas	Celcita Pinheiro José Roberto Arruda Vilmar Rocha 2 vagas	Eliseu Resende Lael Varella Ronaldo Caiado 2 vagas
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		<b>PMDB</b>	
André de Paula Ney Lopes Roberto Magalhães Vic Pires Franco	4 vagas	Aníbal Gomes Fernando Diniz Luiz Bittencourt Moacir Micheletto	4 vagas
<b>PSDB</b>		<b>PSDB</b>	
Bosco Costa Sebastião Madeira Yeda Crusius	Antonio Carlos Pannunzio Zenaldo Coutinho 1 vaga	Carlos Alberto Leréia Professora Raquel Teixeira Ronaldo Dimas Thelma de Oliveira	Hamilton Casara João Campos 2 vagas
<b>PP</b>		<b>PP</b>	
Benedito de Lira Leodegar Tiscoski (Dep. do PDT ocupa a vaga)	3 vagas	Romel Anizio Zé Lima 1 vaga	Carlos Souza Sandes Júnior 1 vaga
<b>PTB</b>		<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá Cleuber Carneiro Fleury	Paes Landim 2 vagas	Ricarte de Freitas Sandro Matos	2 vagas
<b>PL</b>		<b>PL</b>	
		Jaime Martins Maurício Rabelo	Jorge Pinheiro Raimundo Santos
		<b>PSB</b>	
		<b>PPS</b>	
		2 vagas	2 vagas

Geraldo Resende		Colbert Martins	Edson Duarte	Jovino Cândido
PDT			Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho	
Dr. Rodolfo Pereira		Enio Bacci	Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	
PC do B			Telefones: 216-6203/6232	
Daniel Almeida		1 vaga	FAX: 216-6225	
PRONA			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157-A, DE 2003, DO SR. LUIZ CARLOS SANTOS, QUE "CONVOCA ASSEMBLÉIA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>	
PSOL		Elimar Máximo Damasceno		
Maninha <small>vaga do PT</small>				
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro				
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Presidente: Michel Temer (PMDB)	
Telefones: 216-6209/6232			1º Vice-Presidente:	
FAX: 216-6225			2º Vice-Presidente:	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 138, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE".</b>			3º Vice-Presidente:	
			Relator: Roberto Magalhães (PFL)	
			Titulares	
			Suplentes	
Presidente: Júnior Betão (PL)			PT	
1º Vice-Presidente: Roberto Gouveia (PT)			Antonio Carlos Biscaia	
2º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)			João Paulo Cunha	
3º Vice-Presidente: Zonta (PP)			Luiz Eduardo Greenhalgh	
Relator: Alice Portugal (PCdoB)			Mariângela Duarte	
Titulares			Odair Cunha	
PT			Rubens Otoni	
Ivo José		Carlos Abicalil	PMDB	
Reginaldo Lopes		João Grandão	Albérico Filho	
Roberto Gouveia		Maurício Rands	Eliseu Padilha	
Selma Schons		3 vagas	Mauro Benevides	
Vignatti			Michel Temer	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)			Moreira Franco	
PMDB			Bloco PFL, PRONA	
Benjamin Maranhão		5 vagas	Luiz Carlos Santos	
Leandro Vilela			Paulo Magalhães	
Marcelino Fraga			Roberto Magalhães	
Marinha Raupp			Vilmar Rocha	
Zé Gerardo			PSDB	
Bloco PFL, PRONA			Bonifácio de Andrada	
Celcita Pinheiro		4 vagas	Bosco Costa	
Clóvis Fecury (Licenciado)			Zenaldo Coutinho	
Davi Alcolumbre			PP	
Laura Carneiro			Agnaldo Muniz	
PSDB			Darci Coelho (Licenciado)	
Eduardo Barbosa		Bonifácio de Andrada	Professor Irapuan Teixeira	
Lobbe Neto		João Campos	PTB	
1 vaga		Thelma de Oliveira	Jefferson Campos	
PP			Paes Landim	
Sandes Júnior		Ildu Araujo	Vicente Cascione	
Zonta		Julio Lopes	PL	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		1 vaga	Coronel Alves	
PTB			Milton Monti	
Carlos Dunga		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Neucimar Fraga	
Kelly Moraes		2 vagas	PPS	
1 vaga			Nelson Proença	
PL			Sandra Rosado	
Heleno Silva		Humberto Michiles	PSB	
Júnior Betão		Paulo Gouvêa	PDT	
Reinaldo Betão		Wellington Fagundes	Alceu Collares	
PPS			PC do B	
Colbert Martins		1 vaga	Jamil Murad	
PSB			PV	
Luciano Leitoa		Barbosa Neto	Marcelo Ortiz	
PDT		Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>	PSOL	
André Costa <small>vaga do PT</small>		Álvaro Dias	Secretário(a): Maria Terezinha Donati	
André Figueiredo			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Wagner Lago <small>vaga do PP</small>			Telefones: 3216-6215/6232	
PC do B			FAX: 3216-6225	
Alice Portugal		1 vaga	<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE</b>	
PV				
			José Eduardo Cardozo	
			Luiz Bassuma	
			Maurício Rands	
			Paulo Rubem Santiago	
			Walter Pinheiro	
			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
			Mendes Ribeiro Filho	
			Nelson Trad	
			3 vagas	
			Alberto Fraga	
			Coriolano Sales	
			Pauderney Avelino	
			Ronaldo Caiado	
			Gonzaga Mota	
			Ronaldo Cezar Coelho	
			Vicente Arruda	
			Antonio Cruz	
			Ricardo Barros	
			1 vaga	
			Fleury	
			2 vagas	
			Carlos Nader	
			Maurício Rabelo	
			1 vaga	
			Rogério Teófilo	
			1 vaga	
			Severiano Alves	
			1 vaga	
			Sarney Filho	
			João Alfredo <small>vaga do PT</small>	

**2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".**

Presidente: Miguel de Souza (PL)

1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)

2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)

3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)

Relator: Agnaldo Muniz (PP)

Titulares		Suplentes
	<b>PT</b>	
Anselmo		6 vagas
Eduardo Valverde		
Fernando Ferro		
Hélio Esteves		
Zé Geraldo		
Zico Bronzeado		
	<b>PMDB</b>	
Leonardo Picciani		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>
Marinha Raupp		Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>
Natan Donadon		5 vagas
Oswaldo Reis		
1 vaga		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Davi Alcolumbre		4 vagas
Francisco Rodrigues		
Kátia Abreu		
Pauderney Avelino		
	<b>PSDB</b>	
Carlos Alberto Leréia		3 vagas
Hamilton Casara <small>vaga do PL</small>		
2 vagas		
	<b>PP</b>	
Agnaldo Muniz		Celso Russomanno
Darci Coelho (Licenciado)		2 vagas
1 vaga		
	<b>PTB</b>	
Eduardo Seabra		Homero Barreto
Josué Bengtson <small>vaga do PV</small>		Pedro Fernandes
Pastor Frankembergen		Philemon Rodrigues
1 vaga		
	<b>PL</b>	
Coronel Alves		Luciano Castro
Miguel de Souza		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PPS</b>	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota		Carlos Mota <small>vaga do PL</small>
Maria Helena <small>vaga do PPS</small>		Luciano Leitão
	<b>PDT</b>	
Dr. Rodolfo Pereira		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	<b>PC do B</b>	
Perpétua Almeida		1 vaga
	<b>PV</b>	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		1 vaga
Secretário(a): Fátima Moreira		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A		
Telefones: 216-6216/6232		
FAX: 216-6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR,**

**CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).**

Presidente: Jorge Alberto (PMDB)

1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)

2º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)

3º Vice-Presidente:

Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares		Suplentes
	<b>PT</b>	
Antonio Carlos Biscaia		6 vagas
José Eduardo Cardozo		
Maria do Carmo Lara		
Odair Cunha		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
1 vaga		
	<b>PMDB</b>	
Gilberto Nascimento		Darcísio Perondi
João Correia		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>
Jorge Alberto		4 vagas
Mendes Ribeiro Filho		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Abelardo Lupion		4 vagas
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>		
Onyx Lorenzoni		
Ronaldo Caiado		
1 vaga		
	<b>PSDB</b>	
Bismarck Maia		Carlos Sampaio
Carlos Alberto Leréia		João Campos
Luiz Carlos Haully		Vicente Arruda
	<b>PP</b>	
Agnaldo Muniz		Darci Coelho (Licenciado)
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Ildeu Araujo
1 vaga		1 vaga
	<b>PTB</b>	
Pastor Reinaldo		3 vagas
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		
	<b>PL</b>	
Coronel Alves		Luciano Castro
Jorge Pinheiro		Remi Trinta
1 vaga		1 vaga
	<b>PPS</b>	
Colbert Martins		1 vaga
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>		
	<b>PSB</b>	
Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small>		Givaldo Carimbão
1 vaga		
	<b>PDT</b>	
Álvaro Dias		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Wagner Lago <small>vaga do PP</small>		
	<b>PC do B</b>	
Jamil Murad		1 vaga
	<b>PV</b>	
Marcelo Ortiz		1 vaga
	<b>PSOL</b>	
Maninha <small>vaga do PT</small>		
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6201/6232		
FAX: 216-6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, 255, 285 E 293, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Mussa Demes (PFL)



1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL) 2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB) Relator: Virgílio Guimarães (PT)		<b>ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".</b>	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>		<b>PT</b>	
Carlito Merss		Devanir Ribeiro	
Jorge Bittar		José Pimentel	
José Mentor		Nilson Mourão	
Paulo Bernardo (Licenciado)		Paulo Delgado	
Virgílio Guimarães		Paulo Pimenta	
Walter Pinheiro		Paulo Rubem Santiago	
Zezéu Ribeiro		1 vaga	
<b>PFL</b>		<b>PMDB</b>	
Antonio Carlos Magalhães Neto		Abelardo Lupion	
Gerson Gabrielli		Eduardo Sciarra	
José Roberto Arruda		Eliseu Resende	
Mussa Demes		José Carlos Machado	
Pauderney Avelino		Luiz Carreira	
Vic Pires Franco		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>	
Delfim Netto <small>vaga do PP</small>		Ann Pontes	
Eduardo Cunha		Benjamin Maranhão	
Henrique Eduardo Alves		José Priante	
Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>		Luiz Bittencourt	
Osmar Serraglio		Wilson Santiago	
Pedro Chaves			
Pedro Novais			
<b>PSDB</b>		<b>PP</b>	
Antonio Cambraia		Anivaldo Vale	
Julio Semeghini		Antonio Carlos Mendes Thame	
Luiz Carlos Hauly		Gonzaga Mota	
Walter Feldman		Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>	
Zenaldo Coutinho		Ronaldo Dimas	
		Yeda Crusius	
<b>PP</b>		<b>PTB</b>	
Francisco Dornelles		Enivaldo Ribeiro	
Romel Anizio		Feu Rosa	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Professor Irapuan Teixeira	
<b>PTB</b>		<b>PL</b>	
Armando Monteiro		Jackson Barreto	
José Militão		Pedro Fernandes	
Philemon Rodrigues		Vicente Cascione	
<b>PL</b>		<b>PSB</b>	
Miguel de Souza		Humberto Michiles	
Raimundo Santos		Jaime Martins	
Sandro Mabel		1 vaga	
<b>PSB</b>		<b>PPS</b>	
Beto Albuquerque		Barbosa Neto	
Renato Casagrande		Gonzaga Patriota	
<b>PPS</b>		<b>PTB</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
<b>PDT</b>		<b>PC do B</b>	
Manato		Dr. Rodolfo Pereira	
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>	
<b>PC do B</b>		<b>PRONA</b>	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Daniel Almeida	
<b>PRONA</b>		<b>Elimar Máximo Damasceno</b>	
Enéas			
Secretário(a): Angélica Fialho			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6218 / 6232			
FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS,</b>			
<b>ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".</b>		<b>ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".</b>	
Presidente:		Presidente:	
1º Vice-Presidente:		1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:		2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:		3º Vice-Presidente:	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>		<b>PT</b>	
Leonardo Monteiro		(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
Nilson Mourão		5 vagas	
Paulo Delgado			
Zé Geraldo <small>vaga do PMDB</small>			
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			
1 vaga			
<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>	
Fernando Lopes		Átila Lins <small>vaga do PPS</small>	
João Correia		5 vagas	
Wilson Santiago			
(Dep. do PRB ocupa a vaga)			
(Dep. do PT ocupa a vaga)			
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Francisco Rodrigues		Edmar Moreira <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>		4 vagas	
Murilo Zauith			
Vilmar Rocha			
1 vaga			
<b>PP</b>		<b>PP</b>	
Feu Rosa		Dilceu Sperafico	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		Francisco Dornelles	
1 vaga		Professor Irapuan Teixeira	
<b>PSDB</b>		<b>PSDB</b>	
Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio	
Helenildo Ribeiro		Luiz Carlos Hauly	
João Castelo		Manoel Salviano	
<b>PTB</b>		<b>PTB</b>	
Arnon Bezerra		3 vagas	
Jackson Barreto			
1 vaga			
<b>Bloco PL, PSL</b>		<b>Bloco PL, PSL</b>	
Almeida de Jesus		Jaime Martins	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga	
<b>PPS</b>		<b>PPS</b>	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
<b>PSB</b>		<b>PSB</b>	
Alexandre Cardoso		1 vaga	
Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>			
João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>			
<b>PDT</b>		<b>PDT</b>	
João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>		André Costa <small>vaga do PT</small>	
Severiano Alves		Mário Heringer	
<b>PC do B</b>		<b>PC do B</b>	
Jamil Murad		1 vaga	
<b>PSC</b>		<b>PSC</b>	
Zequinha Marinho		(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
<b>PV</b>		<b>PV</b>	
1 vaga		1 vaga	
<b>PSOL</b>		<b>PSOL</b>	
Maninha <small>vaga do PT</small>			
Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>			
<b>PRB</b>		<b>PRB</b>	
Vieira Reis <small>vaga do PMDB</small>			
<b>PTC</b>		<b>PTC</b>	
		Carlos Willian <small>vaga do PSC</small>	
Secretário(a): -		Secretário(a): -	

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333-A, DE 2004, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 29A E ACRESCENTA ART. 29B À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE O LIMITE DE DESPESAS E A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Mário Heringer (PDT)

1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)

2º Vice-Presidente: Maria do Carmo Lara (PT)

3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)

Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
------------------	--	------------------

	<b>PT</b>	
Antônio Carlos Biffi		Ana Guerra
João Grandão		Anselmo
Luiz Eduardo Greenhalgh		Durval Orlato
Maria do Carmo Lara		Eduardo Valverde
Reginaldo Lopes		Leonardo Monteiro
Rubens Otoni		Zezéu Ribeiro

	<b>PMDB</b>	
Darcísio Perondi		Átila Lins
Gilberto Nascimento		Oswaldo Reis
Marcelino Fraga		3 vagas
Mauro Benevides		
Pedro Chaves		

	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Carlos Batata		José Carlos Machado
Fernando de Fabinho		3 vagas
Gervásio Silva		
Ivan Ranzolin		

	<b>PSDB</b>	
Átila Lira		Ana Alencar
Carlos Alberto Leréia		Antonio Carlos Pannunzio
Gonzaga Mota		Yeda Crusius

	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Feu Rosa
Leodegar Tiscoski		Professor Irapuan Teixeira
Lino Rossi (Licenciado)		Reginaldo Germano

	<b>PTB</b>	
Arnon Bezerra		Jackson Barreto
Fernando Gonçalves		Jefferson Campos
Marcus Vicente		1 vaga

	<b>PL</b>	
Almeida de Jesus		Jaime Martins
Milton Monti		Oliveira Filho
Neucimar Fraga		1 vaga

	<b>PPS</b>	
Cezar Silvestri		Geraldo Resende

	<b>PSB</b>	
Jorge Gomes		Júlio Delgado

	<b>PDT</b>	
Mário Heringer		Dr. Rodolfo Pereira

	<b>PC do B</b>	
Daniel Almeida		1 vaga

	<b>PV</b>	
Leonardo Mattos		Jovino Cândido

Secretário(a): Fernando Maia Leão  
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A  
Telefones: 3216-6205/6232  
FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".**

Presidente: Manato (PDT)

1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)

2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)

3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS)

Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
------------------	--	------------------

	<b>PT</b>	
Antonio Carlos Biscaia		Ana Guerra
José Eduardo Cardozo		Luiz Bassuma
Luiz Couto		Vadinho Baião
Rubens Otoni		3 vagas
Walter Pinheiro		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		

	<b>PMDB</b>	
Cezar Schirmer		5 vagas
Mauro Benevides		
3 vagas		

	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
André de Paula		4 vagas
Antonio Carlos Magalhães Neto		
José Roberto Arruda		
Onyx Lorenzoni		

	<b>PSDB</b>	
Yeda Crusius		Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho		Bosco Costa
Zulaiê Cobra		1 vaga

	<b>PP</b>	
Benedito de Lira		3 vagas
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		
1 vaga		

	<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá		Iris Simões
Jackson Barreto		Nelson Marquzelli
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do PSB ocupa a vaga)

	<b>PL</b>	
Medeiros		Almeida de Jesus
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Coronel Alves
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Lincoln Portela

	<b>PPS</b>	
Raul Jungmann		Colbert Martins

	<b>PSB</b>	
Carlos Mota <small>vaga do PL</small>		Iberê Ferreira <small>vaga do PTB</small>
Edinho Montemor <small>vaga do PL</small>		Jorge Gomes
Isaías Silvestre		
Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>		

	<b>PDT</b>	
Manato		Luiz Piauhyllino
Wagner Lago <small>vaga do PP</small>		

	<b>PC do B</b>	
Perpétua Almeida		Daniel Almeida

	<b>PV</b>	
Sarney Filho		Jovino Cândido

	<b>PSOL</b>	
Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>		

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz  
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A  
Telefones: 216-6201/6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".**

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)

1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
------------------	--	------------------

	<b>PT</b>	
--	-----------	--

<p>José Eduardo Cardozo Nilson Mourão Orlando Desconsi Rubens Otoni Sigmaringa Seixas (Dep. do PSOL ocupa a vaga) <b>PMDB</b></p> <p>Cezar Schirmer Eliseu Padilha Paulo Afonso 2 vagas <b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>José Roberto Arruda Luiz Carlos Santos Ney Lopes Ronaldo Caiado <b>PP</b></p> <p>Francisco Turra Romel Anizio 1 vaga <b>PSDB</b></p> <p>Bosco Costa Zenaldo Coutinho (Dep. do PPS ocupa a vaga) <b>PTB</b></p> <p>Fleury Ricardo Izar 1 vaga <b>Bloco PL, PSL</b></p> <p>Almir Sá (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga <b>PPS</b></p> <p>Juíza Denise Frossard 1 vaga <b>PSB</b></p> <p>Alexandre Cardoso João Paulo Gomes da Silva Bloco PL, PSL <b>PDT</b></p> <p>Ademir Camilo <b>PC do B</b></p> <p>Renildo Calheiros <b>PSC</b></p> <p>Costa Ferreira <b>PV</b></p> <p>Marcelo Ortiz <b>PSOL</b></p> <p>Chico Alencar vaga do PT Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6203/6232 FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA DO JUDICIÁRIO).</b></p> <p>Presidente: Átila Lins (PMDB) 1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB) 2º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL) 3º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT) Relator: Paes Landim (PTB) <b>Titulares</b></p>	<p><b>PT</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia Irliny Lopes José Eduardo Cardozo Luiz Alberto Maurício Rands Rubens Otoni</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Albérico Filho Átila Lins Mauro Benevides Mendes Ribeiro Filho Paulo Afonso</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Félix Mendonça José Rocha Paulo Magalhães Robério Nunes</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Bonifácio de Andrada Bosco Costa Vicente Arruda</p> <p><b>PP</b></p> <p>Aginaldo Muniz Benedito de Lira Darci Coelho (Licenciado)</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Fleury Paes Landim 1 vaga</p> <p><b>PL</b></p> <p>Aracely de Paula Inaldo Leitão Milton Monti</p> <p><b>PPS</b></p> <p>Juíza Denise Frossard</p> <p><b>PSB</b></p> <p>Sandra Rosado</p> <p><b>PDT</b></p> <p>Luiz Piauhyllino</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Inácio Arruda</p> <p><b>PV</b></p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p><b>PSOL</b></p> <p>Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6201/6232 FAX: 3216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.</b></p> <p>Presidente: Jamil Murad (PCdoB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Mário Heringer (PDT) <b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Angela Guadagnin Jorge Boeira Maria do Rosário Selma Schons Tarcísio Zimmermann</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>Dra. Clair Nelson Pellegrino 4 vagas</p> <p>Ann Pontes 4 vagas</p> <p>4 vagas</p> <p>Antonio Carlos Pannunzio Helenildo Ribeiro João Campos</p> <p>3 vagas</p> <p>3 vagas</p> <p>Carlos Nader José Santana de Vasconcellos Raimundo Santos</p> <p>Colbert Martins</p> <p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>João Fontes</p> <p>1 vaga</p> <p>1 vaga</p> <p>João Alfredo vaga do PSB</p> <p>6 vagas</p>
--	--

Telma de Souza				Kátia Abreu		Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>	
André de Paula		PFL	Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small>		Ronaldo Caiado		Fernando de Fabinho
Fábio Souto			5 vagas		(Dep. do PP ocupa a vaga)		Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>
Jairo Carneiro					1 vaga		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Laura Carneiro							(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Mendonça Prado							(Dep. do PSC ocupa a vaga)
		PMDB	André Zacharow <small>vaga do PDT</small>		Almerinda de Carvalho		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Cezar Schirmer			João Correia		Asdrubal Bentes		3 vagas
Gilberto Nascimento <small>vaga do PSB</small>			Oswaldo Reis		Bernardo Ariston		
Marcelo Castro			(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Teté Bezerra		
Max Rosenmann			1 vaga				PSDB
Paulo Afonso					Aloysio Nunes Ferreira		Bosco Costa
		PSDB	Carlos Alberto Leréia		(Licenciado)		
Antonio Cambraia			Rafael Guerra		Anivaldo Vale		João Almeida
Eduardo Barbosa			Walter Feldman		Eduardo Barbosa		Júlio Redecker
Thelma de Oliveira			(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Helenildo Ribeiro		Léo Alcântara
Yeda Crusius							PP
		PP	Zonta		Marcos Abramo <small>vaga do PFL</small>		Cleonânicio Fonseca
Benedito de Lira			2 vagas		Zé Lima		Enivaldo Ribeiro
José Linhares					(Dep. do PDT ocupa a vaga)		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Suely Campos					1 vaga		
		PTB	Arnaldo Faria de Sá		Homero Barreto		Pastor Reinaldo
Kelly Moraes			1 vaga		Josué Bengtson		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)							PL
		PL	Wandervall Santos		Medeiros		José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>
Almeida de Jesus			(Dep. do PFL ocupa a vaga)		1 vaga		Luciano Castro
Oliveira Filho							(Dep. do PSC ocupa a vaga)
		PSB	Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		Isaías Silvestre		Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>
Luiza Erundina			2 vagas		Luiza Erundina		(Dep. do PT ocupa a vaga)
Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>							1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)							PPS
		PPS	Geraldo Resende		Colbert Martins		Geraldo Resende
1 vaga			Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Dr. Rodolfo Pereira		João Fontes
					Wagner Lago <small>vaga do PP</small>		
Mário Heringer			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)				PC do B
							PV
Jamil Murad			Alice Portugal		Daniel Almeida		Jamil Murad
					Marcelo Ortiz		1 vaga
Elimar Máximo Damasceno			1 vaga				PSOL
Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar							Chico Alencar <small>vaga do PT</small>
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A							Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>
Telefones: 216-6218 / 6232							
FAX: 216-6225							PSC
							Milton Barbosa <small>vaga do PFL</small>
							Pastor Amarildo <small>vaga do PL</small>
							Zequinha Marinho <small>vaga do PFL</small>
					Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta		
					Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A		
					Telefones: 216.6211		
					FAX: 216.6225		



Roberto Gouveia Rubens Otoni Telma de Souza Vitorassi	4 vagas		Mauro Benevides Nelson Bornier	Benjamin Maranhão Marinha Raupp Mendes Ribeiro Filho
	<b>PMDB</b>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Hermes Parcianello Jorge Alberto Olavo Calheiros (Licenciado) Rose de Freitas 1 vaga		Aníbal Gomes Cezar Schirmer Luiz Bittencourt Marinha Raupp Paulo Lima	Fernando de Fabinho José Carlos Machado Júlio Cesar Laura Carneiro	José Carlos Aleluia Mussa Demes 2 vagas
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		<b>PSDB</b>	
Ivan Ranzolin Ney Lopes Roberto Magalhães Ronaldo Caiado		Aroldo Cedraz 3 vagas	Bosco Costa Gonzaga Mota João Castelo	Antonio Carlos Mendes Thame Paulo Bauer 1 vaga
	<b>PSDB</b>		<b>PP</b>	
João Almeida Jutahy Junior Zenaldo Coutinho		Bonifácio de Andrada Custódio Mattos Vicente Arruda	Cleonânicio Fonseca Francisco Garcia Romel Anizio	Carlos Souza Nelson Meurer (Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	<b>PP</b>		<b>PTB</b>	
Agnaldo Muniz Benedito de Lira Darci Coelho (Licenciado)		3 vagas	Alex Canziani Arnon Bezerra Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá 2 vagas
	<b>PTB</b>		<b>PL</b>	
Fleury Iris Simões Paes Landim		3 vagas	Inaldo Leitão Medeiros Sandro Mabel	Humberto Michiles Reinaldo Betão 1 vaga
	<b>PL</b>		<b>PPS</b>	
Lincoln Portela Miguel de Souza 1 vaga		Júnior Betão Reinaldo Betão 1 vaga	Fernando Estima	Colbert Martins
	<b>PPS</b>		<b>PSB</b>	
Rogério Teófilo		Fernando Coruja	Isaías Silvestre	Barbosa Neto
B. Sá		1 vaga	<b>PDT</b>	
	<b>PDT</b>		<b>PC do B</b>	
João Herrmann Neto		João Fontes	Alceu Collares	João Fontes
	<b>PC do B</b>		Inácio Arruda	1 vaga
Renildo Calheiros		Jandira Feghali	<b>PV</b>	
	<b>PV</b>		Sarney Filho	1 vaga
Jovino Cândido Secretário(a): Ana Lucia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6214 FAX: 3216.6225		1 vaga	<b>PTC</b>	
			Carlos Willian <small>vaga do PT</small> Secretário(a): Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6204/6232 FAX: 3216-6225	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO AO LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SERVIDOR PÚBLICO EM GERAL, E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 479-A, DE 2005, DA SRA. ALMERINDA DE CARVALHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA CONSIDERAR ESTÁVEIS OS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, EM ATUAÇÃO HÁ 9 (NOVE) ANOS OU MAIS".</b>	
Presidente: Jader Barbalho (PMDB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: João Castelo (PSDB)			Presidente: Sandro Matos (PTB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Luiz Sérgio (PT)	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>		<b>PT</b>	
Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo José Pimentel Maurício Rands Rubens Otoni (Dep. do PTC ocupa a vaga)		Dra. Clair 5 vagas	Carlos Santana Devanir Ribeiro Jorge Bittar Luiz Couto Luiz Sérgio	Reginaldo Lopes 4 vagas
	<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>	
Asdrubal Bentes Eunício Oliveira Jader Barbalho		Albérico Filho <small>vaga do PP</small> Almerinda de Carvalho Átila Lins	Almerinda de Carvalho Ann Pontes Benjamin Maranhão Edson Ezequiel Moreira Franco	Chicão Brígido Leonardo Picciani Oswaldo Biolchi Paulo Lima Wladimir Costa
			<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
			Almir Moura Arolde de Oliveira	Alberto Fraga 3 vagas

<p>Fernando de Fabinho Laura Carneiro</p>			<p>José Otávio Germano</p>		
<p><b>PSDB</b></p>			<p><b>PTB</b></p>		
Antonio Joaquim		Marcelo Teixeira	Edir Oliveira		Fernando Gonçalves
Helenildo Ribeiro		Rafael Guerra	Jefferson Campos		Fleury
Thelma de Oliveira		1 vaga	Paes Landim		Romeu Queiroz
<p><b>PP</b></p>			<p><b>PL</b></p>		
Julio Lopes		3 vagas	Almeida de Jesus		Almir Sá
Simão Sessim			Sandro Mabel		José Carlos Araújo
Vanderlei Assis			<p><b>PSB</b></p>		
<p><b>PTB</b></p>			<p>2 vagas</p>		
Arnaldo Faria de Sá		Nelson Marquezelli	Carlos Mota		
Fernando Gonçalves		Paes Landim	Mário Assad Júnior		
Sandro Matos		1 vaga	<p><b>PDT</b></p>		
<p><b>PL</b></p>			<p>André Figueiredo</p>		
Carlos Nader		Paulo Gouvêa	Severiano Alves		
Reinaldo Betão		Reinaldo Gripp	<p><b>PPS</b></p>		
<p><b>PSB</b></p>			<p>Fernando Estima</p>		
Alexandre Cardoso		Josias Quintal	Juíza Denise Frossard		
Jorge Gomes		1 vaga	<p><b>PC do B</b></p>		
<p><b>PDT</b></p>			<p>Inácio Arruda</p>		
Mário Heringer		Manato	Vanessa Grazziotin		
<p><b>PPS</b></p>			<p><b>PV</b></p>		
1 vaga		1 vaga	<p>1 vaga</p>		
<p><b>PC do B</b></p>			<p><b>PSC</b></p>		
Jandira Feghali		Perpétua Almeida	<p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p>		
<p><b>PV</b></p>			<p><b>PSOL</b></p>		
Marcelo Ortiz		Fernando Gabeira	<p>Maninha <small>vaga do PSC</small></p>		
<p><b>PSOL</b></p>			<p>Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho</p>		
Maninha		Babá	<p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p>		
<p>Secretário(a): Maria Terezinha Donati</p>			<p>Telefones: 3216-6203/6232</p>		
<p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p>			<p>FAX: 3216-6225</p>		
<p>Telefones: 3216-6215/6232</p>			<p>FAX: 3216-6225</p>		
<p>FAX: 3216-6225</p>			<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".</b></p>		
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 487-A, DE 2005, DO SR. ROBERTO FREIRE, QUE "DISPÕE SOBRE A DEFENSORIA PÚBLICA, SUAS ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS, VEDAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p>			<p>Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)</p>		
<p>Presidente: Wilson Santiago (PMDB)</p>			<p>1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)</p>		
<p>1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)</p>			<p>2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)</p>		
<p>2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)</p>			<p>3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)</p>		
<p>3º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP)</p>			<p>Relator: Fernando Ferro (PT)</p>		
<p>Relator: Nelson Pellegrino (PT)</p>			<p><b>Titulares</b></p>		
<p><b>Titulares</b></p>			<p><b>Suplentes</b></p>		
<p><b>PT</b></p>			<p><b>PT</b></p>		
Antonio Carlos Biscaia		Eduardo Valverde	Fernando Ferro		Josias Gomes
Luiz Couto		José Eduardo Cardozo	José Pimentel		5 vagas
Nelson Pellegrino		José Mentor	Luiz Bassuma		
Nilson Mourão		Maurício Rands	Virgílio Guimarães		
Vander Loubet		1 vaga	Walter Pinheiro		
<p><b>PMDB</b></p>			<p><b>PFL</b></p>		
Gilberto Nascimento		Albérico Filho	Fernando de Fabinho		Eduardo Sciarra
Mauro Benevides		Ann Pontes	José Carlos Machado		Júlio Cesar
Nelson Trad		Mendes Ribeiro Filho	José Rocha		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Osmar Serraglio		Teté Bezerra	Luiz Carreira		2 vagas
Wilson Santiago		1 vaga	Osvaldo Coelho		
<p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p>			<p><b>PMDB</b></p>		
André de Paula		4 vagas	<p>4 vagas</p>		
Antonio Carlos Magalhães Neto			<p><b>PSDB</b></p>		
Fernando de Fabinho			<p>Antonio Cambraia</p>		
Murilo Zauith			<p>Narcio Rodrigues</p>		
<p><b>PSDB</b></p>			<p>Vicente Arruda</p>		
Carlos Sampaio		Bosco Costa	<p>Walter Feldman</p>		
João Campos		Helenildo Ribeiro	<p><b>PP</b></p>		
Zulaiê Cobra		Léo Alcântara	<p>João Leão <small>vaga do PL</small></p>		
<p><b>PP</b></p>			<p>3 vagas</p>		
Enivaldo Ribeiro		Agnaldo Muniz	<p><b>PTB</b></p>		
Feu Rosa		2 vagas	<p>Jackson Barreto</p>		
			<p>Jonival Lucas Junior</p>		

(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga	
Heleno Silva	PL	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>	
Jaime Martins		(Dep. do PP ocupa a vaga)	
		1 vaga	
Givaldo Carimbão	PSB		2 vagas
Gonzaga Patriota			
Marcondes Gadelha		<small>vaga do PTB</small>	
Raul Jungmann	PPS	Colbert Martins	
Mário Heringer	PDT	Severiano Alves	
Daniel Almeida	PC do B		1 vaga
Elimar Máximo Damasceno	PRONA		1 vaga
Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6218/6232			
FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 533-A, DE 2006, DO SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, QUE "ACRESCENTA O INCISO VI AO ART. 51, O INCISO XVI AO ART. 52, MODIFICA OS §§2º E 3º DO ART. 55, ACRESCENTA O §5º AO ART. 55 E A ALÍNEA 'S' AO INCISO I DO ART. 102, PARA ATRIBUIR AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A COMPETÊNCIA PARA JULGAR PARLAMENTAR EM DETERMINADOS CASOS DE PERDA DE MANDATO (ART. 55, I E II), APÓS ADMITIDO O PROCESSO, POR VOTAÇÃO OSTENSIVA E MAIORIA ABSOLUTA, PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS OU PELO SENADO FEDERAL".</b>			
Presidente: Jairo Carneiro (PFL)			
1º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)			
2º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL)			
3º Vice-Presidente: Feu Rosa (PP)			
Relator: Fleury (PTB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	PT		
Carlos Abicalil		5 vagas	
José Eduardo Cardozo			
Luiz Couto			
Luiz Eduardo Greenhalgh			
Maurício Rands			
	PMDB		5 vagas
Adelor Vieira			
Albérico Filho			
Alexandre Santos			
Almerinda de Carvalho			
André Zacharow			
Eduardo Cunha		<small>vaga do PSC</small>	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Jairo Carneiro		4 vagas	
Mendonça Prado			
Paulo Magalhães			
Roberto Magalhães			
	PSDB		
Custódio Mattos		Antonio Carlos Pannunzio	
Gonzaga Mota		Bosco Costa	
Gustavo Fruet		Ronaldo Cezar Coelho	
	PP		3 vagas
Feu Rosa			
Leodegar Tiscoski			
Nilton Baiano			
	PTB		
Arnaldo Faria de Sá		Alex Canziani	
Arnon Bezerra		Jackson Barreto	
Fleury		Romeu Queiroz	
	PL		
Inaldo Leitão		Almir Sá	
José Carlos Araújo		José Santana de Vasconcellos	
	PSB		2 vagas
Marcondes Gadelha			
Renato Casagrande			
	PDT		
Mário Heringer		Enio Bacci	
	PPS		
Juíza Denise Frossard		Dr. Francisco Gonçalves	
	PC do B		1 vaga
Agnelo Queiroz			
	PV		
Marcelo Ortiz		Jovino Cândido	
	PSC		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Dr. Heleno	
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho-			
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A			
Telefones: 3216-6206			
FAX: 3216.6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".</b>			
Presidente: Iara Bernardi (PT)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	PT		
Antonio Carlos Biscaia		Durval Orlato	
Devanir Ribeiro		José Mentor	
Eduardo Valverde		Odair Cunha	
Iara Bernardi		Patrus Ananias (Licenciado)	
Paulo Rubem Santiago		2 vagas	
1 vaga			
	PFL		
César Bandeira		Abelardo Lupion	
Coriolano Sales		(Dep. do PL ocupa a vaga)	
Dr. Pinotti		3 vagas	
Edmar Moreira		<small>vaga do PL</small>	
Félix Mendonça			
1 vaga			
	PMDB		
Benjamin Maranhão		Cabo Júlio	
Cezar Schirmer		Osmar Serraglio	
Gilberto Nascimento		Silas Brasileiro	
Mauro Lopes		1 vaga	
	PSDB		
João Campos		Bosco Costa	
Zenaldo Coutinho		Helenildo Ribeiro	
Zulaiê Cobra		Itamar Serpa	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Vicente Arruda	
	PP		
Francisco Garcia		Érico Ribeiro	
Nelson Meurer		Julio Lopes	
1 vaga		Leodegar Tiscoski	
	PTB		
Arnaldo Faria de Sá		Ricardo Izar	
Nelson Marquezelli		Romeu Queiroz	
	PL		
Coronel Alves		Humberto Michiles	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)		José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>	
		Maurício Rabelo	
	PSB		2 vagas
Givaldo Carimbão			
Gonzaga Patriota			

Geraldo Resende Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Dimas Ramalho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Mário Heringer
Pompeo de Mattos	<b>PPS</b>		<b>PC do B</b>	1 vaga
Perpétua Almeida	<b>PDT</b>	Mário Heringer	<b>PV</b>	Sarney Filho
Jovino Cândido	<b>PC do B</b>	1 vaga	<b>PSOL</b>	Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz	<b>PV</b>	Leonardo Mattos	<b>PTC</b>	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Carlos Willian <small>vaga do PSB</small>	
Telefones: 216-6201 / 6232			Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas	
FAX: 216-6225			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
			Telefones: 216-6212 / 6232	
			FAX: 216-6225	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".</b>				
Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)				
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)				
2º Vice-Presidente:				
3º Vice-Presidente:				
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)				
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		
	<b>PT</b>	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
Dra. Clair		5 vagas		
Eduardo Valverde				
Gilmar Machado				
Guilherme Menezes				
Iriny Lopes				
João Magno				
	<b>PFL</b>	Murilo Zauith		
Coriolano Sales		(Dep. do PP ocupa a vaga)		
Eduardo Sciarra		3 vagas		
Fábio Souto				
Fernando de Fabinho				
1 vaga	<b>PMDB</b>	4 vagas		
André Zacharow <small>vaga do PDT</small>				
Mauro Lopes				
Rose de Freitas <small>vaga do PSDB</small>				
Wilson Santiago				
Zé Gerardo				
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	<b>PSDB</b>	Affonso Camargo		
Custódio Mattos		Narcio Rodrigues		
Gustavo Fruet <small>vaga do PMDB</small>		Sebastião Madeira		
João Almeida		1 vaga		
Luiz Carlos Hauly				
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	<b>PP</b>	Darci Coelho (Licenciado) <small>vaga do PFL</small>		
Dilceu Sperafico		Mário Negromonte		
Herculano Anghinetti		2 vagas		
1 vaga	<b>PTB</b>	2 vagas		
Iris Simões				
José Militão	<b>PL</b>	Chico da Princesa		
Oliveira Filho		(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	<b>PSB</b>	Carlos Mota <small>vaga do PL</small>		
Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small>		2 vagas		
Pastor Francisco Olímpio				
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	Cezar Silvestri		
Geraldo Thadeu	<b>PDT</b>			

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Mário Heringer
Jamil Murad	<b>PC do B</b>	1 vaga
Leonardo Mattos	<b>PV</b>	Sarney Filho
	<b>PSOL</b>	Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>
	<b>PTC</b>	
Carlos Willian <small>vaga do PSB</small>		
Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6212 / 6232		
FAX: 216-6225		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 603, DE 1998, QUE "REVOGA O § 3º DO ART. 49 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (EXCLUINDO A APLICAÇÃO DA ENFITEUSE AOS TERRENOS DE MARINHA SITUADOS NA FAIXA DE SEGURANÇA NA ORLA MARÍTIMA).</b>		
Presidente: Feu Rosa (PP)		
1º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)		
2º Vice-Presidente: Pedro Fernandes (PTB)		
3º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB)		
Relator: Telma de Souza (PT)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	Selma Schons
Carlito Merss		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Luiz Sérgio		4 vagas
Mauro Passos		
Telma de Souza		
Zezéu Ribeiro		
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>	Moraes Souza
Alexandre Santos		4 vagas
André Zacharow <small>vaga do PDT</small>		
Eliseu Padilha		
Gilberto Nascimento		
Max Rosenmann		
Rose de Freitas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	José Carlos Machado
Félix Mendonça		3 vagas
Júlio Cesar		
Laura Carneiro		
Paulo Magalhães	<b>PSDB</b>	Affonso Camargo
Gonzaga Mota		Antonio Carlos Pannunzio
Luiz Carlos Hauly		Antonio Joaquim <small>vaga do PP</small>
Yeda Crusius		João Castelo
	<b>PP</b>	Jair Bolsonaro <small>vaga do PTB</small>
Feu Rosa		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
João Leão <small>vaga do PL</small>		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Julio Lopes		1 vaga
Leodegar Tiscoski	<b>PTB</b>	José Chaves
Jackson Barreto		Paes Landim
Pedro Fernandes		(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga	<b>PL</b>	Coronel Alves
Almir Sá		José Santana de Vasconcellos
Reinaldo Betão		Luciano Castro
(Dep. do PP ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	Cláudio Magrão
1 vaga	<b>PSB</b>	1 vaga
Renato Casagrande	<b>PDT</b>	



<p>André Costa <small>vaga do PT</small></p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Alice Portugal 1 vaga</p> <p><b>PV</b></p> <p>Sarney Filho Jovino Cândido</p> <p><b>PSOL</b></p> <p>Chico Alencar <small>vaga do PT</small></p> <p><b>PSC</b></p> <p>Dr. Heleno <small>vaga do PP</small></p> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6209/6232 FAX: 3216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p> <p>Presidente: Colbert Martins (PPS) 1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT) 2º Vice-Presidente: Teté Bezerra (PMDB) 3º Vice-Presidente: José Carlos Machado (PFL) Relator: Julio Lopes (PP)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Iara Bernardi Maria do Carmo Lara Orlando Desconsi Simplicio Mário Terezinha Fernandes Zezéu Ribeiro</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Alexandre Santos Marinha Raupp Moreira Franco Teté Bezerra Zé Gerardo</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Betinho Rosado José Carlos Machado Oswaldo Coelho Paulo Magalhães</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame Julio Semeghini Rafael Guerra</p> <p><b>PP</b></p> <p>Julio Lopes Vanderlei Assis Zé Lima</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Jackson Barreto Nelson Marquezelli Pedro Fernandes</p> <p><b>PL</b></p> <p>Jaime Martins Jorge Pinheiro Sandro Mabel</p> <p><b>PPS</b></p> <p>Colbert Martins</p> <p>1 vaga</p> <p>Severiano Alves</p>	<p>Álvaro Dias</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Inácio Arruda</p> <p><b>PV</b></p> <p>Fernando Gabeira</p> <p>Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p> <p>Presidente: Sandra Rosado (PSB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PPS)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Iara Bernardi Luci Choinacki Maria do Rosário Selma Schons Telma de Souza 1 vaga</p> <p><b>PFL</b></p> <p>Celcita Pinheiro Kátia Abreu Laura Carneiro Nice Lobão Zelinda Novaes</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Almerinda de Carvalho Ann Pontes Marinha Raupp (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Professora Raquel Teixeira Thelma de Oliveira Yeda Crusius (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p><b>PP</b></p> <p>Benedito de Lira Cleonânicio Fonseca Suely Campos</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Elaine Costa (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p><b>PL</b></p> <p>Maurício Rabelo Oliveira Filho</p> <p><b>PSB</b></p> <p>Luiza Erundina Maria Helena <small>vaga do PPS</small> Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small> 1 vaga</p> <p><b>PPS</b></p> <p>Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small> Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small> (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PDT</b></p> <p>Alceu Collares</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>Alice Portugal</p> <p><b>PV</b></p> <p>Fernando Gabeira</p> <p><b>PSOL</b></p>	<p>Vanessa Grazziotin</p> <p>Edson Duarte</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>Iriny Lopes (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 4 vagas</p> <p>Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small> (Dep. do PDT ocupa a vaga) 4 vagas</p> <p>Benjamin Maranhão Lúcia Braga Teté Bezerra 1 vaga</p> <p>Eduardo Barbosa Ronaldo Dimas Sebastião Madeira Zulaiê Cobra</p> <p>Celso Russomanno 2 vagas</p> <p>Kelly Moraes 1 vaga</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p> <p>Carlos Mota <small>vaga do PL</small> 2 vagas</p> <p>Geraldo Thadeu</p> <p>Álvaro Dias <small>vaga do PFL</small> Renato Cozzolino</p> <p>Jandira Feghali</p> <p>Leonardo Mattos</p>
---	--	---

Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225		Maninha <small>vaga do PT</small>	vaga)	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>				
Presidente: 1º Vice-Presidente: Enio Tatiko (PTB) 2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) 3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL) Relator: Sérgio Miranda (PDT)				
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		
<b>PT</b>				
João Grandão José Pimentel Paulo Bernardo (Licenciado) Paulo Rubem Santiago Vander Loubet 1 vaga		6 vagas		
<b>PMDB</b>				
Átila Lins <small>vaga do PPS</small> Eliseu Padilha Marcelino Fraga Max Rosenmann Nelson Trad Zé Gerardo		5 vagas		
<b>Bloco PFL, PRONA</b>				
Abelardo Lupion Corauci Sobrinho Mussa Demes 1 vaga	Edmar Moreira <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Eduardo Sciarra Pauderney Avelino (Dep. do PSDB ocupa a vaga) 1 vaga			
<b>PP</b>				
Ricardo Barros Zonta 1 vaga	João Leão <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> 3 vagas			
<b>PSDB</b>				
João Almeida Léo Alcântara 1 vaga	Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Paulo Bauer Walter Feldman			
<b>PTB</b>				
Elaine Costa Enio Tatiko José Militão	José Chaves (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga			
<b>Bloco PL, PSL</b>				
José Santana de Vasconcellos Miguel de Souza Milton Monti	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga			
<b>PPS</b>				
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small> Geraldo Thadeu 1 vaga			
<b>PSB</b>				
Gonzaga Patriota				
<b>PDT</b>				
Mário Heringer Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>	André Figueiredo			
<b>PC do B</b>				
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Vanessa Grazziotin			
<b>PSC</b>				
(Dep. do PTC ocupa a	Zequinha Marinho			

Secretário(a): Carla Medeiros Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225		Maninha <small>vaga do PSC</small>	vaga)	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE".</b>				
Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB) 1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PMDB) 2º Vice-Presidente: Jorge Alberto (PMDB) 3º Vice-Presidente: Marcos Abramo (PP) Relator: Cezar Silvestri (PPS)				
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		
<b>PT</b>				
César Medeiros Dr. Rosinha Fernando Ferro Luciano Zica Orlando Desconsi Selma Schons		Angela Guadagnin Colombo Iara Bernardi Leonardo Monteiro Mariângela Duarte Mauro Passos		
<b>PMDB</b>				
Benjamin Maranhão Jorge Alberto Max Rosenmann Nelson Trad Pedro Chaves		Albérico Filho Alexandre Santos <small>vaga do PP</small> Chicão Brígido Gervásio Oliveira Marcelo Castro Natan Donadon		
<b>Bloco PFL, PRONA</b>				
Betinho Rosado José Carlos Machado Júlio Cesar (Dep. do PP ocupa a vaga)		Alberto Fraga Eduardo Sciarra Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small> Ronaldo Caiado (Dep. do PSC ocupa a vaga)		
<b>PSDB</b>				
Antonio Carlos Mendes Thame Léo Alcântara Ronaldo Dimas		Eduardo Barbosa Julio Semeghini Rafael Guerra		
<b>PP</b>				
Celso Russomanno Enivaldo Ribeiro Feu Rosa Marcos Abramo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Dr. Benedito Dias Leodegar Tiscoski (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
<b>PTB</b>				
José Militão Jovair Arantes Neuton Lima		Fleury Jefferson Campos Ricarte de Freitas		
<b>PL</b>				
Amauri Gasques Jorge Pinheiro Remi Trinta		Paulo Gouvêa (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		
<b>PPS</b>				
Cezar Silvestri		Geraldo Resende		
<b>PSB</b>				
Dr. Ribamar Alves		Carlos Mota <small>vaga do PL</small> Gonzaga Patriota		
<b>PDT</b>				
Mário Heringer		Álvaro Dias		
<b>PC do B</b>				
Jamil Murad		1 vaga		
<b>PV</b>				
Leonardo Mattos		Edson Duarte		

<p><b>PSC</b></p> <p>Secretário(a): Leila Machado Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6212/6232 FAX: 3216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p> <p>Presidente: Bismarck Maia (PSDB) 1º Vice-Presidente: João Grandão (PT) 2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB) 3º Vice-Presidente: Costa Ferreira (PSC) Relator: Alex Canziani (PTB)</p>		
<p>Dr. Heleno <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p>		
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>		
João Grandão	César Medeiros	
José Pimentel	5 vagas	
Reginaldo Lopes		
Rubens Otoni		
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
<b>PMDB</b>		
Carlos Eduardo Cadoca	5 vagas	
Pedro Chaves		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		
1 vaga		
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Fábio Souto	4 vagas	
Marcelo Guimarães Filho		
Ney Lopes		
1 vaga		
<b>PP</b>		
Dr. Benedito Dias	Francisco Garcia	
Herculano Anghinetti	João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
João Pizzolatti	2 vagas	
<b>PSDB</b>		
Bismarck Maia	Eduardo Paes	
Carlos Alberto Leréia	Luiz Carlos Haully	
Domiciano Cabral (Licenciado)	Professora Raquel Teixeira	
Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>		
<b>PTB</b>		
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>	Arnon Bezerra	
Alex Canziani	Jovair Arantes	
José Militão	Marcus Vicente	
Josué Bengtson		
<b>Bloco PL, PSL</b>		
Chico da Princesa	(Dep. do PP ocupa a vaga)	
Reinaldo Betão	2 vagas	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
<b>PPS</b>		
Geraldo Thadeu	Nelson Proença	
<b>PSB</b>		
Isaías Silvestre	Barbosa Neto	
João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		
<b>PDT</b>		
André Costa <small>vaga do PT</small>	Álvaro Dias	
Severiano Alves		
<b>PC do B</b>		
Perpétua Almeida	1 vaga	
<b>PSC</b>		
Costa Ferreira	1 vaga	
<b>PV</b>		
1 vaga	1 vaga	
<b>PSOL</b>		
Maninha <small>vaga do PT</small>		

<p>Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 3216.6207 FAX: 3216.6232</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 2.671, DE 1989, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL - AEHC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PL 2316/03 - CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS - APENSADO).</b></p> <p>Presidente: Simão Sessim (PP) 1º Vice-Presidente: Nélio Dias (PP) 2º Vice-Presidente: Moreira Franco (PMDB) 3º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL) Relator: Daniel Almeida (PCdoB)</p>		
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>		
Dra. Clair	Devanir Ribeiro	
Eduardo Valverde	Fernando Ferro	
Hélio Esteves	Ivo José	
Luciano Zica	Luiz Bassuma	
Luiz Alberto	Paulo Rubem Santiago	
Marco Maia	1 vaga	
<b>PMDB</b>		
Eliseu Padilha	Alexandre Santos	
João Magalhães	Eduardo Cunha	
Lupércio Ramos	Max Rosenmann	
Moreira Franco	Nelson Bornier	
Wladimir Costa	Paulo Lima	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Betinho Rosado	Almir Moura	
Carlos Melles	Claudio Cajado	
Eduardo Sciarra	Fernando de Fabinho	
Gervásio Silva	Gerson Gabrielli	
<b>PSDB</b>		
Carlos Sampaio	Antonio Cambraia	
Júlio Redecker	Julio Semeghini	
Paulo Feijó	Nicias Ribeiro	
<b>PP</b>		
João Pizzolatti	Celso Russomanno	
Nélio Dias	Feu Rosa	
Simão Sessim	Ricardo Barros	
<b>PTB</b>		
Marcus Vicente	Alex Canziani	
Nelson Marquzezelli	Paes Landim	
Sandro Matos	Ricardo Izar	
<b>PL</b>		
José Carlos Araújo	Aracely de Paula	
Júnior Betão	Jorge Pinheiro	
Wellington Roberto	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
<b>PPS</b>		
Fernando Estima	Dimas Ramalho	
<b>PSB</b>		
Beto Albuquerque	João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>	
	Josias Quintal <small>vaga do PC do B</small>	
	Pastor Francisco Olímpio	
<b>PDT</b>		
Mário Heringer	Severiano Alves	
<b>PC do B</b>		
Daniel Almeida	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
<b>PV</b>		
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	1 vaga	
<b>PSC</b>		
Deley <small>vaga do PV</small>		
<p>Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6207/6232 FAX: 3216-6225</p>		

<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SR. BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO" (ESTABELECEndo QUE, PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR, IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO).</b> Presidente: José Eduardo Cardozo (PT) 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 2º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP) 3º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB) Relator: Barbosa Neto (PSB)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
José Eduardo Cardozo		Durval Orlato
Maria do Carmo Lara		Luciano Zica
Roberto Gouveia		Mariângela Duarte
Tarcísio Zimmermann		2 vagas
Zezéu Ribeiro		
	<b>PMDB</b>	
Albérico Filho		Carlos Eduardo Cadoca
Benjamin Maranhão		Cezar Schirmer
Edinho Bez		Mauro Lopes
Leandro Vilela		Nelson Trad
Marinha Raupp		Osmar Terra
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Eduardo Sciarra		4 vagas
Jorge Khoury		
Onyx Lorenzoni		
Pauderney Avelino		
	<b>PSDB</b>	
Custódio Mattos		Bosco Costa
Gustavo Fruet		Paulo Bauer
Walter Feldman		Zenaldo Coutinho
	<b>PP</b>	
Herculano Anghinetti		3 vagas
Julio Lopes		
Márcio Reinaldo Moreira		
	<b>PTB</b>	
Alex Canziani		Arnaldo Faria de Sá
Jackson Barreto		José Chaves
Ricardo Izar		Ricarte de Freitas
	<b>PL</b>	
Jorge Pinheiro		Inaldo Leitão
Miguel de Souza		José Santana de Vasconcellos
	<b>PSB</b>	
Barbosa Neto		2 vagas
Givaldo Carimbão		
	<b>PDT</b>	
Luiz Piauhyllino		1 vaga
	<b>PPS</b>	
Dimas Ramalho		Fernando Estima
	<b>PC do B</b>	
Jamil Murad		1 vaga
	<b>PV</b>	
Sarney Filho		1 vaga
	<b>PSC</b>	
1 vaga		1 vaga
Secretário(a): Regina Veiga		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A		
Telefones: 3216-6216		
FAX: 3216-6225		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE</b>		

<b>SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b> Presidente: Walter Pinheiro (PT) 1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL) 2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP) 3º Vice-Presidente: Relator: Leonardo Picciani (PMDB)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Fernando Ferro		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Eduardo Valverde
Luciano Zica		José Pimentel
Mauro Passos		Telma de Souza
Terezinha Fernandes		Zezéu Ribeiro
Walter Pinheiro		1 vaga
	<b>PMDB</b>	
Eliseu Padilha		Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>
Mauro Lopes		Darcísio Perondi
Moreira Franco		Eduardo Cunha
Osmar Serraglio		Gilberto Nascimento
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Eduardo Sciarra		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Rodrigo Maia
José Roberto Arruda		(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
Vilmar Rocha		1 vaga
	<b>PP</b>	
Dr. Benedito Dias		Julio Lopes
Francisco Appio		Leodegar Tiscoski
Ricardo Barros		Vadão Gomes
	<b>PSDB</b>	
Alberto Goldman		Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame		Ronaldo Cezar Coelho
Bismarck Maia		Ronaldo Dimas
	<b>PTB</b>	
Iris Simões		Fleury
Jackson Barreto		Jovair Arantes
Jonival Lucas Junior		Nelson Marquezelli
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
José Santana de Vasconcellos		Jaime Martins
Luciano Castro		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Medeiros
	<b>PPS</b>	
Fernando Coruja		Roberto Freire
	<b>PSB</b>	
Mário Assad Júnior <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		1 vaga
Renato Casagrande		
	<b>PDT</b>	
André Figueiredo		Severiano Alves
Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>		
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		
	<b>PC do B</b>	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Inácio Arruda
	<b>PSC</b>	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Deley <small>vaga do PV</small>
	<b>PV</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	<b>PV</b>	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		
Sarney Filho		
Secretário(a): Leila Machado		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		



Telefones: 216-6212  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO  
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Leonardo Mattos (PV)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Celso Russomanno (PP)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>		
Angela Guadagnin		Vadinho Baão
Antônio Carlos Biffi		5 vagas
Assis Miguel do Couto		
Luci Choinacki		
Maria do Rosário		
Neyde Aparecida		
<b>PMDB</b>		
Almerinda de Carvalho		5 vagas
Marinha Raupp		
Oswaldo Biolchi		
Rose de Freitas		
1 vaga		
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Laura Carneiro	Marcos de Jesus	vaga do Bloco PL, PSL
Zelinda Novaes		4 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		
1 vaga		
<b>PP</b>		
Celso Russomanno	José Linhares	
Ildeu Araujo	Suely Campos	
Julio Lopes		1 vaga
<b>PSDB</b>		
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra	
João Campos	Walter Feldman	
Thelma de Oliveira	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	
<b>PTB</b>		
Arnaldo Faria de Sá	Fleury	
Pastor Reinaldo	Marcus Vicente	
Ricardo Izar		1 vaga
<b>Bloco PL, PSL</b>		
Lincoln Portela	Coronel Alves	
Maurício Rabelo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA	
Paulo Gouvêa	ocupa a vaga)	
	1 vaga	
<b>PPS</b>		
Geraldo Thadeu	Cláudio Magrão	
	Juíza Denise Frossard	vaga do PSDB
<b>PSB</b>		
Luciano Leitoa		1 vaga
<b>PDT</b>		
Severiano Alves	Enio Bacci	
<b>PC do B</b>		
Daniel Almeida		1 vaga
<b>PSC</b>		
Milton Barbosa	Costa Ferreira	vaga do Bloco PFL, PRONA
Pastor Amarildo	Deley	vaga do PV
<b>PV</b>		
Leonardo Mattos	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho		
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A		
Telefones: 216.6203		
FAX: 216.6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA  
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E**

**ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A  
JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE  
JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)

1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB)

3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)

Relator: Reginaldo Lopes (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>		
Carlos Abicalil		Fátima Bezerra
Ivo José		Iara Bernardi
Reginaldo Lopes		João Grandão
Roberto Gouveia		Odair Cunha
Selma Schons		Zico Bronzeado
Vignatti		1 vaga
<b>PMDB</b>		
Ann Pontes	André Zacharow	vaga do PSB
Benjamin Maranhão	Marinha Raupp	
Darcísio Perondi	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Leandro Vilela		3 vagas
Rose de Freitas		
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Celcita Pinheiro	André de Paula	
Clóvis Fecury (Licenciado)		3 vagas
Davi Alcolumbre		
Murilo Zauith		
<b>PSDB</b>		
Eduardo Barbosa	Ana Alencar	
Lobbe Neto	Rafael Guerra	
Zenaldo Coutinho	Thelma de Oliveira	
<b>PP</b>		
Nilton Baiano	Feu Rosa	
Zonta		2 vagas
1 vaga		
<b>PTB</b>		
Elaine Costa	Alceste Almeida	vaga do PMDB
Homero Barreto	Alex Canziani	
1 vaga		2 vagas
<b>PL</b>		
Giacobo	Jorge Pinheiro	
Júnior Betão	Neucimar Fraga	
Maurício Rabelo	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
<b>PPS</b>		
Rogério Teófilo	Geraldo Thadeu	
<b>PSB</b>		
Luciano Leitoa	João Mendes de Jesus	vaga do PL
	Sandra Rosado	vaga do PC do B
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
<b>PDT</b>		
André Figueiredo	Pompeo de Mattos	
<b>PC do B</b>		
Alice Portugal	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
<b>PV</b>		
Jovino Cândido		1 vaga
Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6235/6232		
FAX: 216-6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PROJETO DE LEI Nº 4.679, DE 2001, QUE "DISPÕE  
SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ADIÇÃO DE FARINHA DE  
MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE  
MANDIOCA OU DE FÉCULA DE MANDIOCA À FARINHA DE  
TRIGO".**

Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)

1º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

2º Vice-Presidente: João Grandão (PT)

3º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)

Relator: Nilson Mourão (PT)				Leandro Vilela		Paulo Lima	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		Marinha Raupp		4 vagas	
<b>PT</b>		Reginaldo Lopes		Wilson Santiago			
Assis Miguel do Couto		4 vagas		(Dep. do PRB ocupa a vaga)			
João Grandão				1 vaga			
Nazareno Fonteles				<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Nilson Mourão				Dr. Pinotti		4 vagas	
Roberto Gouveia				Gerson Gabrielli			
<b>PMDB</b>		Oswaldo Reis		José Roberto Arruda			
Ann Pontes		4 vagas		Laura Carneiro			
Gervásio Oliveira				Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small>			
Moacir Micheletto				<b>PSDB</b>		Julio Semeghini	
Rose de Freitas				Bismarck Maia		Narcio Rodrigues	
Waldemir Moka				João Castelo		Yeda Crusius	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Moroni Torgan		Lobbe Neto			
Eduardo Sciarra		3 vagas		Julio Lopes		<b>PP</b>	
Fernando de Fabinho				Nilton Baiano		João Pizzolatti	
Ivan Ranzolin				Sandes Júnior		Luis Carlos Heinze	
Onyx Lorenzoni						1 vaga	
<b>PSDB</b>		Júlio Redecker		Arnon Bezerra		Nelson Marquezelli	
Antonio Carlos Mendes Thame		Leonardo Vilela		Enio Tatiko <small>vaga do PL</small>		(Dep. do PPS ocupa a vaga)	
Átila Lira		Luiz Carlos Hauly		Neuton Lima		1 vaga	
Raimundo Gomes de Matos				Osmânio Pereira			
<b>PP</b>		Nélio Dias		<b>PL</b>		Lincoln Portela	
Benedito de Lira		2 vagas		Miguel de Souza		2 vagas	
Dilceu Sperafico				(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Nelson Meurer				(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)			
<b>PTB</b>		José Militão		<b>PPS</b>		Colbert Martins	
Arnaldo Faria de Sá		2 vagas		Geraldo Thadeu		Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>	
Carlos Dunga							
Josué Bengtson				<b>PSB</b>		1 vaga	
<b>PL</b>		Almir Sá		Pastor Francisco Olímpio			
Sandro Mabel		Wellington Fagundes		Manato		Pompeo de Mattos	
Wellington Roberto				<b>PDT</b>			
<b>PSB</b>		2 vagas		<b>PC do B</b>		1 vaga	
B. Sá				Alice Portugal			
Edinho Montemor				Marcelo Ortiz		Edson Duarte	
<b>PDT</b>		Ademir Camilo		<b>PV</b>			
Maurício Quintella Lessa		Rogério Teófilo		<b>PRB</b>			
<b>PPS</b>		1 vaga		Vieira Reis <small>vaga do PMDB</small>			
<b>PC do B</b>		Sarney Filho		Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho			
<b>PV</b>		1 vaga		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
<b>PSC</b>				Telefones: 216-6206/6232			
1 vaga				FAX: 216-6225			
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta				<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".</b>			
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A				Presidente: Deley (PSC)			
Telefones: 3216-6211				1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)			
FAX: 3216-6225				2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)			
				3º Vice-Presidente:			
				Relator: Gilmar Machado (PT)			
				<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
				<b>PT</b>		Antônio Carlos Biffi	
				César Medeiros		5 vagas	
				Dr. Rosinha			
				Gilmar Machado			
				João Grandão			
				Jorge Bittar			
				1 vaga			
				<b>PMDB</b>		Nelson Bornier	
				Aníbal Gomes		Tadeu Filippelli	
				Darcísio Perondi		3 vagas	
				Gastão Vieira			
				Pedro Chaves			

Wilson Santiago			José Rocha		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Marcelo Guimarães Filho	vaga do PL	
José Roberto Arruda		Claudio Cajado	1 vaga		
José Rocha		Corauci Sobrinho		<b>PSDB</b>	
Marcelo Guimarães Filho		Onyx Lorenzoni			Carlos Alberto Leréia
Ronaldo Caiado		1 vaga	Antonio Cambraia		Lobbe Neto
	<b>PP</b>		Bismarck Maia		Nilson Pinto
Julio Lopes		João Tota	1 vaga	<b>PP</b>	
2 vagas		vaga do Bloco PL, PSL			João Pizzolatti
	<b>PSDB</b>		Enivaldo Ribeiro		2 vagas
Bismarck Maia		Lobbe Neto		<b>PTB</b>	
Léo Alcântara		Nilson Pinto	José Militão		Arnaldo Faria de Sá
1 vaga		Professora Raquel Teixeira	Jovair Arantes		Enio Tatico
	<b>PTB</b>		Marcus Vicente		vaga do PL
José Militão		Arnaldo Faria de Sá		<b>PL</b>	Josué Bengtson
Jovair Arantes		Josué Bengtson			Sandro Matos
Marcus Vicente		Sandro Matos			
	<b>Bloco PL, PSL</b>		Giacobo		(Dep. do PSB ocupa a
Reinaldo Betão		Maurício Rabelo			vaga)
2 vagas		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Reinaldo Betão		(Dep. do PTB ocupa a
		(Dep. do PP ocupa a vaga)			vaga)
	<b>PPS</b>		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a		1 vaga
Cláudio Magrão		Colbert Martins		<b>PPS</b>	
	<b>PSB</b>		Geraldo Resende		Cláudio Magrão
Dr. Ribamar Alves		João Mendes de Jesus		<b>PSB</b>	
		vaga do Bloco PL, PSL	Dr. Ribamar Alves		Edinho Montemor
	<b>PDT</b>	Luciano Leitoa			vaga do PL
André Figueiredo		Pompeo de Mattos		<b>PDT</b>	Luciano Leitoa
	<b>PC do B</b>		André Figueiredo		João Fontes
Daniel Almeida		1 vaga		<b>PC do B</b>	
	<b>PSC</b>		Daniel Almeida		1 vaga
Deley		Costa Ferreira		<b>PV</b>	
vaga do PV			Marcelo Ortiz		1 vaga
(Dep. do PTC ocupa a				<b>PSC</b>	
vaga)	<b>PV</b>		Deley		vaga do PMDB
(Dep. do PSC ocupa a		Leonardo Mattos			
vaga)	<b>PTC</b>				
Carlos Willian					
vaga do PSC					
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta					
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A					
Telefones: 216.6211					
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5234, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "INSTITUI A PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, CRIA O PROGRAMA FEDERAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>		
Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)			Presidente: Thelma de Oliveira (PSDB)		
1º Vice-Presidente: Carlos Melles (PFL)			1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)		
2º Vice-Presidente: Marcus Vicente (PTB)			2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)		
3º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)			3º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)		
Relator: Enivaldo Ribeiro (PP)			Relator: Luiza Erundina (PSB)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>			<b>PT</b>	
Gilmar Machado		Dr. Rosinha	Iara Bernardi		5 vagas
Ivo José		5 vagas	Luiz Couto		
Nelson Pellegrino			Maria do Carmo Lara		
Simplicio Mário			Maria do Rosário		
Vadinho Baião			Terezinha Fernandes		
1 vaga				<b>PMDB</b>	
	<b>PMDB</b>		Almerinda de Carvalho		Ann Pontes
Bernardo Ariston		5 vagas	Marinha Raupp		Lúcia Braga
Mendes Ribeiro Filho			Rose de Freitas		3 vagas
Pedro Chaves			Teté Bezerra		
Wilson Santiago			Thaís Barbosa		
(Dep. do PSC ocupa a vaga)				<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Celcita Pinheiro		4 vagas
Carlos Melles		4 vagas	Laura Carneiro		
Claudio Cajado			Nice Lobão		
			1 vaga		





Gonzaga Mota Julio Semeghini Léo Alcântara Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>		3 vagas	Teté Bezerra		
<b>PP</b> Celso Russomanno Francisco Dornelles Marcos Abramo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Romel Anizio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Julio Lopes Simão Sessim	<b>PSDB</b> Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small> Thelma de Oliveira		Professora Raquel Teixeira Yeda Crusius 2 vagas
<b>PTB</b> Jonival Lucas Junior Marcus Vicente Romeu Queiroz (Dep. do PSB ocupa a vaga)		Alex Canziani Enio Tatício <small>vaga do PL</small> Paes Landim Pedro Fernandes 1 vaga	<b>PP</b> Darci Coelho (Licenciado) <small>vaga do PFL</small> Francisco Garcia José Linhares 1 vaga		3 vagas
<b>PL</b> Júnior Betão (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga		Heleno Silva Lincoln Portela (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PTB</b> Kelly Moraes 1 vaga		Jonival Lucas Junior 1 vaga
<b>PPS</b> (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Nelson Proença	<b>PL</b> (Dep. do PFL ocupa a vaga) 1 vaga		Almeida de Jesus Lincoln Portela
<b>PSB</b> Edinho Montemor <small>vaga do PL</small> Givaldo Carimbão Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small> Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small>		1 vaga	<b>PSB</b> Luiza Erundina 1 vaga		2 vagas
<b>PDT</b> Mário Heringer		Enio Bacci	<b>PPS</b> 1 vaga		1 vaga
<b>PC do B</b> Daniel Almeida		1 vaga	<b>PDT</b> Severiano Alves		Enio Bacci
<b>PV</b> Marcelo Ortiz Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218/6232 FAX: 216-6225		Jovino Cândido	<b>PC do B</b> Perpétua Almeida		Jamil Murad
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.666, DE 2006, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 46 E AO CAPUT DO ART. 52 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL". (PL 1756/03 APENSADO)</b> Presidente: Maria do Rosário (PT) 1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL) 2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT) 3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB) Relator: Teté Bezerra (PMDB)			<b>PV</b> Marcelo Ortiz (Dep. do PSC ocupa a vaga)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>PSC</b> Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225		Deley <small>vaga do PV</small>
<b>PT</b> Angela Guadagnin Fernando Ferro Maria do Rosário Rubens Otoni Selma Schons Telma de Souza		Luiz Couto Neyde Aparecida Terezinha Fernandes 3 vagas	<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.666, DE 2006, DE 2006, DO SR. LUCIANO ZICA, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, QUE 'DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'"</b> Presidente: João Almeida (PSDB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Madeira (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Bassuma (PT) 3º Vice-Presidente: Betinho Rosado (PFL) Relator: José Priante (PMDB)		
<b>PFL</b> Corauci Sobrinho Laura Carneiro Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small> Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)		Celcita Pinheiro Kátia Abreu Nice Lobão 2 vagas	<b>PT</b> Luciano Zica Luiz Alberto Luiz Bassuma Mariângela Duarte Tarcísio Zimmermann		Durval Orlato Fernando Ferro Luiz Eduardo Greenhalgh Mauro Passos 1 vaga
<b>PMDB</b> João Matos Marcelo Castro Paulo Afonso		Ann Pontes Marinha Raupp 2 vagas	<b>PMDB</b> Albérico Filho Delfim Netto José Priante Lupércio Ramos Marcello Siqueira		Aníbal Gomes Átila Lins Marcelo Castro Mauro Lopes Natan Donadon
			<b>Bloco PFL, PRONA</b> Betinho Rosado Fernando de Fabinho José Carlos Aleluia José Carlos Machado		Eliseu Resende Júlio Cesar 2 vagas
			<b>PSDB</b>		

Arnaldo Madeira Gonzaga Mota João Almeida		Hamilton Casara Nilson Pinto Paulo Bauer		Francisco Dornelles José Linhares	
	<b>PP</b>				<b>PTB</b>
Benedito de Lira Francisco Appio Nelson Meurer		Herculano Anghinetti João Pizzolatti Romel Anizio		Eduardo Seabra Fleury Jonival Lucas Junior	Neuton Lima Paes Landim 1 vaga
	<b>PTB</b>				<b>PL</b>
Arnon Bezerra Jonival Lucas Junior Jovair Arantes		Arnaldo Faria de Sá Iris Simões Neuton Lima		Jorge Pinheiro Milton Monti	Humberto Michiles 1 vaga
	<b>PL</b>				<b>PSB</b>
Jaime Martins Milton Monti		Giacobo José Carlos Araújo		Luiza Erundina 1 vaga	2 vagas
	<b>PSB</b>				<b>PDT</b>
João Mendes de Jesus Renato Casagrande		Isaías Silvestre Josias Quintal		Maurício Quintella Lessa	Severiano Alves
	<b>PDT</b>				<b>PPS</b>
Maurício Quintella Lessa		Sérgio Miranda		Rogério Teófilo	Airton Roveda
Fernando Estima		Cezar Silvestri			<b>PC do B</b>
Vanessa Grazziotin	<b>PC do B</b>	Jandira Feghali		Alice Portugal	Vanessa Grazziotin
	<b>PV</b>			Marcelo Ortiz	
Edson Duarte		Leonardo Mattos			<b>PV</b>
Babá	<b>PSOL</b>	(Dep. do PSC ocupa a vaga)		1 vaga	1 vaga
	<b>PSC</b>	Dr. Heleno <small>vaga do PSOL</small>		Secretário(a): .	
<p>Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho Aguiar Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6218/6232 FAX: 3216-6225</p> <p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7.200, DE 2006, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, REGULA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO, ALTERA AS LEIS NºS 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996; 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994; 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997; 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997; 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p> <p>Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Luiz Carlos Hauly (PSDB)</p>					
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 123, DE 2004, QUE "REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 146 E O INCISO IX DO ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (APENSADOS: PLP 210/04 E OUTROS).</b></p> <p>Presidente: Carlos Melles (PFL) 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Luiz Carlos Hauly (PSDB)</p>					
<b>Titulares</b>			<b>Suplentes</b>		
	<b>PT</b>				
Carlito Merss José Pimentel Nazareno Fonteles Reginaldo Lopes Selma Schons Vignatti			Eduardo Valverde Jorge Boeira Vitorassi 3 vagas		
	<b>PMDB</b>				
Carlos Eduardo Cadoca Eliseu Padilha Max Rosenmann Wilson Santiago Zé Gerardo		Alexandre Santos <small>vaga do PP</small> 5 vagas			
<b>Bloco PFL, PRONA</b>					
Carlos Melles Eduardo Sciarra Gerson Gabrielli Luiz Carreira		Fernando de Fabinho Gervásio Silva Joaquim Francisco <small>vaga do PTB</small> José Roberto Arruda Vilmar Rocha			
	<b>PP</b>				
Francisco Dornelles 2 vagas		Benedito de Lira Feu Rosa (Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
	<b>PSDB</b>				
Luiz Carlos Hauly Ronaldo Dimas Walter Barelli		Júlio Redecker Julio Semeghini 1 vaga			
	<b>PTB</b>				
Armando Monteiro Arnaldo Faria de Sá José Militão		Enio Tatice <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) 2 vagas			
	<b>Bloco PL, PSL</b>				
Giacobo		Heleno Silva			

Miguel de Souza (Dep. do PDT ocupa a vaga)	Milton Monti (Dep. do PTB ocupa a vaga)		
Fernando Coruja		PPS	
Renato Casagrande		PSB	
Ademir Camilo Sérgio Miranda	B. Sá Jorge Gomes	PDT	
Vanessa Grazziotin	Álvaro Dias	PC do B	
Costa Ferreira		PSC	1 vaga
Vittorio Mediolini	Jovino Cândido	PV	1 vaga
Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6215/6232 FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL) 2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Sandro Mabel (PL)			
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>		
Antônio Carlos Biffi	Sigmaringa Seixas (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	PT	
Carlos Abicalil			4 vagas
João Grandão			
Neyde Aparecida			
Rubens Otoni			
1 vaga			
Luiz Bittencourt	Leandro Vilela	PMDB	4 vagas
Nelson Trad			
Pedro Chaves			
Teté Bezerra			
Waldemir Moka			
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda	Bloco PFL, PRONA	
Murilo Zauith	Vilmar Rocha		2 vagas
Ronaldo Caiado			
1 vaga			
Darci Coelho (Licenciado)	Pedro Henry	PP	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Sandes Júnior		1 vaga
1 vaga			
Carlos Alberto Leréia	Ronaldo Dimas	PSDB	
João Campos	(Dep. do PV ocupa a vaga)		1 vaga
Leonardo Vilela			
Professora Raquel Teixeira			
Enio Tatiko		PTB	3 vagas
Jovair Arantes			
Ricarte de Freitas			
Jorge Pinheiro	Luciano Castro	Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela	Maurício Rabelo		
Sandro Mabel	Miguel de Souza		
1 vaga			
Geraldo Resende		PPS	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Barbosa Neto	Júlio Delgado	PSB	vaga do PPS 1 vaga
Severiano Alves	Mário Heringer	PDT	
Perpétua Almeida		PC do B	1 vaga
Pastor Amarildo	Zequinha Marinho	PSC	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Vittorio Mediolini	PV	vaga do PSDB 1 vaga
	Maninha	PSOL	vaga do PT
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6206/6232 FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b>			
Presidente: Marcelino Fraga (PMDB) 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)			
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>		
Fátima Bezerra	Josias Gomes	PT	
José Pimentel	Luiz Alberto		
Leonardo Monteiro	Maurício Rands		
Luiz Couto	Terezinha Fernandes (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		1 vaga
Paulo Rubem Santiago			
Zezéu Ribeiro		PFL	
André de Paula	Coriolano Sales		
César Bandeira	Fernando de Fabinho		
Fábio Souto	José Carlos Machado		
José Rocha	Marcelo Guimarães Filho (Dep. do PL ocupa a vaga)		
Luiz Carreira		PMDB	
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca		
Marcelino Fraga	Mauro Lopes		
Mauro Benevides	Moraes Souza		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Zé Gerardo		
Antonio Cambraia	Gonzaga Mota	PSDB	
Bosco Costa	João Castelo		2 vagas
Helenildo Ribeiro			
João Almeida		PP	
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro		
Cleonânicio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira		
Reginaldo Germano	Zé Lima	PTB	
Armando Monteiro			2 vagas
Jackson Barreto			
Jaime Martins	José Carlos Araújo	PL	vaga do PFL
José Santana de Vasconcellos	Sandro Mabel		1 vaga

B. Sá <small>vaga do PPS</small> Isaías Silvestre Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small> (Dep. do PDT ocupa a vaga)	<b>PSB</b>	Eduardo Campos 1 vaga	Dr. Ribamar Alves 1 vaga  (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	<b>PSB</b>	(Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	<b>PPS</b>			<b>PPS</b>	1 vaga
	<b>PDT</b>	Rogério Teófilo	Dr. Rodolfo Pereira	<b>PDT</b>	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Álvaro Dias Maurício Quintella Lessa <small>vaga do PSB</small>		Wagner Lago	Perpétua Almeida	<b>PC do B</b>	Vanessa Grazziotin
Renildo Calheiros	<b>PC do B</b>	Inácio Arruda	Sarney Filho	<b>PV</b>	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Elimar Máximo Damasceno	<b>PRONA</b>	1 vaga		<b>PSC</b>	Deley <small>vaga do PV</small>
	<b>PSOL</b>	João Alfredo <small>vaga do PT</small>	Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6215 / 6232 FAX: 216-6225		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b>					
Presidente: Átila Lins (PMDB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSDB)					
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		
	<b>PT</b>			<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>
Anselmo		Eduardo Valverde	Arlindo Chinaglia		Adão Pretto
Carlos Abicalil		Nilson Mourão	Dr. Rosinha		Assis Miguel do Couto
Hélio Esteves		Zico Bronzeado	Eduardo Valverde		Durval Orlato
Henrique Afonso		3 vagas	Henrique Fontana		Guilherme Menezes
Terezinha Fernandes			José Pimentel		Roberto Gouveia
Zé Geraldo			Nilson Mourão		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PFL</b>		<b>PFL</b>		
Kátia Abreu		Clóvis Fecury (Licenciado)	Alberto Fraga <small>vaga do PMDB</small>		Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>
Pauderney Avelino		Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>	Félix Mendonça <small>vaga do PTB</small>		Luiz Carreira
Vic Pires Franco		Francisco Rodrigues	Gervásio Silva		Vic Pires Franco
(Dep. do PP ocupa a vaga)		3 vagas	Murilo Zauith		Vilmar Rocha
1 vaga			Onyx Lorenzoni		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	<b>PMDB</b>		Roberto Brant		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Asdrubal Bentes		Ann Pontes	Robson Tuma		1 vaga
Átila Lins <small>vaga do PPS</small>		Wladimir Costa	(Dep. do PP ocupa a vaga)		
Marinha Raupp		2 vagas	<b>PMDB</b>		
Oswaldo Reis			Adelcor Vieira		Oswaldo Biolchi
(Dep. do PTB ocupa a vaga)			Alexandre Santos <small>vaga do PSDB</small>		4 vagas
	<b>PSDB</b>		Darcísio Perondi		
Hamilton Casara		Anivaldo Vale	Jorge Alberto		
Nicias Ribeiro		João Castelo	Mendes Ribeiro Filho		
Nilson Pinto		Zenaldo Coutinho	(Dep. do PFL ocupa a vaga)		
1 vaga		1 vaga	<b>PSDB</b>		
	<b>PP</b>		Alberto Goldman		Anivaldo Vale
Darci Coelho (Licenciado) <small>vaga do PFL</small>		Zé Lima	Custódio Mattos		Bismarck Maia
Francisco Garcia		2 vagas	Eduardo Barbosa		João Campos
Suely Campos			Yeda Crusius		(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PTB</b>		<b>PP</b>		
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>		Josué Bengtson	Darci Coelho (Licenciado) <small>vaga do PFL</small>		Feu Rosa <small>vaga do PSDB</small>
Pastor Frankembergen		1 vaga	Jair Bolsonaro		Reginaldo Germano <small>vaga do PFL</small>
Silas Câmara			José Linhares		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
			1 vaga		2 vagas
	<b>PL</b>		<b>PTB</b>		
Humberto Michiles		Coronel Alves <small>vaga do PSB</small>	Arnaldo Faria de Sá		Ricardo Izar
Raimundo Santos		Luciano Castro	(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Vicente Cascione
		Maurício Rabelo	(Dep. do PFL ocupa a vaga)		1 vaga
			Chico da Princesa	<b>PL</b>	Humberto Michiles





Leodegar Tiscoski Marcos Abramo Mário Negromonte Nilton Baiano	Francisco Dornelles Nélio Dias Ricardo Barros	Carlos Alberto Leréia Eduardo Paes Marcelo Teixeira Paulo Bauer Ronaldo Dimas Zenaldo Coutinho	Leonardo Vilela 4 vagas
PTB			
Jackson Barreto Paes Landim Philemon Rodrigues (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Edna Macedo José Múcio Monteiro Neuton Lima		
PL			
Lincoln Portela (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Almeida de Jesus Oliveira Filho (Dep. do PSB ocupa a vaga)		
PSB			
Alexandre Cardoso João Paulo Gomes da Silva Luiza Erundina	Mário Assad Júnior 2 vagas		
PPS			
Fernando Coruja	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
PDT			
Severiano Alves	João Fontes Mário Heringer		
PC do B			
Renildo Calheiros	Inácio Arruda		
PV			
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz		
PSOL			
Chico Alencar José Divino Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6214 / 6232 FAX: 216-6225	João Alfredo Vieira Reis		
PRB			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.			
Presidente: Vicentinho (PT) 1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Chaves (PTB)			
Titulares	Suplentes		
PT			
Carlos Santana Dra. Clair Luiz Alberto Maurício Rands Orlando Desconsi Vicentinho 1 vaga	Antônio Carlos Biffi Antonio Carlos Biscaia Henrique Afonso Josias Gomes Neyde Aparecida Tarcísio Zimmermann (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
PFL			
Almir Moura Coriolano Sales Joaquim Francisco Robson Tuma Vilmar Rocha (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga) 1 vaga	Celcita Pinheiro Gerson Gabrielli Onyx Lorenzoni (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas		
PMDB			
Leonardo Picciani Wladimir Costa (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Leandro Vilela Pastor Pedro Ribeiro Takayama (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga		
PSDB			
Antonio Carlos Pannunzio	Carlos Sampaio		




Iara Bernardi Luci Choinacki Luciano Zica Luiz Alberto	PT	Dra. Clair Maria do Rosário Neyde Aparecida Selma Schons	Carlos Sampaio João Campos	Helenildo Ribeiro Julio Semeghini Zulaiê Cobra <small>vaga do PTB</small>
	PMDB		PP	
Benjamin Maranhão Lúcia Braga (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Bloco PFL, PRONA	Leonardo Picciani Osvaldo Reis 2 vagas	Nilton Baiano Reginaldo Germano	Francisco Appio Mário Negromonte
Davi Alcolumbre Zelinda Novaes (Dep. do PSC ocupa a vaga)	PP	3 vagas	Arnaldo Faria de Sá (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Fleury (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
José Linhares Nilton Baiano 1 vaga	PSDB	Érico Ribeiro Mário Negromonte Vadão Gomes	Coronel Alves Neucimar Fraga	Medeiros 1 vaga
Bosco Costa Walter Barelli	PTB	Thelma de Oliveira 1 vaga	Colbert Martins	Raul Jungmann
Arnaldo Faria de Sá Elaine Costa	Bloco PL, PSL	Edna Macedo (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small> Paulo Baltazar	Gonzaga Patriota
Maurício Rabelo Medeiros	PPS	Wanderval Santos 1 vaga	Pompeo de Mattos	Enio Bacci
Cláudio Magrão	PSB	Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>	Perpétua Almeida	1 vaga
Jorge Gomes Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>	PDT	André Figueiredo	Edson Duarte Secretário(a): Manoel Alvim Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6210/6252 FAX: 216-6285	Jovino Cândido
Alceu Collares	PC do B	Vanessa Grazziotin	<b>REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.</b> <b>Titulares</b> <span style="float: right;"><b>Suplentes</b></span>	
Jandira Feghali	PSC		PT	
Milton Barbosa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			PMDB	
<b>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.</b> Presidente: Moroni Torgan (PFL) 1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB) 3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL) Relator: Paulo Pimenta (PT)			PFL	
Luiz Couto Odair Cunha Paulo Pimenta 1 vaga	PT	Antonio Carlos Biscaia Irinny Lopes José Eduardo Cardozo Zico Bronzeado	PSB	
	PMDB		PC do B	
Gervásio Oliveira Mauro Lopes Nelson Trad (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	Cabo Júlio Gilberto Nascimento 2 vagas	PSOL	
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small> Laura Carneiro Moroni Torgan Robson Tuma	PSDB	Abelardo Lupion Eduardo Sciarra Onyx Lorenzoni	PRB	
			<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.</b> Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT) Relator: Carlos Mota (PSB)	
			PT	Suplentes
			PFL	
			PSDB	
			PTB	
			PSB	



<p>Carlos Mota</p> <p>Sérgio Miranda</p> <p>Colbert Martins</p> <p>Secretário(a): Maria de Fátima Moreira</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 216-6204/6232</p> <p>FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.</b></p> <p>Coordenador: Orlando Fantazzini (PSOL)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>Luiz Eduardo Greenhalgh (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>Gilberto Nascimento (Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>Dr. Pinotti</p> <p>Celso Russomanno</p> <p>Zulaiê Cobra</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Jefferson Campos <small>vaga do PMDB</small></p> <p>Wanderval Santos</p> <p>Geraldo Thadeu</p> <p>Luiza Erundina</p> <p>Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small> Secretário(a): -</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.</b></p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Josias Gomes</p> <p>Professor Luizinho</p> <p>Zico Bronzeado</p> <p>1 vaga</p> <p>(Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>Francisco Rodrigues</p> <p>Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small> Pastor Frankembergen</p> <p>Suely Campos</p> <p>Dr. Rodolfo Pereira</p> <p>Vanessa Grazziotin Secretário(a): -</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM</b></p>		<p><b>OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.</b></p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Moreira Franco</p> <p>Carlos Melles</p> <p>Ivan Ranzolin</p> <p>Marcos de Jesus</p> <p>Murilo Zauith</p> <p>Robério Nunes</p> <p>Antonio Carlos Pannunzio</p> <p>Feu Rosa</p> <p>Jair Bolsonaro</p> <p>João Herrmann Neto</p> <p>Edson Duarte</p> <p>Fernando Gabeira</p> <p>Maninha Secretário(a): -</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.</b></p> <p>Presidente: Nelson Bornier (PMDB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>Almerinda de Carvalho <small>vaga do PP</small> Nelson Bornier</p> <p>1 vaga</p> <p>1 vaga (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>Reinaldo Betão</p> <p>André Costa <small>vaga do PT</small> Secretário(a): -</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.</b></p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Angela Guadagnin</p> <p>Guilherme Menezes</p> <p>Nelson Pellegrino</p> <p>Geddel Vieira Lima</p> <p>Jorge Alberto</p> <p>José Rocha</p> <p>1 vaga</p> <p>Nilton Baiano</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>PMDB</p> <p>PFL</p> <p>PSDB</p> <p>PP</p> <p>PDT</p> <p>PV</p> <p>PSOL</p> <p>PT</p> <p>PMDB</p> <p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>PSDB</p> <p>PP</p> <p>PTB</p> <p>PL</p> <p>PDT</p> <p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>PT</p> <p>PMDB</p> <p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>PP</p>	
--	--	---	--

Vanderlei Assis		Telefones: 3216-6209/6232	
João Almeida	<b>PSDB</b>	FAX: 3216-6225	
Jonival Lucas Junior	<b>PTB</b>	<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.</b> Coordenador: Alberto Fraga (PFL) Relator: Luis Carlos Heinze (PP)	
Amauri Gasques	<b>Bloco PL, PSL</b>		
Colbert Martins	<b>PPS</b>		
Jorge Gomes	<b>PSB</b>		
Alice Portugal	<b>PC do B</b>		
Secretário(a): -			
<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.</b>			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Osmar Serraglio	<b>PMDB</b>		
Assis Miguel do Couto	<b>PT</b>		
Eduardo Sciarra	<b>PFL</b>		
Luiz Carlos Haully	<b>PSDB</b>		
Nelson Meurer	<b>PP</b>		
Alex Canziani	<b>PTB</b>		
Fernando Gabeira	<b>PV</b>		
Secretário(a): -			
<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOLÓGICO DE SÃO PAULO.</b>			
Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Devanir Ribeiro	<b>PT</b>		
Roberto Gouveia			
Ann Pontes	<b>PMDB</b>		
(Dep. do PV ocupa a vaga)			
Robson Tuma	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
(Dep. do PV ocupa a vaga)			
Ildeu Araujo	<b>PP</b>		
Professor Irapuan Teixeira			
Antonio Carlos Mendes Thame	<b>PSDB</b>		
Arnaldo Faria de Sá	<b>PTB</b>		
Amauri Gasques	<b>Bloco PL, PSL</b>		
Geraldo Thadeu	<b>PPS</b>		
1 vaga	<b>PSB</b>		
Edson Duarte	<b>PV</b>		
Marcelo Ortiz			
Samney Filho			
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
		<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.</b> Coordenador: Mário Heringer (PDT)	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Antonio Carlos Biscaia	<b>PT</b>		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			
Gilberto Nascimento	<b>PMDB</b>		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)			
Almir Moura	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Laura Carneiro			
Reginaldo Germano	<b>PP</b>		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)			
Wanderval Santos	<b>PSDB</b>		
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>Bloco PL, PSL</b>		
Geraldo Thadeu	<b>PPS</b>		
Juíza Denise Frossard			
Alexandre Cardoso	<b>PSB</b>		
Josias Quintal			
Mário Heringer	<b>PDT</b>		
Chico Alencar	<b>PSOL</b>		
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 3216-6209/6232			

FAX: 3216-6225

**COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.**

Coordenador: César Medeiros (PT)

Relator: Renato Cozzolino (PDT)

**Titulares**

**PMDB**

Luiz Bittencourt  
Nelson Bornier

**PT**

César Medeiros  
Leonardo Monteiro

**PP**

Julio Lopes

**PTB**

Sandro Matos

**PDT**

Renato Cozzolino

**PV**

Edson Duarte  
Fernando Gabeira  
Jovino Cândido  
Leonardo Mattos  
Marcelo Ortiz  
Sarney Filho

**PSC**

Deley

Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.**

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)

Relator: Vicente Cascione (PTB)

**Titulares**

**PT**

Durval Orlato  
Jorge Boeira  
Maria do Rosário  
Terezinha Fernandes

**PFL**

Ivan Ranzolin vaga do PP  
Laura Carneiro  
Zelinda Novaes  
(Dep. do PP ocupa a vaga)

**PMDB**

Ann Pontes  
Osmar Serraglio  
Rose de Freitas

**PSDB**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)  
Eduardo Barbosa  
Thelma de Oliveira

**PP**

Darci Coelho (Licenciado) vaga do PFL  
(Dep. do PFL ocupa a vaga)  
1 vaga

**PTB**

Fleury  
Vicente Cascione

**PL**

(Dep. do PSB ocupa a vaga)

**Suplentes**

**PSB**

Carlos Mota vaga do PL  
Luiza Erundina

**PPS**

Rogério Teófilo

**PDT**

Severiano Alves  
Secretário(a): Angélica Fialho  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6276/6232  
FAX: 216-6225

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.**

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Gastão Vieira

**PT**

Iara Bernardi

**PFL**

Paulo Magalhães

**PSDB**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)  
Professora Raquel Teixeira  
Secretário(a): -



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES**  
**TÍTULOS PUBLICADOS — 2001/2002**

---

**COLAPSO ENERGÉTICO NO BRASIL E  
ALTERNATIVAS FUTURAS**



ISBN: 85-7365-141-5

**R\$ 4,40**

**HOMENAGEM AOS ATLETAS PARAOLÍMPICOS  
DO BRASIL**



ISBN: 85-7365-147-4

**R\$ 1,10**

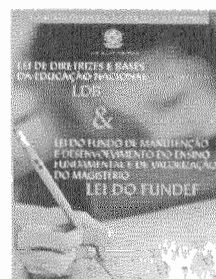
**ENCONTRO DAS ÁGUAS**



ISBN: 85-7376-146-6

**R\$ 2,20**

**LDB E LEI DO FUNDEF**



ISBN: 85-7365-142-3

**Esgotado**

**POLÍTICA PESQUEIRA**



ISBN: 85-7365-138-5

**R\$ 2,20**

**IRREGULARIDADES NO PROGRAMA DE  
MERENDA ESCOLAR**



ISBN: 85-7365-136-9

**R\$ 5,50**



**EDIÇÃO DE HOJE: 406 PÁGINAS**